



# STUDIA CARMELITA

REVISTA DA COMISSÃO DE ESTUDOS HISTÓRICOS E PATRIMÓNIO  
CULTURAL DA ORDEM DOS CARMELITAS DESCALÇOS



NÚMERO 1 • 2019



# *Studia Carmelita*

1

2019

Revista da Comissão de Estudos Históricos e Património Cultural da  
Ordem dos Carmelitas Descalços

ANO • NÚMERO

2019 • 1

COORDENAÇÃO

José João Loureiro e Nuno de Pinho Falcão

CAPA

RPC

DESIGN GRÁFICO

Delfim Machado

PAGINAÇÃO

Rui Filipe Bessa

PUBLICAÇÃO ELETRÓNICA

ISSN 2184-7134

PROPRIDADE E REDAÇÃO

Comissão de Estudos Históricos e Património Cultural da Ordem dos Carmelitas Descalços (CEHPC-OCD)

Rua Imaculado Coração de Maria, 17, 2495-441 Fátima

Tlf: (+351) 249 530 650

studiacarmelita@carmelitas.pt

© Autores e Comissão de Estudos Históricos e Património Cultural da OCD.

Os artigos, as imagens e a norma ortográfica utilizados são da responsabilidade dos autores.

## CONSELHO EDITORIAL

Diretor: Pe. José Carlos Vechina (OCD)

Editor: Pe. Joaquim Teixeira (OCD)

Filomena Monteiro (C.M. Évora/CEHPC-OCD)

José João Loureiro (CEHPC-OCD)

Miguel Portela (CEHPC-OCD)

Nuno de Pinho Falcão (UNILAB/CITCEM-UP)

## COMISSÃO CIENTÍFICA E CONSULTIVA

Adélio Pinto Abreu (Univ. Católica Portuguesa/CER-UCP)

Alexandra Gago da Câmara (Univ. Aberta | CHAIA e ARTIS-FLUL)

Carlos Margaça Veiga (Univ. Lisboa)

Pe. Luís Frontela (OCD)

Maria de Jesus Fernandez Cordero (Univ. da Pontifícia de Comillas)

Nair Castro Soares (Univ. Coimbra)

Nuno de Pinho Falcão (UNILAB/CITCEM-UP)

Pe. Óscar Aparício (OCD)

Paula Almeida Mendes (CITCEM-UP)

Teresa Campos Coelho (CHAM)

Virgolino Ferreira Jorge (Univ. Évora)



## ÍNDICE

11 *... para que se conservem as Memórias ... e não as apague o tempo*  
PADRE PEDRO LOURENÇO FERREIRA, *Provincial*

15 Editorial

## FONTES

- 19 **Reforma Teresiana em Portugal: História**  
† FREI JEREMIAS CARLOS VECHINA  
(Apresentação, leitura e revisão de NUNO DE PINHO FALCÃO – O Padre Fr. Jeremias Carlos Vechina, OCD (1938 – 2016) e a memória histórica do Carmo Descalço Português)
- 53 **Cálice oferecido por Filipe II aos Carmelitas Descalços**  
CARLOS MARGAÇA VEIGA
- 73 **Celebrando a Teresa. Las fiestas de la beatificación de 1614 en Portugal**  
MERCÈ GRAS CASANOVAS
- 105 **Os Carmelitas Descalços em Braga**  
FREI MARCO PAULO DOMINGUES CALDAS
- 137 **Subsídios para a história do Carmo Descalço em Portugal.  
Quem foi D. Fr. Luís de Santa Teresa (1693-1757)?**  
HELENA QUEIRÓS
- 157 **A longa actividade do tracista Frei Pedro da Conceição (1677-1745)  
e a sua importância no contexto da arquitectura  
dos Carmelitas Descalços em Portugal**  
TERESA DE CAMPOS COELHO
- 229 ***Quando vemos uma bela imagem, não deixamos de a estimar:*  
representações teresianas *in situ* em programas iconográficos  
distintos do contexto carmelita descalço**  
LÚCIA MARINHO

- 261 **Interpretações carto-iconográficas do espaço de saúde no convento de Nossa Senhora dos Remédios de Évora – Portugal**  
MARIA FILOMENA MOURATO MONTEIRO  
MARIA DO CÉU SIMÕES TERENO  
MARÍZIA CLARA DE MENEZES DIAS PEREIRA
- 289 ***La vida y milagros del glorioso padre San Alberto de la sagrada religión de Nuestra Señora del Carmen* (Évora, 1582): o texto e o seu contexto**  
PAULA ALMEIDA MENDES
- 317 **Percursos espirituais: o “deserto” do Buçaco na obra soledades de Buçaco de D. Bernarda de Lacerda**  
NATÁLIA MARIA LOPES NUNES

## **FONTES**

- 337 ***A Saudoza sucinta, e santa memoria do Ex.<sup>mo</sup> e R.<sup>mo</sup> S.<sup>r</sup> D. Fr. Luiz de Santa Thereza Religio Carm.<sup>ta</sup> Descalço Bp.<sup>o</sup> de Pernambuco do Cons.<sup>o</sup> de S. Mag.<sup>de</sup>***  
Transcrição de FREI JOSÉ CARLOS VECHINA  
  
*(A Saudoza sucinta, e santa memoria do Ex.<sup>mo</sup> e R.<sup>mo</sup> S.<sup>r</sup> D. Fr. Luiz de Santa Thereza Religio Carm.<sup>ta</sup> Descalço Bp.<sup>o</sup> de Pernambuco do Cons.<sup>o</sup> de S. Mag.<sup>de</sup>: apresentação, leitura e notas de HELENA QUEIRÓS)*
- 359 **Contrato de venda da Capela do Santo Cristo na Igreja do Colégio de S. José dos Marianos em Coimbra no ano de 1616**  
Transcrição de MIGUEL PORTELA
- 367 **A intervenção do pintor António José de Morais no Convento de Santa Teresa de Jesus de Coimbra em 1769**  
Transcrição de MIGUEL PORTELA



375 **Contrato da Fundação do Convento de Carmelitas Descalças de Viana do Castelo em 1780**

Transcrição de MIGUEL PORTELA

388 **Dote de D. Maria Perpétua Arnao de Gamboa para entrar e professar no Convento de Santa Teresa de Jesus de Coimbra em 1798**

Transcrição de MIGUEL PORTELA

## RECENSÕES

399 **Recensão da obra *María de San José (Salazar)* de José Vicente Rodríguez, publicada em 2018**

FREI RENATO PEREIRA OCD

## VÁRIA

411 **Apresentação das atas do Congresso Internacional:**  
*A Reforma Teresiana em Portugal*

417 **Crónica do dia 28 de Abril de 2018:**  
**Apresentação da CEHPC-OCD e inauguração da sua Biblioteca e Arquivo**  
FREI FRANCISCO MARIA DE SÃO JOSÉ OCD

423 **Novidade editorial:**  
*No rasto de uma história – Os Carmelitas Descalços em Braga*

429 **II Congresso Internacional:**  
*A Reforma Teresiana em Portugal – novas abordagens de pesquisa*



*... para que se conservem as Memórias ... e não as apague o tempo*

Santa Teresa de Jesus, reformadora da Ordem Carmelita, nas suas obras, sobretudo nas *Fundações*, deixou-nos um conhecimento exacto sobre as origens dos conventos, as vidas das suas religiosas e outras memórias, procurando que o *escrito* fosse examinado *por letrados e pessoas espirituais*, antes de o fazer chegar às mãos dos leitores (*Fundações*, prólogo: 5). Com o passar dos anos e a progressiva consolidação da Ordem determinou-se nas nossas constituições e leis que *para que se conserven las Memorias (...) y no las borre el tiempo, se haga en cada Convento un libro, en el qual solo se escrivan las Fundaciones, sucessos, milagros, y vidas de los religiosos señalados, que en cada uno de los Conventos huvierim falecido, com todos los casos, que merezcan darse à la Historia* (*Actas y Declaraciones de Leys de los Carmelitas Descalços de la Congregacion de España*. Madrid, 1700, pp. 83 e 84).

Neste sentido, e com este objectivo, foi criada a *Studia Carmelita*, que associa inúmeros investigadores e proporciona um espaço para os trabalhos sobre a presença da Ordem em Portugal. As diversas áreas do saber, associadas a esta tradição memorialista e cronística da Ordem é, em correspondência, a mais bela harmonia do crescimento mútuo, que procura reforçar nos métodos científicos da academia o conhecimento espiritual, histórico, artístico, literário, etc., da Ordem em Portugal.

A Ordem dos Carmelitas Descalços em Portugal congratula-se com esta iniciativa e felicita todos os que nestas páginas partilham o resultado das suas investigações, também elas determinantes para a preservação da memória. Aos Frades, Irmãs e Seculares, que estiveram na origem duma história escondida nos claustros e numa vida silenciosa, juntam-se, agora, os Investigadores do Carmelo Teresiano que têm

nestas páginas e nas futuras, um novo instrumento de trabalho e comunicação, na partilha de conhecimentos e informações, que permitirão aos leitores uma iniciação aos mistérios de Deus na vida de homens e mulheres que, com a sua vida, deram um precioso contributo às verdadeiras causas da humanidade. O serviço destes Investigadores, muitas vezes ingrato e inglório, é gerador duma nova sensibilidade ecológica que proclama a glória de Deus ao serviço duma humanidade ciclicamente renovada. A metodologia desta investigação histórica só pode conduzir a Deus, sentido último do homem que procura viver na presença do Deus vivo. A arte, a literatura e a história do Carmelo falam sempre de Deus. Os Investigadores do Carmelo são verdadeiros guias académicos nos caminhos da melhor espiritualidade cristã.

PADRE PEDRO LOURENÇO FERREIRA

*Provincial*

## EDITORIAL

Uma nova revista científica nasce dotada de uma aliciante promessa - uma promessa de promover e aprofundar o conhecimento nas áreas de que se ocupará, e que será cumprida sempre que o novo projeto editorial se afirme como espaço de divulgação da pesquisa desenvolvida, mas também como promotor de debate científico enriquecido e de motor para futuras investigações.

Este é o papel da imprensa científica, a sua razão de existência e o seu imprescindível serviço ao universo do conhecimento.

***A Studia Carmelita* - Revista da Comissão de Estudos Históricos e Património Cultural da Ordem dos Carmelitas Descalços em Portugal** nasce com essa mesma vocação e com o desejo de a cumprir integralmente.

A nova proposta editorial tem a sua origem no congresso internacional *A Reforma Teresiana em Portugal*, que em 2015, e no âmbito das comemorações do V centenário do nascimento de Santa Teresa de Jesus, reuniu em Fátima dezenas de docentes universitários e investigadores cujo foco de pesquisa é a Ordem dos Carmelitas Descalços, o seu património histórico ou os religiosos e religiosas que marcaram o seu percurso multissecular.

O congresso afirmou-se como um espaço de debate e enriquecimento, gerador de uma dinâmica de trabalho que levou, em 2017, à criação da **Comissão de Estudos Históricos e Património Cultural da Província Portuguesa da Ordem dos Carmelitas Descalços (CEHPC-OCD)**, que se propõe a ser o organismo agregador dos investigadores que têm na história e património do Carmelo Teresiano em Portugal e no Mundo Lusófono, bem como na sua relação com outras realidades históricas e geográficas, o seu foco de pesquisa.

O novo organismo, desde a sua criação, tem cumprido com os seus objetivos fundacionais, procurando não só dinamizar os estudos sobre a Ordem em Portugal com a organização de eventos que reúnam em debate os diversos académicos que a integram, como pela constituição de espaços próprios de pesquisa, como o arquivo e biblioteca histórica da Província, sediada na *Domus Carmeli* em Fátima, organizada e sob tutela da Comissão de Estudos Históricos (que aqui tem a sua sede), que reúne um importante conjunto de fontes impressas do séc. XVI ao XX, disponibilizadas aos investigadores.

A atuação da Comissão não se pretende, no entanto, esgotada na organização de encontros científicos. O estímulo à partilha e aos novos projetos de investigação deve ser completado com o esforço pela divulgação dos seus resultados.

Um primeiro fruto de divulgação dos estudos sobre a história e património da Ordem dos Carmelitas Descalços em Portugal foi a edição das Atas do Congresso de 2015, reunindo um importante conjunto de trabalhos, cujo relevo não vem só do seu número, mas principalmente da relevância do seu conteúdo, que se destaca como um verdadeiro *estado da arte* dos estudos sobre os Carmelitas Descalços em Portugal.

A consciência da relevância da divulgação das pesquisas como forma de alargar o conhecimento, quando não frequentemente como forma de sustentar e promover novos trabalhos e abordagens, levou a CEHPC-OCD, através da sua Coordenação, a criar um veículo de divulgação, com a forma de uma nova revista científica.

Assim nasceu a *Studia Carmelita*, cujo primeiro número o leitor está agora a ler, e que se entende como uma revista de periodicidade anual, aberta a contribuições sobre a história e património da Ordem em Portugal e no Mundo Lusófono, cujo rigor académico e científico é assegurado pela arbitragem *inter pares*, a cargo de uma comissão científica formada por especialistas nacionais e estrangeiros, reconhecidos pela competência nas áreas temáticas abrangidas pela publicação.

A proposta que a nova revista representa, e que foi lançada em 2018 com a chamada de trabalhos, foi plenamente respondida, com o resultado que aqui se oferece: a reunião de um conjunto de artigos que apresentam estimulantes e inovadoras leituras sobre o passado da Descalcez Teresiana em Portugal, reunindo num único número um importante número de abordagens diversificadas e que representam o que sobre a Ordem se pesquisa atualmente em Portugal.

O resultado é o maior estímulo à continuidade do novo projeto editorial, certo do seu papel enquanto veículo de conhecimento e promotor de novas e dialogadas abordagens a um passado que se pretende conhecer pelo seu estudo sistemático.

O conselho editorial saúda assim o primeiro resultado do seu trabalho, com agradecimentos aos autores e a todos aqueles que participaram deste esforço coletivo, afirmando o seu total empenho na preparação dos próximos números, garantindo assim a continuidade de um projeto que se acredita altamente meritório.

Boa leitura.







# ESTUDOS

---



# REFORMA TERESIANA EM PORTUGAL: HISTÓRIA

† **Frei Jeremias Carlos Vechina**

Ordem dos Carmelitas Descalços

O Padre Fr. Jeremias Carlos Vechina, OCD (1938 – 2016) e a memória histórica do Carmo Descalço Português: **apresentação, leitura e revisão de Nuno de Pinho Falcão**

## O PADRE FR. JEREMIAS CARLOS VECHINA, OCD (1938 – 2016) E A MEMÓRIA HISTÓRICA DO CARMO DESCALÇO PORTUGUÊS

Nuno de Pinho Falcão<sup>1</sup>

*Attenderei mais a escrever o que se passou, que a adornar o que escrevo; historiador não tanto de mim mesmo, ostentando eloquência, quanto dos sucessos, que refiro, entam mais patentes aos olhos de todos, quando menos envoltos em cores. Pudera aqui à entrada prometer grandes cousas e fazer resenha de muitas maravilhas, prodígios, milagres, virtudes, e encher aos Leitores de grandes esperanças: mas só prometo descobrir nos filhos, e filhas desta Provincia de Portugal humas vidas, em que se veja não só a comum pureza Christã, e Religiosa, mas hum claro resplendor daquella idade primeira dos Monges da Igreja nossos progenitores, e humas vidas, que cumprirão com o muito a que obriga este nome<sup>2</sup>.*

Estas palavras de Fr. Belchior de St.<sup>a</sup> Ana, primeiro cronista do Carmo Descalço português, inserem-nos profundamente num período riquíssimo da cultura histórica dos claustros portugueses, que nos séculos XVII e XVIII apresentam, em todo o seu esplendor, os mais perfeitos exemplos do cultivo da memória dentro dessas comunidades monásticas e conventuais: as crónicas das Ordens e Congregações religiosas.

Estes exemplos, que não sendo estritamente historiográficos na forma como entendemos hoje a ciência histórica, consubstanciam o cerne da tradição de produção intelectual denominada cronística ou memorialística, em que estas instituições colocam, divulgam e transmitem para o futuro a sua memória coletiva, sobretudo pensada numa época em que muitas ordens e congregações, bem como muitas das suas comunidades

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade do Porto, investigador integrado do CITCEM da mesma Universidade e Docente do curso de História do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Bahia, Brasil. nusfal@hotmail.com.

<sup>2</sup> SANTA ANA, Belchior de, Fr., OCD (1657) - *Chronica de Carmelitas Descalços, particular do reino de Portugal e Provincia de Sam Felipe*. Lisboa: Officina de Henrique Valente de Oliveira. Prólogo não numerado.

individuais, contavam já com largo tempo de existência, somando mesmo séculos de vida claustral ininterrupta.

Ao observarmos todo este esforço cronístico, que objetivava construir uma determinada memória das instituições e transmiti-la para o futuro (quase sempre desenvolvida com o objetivo de comprovar na história da Ordem ou Congregação, das suas comunidades e dos seus religiosos ou religiosas, o triunfo do carisma e os indícios de predestinação da sua existência, bem como dos seus fundadores e religiosos à santidade), não podemos deixar de ficar gratos, pois constituiu-se como uma das formas de sobrevivência da memória histórica coletiva de comunidades que se viram, a partir da década de 1830, forçadamente dissolvidas e cuja memória coletiva, material e imaterial, sofreu profundas feridas no seu corpo.

Os efeitos disruptivos dos processos de exclausuração cavaram um fosso na memória histórica destas comunidades, a qual no entanto será retomada no século XX em duas frentes distintas que no entanto se conjugarão mutuamente.

Por um lado temos um espaço de (re)construção de memória monástico-conventual gerada pelo retorno das Ordens e Congregações religiosas a Portugal operado ao longo do séc. XX. Se parte destas instituições são novas em Portugal, outras mais não são que aquelas que foram expulsas no séc. XIX, pelo que o seu retorno a Portugal tem um cariz de restauração. Assim percebe-se que, num processo lógico, a memória coletiva das comunidades restauradas não se restrinja apenas ao processo de restauração e aos eventos sucedâneos, mas filia-se numa linha que pretende recuperar a memória histórica interrompida pela exclausuração, recuperando-a na sua plenitude.

Pelo outro lado encontramos ao longo do séc. XX, mas com maior ênfase na sua segunda metade, a renovação profunda dos estudos históricos em Portugal. No seio das universidades portuguesas irão desenvolver-se trabalhos sobre as Ordens e Congregações religiosas, sobre comunidades individuais ou sobre aspetos particulares da vida monástico-conventual, em abordagens temáticas desenvolvidas em diferentes áreas da História.

Retomando a tradição das relações estreitas entre o mundo universitário e as Ordens e Congregações, os estudos históricos desenvolvidos em meio acadêmico entrarão em diálogo com as instituições cuja história estudam, quando não são desenvolvidos por membros destas instituições que seguem um percurso acadêmico dentro da ciência histórica.

Para as Ordens e Congregações esta relação com o meio acadêmico é relevante, já que permite às instituições fazerem dialogar a sua memória coletiva com a pesquisa histórica, introduzindo-lhe não apenas a necessária competência científica, mas permitindo igualmente um olhar mais abrangente, inserindo o que para as Ordens e Congregações é uma memória coletiva interna num universo bem mais vasto da sua pertença a uma Igreja de cariz universalista e a uma sociedade estruturada para lá dos muros dos claustros.

O diálogo estabelecido entre claustro e academia no domínio dos estudos históricos sobre Ordens e Congregações religiosas tem-se revelado frutuoso, de que o caso recente da Província Portuguesa da Ordem dos Carmelitas Descalços é um exemplo.

O Carmo Descalço regressou a Portugal em 1928, alargando ao longo das décadas seguintes a sua presença, alicerçada nas vocações portuguesas que substituíram os religiosos espanhóis da restauração. Acompanhando de perto a restauração virá a sentida necessidade de recuperar a memória histórica do Carmo Descalço. Salientam-se neste sentido os trabalhos pioneiros do Pe David do Coração de Jesus, dos quais um segue precisamente no sentido de recuperar a memória pré-exclausuração<sup>3</sup>, enquanto o outro se foca na restauração da presença da Ordem em Portugal (por ocasião do cinquentenário)<sup>4</sup>, fechando assim o círculo que envolve os dois momentos históricos como parte de uma única memória coletiva.

Destacam-se depois os nomes dos dois irmãos Vechina, dos quais o Pe José Carlos Vechina terá o encargo formal de arquivista da Ordem em Portugal, missão que desempenha com notável empenho e de cujo

<sup>3</sup> CORAÇÃO DE JESUS, David do, Pe, OCD (1962) - *A Reforma Teresiana em Portugal*. Lisboa: [Tip. Esc. Prof. Salesianos].

<sup>4</sup> CORAÇÃO DE JESUS, David do, Pe, OCD (1978) - *A Ordem do Carmelo Teresiano. 50 anos em Portugal. 1928-1978*, Lisboa: [s.e.].

conhecimento têm beneficiado os historiadores que com ele têm logrado trabalhar.

O Padre Jeremias Carlos Vechina, autor do texto que aqui se apresenta, compreendia a história do Carmo Descalço como parte de uma identidade carismática que unia o percurso histórico da Ordem ao pensamento e intenção fundacional de St.<sup>a</sup> Teresa de Ávila; em suma, o cumprimento do carisma.

Esta percepção é a marca de um carmelita que ficou notavelmente associado, para além dos seus percursos na teologia, ao estudo do carisma e da espiritualidade Teresiana, que não apenas viveu no seu quotidiano de frade carmelita descalço mas que transpôs no seu importantíssimo trabalho de acompanhante espiritual, ocupação que exerceu longamente, interna e externamente ao claustro, e sempre de um modo que lhe granjeou ampla estima.

O entendimento do P.e Jeremias Vechina, do papel e importância da memória histórica coletiva do Carmo Descalço na compreensão do percurso carismático iniciado em Teresa de Cepeda y Ahumada, tornou-o um dos defensores do diálogo da Ordem com o mundo académico que se dedica ao estudo da história das Ordens e Congregações, em particular aqueles que trabalham sobre o Carmo Descalço português.

Foi neste contexto que tive a oportunidade de conhecer o P.e Jeremias, no âmbito do movimento que a Província portuguesa do Carmo Descalço desenvolveu com alguns historiadores visando organizar um congresso científico em torno da presença da Ordem em Portugal, sob o argumento da comemoração do V centenário do nascimento de St.<sup>a</sup> Teresa de Ávila.

O P.e Jeremias foi então um dos grandes entusiastas do congresso internacional que, em Outubro de 2015, reuniu dezenas de historiadores, investigadores e de Carmelitas Descalços (incluindo aqueles que se colocam como parte de ambos os universos) e que, sob o tema *A Reforma Teresiana em Portugal*, debateram a história do Carmo Descalço em terras lusas.

Significativamente o P.e Jeremias Vechina foi o conferencista de abertura do congresso, apresentando (seguindo a sua linha de pesquisa) uma reflexão sobre a *Evolução do Carisma Teresiano*, perfeito ponto de partida

para todos os trabalhos que se seguiram, dos quais participou ativamente e a que associou a partilha do seu saber, permitindo aos académicos externos à vivência quotidiana do carisma Teresiano uma maior e melhor perceção desse elemento estrutural da vida da Ordem, e cujo conhecimento se torna imprescindível a qualquer académico que pretenda estudar o Carmo Descalço com seriedade, profundidade e propriedade.

Este apoio e dedicação do Pe Jeremias Vechina, falecido em 2016, ao diálogo da Ordem com o mundo académico, na perspetiva de um mútuo enriquecimento entre os dois universos, leva o conselho editorial da *Studia Carmelita* a querer homenageá-lo, incluindo no seu número inaugural um texto em que precisamente o autor estabelece uma leitura da entrada e desenvolvimento do carisma Teresiano em Portugal, incluindo o período pós-restauração.

É um texto fundado sobre a tradição da cronística e de alguns trabalhos mais recentes, e em que o Pe Jeremias resume de modo claro e preciso a história do Carmo Descalço em Portugal. Trata-se de um texto que nos guia por esse percurso, umbilicalmente ligado desde a origem à figura de St.<sup>a</sup> Teresa e dos seus mais próximos colaboradores, configurando-se como uma súpula resumida que se revela muito útil a todos quanto procurem conhecer a evolução e transmissão do carisma.

O texto que aqui se apresenta *Reforma Teresiana em Portugal - História* é assim um exemplo claro do diálogo entre o universo claustral e o académico, bem como o do cultivo da memória institucional no seio do Carmo Descalço, de que a recente criação da Comissão de Estudos Históricos e Património Cultural (CEHPC-OCD) é um exemplo claro e de que esta nova revista científica se espera seja um importante veículo.

A publicação deste texto é pois um tributo não apenas ao Pe Jeremias Vechina *per se*, mas ao seu trabalho em prol e o seu apoio à recuperação da memória histórica do Carmo Descalço português, feita e pensada como aberta ao mundo, em particular no diálogo com o meio académico, que permite incrementar todo este esforço e introduzi-lo num universo científico bem mais vasto. Uma homenagem à sua compreensão do valor das mútuas aprendizagens criadas pela partilha e pelo diálogo.



### Os Carmelitas Descalços em Portugal

Pela relação que a Santa Madre tinha com alguns portugueses e concretamente com o seu amigo D. Teotónio de Bragança<sup>6</sup> era seu desejo fundar em Portugal e precisamente em Évora onde D. Teotónio era Arcebispo<sup>7</sup>. Certamente que Santa Teresa o teria levado a cabo se não se tivesse precipitado a guerra da sucessão<sup>8</sup> e a sua morte. É bem conhecido o carinho que ela nutria por Portugal e o sentimento profundo de tristeza que lhe causou a guerra que deu a Filipe II o trono de Portugal<sup>9</sup>.

Se ela não o pode fazer, fizeram-no os seus filhos. Uma vez constituídos em Província independente no Capítulo de Alcalá (Março de 1581), entre os vários assuntos tratados e decididos encontrava-se a entrada da Reforma no Reino de Portugal.

Retido o P. Gracián, Provincial, em Espanha por assuntos graves, escolheu, como seu representante, o P. Ambrósio Mariano de São Bento<sup>10</sup> para fazer as respectivas

<sup>5</sup> Texto da autoria do Pe. Fr. Jeremias Carlos Vechina preparado para ser apresentado ao XC Capítulo Geral da Ordem dos Carmelitas Descalços, celebrado na Domus Carmeli, em Fátima, entre os dias 17 de Abril a 8 Maio de 2009. Por motivos de saúde, o texto não foi pronunciado pelo seu autor, mas pelo Pe. Fr. Agostinho dos Reis Leal, sócio da Província Portuguesa de Nossa Senhora do Carmo ao Capítulo Geral, no dia 24 de Abril, pelas 9 horas. O texto foi revisto para esta publicação por Nuno de Pinho Falcão, respeitando-se a norma bibliográfica do autor.

<sup>6</sup> D. Teotónio de Bragança conheceu a Madre Teresa em Salamanca em 1574. Trocaram correspondência. Conservam-se 6 cartas dirigidas pela Santa a D. Teotónio. Pela correspondência vê-se que este lhe pedia conselhos de vida espiritual. Teresa assume o papel de guia e madre com este filho de quem se sente orgulhosa em chamar “valedor da Ordem”.

<sup>7</sup> Foi nomeado bispo titular de Fez e coadjutor do Cardeal D. Henrique, com direito de sucessão na sede de Évora. Quando no dia 7 de Dezembro desse mesmo ano, o Cardeal foi nomeado Regente e subiu ao trono, D. Teotónio ficou de Arcebispo.

<sup>8</sup> Pela morte de D. Sebastião em Alcácer Quibir, o Cardeal D. Henrique sobe ao trono e assumiu naquele dia a entrega de Portugal ao país vizinho. Uma vez que o Papa Gregório XIII não o dispensou do celibato, ao não haver descendência, o herdeiro legítimo era Filipe II de Espanha, por ser neto do Rei D. Manuel, por sua mãe, a infanta D. Isabel, e portanto sobrinho do cardeal. Com a sua morte, em 31 de Janeiro de 1580, finalizou também a dinastia de Avis. O seu primo Filipe II, de Espanha, começando por invadir o Alentejo, viria a assumir o trono português. Isto não aconteceu sem ter morrido muita gente.

<sup>9</sup> No dia 22 de Julho de 1579, Teresa escreve desde Valladolid a D. Teotónio. E fê-lo por dois motivos: o primeiro tratava-se da publicação do primeiro livro teresiano - *Camino de Perfección* - patrocinada por D. Teotónio e que se fará em Évora e o segundo era de tipo político. A sucessão futura do Cardeal-Rei D. Henrique aprofundava as tensões entre as duas nações. Teresa diz-lhe que é preciso evitá-la a todo o custo e, como se tratava de família D. Teotónio, ele podia fazer alguma coisa. Teresa sente profundamente a situação: *Plega a sua Majestad ponga en ello sus manos, como todas se lo suplicamos, que yo digo a vuestra señoría que lo siento tan tiernamente, que deseo la muerte si ha de permitir Dios que venga tanto mal, por no lo ver.*

<sup>10</sup> O P. Ambrósio Mariano nasceu na cidade de Bitonto, no Reino de Nápoles, de Nicolau de Azaro e Policena de Clementis sua mulher, ambos nobres e ricos. Chamou-se Ambrósio Mariano Azaro. Sobressaiu nos estudos das Matemáticas, particularmente na Geometria, de tal maneira que se igualou aos bons matemáticos do seu tempo. Foi condiscípulo e amigo de Jacob Boncompanhi que depois subiu à cadeira de S.

diligências. Em Outubro de 1581 já se encontrava em Lisboa tratando dos assuntos para a respectiva fundação. A escolha não poderia ter sido mais acertada. Portugal acabava de ser anexado a Espanha e Filipe II de Espanha e I de Portugal estimava e reconhecia os méritos do P. Mariano. Como italiano que era seria melhor recebido que um castelhano.

Antes de partir para Portugal o P. Mariano, juntamente com o P. Gaspar de S. Pedro que o acompanha e outros seis religiosos destinados à nova fundação de Portugal, passam por Ávila para se despedirem de Teresa de Jesus e receber a sua bênção.

Uma vez que não tinham casa, os religiosos ficaram hospedados no convento do Carmo dos Carmelitas Calçados, magnífico edifício fundado pelo condestável de Portugal Nuno Álvares Pereira. Aqui foram magnificamente atendidos pelos seus irmãos de hábito e ajudados a encontrar casa própria.

Filipe II, ao saber que o P. Mariano se encontrava em Lisboa, alegrou-se imenso e imediatamente o recebeu em audiência, oferecendo-se, ao mesmo tempo, para lhes construir o convento por sua conta, o que o P. Mariano gentilmente declinou por temer uma construção que não fosse muito de acordo com a pobreza teresiana. O rei ficou edificado com o espírito que animava o P. Mariano e não deixou de lhe dar boa esmola para a compra de casa que servisse à dita fundação. Além disto atribuiu-lhes uma renda anual.

A notícia desta audiência percorreu rapidamente a cidade de Lisboa e o P. Mariano caiu em graça para toda aquela gente. Facilmente granjeou a simpatia de nobres e fidalgos portugueses.

Não menos íntima foi a audiência com o Arcebispo de Lisboa, D. Jorge de Almeida que admirou sobremaneira a cultura e espírito religioso do P. Mariano. Obtidas as devidas licenças para a fundação, o Arcebispo não só as concedeu de bom grado, como enviava à comunidade de quando em vez algumas esmolos.

Encontrada casa na Pampulha, não longe de Belém, fora de Lisboa, numa bonita proeminência sobre o Tejo, para aí se trasladaram no dia 14 de Outubro de 1581.

---

Pedro com o nome de Gregório XIII. Participou no Concílio de Trento onde sobressaiu pela sua cultura e sagacidade. O Concílio incumbiu-o de certas diligências, que em matéria de religião se deviam fazer na Alemanha, Flandes e outros reinos. Vindo para Espanha, o Rei entregou-lhe o projecto de tornar navegável o rio Guadalquivir. Ao querer tomar estado na vida fez uns exercícios espirituais na Companhia de Jesus. Tomou contacto com um ermitão que vivia no deserto do Tardon e acabou por tomar a decisão de também ele se fazer eremita. A princípios de Junho de 1569, passando a Madre Teresa por Madrid a caminho de Pastrana onde ia fundar, encontrou-se com Ambrósio e o seu companheiro João que ali estavam a pedido do rei. Teresa de Jesus convidou-os a entrar na sua reforma o que veio a acontecer. Um mês mais tarde tomou o hábito de Carmelita e instalou-se com o seu companheiro João da Miséria e o P. Baltasar de Jesus na ermida de S. Pedro de Pastrana. Fez a sua Profissão religiosa no dia 10 de Julho de 1570 e ordenou-se de sacerdote em 1574

Nessa manhã o sino chamava a congregar para a primeira missa que se ia celebrar. Seguindo o ritual teresiano, acto contínuo, colocou-se o Santíssimo Sacramento e estava realizada a fundação. Horas mais tarde, os Padres Calçados cantaram missa solene com sermão.

Por deferência para com o rei que tão benévolo foi para com os Carmelitas, colocou-se a nova fundação sob a invocação de São Filipe, que mais tarde mudaria por se dar este advogado à nova Província portuguesa que bem depressa se formou.

Como a Reforma teresiana gozou de grande estima entre os reis e principalmente o povo e eram muitos os jovens que pediam o hábito, o P.Mariano adaptou umas quantas celas para noviciado.

Foi neste convento que em 1585 o P. Jerónimo Gracián congregou o Capítulo da descalcez, onde saiu eleito como Provincial o P. Nicolás Dória. Por esta altura chegaram a Lisboa São João da Cruz e outros Carmelitas ilustres dos primeiros tempos da Reforma.

Por falta de acordo entre a comunidade e os proprietários da casa, Francisco Campos de Távora e sua mulher Milícia Ribeira, pessoas virtuosas, mas muito difíceis de contentar, os Carmelitas tiveram que se transladar para umas casas, não longe, oferta de Garcia de Noronha. Destas casas contemplavam-se muito belas vistas para o Tejo e bonitas paisagens na sua ribeira esquerda. A nova casa tomou a invocação da Mãe de Deus e para aqui se trasladaram a 24 de Outubro de 1604.

O Padre Frei Francisco da Mãe de Deus, austero Geral da Ordem, ao fazer a visita canónica a este convento, pareceu-lhe muito pequeno e de pouco retiro como pedia uma fundação da reforma e mais ainda se nele se havia de fazer o noviciado. Apresentado o problema ao P. Bernardo da Conceição este começou a fazer as diligências necessárias para dar início à construção dum novo convento não muito longe dali, na rua das Janelas Verdes, mas sem as vistas do convento primitivo de São Filipe.

A 27 de Setembro de 1606 foi colocada a primeira pedra e para aqui se trasladaram no dia 3 de Maio de 1611, graças às diligências feitas pelo P. Bernardo da Conceição superior do convento e vigário Provincial de Portugal. Como fazendo parte da pedagogia teresiana foi levado o Santíssimo sacramento em procissão muito concorrida. O novo convento tomou como título Nossa Senhora dos Remédios. Presidiu à cerimónia o P. Francisco da Mãe de Deus, ex-Geral da Reforma e ao tempo Provincial de Andaluzia, que se encontrava em Lisboa cumprindo os requi-

sitos devidos para constituir a Província portuguesa de São Filipe<sup>11</sup>. O lugar onde se encontrava o convento era bastante solitário, mas ao pouco tempo tornou-se central e a rua uma das artérias mais bonitas destes bairros de Lisboa que dista poucos metros da Igreja de Santos o Velho e também muito perto do convento das Carmelitas Descalças de santo Alberto<sup>12</sup>.

A Igreja foi inaugurada na Páscoa de 1613 com muita afluência de fiéis<sup>13</sup>. Os Carmelitas granjearam facilmente a simpatia dos lisboetas pela fama que tinham de religiosos austeros e observantes. Isto via-se pelos grandes donativos que recebiam em imagens, quadros e jóias para o culto, de grande valor artístico.

Dissolvidas as ordens religiosas pelo decreto de Joaquim António de Aguiar (Mata-frades) a Igreja ainda continuou durante algum tempo aberta ao público até que acabou por ser vendida e usada para diversas necessidades<sup>14</sup>. O convento, pouco tempo depois de expulsos os religiosos, foi destinado a diversos usos castrenses, já seja como depósito de guerra, já seja como quartel. Em 1872, o convento, bem como a Igreja foram postos em hasta pública e comprados pela Congregação da Igreja escocesa “*Presbyteriam Church*”. Mais tarde, 1898, foi adquirida por uma companhia protestante que estabeleceu no templo a conhecida “*Igreja Evangélica lusitana*” o que acontece ainda hoje.

Neste convento dos Remédios foram celebrados a maior parte dos Capítulos provinciais da Província de S. Filipe e mais tarde os Capítulos Gerais quando esta Província se transformou e Congregação independente da de Espanha.

## As Carmelitas Descalças em Portugal

A vida exemplar dos Carmelitas Descalços de São Filipe sob a direcção do P. Ambrósio Mariano de São Bento criou muitas amizades na capital lisboeta. Por isso a Reforma teresiana foi acolhida com a mesma simpatia pelo povo português como pelo espanhol. Muitos cavalheiros e fidalgos desejavam ter na capital uma comuni-

<sup>11</sup> Até este momento os conventos de Portugal estavam sob a dependência de Andaluzia a Baixa.

<sup>12</sup> A respeito dos benfeitores que ajudaram a fundação deste convento, cf. *Chronica de Carmelitas Descalços, particular do Reyno de Portugal e Província de Sam Filipe*, t. I, livro II, cap. LV, n. 589, p. 497.

<sup>13</sup> A Igreja não era muito grande. Media trinta e oito palmos de comprimento por vinte de largura. Cf. *Ib.*, n. 588. Sólida escalinata partida em duas, como acontecia com muitos palácios do Renascimento italiano, que dá acesso a uma pequena praça, onde se levanta a Igreja.

<sup>14</sup> Cf. *Monumentos sacros de Lisboa* em 1883, por Luís Gonzaga Pereira, p. 85ss.

dade de Carmelitas Descalças<sup>15</sup>. Lisboa oferecia facilidades que outra cidade não podia dar.

Apresentado o projecto por nobres pessoas ao P. Mariano que muito agradeceu e prometeu fazer chegar o mais depressa possível ao P. Provincial. O mesmo projecto se apresentou à consideração do Cardeal Alberto, governador de Portugal por ordem de Filipe II, que achou excelente a ideia e incumbiu o P. Mariano de realizar quanto antes o que a Câmara tinha pedido. No dia 16 de Outubro o P. Mariano põe-se a caminho de Sevilha para se encontrar pessoalmente com o Provincial.

O caso das Carmelitas Descalças era assunto delicado. Poderia criar-se um contencioso entre as dioceses de Lisboa e Évora. Já em vida da santa D. Teotónio de Bragança, Arcebispo de Évora, lhe tinha pedido uma fundação de Carmelitas Descalças na sua diocese. Esta só não se fez na altura devido às guerras de sucessão. D. Teotónio já tinha casa preparada e renda.

Quando este teve conhecimento que Lisboa também o intentava, reclamou o direito que lhe assistia para ter a primeira comunidade que se estabelecesse em Portugal. Quando o Provincial, P. Gracián<sup>16</sup>, teve conhecimento do pedido de Carmelitas Descalças para a cidade de Lisboa não deixou de ficar perplexo. Ele era conhecedor das diligências feitas, durante vários anos, por D. Teotónio de Bragança perante a madre Teresa. Era verdade as povoações serem desiguais em importância mas as relações mantidas por D. Teotónio com a santa pesavam muito sobre o Provincial. Se era duro para Gracián contrariar D. Teotónio, não era menos contrariar o Cardeal Governador e os nobres da cidade de Lisboa que esperavam com impaciência as Carmelitas Descalças.

<sup>15</sup> Quem mais se mostrou interessado na vinda das Carmelitas para Lisboa, foram D. Duarte de Castelo Branco, Conde do Sabugal, D. Luís de Alancastre, Comendador mór de Aviz, e D. João Lobo, Barão de Alvito. Estes senhores fizeram com que os vereadores da Câmara insistissem perante o P. Mariano para que as Carmelitas viessem. Também tiveram grande influência no P. Mariano as filhas do Conde de Linhares, religiosas da Anunciada. Cf. BERCHIOR DE S. ANA, *Chronica de Carmelitas Descalças, particular do Reyno de Portugal e Província de Sam Filipe*, t. I, l. I, cap. XXIV, p. 123

<sup>16</sup> O P. Jerónimo Gracián nasceu em Valladolid a 6 de Junho de 1545. Estudou na Universidade de Alcalá e, ordenado de sacerdote em 1571, ingressou no Noviciado de Pastrana em 1572 onde professou a 25 de Abril de 1573. Foi visitador de Carmelitas desde 1573 até 1578. Em 1581 foi eleito primeiro Provincial da família teresiana no Capítulo de Alcalá. Foi expulso da Ordem pelo seu sucessor no provincialato. P. Nicolau Dória (17 de Fevereiro de 1592), que previamente tinha intentado afastá-lo para o México (1587). Viaja a Roma com o intuito de submeter o seu caso ao Papa Clemente VIII e cai prisioneiro dos piratas tunisinos (1593). Esteve preso nas masmorras de Tunez, das quais foi resgatado a meados de 1595. Uma vez em Roma, o Papa reintegra-o novamente no Carmelo teresiano (6 de Março de 1596), mas não consegue ser admitido pelos Descalços. Morre no convento dos Padres Carmelitas Calçados de Bruxelas a 21 de Setembro de 1614.

O Provincial acabou por tomar a decisão por Lisboa, uma vez que era a capital do reino e porque nela se podia fundar em pobreza absoluta, como desejava a Madre Fundadora.

Resolvido o embaraço falam das religiosas que poderiam constituir a nova comunidade. Sobre a Priora não existe discrepância. Maria de São José é a pessoa mais indicada<sup>17</sup>. Era a predilecta da santa, educada por ela, amiga do recolhimento e observância, com muito engenho e dom de gentes, conhecedora como ninguém da espiritualidade teresiana. Para além de Maria de São José foram escolhidas: Mariana dos Santos (Vanegas), Branca de Jesus (Freile), filha de um rico português e Inês de Santo Eliseu (Morales)<sup>18</sup>.

Foram acompanhadas pelo P. Provincial, pelo Padres António de Jesus, prior dos Remédios, e Ambrósio Mariano, juntamente com um irmão leigo chamado João; Henrique Freile, pai da Irmã Branca de Jesus, Pedro Cerezo Pardo, grande e generoso amigo do P. Gracián e da descalçez, que com a sua generosidade habitual pagou todos os gastos da viagem e deu mais três mil cruzados para a nova fundação<sup>19</sup>. Para além disto disponibilizou vários dos seus criados e alguns moços para tomarem conta das cavalarias durante a viagem a Lisboa. A caravana estava composta por mais de vinte pessoas.

<sup>17</sup> Maria de S. José (Salazar) nasceu em Toledo em 1548. Parece que estava aparentada com os duques de Medinaceli e de muito pequena viveu no palácio de D. Luísa de la Cerda. Aqui a encontrou Santa Teresa em 1562, quando foi enviada pelos superiores a fazer companhia e consolar a D. Luísa de la Cerda, pela morte do marido em 1561. Seis anos mais tarde, quando Santa Teresa volta a Toledo para tratar com D. Luísa a fundação de Malagón, Maria de S. José tomou a decisão de seguir Teresa e suas companheiras, contudo só vestiu o hábito dois anos mais tarde, em Malagón (7 de Maio d 1570), quando contava 22 anos de idade. Professora a 11 de Junho do ano seguinte. De Malagón passou a Toledo de onde a Santa, em 1575, a tomou para fundar em Beas com intenção de a nomear priora de Caravaca. Quando no ano de 1576 Santa Teresa voltou de Sevilha para Toledo aí deixou de priora Maria de S. José. Em Dezembro de 1584 o P. Gracián mandou-a de priora para a nova fundação de Lisboa. Em 1603 o P. Francisco da Mãe de Deus, superior Geral da Ordem, ordenou-lhe que no meio do maior segredo deixasse Lisboa e se trasladasse a Talavera de la Reina onde devia esperar nova conventualidade. Chegou a Talavera no dia 7 de Setembro e oito dias depois foi mandada recluir no convento de Cuerva. Uma vez que a sua saúde era periclitante veio a falecer nove dias depois de chegar. Dela diz o P. Gracián: *Una de las mujeres de mayor pureza, santidad, espíritu, prudencia e discreción que después de la Madre Teresa de Jesús he conocido en la Orden, y la que más trabajo y contradicciones padeció por estar firme en que no se mudasen las leyes que su Madre Teresa les dejó ordenadas (Peregrinación de Anastasio, Diálogo XIII)*. Santa Teresa que muito a apreciava e à qual a unia um profundo afecto escreve numa carta: *Si mi parecer se hubiera de tomar, después de muerta (yo) la eligieran por fundadora, y aun en vida...* (Carta a Maria de São José, 17 de Março de 1582, 1)

<sup>18</sup> O P. Gracián recomenda a Maria de S. José que à hora de escolher as irmãs que a deviam acompanhar à nova fundação fossem bem fundadas nas coisas da fé, e desapegadas de milagres e revelações, porque se dava em Lisboa crédito às falsas chagas de uma mulher, e se fazia caso de suas revelações, e santidad fingida (*Chronica de Carmelitas Descalços...*, t. I, l. I, cap. XXIV, p. 125).

<sup>19</sup> Cf. *Chronica de Carmelitas Descalços...*, t. I, l. I, cap. XXIV, p. 126.

A 10 de Dezembro saíram de Sevilha em direcção de Lisboa via Olivença com a intenção de não passarem por Évora receando que D. Teotónio lhes saísse ao caminho e não as deixasse continuar viagem retendo-as na sua diocese.

Uma vez que Frei António de Jesus também acompanhava a comitiva, o P. Gracián, antes de sair, nomeou Frei João da Cruz, vigário provincial até ao seu retorno. Apesar de algumas peripécias havidas na viagem<sup>20</sup> chegam a Coima onde embarcam para Lisboa com bom mar e tempo favorável.

Chegaram ao seu destino a 24 de Dezembro de 1584. No porto encontravam-se os seus irmãos de hábito e muita gente distinta esperando a chegada das Carmelitas Descalças. Ali mesmo se formou uma procissão em direcção ao convento dos Descalços onde se cantou um *Te Deum* de acção de graças.

O P. Mariano foi imediatamente falar com o Cardeal, dando-lhe conhecimento da chegada das Carmelitas do qual ele se alegrou muitíssimo. Como não tinham previsto alojamento provisório para as religiosas, estas passaram toda a noite no convento de São Filipe fazendo companhia ao Menino Jesus. No dia seguinte, por indicação do Cardeal, Príncipe Alberto, foram ao convento da Anunciada que as recebeu com os braços abertos. Aqui viveram durante pouco mais de um mês em santa e amigável amizade<sup>21</sup>, até que o P. Gracián, juntamente com o P. Mariano, encontrou lugar<sup>22</sup> e compraram umas casas para começar a sua vida de comunidade.

Preparada a casa para mosteiro, para ali se trasladaram as irmãs, no dia 19 de Janeiro<sup>23</sup>. O P. Gracián, na qualidade de Provincial, celebrou a primeira missa e colocou o Santíssimo Sacramento, dando à nova fundação o título de Santo Alberto, o que muito agradou ao senhor Cardeal Governador. Como manifestação do grande apreço que tinha pelas Carmelitas enviou-lhes uma boa soma de dinheiro, sedas para os paramentos e um cálice riquíssimo.

As Carmelitas de São José de Ávila é que não aceitaram tão bem como o Cardeal o titular da primeira fundação de Portugal e escreveram, com confiança de irmãs,

<sup>20</sup> Nada mais entrar em Portugal saiu-lhes ao encontro um grande cão raivoso. Arremeteu contra o P. António de Jesus atirando-o por terra. O mesmo fez ao P. Jerónimo Gracián que imediatamente foi socorrido por Pedro Cerezo. Ferido, o animal tornou-se mais raivoso, mordendo uns quantos cavalos. Dois deles acabaram por morrer alguns dias depois. Cf. *Chronica de Carmelitas Descalços...*, t. I, l. I, cap. XXIV, p. 127. O P. Gracián também narra o acontecimento no seu livro *Peregrinación de Anastasio*, Diálogo XIII. O cronista português serviu-se da relação que desta viagem escreveu Maria de José.

<sup>21</sup> Cf. *Chronica de Carmelitas Descalços...*, t. I, l. I, cap. XXV.

<sup>22</sup> Depois de muito pesquisar encontraram fora dos muros da cidade, na freguesia de *Santos o Velho*, umas casas sobre uma linda colina, com vistas em extremo agradáveis, muito perto do convento de São Filipe, de onde se via o largo estuário do Tejo e as embarcações que entravam e saíam no porto.

<sup>23</sup> A respeito da data não há acordo. O cronista português fixa a data de 19 de Janeiro, véspera de S. Sebastião. Cf. *Chronica de Carmelitas Descalços...*, t. I, l. I, cap. XXV, p. 132.



mostrando toda a sua estranheza por não terem escolhido o título de São José, como tinha feito a santa Madre com o seu primeiro convento. Com a mesma confiança de irmã e com finura e engenho Maria de S. José responde<sup>24</sup>.

Uma vez que se encontravam as Carmelitas em casa própria, o P. Gracián chama de Sevilha mais quatro religiosas para se juntarem a esta comunidade, são elas: Isabel de São Jerónimo (Ureña e Baca)<sup>25</sup>, Luísa de Jesus, Margarida da Conceição (Ramirez), de véu branco e Arcângela de S. Miguel (Núñez). As religiosas da Anunciada ao saberem que vinham de Sevilha para Santo Alberto novas habitantes querem que passem pelo seu convento e para isso mandam dizer ao Eminentíssimo Cardeal Alberto: *Que se lhe fizeram algum serviço em hospedar as Carmelitas Descalças, como sua alteza lhes mandara, lhe pediam agora em satisfação e prémio, que muito estimariam, que mandasse sua Alteza ao P. Provincial dos Carmelitas Descalços, que levasse àquele convento, antes de entrarem no seu, as Religiosas que estavam esperando de Sevilha, e as deixasse nele ao menos três dias*<sup>26</sup>.

Antes de deixar Portugal, o P. Gracián convoca eleições no dia 25 de Abril e sai priora a Madre Maria de S. José. Presidiram às eleições o P. Gracián, Frei Ambrósio Mariano e Frei Diego Evangelista que se veio a tornar célebre, mas de triste memória<sup>27</sup>.

Maria de São José, ao pouco tempo de estar em Portugal, tinha conquistado o coração das pessoas que a tratavam. Escreve o P. Silvério: *La M. Priora adquirió una celebridad de santa y discreta como pocas veces se habrán dado ejemplos en la historia del claustro. Bien necesitó de toda su santidad la M. María de san José para las pruebas por que hubo de pasar años más tarde*<sup>28</sup>.

Também este convento foi vítima das leis secularizadoras de 1834 e mais tarde da república. Segundo essas leis os conventos de religiosas passariam para propriedade do Estado por morte da última religiosa professa solene que estivesse em dito

<sup>24</sup> *Josepf, Patron general / Del Cármén, no es maravilla, / Que juzgue por desigual / Ser segundo en Portugal, / Siendo primero en Castilla. / Por general comunica / A los dos igual favor, / Mas por singular amor / Al Lusitano le aplica / Otro segundo Pastor. / Que en uno, y otro Carmelo, / Doblado espíritu, y zelo / A un no sufre en una ley, / Ni en la tierra un solo Rey, / Ni un Patron solo en el Cielo. / De todos es Patron Jozé, / Pero aquí se une Alberto / Gran defensor de la Fé: / Que de sus designios ve / Franco en Portugal el puerto. / Que del martirio la empreza / Que Alberto o mostró a Thereza / La execucion se difiere / Y desempeñar se quiere / En la sangre Portuguesa Cf. Chronica de Carmelitas Descalços..., t. I, l. I, cap. XXVI, p. 132s. Esta poesia também foi publicada no *Libro de Recreaciones*, Burgos, 1913, p. 197.*

<sup>25</sup> Esta Irmã, Isabel de São Jerónimo, tinha ido com santa Teresa para a fundação de Sevilha.

<sup>26</sup> *Chronica de Carmelitas Descalços...*, t. I, l. I, cap. XXVII, p. 134.

<sup>27</sup> Frei Diego Evangelista perseguiu Frei João da Cruz quando se encontrava doente em Úbeda e o próprio P. Gracián.

<sup>28</sup> SILVÉRIO DE SANTA TERESA, *Historia del Carmen Descalzo*, l. V, cap. XVII, p. 436. A Madre Maria de São José morreu em 1603 nas Descalças de Cuerva, povoação da província de Toledo.



convento em 1834. A última dessas professoras foi a madre Maria Madalena que viveu nesta casa até 1890, ano em que o estado tomou conta deste convento<sup>29</sup>.

O convento foi destruído, vindo a construir-se nesse lugar o Museu de Arte Antiga. A única coisa que se salvou do roubo e destruição foi a igreja. Sobre a porta de entrada encontra-se uma lápide de mármore com a seguinte inscrição: *Este convento de Sto. Alberto hé das freiras descalças de N.ª S.ª do Carmo.*

## Estima pelo Carmelo

A Descalcez teresiana em Portugal foi agraciada por ter nas suas origens dois filhos queridos da Madre fundadora; foram eles Jerónimo Gracián e Maria de S. José (Salazar). A actuação brilhante do P. Gracián, apesar de muito discutida que foi e dos amargos dissabores que lhe custou, granjeou a estima do Príncipe Cardeal Regente que lhe confiou difíceis negócios de estado e o tomou por íntimo conselheiro. A ele acodem Carmelitas e não Carmelitas para dirigir as suas consciências. Foi apóstolo infatigável de muitos soldados que viviam em Lisboa para manter a autoridade de Filipe II e livrar Portugal da invasão inglesa. O P. Gracián chegou a ser, sem dúvida nenhuma, dos eclesiásticos mais populares e queridos em Portugal<sup>30</sup>.

Muito próxima do P. Gracián encontra-se Maria de S. José em apreço e popularidade. Fiel ao espírito de Santa Teresa de oração e mortificação com que iniciou a Descalcez em Lisboa, bem depressa captou a simpatia da aristocracia feminina portuguesa.

Era tal a devoção e apreço que por ambos nutria, tanto o Cardeal Alberto como D. Teotónio de Bragança, que podia criar problemas. Estes ilustres Prelados consideravam o P. Gracián como Maria de S. José modelos acabados de virtude nos quais todas as comunidades religiosas se podiam rever. Não prevendo os perigos, era desejo tanto do Cardeal como de D. Teotónio que as Descalças reformassem grande parte das comunidades do Reino. Não foi fácil convencer o Cardeal da inviabilidade desta ideia e mais ainda o bom D. Teotónio de Bragança.

<sup>29</sup> Ao morrer a madre Maria Madalena viviam nesta comunidade religiosas que se chamavam “pupilas”. Não eram consideradas freiras, uma vez que o Governo tinha proibido noviciados e profissões. Eram jovens que se retiravam para os conventos vivendo como as freiras. O convento de Santo Alberto contava com onze destas jovens. Quando morreu a M. Maria Madalena o governo tolerou que elas pudessem viver em parte da casa durante algum tempo. Algumas permaneceram aqui até à expulsão em 1910.

<sup>30</sup> Cf. SILVERIO DE SANTA TERESA, *Historia del Carmen Descalzo...*, L. VII, cap. XV, p. 381.

## Província de S. Filipe

Como em Espanha, também os reis de Portugal estiveram muito unidos à Sede Apostólica. Manifestaram um alto apreço pelas Ordens religiosas a quem distinguiam e protegiam sinceramente com o seu afecto pessoal. A correspondência entre os representantes da Santa Sé e suas Majestades está cheia de numerosos e repetidos testemunhos de apreço dos reis, bem como para os Núncios, para a Igreja, mosteiros e conventos. Aparecem muitas referências a visitas que a Família Real portuguesa fazia às comunidades e funções religiosas, escritas com muito agrado pelos Núncios aos Secretários de Estado dos Papas.

A Reforma teresiana gozou de uma predilecção especial por parte da família real, vivendo ainda Santa Teresa, devido ao seu grande amigo e filho espiritual, D. Teotónio de Bragança arcebispo de Évora. Em 1582 fundava em Lisboa o P. Gracián o célebre convento dos Remédios e três anos mais tarde o das Descalças de Santo Alberto, pela tão querida filha de Santa Teresa Maria de S. José (Salazar), religiosa de grande virtude e talento e escritora maravilhosa. Foi tal a aceitação que o Carmelo Descalço teve por parte do povo português que ao pouco tempo se formou a Província portuguesa de S. Filipe, contando com numerosos conventos tanto na metrópole como nas colónias.

Esta Província conseguiu ganhar tal veneração e estima de todos, pela sua virtude, regular observância e cultivo da ciência que no dizer do P. Silvério: *quizá no alcanzó en sus respectivas naciones ninguna otra Província de la Descalcez teresiana*<sup>31</sup>.

No Capítulo Geral celebrado em Pastrana no ano de 1610 viu-se a conveniência das Províncias da Ordem se acomodarem aos Reinos de Espanha e Portugal. Foi decidido, então que os conventos de Portugal se juntassem e formassem a Província de S. Filipe. A decisão do Capítulo, embora razoável, não colheu o beneplácito de todos os capitulares. Os andaluzes não estavam de acordo e apelaram para Roma. O Papa remeteu a petição destes para três Cardeais que juntamente com o Procurador Geral da Ordem examinassem as razões.

Decorridos quase dois anos o Papa expediu um Breve em que encarregou o Senhor D. António Caetano, Arcebispo de Capua, seu Núncio em Espanha, que de sua parte notificasse o P. Geral Frei Afonso de Jesus Maria, para que considerasse e decretasse o que lhe parecesse mais a propósito.

<sup>31</sup> SILVERIO DE SANTA TERESA, *Historia del Carmen Descalzo*..., L. XII, cap. XXVI, p. 672.

O P. Geral reuniu os seus definidores para que lhe dessem o seu parecer. Ficou assente que a resolução do Capítulo de 1610 fosse executada e que se fizesse uma Província com o nome de S. Filipe, das casas que então havia em Portugal. O P. Geral mandou a Portugal o P. Francisco da Mãe de Deus, que acabou o seu ofício de geral e presentemente era Provincial de Andaluzia que presidisse ao Capítulo a celebrar em Lisboa a 27 de Outubro de 1612, e nele erigisse as casas de Portugal em Província. Foi nomeado Provincial o P. Bernardo de Santa Maria, que tinha sido até então vigário provincial. As *Actas* deste Capítulo, bem como as dos três seguintes, foram redigidas em Castelhana<sup>32</sup>.

Apesar da Reforma teresiana proceder de Castela, nome a evitar por então, a estima do povo português pelos Carmelitas explica o desenvolvimento que chegou a alcançar, tanto entre o povo simples como entre as altas esferas do Estado. Esta estima veio a culminar na fundação régia da Estrela no século XVIII.

Os seus conventos eram visitados frequentemente pelas pessoas reais, principalmente estes dois da capital juntamente com o das Descalças de Carnide, onde viviam muitas religiosas da principal nobreza portuguesa e a filha do imperador Matias de Áustria. Por carta de 27 de Março de 1736 o Núncio informava o Cardeal Firrao das visitas frequentes e familiares que a Rainha fazia a este convento. Depois de muito conversar com as religiosas, umas vezes regressava ao Palácio, outras ficavam suas Majestades a participar da pobre refeição das Descalças.

Muito se empenharam as nossas comunidades por manter o espírito teresiano e a disciplina regular que se encontrava em decadência em Portugal bem como nas demais nações da Europa. Este zelo por manter vivo o espírito teresiano teve, por este tempo, na Província portuguesa religiosos de sólida cultura e acentuada virtude, desde o P. Sebastião da Conceição até o P. Inácio de São Caetano, confessor da rainha D. Maria I, e arcebispo titular de Tessalónica<sup>33</sup>. Era de tal modo apreciado o P. Sebastião da Conceição, que o Núncio viu-se na obrigação de comunicar a sua morte ao Cardeal Secretário de Estado, o que costumava fazer com os importantes personagens do Reino que morreram no seu tempo.

<sup>32</sup> Cf. *Chronica de Carmelitas Descalços...*, t. I, l. III, cap. I, p. 501-503.

<sup>33</sup> A fama de Inácio de S. Caetano foi-se estendendo por todo o reino até que chegou ao trono. Em 1770 foi nomeado bispo de Penafiel, confessor da rainha D. Maria I e seu conselheiro. Em 1787 foi nomeado Inquisidor geral, cargo que desempenhou com grande zelo e competência até à sua morte que teve lugar a 29 de Novembro de 1788, à idade de sessenta e nove anos. Os seus restos mortais foram sepultados nos Carmelitas Descalços de Carnide, até 1790, em que foram trasladados para a Basilica da Estrela onde actualmente repousam.

## As missões na Província de S. Filipe

### *TERESA DE JESUS E AS MISSÕES*

Aquando da fundação dos Carmelitas Descalços em Portugal, realizou-se outro grande sonho de Santa Teresa de Jesus: as missões. O zelo de Filipe II pela dilatação da fé católica e os fervores missionários de santa Teresa de Jesus encontraram eco no Carmelo reformado e este resolveu ir à conquista de almas para Cristo.

Uma vez que Filipe II tinha alto conceito da Reforma teresiana viu que os seus membros, religiosos exemplares, seriam pessoas indicadas para levar a cabo a evangelização entre pagãos. Reiteradamente o manifestou ao P. Ambrósio Mariano. Este por sua vez comunicou o desejo do Rei a Teresa de Jesus e ao P. Jerónimo Gracián. E no dia 5 de Abril de 1582, às seis da manhã, na presença de Filipe II, saem os cinco primeiros missionários Carmelitas Descalços rumo ao Congo. A iniciativa não teve sucesso. O navio “Santo António” onde iam os missionários carmelitas, ao chocarem com os navios, em poucos segundos se afundou.

Sai uma nova expedição de Lisboa no mês de Abril de 1583 rumo a Angola, para dali passarem ao Congo. Na viagem caíram nas mãos de corsários luteranos que maltrataram os religiosos, acabando por os deixar sem roupas numa das ilhas de Cabo Verde. Nas condições em que se encontravam, alguns com pouca saúde, não podiam continuar viagem para o Congo e regressaram a Lisboa.

### *O CARISMA TERESIANO POSTO EM CAUSA*

Antes da terceira expedição começaram as disputas sobre a conveniência das missões. Nesta situação o P. Jerónimo Gracián convocou o Capítulo de Almodôvar del Campo (1583). Participaram neste Capítulo 26 religiosos, entre os quais se encontrava Frei João da Cruz<sup>34</sup> e o P. Ambrósio Mariano, Prior do convento de S. Filipe de Portugal e segundo definidor. Neste Capítulo foi abordado o espírito missionário da nascente Reforma. Nem todos estavam de acordo e alguns manifestaram-se contra, apresentando como argumentos os insucessos havidos. Os “muy eremíticos”

<sup>34</sup> Conforme escreve o P. Tomás de la Cruz: *San Juan de la Cruz, contra cuanto dijeron cronistas y biógrafos antiguos, nunca dio su apoyo a la objeción antimisionera, y sí en cambio en vísperas de su muerte emprendió el camino de las Indias, escogió compañeros entre los voluntarios decididos a la obra de conversiones.* Cf. *Contemplación y espíritu misionero en el Carmelo Teresiano primitivo*, em, *El Monte Carmelo* (64 (1956) p. 2.

iam aumentando e encontravam argumentos de todo o género para pôr em causa as missões. O P. Ambrósio Mariano desfez este modo de fundamentar pareceres, *mostrando, que nem sempre os ruins sucessos são sinais de que Deus não gosta da coisa, que se fazia*<sup>35</sup>. Por fim o Capítulo aprovou por maioria de votos a continuação das missões em terra de infiéis. A partir daqui começa a preparação da terceira expedição.

Foram vários os religiosos que se ofereceram ao P. Provincial para irem ao Congo seguindo o exemplo dos primeiros missionários<sup>36</sup>. O Provincial não podia abafar este espírito, e escolheu três religiosos para a terceira expedição. Foram eles, os Padres Diogo da Encarnação e Diogo do Santíssimo Sacramento, e o Irmão Francisco de Jesus, o “indigno”, alcunha que ele escolheu para si devido à sua humildade.

O bispo de S. Tomé, D. Martinho de Ulhoa, que ia para aquelas paragens, quis levá-los na sua companhia, embarcando no mesmo navio. Saíram de Lisboa no dia 10 de Abril de 1584, juntamente com mais seis naus da Índia de que era Capitão-mor o Vice-Rei D. Duarte de Menezes, fidalgo muito principal da casa de Tarouca. Os nossos religiosos viajaram em companhia de “cem soldados portugueses”. Chegaram a Angola no dia 14 de Setembro e desde ali o P. Diogo da Encarnação escreve à Província, narrando os sucessos da viagem<sup>37</sup>.

De Luanda escreveram ao Rei do Congo avisando da sua chegada e manifestando grande desejo de se encontrarem com ele. Eles escrevem no dia 17 de Setembro e no dia 28 responde o Rei com uma carta muito simpática manifestando toda a sua alegria<sup>38</sup> e convidando-os para que se dirigissem à capital em companhia de D. Sebastião Manibamba.

Acomodados à nova realidade<sup>39</sup>, começam os religiosos a pregar e a administrar os sacramentos. Neste trabalho apostólico sobressai o Irmão Francisco de Jesus<sup>40</sup>. Eram chamados dos lugares circunvizinhos e todos reclamavam a sua presença, até mesmo do outro lado do rio Congo. Escrevem a Espanha pedindo reforços aos seus irmãos de hábito: *Procurem vir presto para cá, porque entendo que esta conquista*

<sup>35</sup> BELCHIOR DE S. ANNA, *Chronica de Carmelitas Descalços...* t. I, l. I, p. 112.

<sup>36</sup> Cf. BELCHIOR DE S. ANNA, *Chronica de Carmelitas Descalços...* t. I, l. I, p. 113.

<sup>37</sup> *Ib.*, p. 113-118.

<sup>38</sup> *Ib.*, p. 119.

<sup>39</sup> Aos nossos religiosos foi dada como residência na capital a Igreja da Conceição com um bom pedaço de terra.

<sup>40</sup> Perante a actividade exercida pelo irmão Francisco de Jesus, decidiram que ele se ordenasse de sacerdote. Francisco resistiu, mas perante a urgente necessidade de agentes sacerdotais para a tarefa evangelizadora e sacramental aceitou com humildade. Foi ordenado pelo bispo de São Tomé que se encontrava de passagem no Congo. Com a sua ordenação sacerdotal a actividade apostólica aumentou imenso.

*das almas destas partes aguarda Deus para nós; Ó, pelas entranhas de Jesus Cristo, Padres e Irmãos, que nos venham ajudar, venham, venham, que Deus lhes dará às mãos cheias*<sup>41</sup>.

Era tal o zelo que animava estes missionários, que eles se dispõem a ir a Espanha para conquistar mais religiosos para a causa missionária. Ao chegarem a Espanha procuraram o Provincial, que neste momento era o P. Nicolau Dória, eleito no Capítulo de Maio de 1585. Este recebeu-os com os braços abertos, pois os considerava já mortos, mas “presto declaró su resolución de no favorecerlos para la vuelta, con que quedaron no poco desconsolados, y aún escrupulosos”<sup>42</sup>. A corrente “eremítica” existente na Reforma vencerá a teresiana. A mudança de Provincial leva consigo a mudança de critério para com as missões. O parecer da Província fecha a porta a esta missão<sup>43</sup>.

Mas esta decisão não apagou o espírito missionário que Teresa de Jesus transmitiu à sua Reforma. Os Carmelitas continuam com o desejo de voltar para o Congo. A isto junta-se a intervenção do Papa Paulo V em 1604. Este escreve uma carta à Congregação de Espanha mandando retomar a missão do Congo, mas o Geral da Reforma, P. Francisco da Mãe de Deus, fez ouvidos surdos a este apelo do Papa. Paulo V voltou a insistir, em 1608, exigindo o envio de missionários. Escreveu também a Filipe III e ao novo bispo de São Salvador do Congo recomendando os missionários Carmelitas. Com todas estas intervenções do Papa pensava-se que era chegada a hora de recomeçar a missão do Congo. As dificuldades não eram só internas, não provinham só do Provincial, P. Dória, e do Geral, P. Francisco da Mãe de Deus. Também se pensou e fizeram-se diligências para fazer uma fundação de Carmelitas Descalças no Congo. Gastaram-se muitas energias, entrou em acção muita gente, mas os efeitos foram nulos.

Os Carmelitas não acabavam de regressar ao reino do Congo, nem sequer por vontade expressa do Papa. Estes celebraram Capítulo em Pastrana e, no dia 8 de Maio de 1610, tomaram a decisão de enviar para o Congo o P. Diogo da Encarnação com dois companheiros. Mas chega a reacção do Conselho de Portugal que se opõe terminantemente à presença de missionários espanhóis no Congo<sup>44</sup>. Havia Carmelitas portugueses suficientes e dispostos a missionar o Congo. Fechou-se, assim, para

<sup>41</sup> BELCHIOR DE S. ANNA, *Chronica de Carmelitas Descalços*,... t, I, I, I, p. 118, 121.

<sup>42</sup> FRANCISCO DE SANTA MARIA, *Reforma de los Descalzos de Nuestra Señora del Cármen*, II, p. 92.

<sup>43</sup> Cf. FRANCISCO DE SANTA MARIA, *Reforma de los Descalzos de Nuestra Señora del Cármen*, II, P. 84.

<sup>44</sup> O P. Geral, P. Alonso de Jesus Maria fracassou nas suas diligências ao apresentar só candidatos espanhóis quando havia também portugueses interessados.

os Carmelitas espanhóis a possibilidade de renovar a Missão do Congo que poderia ter mudado a imagem da Ordem.

### *O CARMELO TERESIANO EM ANGOLA*

A porta da missionação do continente africano não se fechou. Esta tarefa estava reservada à Província portuguesa de S. Filipe. Perante o insistente pedido de D. Luísa de Gusmão, esposa de D. João IV, de missionários Carmelitas Descalços para se estabelecerem em Luanda, o Provincial, Fr. Sebastião da Conceição dá patentes a 10 religiosos com destino à capital de Angola. O motivo que o levou a isso foi o mesmo que no século anterior moveu os primeiros missionários a irem para o Congo.

Os religiosos destinados à Africa saíram do Tejo no dia 30 de Maio de 1659, e chegaram ao porto de Luanda a 28 de Setembro. Foram acolhidos, com todo o afecto, pelo Governador João Vieira, que lhes dispensou boas moradias para se instalarem. No dia 23 de Dezembro de 1659, começam a vida regular sob a direcção do P. Gregório de Santa Teresa que tinha sido escolhido Prior em Maio do mesmo ano. O padroado da nova fundação atribui-se aos reis de Portugal que edificaram o convento e a Igreja. Esta casa ficou a chamar-se: Casa-Mãe das missões Carmelitas em Angola.

Desde o princípio da fundação, grupos de missionários Carmelitas percorriam terras africanas, pregando o Evangelho solicitados pelas pessoas. Um dos que bateram à porta do convento, pedindo missionários para as suas possessões, que distavam 70 léguas, foi o soba Motemo Nambuanguo. Os dois religiosos designados para essa tarefa missionária tinham que atravessar os domínios de outro soba indígena. Este recebeu-os com toda a amabilidade e cortesia, mas pensando que os outros para onde eles se dirigiam se convertessem ao cristianismo e fossem ajudados pelos brancos contra ele decidiu mandá-los envenenar. Foram enterrados na selva pelos negros que os acompanhavam.

Dois anos mais tarde foram desenterrados para se lhes dar sepultura condigna em Luanda. Verificou-se, então, que os seus corpos estavam incorruptos. No acto incorporou-se o Cabido, o clero e muito povo. E todos proclamaram estes dois Carmelitas missionários, envenenados em 1664, “Mártires de Aquingengo”<sup>45</sup>.

Outro que se interessou em levar os Carmelitas para o Alto Ilamba, a 90 léguas de Luanda, foi o soba Bambo-a-Quitamba. Aqui construiu-se, em 1686, residência e

<sup>45</sup> Estes dois mártires foram o P. Fr. Domingos do Espírito Santo, natural de Ameixoeira, termo de Lisboa e o P. Fr. José dos Santos, natural de Braga.

Igreja tornando-se um florescente centro missionário, com o título de Santo Hilarião. Matamba, Ambaca, Dembos, Pango e Cassanje são outros lugares onde missionavam os Carmelitas Descalços.

A Província de S. Filipe não descuidava o relevo dos religiosos nessas terras distantes, ainda que isso custasse o sacrifício de vidas jovens que muitas vezes se perdiam na selva ou eram vítimas de naufrágios<sup>46</sup>. Segundo o relatório de 1750, foram 13 os Carmelitas Descalços que até essa data naufragaram nas viagens para Angola.

Estas fundações em Angola tiveram o mesmo destino das da Metrópole. O decreto de 28 de Maio de 1834, do ministro Joaquim António de Aguiar, extinguiu as Ordens religiosas, tanto em Portugal como nas suas colónias. O último Padre Carmelita deixou o convento de Luanda no dia 13 de Outubro de 1834. a partir deste momento serviu de quartel da Polícia de Segurança pública. A igreja foi cedida à Ordem Terceira de S. Francisco da Penitência. No dia 20 de Dezembro de 1906, foi constituída paróquia da cidade, com a invocação de Nossa Senhora do Carmo. Por decreto de 18 de Julho de 1945 foi declarada Monumento Nacional.

### *O CARMELO NO BRASIL*

A Província de S. Filipe não só olhou para a África, mas foi a primeira a enviar Carmelitas Descalços para a América do Sul e concretamente para o Brasil. Os moradores da Baía, ao tomarem conhecimento do zelo apostólico que animava os Carmelitas nas terras de Angola, insistiram com D. Vasco de Mascarenhas, Conde de Óbidos e o Vice-Rei dos Estados do Brasil que fizesse pressão junto dos superiores desta Ordem para abrir casa nesta cidade.

D. Vasco de Mascarenhas e a Câmara da Baía escreveram cartas aos Superiores fazendo o pedido. O definitório provincial reunido em Lisboa no dia 15 de Janeiro de 1665, rejubilou imenso com o pedido e aprovou a proposta por aclamação. Já o Provincial anterior, Fr. Miguel da Mãe de Deus tinha falado muitas vezes sobre a utilidade de ter um convento na Baía<sup>47</sup>. Como todos os triénios iam religiosos para

<sup>46</sup> Merece referência o naufrágio do navio onde viajava D. Fr. António do Espírito Santo, recém-eleito Bispo de Angola, na noite de 19 de Novembro de 1673. Vários passageiros perderam a vida. D. António, juntamente com outros companheiros, foi recolhido numa lancha que os conduziu a Benguela e depois a Luanda, que era a sede episcopal. Não resistindo por muito tempo às consequências do naufrágio, veio a falecer no dia 12 de Janeiro de 1674. Foi sepultado na Igreja do Carmo de Luanda.

<sup>47</sup> As naus que davam mais segurança eram precisamente aquelas que iam para a Baía. Por isso um convento nesta cidade prestaria um bom serviço aos missionários destinados de Portugal para Angola e vice-versa. Aqui permaneciam até recomçar a viagem.



o reino de Angola e circunvizinhos, poderia servir aquele convento como de escala, para os que fossem ou voltassem daquelas terras. Pedida a licença régia, foi autorizada por alvará real a 6 de Fevereiro.

Tratava-se de escolher um religioso que com prudência dirigisse tão grande manobra. A escolha recaiu em José do Espírito Santo que tinha sido fundador do convento de Braga e presentemente era Prior, por eleição capitular, do convento de Évora. Isto poderia dificultar a acção. Mas o que parecia difícil tornou-se fácil. O P. José, informado dos desejos dos superiores, imediatamente renunciou ao priorado de Évora e colocou-se à disposição do Provincial.

No dia 17 de Julho de 1665 saem os seis religiosos de Lisboa em direcção ao Brasil. Devido ao mau estado do mar que danificou o navio “Nossa Senhora da Conceição” tiveram que regressar, vindo a sair novamente no dia 15 do mês seguinte. A viagem correu tão bem que chegaram à Baía em dois meses menos um dia. Como era véspera da nossa Santa Madre Teresa de Jesus foram festejar com os Padres da Antiga Observância, onde ficaram hospedados alguns dias, num ambiente de muita fraternidade, até encontrarem casa.

No dia 1 de Novembro instalaram-se os religiosos, com toda a solenidade, numa casa oferecida por António Mendes Neto, no lugar chamado da Preguiça. Narra o cronista: *Concorreu à solenidade toda a Nobreza da capital da América, todo o Clero e todas as comunidades religiosas, sem que faltasse com a sua presença o Excelentíssimo e Preclaríssimo Vice Rey com todo o seu Estado-maior*<sup>48</sup>.

O lugar estava junto ao mar, e como agradava ao P. José, este resolveu adquirir outras moradias pertencentes a António Meneses por serem vizinhas da residência carmelita. No dia 29 de Janeiro de 1668, o Cabido concedeu licença para a construção do convento e para lá mudou a comunidade no dia 14 de Outubro de 1686, no meio de uma grande procissão. Depois dos andores, narra o cronista, *iam os Reverendíssimos e Devotíssimos Cónegos em forma de Cabido levando o Santíssimo debaixo do Pálio, em cujas varas, para evitar preferências, pegavam os Prelados das Religiões, o Esclarecido Chantre da Sé, Francisco Pereira, então Presidente. Cobria este pomposo acto o Excelentíssimo D. António Luís de Sousa IV Conde de Prado, II Marquês das Minas, que naquele tempo era Governador do Brasil. Acompanhava a sua Excelência a Nobilíssima Câmara e os Senhores Desembargadores, em corpo*

<sup>48</sup> MANUEL DE S. BENTO, *Chronica de Carmelitas Descalços, particular da Província de S. Filipe dos Reinos de Portugal, Algarve, e suas Conquistas*, (Manuscrito), t. IV, l. XV, cap. XIX, p. 693.

*do Senado e da Relação. Consumava a Procissão toda a mais Nobreza da cidade, a Tropa e um imenso povo*<sup>49</sup>.

Pelo tempo adiante foi-se acabando a Igreja, considerada uma das mais bonitas da Baía, inaugurada em 1697.

No Capítulo celebrado no Colégio de S. José de Coimbra a 11 de Abril de 1693 foram escolhidos os estudantes destinados ao Colégio de Filosofia da Baía. A 27 de Abril de 1693, aparece a primeira relação de 15 estudantes Carmelitas. Já no triénio anterior se tinham dado instruções para o governo desta Casa de Estudos da Baía<sup>50</sup>. No Capítulo celebrado no convento dos Remédios de Lisboa, a 20 de Junho de 1787, foi designado o convento do Porto para Casa de Noviciado em que eram formados os noviços, em número de 20, destinados aos conventos do Ultramar.

A primeira residência missionária que a descalcez abriu no Brasil foi em 1695, no mato Massaramdupio, situada a mais de vinte léguas a norte da capital.

A Reforma teresiana vai atravessar no Brasil tempos difíceis. Esta nação americana prepara a independência, proclamada a 27 de Setembro de 1822. Já Estado soberano, os conventuais de Santa Teresa da Baía iam passar dificuldades, devido à sua filiação portuguesa. Deu-se a cisão entre os religiosos e alguns deles regressaram a Portugal. Os 8 restantes procuraram salvar a Reforma teresiana.

Em 1828 o governo provincial deu ordens aos religiosos para se separarem da obediência dos superiores de Portugal. Os Carmelitas acatam a decisão e pedem à Santa Sé autorização para elegerem Vigário Provincial e erigir noviciado próprio, o que lhes foi concedido pelo Breve “Per illustris” de 9 de Janeiro de 1830.

Em 1836, esta casa foi transformada em Seminário diocesano e os 4 Carmelitas Descalços que levavam o culto da igreja tiveram que se secularizar ou voltar a Portugal, em virtude do decreto-lei de 2 de Junho de 1840, que extinguiu a Reforma teresiana na Província da Baía.

### *Os CARMELITAS EM GOA*

A Congregação italiana de S. Elias nunca pôs em causa as missões no Carmelo reformado. A difusão do Evangelho em terras pagãs entrava a formar parte do

<sup>49</sup> *Ib.*, cap. XX, p. 697.

<sup>50</sup> Cf. Livro dos Capítulos Provinciais da Província de S. Filipe. Este manuscrito encontra-se na Biblioteca Nacional de Lisboa com o nº 8939. Foi publicado em 1992, numa edição reduzida, pelo P. José Carlos Vechina. Cf. p. 192.

carisma teresiano. Dando largas a este espírito, partiu de Roma, em 1604, um grupo de Carmelitas em direcção ao continente asiático, chegando até Goa, capital do território português no Estado da Índia. Aqui se estabeleceram com as devidas licenças do Vice-Rei e do Arcebispo, D. Cristóvão de Lisboa. Em 1620, o P. Fr. Leandro da Anunciação (Melgosa), natural de Burgos, fundou aí o convento de Nossa Senhora do Carmo. Quando em 1629, o Conde de Linhares veio governar a Índia, trouxe *ordem régia para que por bons modos persuadissem os Carmelitas a desfazerem a casa começada em Goa. Mas estes religiosos não se desapegaram dela. E não se impediu esta construção por serem estes religiosos muito úteis na Índia*<sup>51</sup>. Esta casa foi destinada para Noviciado e estudos superiores. Em 1633, construiu-se em Diu uma residência com Igreja, sob invocação de S. José.

A vida religiosa destes Carmelitas ia decorrendo normal até que em 1640 teve lugar a independência de Portugal. Neste ano D. João IV restaurou a monarquia em Portugal e, em virtude de um decreto real, todos os conventos da descalcez, levantados pela Congregação italiana nos domínios da coroa lusitana, ficavam sujeitos à jurisdição da Província de S. Filipe de Portugal. Embora as cartas régias, enviadas de Lisboa para o Vice-Rei do território goês, não tenham sido executadas no momento, criaram um ambiente de violência para com os Carmelitas portugueses ali residentes. As cartas ordenavam a expulsão dos missionários estrangeiros.

D. João IV e o Provincial Carmelita nomearam o P. Fr. João de Cristo Visitador daquelas terras e Prior do convento de Goa. Em Abril de 1642, acompanhado por mais oito Carmelitas Descalços da Província de S. Filipe, embarcaram em direcção a Goa<sup>52</sup>. A viagem foi feita no meio de muitas peripécias. Conta o cronista: *Pela corrupção dos alimentos, intemperança dos ares e diversidade dos climas a que passavam, foram imensas as enfermidades, que se originaram no galeão, em que iam; resultando daqui morrerem muitos e os que escaparam deste último conflito padeceram na falta do necessário, e com o rigor da epidemia, imensidade de trabalhos, moléstias, e aflições penosíssimas*<sup>53</sup>. Três dos nossos religiosos vieram a falecer<sup>54</sup>. Entre cala-

<sup>51</sup> RICARDO MICHAEL TELLES, *Os Carmelitas e os seus conventos* (Separata do Boletim do Instituto Vasco da Gama, Bastorá (Índia), 1943, p. 20.

<sup>52</sup> Três destes religiosos, P. Fr. João Baptista, o Ir. Corista Fr. Agostinho de S. José, e o Ir. leigo Fr. Diogo de Jesus foram vítimas dum contágio mortal que enlutou o galeão São Bento durante a travessia e vieram a falecer na Santa Casa da Misericórdia de Moçambique. Foram sepultados na Igreja.

<sup>53</sup> JOSEPH DE JESUS MARIA, *Chronica de Carmelitas Descalços, particular da Província de S. Filipe dos Reinos de Portugal, Algarve, e suas Conquistas*, t. III, l. VII, cap. XXXI, p. 306.

<sup>54</sup> Foram eles P. Fr. João Baptista, o Ir. Corista Fr. Agostinho de S. José, e o irmão leigo, Fr. Diogo de Jesus. Foram sepultados na Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Moçambique

midades e apertos navegavam os nossos missionários prestes a perderem as vidas. Levantou-se uma forte e violenta tempestade e o galeão começou a cacear. Tiveram que atracar em Moçambique com o navio totalmente arruinado. Não sabemos nem o dia nem o mês em que levantaram ferro do porto de Moçambique. Sabemos somente que desembarcaram em Goa os seis religiosos que escaparam da morte e do naufrágio.

Chegados a Goa o P. Fr. João de Cristo, em conformidade com as instruções que levava do Rei e dos superiores da Província, começou imediatamente a exercer a sua jurisdição de Visitador Apostólico. O ambiente e as relações entre italianos, espanhóis e portugueses não era nada bom. Causava compaixão ver o deplorável estado em que os Carmelitas italianos e espanhóis deixaram o convento de Goa e demais casas existentes na Índia. O P. Fr. João de Cristo não se furtou a nenhum género de sacrifício para introduzir nos Conventos da sua jurisdição a paz e a tranquilidade.

O P. Fr. João de Cristo acabará por satisfazer os pedidos que desde há muito tempo vinham do Canará, enviando alguns missionários para evangelizar aquela gente. O P. Visitador vê que a sua acção não se deve cingir a Goa e por isso decide sair com outros missionários, e repartirem-se por aquelas regiões e cidades do Oriente. Foram caminhando por toda a Costa de Malabar com o desejo de chegarem a Cochim. Chegados a esta cidade entregaram-se de alma e coração à pregação do Evangelho. Muitos dos bons cristãos não desejavam outra coisa que a fundação dum convento carmelita naquela cidade. Apesar do Governador de opor raivosamente à ideia da fundação, esta acabou por fazer-se com muito gosto e agrado de todos. Ficaram alguns religiosos em Cochim e outros espalharam-se por diversas partes daquelas regiões.

De Moçambique chegavam pedidos ao P. Visitador. Estas gentes queriam os Carmelitas nas suas terras. Tinham boa impressão deles aquando da sua passagem em direcção a Goa. Deus satisfez os seus desejos na *conducta do Padre Visitador Apostólico Frey João de Christo, o qual se achou alli pelos annos de 1642 com o Padre Frey Valeriano da Madre de Deos, e outros Companheiros, cujos nomes não sabemos, por nos faltarem relações*<sup>55</sup>. Possuímos algumas notícias que o P. Frei João de Cristo

<sup>55</sup> JOSEPH DE JESUS MARIA, *Chronica de Carmelitas Descalços,...*, t. III, l. VII, cap. XXXIV, p. 335. Possuímos poucos dados acerca da presença dos Carmelitas em Moçambique e noutras zonas pelo simples facto. Um superior do Convento dos Remédios de Lisboa resolveu emprestar ao Licenciado Jorge Cardoso tudo o que havia no arquivo das nossas missões, pela amizade que existia com este senhor. Valendo-se do trato sincero e afectivo dos religiosos pediu que lhe franqueassem os Cartórios o que veio a acontecer. Resultado: *Huma grande copia de Papeis, que continhão os Originais de todas as muitas, e exactas noticias, que se haviaõ ajuntado por ordem dos Prelados, para que servissem a esta Historia, nos levou o Licenciado Jorge*

deixou espalhadas em várias partes de um livro que compôs sobre as excelências do Carmelo e a que deu o título de *Fonte de Elias*. O acolhimento que Moçambique dispensou aos Carmelitas foi excepcional. Os principais do povo tomaram tanto à sua conta aquela fundação, como se a cada um fora de muita importância o efectuar-se. A poucos meses daquela fundação, celebrou-se a festa solene de Nossa Senhora do Carmo. Neste dia o povo mostrou quanto estimava ter ali a Ordem. O P. Frei Valeriano da Madre de Deus escreve para Goa falando desta venração e estima: *Assistio o Governador com os mais nobres da terra, e as suas mulheres. Houve Missa, e prègação. O Governador Comungou, como Irmão, que he do nosso Habito, trazendo ao pescoço o Santo Escapulário, e oferecendo-se protector nosso. Grande parte dos Nobres se fizèraõ Confrades, tomáraõ o Escapulário, e o trazem ao pescoço, e estaõ todos a matar por honra da Religiaõ*<sup>56</sup>.

Não sabemos ao certo quanto tempo esteve o P. Fr. João de Cristo nas missões do Oriente. Sabemos que pelo ano de 1648 ainda se encontrava em Goa. Também sabemos que os Carmelitas italianos nunca aceitaram o P. Fr. João de Cristo e menos a decisão do rei de Portugal. Por isso, partiram alguns para Roma, a valer-se da autoridade pontifícia, como único refúgio. Chegaram à Cúria Romana nos fins do Pontificado de Urbano VIII, e princípios do de Inocêncio X. Estes Papas, bem como aquele que lhes veio a suceder, Alexandre VII, estavam fortemente inclinados para os interesses de Castela e nunca quiseram reconhecer o Rei D. João IV como legítimo e verdadeiro senhor de Portugal. Desta maneira acharam os Carmelitas italianos protecção favorável à causa que os levava de Goa até Roma. Munidos de Censuras e poderes Apostólicos regressaram à Índia para intimar o Visitador, Fr. João de Cristo, caso não quisesse desistir da sua missão de Visitador.

Todas as Ordens e Congregações deste Estado, menos uma que se manifestou indiferente, se declararam favoráveis aos Carmelitas portugueses, oferecendo os seus conventos para os acolher. Os Carmelitas italianos depuseram o Visitador, P. Fr. João de Cristo. A ele e seus companheiros lançaram-nos fora dos conventos, despediram os noviços que tinham recebido, e aos já professos anularam as profissões, *com outros excessos que cala a pena, e não sabe escrever a modéstia*<sup>57</sup>.

---

*Cardoso, para compôr a sua. Protestou pela retribuiçãõ, e nós, fiados da sua consciência, fomos deixando de requerer a dívida, até que ultimamente morreo este grande Homem, sem no-la pagar (Ib., p. 335s).*

<sup>56</sup> Carta de 20 de Julho de 1643. Cf. Ib., p. 337.

<sup>57</sup> Ib., p. 348.

Convencidos os religiosos portugueses que querer continuar ali era remar contra a maré, decidiram voltar para Lisboa. Informados os superiores da situação, estes informaram o Rei. Este não fez outra coisa que tomar, por último expediente, a decisão de fazer desaparecer dos seus domínios os Carmelitas italianos. Executou-se esta ordem sem que se fizessem valer os muitos e poderosos requerimentos, que por parte dos italianos se fizeram na Corte.

Como era bem conhecido o fruto que na conversão dos infiéis e no aproveitamento espiritual das pessoas realizavam os nossos religiosos no Oriente, o Rei não desistiu da resolução tomada e insistia com os Carmelitas portugueses que fossem habitar os conventos que deixavam os de Itália. Os nossos missionários não deixaram de informar os superiores da grande necessidade que havia naquela região da sua presença, não tanto pela vontade do Rei, quanto pelas outras Ordens e Congregações que desenvolviam ali o seu apostolado. Este assunto foi proposto ao Capítulo Provincial. Era uma *empresa tão própria do nosso Instituto, e votos de N. Santíssima Patriarca, que por um tal fim se animou a reformar a Religião, e instituir a Descalcez Carmelitana. Cada um daqueles Veneráveis Capitulares desejava com vivo zelo ser o primeiro, que desse exemplo aos demais numa expedição, que supunham tanto do agrado de Deus*<sup>58</sup>.

A Província encontrava-se numa situação em que isto não era possível, pelas seguintes razões: falta de religiosos e de recursos económicos, uma vez que estas expedições eram muito dispendiosas. Mas nenhuma destas razões eram suficientes para aquietar o zelo de muitos religiosos, que entranhadamente desejavam passar aos Estados da Índia e dar neles a vida pela propagação da fé.

Recorreram ao Rei com memoriais e este, como era tão afecto à Ordem, conformou-se com os seus pareceres, deixando para melhores tempos a realização dos seus desejos. Suspensa, por este motivo, a Missão da Índia e verificada efectivamente a expulsão dos Carmelitas italianos de todas as conquistas do Oriente, resolveu, muitos anos depois, o Rei D. João V revogar o decreto de expulsão. Se ditos Padres italianos quisessem povoar os conventos da Índia, poderiam fazê-lo com a condição de passar primeiro pela Corte de Lisboa para aí fazerem juramento de fidelidade ao Rei.

O convento de Goa já se encontrava ocupado pelos Padres da Congregação do Oratório e o de Diu estava dado em depósito pelo Arcebispo Primaz da Índia aos religiosos de S. João de Deus. Então o Rei pela grande devoção que professava à nossa

<sup>58</sup> JOSEPH DE JESUS MARIA, *Chronica de Carmelitas Descalços, ...*, t. III, l. VII, cap. 36, p. 349s.

Reforma insiste que fossem os seus filhos a povoar ditos conventos com preferência a todas as demais Ordens e Congregações. Torna-se a ventilar o assunto na Província, mas como as razões apresentadas anteriormente continuavam de pé, não se pode satisfazer os desejos do Rei.

Os Carmelitas Descalços da Congregação de Itália instaram com os superiores da nossa Província para que aceitássemos a generosa oferta do piedoso monarca apresentando as suas razões, mas nenhuma delas resolvia as dificuldades apresentadas antes ao Rei. Uma vez que a Província não podia abranger tudo, as missões de Angola, Baía, Pernambuco e agora a Índia *não quis Sua Majestade violentar-nos a ir à Índia, e deixou este negócio reduzido ao seu primeiro estado*<sup>59</sup>.

### **Congregação de Nossa Senhora do Monte Carmelo**

Quem conhece a história de Espanha e Portugal dos séculos XVII e XVIII não se admira da tendência emancipadora que se nota nas comunidades religiosas portuguesas dependentes do governo de Espanha. Esta situação agravou-se quando Carlos III, por aversão aos ingleses, estabeleceu com França o Pacto de Família (26 de Agosto de 1761). Uma vez que o rei português se negou a aceitar as exigências de Carlos III para entrar no Pacto, este reuniu tropas em Zamora e entra em Portugal pelas províncias do norte. Esta política distanciou ainda mais os portugueses da nação vizinha.

Era razoável que, na Província de S. Filipe, começassem a aparecer em muitos dos seus religiosos tendências de separação do governo da Congregação de Espanha. Mas o problema não era de governo interno da Congregação de Espanha para com a Província de S. Filipe pois, uma vez emancipados, continuaram com as mesmas práticas conventuais e as mesmas leis que a Congregação tinha. O problema era político: tratava-se de cortar com um governo que estava irritando o sentimento de independência de um povo.

Em 1762, depois de se ter celebrado o Capítulo ordinário, os religiosos, temendo uma nova guerra que poderia cortar as comunicações com Castela, começaram a alimentar desejos de separação. Dez anos mais tarde o assunto estava maduro. Os Reis e o governo acharam razoável a ideia e apoiaram-na decididamente.

<sup>59</sup> Ib., p. 352.

No dia 6 de Junho de 1772, o Provincial, Frei Paulo de Jesus Maria, congregava em Lisboa o Capítulo ordinário. Nas “vocatórias” e nas *Actas* de dita assembleia, diz-se que era Capítulo provincial *com vigor de Capítulo geral*. Para isso tinham as Letras do Núncio e o visto bom de Pombal, ministro de Estado.

Presidiu às sessões capitulares o P. Inácio de São Caetano, bispo de Penafiel e confessor de D. Maria I. No dia 7 procedeu-se à eleição do Geral, que recaiu na pessoa do P. Rodrigo de Santa Teresa. Os quatro definidores gerais foram eleitos por esta ordem: Manuel da Cruz, prior de Carnide, Carlos dos Santos, prior dos Remédios de Lisboa, Francisco da Visitação, prior de Figueiró dos Vinhos, e José da Expectação. No dia 10 do mesmo mês, as eleições capitulares foram confirmadas pelo representante de Sua Santidade.

Entre os acordos tomados no Capítulo encontramos: “Item determinou o capítulo, que o Prelado superior da Província que sair eleito se intitule Prior Geral seguindo o costume de todas as Religiões deste Reino, que não reconhecem Prelado Superior fora dele; e tivesse as mesmas faculdades, que tem o Geral pelas leis, excepto naquelas coisas que lhe forem limitadas”<sup>60</sup>. Foi também decretado que não houvesse mais definidores que os gerais e que estes gozassem das mesmas prerrogativas das pelas Constituições da Congregação de Espanha que continuariam a ser observadas na nova Congregação.

A nova Congregação durou pouco tempo, devido às guerras napoleónicas e aos governos liberais em quase contínua revolução (1834).

## Restauração da Ordem em Portugal

Como já vimos, por decreto de 28 de Maio de 1834, o ministro Joaquim António de Aguiar, chamado o “Mata-grades” extinguiu as Ordens religiosas, tanto em Portugal como nas suas colónias. Já no ano anterior (5 de Agosto de 1833), o mesmo tinha dado um decreto em que eram proibidos os noviciados. Os noviços existentes ao tempo de publicado o decreto deviam voltar para suas casas.

---

<sup>60</sup> Livro dos Capítulos Provinciais (1612-1772) da Província de S. Filipe e Capítulos Gerais (1772-1808) da Província de N. Senhora do Carmo da Ordem dos Padres Carmelitas Descalços do Reino de Portugal, fólio 256. Este manuscrito encontra-se na Biblioteca Nacional de Lisboa com o nº 8939. Foi transcrito e publicado em edição reduzida pelo P. Fr. José Carlos Vechina, arquivista da Província de Nossa Senhora do Carmo, em 1992.



O segundo artigo do decreto dispunha: *Os bens dos conventos, mosteiros, colégios, hospícios e outra qualquer casa pertencente às Ordens religiosas, eram incorporados aos bens da Fazenda nacional.*

Desta maneira se extinguiu a florescente Congregação de Nossa Senhora do Carmo de Portugal. Os seus conventos foram fechados e destinados aos mais diversos usos. Os religiosos expulsos dos seus conventos ou procuraram refúgio nas famílias ou faziam de capelães e confessores de algumas religiosas.

A restauração da Ordem em Portugal não se realizou tão depressa como em Espanha devido a vários factores. Por um Decreto de 18 de Abril de 1901 foram permitidas as Congregações religiosas que se dedicavam ao ensino, beneficência ou às missões. Por esta disposição tolerante estabeleceram-se algumas comunidades no país, mas isto foi sol de pouca dura, uma vez que com a entrada da República, o governo de Teófilo de Braga (8 de Outubro de 1910) executou novamente as leis de Pombal e as de 1834.

Passados os excessos da vitória republicana, muitos religiosos portugueses continuaram a constituir pequenas comunidades, até que em Abril de 1933, com a subida ao poder de António Oliveira Salazar e pela aprovação de uma nova Constituição a Igreja encontrou a liberdade tão desejada. Anos mais tarde (1940) tem lugar a *Concordata* entre a Santa Sé e a República Portuguesa, considerada modelo para a época, em que são ajustadas as relações entre a Igreja e o Estado. Segundo a *Concordata* a Igreja Católica pode organizar-se livremente, de harmonia com o Direito Canónico, e constituir associações ou organizações, a que o Estado reconhece personalidade jurídica<sup>61</sup>.

Para a restauração do Carmelo teresiano as dificuldades não foram poucas. Desde a ex-clausuração (1834) até este momento desapareceram todos os religiosos.

Mais uma vez entra em acção o Arcebispo de Évora, não já o D. Teotónio de Bragança, mas o D. Manuel Mendes da Conceição Santos. Numa visita *ad limina* aproveita para falar com o Papa da falta de clero na sua diocese. O Papa Pio XI recomendou-lhe que falasse com os Carmelitas Descalços. Aproveitando a sua permanência em Roma, encontrou-se com o P. Geral que se manifestou muito receptivo. As propostas apresentadas pelo Arcebispo agradaram e foram assinadas no dia 7 de Setembro de 1926 em Marselha. O Definitório Geral em reunião celebrada a 14 do mesmo mês, sessão 88, aprovou o projecto de fundação da casa de Évora.

<sup>61</sup> Cf. *Concordata*, art. 3.

O P. Ezequiel do Sagrado Coração de Jesus, Provincial de S. Joaquim de Navarra foi encarregado de executar tal decisão. Para isso convida, como observadores, os Padres Serafim de Santa Teresa, superior de Calahorra, e Paulino de S. José, prior de Oviedo que, por terem estado no Brasil, se entenderiam melhor com o Arcebispo.

No dia 10 de Dezembro do mesmo ano saem em direcção a Évora. No dia 19 encontram-se com o Arcebispo na cidade de Elvas e falam sobre as possibilidades de implantar a descalcez na diocese<sup>62</sup>. Concluídas as negociações regressaram novamente a Espanha, no dia 21 de Dezembro de 1926, prometendo ao Arcebispo voltar, depois do Capítulo Provincial, para se instalarem definitivamente na diocese evorense<sup>63</sup>.

Realizado o Capítulo Provincial e divididas as ditas províncias era necessário designar os religiosos que viriam para a diocese de Évora. Para tal, no mês de Outubro de 1927, encontraram-se em Segóvia (Espanha) o P. Geral da Ordem e o senhor Arcebispo. Foram convidados também para esta reunião os Provinciais de Navarra e de Burgos, Frei Atanásio do Sagrado Coração de Jesus e Frei Marcelo do Menino Jesus.

Como o Provincial de Burgos se desentendeu de Évora por falta de pessoal, foi a Província de S. Joaquim de Navarra a assumir o compromisso. Para isso colocou à disposição do P. Geral dois religiosos que haviam de regressar do Brasil com conhecimento da língua e experiência do apostolado paroquial. Foram eles os Padres Bonifácio da Virgem do Carmo (Urighuen Zarate) recém-chegado do Brasil onde esteve onze anos e Marcial do Santíssimo Sacramento, também ele residente no Brasil por igual espaço de tempo.

O P. Bonifácio chegou a Alandroal no dia 28 de Março de 1928, tomando por sua conta o culto da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Castelo com plena jurisdição paroquial extensiva às povoações vizinhas. No dia 5 de Maio chegou o P. Marcial na qualidade de Delegado da Ordem<sup>64</sup> e como superior da nova casa. A 9 de Outubro,

<sup>62</sup> Na entrevista havida com o Arcebispo ficou decidido que seria Alandroal e as povoações circunvizinhas onde inicialmente os Padres Carmelitas iriam exercer o seu apostolado.

<sup>63</sup> O Capítulo teria lugar na semana de Páscoa do ano seguinte. Como no Capítulo ia ter lugar a divisão das províncias de Burgos e Navarra, os Carmelitas designados para Évora somente estariam disponíveis celebrado este. Perante esta situação o Arcebispo pediu que lhe fossem enviados Carmelitas pelo menos para a próxima Quaresma, o que veio a acontecer.

<sup>64</sup> A estes dois religiosos juntou-se um terceiro, P. David da Virgem do Carmo (Costa), natural do Senhor da Serra (Coimbra), professo da Província de Castela e conventual de Segóvia. Foi nomeado professor de música do Seminário de Évora, actividade que exerceu até final do ano lectivo de 1927-28. No dia 8 de Março do ano seguinte regressou a Espanha, voltando novamente a Portugal em 1930 com autorização do seu Provincial mas sem interferir na restauração da Ordem.

juntavam-se a estes dois os Padres Roberto de Jesus Maria (Zubiri) e Ângelo Jáuregui. Um ano depois, 7 de Outubro, veio o P. José de Jesus Maria (Rodríguez Manãricua).

O P. Bonifácio estabeleceu-se em Elvas e, ao pouco tempo, a casa de Alandroal começa a ser posta em causa. Os religiosos são unânimes em denunciar a falta de condições da casa de Alandroal para instaurar a vida carmelitana. Pensam também em Vila Viçosa, sugestão que o Arcebispo não achou por bem aceitar. No dia 25 de Agosto de 1931, o Capítulo Catedralício da diocese de Évora deu o seu voto favorável à entrega da paróquia do Salvador de Elvas aos Padres Carmelitas, onde actualmente se encontram.

### **Voltam as Carmelitas Descalças**

Ao pouco tempo de restaurarem os religiosos o Carmelo teresiano em Portugal, começam as filhas de Santa Teresa a fazerem as diligências necessárias para restaurarem o Carmelo feminino. Enquanto que a restauração dos religiosos foi feita por Carmelitas espanhóis, a restauração destas foi feita principalmente por Carmelitas portuguesas. Estas resistiram tudo o que humanamente lhes foi possível para não deixarem os seus conventos. Aliás as leis de supressão das Ordens religiosas femininas não foram tão rígidas. Os mosteiros femininos foram autorizados a continuar vida claustral até à morte das últimas religiosas com profissão solene anterior a 5 de Outubro de 1833. Estas eram reconhecidas como as únicas usufrutuárias dos bens conventuais que depois passariam para a Fazenda Pública. Outras leis publicadas pelo regime liberal, proibia a emissão de votos religiosos, contudo as comunidades femininas continuavam a admitir candidatas ao hábito e à profissão nas suas Ordens respectivas. Usaram um estratagema que lhes permitiu sobreviver, chamando-as oficialmente “pupilas cooperadoras”. O Carmelo feminino serviu-se do mesmo subterfúgio.

Nos finais do século XIX e princípios do XX, apesar do decreto de expulsão não ter sido revogado (31 de Maio de 1834), foram entrando em Portugal Ordens e Congregações religiosas, o que levou o governo a dar ordens de fechar os conventos e outras casas similares, ainda que com algumas excepções. Por Decreto de 18 de Abril de 1901 eram autorizadas associações religiosas de beneficência ou dedicadas ao ensino, bem como a actividades missionárias, com autorização do governo, o qual exigia para o seu consentimento, a aprovação de Estatutos que regiam ditas associações.

O instinto de sobrevivência levou alguns Carmelos femininos a adotarem certas actividades benéficas, para garantirem a sua continuação em Portugal. Mas ao pouco tempo (1910), com a implantação da República, todas foram expulsas dos seus conventos. Procuraram alojamento em casas particulares até encontrarem refúgio nos Carmelos de Espanha. As Carmelitas do retiro do Candieiro (Lisboa) fogem para Espanha, via Badajoz, onde esperam encontrar hospitalidade das suas irmãs de hábito, o que veio a acontecer com grande alegria da parte de todas. Mas esta alegria durou pouco tempo. As autoridades eclesiásticas pediram ao governo de Madrid que esta comunidade de Carmelitas se pudesse estabelecer em Badajoz ou noutra diocese de Espanha, pedido que foi negado. E mais ainda: concederam-lhes uns dias para saírem de Espanha de duas em duas. Repartiram-se entre sete famílias de Badajoz, que com muito carinho as receberam até que os seus parentes as fossem buscar de regresso a Portugal.

As duas fundadoras do convento dos Olivais saíram para São José de Zaragoza, de onde procediam: Madalena da Conceição e Tomasa de São Joaquim. Como para esta data já tinham morrido seis religiosas, ficaram somente doze. O P. Miguel da Sagrada Família, depois de muito trabalho, conseguiu colocá-las em diversos conventos, com o intuito de mais tarde as reunir novamente numa só comunidade. Os conventos que receberam as irmãs portuguesas foram: Sevilha, Córdoba e Zafra. Passados catorze anos de sã convivência e impossibilitadas de voltar ao seu convento do Candieiro, uma vez que tinha sido vendido pelo governo, as poucas que ainda viviam estabeleceram-se em Ronda (1924) na antiga igreja da Mercê.

O primeiro Carmelo a ser restaurado foi o de Viana do Castelo. A 15 de Março de 1928 o P. José Peixoto, da diocese de Braga, escreveu à Madre Constança Maria dos Anjos, Priora do extinto Carmelo de Aveiro, refugiada em Alba de Tormes e propôs-lhe uma fundação em Viana do Castelo. Apesar da sua avançada idade (81 anos), a Madre Constança, desejosa de regressar à sua pátria, aceitou a proposta e na madrugada de 21 de Junho de 1928 dirige-se para Viana do Castelo acompanhada das Irmãs Clara de Jesus Maria José e Carolina do Sagrado Coração do extinto Carmelo de Aveiro. Chegadas à cidade de Viana no mesmo dia 21 de Junho, alojaram-se numa pequena casa que lhes fora oferecida para iniciarem a restauração da Ordem. Todas as sobreviventes do extinto convento de Aveiro e que se encontravam espalhadas pelos Carmelos de Ávila, Valência, Ledesma e Madrid, foram chegando a Viana do Castelo. No dia 16 de Julho de 1928 foi celebrada a primeira missa nesta casa.

Uma vez que esta casita não reunia condições e encontrada uma outra para ai se trasladaram no dia 1 de Agosto de 1929. Feitas as devidas obras de adaptação, a inauguração teve lugar no dia 2 de Fevereiro de 1936, presidindo à cerimónia o Vigário Geral da diocese, uma vez que o Arcebispo, D. António Bento Martins Júnior, não pode estar presente. Neste mesmo dia teve lugar uma sentida homenagem à Madre Fundadora que com os seus 89 anos viu coroados os seus esforços de restauração em Portugal do primeiro Carmelo feminino.



# CÁLICE OFERECIDO POR FILIPE II AOS CARMELITAS DESCALÇOS

**Carlos Margaça Veiga**

[cmargaca.veiga@netcabo.pt](mailto:cmargaca.veiga@netcabo.pt)

Universidade de Lisboa | Academia Portuguesa da História

## RESUMO BIOGRÁFICO

**Carlos Margaça Veiga** é doutor em História pela Universidade de Lisboa, grau obtido com a dissertação *Poder e poderes na Crise Sucessória Portuguesa (1578-1581)*. Foi professor na mesma Universidade e com a docência direccionou a investigação para os âmbitos social, político, cultural e mental dos séculos XVI e XVII. Publicou *A Herança Filipina em Portugal* (Prémio Calouste Gulbenkian, História da Presença de Portugal no Mundo – Academia Portuguesa da História (2005); “A crise de 1578-1580 e a Perda da Independência” e “O Governo Filipino (1580-1640), in *História de Portugal*, vols. VI e VII, ed. Círculo dos Leitores; *Cardeal D. Henrique – O Casto 1578-1580* (2009); *D. Filipe I – O Prudente 1581-1598* (2009), ed. Academia Portuguesa da História. Académico Correspondente da Academia Portuguesa da História desde 2002, passou a Académico de Número em 2006, integrando o Conselho Académico desde 2011.



## CÁLICE OFERECIDO POR FILIPE II AOS CARMELITAS DESCALÇOS \*

CHALICE OFFERED BY PHILIP II TO DISCALCED CARMELITAS

### RESUMO

Ao assumir a realeza do reino de Portugal, Filipe II fez oferta de três peças de ourivesaria religiosa, escolhendo os espaços a que se destinavam segundo critérios políticos que, como Rei Prudente, muito bem calculou. Deixou nelas o seu retrato através do brasão de armas da Monarquia Hispânica, linguagem heráldica que, sendo de natureza abstracta, é forte veículo da representação da autoridade régia. Esta imagem simbólica foi sublinhada com a inscrição gravada do seu nome. Selecionou os locais em função da adesão à causa da sua sucessão na Coroa, para mostrar benevolência e conquistar simpatias, bem conhecedor das muitas discordâncias que havia em todos os estratos sociais, destacando-se uma activa militância entre as ordens religiosas. Todos os espaços seleccionados foram de carácter religioso. Privilegiou-se neste estudo o cálice oferecido à Ordem dos Carmelitas Descalços, que pela sua matriz castelhana e criação recente foi sua aderente incondicional, ao mesmo tempo que, pela sua frescura espiritual, transmitia as exigências reformadoras preconizadas pelo Concílio de Trento.

### ABSTRACT

By assuming the royalty of Portugal kingdom, Phillip II, as Rei Prudente, offered three religious goldsmithing pieces, choosing the spaces that followed an intended political criterion very well calculated. He left his portrait inside them through the coat of arms of the Hispanic Monarchy, heraldic language that, with abstract nature, is a strong vehicle for the representation of royal authority. This symbolic image has been underlined with the engraved inscription of his name. Well aware of the many disagreements that existed in all social strata, he selected the locations by their adherence to the cause of his crown succession to show benevolence and to gain sympathy, highlighting an active militancy among religious orders. All spaces that has been selected were religious. In this study, the chalice offered to the Order of Discalced Carmelitas was privileged, which for its Castilian matrix and recent creation was its unconditional adherent, while at the same time, by its spiritual freshness, it transmitted the reforming demands advocated by the Council of Trento.

\*O autor escreve de acordo com a antiga ortografia.

Encontra-se exposto, na secção de ourivesaria do Museu Nacional de Arte Antiga, um cálice em prata dourada, muito recentemente submetido a processo de conservação, com a seguinte inscrição na sua base

*PHILIPPPVS. II. HISPANIARVM. REX. ME DONAT. ANNO. 1582. //*  
*. D. LVDOVICO. MANRIQ3 [“VE”]. ELLE. MOSVNIS. REGIIS. PRAEFECTO<sup>1</sup>*

A entidade destinatária da generosidade régia foi a Ordem dos Carmelitas Descalços, que se encontra identificada pelo seu escudo gravado no fundo da base<sup>2</sup> [Fig. 1].

Constitui uma das três peças de ourivesaria oferecidas por Filipe II a Portugal, nos anos imediatos à agregação da Coroa portuguesa à de Castela, em 1581, não sendo conhecidas quaisquer outras doações de idêntica natureza ao longo do seu reinado que findou em 1598 [Fig. 2]. A proximidade ao início do governo da Coroa que assumia e o tempo breve em que o fez, tornam-nas indissociáveis dos agitados tempos que precederam o trânsito da dinastia de Avis para a dos Habsburgo ou Áustrias,



Fig. 1. < Fundo da base do cálice com o escudo da Ordem dos Carmelitas Descalços. © DGPC/LJF - Área de Metal.

Fig. 2. > Cálice oferecido por Filipe II de Espanha (I de Portugal) aos Carmelitas Descalços. MNAA inv. 9 Our. © DGPC/LJF - Área de Metal.

<sup>1</sup> Vertido em português, diz o seguinte: *Filipe II, Rei das Espanhas, oferece-me, no Ano de 1582. Sendo D. Luís Manrique Esmoler-Mor do Rei.*

<sup>2</sup> Agradeço ao investigador João Loureiro a informação sobre a existência do cálice no Museu das Janelas Verdes, que tornou possível a realização do presente trabalho.



como em Espanha é conhecida. A oposição à sucessão do monarca espanhol no trono português, transversal a todos os segmentos sociais, tem sido tema estudado, importando por isso entender as motivações da escolha régia dos espaços e entidades a que as ofertas se destinavam. Embora em cada uma haja particularidades a destacar, têm em comum serem espécimes de carácter religioso.

A sua natureza e a sequência cronológica da distribuição foram as seguintes: cálice doado à Sé de Elvas, em 1581, actualmente igreja de Nossa Senhora da Assunção<sup>3</sup>; o cálice de que nos iremos ocupar, em 1582; uma cruz-relicário em ouro e esmaltes, com um espinho da coroa de Cristo, oferecida ao Convento de Tomar, sede da Ordem de Cristo, em 1583<sup>4</sup>, sendo a de mais elaborada qualidade artística. Por se destinarem ao culto sagrado, subentende-se a intenção de poderem ser vistas durante as funções religiosas, em especial os cálices, de uso litúrgico mais frequente. Em todas o doador se fez representar pelo brasão de armas da Monarquia Hispânica, envolvido pelo colar da Ordem do Tosão de Ouro, a imagem de maior carga simbólica do poder régio e também a mais divulgada, se atendermos a que eram cunhadas nos *reales*, então moeda forte de muito ampla circulação - mas nunca nos cruzados portugueses-, e colocadas nos selos autenticadores da documentação oficial<sup>5</sup>. Por isso, esta representação heráldica é das muito poucas que, de modo permanente, se mostravam em Portugal, assim evitando ferir os sentimentos dos portugueses ressentidos com a união das Coroas.

Pelo significado político que as armas encerram e lugar que nas peças ocupam, presta-se também a ser interpretado como uma expressão de submissão do poder do Rei Católico, terreno e temporal, ao poder divino, superior e eterno. Esse poder era mostrado pela vastidão de territórios que integravam a Monarquia, encontrando-se cada um representado no brasão filipino, que passou por várias reconfigurações. Na que Filipe II lhe deu logo após a agregação de Portugal, a metade inferior continuou a exhibir o símbolo heráldico de cada um dos espaços austríacos e borgonheses herdados do pai, o imperador Carlos V, enquanto na metade superior, que reunia os

<sup>3</sup> Hoje encontra-se exposto no *Museu Diocesano de Arte Sacra* da cidade.

<sup>4</sup> Actualmente integrado no *Museu do Tesouro da Sé de Lisboa*.

<sup>5</sup> Na carta de Filipe II às Infantas suas filhas, Isabel Clara Eugénia e Catarina Micaela, escrita em Tomar a 3 de Abril de 1581, ao aconselhar sobre a colocação do lacre, diz o seguinte: *para mim não seleis as cartas [de resposta] com lacre, que rasga as cartas, excepto se colocado na parte que se corta. Este é o primeiro selo novo em que se puseram as armas de Portugal como vereis no que vai na caixinha*. AA: VV. (1998) - *Cartas para Duas Infantas Meninas: Portugal na correspondência de D. Filipe I para as suas filhas (1581-1583)*, Lisboa: Coedição com a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e Publicações Dom Quixote, p. 58.

reinos da Península Ibérica, foram acrescentadas as quinas portuguesas<sup>6</sup>. Ocupam o centro e sobrepõem-se aos demais símbolos, posição honorífica muito bem calculada, não só para agradar aos portugueses, mas também para exibir a maior glória do reinado de Filipe II: consecução da secular aspiração da União Ibérica, comum a Portugal e a Castela.

A pluralidade territorial e política da Península é também assinalada na inscrição gravada na base dos dois cálices, na qual Filipe II se afirma, não como rei de Espanha, mas “Rei das Espanhas” [Fig. 3], assim manifestando a essência da relação do poder régio com a estrutura compósita da Monarquia: o respeito pelos privilégios ou foros autonómicos de cada uma das partes, ou, dito de outro modo, o seu carácter foralengo. Em suma, o emblema heráldico e a inscrição acumulam e traduzem a complexidade da formação política que dava pelo nome de Monarquia Hispânica, de que o rei e a dinastia eram o elo aglutinador<sup>7</sup>.



Fig. 3. Base do cálice, onde se pode ver a inscrição e o brasão de armas filipino (fotografia tirada durante o processo de conservação do cálice). © DGPC/LJF - Área de Metal.

<sup>6</sup> Cfr. Miguel Metelo SEIXAS (2019) - *Quinas e castelos - sinais de Portugal*, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, p. 61.

<sup>7</sup> Sobre os conceitos de “Espanha” e “Espanhas”, cfr. António de OLIVEIRA (2015) - *Capítulos de História de Portugal (1580-1668)*, Vol. I, Coimbra: Palimage, p. 164.

Nas ofertas é inegável a intenção do político hábil que procurou agradar aos súbditos portugueses, consolidar a adesão à sua causa dos que a aceitavam e captar os que a rejeitavam. No entanto, importa distinguir, na pessoa do monarca, a dimensão do homem público da pessoa na sua dimensão privada, em que se deve atender a opções, gostos pessoais e também à intimidade da sua fé. Sendo oficialmente designado como “Rei Católico” e governante de uma monarquia confessional – a Monarquia Católica –, sabe-se que a convicção da sua religiosidade pessoal era profunda em consonância efectiva com as designações convencionais. Nesta perspectiva, os cálices ofertados não deixam de manifestar a devoção do monarca ao culto eucarístico, tão incrementado pelas determinações do Concílio de Trento.

No caso da cruz-relicário [Figs. 4 e 5], havendo intenção de deixar assinalada a “marca” de primeiro monarca da dinastia que, sob o ponto de vista jurídico, se inaugurou nas Cortes realizadas no convento-sede da Ordem de Cristo, Filipe II escolheu uma relíquia de alguma raridade, que também dava expressão à sua devoção pessoal ao culto das relíquias, de que era grande colecionador. Este gosto pessoal integrava-se no impulso tridentino dado a este culto<sup>8</sup>, tão criticado pelos humanistas e de modo radical atacado pelos reformadores protestantes. Assim, a cruz-relicário filipina, encomendada à famosa oficina de ourives e esmaltadores de Augsburg<sup>9</sup>, passou a refulgir no convento juntamente com a riquíssima cruz-relicário de ouro doada por D. Manuel que, entre outras relíquias, continha igualmente um dos espinhos da Coroa de Jesus Cristo<sup>10</sup>.

Na base dos dois cálices, por baixo do nome do monarca, encontra-se o do esmoler-mor, D. Luís Manrique, embora diferentemente colocados. Enquanto no de Elvas foi gravado no fundo da base e não imediatamente visível, no ofertado à Ordem dos Carmelitas corre por debaixo da inscrição referente ao monarca de modo bem perceptível, como pode ver-se na imagem que se publica [Fig. 3]. Recebeu a nomeação para o cargo em 1566, que acumulava com o de capelão-mor desde 1574, em substituição do Arcebispo de Santiago, seu titular oficial e desempenhou-o até ao fim dos

<sup>8</sup> O Concílio de Trento, nas sessões 13, 22 e 25 de 1551, 1562 e 1563, respectivamente, sancionou a importância da honra das relíquias.

<sup>9</sup> Cfr. Nuno Vassalo e SILVA (1993) – “A Cruz de Filipe I”. *Oceanos*, N.º 13, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp 108-111.

<sup>10</sup> Sobre a cruz-relicário oferecida por D. Manuel, cfr. Augusto Garcez TEIXEIRA (1928) – *A arte em Portugal*, Porto: Marques Abreu. Segundo o autor, terá sido feita com o primeiro ouro vindo da Índia, e desapareceu do Convento entre 1829 e 1834. Informação colhida em José-Augusto FRANÇA (1994) – “*Thomar revisited*”, Lisboa: Editorial Presença, p. 17.



seus dias em 1583<sup>11</sup>. Pela natureza das funções, era muito próximo do soberano e acompanhava-o em todas as deslocações, sendo bem conhecidas as que exerceu durante o itinerário régio de Elvas para Tomar, entre 28 de Fevereiro e 16 de Março de 1581, onde as cortes se iam reunir. Enquanto os esmoleres Sebastian de Santoyo e Diego de Cordoba executavam a ordem de soltar presos - bem dentro da tradição dos reis portugueses - e receber petições de particulares, o *lismonero mayor (...)* tendio la mano com generosidade. E já a caminho de Lisboa, em Santarém, vila em que D. António, prior do Crato fora aclamado rei, Don Luys Manrique *hazia muchas ayudas, de que los nobles que*



Fig. 4. ^ Cruz-relicário oferecida ao Convento de Cristo de Tomar.

© Cabido da Sé de Lisboa.

Fig. 5. > Pormenor da Cruz-relicário oferecida ao Convento de Cristo de Tomar.

© Cabido da Sé de Lisboa.



<sup>11</sup> Dados colhidos em Nuno Cruz GRANCHO (2015) - "A prataria religiosa espanhola em Portugal como veículo de *mensagem*: 1580-1640". *Revista de Artes Decorativas*, N.º 6, Porto: Universidade Católica Portuguesa - Escola das Artes, pp. 11-26.

*siguen corte eran buenos medianeiros con las partes, para el remitir de las culpas, siendoles bastante descargo para sus delictos, en satisfacion de pena*<sup>12</sup>. Esta breve citação é bem reveladora do ambiente de tensão social e política que ainda se vivia, e a intenção apaziguadora e conciliadora da indulgência régia de que o esmoler-mor servia de intermediário. Neste sentido se integram os vários perdões concedidos por Filipe II nos começos do seu governo, destacando-se o que promulgou imediatamente antes das cortes de Tomar, só dele exceptuando D. António, prior do Crato e seus principais apoiantes e seguidores<sup>13</sup>.

A dádiva dos cálices de que o esmoler-mor foi incumbido de encomendar contém a mesma carga intencional, só não havendo certezas sobre a oficina ou oficinas que os moldaram. As dúvidas dos especialistas em ourivesaria da prata fundam-se nas muitas afinidades estéticas entre os trabalhos executados em Portugal e em Espanha, e na sua grande circulação no espaço ibérico, semelhanças que o gosto peninsular ainda mais se uniformizou com a contensão e severidade de formas preconizadas pelo Concílio de Trento e que os cálices incorporam. A inexistência de contraste e punção dos ourives em ambos não ajuda a esclarecer a proveniência. As datas incisadas nas inscrições (1581 e 1582) fazem pender a opinião dos conhecedores de ourivesaria para que tenham sido modelados em oficinas espanholas, com o argumento de que só a partir do juramento em Tomar o rei poderia nomear um ourives real. Se esta interpretação é aceitável para o de Elvas, com mais reticências será para o dos carmelitas, pois em 1582, D. Filipe I era rei jurado de Portugal. Uma comparação atenta nota a falta de semelhança nos elementos ornamentais em cada um deles, como pode verificar-se com as fotos que se publicam. No ofertado aos carmelitas descalços, *a copa é lisa e a sobrecopa decorada com querubins relevados e ornada com pingentes de cristal de rocha característicos da ourivesaria portuguesa deste ciclo*<sup>14</sup>. A descrição museológica corrobora o parecer de que estamos em presença de obra saída de oficina portuguesa.

<sup>12</sup> Isidro Velasquez SALMANTINO(1583) - *La entrada que en el Reino de Portugal hizo la S. C. R. M. de Don Philippe, Invictissimo Rey de las Españas, segundo deste nombre, primero de Portugal, assi con su Real presencia, como con el exercito de su felice campo*, Lisboa: impresso com licencia, examen, y aprobacion, por Manuel de Lyra. A costa de Symon Lopes Librero, fls. 79, 80 V- 81, 83 e 111 v.

<sup>13</sup> Cfr. Carlos José Margaça VEIGA(1995) - "Entre o rigor do castigo e a magnanimidade: os perdões concedidos por Filipe II a Portugal". *Mare Liberum* - Actas do II Congresso Luso-Espanhol sobre Descobrimientos e Expansão Colonial, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, pp. 141-155.

<sup>14</sup> Da descrição existente no Museu Nacional de Arte Antiga, não publicada e gentilmente cedida: Cálice filipino. Inv: 9 OUR.



Pese embora as semelhanças tipológicas que se possam encontrar, há também que admitir que o esmoler-mor, em 1582 já devia ser suficientemente conhecedor da boa qualidade do trabalho de argenteria das oficinas portuguesas. Pela mesma altura, a sua produção recebeu até o elogio de Vicenzo Trom, Gerolamo Lipomano, Giam Francesco Morosiini e Matteo Zane, na relação enviada à Sereníssima República de Veneza - como embaixadores enviados para felicitar Filipe II pela agregação de Portugal - nos seguintes termos: *A prata de Lisboa é lavrada com delicadeza e variedade por ser costume, assim entre nobres como entre plebeus, usar de pratos e bacias de prata*<sup>15</sup>. É evidente que se referem à prataria civil e não à religiosa, mas é de admitir que não haveria diferença de mestria nas artes argêntneas entre os dois campos oficiais, para mais sendo os conventos e igrejas, ou seus benfeitores, os principais clientes e promotores da actividade. As características tipológicas e decorativas do cálice filipino de 1582 integram-se plenamente no conjunto dos espécimes portugueses que desta época nos chegaram.

A primeira peça a ser encomendada destinou-se à Sé de Elvas [Fig. 6], como se disse, descortinando-se uma convergência de motivações para a oferta. Elvas fora a primeira cidade a reconhecer ou jurar Filipe II como rei de Portugal, logo em 18 de Junho de 1580, sendo certo que o fez sob a pressão da sua presença em Badajoz e do exército comandado pelo duque de Alba em Lerena, a poucos quilómetros de distância. Uma vez recebido, com grande solenidade, a 5 de Dezem-



Fig. 6. Cálice oferecido à Sé de Elvas.  
© Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora/Carlos Pombo.

<sup>15</sup> Dos excertos do relatório transcritos por Alexandre HERCULANO em *Opúsculos IV* (org., introdução e notas de Jorge CUSTÓDIO e José Manuel GARCIA- 1985), Lisboa: Editorial Presença, p. 366.

bro, a cidade tornou-se assento do rei e da corte até 28 de Fevereiro do ano seguinte, quando dela partiu. A Elvas, entretanto, tinham ocorrido numerosas personalidades, com destaque para as que representavam as instituições da administração do Estado, das corporações de todo o Reino, entre elas da Igreja, para prestar homenagem ao monarca, gesto tradicional de reconhecimento que precedia o juramento nas cortes. A afluência das fidelidades era observada, esperavam-se benefícios e acenavam-se retribuições. Por outro lado, durante a permanência de cerca de três meses, a catedral serviu de Capela Real, instituição de grande relevância na corte, de cujo cerimonial e serviço Filipe II era muito exigente. Ao legar-lhe um cálice, o rei pretendeu agradar aos portugueses, sobretudo ao clero, tão influente na sociedade, mas também deixar um símbolo perpetuador da sua memória.

Na doação do cálice aos carmelitas descalços, havendo proximidade na motivação, o contexto em que o concretiza é bem diferente. Com efeito, entre os opositores à sucessão de Filipe II, as ordens religiosas distinguiram-se como os corpos sociais mais aguerridos, pelo apoio dado à candidatura de D. António, prior do Crato. Numa sociedade imbuída de profunda religiosidade, o elo que os monges e frades estabeleciam com o sagrado conferia-lhes boa aceitação, tendo por isso grande liberdade de movimentos que facilitava a subtileza de meios para intervir no debate. Os primeiros sinais do seu posicionamento surgiram pouco depois da morte do rei cardeal D. Henrique, em 31 de Janeiro de 1580, ao abrir-se um período de indefinição sucessória, política e socialmente muito agitado, que ficou conhecido como “Tempo das Alterações”. No seio das Ordens, o desentendimento opôs superiores a frades rebeldes, quando não foram os próprios superiores responsáveis pela rebeldia das respectivas comunidades. Importa, contudo, não generalizar. De facto, não há notícia de turbulência entre beneditinos, cistercienses, jesuítas, cónegos regrantes de São João Evangelista (Lóios) e trinitários. Bem documentada foi a insubordinação que se verificou entre jerónimos, cónegos regrantes (em especial nos de Coimbra) e verdadeiramente explosiva entre os frades das ordens mendicantes: dominicanos, franciscanos, eremitas de Santo Agostinho e carmelitas. Destacaram-se como elementos socialmente agitadores. Os membros cabecilhas de todas estas últimas ordens constam da lista dos excluídos do perdão geral filipino acima referido. Este importante documento, depois de fazer elenco dos nomes, conclui com este amea-

çador veredicto: *E todos os mais religiosos de qualquer ordem que sejam que no dito alevantamento e tiranias de D. António se acharam notavelmente culpados*<sup>16</sup>.

O duque de Alba, depois da conquista militar de Lisboa, e para consolidar a vitória, desenvolveu intensa acção repressiva em que os religiosos foram dos mais visados. Tinha-os visto com armas na mão no exército de D. António. Pelo que observou e pela espionagem que desenvolveu, exprimiu a seguinte opinião em carta para o monarca: *Los frailes son los imperrados, mas mala canalla yo creo no hay en la tierra*<sup>17</sup>. A punição foi também impiedosa: *eram arrebatados de improviso e levados à Torre de S. Gião, donde os lançavam ao mar, que não querendo ocultar tanto delito, trazia os corpos às redes dos pescadores (...). E foi necessário que à instância dos pescadores, o Arcebispo de Lisboa fosse em procissão benzer o mar*<sup>18</sup>. Esta dramática realidade é confirmada pela informação que o embaixador veneziano Matteo Zane transmitiu para Veneza em 1584: *Il clero è mal affteto; ma S. Magestad se n'è in parte assicurate con aver cacciati molti capi di frati ed altri religiosi, o fatilli secretamente afogar nel porto*<sup>19</sup>. O número de vítimas foi estimado em duas mil. Para Filipe II, o envolvimento dos frades, fugidos dos conventos para pegar em armas era comparável à heresia que grassava pela Europa e por processos inquisitoriais procurou extirpar em Espanha.

Não se conhece em toda a sua dimensão o envolvimento dos cerca de 100 frades do Convento do Carmo de Lisboa na rebelião em 1580. Foi no entanto notória a actividade de um dos seus religiosos, frei Estêvão Pinheiro, conhecedor de engenharia militar e, como tal, levado por D. Sebastião para Alcácer Quibir que, uma vez resgatado, e no auge da convulsão político-social, se deslocou à cidade fronteiriça de Miranda fazer adaptações defensivas no seu castelo e muralhas, cujo trabalho foi detalhadamente relatado pelo conde de Alva de Liste para Filipe II<sup>20</sup>. Mais grave foi a sua participação na batalha de Alcântara, no campo de D. António, com o posto

<sup>16</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Carta do Perdão Geral concedido por D. Filipe I. *Livro de Leis de 1576 até 1612*, fls. 25-28.

<sup>17</sup> Marqueses de PIDAL e de MIRAFLORES e D. Miguel SALVÁ [1858] - *Coleccion de Documentos Inéditos para la Historia de España*, T. XXXII, Madrid: Imprenta de la Viuda de Calero, p. 481.

<sup>18</sup> Conde da Ericeira - *História de Portugal Restaurado*. Nova edição, anotada e prefaciada por António Álvaro DÓRIA [1945], Vol. I, Porto: Livraria Civilização.

<sup>19</sup> "Relazione de Matteo Zane, 1584". Eugenio ALBERI raccolte ed illustrate (1861) - *Le Relazioni degli ambasciatori veneti al Senato durante il secolo decimosesto*, Serie I - Vol. V. Firenze: a spese dell' editore, pp. 339-386.

<sup>20</sup> Archivo General de Simancas, "Relação do conde de Alva de Liste a Filipe II" que acompanha carta. Zamora, 28 de Junho de 1580. *Estado, legajo 411*, sem fl. numerado. A área do condado de D. Diego Enriquez de Guzman confinava com o distrito de Miranda e fora incumbido, tal como outros senhores castelhanos da fronteira com Portugal, de vigiar uma zona, no caso, Miranda e seu distrito.

de mestre de campo, sendo capturado e feito prisioneiro<sup>21</sup>, razão mais que suficiente para constar na lista dos excluídos do perdão régio promulgado em Tomar. E não terá sido por este caso individual que os carmelitas calçados e, em especial, os do convento do Carmo de Lisboa ficaram sob suspeita. Por altura da vinda da armada inglesa sobre Lisboa, em 1589, ordenada por Isabel de Inglaterra, com o pretexto de repor D. António no trono, correu o boato de que dentro dos seus muros se escondiam mais de seis mil arcabuzes. A artilharia do castelo de S. Jorge passou a estar apontada ao convento fundado por D. Nuno Álvares Pereira, o estratega da vitória de Aljubarrota. Para dissipar as dúvidas, foi incumbido o carmelita descalço Pe. Frei Jerónimo Gracián de la Madre de Dios pelo cardeal-arquiduque Alberto, vice-rei de Portugal, para tanto nomeado como visitador e reformador do cenóbio. Após uma inspeção de vários dias e de convívio com os frades, que até se tornou amistoso, pôde atestar que eram infundas as suposições<sup>22</sup>.

É flagrante o contraste entre a desconfiança sobre os carmelitas calçados, em conjuntura de tanta gravidade, e a confiança incondicional depositada no carmelita descalço, por parte do vice-rei. As razões da escolha de frei Jerónimo Gracián tinham fundamentos muito sólidos. Filho de Diego Gracián de Alderete, secretário de Filipe II e, como exímio poliglota, tradutor da correspondência régia, Jerónimo era bem conhecido do rei e com facilidade tinha acesso à corte. A confiança no pai repercutia-se no filho. Mas havia outras razões mais fortes. Fora o primeiro provincial da Ordem dos Carmelitas Descalços, fundada na esteira da reforma da Ordem do Carmo levada a cabo por Teresa de Jesus e João da Cruz, que contou com o apoio régio<sup>23</sup>. Filipe II, agradado com a radicalidade da sua reforma espiritual, empenhou-se em conferir-lhe um cunho ajustado à realidade castelhana no tocante à sua dependência jurisdicional. Por suas diligências na Cúria Romana, foi obtido o breve *Pia consideratione*, de Gregório XIII, em 22 de Junho de 1580, que autorizava os Carmelitas Descalços a constituírem-se em Espanha uma Província separada dos Carmelitas Calçados. Por coincidência, o diploma papal chegou-lhe às mãos em 15

<sup>21</sup> O seu nome consta na "Memoria de los prisioneros que ay en Lisboa y otras partes por lo que toca al levantamiento de Don Antonio", enviada pelo duque de Alba ao rei e recebida na corte em 2 de Janeiro de 1581. Archivo General de Simancas, *Estado*, legajo 413, sem fl. numerado.

<sup>22</sup> P. Jeronimo Gracian de la MADRE DE DIOS (1993) - "*Peregrinación de Anastasio*". *Obras del P. Jeronimo Gracian de la Madre de Dios*, Tomo III, Burgos: Tipografía de "El Monte Carmelo", p. 100.

<sup>23</sup> O perfil biográfico de Jerónimo Gracián é traçado na entrada "Gracián, Jerónimo de la Madre de Dios, ocd (1545-1614)" por Ildefonso MORIONES (2006), dir. de Tomás Álvares, *Diccionario de Santa Teresa*, 2.ª ed., , Burgos: Editorial Monte Carmelo, pp. 908-919.

de Agosto seguinte, quando já se encontrava em Badajoz pronto para fazer a sua entrada em Portugal.

A separação da Província dos Carmelitas Descalços foi depois feita no seu primeiro capítulo Geral, realizado em Alcalá de Henares em 3 de Março de 1581, com a presença de um delegado do rei. Neste capítulo das origens, a eleição do provincial recaiu em Jerónimo Gracián, a personalidade que Teresa de Jesus e suas irmãs muito desejavam. Entre outras medidas dos gremiais foi decidida a fundação de convento em Portugal, o primeiro da expansão do carmelo reformado para além das fronteiras castelhanas. Entre o projecto e a sua concretização poucos meses decorreram.

Logo no primeiro dia de Outubro recebia D. Filipe I de Portugal no Paço da Ribeira, o Pe. Frei Ambrósio Mariano que, com mais 7 religiosos vinham fundar o Carmelo Teresiano em terras portuguesas, a começar por Lisboa. Regozijou-se o soberano ao ver o religioso, napolitano de nação, que conheceu como soldado na batalha de São Quintino (1557), depois noutros empreendimentos de que o incumbira e agora como fundador da Ordem dos Carmelitas Descalços no reino de que acabava de tomar posse. Manifestou espontânea disponibilidade para assumir o patronato da fundação, que o religioso declinou em nome do espírito de pobreza professado pela ordem reformada, limitando-se a pedir uma esmola anual para o arrendamento da casa que havia de servir de convento. Veio a encontrá-la na Pampulha e foi-lhe dada como titular S. Filipe em homenagem ao rei, benfeitor e amigo dos carmelitas descalços<sup>24</sup>. Só mais tarde (1606) será lançada a primeira pedra do complexo conventual em Santos o Velho, que passou a ser da invocação de Nossa Senhora dos Remédios, sendo o título de S. Filipe mantido para designar a Província Portuguesa quando adquiriu a sua autonomia no ano de 1612, embora sujeita ao Geral de Espanha.

Do traçado do percurso da relação de Filipe II com as ordens religiosas portuguesas no começo do seu reinado, torna-se evidente que, embora quisesse manifestar o reconhecimento pela sua importância enquanto corpo social, nenhuma outra o predispunha para a oferta de um cálice senão a dos Carmelitas Descalços<sup>25</sup>, que em Portugal se implantava em simultâneo com a nova dinastia. Acrescia que nela

<sup>24</sup> A chegada de Ambrósio Mariano Azaro de São Bento e companheiros, e a fundação do convento de S. Filipe são largamente tratados pelo Pe. Frei Belchior de SANTA ANA (1657), *Cronica de Carmelitas Descalços Particular do Reyno de Portugal e Província de Sam Filipe*, Lisboa: Na Oficina de Henrique Valente de Oliveira, pp. 69-85.

A fundação é também narrada na *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa* (1972), Lisboa: Imprensa Municipal de Lisboa, pp. 79-87.

<sup>25</sup> Devo à amabilidade de André Afonso, do Museu Nacional de Arte Antiga, as fotos do cálice e de seus pormenores que se publicam. Aqui fica o meu agradecimento.

se conjugava a matriz castelhana e a frescura de ordem recém-criada e dentro do espírito da reforma tridentina. Esta eleição é confirmada pelo seu escudo gravado, que se distingue do dos Calçados pela cruz que encima a figuração de um monte, o Monte Carmelo, e que está ausente no dos Calçados, como se pode verificar, comparando-os nas fotos que se publicam [Figs. 7 e 8]. Sendo do ano de 1582, o destinatário só podia ser o convento de S. Filipe pois nenhum outro existia ainda. O primeiro cronista da Ordem, Pe. Frei Belchior de Santa Ana, muito preciso na informação que coligiu sobre a fundação e em primorosa prosa transmitiu, não refere a oferta. Tendo escrito em pleno período da Restauração da independência, de que faz a apologia, acaso deliberadamente a omitiu? Teria fortes razões para o fazer. D. João IV, logo após a sua ascensão à realeza, emitira sucessivas leis proibitivas da comunicação com Castela, que muito afectou a Ordem por àquele reino ter fortes ligações institucionais. Chegou ao ponto de, ao chegar a altura da realização do seu capítulo trienal (1643), o soberano emitiu lei a que se fizesse sem dependência do Geral de Castela<sup>26</sup>. E, no que toca especificamente ao que o cálice significava, Belchior de Santa Ana sabia que o rei aclamado ordenara a destruição de todos os brasões de armas da monarquia espanhola que no reino existissem. Ora o cálice fora oferta de rei castelhano e o cálice ostentava o seu brasão de armas. A prudência terá aconselhado o cronista ao silêncio sobre a peça filipina de ourivesaria sagrada.



Fig. 7. Escudo da Ordem do Carmo (vulgo Carmelitas Calçados).



Fig. 8. Escudo da Ordem dos Carmelitas Descalçados.

<sup>26</sup> Por "Aviso" de 23 de Junho de 1643, do Bispo D. Manuel da Cunha, capelão-mor, ao Provincial, o prelado transmite a ordem régia, que tem na base um breve do papa Urbano VIII impetrado pelo Provincial dos Carmelitas, determinando que não se tenha alguma comunicação ou dependência daquele Reino [Espanha] por assim convir ao bem comum e quietação pública de seus vassallos. J. J. Andrade e SILVA (1856), *Collecção chronológica da legislação Portugueza, compilada e anotada por...*, 4.º vol. 1640-1647. Lisboa: imprensa de F. X. de Souza, pp. 213-214.

Quanto ao percurso da posse do cálice, a notícia segura que se tem é a de que foi adquirido pelo Estado português a António Pedro da Silva, com verbas do legado Valmor, tendo sido incorporado na colecção de Ourivesaria do Museu Nacional de Arte Antiga, entre 1933 e 1934<sup>27</sup>. Desconhecem-se as vias anteriores até esta etapa, mas que se prendem com a turbulência que se seguiu à extinção das ordens em 1834. Inesperadamente, poderá surgir nesses tortuosos caminhos, uma notícia, por breve que seja, que traga alguma luz. Felizmente, o cálice oferecido por D. Filipe I de Portugal aos carmelitas descalços encontra-se a bom resguardo no Museu das Janelas Verdes, o principal museu nacional.

---

<sup>27</sup> Nuno Cruz Grancho, no artigo citado, esclarece na nota 4, pp. 12-13, que *na documentação da Academia Nacional de Belas-Artes, designada de Comissão de Prémios se encontra entre as aquisições feitas através do dito legado. Trata-se de um cálice de prata dourada do século XVI, adquirido a 10 de Maio de [1933] para o referido museu pelo valor de 10.000\$000.*





CELEBRANDO A TERESA. LAS FIESTAS  
DE LA BEATIFICACIÓN DE 1614 EN  
PORTUGAL

**Mercè Gras Casanovas**

[mmercegras@gamil.com](mailto:mmercegras@gamil.com)

Arxiu dels Carmelites Descalços de Catalunya i Balears

## ESBOZO BIOGRÁFICO

**Mercè Gras Casanovas** es licenciada en Historia por la Universidad de Barcelona,. Archivera del Arxiu dels carmelites descalços de Catalunya i Balears desde 1998, también ha impartido docencia sobre archivística en la ESAGD-UAB. Su principal línea de investigación se centra en la historia y la escritura en el Carmelo descalzo en Cataluña. Co-dirige y aporta contenidos y artículos a la página web sobre cultura del Carmelo descalzo [www.castellinterior.com](http://www.castellinterior.com). Es autora del Diccionari biogràfic d'autors carmelites descalços de la província de Sant Josep (2013): [https://mcm.iec.cat/entrada.asp?epigraf\\_m=8](https://mcm.iec.cat/entrada.asp?epigraf_m=8). Entre las aportaciones más recientes, se cuentan "Del text de Teresa a la seva imatge. A propòsit d'una desconeguda vida gràfica de la beata Teresa de Jesús. L'Effigies de Jean Leclerc (c. 1614)", eHumanista IVTRA 14 (2018) 201-222. "La memòria inèdita del Carmel descalç femení a la Corona d'Aragó: biografies i cròniques històriques", *Caplletra* 67 (Tardor, 2019), p. 145-169.

## CELEBRANDO A TERESA. LAS FIESTAS DE LA BEATIFICACIÓN DE 1614 EN PORTUGAL

CELEBRATING TERESA. THE CELEBRATIONS OF THE BEATIFICATION OF 1614 IN PORTUGAL

### RESUMEN

El propósito del presente artículo es el de dar a conocer cómo el Portugal hispánico se sumó, con todo esplendor, a las celebraciones de la beatificación de la fundadora carmelitana, la religiosa que las autoridades españolas quisieron presentar como la santa nacional por antonomasia. El relato hispánico de las fiestas que las ciudades portuguesas dedicaron a Teresa de Jesús no ha tenido mucha divulgación en tierras lusas, posiblemente porque estas fiestas tuvieron lugar en una época en que Portugal estaba bajo el dominio de la monarquía de los Austrias. En este artículo reproducimos una rara pieza, el texto del impreso de la convocatoria portuguesa de los festejos teresianos, así como las relaciones de las solemnidades celebradas en cada convento carmelita, que se incluyeron en el compendio de las fiestas hispánicas que recopiló y publicó, por encargo de sus superiores fray Diego de San José, Sobrino Morilla, en 1615. Asimismo, reseguimos la huella de autores portugueses que participaron en los certámenes que se celebraron en distintas ciudades españolas.

### ABSTRACT

The purpose of this article is to make known how the Hispanic Portugal joined, with all splendor, to the celebrations of the beatification of the Carmelite founder, the nun who the Spanish authorities wanted to present as the national saint par excellence.

The Hispanic story of the festivities that the Portuguese cities dedicated to Teresa de Jesus has not had much publicity in Portuguese lands, possibly because these festivities took place at a time when Portugal was under the rule of the Habsburg monarchy.

In this article we reproduce a rare piece, the printed text of the Portuguese convocation of the Teresian celebrations, as well as the relations of the solemnities celebrated in each Carmelite convent, which were included in the compendium of the Hispanic festivals that it compiled and published, commissioned by his superiors Fray Diego de San José, Sobrino Morilla, in 1615. Likewise, we trace the imprint of Portuguese authors who participated in the contests that were held in different Spanish cities.

La historia de la relación del Carmelo descalzo y Portugal hunde sus raíces en la temprana publicación de las obras de Teresa de Jesús en Évora, edición patrocinada por Teotónio de Bragança (1530-1602), arzobispo de Évora desde 1578 hasta su muerte. El eclesiástico conoció a Teresa de Jesús en Salamanca y, fruto de su gran relación e intercambio epistolar, han llegado hasta nosotros seis cartas de la religiosa, donde se trata, entre otros temas, de la crisis sucesoria de la corona portuguesa. El arzobispo impulsó la publicación de *Camino de Perfección*, cuyas diversas correcciones supervisó la religiosa, pero que no salió de las prensas hasta 1583, ya fallecida su autora. Además, la censura portuguesa eliminó algunos pasajes y, entre otros, el capítulo 31, dedicado a la oración de quietud, posiblemente por miedo a que pudiera ser sospechoso de alumbradismo. En 1581 las cortes de Tomar proclamaron rey de Portugal a Felipe II, y ese mismo año tuvo lugar la primera fundación del Carmelo teresiano en tierras lusas: el convento de los Remedios en Lisboa (1581), al que seguirían las fundaciones del convento de la Piedad, en Cascais (1594); del Carmen, en Figueiró dos Vinhos (1600); de San José, en Coimbra (1603), de los Remedios, en Évora (1606); y del Carmen, en Aveiro (1613). A su vez, la huella de la presencia de frailes portugueses puede encontrarse en muchos conventos españoles, señal inequívoca que las vocaciones religiosas excedían en mucho al número de conventos existentes. Además, durante el período de la unión de las dos coronas peninsulares, muchos estudiantes portugueses se formaron en las universidades hispánicas, en cuyas ciudades entraron en contacto con la nueva orden reformada y profesaron en el Carmelo teresiano.

En el caso de las religiosas, el convento de San Alberto en Lisboa (1585) fue la primera fundación de carmelitas descalzas, que contó con el apoyo de Teotónio de Bragança y otros nobles portugueses. Y la única existente en tierras portuguesas hasta casi cincuenta años después, posteriormente se añadieron las casas de Carnide, Aveiro, Lisboa, Évora y Porto.

Desde el primer momento los conventos carmelitas de Portugal y Andalucía formaron una única provincia. Después del Capítulo General de 1610, en que se acordó la fusión de las dos provincias andaluzas de la Orden, se convocó el capítulo provincial de Lisboa, el 27 de octubre de 1612, con el fin de crear la nueva provincia portuguesa, bajo la advocación de San Felipe. Su nuevo provincial fue el religioso que había venido actuando como vicario hasta entonces, Bernardo de Santa María, suponemos que prior de Lisboa; acompañado del rector de Coimbra, entre 1611-1613, y luego prior de Évora entre 1613-1616, Lorenzo de la Madre de Dios, Gracián

Dantisco (1570-1645), hermano de Jerónimo Gracián de la Madre de Dios; los restantes responsables de los conventos portugueses fueron Francisco de San José, prior de Cascais; y Pedro de Jesús, prior de Figueiró dos Vinhos. Seguramente estos mismos religiosos seguirían en sus cargos en el momento de darse a conocer la beatificación de la fundadora de la Orden en 1614 (SANTA TERESA, Silverio de: 1942, 74-78).

El Portugal hispánico se sumó, con todo esplendor, a las celebraciones de la beatificación de Teresa de Jesús, la religiosa que las autoridades españolas quisieron presentar como la santa nacional por antonomasia (MANERO: 1999).

El relato hispánico de las fiestas que las ciudades portuguesas dedicaron a Teresa de Jesús no ha tenido mucha divulgación en tierras lusas, posiblemente porque estas fiestas tuvieron lugar en una época en que Portugal estaba bajo el dominio de la monarquía de los Austrias, en que, además, la lengua de la corte y de la Orden era la castellana, a todo lo cual hay que añadir un nuevo factor de distanciamiento entre los dos reinos peninsulares a raíz de la posterior guerra de Independencia, a partir de 1640.

En este artículo reproducimos el texto de las relaciones festivas teresianas portuguesas que entresacamos del compendio que publicó el carmelita descalzo Diego de San José con todas las fiestas peninsulares (SAN JOSÉ, Diego de: 1615).

Diego de San José, Sobrino Morillas (c.1559-1623), era hijo de un culto matrimonio. Su padre, el portugués Antonio Sobrino, natural de Bragança, era bachiller en leyes, y había estudiado derecho en la universidad de Salamanca. Su madre, Cecilia de Morillas, pertenecía a una familia salmantina de letrados, vinculados a la Chancillería de Valladolid, en cuyo hogar recibió una esmerada educación, aprendiendo latín y pintura, cosmografía, música, labores de manos y más tarde Artes y Teología, enseñanzas todas ellas que enriquecieron la formación intelectual de sus hijos. Este ambiente humanista y espiritual encaminó a todos los hermanos, excepto uno, a abrazar el estado eclesiástico. Francisco, canónigo y catedrático de la universidad de Valladolid, que llegaría a obispo de esta diócesis, recibió el encargo de Felipe II de reunir los manuscritos autógrafos de Teresa de Jesús. José Sobrino, eclesiástico también e ilustre matemático y cosmógrafo, estuvo al servicio del archiduque Alberto de Austria, virrey de Portugal entre 1583-1594. Juan se dedicó a la medicina, y fue el médico personal del arzobispo de Sevilla. Tomás profesó como franciscano recoleto. Sebastián profesó en el Carmelo descalzo como su hermano Diego, con el nombre de Sebastián de San Cirilo (1573-1598). Antonio, franciscano descalzo, fue un erudito predicador y teólogo. Sus dos hermanas ingresaron en el

Carmelo descalzo como Cecilia del Nacimiento (1570-1646) y María de San Alberto (1568-1640), donde, además de una vida religiosa, ejercitaron la pluma con una destacable obra literaria.<sup>1</sup> Fray Diego, a pesar de ser uno de los fundadores del Desierto de las Batuecas y un gran amante del silencio, llegó a convertirse en la mano derecha de los generales de la Orden en todo lo relativo a la redacción de documentos, gracias a su exquisita formación cultural y a su dominio de diversas lenguas, por todo lo cual se le apodó “el Secretario”, tarea que desempeñó durante casi veinte años (Bergier: 1857, 607-609; SANTA TERESA, Silverio de: 1949, 294-302; BURRIEZA: 2015, 254-292).

Además de su importante tarea de gestión administrativa, el culto fraile nos dejó otros testimonios de sus letras, y se conserva una interesante correspondencia con sus hermanas, custodiada en el convento de Valladolid; mientras que otros de sus manuscritos se encuentran en la Biblioteca Nacional de España,<sup>2</sup> en el Archivo de la catedral de Valladolid<sup>3</sup> y en el Archivo Silveriano de Burgos [fig.1].<sup>4</sup>

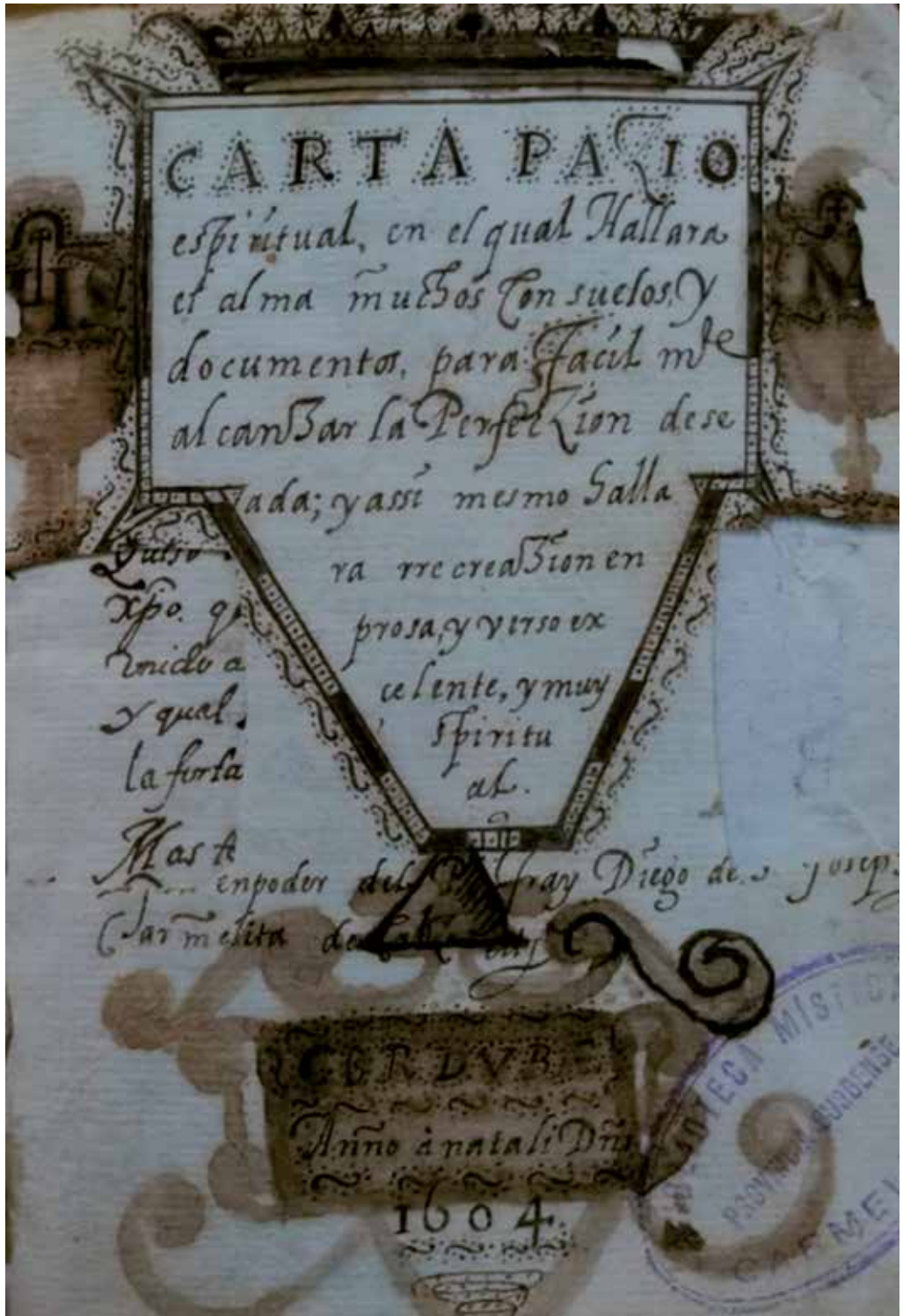
Fig. 1. > Archivo Silveriano, Ms. 45, Diego de San José, Cartapazio espiritual ...

<sup>1</sup> *Dos monjas vallisoletanas poetisas*, ed. de B. Alonso Cortés, Valladolid, 1944; *Transformación del alma en Dios*, Madrid, Editorial Espiritualidad, 1952; *Unión del alma con Dios*, Madrid, Editorial Espiritualidad, 1953; *Cecilia del Nacimiento, O. C. D. 1570-1646 (obras completas)*, ed. notas críticas y estudio de J. M. Díaz Cerón, Madrid, Editorial Espiritualidad, 1971.

<sup>2</sup> Biblioteca Nacional de España (BNE), ms. 8644, *Facultades de las plantas, cogidas de la Historia general, que tiene aprobación del Papa Sixto V por fray Diego de San José, carmelita descalzo, Secretario de la Orden*. Véase la tesis doctoral de HELGUERA GALLEGO, Antonio (2016), *-Estudio de la materia farmacéutica en la obra de Fray Diego de San José*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2016.

<sup>3</sup> Archivo de la Catedral de Valladolid (ACV), ms. *Relación de las cosas memorables de la vida y muerte del Sr. Don Francisco Sobrino, Obispo de Valladolid, y de sus padres y hermanos*.

<sup>4</sup> Archivo Silveriano de Burgos (AS), ms.45, *Cartapazio espiritual en el qual hallará el alma muchos consuelos y documentos para fácilmente alcanzar la perfección deseada; y así mesmo hallará rrecreación en prosa y verso excelente y muy espiritual*. El manuscrito contiene diversas composiciones poéticas, una de las cuales está dedicada a Teresa de Jesús, que bien pudiera haber sido compuesta por fray Diego en ocasión de la beatificación.



CARTA PAVIO

espiritual, en el qual Hallara  
et alma muchos Con suelos, y  
documentos, para Facil mte  
al canbar la Perfeccion dese

ada; y assi mesmo Halla

Quero  
Xpo. q  
unido a  
y qual  
la forza

ra recreacion en  
prosa, y verso ex  
celente, y muy  
Espiritu  
al.

Mas a  
empoder del Fray Diego de... yosep.  
Carmelita de...

CLRDVB  
Año a natali Dñi  
1604



De hecho, en los preliminares de su libro sobre las fiestas teresianas de 1614 fray Diego incluyó dos composiciones suyas, un epigrama latino y la siguiente décima castellana:

*Vive feliz libro mío,  
Y buena si al Sabio aplazes,  
Mas sino le satisfazes  
Para, y muerto entierra el brío.  
Tu honor de ti mismo fío  
Expuesto a lo que viniere,  
Porque tu Autor siempre quiere  
Ponerte esta condición  
Si valiere tu Razón  
Vive y vuela, y sinó, muere.*

No debe sorprender, por tanto, que las autoridades de la Congregación española decidieran que se trataba de la persona ideal para recoger y seleccionar los materiales enviados por los priores de las ciudades con conventos carmelitas, con las distintas descripciones de las celebraciones de la beatificación, así como los escritos poéticos más destacados escritos para tal ocasión y presentados en las respectivas justas poéticas. La aprobación de la obra la firmó su propio hermano, Francisco Sobrino, predicador real, fechada en Madrid el 15 de enero de 1615.

El religioso expuso, en su dedicatoria de la obra al cardenal Millino, que la expectación que despertaron las fiestas motivó la conveniencia de publicar un compendio de éstas, evitando que circularan deficientes e incompletas versiones manuscritas:

*Pues aviendo yo conocido gusto en nuestro padre General de remitir primero manuscritas a V.S.I. todas las fiestas que España a hecho a la beatificación de nuestra bienaventurada Madre Teresa de Jesús; y pareciendo después, que así para este fin, como para que por tan buen medio llegasse la noticia dellas a los piadosos oydors de nuestro Santíssimo padre y señor, y muchos las pudiessen gozar, yrian con más decencia, y con mayor asseo en estampa que de mano.*

El general de la Orden mencionado era, por aquel entonces, José de Jesús María, Alonso Martínez de Medina (Valladolid 1552 - 1621 Manzanares), que había profesado



en Lérida en 1589, elegido máxima dignidad de la Congregación española en el Capítulo General de Pastrana de 1613, y que fue quien dirigió los preparativos hispánicos de la beatificación.

En la introducción del *Compendio*, el autor declaró haber tratado en primer lugar las fiestas de Madrid, de las que fue testigo de vista, y que contaban con la singularidad de haber estado presentes, en dichas fiestas, tanto el Rey como el P. General; además, en la relación madrileña se incluyó lo más selecto de las poesías presentadas al certamen de la capital, obra de algunas de los mejores poetas del reino. A continuación, se añadían los resúmenes de las fiestas celebradas en las restantes localidades, según el orden en que estos se fueron recibiendo de cada uno de los conventos donde se celebraron, acompañados de distintos poemas de los certámenes locales.

El 23 de agosto de 1614, previamente a las celebraciones, las autoridades de la Orden habían enviado a todos los conventos una circular con unas directrices a seguir, para fijar un determinado perfil festivo de carácter unitario, que exaltase las manifestaciones de piedad a la nueva beata, además de fomentar otros elementos tradicionalmente festivos de carácter popular: ornamentación interior y exterior, iluminación, música y otras manifestaciones sonoras, torneos, competiciones populares, dramatizaciones y certámenes poéticos:

*Pax Christi, etc. Quando vino la nueva de la beatificación de nuestra santa madre Teresa de Jesús, avisamos a todos los conventos; y por no estar ciertos del modo que se avía de tener en solenizarla, hubo en algunas partes demasiado encogimiento. Y porque aora no se peque por carta de más, ni por carta de menos, nos ha parecido acertado avisar a vuestras reverencias por mayor lo que será conveniente hazer en nuestros conventos, al tiempo que se celebre su fiesta, advirtiendo que en esse convento se quite o se ponga de lo que aquí va, conforme a la capacidad y posibilidad del lugar y de la misma casa, y a la devoción de la gente.*

*Será conveniente en primer lugar que todos nos preparemos con ejercicios espirituales y encendidos deseos de imitar a nuestra gran santa, haciendo los que tuvieren devoción algunos ejercicios y mortificaciones, y tomando cada uno una virtud, en que toda la vida procure con veras imitarla. Y convendrá que en esto los prelados procuren alentar a sus religiosos, haciendo también por medio de los confesores y predicadores exortar a todos los devotos de la santa, que para este día se preparen para celebrarla, confes-*

*sando y comulgando, para que con tan buenas disposiciones y principios los fines sean los que se pueden desear.*

*Hase de rezar de la santa doble de primera classe con octava, excepto el día que no cupiere, conforme a las reglas del Romano. Empezar la fiesta a quatro de octubre desde las vísperas, que seran muy solenes. Cantaranse los maitines, y el día cinco de octubre se dirá la missa y procurar se ha toda la música grave que se pudiere hallar, assí este día como toda la octava.*

*El primer sermón ha de predicar la persona más grave y señalada que se hallare de fuera de la religión, aunque se traiga de algún lugar cercano. Y si vuestra reverencia pudiere solenizar toda la octava con fiesta, lo podrá hazer con missa y sermón, repartiendo los sermones con consejo y prudencia, prefiriendo a los señores obispos y a quien mayores obligaciones tiene este convento. De manera que se escusen las ocasiones de encuentro y pesadumbre, que en estas coyunturas se suelen ofrecer. Y esto mismo quedará advertido para los juezes de los certámenes, si los huviere, y para otros concursos semejantes.*

*A quatro de octubre por la noche se procurará solenizar mucho la fiesta, con repique de campanas, hogueras, cohetes, luminarias, morteretes y artillería, donde la huviere, trompetas, atabales, ministriles y todos los géneros de músicas decentes y honestas que se pudieren acomodar, ayudándose vuestras reverencias de todos los que a esto gustaren de ayudar, assí de los conventos como de las personas particulares. Alguna buena máscara o encamisada, y otros regozijos semejantes. Advertiendo que en ellas no aya cosa que no sea muy concertada, decente y honesta. Y en los lugares donde huviere disposición para que la gente noble puedan jugar cañas, y alguna buena carrera, lo podrán vuestras reverencias solicitar.*

*Para el día de la fiesta parecerán bien algunas danças honestas, y la yglesia de colgará lo más rica y curiosamente que sea posible. Donde es menester advertir que si huviere de padecer detrimento por no tener comodidad de poderse colgar, sin desluzir los curiosos blanqueos que aora tienen algunas de nuestras yglesias, será conveniente procurar escusarlo. Y en ella se ha de hazer un altar, en el qual se ha de poner una imagen de talla de nuestra santa Madre, o un quadro, el mejor que se halle, aderezándole lo más rica y curiosamente que sea posible, advirtiendo que no ha de aver otra imagen sino la de nuestra santa Madre, si se pudiere bien acomodar con esto solo.*

*Hase de aderezar el claustro ricamente, y lo propio el compás. Y en diversas partes se han de poner los geroglíficos que se pudieren, y algunas empresas, con sus motes y versos acomodados a ellas. Y si huviere algunos sonetos y otavas, y otras poesías, se compartan los puestos que pareciere conveniente, escritas de muy buena letra, con algunas pinturas acomodadas.*

*En las partes donde huviere comodidad avrá un certamen poético, con muy buenos premios, el qual se leerá en un día de la octava.*

*Advierta vuestra reverencia que si ay conventos de monjas y frailes, se ha de solenizar la fiesta en cada uno en diferentes días, con que no sea fuera de la octava, porque fuera della no se puede hazer fiesta.*

*Y vuestra reverencia ponga particular cuidado en hazer una relación de todo lo que se hiziere, y embiárnosla a Madrid, para que todas se junten y sepa Su Santidad la devoción, el aplauso y alegría general con que se ha celebrado nuestra fiesta. Y porque no es justo que este vaya mezclado con otra cosa, no sirve esta para más. Y todos roguemos a Dios, que por su bondad infinita nos haga dignos hijos y verdaderos imitadores de nuestra madre santa y gloriosa. Amén. En Madrid a 23 de agosto de 1614 años.*

*Fray Luis de San Gerónimo.<sup>5</sup>*

Las relaciones de las fiestas teresianas en Portugal fueron redactadas y publicadas en castellano, como todas las restantes de la Congregación española. La autoría de la relación correspondiente a cada convento y ciudad solía estar a cargo del prior, por lo que suponemos que la de Lisboa correspondería a su prior, y provincial portugués, Bernardo de Santa María; la de Coimbra a Lorenzo de la Madre de Dios, Gracián;<sup>6</sup> la de Cascais a Francisco de San José; y la de Figueiró dos Vinhos a Pedro de Jesús, aunque debemos considerar la más que posible intervención de la pluma del compilador.

<sup>5</sup> Biblioteca de la Universidad de Barcelona (BUB), ms.1956, 48, *Circular impresa dando instrucciones a los conventos de cómo celebrar la beatificación de Teresa de Jesús, 24 de agosto de 1614*. Fray Luis de San Jerónimo era procurador general de la Congregación española del Carmelo descalzo.

<sup>6</sup> Un sobrino de Jerónimo y de Lorenzo Gracián de la Madre Dios, el benedictino Jerónimo Gracián, participó en el certamen poético vallisoletano, siendo premiado su soneto *llevó tercero premio, que merecía el primero* (RÍOS HEVIA CERÓN: 1615, 85, 122v, 123r/v).

Fray Diego de San José recogió sólo algunas de las composiciones poéticas portuguesas escritas para la ocasión, de ellas tres en portugués: un emblema, obra de “un religioso de nuestra orden”, unas redondillas, y un soneto, además de cuatro epigramas latinos de autores lusos (SAN JOSÉ, Diego: 1615, f.135r; 135v; 139v-140r).

La noticia de la beatificación de Teresa de Jesús, no por lo esperada fue menos celebrada en todas aquellas ciudades donde existían conventos de frailes o de monjas de la Orden, y además de la compilación general, se publicaron relaciones parciales sobre las solemnes fiestas dedicadas a la nueva beata en Salamanca, Valladolid, Córdoba, Zaragoza y Barcelona.

En esta última ciudad, donde el Carmelo descalzo había fundado el convento masculino de San José (1586), y el femenino de la Inmaculada Concepción (1588), se convocó un ambicioso certamen poético, cuya convocatoria se hizo extensiva a las principales ciudades españolas, donde se incluía a Lisboa (Dalmau: 1615, fol.I)

*Con ánimo y desseo de que la devoción de la madre santa Teresa de Jesús, campeasse por todo el mundo, y quedasse impressa en los coraçones y memorias de todos los mortales, y para que todos tuviesen ocasión, y se alentasen a descubrir lo que della tenían concebido, combidó el Autor de este libro a todos los Poetas de España, a que con buen metro de versos preñados de buen concepto, dixesse cada qual su sentimiento, ofreciendo premios de mucho valor, a los que fuessen juzgados de mejor arte y concepto. Para lo qual a los últimos del mes de Agosto se publicó en esta ciudad de Barcelona, y se despachó por las estafetas, para las demás Ciudades y villas de Cataluña, y para las más principales de España, como Madrid, Toledo, Valladolid, Salamanca, Alcalá, Sevilla, Lisboa, Córdoba, Granada, Valencia y Çaragoça, un cartel del tenor que sigue.*

La publicación de esta obra contó con la aprobación del fraile agustino portugués Agostinho Osório<sup>7</sup> (1554-1646), que en 1614 era rector del colegio de San Guillermo de Barcelona.

Además, el certamen barcelonés contó con el concurso de, al menos, un portugués, encubierto bajo el pseudónimo pastoril de Silvio Lisardo, como se recoge en

<sup>7</sup> Este religioso fue autor de diversos sermones publicados en Barcelona y Lérida entre 1610-1639. Durante la guerra de separación de Portugal, el rey Juan IV de Portugal le nombró su agente en Barcelona y Cataluña, en ese entonces bajo la órbita francesa, y también recibió el título de predicador y limosnero de Luis XIII de Francia. Vid.: LEZCANO GONZÁLEZ, Rafael (2005) -, *Agustinos españoles escritores de María*, Guadarrama: *Revista agustiniana*, pp.225-226.

el vejamen del certamen, donde el desconocido autor concurre con unas décimas (DALMAU, José: 1615, 61v-63r, y 76v):

*Entró soberbio y gallardo  
Del braço una desposada,  
El pastor Silvio Lizardo,  
Diciendo no importa nada,  
Que yo el primer premio aguardo.  
Tan enamorado es,  
Que sin duda es portugués,  
Y a toda su copla amor,  
Y así con dalle favor  
Le pagamos desta vez.*

Durante el tiempo en que los dos reinos ibéricos permanecieron unidos bajo la misma corona se multiplicó la presencia de nobles, eclesiásticos y altos funcionarios, de uno y otro lado de la frontera, en las principales ciudades de ambos países, y por tanto de la presencia del castellano en Portugal y, en menor medida, de la cultura y lengua portuguesa en tierras hispánicas. La monarquía de los Austrias se asentaba sobre unos territorios plurilingües, donde, siendo el castellano la lengua hegemónica y de la administración real, se continuaba hablando y escribiendo en distintas lenguas.

Esta realidad cotidiana se expresó también en los certámenes poéticos celebrados en las principales ciudades, donde concurren algunos autores foranos, y aunque la lengua mayoritariamente empleada fue el castellano, algunos poetas participaron con composiciones en su lengua materna, como en el certamen catalán. Este respeto por la pluralidad lingüística existente en los distintos reinos se concreta en diversos pasajes del relato de las celebraciones poéticas. Así, en el libro que recopiló las fiestas de Valladolid se realiza un elogio del polilingüismo devocional (RÍOS HEVIA CERÓN: 1615, f.37v, 38r7v, 118v, 119r):

*a boca llena Madre, y como a tal Madre y a hija de nuestra España con lenguas varias  
en su alabaça se hazen lenguas ofreciédola.*

O bien, como se recoge en este otro fragmento (RÍOS HEVIA CERÓN: 1615, f. 121r):

*Podemos también decir hablando con nuestra sancta Madre viendo la multitud de lenguas tan diferentes, que se ocuparon en su alabança encaminarse a un solo fin, que es a festejar su fiesta.*

En el mismo texto se especifica que estas diferentes lenguas eran la griega, latina, italiana, portuguesa, morisca y castellana. A pesar de esta declaración de intenciones, únicamente aparecen reproducidos en la obra textos en latín y castellano, y realmente sería muy extraordinario un texto en morisco.

Justamente en el certamen vallisoletano llama poderosamente la atención la presencia de participantes ingleses, ello es debido a que en Valladolid se hallaba el Colegio Inglés,<sup>8</sup> destinado a la formación de clérigos, cuya futura misión era la evangelización de la protestante Inglaterra. Debido a sus dificultades con el castellano, los alumnos ingleses presentaron sus poemas en latín o bien dibujaron emblemas. Así sabemos que *Participaron Martín Barleo, elegantísimo por cierto, e ingenioso, flor del ingrato terreno inglés, que en el nuestro se cría para transplantarse felizmente en el cielo; y Jorge Suthavello, ygual al pasado em ingenio, patria e instituto; además de Tomás y Enrique Comtono (RÍOS HEVIA CERÓN: 1615, 38, 116; 39; 118-119).*

Lisboa, capital del mundo atlántico, contó con una representación mucho más cosmopolita, ya que la santa de Ávila mereció ser alabada en composiciones en inglés, francés y alemán, por parte de la colonia mercantil, diplomática y eclesiástica presente en la ciudad lisboeta, según consta en la relación de sus fiestas (SAN JOSÉ, Diego de: 1615, 133):

*Todo el claustro se adornó assí mismo con brincos de cera y flores, y muchas poesías admirables en latín, y portugués, castellano, francés, inglés y alemán, que como en esta ciudad ay toda esta diversidad de naciones, y muchas más, hubo platos para servirlos a todos, y en alabar a nuestra santa, ninguna nación se tiene por estrangera, ni por menos devota que la española.*

La descripción en portugués de las fiestas teresianas, no se publicó hasta 1657, cuando se publicó la crónica de Belchior de Santa Ana, el primer historiador del

<sup>8</sup> El Colegio Inglés era un seminario católico para ingleses, escoceses, galeses e irlandeses perseguidos por sus ideas religiosas antiprotestantes, y allí recibían educación con el fin de que regresasen a Inglaterra con el propósito de lograr su conversión al catolicismo. En España se fundaron en Madrid, Sevilla y Valladolid.

Carmelo descalzo de Portugal (GRAS CASANOVAS, Mercè: 2018). Fray Belchior enumeraba en su obra las numerosas instancias realizadas desde Portugal para reclamar la beatificación de la fundadora (SANTA ANNA, Belchior: 1657, 521):

*Em huma cousa e outra se aventajou aos mais Reynos de Hespanha, este nosso de Portugal [...] Todos os Bispos e Cabidos, Duques e Condes, as ciudades e villas mais principaes, e a Universidade de Coimbra, escreverão ao Sumo Pontifice cartas mui enca-ricadas, em que lhe pedião puzesse no Catalogo dos Santos, a que Deos con milagres, tão feandes, como multiplicados publicava por huna das Virgens benaventuradas mais favorecidas suas. Para os gastos da beatificação pedio esmolla polla maior parte do Reyno o P. Fr. Thomas de S. Cyrillo...*

El historiador hacía referencia, sin nombrarla, a la obra compilatoria de Diego de San José, y a las celebraciones efectuadas en el conjunto de la monarquía ibérica, *desta opulentíssima Espanha* (SANTA ANNA, Belchior de: 1657, 522):

*Hum libro particular se fez, compos, e imprimio, no qual por extenso se contão as festas, os concursos de gente, as riquezas de vestidos, as maquinas de fogo, o admiravel ornato das Igrejas, a magestuosa pompa de procissoes e figuras, o artificioso concerto das ruas e arcos triunfaes, as invenções de novas festas de cavallo e as mais grandezas, que por espaço de oito días se derão no theatro desta opulentissima Espanha, que teve por divida de primor e honra o occuparse em solemnizar a carta de fidalguia divina, que a Cabeça da Igreja e Vigario de Christo deu a huma filha nascida em huma das suas ciudades para a autorizar e defender.*

La noticia de la beatificación y la convocatoria popular de la celebración teresiana se realizó mediante la edición de un folleto de ocasión, publicado por el impresor Antonio Alvarez,<sup>9</sup> y quizá fuese el impreso que se menciona en la descripción del inicio de las fiestas lisboetas: *y para el vulgo yvan echando coplas por el suelo, en que se dezía las fiestas que avían de hazerse* (SAN JOSÉ, Diego de: 1615, f.131v) [fig. 2 e 3].

La transcripción del impreso, ya mencionado en una publicación de hace unos años (Cátedra: 1997), es la que sigue:

<sup>9</sup> Manejamos el ejemplar de este impreso de la Biblioteca Nacional de España BNE, ms., f.114r-115v. R/35525, aunque nos consta que existe otro ejemplar impreso en la Biblioteca de la Universidad de Salamanca.





NA PVBLICAÇAM DA FESTA  
DA BEATA MADRE TERESA DE IESVS,  
Fundadora dos Carmelitas Descalços, & em seu louuor.



**L**VICARAS me eis de dar  
Destas nouas com que venho,  
Que por muito certo tenho,  
Que a todos hão de alegrar.  
Esta Festa, esta Grandeza  
He do nosso amor efeito,  
E hum final das que tem feito,  
IESVS nos Ceos a TERESA.

Com mostras mais, que ordinarias,  
Festeje tudo esta Santa,  
Enchase com gloria tanta,  
A Terra de Luminarias.  
Porque com inueja dellas,  
Para a saber festejar,  
A Terra se hão de abaixar,  
Dos mesmos Ceos as estrellas.

De hum grande contentamento,  
Se manifesta a alegria,  
Convidouos para o dia,  
Das Festas, que represento.  
Com mil mostras de grandeza,  
E de amor muy natural,  
Faz as Festas Portugal,  
A Madre Santa TERESA.

*Em Lisboa. Com todas as licenças & aprovações necessarias.*

Por Antonio Alvarez, Anno 1614.



Todos vislão de alegria,  
Tirem mil galas a luz,  
Que TERESA de IESVS,  
Ja tem na Terra este dia.  
Ande a Terra aluotoçada,  
Com aplauso, Festa & grita,  
Que a Descalça Carmelita,  
Esta de estrellas calçada.

TERESA celebre o Mar,  
Pois por amar mereceo,  
TERESA celebra o Ceo,  
Porque o soube conquistar.  
A Terra se encha de Luz,  
Com luminarias contentes,  
Pois nella deu Luz as gentes,  
Ja TERESA de IESVS.

Palmas, Ramos, Cedro, & Louro,  
Cubraõ praças, monte & prado,  
Porque Hespanha tem achado,  
Em TERESA o seu Theouro.  
E pois enche tantas vezes,  
De riqueza a toda Hespanha,  
Bem he, que em copia tamanha,  
Se achem tambem Portuguezes.

Fig. 2. BNE, Na publicação da festa da beata madre Teresa de Iesus, fundadora dos Carmelitas Descalços & em seu louuor.



*Na publicação da festa  
da beata madre Teresa de Iesus,  
fundadora dos Carmelitas Descalços & em seu louuor.*

*Alviçaras me eis de dar  
Destas novas com que venho,  
Que por moito cerro tenho,  
Que a todos hão de alegrat.  
Esta Festa, esta Grandeza  
He do nosso amor feito,  
E hum sinal das que tem feito,  
IESUS nos Ceos a TERESA.*

*Todos vistão de alegría,  
Tirem mil galas a luz,  
Que TERESA de IESUS,  
Ia tem na Terra este dia,  
Ande a Terra alvoroçada  
Com aplauso, Festa & grita,  
Qua a Descalça Carmelita,  
Esta de estrellas calçada.*

*Com mostras mais, que ordinarias,  
Festeje tudo esta Santa,  
Enchafe com gloria tanta,  
A Terra de Luminarias.  
Porque com inveja dellas  
Para saber festejar,  
A Terra se hão de abaixar,  
Dos mesmos Ceos as estrellas.*

*TERESA celebre o Mar,  
Pois por amar mereceo,  
TERESA celebra o Ceo,  
Porque o soube conquistar.  
A Terra se encha de Luz,  
Cm luminarias contentes,  
Pois nella deu Luz as gentes,  
Ja TERESA de JESUS.*

*De hum grande contentamento,  
Se manifesta a alegría,  
Convidovos para o dia,  
Das Festas, que represento.  
Com mil mostras de grandeza,  
E de amor muy natural,  
Faz as Festas Portugal,  
A Madre Santa TERESA.*

*Palmas, Ramos, Cedros, & Louro,  
Cubrão praças, monte & prado,  
Porque Hespanha tem echado  
Em TERESA o seu Thesouro.  
E pois enche tantas veces,  
De riqueza a toda Hespanha,  
Bem he, que em copia tamanha,  
Se achem tambem Portuguezes.*

*Em Lisboa. Com todas as licenças et aprovações necessarias.  
Por Antonio Alvarez, Anno 1614.*

NA PVBLICACAM  
DA FESTA DA BEATA MADRE  
TERESA DE IESVS, FVNDADORA  
dos Carmelitas Descalços, & em feu  
louuor.



OVAS de Festas raras & excelentes,  
Vos dou com aluoroço defusado,  
Que para honra do mundo, & luz das gentes,  
O nome de TERESA he ja Sagrado.  
Estas mostras, que vedes tão contentes,  
Com o Mar, a Terra, & Ceo aluoroçado,  
Lououres altos são, que a Fama canta,  
Da ~~luz~~ soberana Vida de tal Santa.

Ha lufas sobre as aguas do Oceano,  
Armadas, & lufrosas Companhias,  
Danças ao vfo antigo Lusitano,  
Chacotas, instrumentos & folias,  
Estrondo, que reuolue o peiro humano,  
Com belico furor de artilherias,  
Bandeiras, Guerra, & Fogo nesta empreza,  
Em que se aruora o Nome de TERESA.

Enchefe o Mar, & a Terra de alegria,  
Fazem falua, Bandeiras, & Tambores,  
O Sol mais apressado mostra o dia,  
Coroa-se o Mar de rama & flores,  
De lufia nagoa, & patos a oufadia,  
Eftão olhando os mudos nadadores,  
Celebra o Mar, & a Terra esta grandeza,  
Para louuar ao Nome de TERESA.

Eftes finais, que a Terra toda abalfo,  
Mouem do Mar as ondas transparentes,  
Que por linguas, & vozes diferentes,  
Se efcreuem, communicão, gritão, fallão,  
Eftes carteis de Festas, que afinalão,  
Alegrias, & eftremos tão contentes,  
São, que ordena Lisboa, Fefta eſtranha,  
A Santa, que honrar ſoube a todã Heſpanha.

Fig. 3. BNE, Na publicaçam da festa da beata madre Teresa de Iesus, fundadora dos Carmelitas Descalços & em seu louuor.

*Na publicaçam  
da festa de beata madre  
Teresa de Jesus, fundadora  
dos Carmelitas Descalços, & em seu  
louuor.*

*Novas de Festas raras & excelentes,  
Vos dou com alvoroço desusado,  
Que para honra do mundo, & luz das gentes,  
O nome de TERESA he ja Sagrado.  
Estas mostras, que vedes tão contentes,  
Com o Mar, a Terra, & Ceo alvoroçado,  
Louuores altos são, que a Fama canta,  
Da [justas] soberana Vuda de tal Santa.*

*Ha justas sobre as aguas do Oceano,  
Armadas, e & lustrosas Companhias,  
Danças ao uso antiguo Lusitano,  
Chacotas, instrumentos & folias,  
Estrondo, que revolve o peito humano,  
Com belico furor de artelherias,  
Bandeiras, Guerra, & Fogo nesta empresa,  
Em que se arvora o Nome de TERESA.*

*Enchese o Mar, & a Terra de alegría,  
Fazem salva, Bandeiras, & Tambores,  
O Sol mais apressado mostra o dia,  
Coroase o Mar de rama & flores,  
De justa nagoa, & patos a ousadia,  
Estão olhando os mudos nadadores,  
Celebra o Mar, & a Terra esta grandeza,  
Para louuar ao Nome de TERESA.*

*Este finais, que a Terra toda abalão,  
Movem do Mar as ondas transparentes,  
Que por linguas, & vozes diferentes,  
Se escrevem, communiçaç1, gritão, fallão,  
Estes carteis de Festas, que assinalão,  
Alerias, & estremos tão contentes,  
São; que ordena Lisboa, Festa estranha,  
A Santa, que honrar soube a toda Hespanha.*

Convocadas las gentes pues, con estos opúsculos, para honrar a la fundadora carmelita y nueva beata ascendida a los altares, se celebraron fiestas en Lisboa, Évora, Coimbra, Cascais y Figueiró dos Vinhos, según las indicaciones marcadas por la orden, y contando con el concurso de las autoridades, la nobleza y corporaciones locales, al que se sumó la participación popular.

A continuación, ofrecemos la transcripción del texto que publicó Diego de San José en 1615 relativo a las celebraciones portuguesas:

***Relación de las fiestas que se hizieron en Lisboa quando llegó la nueva de la beatificación de nuestra Madre Santa Teresa de Jesús.***

*Por estar este Reyno de Portugal con una general tristesa y sentimiento de un caso grave que sucedió en la Ciudad que llaman Oporto, y dessear el señor Arçobispo y regimiento de esta insigne y noble Ciudad de Lisboa, que las fiestas y alegrías se solenizassen libres de azar, pareció conveniente dilatarlas unos días. El día que llegó la nueva cantamos en nuestra casa un Te Deum laudamus, con alguna música, y un moderado repique de campanas. La traça que tuvo el Regimiento (en cessando la pena con que todos estábamos) para que en la mar se hiziesse alguna cosa notable, fue ordenar que truxessen las galeras una rica vandera, con la imagen de nuestra Santa Madre, enarbolada desde la una punta de la Ciudad, hasta la otra, donde está nuestra casa, y que acompañasen esta vandera muchos barcos enrramados con sus entandartes y mucha artillería, y música, y en ellos fuessen todas las danças y folías y chacotas que ay en la Ciudad, y suelen salir el día de Corpus, y esto se hizo assí puntualmente, que fue cosa de maravilla tanta embarcación, tan de fiesta, y tan adornado todo: y afirmaron muchas personas, que passaron de mil los vasos que andavan por mar, enrramados, y llenos de gente, assí hombres como mugeres, que parece no quedava otra tanta en tierra. Avía de aver en el mar una justa de flamencos a palos, que es una fiesta muy regozijada, y a esto se juntó toda esta gente en el mar.*

*Para que todos tuviessen lugar de prevenirse de barcos y de lo necessario, quatro días antes salió la fama en una encamisada a las dos de la tarde, que un lindo niño ricamente vestido, en un cavallo blanco con sus ales y trompeta, y con algunos correos en sus cavallos, y otros a pie dando pliegos a todos por las calles, especialmente al Virrey,<sup>10</sup>*

<sup>10</sup> Fray Aleixo de Menezes (1559-1617), religioso agustino, fue arzobispo de Braga y virrey de Portugal entre 1612-1615.

*Arçobispo,<sup>11</sup> Conventos, y titulados, y para el vulgo yvan echando coplas por el suelo, en que se dezía las fiestas que avían de hazerse. Con una buelta que dio por la Ciudad voló la nueva, y la fama por todo el reyno, y assí acudieron de muchas partes a ver la fiesta. La fama llevaba el vestido lleno de cosas de mucho precio, como eran piezas de oro, diamante, etc. Esta traça fue de un cavallero seglar, y hízola tan presto, que ya estaba executada quando se entendió el autor della. Para el domingo siguiente, que fue 13 de julio de dexó la fiesta del mar, y el sábado antes, hubo por la tarde repique de campanas en todas las Iglesias y Conventos de Lisboa, tan bien repicadas que parece se hundía todo. Encendiéronse por la noche las luminarias, hubo en la Iglesia mayor por orden del Cabildo gran cantidad dellas, en especial veinte y quatro barriles de alquitrán. En el castillo, y en todas las casas de seculares, principalmente fidalgos y gente rica. Huvo tamhién muchos fuegos de hogueras en las calles, y de hachas, faroles y barriles en las ventanas y tejados. En nuestro convento hubo de aquesto todo quanto se pudo acomodar en la iglesia, tejados, azuteas y ventanas, pero en la huerta sobre el muro della avía más de dozientos vasos de alquitrán, infinitos hachos de pino, barriles, toneles y pipas, muchos murrones embreados, que parecía arderser todo el sitio, hubo así mismo árboles y pirámides de fuego, infinidad de cohetes y cámaras de artillería, y en muchas partes de la casa y huerta chirimías y clarines, y las campanas que nunca cessavan, hazía todo demostración grandiosa de la fiesta. Acabose la de esta noche con una famosa encamisada de quarenta a caballo, que anduvieron hasta las once de la noche con sus hachas blancas encendidas, alegrando el pueblo.*

*El domingo a las dos de la tarde fueron las galeras al cayz del carbón, donde estaban los barcos que dixen, y las danças y folías, y embarcándose todos, tomó la Capitana (en que yva el general conde de Elda,<sup>12</sup> y toda la fidalguía de Lisboa) la bandera en que yva la Santa, y la enarboló en la popa, al lado derecho del estandarte Real, y con ella, aviéndola salvado al entrar con toda la artillería de todas // quatro galeras, y de muchos navíos y barcas que allí estaban, y juntamente todos los soldados de que yvan llenas las galeras, comenzó a bogar poco a poco hacia nuestro convento, pasando por delante de toda la ciudad, dando salvas en algunas partes, como al virrey que estaba en el fuerte, y a algunas iglesias, y de tierra la salvaron todos los soldados del general, y del castillo, con toda la arcabucería y mosquetes, y con doce cámaras. Estava a ver esto en la ribera tanta multitud de gente que ponía admiración y espanto, yvanse muy*

<sup>11</sup> Miguel de Castro (1586-1625) era obispo de Lisboa en 1614.

<sup>12</sup> Antonio Coloma y Saa (1557-1619), II conde de Elda, era general de las galeras de Portugal.

*poco a poco las galeras, y seguíanlas, festejándolas, todos los barcos, que parecía se hundía el mar con fuego y artillería. Llegados al puesto de la justa y palos, estando para comenzar, sobrevino tanta multitud de gente en barcos, y de tal manera turbaron y cubrieron el mar, que no fue posible hacer cosa de lo que se pensaba. Pero no faltó quien supliesse la justa, porque en otros barcos Yvan los volteadores y bolatines, que hizieron maravillas. No se puede más decir, de que por el mar Yvan el dragón, la sierpe, los gigantes, periquitos, rey David y ruateros con toda la chusma de solgares que ay en este reyno. Invenciones son las que se han tocado aquí, que suelen costar quinientos y seiscientos ducados, y a veces mil, según la diversidad de figuras, y la costa de los atavíos que llevan. Antes de puesto el sol, desembarcaron la bandera, la qual traxo el capitán Ovando, acompañado de todos aquellos señores; avían venido en esta sazón muchos padres, los calzados a casa con su música, que es famosa, y así todos la recibimos a la puesta de nuestra iglesia, cantando un Te Deum laudamus; pusiéronla en un masto o árbol muy alto que estaba preparado en nuestra huerta, dando a esta ocasión todas las naos y galeras que estaban en el puerto una grande salva, y hubo navíos que dispararon // más de treinta piezas. Luego encendimos los fuegos y luminarias, y se echaron infinitos cohetes y cámaras, más que a noche primera, con que se dio fin a la fiesta, sin desgracia ninguna en mar ni en tierra, que fue gran merced de Nuestro Señor, mas ya es tiempo de contar lo que se hizo en las fiestas principales, lo qual haré brevemente, porque de todo se está imprimiendo un libro, donde se verá más a la larga. Para celebrar nuestra octava se determinó alternarla con el convento de nuestras religiosas, haciendo un día fiesta en nuestra casa, y otro día en la suya. Estava nuestra iglesia muy rica, y curiosamente colgada con los paños de su magestad, que llaman de Túnez, y los famosos de Rómulo y Remo, que para quien los ha visto, o tiene noticia dellos no es necesario decir más. De la cornija arriba estava la iglesia brincada de cera y flores con maravilloso artificio, que es un modo de adorno en esta ciudad, admirable, curioso y costoso. Avía en muchas partes de la iglesia caçoletas y pomos de diferentes olores, y toda ella parecía un retrato del cielo. Todo el claustro se adornó assí mismo con brincos de cera y flores, y muchas poesías admirables en latín, y portugués, castellano, francés, inglés y alemán, que como en esta ciudad ay toda esta diversidad de naciones, y muchas más, hubo platos para servirlos a todos, y en alabar a nuestra santa, ninguna nación se tiene por estrangera, ni por menos devota que la española.*

*El sábado, a quatro de octubre, para hora de vísperas, concurrieron en nuestro convento muchas diferencias de danças, folías, chacotas, los periquitos, el rey David, y toda la chusma de folgares (que llaman acá) con que grandemente se regozijava el pueblo. Cantaron las vísperas los músicos de la capilla real, con gran diferencia de voces e instrumentos, y muchos villancicos compuestos al propósito de la fiesta. Acabadas las vísperas, se començaron a poner en orden los fuegos que estaban aparejados en esta manera. Para el convento avía infinitad de luminarias, para las ventanas de las celdas a quatro, en las de los quartos a ocho. Los corredores del convento y del noviciado por lo alto y por lo baxo estaban llenos de luzes. La galería, cimborio, cavalletes y el campanario parecía todo un monte de fuego. Por la cerca de la huerta estaban repartidos dozientos barriles de alquitrán, y otros fuegos. En la placeta de la huerta junto al convento avía árboles, ruedas, bombas y montantes de fuego, con muchas cámaras [sic] de artillería, y grande cantidad de choetes de todas suertes, y acompañava este recozijo mucha música de clarines, chirimías, repique solene de campanas, que causava singular alegría en todos. La gente que esta noche acudió a visitar a nuestra santa madre y a rezarle, no tiene número, y puédese hablar desta manera en Lisboa, mejor que en otra ciudad de la Christiandad, y como es grande en número y población, lo es assí mismo en devoción y piedad con las cosas del culto divino, y de los santos, y la que tiene con nuestra madre Santa Teresa, es singular y rara.*

*El domingo día de la fiesta principal dixo la Missa el padre provincial, y predicó el padre fray Isidro Melo, provincial de nuestros padres calçados, como se esperaba de una persona tan grave y docta. Asistió a la Missa el señor virrey, con mucha nobleza de fildalgos que le acompañavan. Comió en nuestro refitorio con muchos religiosos de todas órdenes, pero ningún secular se quedó a comer por la estrechura de la casa, aunque hubo personas harto graves y devotas de la religión que lo estimaron muchos. Su excelencia se estuvo todo el día en casa, y a la tarde se fue al coro, y cantó las vísperas con los religiosos, preciándose más de serlo, y mostrándolo en quantas ocasiones se ofrecieron este día, que de la dignidad del arçobispo y oficio de virrey, y de tal suerte nos favoreció que no nos dexó menos edificados que favorecidos. Mientras duró la comida oró en latín un hermano novicio, con harta elegancia, y muy a gusto de su excelencia, y pidiéndole la oración la dio muy en breve en prosa y en verso latino. Esta misma tarde començaron las madres su fiesta, teniendo para ella muy rica y curiosamente adereçada su iglesia. Tuvieron la misma música, danças y chacotas que hubo en nuestra casa, y por la noche muchas luminarias. El lunes les dixo la Missa el padre*



provincial, y predicó el señor obispo de Zeuta<sup>13</sup> muy doctamente, por ser su señoría insigne predicador, y muy devoto de nuestra santa Madre. Huvo assí mismo grande concurso de gente noble, y por estar los dos conventos en una misma calle, apenas se diferenciavan las fiestas, antes parecían yrse continuando en entrambos, Las vísperas del lunes nos cantaron los religiosos calzados nuestros, junto con las mejores voces de la capilla real, estuvo aparejado para esta noche el mismo número de fuegos que huvo en las passadas. El martes asistió en la Missa con autoridad pontifical el señor Nuncio, predicó el reverendo padre fray Francisco Pereyra, agustino, alabaron, todos, su sermón, con muchos superlativos, por ser gran predicador. Comieron en casa muchos religiosos de otras órdenes. Las vísperas fueron en las madres, y predicó el miércoles el reverendo padre fray Vicente Pereyra,<sup>14</sup> de la Orden de Santo Domingo, muy docta y devotamente. El lunes asistieron a los oficios en nuestra casa los señores, inquisidor general, obispo de Lamego y obispo de Angra en Terceras, // y muchos titulares de este reyno, predicó el padre fray Juan de San Bernardino, lector de teología, de San Francisco, celebróse mucho su sermón, de docto y afectuoso a la santa y a la religión. El día siguiente predicó en las madres el padre Heredia, de la compañía de Jesús, a quien por su grande espíritu y eminencia de púlpito llaman Apóstol en este reyno. El sábado se hizo la última fiesta en nuestra casa, y como última se echó el resto de todas maneras. Asistió el señor arzobispo con autoridad archiepiscopal, predicó el padre Bartolomé Guerrero, de la Compañía de Jesús, echando el sello a nuestra fiesta y sermones. Huvo este día, como los demás, muchos religiosos combidados a comer, y en el refectorio oración latina de un hermano novicio muy elegante y ben concertada. El último día predicó en las madres un religioso francisco descalço extremadamente bien.

Tomadas estas nuestras fiestas por junto, y cada cosa dellas, fueron alabadas de toda suerte de gente, y túvose traça de que las quatro cabeças que ay en esta ciudad, es a saber, el señor Nuncio, el señor Virrey, Inquisidor General y Arçobispo, se hallasen cada día uno en casa. También huvo personas nobles que se encargaron de hacer las fiestas, y assí fueron tan cabales porque cada uno quería señalarse en la que tocaba. Deseó mucho la ciudad que se hiziesse una processión general, y fuera cosa grandiosa, más procuramos estorbarlo, por guardarla para mejor ocasión, y cumplir con el orden de nuestro Padre General. Dios con nuestro Señor nos la dexe ver presto.

<sup>13</sup> Agustín de Aguiar fue obispo de Ceuta entre 1613- 1632.

<sup>14</sup> El dominico Vicente Pereyra ejerció la tarea de calificador y reveedor de libros, y fue catedrático de prima de Teología en la universidad de Coimbra.



## **FIESTAS DE ÉBORA**

*De tres metrópolis que ay en el Reyno de Portugal, una es Ébora, ciudad principalíssima, no solo por la nobleza que en ella ay, sino por lo que han florecido allí los ingenios con el exercicio de letras que aquella universidad professa, la qual es gremio de insignes colegios, y la ciudad, receptáculo de muchos y muy graves y religiosos conventos de todas las órdenes. Tiene la nuestra allí, el qual es de los buenos que tiene en aquella provincia, y reyno. Imitó esta nobilíssima ciudad a Lisboa, en hazer duplicadas las fiestas de nuestra santa madre, y tan solemnes las de la primera vez que llegó la nueva de la beatificación, que las ostentaciones que hizo las autorizó el señor arçobispo con su asistencia en lo eclesiástico y con el clero de aquella metropolitana, que es muy grave y de gente muy docta. Lo que después se hizo en la fiesta principal contiene esta relación.*

### **RELACIÓN DE LAS FIESTAS DE ÉBORA, QUE EMBIÓ EL PADRE PRIOR DE NUESTRO CONVENTO<sup>15</sup>**

*Aunque esta ciudad de Ébora, en la sazón que se celebraron las fiestas de nuestra Madre Santa Teresa, estaba por cierto accidente muy sola, especialmente de los fidalgos que suelen regocijar las fiestas. Es, con todo esso, tanta su devoción, y la que todos tienen a N.S. es tan grande, que no parece le faltava persona de las que avían de acudir a esta solemnidad. Compusimos para ella nuestra iglesia con muy ricas colgaduras, quadros, y otras cosas curiosas, y para adorno del Claustro hize pintar más de quarenta papeles grandes de emblemas o geroglíficos muy ingeniosos, con otros muchos papeles que pusimos de poesías diferentes. La víspera de nuestra santa Madre, a la noche, hubo en todas las yglesias y conventos de la ciudad muy solemne repique de campanas, y luego se encendieron en las mismas partes, y en las plaças y calles, y en las casas de muchos fidalgos, y más señalados devotos, infinitas luminarias, y en muchos conventos de otras órdenes, disparavan tiros y cohetes boladores, mostrándose mucho en alegrar la fiesta, como si fuera propria suya. En nuestra casa se hizo lo mismo, y como a los que principalmente nos tocaba, procuramos ser los que más se señalasen: hubo en las ventanas del convento, torres, terrados, y iglesia infinitas luminarias. El concurso de la gente que venía a visitar nuestra santa Madre. Y la devoción y alegría que mostraban todos fue grande, y duró todo esto hasta muy tarde, quedando todos muy desseosos*

<sup>15</sup> Lorenzo de la Madre de Dios, Gracián Dantisco (1570-1645).

*de ver el día siguiente para gozar de las fiestas que se esperaban. El domingo, que fue el primer día, se cantó la Missa con mucha solemnidad, con la música de la iglesia mayor, que es famosa, asistiendo a ella el señor arzobispo, el regimiento y cavalleros desta ciudad, con singulares muestras de devoción y afecto. Predicó este día primero un canónigo de la santa iglesia, consecutivamente se celebraron los oficios divinos todos los ocho días solemnísimamente, con la misma música y asistencia del señor arzobispo, cavalleros y fidalgos, y con el concurso de toda la ciudad que el mismo día. Huvo todos los días sermones, de los predicadores más aventajados de los conventos desta ciudad, y lo que es de maravillar, que aviendo combidado para la primera noche de la fiesta solamente los músicos de instrumentos, como son chirimías, clarines, etc., y para sola esa noche primera avíamos pedido nos honrasen en las iglesias y conventos con el tañido de las campanas y luminarias, acudieron con lo uno y con lo otro todas las noches de la octava, con la misma intensión y con el mismo gusto que la primera vez, y así todas estas noches fueron muy regozijadas y de fiesta, y en todas ellas acudían a visitar la imagen, no solo la gente principal y de huelga, sino también los pobres jornaleros y oficiales acabadas sus tareas, parece que en venir aquí hallavan descanso.*

*Los fidalgos que en esta coyuntura estaban en la ciudad, aunque (como dixé al principio) eran pocos, se animaron de manera que para solenizar estas fiestas que suplieron por muchos, y así un día corrieron sortija en la plaça pública con mucha grandeza de premios y libreas, como se sabe muy bien hacer en esta ciudad. Otro día jugaron cañas, en la misma plaça, y dicen que fue una fiesta muy grave, así por la destreza y gala con que todos corrieron como por la nobleza de personas que hubo en este juego, que fueron algunos titulados y otros cavalleros muy principales. Hizieron assí mesmo otras fiestas públicas, y con mil maneras de demonstraciones regozijaron el pueblo, y dieron muestra de sus nobles ánimos y devotos coraçones. Dieron a este convento para las fiestas algunas buenas limosnas el señor arzobispo y otras personas principales, con que se acomodó la iglesia nueva para este día, y se acudió con el cumplimiento y largueza necesaria a todo. Muchas otras cosas particulares, pudiera escribir de la devoción singular, y el general aplauso de todos, mas parece que será conveniente no alargar más esta relación.*

## **FIESTAS DE COYMBRA, CASCAYS Y FIGUEYRO**

*Aviendo oydo esta relación, nos dará licencia el lector para no le cansar con otras, que se diferencian poco de ella, y para que guardemos el estilo que en tres o quatro partes de este libro se lleva, dexando a que por las fiestas que se acaban de leer, se conciba las que se avían de poner, y se escusaron de intento, por huyr la repetición tan poco grata al oydo humano. La ciudad y villas donde se embiaron las relaciones que avían de yr en este lugar son las que siguen.*

*Coymbra, ciudad nobilíssima de Portugal, cabeça de Obispado y ilustrada con una universidad, tan célebre, tan llena de seminarios de letras, y de colegios de varones insignes y raros en todas las ciencias, como se sabe. Es por extremo fértil y agradable esta ciudad, por donde quiera que se mire; y por venir tan a propósito un dicho de cierta persona grave de Italia, que venía de Lisboa a Coymbra, no se puede dexar de referir aquí. Y fue que, en descubriéndosela con la vista, comprehendió en una breve sentencia ambas ciudades, diciendo de Lisboa: Vidi Orbem in Urbe, y luego de Coymbra, Video civitatem undique videntem. Y verdaderamente dixo bien, porque Coymbra por todas partes parece que se ríe. Riégala Mondego, río que ay pocos en Europa de ribera más amena, y así quando vienen los barcos de vela latina por él navegando, véense muchas partes y rompiendo el ayre las puntas de las velas por cima de las copas de los árboles, que parecen más carroças de viento que vasos que nadan. En esta esclarecida y célebre ciudad, tiene nuestra religión un Colegio de Artes y Teología.*

*En la villa de Cascaes (donde también se celebraron solemníssimamente las fiestas de nuestra Madre santa Teresa) ay un convento nuestro de frayles, que edificaron y de que son patrones y le honran y favorecen mucho los condes de Monsanto,<sup>16</sup> cuya es la villa; bate en ella la mar, y es regaladíssima de todo género de pescados, y muy proveyda de quanto viene por agua, pues primero llega allí que a Lisboa. Tampoco son para dexar de hazerse memoria dellas las fiestas de Figueyro, otra villa de aquel Reyno, donde nuestra Religión tiene un convento de religiosos.*

*De todas estas partes hubo avisos, y lo cierto es que todos se han alargado y procedido liberalíssimamente en esta ocasión, como si la santa fuese natural, o hubiera estado*

<sup>16</sup> Los condes de Monsanto eran Luis de Castro y su esposa Mencía de Noronha, a la muerte del conde, en 1612, heredó el título su hijo, Alvaro Pires de Castro y Sousa.

*muchos años en las villas, ciudades y lugares donde han celebrado con regozijos y excessivas demostraciones de alegría su beatificación, tal es la devoción que con ella se tiene, y el desseo de hazerle mayores fiestas quando Su Santidad la proponga para esso a toda la Iglesia universal.*

## BIBLIOGRAFÍA

- BERGIER, Nicolas Sylvestre (1857) - *Suplemento al Diccionario de teología*. Madrid. José Lorente, editor.
- BURRIEZA SÁNCHEZ, Javier (2004) - "Virtudes y Letras. La familia de los Sobrino de Valladolid", en M. García Fernández y M. A. Sobaler seco (coords.), *Estudios de Historia. Homenaje al profesor Teófanos Egido*, Valladolid, Junta de Castilla y León, pp. 179-201
- (2015) - *Letras descalzas. Escritoras y lectoras en el Carmelo de Valladolid*. Valladolid: Ayuntamiento de Valladolid.
- CAMMARATA, Joan F. (2004) - "El espectáculo y la divinidad: la relación de las fiestas por la beatificación de Santa Teresa de Jesús", *Actas del XIV Congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas*: New York, vol. 2, pp. 59-66.
- CÁTEDRA, Pedro M. (1997) - "Movimientos espirituales y clientelismo político: a propósito de pliegos y carteles poéticos del siglo XVII en la Biblioteca Universitaria de Salamanca", *Revista portuguesa de historia do livro e da edicao*, 1, pp. 89-140.
- SAN JOSÉ OCD, Diego de (1615) - *Compendio de las solenes fiestas que en todas España se hicieron en la beatificación de N. B. M. Teresa de Jesús*. Madrid: Viuda de Alonso Martín.
- DALMAU, Joseph (1615) - *Relación de la solemnidad con que se han celebrado en la ciudad de Barcelona las fiestas a la beatificación de la madre S. Teresa de Jesús, fundadora de la reforma de frayles y monjas de nuestra Señora del Carmen de los descalços [...]*, Barcelona: Sebastián Matevad.
- CORAÇÃO DE JESUS, David do (1962) - *A Reforma teresiana em Portugal*. Lisboa: [s.n.]
- GRAS CASANOVAS, Mercè (2008) - "La cartografía en els ordes religiosos a l'època moderna. L'atlas de les províncies del Carmel descalç", *Treballs de la Societat Catalana de Geografia*, 65, pp. 406-416.
- (2016) - "La recepción de Teresa de Jesús en la Corona de Aragón", en CALLADO ESTELA, Emilio (ed.), *Viviendo sin vivir en mí. Estudios en torno a Teresa de Jesús en el V Centenario de su nacimiento*. Madrid: Sílex, pp. 215-278.
- (2018) - "Joan de Sant Josep, Blanc Mur (1642-1718), i les històries provincials de l'orde: Catalunya i Portugal", 3.12.2018. <https://castellinterior.com/2018/12/03/>

joan-de-sant-josep-blanc-mur-1642-1718-i-les-histories-provincials-de-lorde-catalunya-i-portugal/

SACRAMENTO OCD, João do (1721) - *Chronica de Carmelitas descalços, particular do reyno de Portugal e as suas conquistas (1632-1639)*. Lisboa: Na Officina Ferreirensiana.

SANTA ANNA OCD, Belchior de (1657) - *Chronica de carmelitas descalços, particular do reyno do Portugal e provincia de Sam Felipe : I tomo ...* Lisboa: Oficial d'Henrique Valente d'Oliveira.

LOUREIRO, J. João (2017) - "Cronologia da Ordem dos carmelitas descalços em Portugal (1581-2016)", *A Reforma teresiana em Portugal. Congresso Internacional*. Marco de Canaveses: Ordem dos Carmelitas Descalços, pp. 23-29.

MANERO SOROLLA, María Pilar (1999) - "Las relaciones de las Solemnes fiestas que en toda España se hicieron en la Beatificación de N.B.M. Teresa de Jesús de Diego de San José", en *La Fiesta. Actas del II Seminario de Relaciones de Sucesos* (A Coruña 13-15 de julio de 1998). Eds. López Poza, SAGRARIO y Pena Sueiro, Nieves. Ferrol. Sociedad de Cultura Valle Inclán, pp. 223-234.

*Na publicaçam da festa da beata madre Teresa de Iesus, fundadora dos Carmelitas Descalços & em seu louuor: Novas das festas raras & excelentes vos dou com aluoroço desusado; Alviçaras me eis de dar destas novas com que venho...* Lisboa: por Antonio Alvarez, 1614.

RÍOS HEVIA CERÓN, Manuel de los (1615) - *Fiestas que hizo la insigne ciudad de Valladolid, con poesías y sermones en la Beatificación de la Santa Madre Teresa de Jesús*. Valladolid: Francisco de Abarca Angulo.

SANTA TERESA OCD, Silverio de (1937) - *Historia del Carmen descalzo en España, Portugal y América*. Vol. VIII, Burgos: Tipografía El Monte Carmelo.

SOUSA SANTOS, Marco (2017) - "A província carmelita descalça de Portugal num Atlas de 1739", *A Reforma teresiana em Portugal. Congresso Internacional*. Ordem dos Carmelitas Descalços, Marco de Canaveses, 2017, pp. 459-469.







# OS CARMELITAS DESCALÇOS EM BRAGA

**Frei Marco Paulo Domingues Caldas**

marco@carmelitas.pt

Ordem dos Carmelitas Descalços

## RESUMO BIOGRÁFICO

**Frei Marco Paulo Domingues Caldas**, camelita descalço. Concluiu mestrado integrado em Teologia (Porto – 2008) e especialização em Teologia Prática (Braga – 2018) pela Universidade Católica Portuguesa. Atualmente é conventual no convento de Nossa Senhora do Carmo de Braga.

## OS CARMELITAS DESCALÇOS EM BRAGA \*

THE DISCALCED CARMELITAS OF BRAGA

### RESUMO

Todos os monumentos são marca do génio e engenho dos seus construtores, e inscrevem-se como referência na história e espiritualidade de uma comunidade, pois sintetizam os seus ideais de vida, de arte e até, os sentimentos mais profundos que lhes deram forma; são marcos que remarcam a memória dos vindouros. A igreja de Nossa Senhora do Carmo e o seu Convento, hoje situados em pleno centro histórico da cidade de Braga recordam-nos aspectos vários da história a que estamos intimamente ligados. Deste modo, a investigação incidirá ainda nas apertações que o percurso das origens do Carmo Descalço, em Braga, pode trazer ao contexto atual, desde a sua fundação até aos nossos dias, como um valioso contributo para a compreensão da comunidade religiosa e da comunidade cristã, que permanece, em larga medida, por investigar.

### ABSTRACT

The monuments are proof of the genius and resourcefulness of its constructors, becoming a reference to the History and spirituality of an entire community (mirroring their life ideals, their art, and their most profound feelings) as well as marking the memory of the ones who are yet to come. The church of Nossa Senhora do Carmo and its Convent, today situated at the center of the city of Braga, remind us of many Historical moments to which we are deeply connected. Therefore, this investigation will focus on the contributions that the path of the Carmo Descalço, in Braga, can bring to our present time, from its inauguration to our days, as a valuable contribution to the understanding of both the religious and the Christian communities which have yet to be fully studied.

\*O autor escreve de acordo com a antiga ortografia.

Nas páginas que seguem será nossa preocupação apresentar os grandes rasgos da nova família, que o Espírito Santo despertou no seio da Igreja por meio de Teresa de Jesus e João da Cruz. Propomo-nos reflectir sobre a vida dos Carmelitas Descalços em Braga, enquanto expressão de um carisma da Igreja que encontra na centralidade do mistério litúrgico (REGRA, 1986: 4) a sua fonte e plenitude, sob a forma de um louvor e santificação do homem (SACROSANCTUM CONCILIUM 10), expresso na pluralidade de formas, palavras, gestos, ritos e símbolos (BOROBIO, 1993: 361-372), que nos conduzem à comunhão com todos os mistérios de Cristo (CHECA, 1992: 55). Centraremos o nosso estudo na origem e percurso histórico da comunidade dos Carmelitas Descalços da cidade de Braga, que teve e tem como meta a comunhão com Cristo, a experiência teologal, a presença de Deus, a oração pessoal e comunitária, a vida fraterna, a vivência eclesial e a fecundidade contemplativa e apostólica:

*As determinações da Regra sublinham a importância da Liturgia na nossa vida. Também os nossos Santos Padres, com o seu exemplo e ensinamentos, lhe deram relevo ao sugerir um estilo peculiar para as nossas celebrações, fixando-se sobretudo na atitude teologal da participação activa, na prática cultural do silêncio sagrado e numa forma de celebrar cheia de dignidade, sobriedade e sentimento da presença do Deus vivo (REGRA, 1986).*

## **Fundação do Convento de Nossa Senhora do Carmo**

A fundação do Convento do Carmo dos Carmelitas Descalços em Braga guarda as suas vicissitudes, a começar pela data. O tomo IV das Crónicas da Ordem dos Carmelitas Descalços diz-nos que a fundação remonta ao dia 1 de Fevereiro de 1652. Ali se conta que o fundador, Padre Frei José do Espírito Santo, tomou posse nesse dia das casas, e nelas entrou com muitos religiosos e deu início à vida regular com edificação geral (SÃO BENTO, 1990: 336)<sup>1</sup> [Figs. 1 e 2]. Todavia, a fixação da Ordem na cidade terá sido anterior a esse ano. Embora não existam certezas sobre tal informação, encontramos, porém, no Arquivo Distrital de Braga, uma carta de Frei André da Encarnação (CORACÃO DE JESUS, 1962: 201; CATÁLOGO, 1992: 25)<sup>2</sup> que sustenta

<sup>1</sup> Utilizamos a edição transcrita e publicada em 1990 pelo Padre José Carlos Vechina.

<sup>2</sup> Foi padre provincial da Ordem no período de 1637-1640. Nasceu em Granja em 1585 e foi Prior de vários conventos Carmelitas Descalços portugueses, tendo falecido em 1671.



Fig. 1. Representação gráfica do convento de Nossa Senhora do Carmo de Braga (séc. XVIII). «Demonstração geográfica por ordem do S[en]hor D[out]or Provedor da Comarca de Guimarães se dá uma fiel cópia das extremidades immediatas ao caminho público da Fonte chamada do Pão Trigo extramuros da cidade de Braga, mandado abolir pelo Doutor Juiz de Fora como atravessadouro particular». Fonte: ANTT - *Desembargo do Paço, Repartição do Minho e Trás-os-Montes, Expedidos*, mc. 26, doc. 85 A.

a nossa hipótese. A referida carta vai dirigida ao Cabido Bracarense, agradecendo a cedência, por mais algum tempo, de umas casas para os religiosos Descalços. Tal carta leva a data de 1639. Assim reza a referida carta:

*Pax Christi (...). A culpa que cometemos contra V. Senhoria, em Senão pedir Licença para possuir por mais tempo essas cazas que a Si nos dexarao ate vemos o que Deus determina que fassamos dellas, não foy por malicia, senão por sermos pouco fazendeiros, porque a Religião nos prohibe possuir bens de semelhante condição. E quis nosso irmaoz que caíssemos nella para experimentarmos o favor tão amplo de que V. Senhoria [uxou] comnosco nesta occazião como o padre Leitor de moral frei Luis de Jesus, que foy de Viana a dar satisfação a V. Senhoria de nossa culpa me fez a saber por carta sua. A este favor que V. Senhoria nos fez, en [...toda] a Provinçia nos iulgamos por muy obrigados. E quando nossos irmaoz por servido que vamos fundar a essa Cidade, procurassemos servir a V. Senhoria a todos E a cada hum em particular com animo de obrigados, E cativos de V. Senhoria. Por entretanto nos offeresemos por obrigados,*



V. FR. JOZE DO ESPIRITO SANTO,  
DA ORDEM DOS CARMELI-  
TAS DESCALÇOS .

Fig. 2. Retrato de Frei José do Espírito Santo.  
Fonte: FIGUEIREDO: 1817.

*E foreiros a V. Senhoria para satisfazer e pagar o foro das cazas; E por seus capelaes para pedrimos nossos irmaoz paque a V. Senhoria a merce, E a charidade que nos fiz, com bens de sua divina graça. [Ecleciastica] Licença [Julho] 9 de 1639 frei Andre da Encarnação (GAVETA LIVRO DAS CARTAS, 1639: 36)<sup>3</sup>.*

Esta carta revela, no mínimo, o interesse crescente de ambas as instituições sobre o estabelecimento da nossa Ordem no Arcebispado Bracarense. Não existe, contudo, informação sobre o local onde se situavam as referidas habitações nem se, de facto, os religiosos as habitaram. Segundo o cronista Frei Manuel de S. Bento foram os cidadãos de Braga, que nutriam uma grande devoção a Maria Santíssima, que solicitaram aos superiores da Ordem a vinda dos filhos da Senhora do Carmo. Registe-se, porém, que *O Arcebispado ainda neste ano era governado pelo Ilustríssimo Cabido, por se achar Sé vacante por falecimento de D. Sebastião de Mattos (1636-41) (SÃO BENTO, 1990: 336)<sup>4</sup>*, motivo pelo que aumentavam os receios do Padre Provincial em pedir licença para a fundação, por que se já era difícil obtê-la dos Senhores Arcebispos, que constituíam apenas uma só cabeça, muito mais difícil lhe parecia obtê-la do Cabido, composto por muitas cabeças.

Obtidas, porém, as licenças de El-Rei e as do Definitório Provincial, encarregou-se o Padre Frei José do Espírito Santo<sup>5</sup> de tratar com destreza o assunto. A razão da sua eleição deve-se ao facto de ser natural de Braga e de ter um primo no Cabido, Padre Hipólito de Carvalho, Arcediago de Vermoim, aparentado com muitas pessoas importantes da cidade. Uma vez empossado desta missão, Padre Frei José do Espírito Santo dirigiu-se a Braga, tão convencido de que lhe seria concedida licença para fundar (SÃO BENTO, 1990: 340), que prontamente elegeu umas casas sitas no campo de São Sebastião das Carvalheiras, a pouca distância da capela do mesmo Santo (SENNA DE FREITAS, 1890: 64-78). Seguidamente, começou a falar em particular com as ilustríssimas cabeças do Cabido, pedindo-lhes, humildemente, que fossem favoráveis ao pedido que iria apresentar. Devido ao respeito que todos lhe tinham, pelas suas virtudes e ciência, nenhum dos Cónegos lhe negou o seu voto, pelo que, no dia da festa de Nossa Senhora da Conceição, 8 de Dezembro de 1652, foi entregue

<sup>3</sup> Nesta carta estava subjacente que os Carmelitas Descalços iriam fundar, no futuro, um convento na cidade.

<sup>4</sup> Dias depois da notícia da prisão do Arcebispo D. Sebastião de Matos, o Cabido não esperou pelo julgamento nem pela sentença e publicou Sede vacante pela reclusão do Arcebispo. Cf. FERREIRA, 1932: 277-278.

<sup>5</sup> Nasceu em 1609 em Braga. Foi Prior dos conventos da Baía (Brasil), de Cascais e de Braga; o primeiro e último foram fundados pelo mesmo. Orador evangélico escreveu sermões e obras sobre a mística carmelita. Cf. CATÁLOGO, 1992: 54-55.



ao Reverendíssimo Arcediago de Vermoim, a petição do Provincial Frei Sebastião da Conceição (1650-1654) para a fundação, a fim de ser apresentada ao Cabido na primeira ocasião que parecesse oportuno. A boa notícia veio à luz a 22 de Janeiro de 1653, na seguinte forma:

*Satisfazendo aó que V. Illustrissima manda acerca da Petição do Padre Provincial, e religiosos Carmelitas Descalcos em que pedem a V. Illustrissima licença para fundarem convento da sua Ordem; he ella de tão soberano Prodecimento, que se pode ter este offerecimento dos supplicantes por grande favor, e mayor beneficio do ceo para esta Republica, e receberão os moradores della da sua assistencia os mayores auxilios espirituaes, e temporaes, que se pode desejar. Sem haver que reparar que pejudiquem aó comum da cidade, eseu termo no que pedem os supplicantes: e isto hé o que nos parece, que se offerece. V. Illustrissima ordenará o que for mais do serviço de Deos, e seu. Guarde ella as pessoas de V. illustrissima. Braga em camara, de Janeiro 22 de 1653. Fernão da Sylva Faria = Fr. Agostinho da Cunha Sotto Mayor = Pedro Pinto da Rocha Araujo = Diogo de Carvalho = Belchior Azevedo (SÃO BENTO, 1990: 351).*

Obtidas as respectivas licenças<sup>6</sup> e consumada a compra das casas, o Padre Frei José do Espírito Santo adaptou-as para residência de religiosos, erigindo na mesma uma pequena capela. Após as obras de adaptação informou-se o Padre Provincial, ao mesmo tempo que se lhe solicitava o envio de religiosos para a nova fundação. Para Vigário [Superior] foi eleito o mesmo Padre Frei José do Espírito Santo (LIVRO DOS CAPÍTULOS PROVINCIAIS, 1992: 45), tendo por companheiros os seguintes religiosos: o Padre Frei Feliciano de Jesus, o Padre Frei Gregório de S. Paulo, o Padre Frei Alexandre da Cruz, o Padre Frei Valério do Espírito Santo, o Padre Frei Sebastião da Ressurreição, o Padre Frei António da Apresentação e o Irmão Francisco de Jesus, professo solene.

A vida regular iniciou-se no dia 1 de Fevereiro de 1653. Verificou-se, entretanto, que aquele lugar não era o mais adequado para o estilo de vida dos Carmelitas Descalços, visto que durante o ano de 1653 os religiosos experimentaram algumas enfermidades, para além do incómodo provocado pela devassidão daquela zona da cidade. Urgia, pois, a necessidade de escolher um novo local para o novo convento.

<sup>6</sup> O cronista Frei Manuel de São Bento lamentou não existir nenhuma cópia das licenças concedidas, contudo, transcreveu na íntegra a licença do Cabido, com as devidas assinaturas. Cf. SÃO BENTO, 1990: 341. Procuramos esta licença no Arquivo Distrital de Braga, porém não obtivemos resultados positivos.



Atendendo às informações e aos pedidos do Padre Frei José do Espírito Santo, o Padre Provincial passou a respectiva licença e logo o Padre Vigário lançou os olhos sobre um *campo, que ficava à parte do norte hindo do campo da vinha, e se chamava o casal de Santa Eufemia, por haver nella hua Ermida dedicada à mesma Santa, aqual por muyto antiga, estava de todo arruinada* (SÃO BENTO, 1990: 346).

Contudo, não se procedeu logo à sua compra porque o Padre Vigário, bem como os demais confrades, foram chamados a juízo, num processo que lhes foi introduzido pelos Franciscanos de S. Frutuoso sobre a dificuldade que *alegavão que vivendo elles de Esmolas, e custando lhes muyto a sustentarse com as esmolas ordinarias, menos o poderião fazer havendo novos Mendicantes na cidade* (SÃO BENTO, 1990: 347). Estes argumentos fizeram hesitar o Cabido e a Câmara. Foi, porém, apresentado um novo argumento em defesa dos filhos de Santa Teresa, e a questão foi resolvida em seu favor, de acordo com a sentença: *Que quem teme lhe falte Deos com o sustento necessário, confia pouco na sua Divina Providencia* (SÃO BENTO, 1990: 347).

Realizou-se, entretanto, em Coimbra, com início a 25 de Abril de 1654, o XIV Capítulo Provincial, tendo sido eleito um novo Provincial, Padre Frei António de Christo, que confirmou a licença do seu antecessor para se proceder à aquisição dos terrenos, e no mesmo Capítulo, o Hospício de Braga foi elevado a Priorado, sendo o Padre Frei José do Espírito Santo eleito Prior. Nomeado para o novo cargo, o Padre Frei José do Espírito Santo tratou logo de efectuar a compra dos terrenos previamente escolhidos (SÃO BENTO, 1990: 349). Adquiridos os terrenos, prontamente se mandaram abrir os alicerces, trabalho que se iniciou no dia 4 de Novembro de 1654 e se prolongou até 21 do mesmo mês, festa da apresentação de Nossa Senhora, dia em que se lançou a primeira pedra, governando a Igreja o Papa Inocêncio X, reinando em Portugal D. João IV, e sendo Geral da Congregação de Espanha o Frei Jerónimo da Conceição, e Provincial de Portugal Frei António de Cristo.

O novo convento cuja construção agora se iniciava situava-se:

*nas extremidades da cidade, no fundo da rua do Carvalho, e princípio da rua do Lameiro, que vai ao Campo da Vinha, vizinho das religiosas do Salvador, e dos Reverendissimos Padres Bentos, no dstricto da Parrochia de S. João do Souto, e nos campos, de que já fizemos menção* (SÃO BENTO, 1990: 350).

Iniciada a obra e sustentada pelas devidas licenças, nem por isso deixaram de surgir novos contratemplos, pois, quando menos se esperava, a fundação fora mais

uma vez embargada, agora na pessoa do Abade de S. João do Souto (SÃO BENTO, 1990: 353-356), pela questão referente à água<sup>7</sup>. Os Carmelitas Descalços, porém, contaram nesta questão com uma ajuda de valor, a do Arcebispo D. José (de Bragança)<sup>8</sup>. Pela mesma razão outros contenciosos se seguiram, mas todos foram vencidos, ainda que de forma trabalhosa, porque os Carmelitas contavam com o favor de três Arcebispos, evitando assim que o convento se visse privado das suas águas.

Causou grande admiração em Braga, como diz o Cronista, e mesmo em toda a província do Minho, a celeridade com que se ergueu o convento do Carmo, pois se construíra no espaço de onze meses, empenho que só foi possível graças às avultadas esmolas. Tendo em conta, por fim, o estado do edifício, o fundador determinou que se fizesse a transladação do velho para o novo convento:

*assignalou o dia 22 de outubro de 1655, que era o dia oitavo da Festa de Nossa grande Patriarcha Santa Theresa [...] Trouxerão o Santissimo com as imagens, em que entrou N. Senhora do Carmo, e outras, e a de Santa Theresa, em Procissão; e ao outro dia se disse Missa, e Pregação, e no dito convento ficarão logo os Religiosos* (SÃO BENTO, 1990: 351).

Diz-nos ainda o cronista que, primeiramente, *começou-se a Portada da igreja para satisfazer a huã esmola particular de hum Bemfeitor* (SÃO BENTO, 1990: 365), mas ficou-se por aqui. Só em 1695, com a nomeação D. José de Meneses para Arcebispo de Braga, se conclui a construção da igreja<sup>9</sup>.

<sup>7</sup> Não é por acaso - está-se bem de ver - que a fixação dos grandes e pequenos aglomerados de pessoas se tenham efetuado junto a locais onde houvesse água, de preferência abundante, como rios e fontes, ou mesmo de poços (Sobre esta questão, cf. SENNA DE FREITAS, 1890: 219. Também na fundação de conventos, como é óbvio, se procurava que esse precioso líquido não faltasse. Cf. SÃO BENTO, 1990: 361.

<sup>8</sup> *Coroou a obra sua Alteza Real, o serenissimo Senhor D. José, em favorecer o Carmo de Braga a nenhum segundo* (SÃO BENTO, 1990: 363). O cronista faz referência a sua Alteza D. José que nós identificamos como D. José de Bragança. Foi nomeado por *Bento XIV, um dos Papas mais amigos dos portugueses, em 19 de Dezembro de 1740, no 1.º anno do seu Pontificado, confirmou a eleição que D. João V fizera de seu irmão D. José de Bragança, para Arcebispo de Braga. Em 7 de Março de 1741 D. José de Bragança tomou posse da cidade e do Arcebispado*, FERREIRA, 1932: 277-278.

<sup>9</sup> Na verdade, quando D. José de Meneses chegou a Braga encontrou a Igreja do Carmo *nos alicerces ou pouco mais, tomou a obra de pedraria à sua conta, e concluiu-a. Para os retábulos dos altares deu aos religiosos a importância precisa, a fim de comprarem as madeiras; todavia não teve o prazer de vê-los ornados, por haver falecido poucos meses depois deixando em testamento 200\$000 reis para os Carmelitas e para a festa de S. José no Carmo, 40\$000 reis*, FERREIRA, 1932: 203-204.

## A vida conventual

A seriedade ao fiel cumprimento da Regra, das Constituições, Costumes Santos, mandatos dos Superiores e do horário recebeu o nome de observância regular. Era observante aquele religioso que acudia com pontualidade a todos os actos comuns, assinalados no horário.

A diferença mais significativa entre as comunidades dos Carmelitas Descalços, colégio ou não, verificava-se quando, nos colégios, não se rezavam matinas à meia-noite, mas a outra hora. Como viviam, pois, os Carmelitas Descalços no Carmo de Braga? Sabemos que atendiam os enfermos e moribundos, se dedicavam à direcção espiritual, pregavam e celebravam os sacramentos na sua igreja, e que passavam, especialmente, muitas horas no confessionário. Não podemos precisar tais factos, até porque com a Expulsão das Ordens Religiosas se perderam livros e documentação de grande importância e relevo. Contudo, para a descrição da sua vida podem ajudar-nos a abordagem da Regra e das Constituições à época (REGLA PRIMITIVA 1736)<sup>10</sup>. Desde que fazia a profissão religiosa o Carmelita Descalço era consciente da finalidade da vida que escolhera:

*El primero, pues, y principal fin de nuestra vocación, es la caridad: a la cual, con justa razón, se ordenan en las Religiones todas las cosas, principalmente la observancia de los tres votos solemnes, como a fin, que es de todos los preceptos. El propio y particular fin de nuestro instituto, al cual se deben dirigir nuestras acciones, es la oración perpetua y la continua meditación de la cosas divinas, por la contemplación, cuanto permite la humana fragilidad REGLA PRIMITIVA 1736: 22).*

### A OBSERVÂNCIA REGULAR

Para cumprimento da vocação de Carmelita Descalço de Setecentos era essencial uma vida de ampla solidão e rigoroso silêncio. Tal solidão e silêncio vinculavam pessoalmente cada religioso no contexto da irmandade comunitária, cujo objectivo comum era viver «em obséquio de Jesus Cristo» (REGRA, 1986: 21), e que vinha a ser um dos aspectos mais essenciais da Regra.

<sup>10</sup> O exemplar que vamos utilizar pertence à Biblioteca Conventual dos Carmelitas Descalços de Ávila-Espanha. As Constituições estão divididas em quatro partes: 1. Das coisas que pertencem aos costumes comuns a todos. 2. Dos institutos particulares dos conventos. 3. Do universo do Governo de toda a Ordem e do Ofício dos Prelados. 4. Das penas que se devem aplicar, segundo a qualidade das culpas.

Esta vida de entrega em «obséquio de Jesus Cristo», como diz a Regra, consubstancia-se na vivência estrita dos três votos: obediência, castidade e pobreza (REGRA, 1986: 19-41). As Constituições, por sua vez, assinalam, juntamente com este programa diário de vida, ritmos próprios para cada semana, mês e ano. Assim, em cada semana, tomava relevo o capítulo conventual como prática espiritual e para a correção de culpas.

É digno de registo que em cada capítulo conventual havia lugar para uma confrência espiritual ou uma apresentação e defesa de casos de moral, como forma de se estimular a formação permanente dos religiosos Carmelitas. No ritmo mensal relevava-se a jornada de retiro espiritual, tal como em cada ano havia o retiro anual. O ano era dividido em duas partes diferenciadas: a primeira era o tempo de jejum regular, desde o dia 14 de Setembro, Festa da Exaltação da Santa Cruz até à Páscoa da Ressurreição. Espiritualmente, este era um tempo de renovação de votos e de variados desafios espirituais. As festas de Natal caracterizavam-se pelos recreios de grande alegria familiar desde os dias litúrgicos de Santa Teresa de Jesus e de São João da Cruz, pois estes serviam de oásis entre o Advento e a Quaresma (FORTES, 1984: 729-730).

A segunda parte incluía o Tempo Pascal e os meses de Verão até Setembro, sem jejum regular e com manifestações de maior descontração, como os passeios de meio-dia e de um dia. Nas casas mais próximas ao convento de Braga, normalmente, ouvia-se, durante o dia, o tocar das sinetas, sinal de que era hora de oração. Colocava-se grande cuidado no culto divino, e a fidelidade era grande em cantar «os louvores divinos». O ofício divino e a oração mental eram pontos básicos da vida diária e espiritual<sup>11</sup>.

As matinas rezavam-se à meia-noite e às cinco da manhã (no Inverno, às seis), deslocando-se os religiosos ao coro para a oração mental. Seguia-se a oração de Laudes e das Horas Menores, Missa, etc. Entre a oração mental, do Ofício Divino e a Missa somavam-se quase três horas. Pela tarde rezavam-se Vésperas seguidas de um momento de oração mental, de uma hora, às cinco da tarde e, no entardecer, a oração de Completas (REGLA PRIMITIVA 1736: 29-41).

Um ponto importante reside ainda na vida em comum e na fraternidade. Na vida em comum, isto é, na observância regular, a oração e a reza, a comida, o vestuário, a cela (quarto), a disciplina, não existia distinção entre prelado ou súbdito, nem

<sup>11</sup> Nas constituições da Congregação Espanhola de 1658 permitia-se o uso próprio de uma «Pequena Bíblia» que o religioso podia levar consigo para onde fosse.

acepção de pessoas. Todos eram iguais, salvaguardando as exceções provocadas pela idade ou pela necessidade particular (REGLA PRIMITIVA 1736: 65-68). Outro aspecto a sublinhar é o recreio: depois de almoçar e de jantar a comunidade usufruía de uma hora de recreio, onde a confraternização era uma constante (REGLA PRIMITIVA 1736: 97-100).

### *O IDEAL CONTEMPLATIVO*

Como meio para viver o ideal contemplativo da Regra, tanto as leis como a tradição pedagógica-espiritual da Ordem reflectida nos Santos Costumes, recomendavam manter sempre a presença de Deus. O valor do exercício da presença de Deus nas suas diversas formas e o recolhimento interior eram temas centrais no tempo de formação do Noviciado. Relacionada intimamente com esse ideal de primazia contemplativa estava a insistência em manter nos conventos um clima de forte silêncio.

O «Santo Silêncio» observava-se todo o dia e nas horas profundas. O silêncio era inviolável desde as Completas até à hora de Prima, nas quais reinava o silêncio rigoroso. Para facilitar a sua guarda, o religioso aprendia desde o Noviciado o uso de pequenos sinais para significar as tarefas mais correntes da vida quotidiana (REGLA PRIMITIVA 1736: 133-146). Ao clima de silêncio unia-se a atracção pela vida de recolhimento e a ascese da mortificação dos sentidos - ver, ouvir, sentir, gostar. A profissão de «austeridade de vida» e de pobreza, o tracto com seculares, parco e limitado no seu aproveitamento espiritual, a compostura exterior controlada e recolhida, eram valores muito destacados no modelo de vida do Carmelita Descalço.

Toda a vida estava orientada na guarda da clausura de modo estrito e por razão de profissão religiosa. O edifício do convento com o seu quintal e claustro procesional, parecia possuir todos os elementos necessários e suficientes para viver em plenitude e na alegria a vida humana, cultural e espiritual do religioso.

### *SERVIÇOS E OFÍCIOS*

Por pequena que fosse a comunidade, os diversos serviços, quer no interior do convento quer no exterior, estavam bem estruturados e definidos pelas mesmas leis. Sem contar com os ofícios semanais de hebdomadário, versiculário, bibliotecário, enfermeiro, leitor, servidor, a comunidade tinha alguns religiosos a quem eram

confiados os serviços correspondentes, sendo o mais importante na vida comunitária, o ofício de Prior<sup>12</sup>. Num simples convento chama-se Prior e num colégio, Reitor. Como segundo cargo de maior importância, surge o ofício de Superior ou Vice-reitor, respectivamente.

As leis da Ordem não descuravam, certamente, a formação competente dos seus religiosos e por isso ordenavam a erecção de colégios, onde se deviam ensinar as matérias correspondentes ao ministério e apostolado dos seus membros:

*Como la ignorancia sea madre de errores, y ruina de cualquier estado (principalmente en aquellos que deben enseñar al pueblo en las sagradas confesiones y predicación), deseando proveer en este punto nuestra Orden, ordenamos que en cada Provincia haya solamente tres colegios o casas de estudios: en una se constituya el estudio de Artes y Filosofía, en otra de la Sagrada Teología, y en la tercera de Teología Moral. La designación de estas casas será del arbitrio del Capítulo Provincial (REGLA PRIMITIVA 1736: 141-142).*<sup>13</sup>

É, pois, com esta intencionalidade, que o Capítulo Provincial de 1738 autorizou a abertura de um colégio de Filosofia, extranumerário, no convento de Braga (LIVRO DOS CAPÍTULO PROVINCIAIS, 1992: 181r/306) e, em 1741 (LIVRO DOS CAPÍTULO PROVINCIAIS, 1992: 190r), o colégio de Teologia. Quando é boa a sementeira, melhor é a colheita. Por isso, não é de estranhar que a pequena comunidade de Carmelitas Descalços de Braga, plantada pelo Padre Frei José do Espírito Santo se venha a converter em frondosa árvore, destacando-se no luso jardim do Carmo. De facto, talvez devido à grandiosidade da obra idealizada pelo venerável fundador, ou devido à proliferação de vocações neste recanto do Minho, o convento converteu-se, anos depois, em centro de estudos da Província Carmelita de São Filipe<sup>14</sup>.

O convento de Nossa Senhora do Carmo, da cidade de Braga, cresceu, felizmente, não só materialmente, com a construção da respectiva igreja e demais dependências do edifício conventual, como também se tornou num baluarte espiritual onde ponti-

<sup>12</sup> No âmbito da relação desta tese descobrimos a biografia de um Prior do Carmo de Braga: D. Frei João da Cruz. Cf. QUEIRÓS, 2007: 58-64.

<sup>13</sup> As Constituições dos Carmelitas Descalços abordam seriamente o tema da formação cultural dos religiosos.

<sup>14</sup> *Muytos annos depois constituo a religião aquella casa Collegio de Philosophia, e ultimamente de Theologia. Nesta sublime Faculdade tem perseverado com pouca interrupção; e como por este motivo tenha sobido assim de cincoenta o numero dos seus habitadores*, SÃO BENTO, 1990: 365.

ficaram homens notáveis quer pela sua santidade, quer pela sabedoria, que muito honraram e honram a nossa Ordem e dignificam a nossa cidade:

*Quanto aó Espiritual cresceo muyto com o que nella obrarão varões insignes, que alli forão Prelados, entre os quaes se distinguirão muyto o Senhor D. Fr. Manoel de Santa Ignez natural de Cascaes, eleito Bispo de Angola, e permutado para Arcebispo da Bahia: O Senhor D. Fr. Manoel de Santa Catharina sagrado Bispo de Cochim, e hoje Arcebispo Primaz do Oriente, dos que a seu tempo fará menção a Historia (SÃO BENTO, 1990: 365).*

O curso de Filosofia organizava-se de triénio em triénio e tinha a duração, consequentemente, de três anos (ORTEGA, 2017: 466-473). Era o Definitório Provincial que escolhia o Leitor e os jovens religiosos dotados de peculiar inteligência, com saúde e observância para começarem o curso. Estavam regidos por um Reitor, que poderia ser o prior da comunidade e um Vice-Reitor para tracto directo com os estudantes.

As lições deviam iniciar-se no dia de São Jerónimo (30 de Setembro) e finalizar nas Vésperas do Pentecostes. Em cada dia havia duas horas de aulas, uma de manhã e outra à tarde, e uma outra de revisão e de esclarecimento de dúvidas, que se chamaria conferência e na qual estaria presente o Leitor. Além disso, o Leitor deveria defender as conclusões uma vez na semana, acto que durava das três até às seis horas da tarde, com a presença dos padres da comunidade.

Por seu lado, os estudantes dedicavam mais duas horas de estudo pela tarde, antes da oração de Vésperas. No fim de cada ano lectivo eram examinados na presença do Provincial, do Reitor do colégio e do Leitor ou professor, obtendo a aprovação ou reprovação, realizada por voto secreto. Finalizado o curso de Filosofia, os estudantes passavam ao estudo da Escolástica, que também durava três anos, mas com a peculiaridade de, no triénio teológico, terem três horas semanais dedicadas à Teologia e à Sagrada Escritura. Os exercícios de pregação (sermões que não podiam ser lidos), que se realizavam no último ano diante da comunidade, tinham lugar no refeitório ou noutra lugar-comum.

Priores e Reitores eram eleitos pelo Capítulo Geral a pedido do Capítulo Provincial. Junto ao Prior ou Reitor, como conselheiros e supervisores da economia, estavam os Clavários e o Superior, que são portadores das chaves da arca trium clavium (das três chaves).

O Superior, no Noviciado, exerce o ofício de mestre de Noviços e, nos colégios, o ofício de Vice-Reitor<sup>15</sup>. Em Braga, como nos outros colégios da Ordem, existia o ofício de Presidente de Conferências, que tinha como missão a manutenção da vida espiritual, a quem correspondia ordenar que em todas as sextas-feiras se realizasse a «colação espiritual» (REGLA PRIMITIVA 1736: 124), com a duração de uma hora. Era uma espécie de formação permanente: a intenção era não só fomentar e incrementar o aspecto espiritual e teológico de cada religioso, mas também animar a vida espiritual por meio de um debate participado (REGLA PRIMITIVA 1736: 125-126).

Voltado para o exterior do convento existia a figura do Confessor<sup>16</sup>. Na verdade, nem todo o sacerdote ordenado podia exercer o ministério da confissão. Ainda depois de obtida a licença do Provincial e do Ordinário do lugar, nos três anos seguintes, tinha que realizar-se um exame diante do Superior do convento; era ainda necessário ter mais de 33 anos para confessar mulheres. A legislação era mais restrita quando se tratava de eleger confessores de religiosas (REGLA PRIMITIVA 1736: 174-182).

O ofício de pregador<sup>17</sup> só era conferido depois de aprovados os cursos de Filosofia e Teologia, e da superação de um exame particular perante o Provincial e os examinadores. Este tinha de pregar aos Domingos e dias de festa. Para além disso, devia mostrar as qualidades de pregador com um sermão na presença do Provincial e da comunidade. Como se não chegasse, o Provincial devia examinar anualmente os pregadores, exonerando desse ministério todo aquele que procurava a vaidade pessoal.

O mesmo se passava com os Leitores, que gozavam de certas isenções na hora de participar no coro, mas não se isentavam da oração mental comunitária. Era habitual colocar-se uma certa dificuldade na aceitação de sermões quaresmais onde não existissem conventos da Ordem, com o fim de que o religioso não estivesse ausente da vida de comunidade durante todo o tempo da Quaresma (REGLA PRIMITIVA 1736:183-186).

<sup>15</sup> Os passantes eram aqueles frades carmelitas que estavam de passagem pela comunidade.

<sup>16</sup> Nesta tese de mestrado podemos encontrar informações sobre a ação pastoral de um Carmelita Descalço que viveu na comunidade de Braga, Cf. QUEIRÓS, 2007: 15-33.

<sup>17</sup> As Constituições aconselhavam sobre o estilo de pregação: *Nuestros Predicadores procuraram en sus sermones principalmente mejorar las costumbres de seus oyentes, excitándolos al amor y temor de Dios y a los actos de las demás virtudes; absteniéndose de cosas inútiles, y poniendo sólo Dios delante de sus ojos, atenderán precisamente a sua gloria y a el bien de las almas*, REGLA PRIMITIVA 1736: 184.



A primeira fonte para conhecer a economia de um convento são os Livros de Receitas e Gastos que o procurador devia levar com grande rigor, pois eram verificados mensalmente pelos Clavários e anualmente pelo Provincial. Além destes, existiam os livros dos Censos, o das Obrigações e Memórias, e o Livros das Missas<sup>18</sup>. Os estipêndios de missas revelaram-se sempre uma entrada forte e uma base importante da economia conventual, sobretudo no tempo em que não só havia abundância de pedidos, ou quando eram numerosos os sacerdotes da comunidade para poder cumpri-los.

Os dinheiros conseguidos pela comunidade, depois de cobertas as necessidades da mesma, eram colocados em diversos censos para torná-los rentáveis. Nos séculos XVII e XVIII, arco temporal do nosso estudo, era normal que a renda fosse a três por cento.

Outra fonte de entradas era o trabalho dos Irmãos Questores (esmoleiros) que peregrinavam de porta em porta recolhendo as chamadas «esmolas graciosas», visto que as pessoas as davam sem contrapartida de futuras obrigações. Estas eram, naturalmente, mais abundantes nos inícios das fundações, quando um convento ou igreja se encontrava em fase de construção. Na categoria de esmolas podemos considerar as que se recolhiam nas veredas (caminhos), isto é, as que os Irmãos Esmoleiros recolhiam pelas povoações, em espécies.

Cada convento tinha assinalado as povoações que esses irmãos deviam percorrer, sem interferir nos lugares pertencentes a conventos de outras Congregações. Outra fonte de ingressos eram os sermões. Já falámos da figura do pregador dentro das comunidades. Os tempos fortes das pregações eram o Advento, a Quaresma e a Semana Santa. Não é fácil precisar a entrada proveniente dos sermões, porque estes aparecem nos livros misturados com outras designações, mas mesmo assim muitos valores flutuam porque não estava estipulado o preço por sermão. Dependia da vontade e possibilidades de quem o solicitava.

Os conventos gastavam muito na alimentação dos religiosos. Esta baseava-se no consumo de verduras, legumes, peixe, ovos e frutas, visto que a carne estava proibida

<sup>18</sup> A totalidade destes livros encontra-se no Arquivo Distrital de Braga, dado que os governos que decretaram a exclausuração tiveram muito interesse em apoderar-se dos mesmos para conhecer e deitar a mão aos bens dos conventos confiscados.

pela Regra da Ordem. Também era tradicional o consumo moderado de vinho nas comidas. O leite e o chocolate estavam destinados apenas aos doentes.

Era também relevante o gasto no vestuário pessoal determinado pelas Constituições – o hábito exterior constituído por túnica interior, lenços, sandálias ou alpergatas e chapéus<sup>19</sup>. Havia ainda o vestuário comunitário: colchões, almofadas, cobertores, guardanapos e sapatos. Os sapatos eram calçado sacerdotal. Por isso, existiam na sacristia sapatos comuns para que os sacerdotes os calçassem antes da missa. No fim da missa deviam deixá-los de novo no local designado para o efeito.

Numa comunidade, os gastos mais avultados que se realizavam eram em obras de ampliação, manutenção e melhoramento do convento e da igreja. O Livro do Bezzerro preocupa-se em recolher as diferentes obras que se realizavam durante o triénio dos diferentes priores, mas poucas vezes indicam os gastos. Por isso, haver-se-á de recorrer ao Livro dos Gastos para, confrontando, se obter alguma luz sobre gastos em obras. Outros gastos dignos de serem mencionados são os que se realizavam na compra de alfaias e ornamentos litúrgicos e de livros para a biblioteca conventual. A tudo isto temos que acrescentar o pagamento a pessoas de diferentes ofícios ligados aos conventos como: o boticário<sup>20</sup>, o médico, o barbeiro, o ferreiro, o hortelão, o padeiro, entre outros.

Podemos, enfim, concluir que não existiam gastos inúteis, como também era frequente não existirem grandes superavit, embora, na verdade, os conventos localizados nas cidades usufríssem duma economia mais folgada, ganhos que prontamente eram empregues na alimentação, vestuário e formação do colectivo de estudantes.

A história dos povos tem os seus avatares, contingências e urdiduras cujo alcance se prolonga no tempo e nas pessoas muito para além do inicialmente esperado ou desejado.

Por Decreto exarado a 26 de maiô de 1834, o ministro Joaquim António de Aguiar, apodado de «Mata-Frades», mas da autoria de El-Rei D. Pedro, a comunidade dos

<sup>19</sup> No XLIV Capítulo Provincial Celebrado no Colégio de S. José de Coimbra no 25 de Abril de 1738 determinou-se que «aos colegiais que vão p<sup>a</sup> Telosophia (sic) levem chapeos novos: assim msmo que os Prelados immediatos cuidem mto no vestuário dos Religiosos e que paguem pro rata o dicto vestuário como se tem determinado em vários capítulos». (LIVRO DOS CAPÍTULOS PROVINCIAIS, 1992: 307).

<sup>20</sup> Um dos religiosos que no Carmo de Braga mais se destacou nesta área foi Frei Cristóvão dos Reis, administrador da botica do convento montada em 1746. Frei Cristóvão dos Reis nasceu em 1714 e foi boticário e administrador da botica do convento do Carmo em Braga e publicou obras relevantes neste campo, por exemplo *Reflexões experimentaes methodico-botanicas*, PITA, PEREIRA, 2012: 227-268. Também podemos referir, que Frei Cristóvão dos Reis ajudou a promover o valor medicinal das águas das Caldas das Taipas, localizadas na freguesia de S. Tomé de Caldelas, no concelho de Guimarães, que só começaram a ser utilizadas para fins terapêuticos em 1753. ACCIAIUOLI, 1944: 74.

Carmelitas Descalços de Braga foi extinta, bem como todas as Ordens Religiosas, tanto em Portugal como nas suas Colónias. Tal medida ruínosa fora precedida no ano anterior (5 e 9 de Agosto de 1833) pela publicação de um Decreto que proibia os Noviciados. Era o começo do processo que teve o seu epílogo na promulgação da já referida lei do Governo Liberal, pela qual todas as Ordens Religiosas eram abolidas e se procedeu à *alienação pública dos bens* (SILVA, 2000: 233) das comunidades religiosas.

Os noviços existentes ao tempo da publicação do Decreto deveriam regressar a suas casas, pois que apenas se consentia a permanência das religiosas nos conventos femininos, até ao fim dos seus dias, sem, porém, poderem proceder a novas admissões ou Noviciados<sup>21</sup>. Com esta legislação, o Carmelo Descalço desapareceu do panorama eclesial luso (FERREIRA, 2002: 30-31).

Em 1838 o convento do Carmo Braga foi entregue à Câmara Municipal, que o destinou a hospital militar<sup>22</sup>, e a igreja à Irmandade de Nossa Senhora do Carmo<sup>23</sup>, como podemos constatar no Decreto publicado no Diário de Lisboa, folha oficial do Governo Português (DIÁRIO DE LISBOA, 1865: 128-129). A partir da data de 17 de Setembro de 1835, a Irmandade de Nossa Senhora do Carmo assumiu a protecção e a valorização do património material e espiritual<sup>24</sup>, que lhe fora transmitido pelos Carmelitas Descalços no ano da sua fundação, em 1758, na cidade de Braga<sup>25</sup>.

Termina aqui o nosso esboço sobre a primeira etapa da história do Convento de Nossa Senhora do Carmo de Braga, desde a sua fundação até à extinção da vida comunitária. No nosso trabalho não individualizamos, como porventura caberia, nenhum dos seus habitantes cujo renome transcendeu os muros conventuais, por nos parecer haver aqui uma extensa investigação e estudo de basto fôlego e mérito

<sup>21</sup> Sobre o processo da extinção das ordens regulares, veja-se SILVA 1993, 340-346.

<sup>22</sup> Sobre os hospitais oitocentistas bracarenses e em concreto o hospital militar no convento do Carmo, leia-se PINTO, 2011: 18-22.

<sup>23</sup> A Irmandade de Nossa Senhora do Carmo foi fundada em 16 de Julho de 1758, pelo Prior eleito nesse ano, Frei Bernardo de S. Thomaz, que convidou para Juiz, Joseph da Fonseca, Cónego da Sancta Sé Primacial = Secretario Pe. Agostinho Ferreira. ESTATUTOS, 1758.

<sup>24</sup> A Irmandade de Nossa Senhora do Carmo pede licença ao Arcebispo para realizar as 40 horas como o fazia a comunidade dos carmelitas até à extinção, a qual foi *Concedida para tão louvável fim a licença que se dá... e se louva o zelo dos suplicantes. Prelatura em Braga 11 de fevereiro 1835*, MANUSCRITO, 1835.

<sup>25</sup> A Irmandade de Nossa Senhora do Carmo não esqueceu para o que fora criada e isso verifica-se nos novos estatutos: *Concorrer para o bem espiritual dos fiéis por meio de catechese, sacramentos e exercícios de piedade*, ESTATUTOS, 1895: 10.

por realizar, como seria o caso da vida santa de Frei João da Ascensão, popularmente conhecido por Frei João de Neiva<sup>26</sup>.

## Restauração da vida carmelitana

A exclaustração lavrou longas feridas na sociedade portuguesa e deixou profundas marcas de saudade em vastos estratos da mesma. O certo é que a restauração da Ordem dos Carmelitas Descalços em Portugal não se realizou tão depressa como era desejado e como foi conseguido noutras paragens, como por exemplo em Espanha.

Passados, porém, os excessos da vitória republicana, muitos religiosos portugueses continuaram a constituir pequenas comunidades até que, em Abril de 1933, com a subida ao poder de António de Oliveira Salazar e pela aprovação de uma nova Constituição, a Igreja portuguesa encontrou a liberdade tão desejada com a assinatura da Concordata e do acordo missionário entre a Santa Sé e a República Portuguesa em 1940, considerada um modelo para a época. A partir daquela data ajustavam-se as relações entre a Igreja e o Estado, pelo que, segundo o artigo 3º da Concordata, a Igreja Católica podia organizar-se livremente, de harmonia com o Direito Canónico, e constituir associações ou organizações a quem o Estado reconhece personalidade jurídica (FONTES, 2002: 181).

A lenta mas progressiva liberdade que as Ordens Religiosas foram recuperando na segunda década do século XX acompanhava o andamento da sociedade e da Igreja em Portugal, o que levou a que entrasse em acção o Arcebispo de Évora, D. Manuel Mendes da Conceição Santos. Na visita Ad Sacra Limina, D. Manuel Mendes da Conceição Santos expôs ao Papa Pio XI a sua preocupação pela falta de clero na sua diocese. O Sumo Pontífice aconselhou-o a dirigir-se ao Padre Geral dos Carmelitas Descalços, a quem recomendou que atendesse ao pedido do Prelado. Por sua vez, logo no dia 14 de Setembro de 1926, o Definitório Geral dos Carmelitas Descalços, na sessão 88, aprovava o projecto de fundação de uma casa em Évora (CORACÃO DE JESUS, 1962: 159-162).

<sup>26</sup> Frei João de Ascensão – o Fadinho do Carmo – nasceu em outubro de 1787 e faleceu em 1861 com fama de santidade. Por ser natural da freguesia de São Romão de Neiva (Viana do Castelo) é popularmente conhecido por Frei João de Neiva. Este religioso Carmelita Descalço do Carmo de Braga teve uma vida regular caracterizada pela simplicidade e virtude. Foi sepultado na Igreja de Nossa Senhora do Carmo e objeto de enorme devoção pela população bracarense, onde permaneceu desde o triste êxodo dos Carmelitas Descalços, em 1834, como diapasão da nossa presença espiritual e física na subconsciência do povo. Cf. SOUSA, 1927: 3-7.

Para o executar, o Provincial da Província de S. Joaquim de Navarra enviou dois sacerdotes, separadamente e vestidos de Padres seculares e não com hábito. No dia 28 de março de 1928 chegou ao Alandroal o Padre Bonifácio da Virgem do Carmo, que ficou encarregado dos serviços da paróquia, igreja Matriz de Nossa Senhora do Castelo, com plena jurisdição paroquial extensiva às povoações vizinhas, a quem se juntou, a 5 de Maio, na qualidade de Delegado da Ordem e superior da nova casa, o Padre Marcial do Santíssimo Sacramento. No dia 9 de Outubro juntam-se a estes dois padres os Padres Roberto de Jesus Maria e Ângelo Jáuregui e, um ano depois, o Padre José de Jesus Maria (CORACÃO DE JESUS, 1962: 159-160).

Puderam então lançar-se na sua expansão para além da Arquidiocese de Évora: *Uma vez restaurada a Ordem em Portugal, foi-se pensando em recuperar os antigos Conventos* (LIBER CHRONICORUM BRACARA 1964-2013: 7). Assim, a Ordem erigiu fundações em Aveiro: Nossa Senhora do Carmo (5/11/1930); Viana do Castelo: Nossa Senhora do Carmo (13/6/1932); Porto: Nossa Senhora do Carmo (6/8/1936); Funchal: Nossa Senhora do Carmo (4/11/1946); Marco de Canaveses: Menino Jesus de Praga (22/10/1961) e Braga: Nossa Senhora do Carmo (3/3/1963).

Só trinta e seis anos depois da primeira casa restaurada (CORACÃO DE JESUS, 1962: 159-176) foi possível regressar a Braga, apesar dos vários pedidos ao Senhor Arcebispo de Braga, D. António Bento Martins Júnior, para que entregasse a antiga igreja do Carmo de Braga. Nos inícios, o Prelado não acolheu muito bem este pedido, mas devido à insistência do Padre Isidoro da Virgem do Carmo, D. António disse-lhe que se entendesse com os Franciscanos, pois estes eram capelães há mais de 40 anos da Igreja do Carmo; e se estes decidissem sair não teriam inconveniente de entregar a igreja aos Carmelitas Descalços.

Sendo assim, o Padre Isidoro falou com o Provincial dos Franciscanos e este manifestou o desejo de deixar a capelania do Carmo e quando o fizessem informaria o Padre Isidoro da Virgem do Carmo, Delegado Provincial, para que pudesse insistir novamente com o Arcebispo. Quando chegou essa altura o Padre Isidoro renovou o pedido e recordou ao Senhor Arcebispo as suas antigas promessas, mas este não parecia agora tão favorável, pois alguns Padres seculares não queriam que se entregasse a igreja a nenhuma Ordem Religiosa.

Esta negociação não foi fácil. Foi necessário recorrer à diplomacia e à prudência. Mas por intercessão do Menino Jesus de Praga, chegou-se ao feliz acontecimento. No dia 14 do Outubro de 1961, apresentou-se no Seminário de Viana do Castelo o tesoureiro da Irmandade de Nossa Senhora do Carmo, o Senhor José Joaquim da

Costa Duarte, que vinha em nome do Presidente e do Secretário da Irmandade de Nossa Senhora do Carmo para falar com o Superior dos Carmelitas Descalços de um assunto de grande importância, que residia na entrega da igreja do Carmo aos Carmelitas Descalços, pois já há muito tempo que a desejavam.

De Viana do Castelo indicaram-lhe o Porto para que expusesse o caso ao Padre Isidoro Maguna, Delegado Provincial da Ordem em Portugal. Para que tal acontecesse, tinham certas condições pelas quais se deveriam reger as relações da futura comunidade religiosa e a Irmandade. O Padre Isidoro acolheu este acontecimento como vindo do céu e deslocou-se imediatamente a Braga para falar com o Senhor Arcebispo. Este já não se mostrava tão renitente como no princípio; por essa razão redigiu-se uma primeira versão dos Estatutos pela mão de um professor do Seminário Maior de Braga, que foram rejeitados pelo Padre Isidoro que os considerava incompatíveis com a fundação canónica. Entretanto, o Padre Isidoro redigiu outros que, depois de uns pequenos retoques, foram aprovados pelo Prelado e pelos membros da Irmandade e seguidamente enviados aos Superiores Maiores da Província de S. Joaquim de Navarra e de Roma, que também os aprovou.

Ultrapassados estes obstáculos e assinados os Estatutos, o Senhor Arcebispo concedeu a licença de fundação canónica no dia 30 de Outubro de 1962. O Definitório Geral, na sessão de 31 de Janeiro de 1963, concede o NIHIL OBSTAT ad adeundam Sacram Congregationem pro canonica erectione, e a Sagrada Congregação dos Religiosos concedia o rescrito no dia 6 de Fevereiro de 1963.

Após uma longa ausência provocada pela lei da exclausuração, a igreja de Nossa Senhora do Carmo de Braga recebeu como primeiros habitantes de hábito carmelitano o Padre Romão de Jesus Crucificado e o irmão Francisco Javier da Conceição, que procederam à limpeza para que, no dia 3 de março de 1963 se tomasse posse do convento<sup>27</sup>.

## **Liturgia e oração da nova comunidade**

A segunda etapa da vida carmelitana no Convento de Nossa Senhora do Carmo de Braga desenrola-se no arco temporal que vai desde o regresso dos Carmelitas

<sup>27</sup> «Às quatro horas certas, com a sua pontualidade característica, chegaram o Sr. Bispo Auxiliar de Braga, Dom Francisco Maria da Silva que celebraria a Missa Vespertina. À porta da Igreja foi recebido pelo Rdo. P. Isidoro da Virgem do Carmo, Delegado Provincial», LIBER CHRONICORUM BRACARA 1964-2013: 10-11.

Descalços (3 de marco de 1963) até à actualidade. Nesta segunda parte, como na primeira, somos filhos de Santa Teresa e de São João da Cruz, uma comunidade fraterna e orante.

A marca da comunidade teresiana é ser uma fraternidade de pessoas consagradas a Deus e comprometidas no testemunho da vida evangélica dentro da Igreja. É também uma comunidade orante, que rende culto de louvor a Deus, que escuta e se deixa interpelar pela sua Palavra e celebra em comum os sinais da salvação.

A vida da comunidade orante, o seu tratado, a sua linguagem, fazem dela uma escola de oração para formar comunidades cristãs orantes (TERESA DE JESUS - Caminho da Perfeição, 2000: C 20, 3-6). Enquanto comunidade fraterna alcança o seu momento auge na oração litúrgica comunitária, sem obstaculizar a oração pessoal, antes favorecendo-a. A oração exige solidão e amizade que são elementos constitutivos do ideal comunitário da comunidade teresiana (AGUILAR, ANTONIO, 1963: 178-206).

A oração é o fundamento da vida da comunidade e Cristo é o fundamento do grupo orante (TERESA DE JESUS - Livro da Vida, 2000: V 32, 22). A linguagem da comunidade orante é sobre o «tratou com Deus» (TERESA DE JESUS - Livro da Vida, 2000: V 36, 26) e em razão disso o apostolado da comunidade orante do Carmo de Braga é o apostolado da oração, tal como, aliás, se espelha na comunidade apostólica desde as primeiras páginas do livro dos Actos dos Apóstolos que nos relata que a comunidade dos discípulos, fiel aos ensinamentos de Jesus, aparece como um grupo que ora (cf. Act 1, 14; 2, 24; 12, 5. 12), que se distingue das demais por duas notas evangélicas derivadas do ensino do Mestre: a unidade dos corações e a perseverança fiel.

Assim, ao longo dos séculos, as comunidades cristãs que vão nascendo reúnem-se em assembleia para a escuta da Palavra e a oração (cf. Ef 5,18-20; Col 3,16-17). S. Paulo oferece o exemplo da sua oração ardente com as grandes bênçãos que abrem as suas cartas (cf. Ef. 1, 3-14; Col. 1, 3, 13-20) e com a exortação a uma intercessão universal (cf. 1 Tim 2, 1-8). E como Paulo, todo o cristão tem consciência de orar com o mesmo Espírito de Jesus (Cf. Rom 8, 15; Gal 4, 6) e em seu Nome. As fórmulas de oração são geralmente «salmos, hinos e cânticos inspirados» (Ef 5, 18), mas tem já a riqueza do Mistério de Cristo e da Revelação feita pela sua Palavra, como podemos ver pelas orações de S. Paulo e os fragmentos dos antigos hinos cristãos contidos nas Cartas apostólicas (cf. Ef 5, 14; Fil 2, 5-11; 1 P 2, 21-25).

A oração é o sacrifício espiritual dos cristãos, oferenda e louvor a Deus, fruto dos lábios que confessam o seu nome (cf. Heb 13, 15). Esta rica experiência, que vem

desde o Antigo Testamento até à práxis da comunidade apostólica, é referência para toda a oração cristã que deve conformar-se aos mesmos princípios e inspirar-se nos mesmos sentimentos (LAPLACE, 1977: 90-107). A liturgia é oração e a oração litúrgica continua a ser emblemática para toda a manifestação orante da Igreja.

Também a comunidade carmelita procura viver radicalmente o ideal evangélico do seguimento de Cristo, seguindo as linhas da reforma eclesial: celebrando os sacramentos, a Liturgia das Horas<sup>28</sup> e, ao longo do ano, o mistério de Cristo - mistério de salvação - nos seus distintos aspectos e momentos, com um ritmo intenso de vida de oração pessoal e, concretamente, litúrgica, fonte primordial da espiritualidade cristã<sup>29</sup>.

### Acção pastoral

A primeira fundação de Carmelitas Descalços teve como comunidade os Padres Frei António de Jesus e Frei João da Cruz, e o Irmão Frei José de Cristo, e viveu intensamente dedicada à oração e à acção apostólica, em torno às populações circunvizinhas do lugarejo de Duruelo, Ávila (Espanha), em 1558, para grande satisfação de Teresa de Jesus (TERESA DE JESUS - Fundações, 2000: F 14, 8).

No convento Braga, destinado a ter igreja e, depois, colégio de Filosofia e Teologia, a actividade apostólica é aquela típica dos Carmelitas: atendimento à sua igreja e aos fiéis que os solicitam - os serviços litúrgicos da igreja conventual e a pregação, assim como a grande fidelidade ao ministério do confessor e ao acompanhamento espiritual. Desde a sua fundação (1653) desenvolveu-se também uma dimensão assistencial de atenção aos doentes e aos moribundos.

Depois do regresso a Braga dos Carmelitas Descalços - um regresso que se vai instaurando e consolidando simultaneamente e na justa medida em que as determinações do Vaticano II também por aqui se vão instaurando - adquiriu-se uma nova consciência e maior conhecimento do carisma como nunca houvera na história carmelitana (REGRA, 1986: 6-7). Os santos e a espiritualidade que identifica a família carmelitana são muito solicitados, tanto dentro como fora da Igreja. Por isso,

<sup>28</sup> (...) enquanto oração pública, manifesta-se o ideal cristão de santificação do dia inteiro, ritmado pela escuta da Palavra de Deus e pela oração dos Salmos, de modo que toda a atividade encontre o seu ponto de referência no louvor prestado a Deus, BENTO XVI, 2010: 62.

<sup>29</sup> Este artigo ajuda-nos a compreender a relação dinâmica entre Liturgia e comunidade, OLIVEIRA, 1993: 309-321.



na nossa acção pastoral é-nos exigido, com toda a legitimidade, que transmitamos esta enorme riqueza.

As Constituições dos Carmelitas Descalços publicadas em 1986, em obediência aos princípios eclesiológicos do Concílio Vaticano II (1962-1965), fazem referência à estreita vinculação do nosso carisma à experiência mística da nossa fundadora Teresa de Jesus (REGRA, 1986: 5), evidenciando os três momentos fundamentais para a vida carmelitana: a Regra, como texto inspirador; a experiência e doutrina de Santa Teresa de Jesus e de São João da Cruz; a expressão constitucional pós-conciliar do carisma e da espiritualidade nas nossas Constituições.

A Regra oferece um projecto evangélico, simples e unificado, centrado em Jesus Cristo e na comunhão eclesial, situado na História de Salvação; oferece também um projecto de vida comunitária em diálogo com a autoridade da Igreja, com os irmãos que vivem juntos, com as outras pessoas e com as outras comunidades.

No seu projecto renovador, o Carmo Santa Teresa e São João da Cruz procurou sempre a compreensão e o humanismo nas estruturas e na aplicação das leis. O caminho e a expressão vivencial - mais tarde, doutrinal - das experiências divinas foi a oração como relação de amizade. Ela é o meio e o lugar por excelência da sua experiência de Deus. A oração será o centro e o eixo da sua mensagem espiritual. Quando apresenta a sua pedagogia da oração insistirá no *ser como haveremos de ser* (TERESA DE JESUS - Caminho da Perfeição, 2000: C 4, 1). Fala ainda da renovação do ser como coisa necessária para quem quiser seguir o caminho da oração. Esta experiência carismática é essencial na nossa Ordem e na pastoral que realizamos, validada pelas nossas Constituições aprovadas pela Igreja obteve a garantia de que, *no seu carisma espiritual e apostólico, se encontram todos os requisitos objectivos para alcançar a perfeição evangélica pessoal e comunitária* (JOÃO PAULO II, 1996: 93).

O número 15 das Constituições dos Carmelitas Descalços oferece o essencial do nosso carisma e espiritualidade, a pedra basilar da vocação e missão pastoral: a fidelidade criativa e as exigências de cada época vincaram a actualidade do ideal teresiano em ser pequenas comunidades orantes, fraternas e comprometidas no anúncio do Evangelho. Inseridas na realidade da vida, somos chamados a ser sinais da presença de Deus no coração da cidade, da história e do mundo (REGRA, 1986: 15).

A aproximação à realidade da vida das pessoas leva-nos a partilhar o nosso carisma e a espiritualidade. As nossas comunidades viveram e continuam a viver de forma simples e espontânea nas situações de cada dia, para se transformarem em

verdadeiros lugares de encontro para quem procura um oásis de oração. Por essa razão, cada comunidade carmelitana procura que a sua oração pessoal e litúrgica ajude a Igreja a crescer numa atitude contemplativa que permita experimentar Deus em todas as circunstâncias. A oração do Carmelita Descalço impregna toda a sua existência, reclamando, para isso, momentos mais intensos, que são, precisamente, os litúrgicos:

*A oração é a vida do coração novo. Deve animar-nos a todo momento. Mas acontece que nós esquecemos Aquele que é a nossa vida e o nosso tudo. (...) Mas não se pode orar «em todo o tempo», se não se ora em certos momentos, voluntariamente: são os tempos fortes da oração cristã, em intensidade e duração» (...) «A Tradição da Igreja propõe aos fiéis ritmos de oração, destinados a alimentar a oração contínua. Alguns são quotidianos: a oração da manhã e da noite, antes e depois das refeições, a Liturgia das Horas. O Domingo, centrado na Eucaristia, é santificado principalmente pela oração. O ciclo do ano litúrgico e suas grandes festas são os ritmos fundamentais da vida de oração dos cristãos (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 1999: 2697-2698).*

Existe, pois, uma interação recíproca. Por uma parte, afirmamos que a liturgia é a mestra da oração em geral<sup>30</sup>; ao mesmo tempo que assumimos a oração como clima necessário para que a Liturgia (ALDAZABAL, 1993: 344-357) seja o que tem que ser: *Este mistério exige, portanto, que os fiéis nele creiam, o celebrem e dele vivam, numa relação viva e pessoal com o Deus vivo e verdadeiro. Esta relação é a oração (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 1999: 2558).*

A actual comunidade do convento do Carmo de Braga centra a sua actividade pastoral na assistência à Igreja do Carmo, lugar de culto e apostolado que, ao longo de sucessivos triénios (1963-2018) foi servida por sucessivas comunidades de Frades (ACTA CAPITALI CONVENTUALIS, 1963-2012), que partilharam a fé e a consolação do Espírito Santo com o povo de Deus, exercendo, principalmente, o ministério do acompanhamento espiritual e do sacramento da reconciliação; a pregação de retiros; a assistência aos grupos apostólicos, às Irmãs Carmelitas Descalças (sitas no Bom Jesus), capelania assumida em Setembro de 1970, e outras comunidades religiosas. É

<sup>30</sup> *A oração da Igreja, alimentada pela Palavra de Deus e pela celebração da Liturgia, ensina-nos a orar ao Senhor Jesus (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 1999: 2697-2698); A Liturgia das Horas destina-se a ser a oração do povo de Deus (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 1999: 1175); A Liturgia é também participação na oração de Cristo, dirigida ao Pai no Espírito Santo. Nela, toda a oração cristã encontra a sua fonte e o seu termo (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 1999: 1073).*

importante salientar que, durante várias décadas a comunidade prestou assistência espiritual ao já extinto colégio Dublin, que ocupava o antigo Convento do Carmo em Braga e ao Noviciado das Irmãs do Coração de Maria.

Além destes serviços, assumimos de 1991 a 2012, a dinamização pastoral da Paróquia de S. Vicente bem como a formação inicial de vocações carmelitas (casa de Postulantado nos anos 1987 - 1996).

Na vertente cultural, destacamos o concerto de Natal que se vem realizando desde o ano 2000; a criação do Núcleo Museológico do Carmo (2012), e do espaço de exposições (2013) que inaugurou com uma exposição sobre o Livro da Vida, de Santa Teresa de Jesus.

Termina-se o percurso histórico alinhado nestas linhas, apesar da falta de documentos. Procurou-se apresentar, como atrás fica dito, os valores essenciais pelos quais se regia a vida comunitária e o apostolado da comunidade de um convento do Carmo antes e depois da restauração, fundado na vida fraterna e na oração (litúrgica, contemplativa e mental) e da fraternidade teresiana. Também em Braga, os Carmelitas Descalços procuraram que a sua oração<sup>31</sup> fosse expressão do seu encontro com Cristo e dos irmãos entre si, que se abrem à missão e ao serviço da Igreja, como encontro feliz com as alegrias e dores do nosso mundo.

---

<sup>31</sup> «Tratar de Amizade, estando muitas vezes tratando a sós com quem sabemos que nos ama», (TERESA DE JESUS - Livro da Vida, 2000: V 8, 5).

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### FONTES MANUSCRITAS

#### Arquivo Distrital de Braga

*Gaveta Livro das Cartas*, Tomo IX, documento n.º 36.

#### Arquivo dos Carmelitas Descalços de Braga

*Estatutos da Irmandade de Nossa Mãe Sanctissima do Carmo da Cidade de Braga 1758*, designação C 8.

*Estatutos da Real Irmandade de Nossa Senhora do Carmo da cidade de Braga*, 1895. Manuscrito n.º 864, designação C 142.

### FONTES IMPRESSAS

*Diário de Lisboa*, folha oficial do governo portuguez, sábado 20 de maio 1865.

### FONTES ICONOGRÁFICAS

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO - *Desembargo do Paço, Repartição do Minho e Trás-os-Montes, Expedidos*, mç. 26, doc. 85 A.

FIGUEIREDO, Pedro José de, coord. (1817) - *Retratos e elogios dos varões e donas que ilustram a nação portuguesa em virtudes, letras, armas, e artes, assim nacionais, como estranhos, tanto antigos, como modernos, oferecidos aos generosos portugueses*. Lisboa, na Oficina de Simão Tadeu Ferreira, inum.

### BIBLIOGRAFIA GERAL

ACCIAIUOLI, Luiz (1944) - *Águas de Portugal. Minerais e de mesa. História e Bibliografia*, Lisboa, DGMSG.

*Acta Capitali Conventualis (1963-2012)*.

AGUILAR, P. de, ANTONIO, J. (1963) - «La liturgia en la espiritualidade teresiana», in *Arbor* 55/2 178-206.

ALDAZABAL, J. (1993) - «Una liturgia que enseñe a orar», in *Phase* 197, pp. 344-357.

- BENTO XVI (2010) - *Verbum Domini*, Paulus, Lisboa.
- BOROBIO, Dionisio - «La liturgia, escuela de oración», in *Phase* 197 (1993), pp. 361-372.
- CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA (1999) - *A oração cristã*. Gráfica de Coimbra, Coimbra.
- CHECA, Rafael (1992) - *La Pastoral de la Espiritualidad Cristiana*, CEVHAC-Progreso, México.
- CORAÇÃO DE JESUS, David (1962) - *A Reforma Teresiana em Portugal*, Lisboa.
- FERREIRA, A. J. (1932) - *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga (séc. III - séc. XX)*, Tomo III, Edição da Mitra Bracarense, Braga.
- FERREIRA, A. M. - *Desarticulação do Antigo Regime e Guerra Civil*, in C. M. AZEVEDO (Dir.) (2002), *História Religiosa de Portugal*, Vol. III, Circulo de Leitores, Rio Mouro.
- FONTES, P. F. O. - «A vitalidade do Catolicismo nos séculos XIX e XX», in C.M. AZEVEDO (dir.) (2002), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. III, Circulo de Leitores, Rio Mouro.
- FORTES, A (1984)- «Acta Definitorii Generalis O.C.D 1863-1920», in *Monumenta Historica Carmeli Teresiani*, Roma, 729-730.
- JOÃO PAULO II (1996) - *Exortação Apostólica pós-sinodal Vida Consagrada*. Paulinas, Prior Velho.
- LAPLACE, J. (1977) - *A oração anseio e encontro*. Edições Paulinas, São Paulo.
- Liber Chronicorum Bracara (1964-2013).
- Livro dos Capítulos Provinciais (1612-1772) da Província de S. Filipe e Capítulos Gerais (1772-1808) da Província de N. Senhora do Carmo da Ordem dos Padres Carmelitas Descalços do Reino de Portugal*, fol. 45, (Transcrição de Frei José Carlos VECHINA(1992)). Braga.
- OLIVEIRA, L. R. de (1993) - «A Liturgia na vida da comunidade eclesial», in *Communio* 4 309-321.
- ORTEGA, P. (2017) - *Historia del Carmelo Teresiano*, Grupo Editorial Fonte, Burgos, 466-473.
- PINTO, N. M. L. A. (2011) - *O tratamento de militares no hospital de S. Marcos de Braga (primeira metade do século XIX)*, Braga, Universidade do Minho. Dissertação de mestrado policopiada.

- PITA, J. R., PEREIRA, A. L. (2012) - «A arte farmacêutica no século XVIII, a farmácia conventual e o inventário da Botica do Convento de Nossa Senhora do Carmo (Aveiro)», in *Ágora Estudos Clássicos em Debate*, 227-268.
- QUEIRÓS, M. H. C. F. (2007) - *D. Fr. Luís de Santa Teresa (O.C.D.), director espiritual e biógrafo: a inacabada vida de Josefa Maria da Trindade (O.S.B.)* / [Edição de Autor], Porto. Dissertação de Mestrado em Culturas Ibéricas, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Regra, Constituições e Normas aplicativas dos Irmãos Descalços da Ordem da Bem-Aventurada Virgem Maria do Monte Carmelo*. Cúria Geral OCD, Roma, 1986.
- Regla primitiva y Constituciones de los religiosos descalzos de el Orden de la Bienaventurada Virgen María de el Monte Carmelo, de la Primitiva Observancia, de la Congregación de España. Confirmadas por N. M. S. Padre y Señor Alexandro Papa Séptimo, día tercero de Julio del año 1658, el quarto de su pontificado*. Traducidas de el idioma Latino en Castellano, Madrid, Miguel Francisco Rodriguez (1736).
- Sacrosanctum Concilium* 10.
- SÃO BENTO, M. (1800) - *Chronica de Carmelitas Descalços, particular da Província de S. Filipe dos Reinos de Portugal, Algarve, e suas Conquistas*, Tomo IV, livro XI, capítulo XVIII, (mss.). Edição policopiada: Braga, Oficinas Jocave, 1990.
- SENNA DE FREITAS, B. J. - *Memórias de Braga*, Vol. II, Imprensa Catholica, Braga, 1890.
- SILVA, A. M. (1993) - «A Desamortização», in J. MATTOSO, (dir.), *História de Portugal*, Vol. V, Círculo de Leitores, Lisboa.
- SILVA, A. M. (2000) - «Extinção das Ordens religiosas», in C.M. AZEVEDO (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. V, Círculo de Leitores, Lisboa.
- SOUSA, B. de (1927) - *Noticia Biographica do Padre Mestre Fr. João d' Ascenção*, Tipografiada Casa Nun'Alvares, Porto.
- TERESA DE JESUS, Santa, *Obras Completas*, ÁLVAREZ, T. M. (Org.) (2000), Paço de Arcos, Edições Carmelo.
- VECHINA, José Carlos (1992) - *Catálogo dos Carmelitas Descalços 1582-1834*, Braga, Oficinas Jocave (policopiado).







SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DO CARMO  
DESCALÇO EM PORTUGAL. QUEM FOI D.  
FR. LUÍS DE SANTA TERESA (1693-1757)?

**Helena Queirós**

helena.queiros.mail@gmail.com

Université Sorbonne Nouvelle Paris 3 | Universidade do Porto

## RESUMO BIOGRÁFICO

**Helena Queirós** é doutoranda em Études du Monde Lusophone na Université Sorbonne Nouvelle Paris 3, em cotutela com a Universidade do Porto, onde integra, respetivamente, o CREPAL e o CITCEM. O seu projeto de doutoramento «Espiritualidade, educação feminina e representações do corpo feminino em Portugal (séculos XVII e XVIII)» valeu-lhe a atribuição de um contrato doutoral da École Doctorale 122. Os seus domínios de investigação são a Jacobeia, o monaquismo, a educação feminina (Ursulinas) e as representações do corpo feminino no Portugal dos séculos XVII e XVIII.

## **SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DO CARMO DESCALÇO EM PORTUGAL. QUEM FOI D. FR. LUÍS DE SANTA TERESA (1693-1757)?**

SUBSIDIES FOR THE HISTORY OF THE DISCALCED CARMELITE ORDER IN PORTUGAL.

WHO WAS D. FR. LUÍS DE SANTA TERESA (1693-1757)?

### **RESUMO**

Este artigo pretende divulgar junto do grande público a figura polifacetada de D. Fr. Luís de Santa Teresa, fazendo o percurso desde o seio familiar que o predestinava a uma carreira de letrado, passando pela conversão interior para religioso carmelita descalço e jacobeu, de juiz e professor a orador afamado, confessor e diretor de consciência, agraciado durante o reinado de D. João V mas desventurado no reinado seguinte.

Simultaneamente faz-se uma breve reflexão sobre o trabalho de historiador, que vai da definição de um 'enigma' ou problema historiográfico, às primeiras pesquisas em catálogos e fontes essenciais para o tema, prossequindo com um itinerário breve sobre duas metodologias possíveis baseadas em dois tipos distintos de fontes (documentais e narrativas), aplicadas ao objeto em estudo. Os resultados em perfeita coerência caucionam a hipótese da matriz jacobea da personagem estudada.

Por fim, lança-se o repto a que se estude a sua obra parenética, indispensável para um melhor conhecimento da espiritualidade do autor e para a historiografia do Carmo Descalço em Portugal.

### **ABSTRACT**

This article intends to divulge to the general public the multifaceted personality of D. Fr. Luís de Santa Teresa. Born into a family that predestined him to a literate career, he underwent an interior conversion and became a discalced Carmelite and a «jacobeu», setting aside a career as a judge and a lecturer, to become a renowned orator, confessor and director of conscience. While being protected during the reign of D. João V, he lost this patronage in the next reign.

Simultaneously, I shall also draw a brief reflection on historiographic work itself, starting from the definition of what was my 'enigma' or historiographical problem, then searching in catalogs and sources that were relevant for my subject and presenting two possible methodologies based on two types of different sources (documentary and narrative), applied to the object in study. Coherent results from both methodologies prove the hypothesis of Luís de Santa Teresa being a member of the «Jacobea».

Finally, the study of his sermons is imperative for a better knowledge of the spirituality of the author and for the historiography of the Order of Discalced Carmelite in Portugal.

Este artigo assume-se como um trabalho de divulgação científica<sup>1</sup> sobre uma personalidade importante do Carmelo descalço português da primeira metade do século XVIII, bem como da História da Igreja e da Espiritualidade portuguesas, que me tem acompanhado há mais de dez anos, desde que elaborei a minha dissertação de mestrado. Naquela altura, o meu objetivo não partiu do estudo da figura em si; porém, ao descobrir um manuscrito<sup>2</sup> redigido pelo punho do mesmo, que se encontra na Biblioteca Pública Municipal do Porto e até então desconhecido, naturalmente impunha-se partir também à descoberta do autor (QUEIRÓS, 2007).

Por então, com efeito, pouco se tinha escrito sobre Luís de Santa Teresa, tanto em estudos historiográficos ‘clássicos’, como do nosso tempo. Um dos primeiros gestos do investigador é pesquisar o nome do autor nos mais importantes catálogos biobibliográficos. Deceção me esperava para Luís de Santa Teresa, cujo nome não entrou na *Bibliotheca Lusitana* ou, mais familiarmente, ‘no’ Barbosa Machado. Menciona-o Inocêncio (SILVA, 1860: 331), autor de um outro importantíssimo dicionário biobibliográfico, mais tardio e que não raro completa o anterior, como carmelita descalço, natural de Lisboa, e mais tarde, em 1739, bispo de Pernambuco, mas no verbete afluam dúvidas quanto aos motivos que o teriam levado a entregar o governo do bispado ao deão e a retirar-se para Lisboa, em 1754, e quanto à data do falecimento. Com estas primeiras informações, afinam-se a pesquisa e as fontes. Vieram então as histórias eclesiásticas e os memorialistas. Fortunato de Almeida, no apartado relativo à diocese de Olinda (Pernambuco), dedica-lhe algumas linhas e esclarece alguns pontos menos claros da sua vida, nomeadamente o porquê de ter-se retirado para Lisboa e a data de morte (ALMEIDA, 1968: 713). Por fim, Cândido Mendes de Almeida, ao listar os Bispos da diocese de Pernambuco, informa-nos de que Fr. Luís de Santa Teresa era irmão de Fr. João da Cruz, *tão infeliz como este Prelado no governo de sua Diocese*<sup>3</sup> (ALMEIDA, 1866: 579). Estavam lançados os elementos do enigma a desvendar. Realizam-se então pesquisas no sentido de saber

<sup>1</sup> Agradeço ao conselho editorial da Studia Carmelita nas pessoas do sr. Pe. Joaquim Teixeira e do investigador José João Loureiro o amável convite que me foi dirigido e que muito me honra para integrar este número inaugural. Agradeço ainda a este investigador as sugestões que me deu e os esforços que desenvolveu no âmbito deste artigo.

<sup>2</sup> A que o autor chamou frustemente *Vida de huma illustre virgem*. Permito-me remeter para a minha dissertação de mestrado, onde podem encontrar-se mais pormenores sobre o processo de determinação da autoria, redação, contextos e conteúdo desta obra (QUEIRÓS, 2007). Refira-se que nenhum dos historiadores listados faz referência à Vida que Luís de Santa Teresa escreveu sobre uma religiosa do convento do Salvador de Braga.

<sup>3</sup> Sensivelmente o mesmo apresenta ARAÚJO, 1948: 122 e 123.

se algum historiador se debruçara já sobre o assunto. Surgem alguns resultados, num processo que se assemelha ao da reconstrução de um puzzle, peça por peça. Começemos então pelo início.

Natural da freguesia da Sé de Lisboa, onde foi batizado a 11 de abril de 1693 (PAIVA, 2008: 163), Luís Salgado era afilhado de D. Lourenço de Mendonça, 3º Conde de Vale de Reis e conselheiro de Estado de D. Pedro II, e de D. Maria Leonor de Moscoso. Seu pai, D. António Salgado, foi Fidalgo Cavaleiro por alvará de 17 de fevereiro de 1698 e do Conselho de Sua Majestade, tendo-se notabilizado ao longo da sua vida por vários cargos militares: Sargento-mor de Cascais (1695) e da Fortaleza de São Julião, Governador de Chaves, onde viveu, Governador das Armas de Trás-os-Montes (1709), Governador de Cabo Verde, etc. Aliás, não só ele, mas já seu pai, Feliciano Salgado, cumprira cargos militares de grande relevância e prestígio durante as guerras da Restauração. A mãe, D. Ângela Pastor (ou Pascoal) de Castilho, consta ter sido *senhora de grande virtude, que veio a falecer no Mosteiro de Santana, em Coimbra, com opinião de santidade* (SALGADO, 2004: 28). O primogénito de D. António Salgado foi agraciado, a 23 de outubro de 1715, com um padrão de 48 mil reis de tença por ano, sendo que na carta régia vem a menção a seu pai como *fidalgo da minha casa e do meu Conselho* e que tal privilégio lhe era devido pelos serviços prestados pelo pai. Em 1718, novo padrão no valor de 40 mil reis. O reconhecimento régio mantinha-se (PAIVA, 2008: 164).

Foi enviado pelo pai a estudar em Coimbra, certamente visando a preparação de uma carreira de letrado, estratégica para uma ascensão social baseada no serviço à monarquia, tão frequente em famílias do seu estatuto. Em 1710, matriculou-se no Colégio das Artes, em Coimbra; em 1711, em Instituta e, em 1712, em Cânones, curso que alterou, em 1715, por Leis. Obteve os graus de licenciado e de doutor em julho de 1717 (PAIVA, 2008: 165). Esta formação ser-lhe-ia muito útil, enquanto bispo de Olinda, para esgrimir a sua defesa, face aos inúmeros litígios que teve.

Em 14 de outubro de 1717, Luís Salgado foi opositor na Universidade de Coimbra da cadeira dos três livros de Código. Nesta instituição, a sua erudição lhe proporcionou grande fama. Numa ocasião, indo a Lisboa pregar no dia de S. Vicente de Paulo, D. José Dantas, Arcebispo de Lacedemónia, ao ouvi-lo, ter-se-á voltado para o Cardeal Patriarca de Lisboa e dito com grande entusiasmo: *Vi e ouço S. Jerónimo*,

Agostinho, S. Ambrósio, S. João Crisóstomo! (VECHINA<sup>4</sup>, s.d.: n/a) Na mesma instituição estudou Teologia Escolástica e Mística.

Após os estudos, Luís de Santa Teresa veio para a corte de D. João V, tendo sido nomeado Corregedor de Coimbra em 1722, funções que terá exercido por pouco tempo, para tomar o hábito de carmelita descalço. Entrou para os Carmelitas Descalços do Convento de Nossa Senhora dos Remédios de Lisboa, onde, anos antes, havia entrado seu irmão Fr. João da Cruz (PAIVA, 2008: 167).

Depois de professar, continuou nos Remédios em Lisboa como enfermeiro diligente e na cozinha, ora preparando refeições, ora lavando a louça, acarretando lenha ou acendendo e atizando o fogo. Conta-se que *quando oficiava no coro ou fora dele poucas vezes acertava no que dizia e fazia e eram tantas e tais as suas tontices que para uns eram matéria de compunção, digo de compaixão e para outros de riso*<sup>5</sup>.

Recebeu a prima tonsura e ordens menores, em Lisboa, das mãos de Valério da Costa, vigário da Patriarcal, aos 10 de março de 1724; no dia seguinte, recebeu ordens de Epístola; a 19 de março, ordem de Evangelho, e, aos 25 do mesmo mês, ordem de Missa (PAIVA, 2008: 168) [Fig. 1].

Dotado de grande sabedoria e capacidade de ensinar, foi enviado para o Colégio de S. José de Coimbra onde se distinguiu como mestre pelo seu saber e pela forma como cativava a simpatia das pessoas. Ali lecionou Teologia durante quatro anos, impondo a prática das virtudes e das mortificações que nele viam. Segundo o seu memorialista, graças a Fr. Luís de Santa Teresa o colégio de Coimbra *parecia um noviciado reformado* (Saudoza memoria, fl. 371).

Uma vez mais renunciou ao cargo para ficar como eremita no Convento do Buçaco e *para lá teria ido a pé, sem dinheiro, pedindo que comer pelo caminho, como fazia normalmente nas suas caminhadas pelo país* (SALGADO, 2004: 34). Mas, como fosse o 'deserto' do Buçaco demasiado inóspito para a sua saúde, Fr. João da Cruz, seu irmão, o levou consigo para Braga (PAIVA, 2008: 169), para onde havia sido eleito prior em 7 de maio de 1730. Sabemos, graças ao manuscrito que evoquei no início deste trabalho, que passou os anos de 1730-1735 em Braga (QUEIRÓS, 2007: 18-21 e 24-27), onde se notabilizou pelas suas qualidades oratórias, de direção espiritual

<sup>4</sup> Agradeço ao sr. Pe. José Carlos Vechina o acesso a esta preciosa fonte de informação. A ortografia das transcrições de fontes primárias foi modernizada e as abreviaturas desenvolvidas.

<sup>5</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Ordem dos Carmelitas Descalços, Convento de São João da Cruz de Carnide*, livros da fundação, nº 1, *Saudoza, sucinta, e santa memoria do Ex.mo e Rev.mo Senhor D. Frei Luiz de Santa Thereza, religioso carmelita descalço, bispo de Pernambuco, do conselho de Sua Majestade*, fl. 370r. A partir de agora citado apenas como *Saudoza memoria*. Agradeço ao sr. Pe. José Carlos Vechina ter-me disponibilizado a sua transcrição.



Fig. 1. Estanislau Luís António, retrato de D. Fr. Luís de Santa Teresa, 2ª metade século XVIII, Museu de Évora, ME 1320.

e de confissão. Começou a escrever a biografia de uma dirigida espiritual sua, de nome Josefa Maria da Trindade, beneditina do convento de S. Salvador, uma obra que esteve em risco de se perder nas travessias entre a metrópole e o Brasil. Chegaram os dois irmãos carmelitas a Braga já após a morte do arcebispo, D. Rodrigo de

Moura Teles, em período de Sé Vaga (1728-1741). De Braga voltou a Coimbra para fundar um convento de carmelitas descalças. Lançou-se a primeira pedra em 1740 e finalizou-se quatro anos mais tarde (ALMEIDA, 1968: 185-186).

Quanto à sua nomeação como Bispo de Olinda, *só a aceitou depois de muita insistência de D. João V e do cardeal da Mota* (SALGADO, 2004: 33-34) e intervenção do seu irmão Fr. João da Cruz. Aquando da carta régia, datada de 21 de julho de 1738, é apresentado como carmelita descalço e Doutor em Leis e Mestre em Teologia. Aos 28 do mesmo mês, fez, em Lisboa, juramento e profissão de fé como Bispo de Olinda. Foi preconizado Bispo de Olinda em Consistório de 3 de setembro de 1738 - data em que são passadas as Bulas -, com direito a uma pensão no valor de 2000 cruzados por ano. A 14 de dezembro de 1738, foi sagrado Bispo de Olinda, em Lisboa, na Patriarcal, pelo Cardeal Patriarca<sup>6</sup> (PAIVA, 2008: 171). Chega a Olinda em 24 de junho de 1739 depois de uma viagem muito atribulada e instala-se no Convento do Desterro (VECHINA, s.d.: n/a). Dessa viagem tirou memória Fr. Francisco de S. João Marcos, provisor de D. Fr. Luís, numa obra que tem por título *Relaçam da viagem que fez o M. R. P. Provisor Fr. Francisco de S. João Marcos da cidade de Lisboa para Pernambuco em companhia do Excelentíssimo Dom Frei Luís de Santa Teresa, Bispo de Pernambuco*, que foi publicada em Lisboa na Oficina de Miguel Rodrigues, em 1742<sup>7</sup>.

Durante o seu bispado, travou-se de razões com o Juiz-de-fora do Recife. Fr. Luís terá sido vítima de uma «guerra surda» com o objetivo de coartar a reforma de costumes que decidira empreender (PAIVA, 2008: 178). Infatigável no seu desígnio de renovação da Igreja, ter-lhe-ão feito o reparo que cuidasse mais da sua saúde por os senhores bispos não costumarem nas conquistas fazer tanta pregação e confissão ao que respondeu Luís de Santa Teresa: *Os senhores Bispos do reino são Prelados da Igreja triunfante e por isso lhes é permitido o descanso, porém nós, os Bispos das Conquistas de Portugal, somos Prelados da Igreja militante e por isso não nos devemos poupar ao trabalho.* (*Saudoza memoria*, fl. 372v.) Com efeito, pautando o seu governo pelo rigorismo, a doutrinação e o disciplinamento, Luís de Santa Teresa foi progressivamente gerando oposição. Passarei a resumir os principais nós dos vários conflitos. Em 1743 vemos os primeiros sinais de dissensão, originados com o 25º governador da capitania, Henrique Luís Freire de Andrade, por causa do pagamento das cômguas, sendo Luís de Santa Teresa acusado de se imiscuir na jurisdição do primeiro. Mais tarde é a vez de o governador se intrometer na jurisdição eclesiástica

<sup>6</sup> A *Saudoza memoria* indica que terá sido o núncio apostólico. *Saudoza memoria*, fl. 372v.

<sup>7</sup> Agradeço à doutora Teresa Campos Coelho o ter-me facultado uma fotografia do frontispício desta obra.



ao libertar presos decretados pelo prelado. Em finais do mesmo ano, o procurador da província franciscana de S. António do Brasil queixou-se da perseguição que o prelado fazia aos frades por lhes ter impedido pedir esmola sem licença sua ou da Câmara Eclesiástica. Esta proibição deu azo a que os franciscanos fossem esmolar para zonas remotas do sertão, o que dificultava aos vigários verificarem se dispunham das licenças necessárias. Segundo o prelado, os franciscanos opunham-se à criação de um recolhimento de carmelitas em Rio Grande com ensino de gramática para os meninos, com motivo de assim perderem parte das esmolas (PAIVA, 2008). Ainda nos anos 40, envolve-se também na disputa que opôs clérigos brancos e mestiços da irmandade de São Pedro dos Clérigos, a favor destes últimos, atacados pelos primeiros, que desejavam a confirmação da cláusula segundo a qual não se aceitariam sacerdotes mestiços até ao quarto grau. Responde D. Fr. Luís de Santa Teresa: *neste Brasil há pardos dentro no quarto grau com mais estimação, letras, e merecimentos que muitos simples sacerdotes brancos, que não têm mais prendas que o seu caráter* (DIAS, 2010: 88). Em 1744, Félix Ribeiro da Cruz acusa D. Fr. Luís de Santa Teresa de venalidade, compadrio e abuso por sequestrar os bens do vigário-geral. Em 1746, é a vez de os irmãos da Misericórdia de Goiana se queixarem de abusos da justiça eclesiástica. No ano seguinte são as discórdias de jurisdição com o juiz de fora, o Dr. José Monteiro, e com o carcereiro da justiça secular; em 1750, os atritos com o mestre-escola.

Se até aqui D. Fr. Luís de Santa Teresa foi contando com o respaldo da corte e, certamente, do seu círculo de influência, onde se contavam Fr. Gaspar da Encarnação e o cardeal Mota e Silva, o que, apesar de algumas críticas (PAIVA: 2008, p. 177), caucionava a sua atuação, já o mesmo se não poderá afirmar do conflito seguinte. Trava-se de razões com o Dr. António Teixeira da Mata, novo juiz de fora e dos resíduos e capelas, a propósito dos limites das respetivas jurisdições por causa das disposições testamentárias do padre Isidoro Rodrigues. Este confronto agudizou-se em função dos partidos já formados na terra aquando dos anteriores dissídios. Depois de vários episódios, declarou excomungado o juiz da Coroa que, então, começou a perseguir pessoas da casa do bispo, as recolhidas do recolhimento de Nossa Senhora do Paraíso, que eram também protegidas suas, e moveu as suas influências junto da Corte, do Senado da Câmara e de corporações de clérigos regulares, particularmente jesuítas (PAIVA, 2008: 194-195).

A 31 de julho de 1750 morre D. João V e a nova conjuntura leva ao afastamento de Fr. Gaspar da Encarnação (MONTEIRO, 2006: 51-56), que viria a falecer alguns anos

mais tarde. Desenha-se um novo equilíbrio de forças entre o temporal e o espiritual. O desembargador Manuel da Fonseca Brandão, chegado ao Recife a 21 de janeiro de 1751, reconhece que a «praxe de julgar» estaria a favor do bispo, mas que *enquanto este bispo estiver naquele bispado não haverá paz nem sossego* (PAIVA, 2008: 204). Foi tal a *campanha das falsas notícias [desfavoráveis ao Bispo] para o Reino* que chega, em 18 de junho de 1754, a ordem de regresso à metrópole, ficando a cargo do Deão o governo do bispado (SILVA, 1860: 331). Em janeiro de 1754, ainda interveio na defesa das escravas sujeitas a violências sexuais por parte dos senhores, intercedendo junto de um destes para que as vendesse e providenciando o seu amparo no recolhimento da Conceição (ALMEIDA, 2003: 215). Contrariamente aos de Pernambuco, os camarários da cidade da Paraíba lamentaram a sua saída para a metrópole, elogiando a sua atuação: *excelente pastor, sendo singular nas letras, exemplar na vida, zeloso do culto divino, caritativo com os pobres, amável com suas ovelhas e finalmente um homem consumado nas prendas que se requerem para um bispo perfeito, cuja virtude ilustrara esta capitania* (DIAS, 2010: 85). Chegado a Lisboa, não lhe foi sequer permitido ser ouvido e nunca foi recebido pelo rei. Retirou-se para a Quinta da Granja, junto à Póvoa de Santo Adrião, propriedade de D. Mariana Antónia Teresa Salgado van Praet, sua sobrinha, onde faleceu a 17 de novembro de 1757. Aquando da sua morte um religioso carmelita do convento de Carnide escreveu o seu panegírico a que chamou *Saudoza, sucinta, e santa memoria do Ex.mo e Rev.mo Senhor D. Frei Luiz de Santa Thereza, religioso carmelita descalço, bispo de Pernambuco, do conselho de Sua Majestade*, documento que nos serviu de fonte primária neste trabalho<sup>8</sup>. Segundo o autor anónimo destas memórias, o seguinte epitáfio em latim estaria gravado no seu túmulo (*Saudoza memoria*, fl. 374):

*Hic Ludovicus erat Carmeli gloria montis  
Nam Doctor factis lure que Pastor erat  
Ad mortem qua aufugit onus rejecit Olinde  
ut soli Christo posset esse levis  
Spiritus inde volans aeterna pace quiescit  
Corpus ab hoc tumulo ut vivum aliquando ferat<sup>9</sup>*

<sup>8</sup> A *Saudoza memoria* será apresentada e publicada na íntegra pela primeira vez nesta revista (Vd. pp. 337-357)..

<sup>9</sup> Um leitor do epitáfio anotou nos *marginalia* do manuscrito que o mesmo está mal copiado (e acrescentaríamos com problemas morfológicos). Seja como for, infelizmente é hoje impossível verificar na pedra tumular o texto da inscrição ou mesmo localizar esta sepultura que se encontrava na *capela-mor deste*

De D. Fr. Luís de Santa Teresa faz um encómio ditirâmico Fr. Domingos do Loreto Couto, beneditino que era protegido do antístite<sup>10</sup>, numa obra datada de março de 1757 e intitulada *Desagravos do Brasil e glorias de Pernambuco*.

A sua episcopal efigie ficou imortalizada em dois retratos da autoria de Estanislau Luís António (LOUREIRO, 2013), artista lisboeta nascido em 1744, que herdou o atelier do pai, também pintor retratista. Desses retratos de meio-corpo pintados a óleo sobre tela (LOUREIRO, 2017: 73), um existiu no Convento dos Remédios de Évora e faz hoje parte do acervo do Museu da mesma cidade, e outro na Igreja dos Carmelitas no Porto. A legenda da pintura é ilustrativa dos seus pergaminhos: *O Ex.mo e R.mo Senhor D. Fr. Luís de Santa Teresa Carmelita Descalço Lente de Teologia Bispo de Pernambuco em 1738. Faleceu a 17 de Novembro de 1757 jaz na Capela Mor do Convento de S. João da Cruz de Carnide de Lisboa*. [Fig. 2]

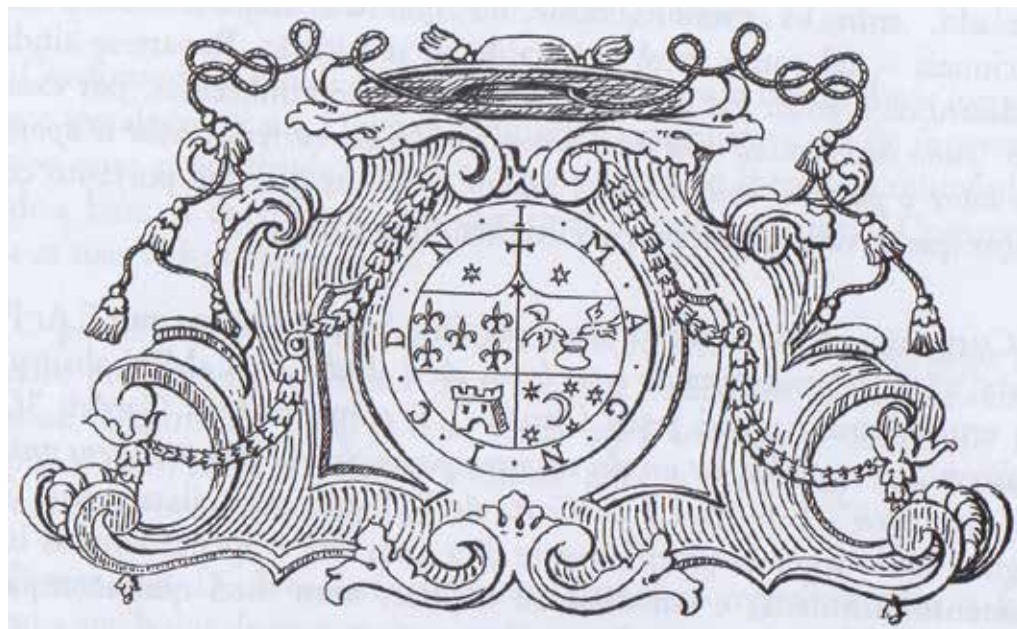


Fig. 2. José Bènard Guedes Salgado, armas de D. Fr. Luís de Santa Teresa num missalete. Publicado em SALGADO, José Bènard Guedes (2004) - «D. Frei Luís de Santa Teresa - D. Frei João da Cruz. Irmãos no sangue, na Ordem e no múnus episcopal, diferenciados na heráldica». *Armas e Troféus - Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte*. Lisboa: Instituto Português de Heráldica. IX Série, Janeiro/Dezembro, pp. 27-38.

convento [de S. João da Cruz de Carnide], da parte da epístola, ao pé de N. P. S. José (Saudoza memoria, fl. 369v.), em virtude de a igreja ter sido, como se sabe, demolida.

<sup>10</sup> O bispo foi, com efeito, um elemento adjuvante ativo na defesa do frade que se vira condenado ao cárcere por desobediência à justiça, no âmbito de um atribulado processo de trânsito da ordem franciscana para a beneditina, apoiado pelo primeiro (MELO: 2016).

Não poderia dar por encerrada esta apresentação biográfica de Luís de Santa Teresa sem referir a sua sensibilidade jacobea. Originada inicialmente no colégio da Graça de Coimbra sob o impulso de Fr. Francisco da Anunciação, a jacobea foi despertando o interesse de outras ordens, podendo ser definida, em sentido amplo, como um conjunto de *movimentos reformistas afins que, a partir de 1723, sob*

**Num contexto de relaxação dos costumes do clero e da sociedade em geral, os jacobeus almejavam um retorno à observância rigorosa dos princípios evangélicos, numa espiritualidade mais interior do que ritualista.**

*o patrocínio e direção do franciscano de Varatojo Fr. Gaspar da Encarnação, visavam instaurar a disciplina, morigerar os costumes, afervorar a piedade, refazer, enfim, a vida religiosa e moral do reino* (SILVA, 1964: 122-123). Num contexto de relaxação dos costumes do clero e da sociedade em geral, os jacobeus almejavam um retorno à observância

rigorosa dos princípios evangélicos, numa espiritualidade mais interior do que ritualista. No estado atual da investigação, **a jacobea foi uma especificidade portuguesa**<sup>11</sup> (MONCADA, 1952: 95; MARCADÉ, 1980: 7-8; CASTRO, 2001: 5; TRINDADE, 2011: 11; SOUZA, 2015: 163), que pode ser compreendida na lógica mais ampla dos ciclos de reforma que viveu a Igreja Católica ao longo dos tempos (MONCADA, 1952: 9; APPOLIS, 1964: 54 e SOUZA, 2006: 107-108). Tal não significa obviamente que todos aqueles que se sentiram imbuídos de um espírito de reforma ou de reforma rigorista tenham sido jacobeus. Afirmá-lo seria incorrer num erro elementar de silogismo. Se daqueles a quem mais tarde se chamou, por antonomásia, *beatos ou reforma-*

<sup>11</sup> Descartada que parece estar a hipótese de a jacobea ter sido um *jansenismo à portuguesa* (SOUZA, 2004; PAIVA, 2004; SOUZA, 2005) e apesar de certos *laivos de teor jansenizante* (SANTOS, 2000: 39) identificáveis em algumas figuras do movimento, desconheço outras pistas de investigação que filiem (repito: filiem) a jacobea noutros movimentos vindos de fora, o que não exclui as necessárias comparações com movimentos religiosos rigoristas seus contemporâneos. Émile Appolis afirmava, em 1964, que o movimento teria ligações com o «Tiers parti» italiano e espanhol, mas esta hipótese não parece ter vingado na historiografia lusobrasileira. Moncada lembrava uma década antes o paralelismo entre o pietismo alemão, o metodismo inglês e o jansenismo francês, fenômenos mais ou menos concomitantes no tempo cuja raiz comum seria a da *necessidade de luta contra a tibieza da fé oficial para purificação dos costumes*, mas descartando evidentemente qualquer afinidade de doutrinas (MONCADA, 1952: 27 e 93). Apoiada na ideia da origem do mal e da recusa do mundo, Zília Osório de Castro compara também a jacobea com o jansenismo, o metodismo e o pietismo (CASTRO, 2001: 5). Também António Vítor Ribeiro sustenta dever tentar compreender-se o significado histórico que representam jansenismo, pietismo e metodismo (RIBEIRO, 2016: 123 e 131) dadas as semelhanças entre os mesmos. Porém, Robert Ricard já nos anos 50 havia, referindo-se ao estudo de Moncada, criticado estas aproximações entre os «ismos» como supostas manifestações de um grande movimento religioso (RICARD, 1953: 59). As posições expressas por estes investigadores, indispensáveis para compreender, pelo método comparatista, as grandes mutações do pensamento religioso europeu na *longue durée*, não invalidam a minha asserção. Se «parentesco» há, não é de filiação. Por fim, a ideia postulada por Cabral de Moncada e por Zília Osório de Castro segundo a qual haveria encratismo na obra de Fr. Francisco da Anunciação foi ultimamente criticada por RIBEIRO, 2016: 119-120.

dos, se criou uma 'lenda' com vista a servir causas políticas (MONCADA, 1952: 97; CASTRO, 2001; SANTOS, 2000: 39; SOUZA, 2006: 126), tal não deveria desviar-nos daquilo que foram as intenções dos seus elementos e da realidade das suas ações. Por outro lado, se há jacobeus em cuja atuação parece haver zonas de fricção com outras questões coevas (como o jansenismo, o sigilismo, o ultramontanismo, o episcopalismo, o regalismo), tal não significa que todos os «ismos» se identifiquem ou se rejeitem completamente. Talvez o avanço nos estudos sobre a jacobeaia nos leve a utilizar esta designação apenas como *mot valise* e se revele mais produtivo e exato falar de cada uma das suas figuras, com suas particularidades, complexidade, redes clientelares e de sociabilidade e evoluções<sup>12</sup> ao longo de um tempo que veio a simbolizar o estertor do Antigo Regime e também com as adjetivações múltiplas que daí lhes corresponderão.

No caso vertente, duas metodologias de investigação independentes e complementares nos permitem concluir que Luís de Santa Teresa fez parte da jacobeaia: o estudo da sua biografia assente em fontes documentais e a análise dos seus escritos. A primeira metodologia é histórica no sentido estrito da palavra; a segunda metodologia cruza história e técnicas próprias ao mundo da análise literária. Quanto à primeira via, há vários aspetos que devem ser realçados como, por exemplo, o facto de D. Maria Leonor de Moscoso, sua madrinha de batismo, ser irmã de frei Gaspar da Encarnação (PAIVA, 2006: 512) que foi o *chefe de todos os reformadores e reformados do tempo ou, por outras palavras, o chefe de todos os jacobeus ou da jacobeaia em sentido lato* (SILVA, 1964: 102). Recordemos que Fr. Gaspar da Encarnação foi Doutor em Direito Canónico pela mesma universidade de Coimbra, de que foi Reitor entre 1710-1715 e que há forte probabilidade de que o primeiro tenha acompanhado Luís Salgado. Outro aspeto que não é anódino e decorre do primeiro é a conversão interior de Luís de Santa Teresa que já acontece na idade adulta, o que é evocador da própria mudança de vida de Fr. Gaspar da Encarnação que Luís terá podido observar nos tempos em que estudava em Coimbra, tudo isto acompanhado da austeridade de vida e das penitências que realizava. Conta-se, por exemplo, que nos tempos de Coimbra jejuava muito e mais do que o prescrito pela Ordem, que dormia muito pouco e apenas com duas mantas, uma por baixo e outra para se cobrir (*Saudoza memoria*: fl. 370v); que nunca pediu hábito novo, não usava meias nem colete e que usava as alparcatas que outros deixavam (*Saudoza memoria*: fl. 371). Um outro ponto

<sup>12</sup> Como tão bem demonstrou PAIVA, 2006: 161-170 a propósito da figura de D. Miguel da Anunciação.

é a própria nomeação de Fr. Luís para o bispado de Olinda, que se deve em boa parte à influência de Fr. Gaspar de Moscoso junto de D. João V. A nomeação de bispos entre os adeptos da jacobea é observável desde os anos 20 do reinado de D. João V. Deve ser igualmente evocada a resistência à reforma de costumes que encontrou em Pernambuco. Finalmente, o reverso da medalha desta distinção é o facto de, mudada a conjuntura com a morte de D. João V, ter mudado também a sorte de D. Luís de Santa Teresa, que cai, por assim dizer, em desgraça. Quanto à segunda metodologia, a de análise narrativa, foi a que privilegiei em trabalhos já publicados, sempre em diálogo com a análise dos contextos históricos e com outras fontes documentais, cuja demonstração não cabe aqui repetir (QUEIRÓS, 2007, 2009 e 2012). Diga-se apenas que a única obra da autoria de Luís de Santa Teresa estudada até hoje é um espelho fiel do magistério espiritual jacobeu baseado na prática diária da oração mental, na frequência dos sacramentos, no exame de consciência, na mortificação dos vícios e das paixões, no desprezo do mundo, na cosmovisão característica que divide os homens entre *tíbios* e *devotos*, na pobreza e austeridade no vestir e no predomínio explicativo da doutrina das possessões diabólicas, aliado à prática de exorcismos (QUEIRÓS, 2007: 99-114).

Só com a interpretação dos dados avulsos das fontes é que se produz o relato historiográfico. Quando os resultados obtidos por duas vias metodológicas distintas apontam no mesmo sentido, esse é um sintoma inequívoco da justeza das pesquisas desenvolvidas.

O labor historiográfico é um trabalho em progresso constante. Muito há ainda a desenvolver, sobretudo neste âmbito de análise das obras escritas por Luís de Santa Teresa. Para além da *Vida* da religiosa de Braga, Luís de Santa Teresa terá escrito a vida de D. João de Castro, vice-rei da Índia, em verso heroico, que mandou queimar. Terá também iniciado uma obra sobre direito civil e um tratado de teologia mística que hoje se consideram perdidos. É de assinalar a obra sermonária (*Saudoza memoria*, fl. 373v.), publicada com o título de *Sermões*, dada à luz postumamente em Lisboa por Miguel Manescal da Costa, em 1766, e que foi dedicada à comunidade das carmelitas descalças de Coimbra<sup>13</sup>, em cuja fundação se envolvera, como vimos. O estudo desta obra revela-se fundamental para compreender a espiritualidade e a erudição deste carmelita descalço de quem se dizia na época *que, em os sermões, falava munto 'claro', coisa bem aborrecida em o mundo, principalmente de quem*

<sup>13</sup> Agradeço à doutora Teresa Campos Coelho o ter-me facultado duas imagens do frontispício dois dos volumes desta obra, o que me permitiu confirmar que o seu autor é de facto o bispo de Pernambuco.

*governa e governa como Deus não quer*<sup>14</sup>. Por outro lado, trata-se de uma fonte de excelência para cartografar com mais acuidade a sua atividade de pregador, bem como as suas redes de influência. D. Fr. Luís de Santa Teresa foi um autor polígrafo. Se uma parte da sua obra se perdeu para sempre, a restante se conserva em arquivos e bibliotecas, à espera do interesse (e do tempo) do investigador ou, quem sabe, à espera de ser localizada, identificada e descoberta.

---

<sup>14</sup> *Vida de huma illustre virgem*, p. 147.



## FONTES E BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Cândido Mendes de (1866) - *Direito Civil Ecclesiastico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Garnier, tomo primeiro, 2ª parte.
- ALMEIDA, Fortunato de (1968) - *História da Igreja em Portugal*. Porto: Livraria Civilização Editora, volume II.
- ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de Almeida (2003) - *O sexo devoto: normatização e resistência feminina no Império Português (XVI-XVIII)* [texto policopiado]. Recife: Universidade Federal de Pernambuco. Tese de doutoramento em História apresentada à Universidade Federal de Pernambuco.
- APPOLIS, Émile (1964) - «Mystiques portugais du XVIIIe siècle : jacobéens et sigillistes». *Annales. Économies, sociétés, civilisations*, nº 1, p. 38-54.
- ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e (1948) - *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 8º volume, tomo I.
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Ordem dos Carmelitas Descalços, Convento de São João da Cruz de Carnide*, livros da fundação, nº 1, *Saudoza, sucinta, e santa memoria do Ex.mo e Rev.mo Senhor D. Frei Luiz de Santa Thereza, religioso carmelita descalço, bispo de Pernambuco, do conselho de Sua Majestade*, fl. 369v-374.
- CASTRO, Zília Osório (2001) - «Jacobeia». *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol.J-P, p. 5-7.
- COUTO, Fr. Domingos do Loreto (1904) - *Desaggravos do Brasil e glorias de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional.
- DIAS, Andrea Simone Barreto (2010) - *Os incômodos da cor parda no Pernambuco colonial: olhares sobre a festa de homenagem a São Gonçalo Garcia* [texto policopiado]. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande. Dissertação de Mestrado em História apresentada à Universidade Federal de Campina Grande.
- LOUREIRO, José João (2013) - «As Galerias dos Prelados Carmelitas Descalços e seu Pintor». *Atas do Ciclo de Conferências sobre o Convento de Nossa Senhora dos Remédios e a Ordem do Carmo em Portugal e no Brasil*. Évora: Câmara Municipal de Évora, pp. 2-37.
- LOUREIRO, José João (2017) - «Novos dados sobre o pintor Estanislau Luís António (1744-1804)». *Revista MVSEV*, nº 23, pp. 59-82.



- MACHADO, Diogo Barbosa (1741-1759) - *Bibliotheca Lusitana, Historica, Critica, e Chronologica*. Lisboa: António Isidoro da Fonseca, 4 volumes.
- MARCADÉ, Jacques (1980) - « Le jansénisme au Portugal (notes d'approche) ». *Revista Portuguesa de História*, p. 1-30.
- MELO, Bruno Kawai Souto Maior de (2016) - «Entre franciscanos e beneditinos: o caso de Domingos do Loreto Couto (1696-1762)». *Clio. Revista de Pesquisa Histórica*. 34.1, pp. 207-226.
- MONCADA, Luís Cabral de (1952) - *Mística e racionalismo em Portugal no século XVIII. Uma página de história religiosa e política*. Coimbra: Casa do Castelo Editora.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2006) - *D. José. Na sombra de Pombal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- PAIVA, José Pedro (2006) - *Os Bispos de Portugal e do Império 1495-1777*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra
- PAIVA, José Pedro (2006) - «Evergton Sales de SOUZA. Jansénisme et Réforme de l'Église dans l'Empire Portugais: 1640 à 1790. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2004, 503 p.» *Lusitânia Sacra. Revista do Centro de Estudos de História Religiosa*, 2ª série, tomo XVIII, pp. 629-634.
- PAIVA, José Pedro (2008) - «Reforma Religiosa, conflito, mudança política e cisão: o governo da diocese de Olinda (Pernambuco) por D. Frei Luís de Santa Teresa (1738-1754)». *Revista de História da Sociedade e Cultura*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura. Nº 8, pp. 161-210.
- QUEIRÓS, Maria Helena Cunha de Freitas Queirós (2007) - *D. Fr. Luís de Santa Teresa (O.C.D.), director espiritual e biógrafo: a inacabada vida de Josefa Maria da Trindade (O.S.B.)* [texto policopiado]. Porto: [s.n.]. Dissertação de Mestrado em Culturas Ibéricas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2. vols.
- QUEIRÓS, Helena (2009) - «D. Fr. Luís de Santa Teresa (O.C.D.): um jacobeu “confessa-se”. A desconhecida Vida de huma illustre virgem, do bispo de Olinda - Pernambuco (1738-1754)». *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. vol. 9, pp. 163-178.
- QUEIRÓS, Helena (2012) - «Jacobeia e redes clientelares. Fr. Luís de Santa Teresa e Fr. João da Cruz (O.C.D.): (Auto)retrato de dois irmãos em Braga (1730-1735)». *História. Revista da FLUP*. IV série, vol. 2, pp. 79-96.

- RIBEIRO, António Vítor (2016) - «Crise e consciência: ensaio sobre a descristianização de Portugal no século XVII». *Via Spiritus*, nº 23, pp. 117-145.
- RICARD, Robert (1953) - «Un épisode de la réaction anti-mystique au XVIIIe siècle : le conflit de la “Jacobéa” et du “Sigilismo” au Portugal». *Revue d'Ascétique et de Mystique*, p. 58-64.
- SALGADO, José Bènard Guedes (2004) - «D. Frei Luís de Santa Teresa - D. Frei João da Cruz. Irmãos no sangue, na Ordem e no múnus episcopal, diferenciados na heráldica». *Armas e Troféus - Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte*. Lisboa: Instituto Português de Heráldica. IX Série, Janeiro/Dezembro, pp. 27-38.
- SANTOS, Zulmira (2000) - «Luzes e Espiritualidades. Itinerários do século XVIII». *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 38-47.
- SILVA, António Pereira da (1964) - *A questão do sigilismo em Portugal no século XVIII. História, religião e política nos reinados de D. João V e D. José I*. Braga: Tipografia Editorial Franciscana.
- SILVA, Innocêncio Francisco da (1860) - *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, tomo V.
- SOUZA, Evergton Sales de (2004) - *Jansenisme et Réforme de l'Église dans l'Empire Portugais: 1640 à 1790*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian.
- SOUZA, Evergton Sales de (2005) - «Jansenismo e Reforma da Igreja na América Portuguesa». *Atas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: Poderes e Sociedades*. Disponível em: <[http://cvc.instituto-camoes.pt/ear/coloquio/comunicacoes/evergton\\_sales\\_sousa.pdf](http://cvc.instituto-camoes.pt/ear/coloquio/comunicacoes/evergton_sales_sousa.pdf)> Acesso em 10/06/2019.
- SOUZA, Evergton Sales de (2006) - «Mística e moral no Portugal do século XVIII. Achegas para a história dos jacobeus». *Formas de crer. Ensaios de história religiosa do mundo luso-afro-brasileiro, séculos XIV-XXI*. Salvador: Edufba/Corrupio, pp. 107-128.
- SOUZA, Evergton Sales de (2015) - «D. Fr. Antônio de Guadalupe, um bispo jacobeu no Rio de Janeiro (1725-1740)». *Via Spiritus*, nº 22, pp. 137-165.
- TRINDADE, Ana Cristina Machado (2011) - *O Episcopado de D. Frei Manuel Coutinho, 1727-1741*. [texto policopiado], s.l., Doutoramento em Letras. Área de especialização: História Moderna, Universidade da Madeira.
- VECHINA, P. Fr. José Carlos - *Catálogo dos Religiosos Carmelitas Descalços de Portugal 1582-2003* (Documento em suporte digital que aguarda publicação. O acesso ao mesmo, devemos-lo à generosidade do autor).





A LONGA ACTIVIDADE DO TRACISTA  
FREI PEDRO DA CONCEIÇÃO (1677-1745)  
E A SUA IMPORTÂNCIA NO CONTEXTO  
DA ARQUITECTURA DOS CARMELITAS  
DESCALÇOS EM PORTUGAL

**Teresa de Campos Coelho**

teresacamposcoelho@gmail.com

Centro de Humanidades da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas -  
Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores | Comissão de  
Estudos Históricos e Património Cultural da Ordem dos Carmelitas Descalços

## RESUMO BIOGRÁFICO

**Teresa de Campos Coelho** é Arquitecta, Doutorada em História da Arte pela Universidade Nova de Lisboa, é membro do CHAM (Centro de Humanidades da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores), bem como da *Comissão de Estudos Históricos e Património Cultural da Ordem dos Carmelitas Descalços*.

# A LONGA ACTIVIDADE DO TRACISTA FREI PEDRO DA CONCEIÇÃO (1677-1745) E A SUA IMPORTÂNCIA NO CONTEXTO DA ARQUITECTURA DOS CARMELITAS DESCALÇOS EM PORTUGAL<sup>1</sup> <sup>2</sup> \*

THE LONG ACTIVITY OF THE ARCHITECT FREI PEDRO DA CONCEIÇÃO (1677-1745) AND ITS IMPORTANCE IN THE CONTEXT OF DISCALCED CARMELITES ARCHITECTURE IN PORTUGAL

## RESUMO

Aquilo que hoje sabemos da actividade do carmelita descalço Frei Pedro da Conceição (1677-1745) constitui um caso de excepção no contexto da arquitetura da Ordem em território nacional, ainda insuficientemente estudada.

Analisando os desenhos que dele nos chegaram (e que são a maioria dos desenhos conhecidos da arquitectura que os Carmelitas Descalços construíram entre nós), no ensaio que aqui apresentamos tentaremos desvendar mais um pouco do percurso deste importante arquitecto articulando a sua obra, sempre que possível, com a profissão de *tracista* e com a normativa dessa mesma Ordem em Portugal.

## ABSTRACT

What we know today about the activity of the discalced carmelite Friar Pedro da Conceição (1677-1745) is an exception in the context of the Order's architecture in national territory, still insufficiently studied.

Analysing his drawings (which constitute the majority of the drawings that still exist made by the Discalced Carmelites for the architecture they built among us), in this essay we will try to reveal a little more about this important architect articulating his work, whenever possible, with the profession of architect and with the norms of this Order in Portugal.

\*A autora escreve de acordo com a antiga ortografia.

<sup>1</sup> O artigo que aqui apresentamos não teria sido possível sem a colaboração do investigador João Loureiro, pela partilha e cedência de documentos, troca de informações e sobretudo pelas longas horas de discussão sobre a presença da OCD em Portugal pelo que, embora não assinado por si, este artigo possa ser considerado também da sua autoria.

<sup>2</sup> A autora não usa o acordo ortográfico. Da sua responsabilidade é também a tradução das citações que faz de livros publicados em língua estrangeira usadas neste artigo.

*Em geral conseguira este reino de V. Majestade, respeitosa estimação entre os estranhos, vendo confirmada por experiência na presente Crónica, a opinião que Teresa tinha da nação portuguesa, dócil, propensa e disposta para as maiores finezas da perfeição e religião. A V. Majestade se julgará também a boa estreia: principiar o seu reinado dando licença para que esta bem escrita história se publique.*

D. Francisco Brandão, Cronista Mor<sup>3</sup>

### **Carmelitas Descalços, uma *Ordem de devoção Real* <sup>4</sup>**

A relação de amizade entre Santa Teresa (1515-1582) e D. Teotónio de Bragança (1530-1602), nascida certamente do seu encontro em Salamanca em 1574 - Santa Teresa assumiria o papel de guia espiritual do ilustre português que chegaria mesmo a promover a publicação do *Camino de perfección* em 1583 (VECHINA O.C.D., 2019: 17 e nota 9) - muito terá contribuído para o estabelecimento da Ordem em Portugal, motivo que traria a Lisboa o Padre Mariano em 1581 [Fig.1]<sup>5</sup>. Atraindo de imediato a simpatia de Filipe I e do Arcebispo de Lisboa D. Jorge de Almeida (1531-1585), os carmelitas instalar-se-iam numas casas na Pampulha (convento de São Filipe) e seguidamente na Costa do Castelo (sob a invocação da Madre de Deus), onde ficariam até à inauguração do convento masculino dos Remédios em 1611 (iniciado em 1606).

Sob protecção do Arquiduque Alberto (1559-1621) seria então fundado, quase de imediato, o convento feminino das Albertas em 1585<sup>6</sup>, coincidindo com a presença de S. João da Cruz em Lisboa e o já citado vizinho Convento de São Filipe. A protecção dos Áustrias aos Carmelitas Descalços, certamente influenciada pelo forte espírito

<sup>3</sup> (SANTA ANNA O.C.D., 1657: 7. Excerto da *Aprovação* do I Tomo da *Crónica dos Carmelitas Descalços* da autoria de Frei Belchior de SANTA ANNA, e da respectiva informação dirigida a D. Afonso VI em 16 de Novembro de 1656, aclamado e jurado Rei de Portugal no dia imediatamente anterior.

<sup>4</sup> Este tema foi já por nós desenvolvido na nossa tese de doutoramento em História da Arte, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em 2014, Parte III, Cap. 3, (COELHO 2018, pp. 263 a 281).

<sup>5</sup> Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), *Omnes morimvr: et quasi aque dilabimur in Terram que non revertür*, E.A.-100V, nº 188. Santa Teresa segura uma cartela onde se pode ler *Estas Leyes cõ brevedad azén acertar lo Eterno*, mostrando a *Regra* e o *Hábito* da sua Ordem a Ambrósio Mariano que afirma *Abrense mis ojos à vista de esta Regla*.

<sup>6</sup> Neste convento entraria a sobrinha do Arquiduque, a Infanta Micaela Margarida (1582-1663) filha natural do Imperador Matias da Alemanha (1557-1619), que como Madre Micaela Margarida de Sant'Ana fundaria em 1642 o Convento de Santa Teresa de Carnide - [Fig.2], BNP, *Omnes morimvr: et quasi aque dilabimur in Terram que non revertür*, E.A.-100V, nº 22. A quarta e última figura está identificada como sendo a Madre Micaela de Sant'Ana, que segura uma cartela onde se pode ler *A que serven los Reynos en la huera de la muerte*. A seus pés uma coroa caída e, ao fundo, o estuário de um rio com uma caravela portuguesa, que deverão representar Lisboa e o Tejo.





Fig. 1. *Omnes morimvr: et quasi aque dilabimur in Terram que non revertür.* BNP E.A.-100V, nº 188. Santa Teresa segura uma cartela onde se pode ler *Estas Leyes cõ brevedad azén acertar lo Eterno*, mostrando a Regra e o Hábito da sua Ordem a Ambrósio Mariano que afirma *Abrense mis ojos à vista de esta Regla*. Foto de Teresa Campos Coelho.



Fig. 2. *Omnes morimvr: et quasi aque dilabimur in Terram que non revertür.* BNP E.A.-100V, nº 22. A quarta e última figura está identificada como sendo a Madre Micaela de Sant'Ana, que segura uma cartela onde se pode ler *A que serven los Reynos en la huera de la muerte*. A seus pés uma coroa caída e, ao fundo, o estuário de um rio com uma caravela portuguesa, que deverão representar Lisboa e o Tejo. Foto de Teresa Campos Coelho.

missionário que defendiam (especialmente em Angola e no Brasil), indo de encontro aos interesses de Filipe I de Portugal (1527-1598) e de Santa Teresa de Ávila, seria fundamental para o estabelecimento e desenvolvimento que a Ordem teria em Portugal.

A ligação da Casa de Bragança aos Carmelitas Descalços terá sido reforçada após a Restauração, o que não se deveu apenas a uma questão de ordem religiosa. Segundo Fr. José de Jesus Maria, cronista da Ordem, entre os “oráculos da sabedoria” consultados quando da preparação do 1º de Dezembro, encontrava-se Frei Tomás de S. Cirilo, então seu Provincial<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> ...naõ causou novidade ao Venerável Prelado esta resolução, quando lha communicarã a primeira vez; porque já, dous annos antes, recebêra elle huma carta, em que se lhe dizia nesta formalidade: V.P. encomende a Deos, e faça que a sua Communidade lhe encomende tambem este Reyno; porque naõ

A este episódio junta-se também a lenda então posta a circular que contava que *Leonor Rodrigues teve uma visão em 1639 (...) na qual via o Duque de Bragança sentado num trono real e Santa Teresa que com a mão lhe punha um ceptro*<sup>8</sup>.

E não menos significativa era a devoção de D. Luísa de Gusmão (que terá tido origem ainda na Casa dos Duques de Medina Sidónio, seus pais) levando a que os religiosos, reunidos em 11 de Maio de 1642 em Figueiró dos Vinhos, decidisse que seria da maior conveniência oferecer-se o Padroado da Província de S. Filipe do Reino de Portugal à *Sereníssima Rainha*, que o aceitaria por Alvará de 26 de Setembro do mesmo ano<sup>9</sup>. A D. Luísa de Gusmão dedicaria também Frei Belchior de Santa Anna o I Tomo da *Cronica dos Carmelitas Descalços da Província de S. Filipe do Reino de Portugal*, publicada em 1657 (SANTA ANNA O.C.D., 1657: 3)<sup>10</sup>. A Rainha iria retribuir estas honrarias, nomeadamente ao entregar aos Carmelitas Descalços o Convento de Corpus Christi em Lisboa, por si fundado na sequência de um voto

---

*tardará muito tempo, que tenha Rey Portuguez, e mais não há de ser El ElRey D. Sebastião...* (MARIA O.C.D., 1753: Lº VII, Cap. III, Tº 15, 15).

<sup>8</sup> Idem, *Ibidem*, Livro Settimo, Cap. III, Título 27, p.22.

<sup>9</sup> Idem, *Ibidem*, Livro Settimo, Cap. XXVIII, pp. 285 a 287: *Eu a Rainha faço saber aos que este Alvará virem; que pela particular devoção, que tenho á Santa Teresa de Jesus, Fundadora da Refórma das Carmelitas Descalças, e pela querer mostrar em alguma cousa aos Religiosos, e Religiosas de sua Ordem, hei por bem, e me práz de aceitar de aceitar o ser Padroeira da sua Provincia destes Reynos, e Senhorios de Portugal, como mo tem pedido com instancia. E para que assim se tenha entendido, lhe mandey passar a presente, que se cumprirá, e valerá, posto que seu effeito deva durar mais de hum anno, sem embargo de qualquer Ley, Regimento, ou Ordenação em contrario. Pantaleão o fez em Lisboa a 26 de Setembro de 1642. E eu, Francisco de Lucena o fiz escrever = Rainha = Há V. Magestade por bem, pela devoção, que tem á Santa Madre Teresa de Jesus, Fundadora dos Carmelitas Descalços, de aceitar por sua Padroeira da Provincia destes Reynos, e Senhorios de Portugal = Para V. Magestade ver. Igualmente significativo da devoção da Casa de Bragança aos Carmelitas Descalços é o testemunho que nos dá Frei João do SACRAMENTO no Tomo II das *Crônicas* sobre o uso do escapulário pelos membros da família real: *O rei D. Pedro II vestiu-o no ano de 1704 no nosso convento dos Remédios de Lisboa da mão do P. Fr. Antônio da Natividade, prior da casa; a cuja imitação o buscaram muitas pessoas das primeiras qualidades do reino assim naquele como noutros conventos da provincia. O Senhor Rei D. João V que reina no presente recebeu-o da mão do P. Fr. João de Santa Teresa, prior que foi do nosso convento de Santarém; e das de outros prelados os sereníssimos infantes seus irmãos cujos nomes andam todos escritos nos livros dos nossos conventos de Lisboa. Da mesma ceeste gala usa a rainha nossa senhora Dona Mariana de Áustria e com devotíssima piedade e vigilante diligência o faz vestir aos sereníssimos infantes, seus filhos* (SACRAMENTO O.C.D., 1721: 1286, 1287).*

<sup>10</sup> Para a Província de S. Filipe, criada em 1612 (e depois da separação com Espanha em 1772/3, designada por *Congregação da Beatíssima Virgem Maria do Monte Carmelo*), seriam escritos ainda mais três tomos de *Crônicas*: o II Tomo, escrito em 1721 por Frei João do SACRAMENTO (SACRAMENTO O.C.D., 1721), o III Tomo, da autoria de Frei José de Jesus MARIA (MARIA O.C.D., 1753) e, finalmente, o IV Tomo, ainda manuscrito e inédito, escrito por Frei Manuel de S. BENTO entre 15 de Agosto de 1799 e 4 de Abril de 1800, mas já transcrito por Frei José Carlos VECHINA em 1990, actual arquivista da Província Portuguesa, a quem agradecemos o ter-nos facultado o seu acesso. Na *Apresentação* a este manuscrito Frei José Carlos VECHINA diz-nos também que é possível que tenha existido ainda um V Tomo das *Crônicas* (cujo paradeiro se desconhece), uma vez que no *Capítulo Geral* celebrado em 1808 foi nomeado Cronista Geral o P. Fr. João do Espírito Santo. Antes deste, parece ter existido também outro cronista, frei Manuel de S. João Evangelista que, de acordo com Isabel Tavares de PINHO, vem citado num documento do Arquivo Distrital de Braga como cronista da Ordem e um dos primeiros intervenientes no projecto do convento feminino do Desterro de Viana do Castelo (PINHO, 2008-2009: 324).

pela sobrevivência de D. João IV ao atentado de 20 de Junho de 1647, convento de que estes religiosos tomariam posse em 1661<sup>11</sup>.

No mesmo período a protecção real seria ainda fortalecida pelo apoio dado por D. Maria de Bragança (1644-1693), filha natural de D. João IV que, tendo entrado no Convento de Santa Teresa de Carnide com apenas seis anos de idade, aplicaria os rendimentos que o seu pai lhe deixara no engrandecimento deste convento, iniciada com a construção da nova igreja em 1662, e na fundação do vizinho convento masculino de S. João da Cruz em 1681. Em Santa Teresa entraria também D. Luísa de Bragança (1679-1733), filha natural de D. Pedro II cuja educação seria confiada à sua tia, de onde sairia em 1695 para desposar Luís Álvares Pereira de Melo, 2º Duque de Cadaval.

Nos reinados seguintes os Carmelitas Descalços continuariam a usufruir da protecção real, até à extinção das ordens religiosas em 1834, como o demonstra a construção do Convento e Basílica da Estrela, dedicados ao Sagrado Coração de Jesus, último grande convento carmelitano construído em Portugal, na sequência de um voto da rainha D. Maria I, feito em 1760, caso viesse a ter um filho varão.

### **Em defesa do *modo próprio* da arquitectura carmelitana. O papel determinante dos architectos e tracistas.**

Nas últimas décadas a historiografia de arte tem vindo a reconhecer a importância dos *Carmelitas Descalços*, no âmbito da arquitectura religiosa em Época Moderna. Aos estudos de alguns irmãos da Ordem junta-se já uma extensa bibliografia, sobretudo de especialistas espanhóis<sup>12</sup>, que muito tem contribuído para o esclarecimento das suas características, normas construtivas, formação e estatuto de mestres e tracistas que a produziram.

A existência ou não de um *estilo carmelitano* na arquitectura tem constituído um tema de apaixonada discussão no seio dessa mesma historiografia da arte.

<sup>11</sup> *A sereníssima rainha, ensinada do seu agradecimento ordenou com devoto zelo que no mesmo lugar em que Domingos Leite havia intentado executar o seu perverso designio se fundasse um convento com a invocação de Corpus Christi. Entregou-se este convento à nossa Ordem pela muita devoção que a mesma senhora professava a N. Madre Santa Teresa e a seus filhos que sempre estimou com demonstrações de amor particular. Tomámos posse da igreja e de doze celas com algumas poucas oficinas e 12 de Junho de 1661 em que se disse a primeira missa com assistência dos sereníssimos infantes D. Pedro e Dona Catarina e toda a nobreza da corte* (MARIA O.C.D., 1753: nº 36).

<sup>12</sup> A estes juntam-se ainda autores italianos e, mais recentemente, alguns historiadores portugueses, assunto que retomaremos adiante.

Se alguns autores argumentam que as características de organização do espaço e de simplicidade não são exclusivas das construções carmelitanas, entre os mais reputados historiadores espanhóis contemporâneos, como Bustamante García, Bonet Correa ou Muñoz Jiménez (só para citar alguns nomes) é indubitável de que no *Carmelo Descalço* existe na realidade um estilo artístico próprio, o qual resulta da aplicação consciente de determinados aspectos que se repetem derrubando fronteiras cronológicas e espaciais, tornando-o um *estilo identitário* como o definiria Muñoz Jiménez:

...em meados do século XVII os carmelitas descalços tinham como próprio e peculiar da sua Ordem o estilo do Maneirismo classicista, na época já superado pela novidades ornamentais do chamado primeiro Barroco espanhol de Juan Gómez de Mora, Carbo-nel, ou Pedro de la Torre. Tal «estilo carmelitano» tornou-se patente ou consciente em datas já tardias, em comparação com as formas novas do já citado Barroco (MUÑOZ JIMÉNEZ, 1990a: 21)<sup>13</sup>.

Com efeito, é no primeiro terço do século XVII, após o período de estabelecimento e de experimentação<sup>14</sup>, que os princípios de pobreza e sobriedade defendidos nos escritos teresianos<sup>15</sup> iriam encontrar na arquitectura classicista herreriana um

<sup>13</sup> Veja-se também MUÑOZ JIMÉNEZ, 1985:15-95.

<sup>14</sup> Para a definição da arquitectura carmelitana e cronologia da sua evolução e importância do papel que tiveram os tracistas e arquitectos veja-se, entre a vasta bibliografia que poderíamos citar: SAGRADA FAMÍLIA O.C.D., 1948; SANTA TERESA O.C.D., 1937; SAN JOSÉ O.C.D., 1948; BUSTAMANTE GARCÍA, 1975; ECHEVERRÍA GONI y FERNÁNDEZ GRACIA, 1982; MUÑOZ JIMÉNEZ, 1985; MUÑOZ JIMÉNEZ, 1986; MUÑOZ JIMÉNEZ, 1989a; MUÑOZ JIMÉNEZ, 1989b; MUÑOZ JIMÉNEZ, 1989c; MUÑOZ JIMÉNEZ, 1990a; MUÑOZ JIMÉNEZ, 1990b; MUÑOZ JIMÉNEZ, 1992; BERGANZA (1996); MUÑOZ JIMÉNEZ, 2001; MUÑOZ JIMÉNEZ, 2013; MUÑOZ JIMÉNEZ, 2014 - com extensa bibliografia na nota 1, pp. 341-342; MUÑOZ JIMÉNEZ, 2017; NARVÁEZ i CASES, 1995; NARVÁEZ i CASES, 2003; NARVÁEZ I CASES, 2004; NARVÁEZ i CASES, 2015; STURM, 2002; BLASCO ESQUIVIAS, 2004; ALONSO y SÁNCHEZ, 2011; CASTILLA, 2016. A historiografia espanhola divide esta evolução do *Carmelo Descalço* em dois grandes períodos: o primeiro, desde os começos até à exclausuração (1562-1833) e o segundo da restauração (1868) até aos nossos dias. Quanto ao primeiro, aquele que mais interessa ao nosso estudo, MUÑOZ JIMÉNEZ define para ele as seguintes fases, citadas também por outros autores: 1) 1562-82 - *Conventos teresianos e de S. João*: extrema simplicidade e ecletismo formal, variedade de instalações; 2) 1582-1600 - *Anos de experimentação*: depuração formal e procura de uniformidade arquitectónica. Frei Elias de San Martin e defesa de retorno a uma pobreza inicial; 3) 1600-1635 - *Classicismo Carmelitano*: Juan Bautista de Toledo e Juan de Herrera, irão impor à Ordem um classicismo maneirista. Importância do Padre Geral Frei Francisco da Madre de Deus e a definição do papel dos tracistas oficiais da Ordem implicariam a adopção de um modelo unitário; 4) 1635-1700 - *Barroco carmelitano*: maior riqueza arquitectónica e decorativa. Existência de duas tendências: uma mais fiel ao estilo tradicional da Orem (Frei Nicolau da Purificação), outra mais inovadora sobretudo nas fachadas (Frei Alonso de S. José, Ávila); 5) Século XVIII - *Maior diversidade arquitectónica*: barroco tardio, rococó ou classicismo a partir de 1750, a par de modelos anacronicamente fiéis ao classicismo herreriano, como por exemplo, Frei José da Conceição (MUÑOZ JIMÉNEZ, 1990a: 45; MUÑOZ JIMÉNEZ 2014: 345-346; STURM, 2002: 74).

<sup>15</sup> Muito interessante é o paralelo que Beatriz BLASCO ESQUIVIAS estabelece entre os princípios que Santa Teresa, movida pelo seu sentido prático e resolutivo, defende para as construções carmelitanas, e três das categorias fundamentais da arquitectura definidas por Vitruvius na Antiguidade, e desenvolvidas

complemento (ou, se quisermos, a imagem estética correspondente a esses mesmos princípios) que ajudaria a definir aquele que os historiadores de arte reconhecem hoje como um verdadeiro estilo arquitectónico carmelitano (ou *modo próprio*<sup>16</sup>); ele constituiria nos séculos seguintes a principal corrente dentro da Ordem (ainda que anacrónica), já quando o Barroco, Rococó e Neoclassicismo tentavam impor os seus cânones estéticos. Este *estilo carmelitano* - que para a sua arquitectura escolhe a simplicidade do estilo toscano definindo, em simultâneo, uma tipologia que na cenografia urbana se assume como um elemento identitário da Ordem (facilmente reconhecível pela característica fachada das suas igrejas<sup>17</sup>) - é considerado já pelos historiadores *uma das mais importantes arquitecturas do Antigo Regime espanhol* (MUÑOZ JIMÉNEZ, 2014: 341), ou até mesmo como [Arquitectura Carmelitana] *a proposta mais espanhola da Idade Moderna*<sup>18</sup>.

Entre os principais factores que terão sido determinantes para a sua formação poderemos citar aqueles que resultam directamente de uma tomada de consciência da sua importância dentro da própria Ordem, a que não é alheio o papel que tiveram alguns definidores e priores que se ocuparam dos assuntos referentes à construção dos novos conventos<sup>19</sup> como, por exemplo, Alonso da Madre de Deus que no final do século XVII foi um dos seus mais importantes impulsionadores de obras de arquitectura (MUÑOZ JIMÉNEZ, 2014: 351). Através de dinâmicas e formação próprias<sup>20</sup>, assegurariam uma prática que conduziria a uma homogeneidade

---

posteriormente por Leon Battista Alberti e por todos os comentadores vitruvianos: *firmitas* (no recomendar que as construções da Ordem fossem fortes e mais que pudessem), *utilitas* (no defender da estreita relação entre forma e função, eliminando o supérfluo nessas mesmas construções), e *venustas* (no abolir da sumptuosidade e adorno, defendendo harmonia entre as partes (BLASCO ESQUIVIAS, 2004: 146-148).

<sup>16</sup> Por vezes definido também como *classicismo carmelitano*, *classicismo maneirista*, *estilo comum* ou *estilo carmelitano*, consolidado na tipologia do Real Mosteiro da Encarnação de Madrid (MUÑOZ JIMÉNEZ, 1990a: 22; STURM, 2002: 81).

<sup>17</sup> Rectângulo encimado por frontão triangular ladeado por esferas sobre plintos cúbicos; três arcos (podendo o central ser mais elevado) formando uma galilé, sobre a qual se repete uma composição tripartida constituída por uma grande janela central, acompanhada a um e outro lado pelas armas do Reino ou dos padroeiros e da Ordem. A par desta tipologia, de influência paladiana com nártex porticado (e a mais identitária da Ordem), juntam-se ainda outras duas tipologias menos divulgadas: fachada vignolesca (inspirada no modelo de Vignola para Il Gesù em Roma), e fachada com torres laterais que deriva do modelo vignolesco. (MUÑOZ JIMÉNEZ, 1990a: 64-73; STURM, 2002: 82-83).

<sup>18</sup> Expressão usada por A. BONET CORREA na conferência sobre "Arquitectura Carmelitana" em 27 de Março de 1985, em Ávila, nos *Actos conmemorativos del aniversario del nacimiento de Santa Teresa de Jesús* - citado em MUÑOZ JIMÉNEZ, 1990a: 22 e nota 8.

<sup>19</sup> Aos definidores gerais e provinciais cabia, por exemplo, verificar e até mesmo em alguns casos autorizar, modificar ou rejeitar os projectos para os novos conventos nas diversas províncias. Era também obrigatório que toda a intervenção com um custo superior a 100 ducados fosse sujeita à licença escrita do competente padre provincial (STURM, 2002: 64 e 75).

<sup>20</sup> MUÑOZ JIMÉNEZ elenca como elementos determinantes na definição da arquitectura carmelitana: uma clara normativa das suas constituições no que diz respeito às medidas e formas dos edifícios e, consequentemente, de um cânone arquitectónico; processo de aprendizagem dos arquitectos tracistas

construtiva<sup>21</sup> perfeitamente controlada pela normativa carmelitana<sup>22</sup>, essa homogeneidade configuraria a primeira versão da igreja carmelitana. Esta seria aplicada de imediato na Igreja de Santo Hermenigildo em Madrid<sup>23</sup>, que então se iniciava, e elevada à sua máxima expressão na Igreja do Convento da Encarnação da mesma cidade por Frei Alberto da Madre de Deus (1575-1635), carmelita descalço hoje reconhecido como um dos mais importantes arquitectos espanhóis de Época Moderna, que nela *teve o privilégio de reunir o protótipo da arquitectura carmelitana com a elegância da mais refinada arquitectura cortesã* (MUÑOZ JIMÉNEZ, 2001: 480). Nesta obra colaboraria também o não menos notável arquitecto, Juan Gómez de Mora (1586-1648)<sup>24</sup>.

---

dentro da Ordem com outros frades (ou irmãos leigos) arquitectos, e também através da colaboração com outros arquitectos de renome exteriores a ela; recurso à tratadística espanhola e italiana, bem como a outra produzida dentro da própria Ordem - como a de Frei Andrés de S. Miguel (?-1651), de Frei Juan del Santissimo Sacramento (?-1650) e de Frei Joaquin del Niño Jesús (?-1830); estreita articulação entre os princípios de rigor e simplicidade dos postulados teresianos, e o classicismo/herreriano do Escorial em que iria encontrar o modelo conveniente a esses mesmos princípios, o qual se perpetuaria anacronicamente no tempo (MUÑOZ JIMÉNEZ, 2014: 342-344).

<sup>21</sup> Também Saverio STURM enuncia um conjunto de factores que, através de um controlo apertado dos projectos para as novas fundações da Ordem, contribuíram para essa mesma homogeneidade construtiva: normativa métrico-tipológica bastante rígida, apesar de alguma liberdade compositiva nos quadros dos esquemas funcionais pré-fixados; triagem sistemática de projectos por um pequeno círculo de agentes; uma atenção especial na implantação da igreja, e nos aspectos distributivos, funcionais e de ordem decorativa e construtiva; entrega da responsabilidade da construção aos técnicos da Ordem; relação consolidada de alguns artistas com a Congregação (STURM, 2002: 152-153).

<sup>22</sup> Ver caixa de texto.

<sup>23</sup> Resultante das recomendações e da *traça moderada*, esta primeira versão da igreja carmelitana serviria de modelo para outras igrejas da Ordem - igreja de nave única, privada de capelas ou nichos laterais, com terminação rectilínea no presbitério, transepto de braços muito curtos, pilastras (e não colunas) de ordem toscana (preferidas pelo seu carácter de simplicidade), cobertura em abóbada e cúpula cega no cruzeiro; fachada coroada por frontão sobre pilastras laterais, portal único sobrepoiado por nicho com estátua e brasão da Ordem. Sobre este assunto veja-se, em especial: SAN JOSÉ O.C.D, 1948: 127-128; MUÑOZ JIMÉNEZ, 1990a: 28-30; STURM, 2002: 74-75. Em 1608 a intervenção de Francisco de Mora em S. José de Ávila iria trazer uma importante alteração a esta primeira tipologia, com a introdução de capelas laterais e fachada com pórtico, o que já tinha sido utilizado em Lerma (CERVERA VERA, 1982: 45-47 citado em STURM, 2002: 75). Viriam a ser adoptadas também quatro tipologias construtivas distintas (podendo ainda ser considerada uma quinta tipologia referente aos colégios): conventos masculinos (cujas igrejas poderiam ter uma ou três naves), conventos femininos (tipologias alteradas em relação aos masculinos devido às regras de clausura, e igrejas com apenas uma nave), hospícios e desertos (MUÑOZ JIMÉNEZ, 1990a: 47; STURM, 2002: 81).

<sup>24</sup> Sobrinho do arquitecto régio Francisco de Mora (1553-1610) que, como vimos, foi determinante para a arquitectura carmelitana (e fortemente influente na obra de Frei Alberto da Madre de Deus), Juan Gómez de Mora foi também ele arquitecto régio, ao serviço de Filipe III de Espanha, tendo sido nomeado em 1610 Mestre das Obras do Real Alcazar de Madrid. Responsável pela remodelação da Plaza Mayor desta cidade, trabalhou ainda no vizinho Convento da Encarnação obra em que protagonizou, em 1613, uma disputa com Frei Alberto da Madre de Deus a propósito da parede do convento que o Carmelita tinha tratado directamente com a Rainha, disputa essa que terá sido resolvida pelo Rei com uma solução salomónica (ANTONIO SÁENZ, 1987, citado em MUÑOZ JIMÉNEZ, 2001: 482).



Em conformidade com os princípios defendidos pela reforma teresiana, nas Constituições de 1581 (nas quais interveio S. João da Cruz como 3º definidor), no Capítulo 2º recomendava-se que as suas casas não fossem feitas com suntuosidade mas sim com simplicidade e que as celas não tivessem mais de 12 pés de “quadro”. A construção de novas edificações, feitas de raiz, iria impor a partir de finais do século XVI a procura de uma uniformização tipológica que daria origem à chamada *traça moderada* - em 1594 Elias de San Martin iniciaria um processo de homologação dos projectos, com a participação do tracista da Ordem Frei Francisco de Jesus. E em 1600 o Geral de Espanha, Francisco da Madre de Deus, reuniria todos os frades peritos em arquitectura para elaborarem um modelo-tipo para as futuras construções. Em 1604, as constituições emanadas do Capítulo de Pastrana (*Constitutiones Fratrum Discalceatorum B. Mariae de Monte Carmelo Congregationes Hispaniorum, auctoritate Apostolica Sanctissimi D. N. Clementis Papae Octavi auctae et recognite*, editadas em Uclés em 1623) determinam já que *não se fabrique nenhum convento nem se comece obra notável sem que seja precedida pela traça dos artífices da ordem, em que esteja delineada a forma que deverá ter (...) e que não se junte ou tire coisa alguma sem a especial licença do Padre Geral, e o consentimento do mesmo artífice* (MUÑOZ JIMÉNEZ, 1990a: 27). Nas *ACTAS Y DECLARACIONES de Leyes de los Carmelitas Descalços de la Congregacion de España*, impressas em 1700, vêm também explicitados numerosos preceitos sobre o papel dos tracistas, construção de edificios e proporções de alguns espaços (ver Fig.24 e caixa no fim do texto). Em 1754 a *Carta Pastoral* de Frei Manuel de Jesus Maria recomendava que se seguisse o tradicional estilo carmelitano, perante a progressiva tentação de adopção de um estilo mais decorativo, de acordo com os cânones estéticos então em vigor. No Capítulo Geral de Espanha celebrado em 1784 recomendava-se também que conventos e templos não deviam ser magníficos, definindo-se medidas e proporções para as várias dependências (II Parte Capítulo 6º - *Regla Primitiva y Constituciones de Los Religiosos Descalzos de la Orden de Nuestra Madre Santissima la Bienaventurada Virgen María del Monte Carmelo, de la Primitiva Observancia, en esta Congregacion de Espana é Indias, confirmadas por N. M. SS. P. y S. Pio Papa VI, en el dia 14 de Marzo del año de 1786, ano duodécimo de su pontificado. Traducidas del idioma latino al castellano.*

Madrid: Imprensa de D. Joseph Doblado, 1788): as igrejas deveriam ter de largura entre 7 e 8 metros e conforme o valor desta seriam determinadas outras medidas, nomeadamente a altura; os claustros não deveriam ter mais de 18 metros nem menos de 16 de um ponto a outro, com largura entre 2 e 3 metros; as celas não poderiam ultrapassar 3 metros quadrados, e a sua altura não poderia exceder os 3 metros, excepto as destinadas aos doentes que poderiam ser maiores; as oficinas inferiores teriam entre 3 e 3,5 metros de altura, de modo que as paredes do convento desde o pavimento do claustro até ao tecto medissem 6 metros. Para a normativa referente à arquitectura dos *Carmelitas Descalços* veja-se, entre outros: SAN JOSÉ O.C.D., 1948: 117-119; ECHEVERRIA GONI y FERNANDÉZ GRACIA 1982; MUÑOZ JIMÉNEZ, 1990<sup>a</sup>; NARVÁEZ i CASES, 1995; STURM, 2002; CALVO, 2011. Entre nós até à criação da *Congregação da Beatíssima Virgem Maria do Monte Carmelo* em 1772/3, e pelos exemplares que conseguimos consultar, circulavam as constituições espanholas redigidas em castelhano, ainda que algumas delas impressas em Portugal. Delas sobressaem, pelos dados que nos fornecem relativos à organização espacial dos conventos, as publicadas em 1653 [Fig.3], que referem: *Não se façam curiosamente os Conventos das nossas Religiosas (excepto a Igreja) e edifiquem-se conforme as plantas que os tracistas da nossa Ordem fizerem, e não de outra maneira, e nos edifícios se cumpra a necessidade, e não a superfluidade. As paredes façam-se o mais forte possível, e a cerca alta não tenha menos de 19 a vinte pés desde a superfície da terra. Sejam as hortas capazes, de maneira que possa haver campo, em que se façam Ermidas, para que as Monjas se possam apartar e fazer oração (a exemplo dos santos Padres) as quais não serão encostadas à cerca: e nenhuma janela do Convento dê para a rua, senão para dentro da clausura, e todas as que derem para a horta tenham grades.* (REGLA E CONSTITUICIONES, 1653: Cap. XII, nº 5). Estas constituições são impressas num período em que na Província de S. Filipe existiam apenas os conventos femininos de Santo Alberto (1585) e o Convento de Santa Teresa de Carnide (1642) fundado pela Madre Micaela Margarida de Sant'Ana (1582-1663), o qual deveria estar então em plena construção. Nesta Província, no século XVII, assistiríamos ainda à fundação dos conventos femininos de S. João Evangelista em Aveiro (1658), e ao de Nossa Senhora da Conceição dos Cardais em Lisboa (1681). Em 1665 em Lisboa, seriam também publicadas em latim, as





Fig. 3. Folha de rosto de *Regla y constituciones de las religiosas primitivas descalças de la Orden de la gloriosissima Virgen Maria del Monte Carmelo*. Lisboa: Officina Craesbeeckiana, 1653. BNP S.C. 6678 P. Foto de Teresa Campos Coelho.



Fig. 4. Folha de rosto de *Constituciones Fratrum Discalceatorum Beatissimae Virginis Mariae de Monte Carmelo Primitivae observantiae, Congregationis Hispaniae*. Lisboa: Apud Henricu Valentem Oliveriam, 1665. AOCDF. Foto de João Loureiro.

*Constituições dos Carmelitas Descalços da Congregação de Espanha* confirmadas por Alexandre VII em 1658 [Fig.4]. Outras constituições seriam publicadas, já depois da criação da *Congregação da Beatíssima Virgem Maria do Monte Carmelo*, no reinado de D. Maria I em 1790, com alguns aditamentos aos diferentes capítulos [Fig.5]. Teremos assim, na *Adição* ao capítulo XII, ponto 3, as punições previstas para alterações feitas nos edifícios não autorizadas pelo Definitório: *As Preladas terão hum grande cuidado na observancia de tudo o que fica estabelecido ácerca dos edificios: e não poderão accrescentar, diminuir, ou mudar cousa alguma no todo, ou em parte de qualquer edificio, do Convento, nem fazer de novo Tribunas, ou Retabulos de quaesquer Altares, concertar, ou mudar os que estiverem feitos sem licença escrita do Definitorio, e planta approvada pelo mesmo. A Prelada, que o contrario fizer, será privada do officio por quatro mezes; e as subditas, que nisso forem culpadas, serão castigadas com a pena de privação de voz, e lugar pelo mesmo tempo; e as*



Fig. 5. Folha de rosto de *Regra Primitiva e Constituições das Religiosas Descalças da Ordem da Gloriosíssima Virgem Maria do Monte do Carmo* (1790). AOCDP. Foto de João Loureiro.



Fig. 6. Folha de rosto da *Primeira Parte das Constituições dos Carmelitas Descalços da Congregação de Portugal* (1817). AOCDP. Foto de João Loureiro.

que não tiverem voz e, lugar, com outra pena proporcionada esta (REGRA PRIMITIVA E CONSTITUIÇÕES, 1790: pp.129 e 130). Em 1817 seriam publicadas as *Constituições para uso dos irmãos leigos* [Fig.6]: a par da recomendação de pobreza na fabrica dos edifícios, no Ornato dos Templos, Altares, e em tudo o mais que haja de servir ao uso, como é usual na Ordem desde as primeiras constituições, determina-se também que o Convento será de hum só andar térreo, e que nenhum Superior possa conceder licença aos Seculares para ter o direito de Padroado, Capela ou Sepultura própria nas Igrejas, ou até mesmo edificar nelas Coros, ou Tribunas, ou abrir portas, janelas ou frestas, competências atribuídas ao Definitório e ao Capítulo Geral, respectivamente; recomenda-se ainda, entre outros, o uso restrito de alfaia de ouro ou prata, e para o Deserto (Buçaco) que os Altares serão pintados á similhaça de marmore, ou de outra cor, com frizos dourados (pp. 93, 94, 270 e 271). Agradecemos ao investigador João Loureiro ter-nos fornecido estes elementos pertencentes ao Arquivo da Ordem dos Carmelitas Descalços de Portugal (AOCDP).

A tipologia da igreja carmelitana seria exemplificada no templo que Frei Alonso da Madre de Deus (1628-1708) mandou construir na casa natal de S. João da Cruz em Fontiveros, o qual reproduz em menor escala, como se de uma maquete se tratasse, as linhas e modelos mais característicos do estilo carmelitano<sup>25</sup>.

Como foi salientado por diversos historiadores, entre os factores que contribuíram também para a formação deste estilo está o papel determinante que arquitetos e tracistas formados dentro da Ordem (e/ou em contacto com importantes arquitectos a ela exteriores) tiveram na definição das tipologias e controle da própria construção (MUÑOZ JIMÉNEZ, 2014: 342-344; STURM, 2002: 149-154).

Referimos já como em 1604, em Pastrana, se determinava que não se fabricasse nenhum convento ou obra notável sem que resultasse da traça de um dos artífices da Ordem. Aos tracistas (existiria pelo menos um por cada Província) juntavam-se os mestres da Ordem a quem caberia solucionar problemas menores e mais práticos, nomeadamente na ajuda da implantação do convento e igreja, vigiando a sua execução (MUÑOZ JIMÉNEZ, 2014: 349-350), muitos deles *irmãos leigos* ou *donados*<sup>26</sup>. Estes desempenhariam também um papel importante na vida económica

<sup>25</sup> Para este assunto veja-se: MUÑOZ JIMÉNEZ, 1998: 109-128; MUÑOZ JIMÉNEZ, 2014: 361. Este autor traça-nos também um resumo biográfico deste Padre Geral devoto de S. João da Cruz (1546-1591) que ocupou os mais altos cargos dentro da Ordem - Leitor em Salamanca, Prior em Ávila, Valladolid, Alba de Torres e Segóvia, Reitor em Salamanca, Provincial de Castela-a-Velha, três vezes Definidor Geral, e Geral de toda a Espanha, tornar-se-ia um dos mais importantes promotores da arquitectura do *Carmelo Descalço* (MUÑOZ JIMÉNEZ, 2013: 275).

<sup>26</sup> Uma explicação interessante sobre os *irmãos donados* e o seu estatuto na Ordem, é-nos dada por Frei João do SACRAMENTO, na *Crónica dos Carmelitas Descalços* (Tomo II), publicada em 1721: *Fundou-se esta como as outras províncias da nossa reforma em religiosos coristas e leigos conforme o estilo comum das repúblicas monásticas, política e sagrada mente derivado da celeste monarquia onde repartidos em diversas jerarquias se aplicam os anjos a diferentes ministérios, bem que todos servem ao mesmo Senhor ou cuidando da custódia dos homens e governo do universo, ou contemplando unicamente na face do eterno Pai. Porém mostrando a experiência que equivocando-se uns religiosos com outros na forma e cores do hábito pedia o concurso dos negócios que em cada um dos conventos se ofereciam; arbitraram os superiores instituir uma nova espécie de frades que com o hábito e com nome diferente dos outros pudessem sair sós às colheitas das esmolas dos fiéis e empregar-se no serviço das casas. Porém não intentaram com esta novidade extinguir a antiga classe dos irmãos leigos senão conservá-la em menor número do que existia antes. Conforme a isto não excedem em cada provincia o número de dez salvo o definitório geral dispensa com mais algum e ordenam as actas capitulares que sejam artífices dos officios mais precisos nas comunidades. A confusão gerada em torno do seu estatuto levou à necessidade de a Igreja fazer alguns esclarecimentos ao longo dos anos em virtude de estes não serem obrigados a fazer, inicialmente, os votos religiosos, tal como se pode verificar no Breve de Urbano VIII de 1638 sobre os mesmos, que Frei João do SACRAMENTO também publica e traduz, e que aqui transcrevemos em parte: ...no Capítulo terceiro da segunda parte, que trata da recepção e profissão dos Irmãos Donados, se determina, que de licença do Provincial e por votos secretos do Convento, se recebam três, ou quatro Irmãos para cada uma das Casas, com Hábito e nome de Donados, distinto do que trazem os outros Religiosos, sem capelo, e com capa de cor parda, para buscar as esmolas com que os seus Irmãos se sustentem e juntamente para os outros serviços das Casas, aos quais não podem acudir os outros Religiosos, como ocupados da Oração, Contemplação e outros ministérios da Igreja (...) se determina que depois de dois anos façam os seus votos simples, os quais feitos, se procederem na Religião louvavelmente cinco anos, de licença do Provincial e votos secretos do Convento (intervindo a sua devota petição) se admitam à profissão solene; e assim admitidos e passado o ano inteiro da sua aprovação e Noviciado e propostos*

da Ordem, nomeadamente no fornecimento de mão de obra especializada no campo das artes - alguns deles eram oriundos de famílias de artistas e, como tal, já treinados nos diferentes campos artísticos<sup>27</sup>.

Isso mesmo é provado pela *Carta Pastoral* que em 1698 o Geral Frei Juan de la Anunciación difunde, na qual recomendava que os irmãos *laicos* aceites nas comunidades fossem *artesãos de qualquer arte que pudesse servir a Ordem, e que nessas artes não fossem principiantes*<sup>28</sup>. E leigo terá sido também o primeiro arquitecto da Ordem, segundo o testemunho que nos deixou Frei José de Santa Teresa a propósito do 4º Capítulo Geral celebrado em Madrid em 1594 e do importante papel que Frei Elias de San Martín teve para o desenvolvimento da arquitectura carmelita *dió facultad al Hermano Fray Francisco de Jesus, buen Arquitecto lego de profesión, y el primeiro de la Ordem*<sup>29</sup>.

A outros notáveis carmelitas seriam reconhecidas também capacidades técnicas - basta citar o próprio S. João da Cruz que tinha conhecimentos rudimentares de carpintaria adquiridos na sua infância em Medina del Campo (MUÑOZ JIMÉNEZ, 2014: 353), ou Ambrósio Mariano cuja experiência em engenharia hidráulica terá sido utilizada por Filipe I no Tejo, antes de ele ter abraçado o Carmelo Descalço, como nos relata Frei Belchior de Santa Anna no Tomo I das *Crónicas dos Carmelitas Descalços: chamado do Duque de Seza, para fazer certas traças em que andava ocupado quando lhe foram às mãos cartas do Rei Dom Filipe, o Prudente, que lhe mandava nelas chegasse à corte; porque o queria empregar em tirar do Tejo algumas levadas de água para a veiga de Aranjuez* (SANTA ANNA O.C.D., 1657: 84).

Dentro da Ordem a aprendizagem far-se-ia na prática adquirida ao lado de um dos mestres<sup>30</sup>, prática essa apoiada também na leitura de manuais de carpintaria

---

*três vezes ao Convento e aprovados dele como os outros Religiosos por votos secretos e guardadas todas as outras circunstâncias que se devem guardar, façam os três votos substanciais de Religião, Obediência, Castidade e Pobreza, segundo a Regra primitiva da dita Ordem, sem mitigação até à morte, na mesma forma que os outros Religiosos da dita Congregação prometendo-os espontaneamente nas mãos dos seus Superiores, retendo porém o Habito e nome de Donados* (SACRAMENTO O.C.D., 1721: Livro V, Cap. VIII). Entre os *irmãos donados* mais importantes que exerceram a profissão de arquitecto, poderemos referir o nome do célebre Frei Alberto da Madre de Deus, ou do português Frei Alberto da Virgem.

<sup>27</sup> MUÑOZ JIMÉNEZ refere que em Espanha, dos mais de sessenta nomes conhecidos de artistas carmelitas, só constam cinco com uma tradição familiar artística, embora devam existir mais; convertidos em irmãos leigos, nunca se terão ordenado sacerdotes (MUÑOZ JIMÉNEZ, 2014: 353).

<sup>28</sup> ANUNCIACION O.C.D., 1698, citado em MUÑOZ JIMÉNEZ, 1990a: 28 e nota 24, e em STURM, 2002: 78.

<sup>29</sup> SANTA TERESA O.C.D., 1683: 4, citado em PONCE DE LEON, 1997: 123, e em CALVO, 2011: 226.

<sup>30</sup> MUÑOZ JIMÉNEZ refere que a partir dos vinte e dois casos de artífices estudados dos quais dispõe dados seguros, sete anos e meio é o tempo que medeia entre a tomada do hábito regular (cerca dos vinte e um anos) e a execução de uma primeira traça conhecida (trinta e seis anos, média que depois de ponderada, pode baixar para os vinte e oito anos e meio), tempo mais que suficiente para uma formação prática e teórica sob tutela de um mestre mais experimentado, e consulta de tratados. O autor refere ainda que

e na tratadística, nomeadamente na que foi elaborada por membros de outras comunidades religiosas, como terá acontecido com o tratado do agostiniano Frei Lorenzo de San Nicolás *Arte y uso de la Arquitectura*<sup>31</sup>.

Prática e reflexão teórica levariam a que alguns carmelitas fossem, por sua vez, autores de tratados - neste âmbito distinguem-se os trabalhos de Frei André de San Miguel (1577-1652) na Nova Espanha, carmelita pioneiro na produção teórica sobre arquitectura, Frei Juan del Santíssimo Sacramento (1611?-1680) - pintor elogiado por Palomino, que tinha também amplos conhecimentos de arquitectura - e, já mais tarde, Frei Joaquín del Niño Jesus (1760-1830) a quem a historiografia tem vindo a dedicar maior atenção e bibliografia<sup>32</sup>.

Embora muitos dos artífices carmelitanos tenham permanecido no anonimato, o trabalho de alguns tracistas e arquitectos não se limitaria a uma actividade no seio da Ordem, na qual estavam sujeitos aos cânones estéticos por ela definidos - muitos deles afirmaram-se também como arquitectos de notável talento nos projectos que elaboram para encomendadores privados ou para outras ordens religiosas, demonstrando estarem a par de toda a evolução da arquitectura da época - um dos casos mais emblemáticos é o de Frei Alberto da Madre de Deus que, trabalhando para diversos encomendadores (com especial enfoque para o Duque de Lerma) revela na sua obra uma forte influência da “arquitectura cortesã”, como já vimos na expressão utilizada por Muñoz Jimenez para definir a sua intervenção na Igreja da Encarnação de Madrid.

Apesar da controvérsia em torno da intervenção de Frei Alonso de S. José para Ávila, que anuncia já a permeabilidade a outros estilos que se faziam sentir na arquitectura da Ordem a partir de meados do século XVII e durante todo o século XVIII, os seus tracistas e arquitectos foram, sem sombra de dúvida, os agentes fundamentais na definição do chamado *estilo carmelitano*.

---

destes vinte e dois casos, cinco conheciam os livros, e nove destes tracistas de título oficial carmelitano, eram sacerdotes que na maioria dos casos chegaram a ser vigários, priores e até definidores da Ordem em Espanha (MUÑOZ JIMÉNEZ, 2014: 355-356).

<sup>31</sup> Publicado em duas partes, em 1633 e 1663, as noções técnicas e teóricas que integra terão exercido uma notável influência na arquitectura até ao século XVIII, especialmente da Andaluzia - sobre este assunto veja-se: LOPEZ GAYARRE, P. A., 1989, citado em MUÑOZ JIMÉNEZ, 1990a: 41 e nota 47, e em STURM, 2002: 78.

<sup>32</sup> Para estes tratadistas veja-se, entre outros trabalhos: MUÑOZ JIMÉNEZ, 2014: 348-349; STURM, 2002: 86-99; NARVÁEZ CASES, 2002; Site *Castell Interior* de 4 de Dezembro de 2014 (disponível em <https://castellinterior.com/2014/12/04/el-tracista-carmelita-fra-josep-de-la-concepcio-protagonista-de-larquitectura-del-barroc-catala/>) e de 7 de Janeiro de 2019 (disponível em <https://castellinterior.com/2019/01/07/joaquin-del-nino-jesus-fandos-sierra-1759-1830-principios-de-albanileria-versio-digital/>), publicações com ampla bibliografia sobre o assunto.



Voltando a citar Muñoz Jiménez: *há que recordar como ao longo de mais de dois séculos e meio se mantém uma fidelidade, raras vezes não cumprida, a traças reguladas, numa atitude de clara anacronia - que se converte em verdadeira diacronia estilística* (MUÑOZ JIMÉNEZ, 2014: 360).

## Estudos sobre o Património Artístico da Ordem em Portugal

Contrariamente ao que aconteceu em Espanha, onde nas últimas décadas o estudo sobre os Carmelitas Descalços e a sua expressão artística, em especial no domínio da arquitectura, tem assistido a uma enorme evolução, com uma vasta produção bibliográfica produzida pelos mais reputados historiadores de arte (como ficou comprovado nos pontos anteriores), em Portugal está ainda por fazer uma análise pormenorizada das suas fundações no nosso território. A este facto não é alheia a grande ausência documental, resultante da extinção das ordens religiosas em 1834, com dispersão da documentação, na sua esmagadora maioria ainda por localizar, o que tem dificultado bastante o trabalho dos nossos investigadores.

Aos quatro tomos das *Crónicas dos Carmelitas Descalços*<sup>33</sup>, viriam juntar-se ao longo dos tempos outros trabalhos<sup>34</sup>, nomeadamente os que resultaram do

<sup>33</sup> Como referimos anteriormente (veja-se supra nota 10), para a Província de S. Filipe, criada em 1612 (e depois da separação com Espanha em 1772, designada por *Congregação da Beatíssima Virgem Maria do Monte Carmelo*), seriam escritos quatro tomos de *Crónicas*: I Tomo escrito em 1657 por Frei Belchior de SANTA ANNA (SANTA ANNA O.C.D., 1657: 3), o II Tomo datado de 1721 por Frei João do SACRAMENTO (SACRAMENTO O.C.D., 1721), o III Tomo, da autoria de Frei José de Jesus MARIA (MARIA O.C.D., 1753) e, finalmente, o IV Tomo, ainda manuscrito e inédito, escrito por Frei Manuel de S. BENTO entre 15 de Agosto de 1799 e 4 de Abril de 1800, transcrito por Frei José Carlos VECHINA. Temos também da existência também de outros cronistas: Frei João do SACRAMENTO refere que no tempo que decorreu entre Frei Belchior SANTA ANNA e ele foram nomeados “primeiro ao P. Fr. Francisco do Santíssimo Sacramento em 30 de Janeiro de 1665, depois ao P. Fr. André dos Reis pelos anos de 1667 (Liv. 2 dos definit, fol 101)” (SACRAMENTO O.C.D., 1721: *Prologo. Aos que lerem*). Referida é também a existência de Sebastião de São Cirilo (1571-1667), que cerca de 1667 terá escrito *Factos históricos acontecidos nesta Provincia* [S. Filipe], *com as vidas de algunos religiosos, que florescerão em virtude* (GRAS, 2018). Mais recentemente destacam-se no Carmelo Descalço em Portugal os nomes de Frei David do Coração de JESUS, Frei Jeremias Carlos VECHINA (recentemente falecido) e Frei José Carlos VECHINA, arquivista da Ordem. A estes junta-se Frei Silvério de SANTA TERESA que escreve também sobre a província portuguesa de S. Filipe.

<sup>34</sup> Não cabendo aqui a listagem exaustiva destes trabalhos, referiremos apenas aqueles que no âmbito do Património Artístico da Ordem em Portugal, constituíram monografias em livro, ou resultaram de trabalhos académicos, a saber: *Convento de Nossa Senhora dos Remedios dos frades carmelitas descalços, Marianos em Lisboa: precedido de um estudo biographico ácerca de Salvador de Sá e Benevides e seu jazigo* (DAGGE, VARNHAGEN, 1872), *O Convento de Nossa Senhora dos Remédios: Convento dos Marianos* (VIEIRA, 1938), *O convento de N. S. dos Remédios* (FIGUEIREDO, 1943), *A reforma teresiana em Portugal* (JESUS, 1962), *Retábulos e painéis no Convento dos Cardaes* (RITA, BEJA, KLÜLL, 1992), *Carmelitas Descalços - Teresias - em Pernambuco. Padroado e vida conventual* (PONCE DE LÉON, 1995), *O Convento dos Cardaes: veios da memória* (AAVV, VIEIRA coord, RAPOSO coord., 2003), *A Basílica da Estrela: Real Fábrica do Santíssimo Coração de Jesus* (COSTA, 2004), *Descalços e de Burel Vestidos - Convento de Nossa Senhora do Carmo em Figueiró dos Vinhos* (MARQUES, 2009), *O Convento de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> do Carmo de Figueiró dos Vinhos no contexto*

importante impulso que constituiu para o conhecimento da Ordem em Portugal a realização do Congresso Internacional: *A Reforma Teresiana em Portugal* (Fátima, *Domus Carmeli*, 22 a 24 de Outubro de 2015)<sup>35</sup>, a partir do qual seriam produzidos outros importantes estudos, nomeadamente no campo das Artes no âmbito da arquitectura, retabulística, pintura e azulejaria<sup>36</sup>. Alguns destes trabalhos debruçam-se sobre importantes questões da arquitectura, nomeadamente no que diz respeito às variantes tipológicas e aplicação da normativa da Ordem nos conventos da nossa província<sup>37</sup>.

---

*da Província Portuguesa de S. Filipe de Portugal* (LUCAS, 2012), *Os carmelitas descalços em Braga e a real irmandade de Nossa Senhora do Carmo (1758-1834)* (SILVA, 2018), *A azulejaria barroca nos Conventos da Ordem do Carmo e da Ordem dos Carmelitas Descalços em Portugal* (CARRUSCA, 2015), *Retábulos da Ordem dos Carmelitas Descalços* (LAMEIRA, LOUREIRO, VECHINA, 2015), *Convento de Santa Teresa de Jesus de Carnide: o Falar das Pedras* (AAVV, BORGES coord, 2016), *Santa Teresa de Jesus na azulejaria e pintura do século XVIII* (MARINHO, 2018).

<sup>35</sup> *Actas do Congresso Internacional "A Reforma Teresiana em Portugal" - 2015*, Marco de Canaveses: Edições Carmelo, 2017 (AAVV, TEIXEIRA O.C.D., coord., 2017). De referir ainda outros Congressos ou Encontros de interesse para o estudo do Património Artístico da Ordem em Portugal, onde foram apresentadas comunicações sobre esse mesmo património: Ciclo de conferências "Convento de Nossa Senhora dos Remédios e a Ordem do Carmo em Portugal e no Brasil", (Évora, 2013), Congresso Internacional "Os Carmelitas no Mundo Luso-Hispânico - História, Arte e Património" (Lisboa, Sociedade de Geografia, 19 a 22 de Julho de 2017) e, mais recentemente, o Ciclo de Conferências "Apresentação da Comissão de Estudos Históricos e Património Cultural" (Fátima, *Domus Carmeli*, 28 de Abril de 2018).

<sup>36</sup> Na impossibilidade de apresentar aqui todo o elenco de participantes e respectivas comunicações, remetemos para as referidas actas.

<sup>37</sup> Sobre a variante tipológica e a normativa na Província Portuguesa salientamos os seguintes trabalhos: Ponce de LÉON (PONCE DE LÉON, 1995; 1997: 126 a 131, 157 a 161) a propósito do Convento de Santa Teresa em Olinda; Sandra Costa Saldanha a propósito do Convento do Coração de Jesus em Lisboa (COSTA, 2002; 2004); Eduardo DUARTE, sobre o Convento dos Cardais em Lisboa (DUARTE, 2003: 71 a 107); Paulo Varela GOMES que analisa a tipologia do Convento do Buçaco (GOMES, 2004; 2005) e a arquitectura das igrejas conventuais femininas da Ordem (GOMES, 2007: 263 a 267); Miguel SOROMENHO sobre a intervenção de Teodósio de Frias no Convento de Corpus Christi em Lisboa (SOROMENHO, 2004); Margarida Herdade LUCAS que analisa as proporções dos espaços do Convento de Figueiró dos Vinhos, comparando-as com as determinações das constituições carmelitanas (LUCAS, 2012); Filomena MONTEIRO e Maria do Céu TERENO sobre os conventos carmelitanos de Évora (MONTEIRO 2011; TERENO 2013; TERENO, MONTEIRO, 2016); Teresa de Campos COELHO, sobre a tipologia e intervenção dos Nunes Tinoco em Santa Teresa de Carnide (COELHO, 2016). A par dos trabalhos que mencionámos anteriormente, não podemos deixar de citar outros que surgiram de interesse para o estudo dessa mesma arquitectura em Portugal, nomeadamente nos dois congressos já realizados. Teremos assim, no Congresso *A Reforma Teresiana em Portugal* (Fátima 2015): Solange ARAÚJO, *Convento de Santa Teresa de Ávila em Salvador - inserção, tipomorfologia e património*; Miguel PORTELA, *Uma arquitectura para a oração: os claustros dos conventos dos Carmelitas Descalços em Portugal (séculos XVI-XVII)*; Teresa de Campos COELHO, *O arquitecto João Nunes Tinoco (c. 1616-1690) e a sua actividade junto dos Carmelitas Descalços*; Maria do Céu TERENO, Marízia PEREIRA e António TERENO, *Hidráulica de Conventos Carmelitas Descalços em Évora: Convento de Nossa Senhora dos Remédios e Convento de São José da Esperança*; Filipe Gonçalves TEIXEIRA, *O Deserto do Buçaco: paisagem do sagrado. A herança dos Carmelitas Descalços*. Também no Congresso *Os Carmelitas no Mundo Luso-Hispânico - História, Arte e Património* (Lisboa 2017) surgiram outras comunicações de interesse para a mesma temática: Patrícia ALHO, *O ciclo da água no Convento de Nossa Senhora dos Remédios de Lisboa. Análise ao sistema hidráulico superior*; Filipe Gonçalves TEIXEIRA, *O Santo Deserto do Bussaco. Da autenticidade e da integridade da mais complexa cerca conventual de legado dos Carmelitas Descalços*; Ana Assis PACHECO, *Dona Marianna de Cardenes, fundadora de ermidas de habitação no Buçaco e na Arrábida (séc. XVIII)*; *Entre a Regra e a Arquitectura: apontamentos sobre a obra de alguns tracistas na Ordem dos Carmelitas Descalços*, comunicação por nós feita em colaboração com Miguel PORTELA. Outros autores, relacionados com as obras de Frei Pedro da Conceição, virão citados ao longo da análise das respectivas obras.

Este Congresso evidenciou também a necessidade urgente da formação de uma grupo de trabalho que divulgasse e fomentasse esses mesmos estudos, nascendo assim a *Comissão de Estudos Históricos e Património Cultural*<sup>38</sup> (e a sua revista *Studia Carmelita* que agora se publica), na qual se integrou não só a maioria dos participantes nesse Congresso, bem como outros investigadores que, desde então, têm demonstrado interesse em participar neste projecto.

Deste modo, os nossos investigadores têm vindo a fomentar o desenvolvimento de trabalhos que se debruçam sobre a presença da Ordem em Portugal, no qual se inclui o projecto agora em curso sobre o estudo das fundações e da arquitectura carmelitana em território nacional com o apoio da referida Comissão<sup>39</sup>.

Dada a integração da Província portuguesa de São Filipe na Congregação espanhola (e inevitável obediência à normativa imposta para a mesma) desde a sua fundação até ao 3º quartel do século XVIII (quando se formou a *Congregação da Beatíssima Virgem Maria do Monte Carmelo* em Portugal em 1772), os muitos trabalhos que em Espanha se têm publicado sobre o Carmelo Descalço no Espaço Ibérico têm sido um auxiliar precioso para a definição de uma metodologia de trabalho e, conseqüentemente, para o estudo da Ordem em Portugal.

### **Alguns tracistas e artífices da *Província de S. Filipe do Reino de Portugal*, e um tratadista carmelita descalço português**

A já citada escassez de dados e documentação tem tornado difícil o estudo sistemático das características e enquadramento da arte dos Carmelitas Descalços entre nós. Mais difícil se torna a elaboração das biografias dos seus verdadeiros protagonistas, muitos deles trabalhando anonimamente na estrutura da Ordem. Basta referir que nas quatro Crónicas conhecidas para a Província Portuguesa<sup>40</sup>,

<sup>38</sup> Sob orientação do Reverendo Padre Joaquim Teixeira, Provincial da Ordem quando da realização do Congresso, realizado em 2015.

<sup>39</sup> Partindo do inventário das fundações dos Carmelitas Descalços em território nacional (LOUREIRO, 2017) pretende-se, assim, fazer o estudo e análise dos diferentes edifícios à luz das muitas influências e factores que os originaram, tendo em especial atenção: aplicação das directivas das diferentes *Constituições* na prática da sua arquitectura; tipologia e estilo carmelitano; papel que arquitectos e tracistas tiveram dentro da própria Ordem (e até mesmo no discurso da arquitectura civil) e conseqüente influência mútua entre arquitectura religiosa e civil; listagem de artistas que trabalharam para a Ordem, com enfoque para aqueles que a ela pertenciam, e análise das respectivas obras; integração e especificidade da produção nacional no contexto ibérico.

<sup>40</sup> Frei José Carlos VECHINA diz-nos, na *Apresentação* do Tomo IV das *Crónicas* que, como afirmámos anteriormente, está ainda inédito e foi por ele transcrito, que é possível que fosse escrito um V Tomo das



são referidos os nomes de pouquíssimos artífices e apenas de dois arquitectos - Frei Alberto da Virgem, e Marcos de Magalhães, arquitecto exterior à Ordem.

O primeiro, cuja actividade foi já referenciada por alguns autores a propósito da sua intervenção na escolha do local para a implantação de um *Deserto* (Buçaco), como cita Frei João do Sacramento no Tomo II das *Crónicas: Para mais pública e conhecida benevolência do seu ânimo mandou o padre geral no ano seguinte de 1626 ao definidor Fr. António que passasse a Portugal a escolher o sítio, comissão que o padre estimou pela causa e agradeceu pela confiança que se punha nele. Tomando por seu companheiro ao Irmão Alberto da Virgem, também português, natural da vila de Chaves e arquitecto de fama, partiu com ele para o reino.* (SACRAMENTO, 1721: Lº IV, cap. IX nº 78)<sup>41</sup> - sobre este arquitecto Frei João do Sacramento elabora ainda um pequeno resumo biográfico no final do mesmo Tomo<sup>42</sup>.

No entanto, ao analisarmos agora em pormenor os quatro Tomos das *Crónicas*, podemos verificar que a sua actividade como tracista na Província de Portugal não se limitou ao Buçaco, mas começou efectivamente alguns anos antes, na fundação do Convento de Nossa Senhora do Carmo no Porto (1617), e na do convento homónimo em Viana do Castelo (1618)<sup>43</sup>. Da sua participação no Porto dá-nos testemunho Frei

---

*Crónicas da Ordem em Portugal*, pois no Capítulo Geral celebrado em 1808 foi nomeado Cronista Geral o P. Fr. João do Espírito Santo (S. BENTO O.C.D.,1800-1990: *Apresentação*).

<sup>41</sup> Interessante é a justificação que é dada na decisão final tomada, quando em 1626 o Padre Geral vem visitar Portugal, na escolha do local para implantar o *Deserto*, preferindo o Buçaco a Sintra, por esta ser *corte na aldeia* e, como tal, contrária aos princípios carmelitanos de pobreza e de isolamento: *Como se ali não o conduzira mais que a serra de Cintra levando na sua companhia ao padre definidor, Fr. António, ao padre provincial, secretários e o Irmão Alberto, foi ao convento de Cascais e sem demora ver a serra de Cintra, em distância de duas léguas. Correu e discorreu o distrito e havendo-o registado todo, fez juízo de que era corte na aldeia, povoado de quintas, conventos, paços reais; o que tudo servia mais para casa de recreio e regalo que, no ser retiro, buscavam os reis e grandes de Portugal, que para casa de compunção, penitência e soledade como os carmelitas portugueses deviam pretender e solicitar como bons ermitãos* (SACRAMENTO, 1721: Lº IV, cap. IX nº 87) - sublinhados nossos.

<sup>42</sup> "Alberto da Virgem", *Índice dos Pontos Principais que neste Segundo Tomo se Contem. No qual unicamente se expressa o número dos parágrafos para inconfuso e facil encontro das matérias que se procuram: Irmão donado, natural de Chaves, professo de Castela e arquitecto de ofício veio com o P. Definidor Geral Fr. António do Santíssimo Sacramento buscar o sítio para a fundação do deserto da provincia. Examinou a serra do Bussaco. Foi destinado para um dos fundadores da mesma casa.* (SACRAMENTO, 1721: *ÍNDICE*) - sublinhados nossos.

<sup>43</sup> Fundados por iniciativa de Fr. Martinho da Madre de Deus, de acordo com a decisão do Definitório de 14 de Janeiro celebrado no Convento dos Remédios em Lisboa, do plano fazia ainda parte a fundação de um terceiro convento em Tomar, a qual não ocorreu por ser demasiado perto de Figueiró dos Vinhos (SANTA ANNA O.C.D., 1657: cap.VII, 633). A fundação prevista para Tomar daria lugar, mais tarde, à fundação do *Deserto* do Buçaco. Frei João do Sacramento no Tomo II das *Crónicas*, dá-nos mais alguns esclarecimentos sobre a fundação destes conventos: *sendo prelado superior desta provincia, alcançado por intervenção de D. Francisco de Sandoval e Roxas, primeiro duque de Lerma, um alvará de licença para erigir três conventos neste reino em virtude do qual estava já fundado o de Nossa Senhora do Carmo na cidade do Porto e outro da mesma invocação na vila de Viana, Foz do Lima* (SACRAMENTO O.C.D.,1721: Lº IV, cap. XII,101).. Muito interessante é a referência à intervenção do importante I Duque de Lerma (1553-1625),

Belchior de Santa Anna, no Tomo I: *Comunicou logo por carta os seus desejos ao governador daquela cidade [Porto], Diogo Lopes de Sousa, depois conde de Miranda, senhor de grande autoridade, ilustríssimo e perfeitíssimo varão em cargos de paz em quem se achavam com vantagens o político e prudente como cristão por excelência heróico. Festejou ele muito os intentos do Padre provincial e respondeu-lhe: Que os prosseguisse e executasse com pressa porque queria favorecê-las com cuidado igual à devoção que tinha aos religiosos carmelitas descalços (...)* O governador Diogo Lopes de Sousa por ter bem entendido o grau da sua virtude pelo trato contínuo que tinha com eles ficou-lhes com tanta afeição que ia muitas vezes ao convento e tratava-os com notável chaneza (...) Chegou a tanto a estima que fazia até do mínimo irmão donado que escolheu para padrinhos de uma filha e um filho aos irmãos Belchior de Jesus e Alberto da Virgem como diremos nas suas vidas (SANTA ANNA O.C.D., 1657: cap.V, 633; cap.VI, 643). E sobre a sua intervenção em Viana do Lima, na sequência das decisões tomadas no Capítulo celebrado em Lisboa em Maio de 1618, diz-nos ainda o mesmo cronista: *Foi ali o Irmão Fr. Alberto, tracista da Ordem com cujo parecer resolveu-se em buscar outro sítio* (SANTA ANNA O.C.D., 1657: cap.VII, 648). Outros dados inéditos sobre Frei Alberto da Virgem aparecem-nos ainda no também inédito Tomo IV das *Crónicas*, numa anotação manuscrita ao seu Índice: *O P. Alberto da Virgem q. morreo em Coimbra em 1651. Deve pedir se o obito, esteve 21 annos no Bussaco, foi dos fundadores delle, e foi tirado para a fundação de Olhalvo* (S. BENTO, O.C.D.,1800: *Índice final*)<sup>44</sup>. Esta afirmação é da máxima importância pois confirma Frei Alberto da Virgem como tracista da Província Portuguesa (como já afirmámos, existiria pelo menos um por cada província), permitindo atribuir-lhe uma longa actividade agora documentada entre 1617 (Porto) e cerca de 1651 - dele poderão ser muitos dos conventos fundados nesse período, nomeadamente a primeira fase do Convento de Santa Teresa em Carnide (1646), antes da intervenção do arquitecto régio João Nunes Tinoco (1616-1690) na igreja iniciada em 1662 por iniciativa da Infanta D. Maria de Bragança (1644-1693), filha natural de D. João IV (curiosamente fora também João Nunes

---

valido de Filipe III de Espanha (II de Portugal), para quem trabalhou o arquitecto carmelita descalço Frei Alberto da Madre de Deus (1575-1635), como já vimos. Não menos interessante é o facto da sua filha Joana de Sandoval ter casado com o VIII Duque de Medina Sidónia e o I Duque de Lerma ser, como tal, avô materno de D. Luísa de Gusmão (1613-1666), constituindo um antecedente que vem reforçar a ligação da Rainha com os Carmelitas Descalços.

<sup>44</sup> Transcrito como afirmámos por Frei José Carlos VECHINA, tem anotado que esta última parte tem uma letra diferente do resto do manuscrito, deduzindo que seja posterior, mas não muito (o que não põe em causa, no entanto, a sua veracidade).

Tinoco quem substituíra Frei Alberto da Virgem no projecto do Convento de Olhalvo, ao traçar as suas plantas em 1658).

No II Tomo das *Crónicas*, a par de Frei Alberto da Virgem aparece também o nome do Irmão António das Chagas, oficial de alvenaria que integrou o grupo de fundadores do Convento do Buçaco (SACRAMENTO, 1721: Lº IV, Cap. XVI, nº88; PONCE DE LÉON, 1997: 147,148; GOMES, 2004: 40)<sup>45</sup>.

O segundo arquitecto mencionado é Marcos de Magalhães<sup>46</sup>, arquitecto de renome, que Frei Manuel de São Bento refere no IV Tomo das *Crónicas*, a propósito do Convento de Olhalvo e do que lhe terá ordenado Frei Sebastião da Conceição quando da descoberta de uma mina de água: *Apenas elle ouviu noticia tão gostosa; ordenou sem perda de tempo, que o arquiteto Marcos de Magalhães passasse áquelle sitio, e no da prodigiosa fonte fabricasse huã boa mey (sic) de agua e a conduzisse por limpos aquedutos para o convento* (S. BENTO O.C.D., 1990: Liv. X Cap. XXIX, 185)<sup>47</sup>. Marcos de Magalhães trabalhara já na obra da Igreja, iniciada ainda antes do Convento<sup>48</sup>. Frei Manuel de São Bento refere também o nome de um mestre carpinteiro a trabalhar em Olhalvo, Antonio Dias, que *bebendo as aguas da sua fonte achou tão prompta, e tão cabal a saude, que ficou trabalhando alguns annos nas obras do convento sem pedir algum salario* (S. BENTO O.C.D., 1800: Lº X, Cap. XXX, 187).

Outros artífices são citados a propósito da construção do Convento de Santarém, para o qual André Quadros doara umas casas, com *vistosos jardins e terra tão sufficiente para cerca que os nossos architectos o demarcaram acomodado para se fundar nele um bom convento* (SACRAMENTO, O.C.D., 1721: Lº IX, Cap. II, 680),

<sup>45</sup> O *Deserto* do Buçaco seria desenvolvido por este último autor numa publicação posterior (GOMES, 2005).

<sup>46</sup> Para Marcos de Magalhães veja-se, sobretudo, "Marcos de Magalhães. Arquitecto e entalhador do ciclo da Restauração (1647-1664)" (SERRÃO, 1983) e "Marcos de Magalhães" (MOREIRA, 1989).

<sup>47</sup> Segundo Frei Manuel de S. Bento fez-se escritura do padroado a 10 de Julho de 1646 e *nella se estipullou que o senhor bispo daria a igreja acabada, e sacristia com os ornamentos necessarios, e que tudo com as pinturas da igreja custaria trinta mil cruzados: Que fazia mais as obras necessarias, e daria cerca conveniente, em que commodamente podessem habitar os religiosos (...) a 21 de Junho deste anno de 1648 se tornou posse da igreja, hospicio, e terras adjuntas, que o illustrissimo D. Manoel da Cunha, bispo de Elvas, eleito de Evora, depois de Lisboa, e ultimamente inquisidor geral, tinha no lugar de Adolhalvo* (S. BENTO, 1800: Liv. X, Cap. XXIX).

<sup>48</sup> Apesar de o cronista nos dar como data para a sua construção o ano de 1647, ela deverá ter começado alguns anos antes, pois de acordo com o livro de obra da capela-mor existem já pagamentos que recuam a 1643. Nesse mesmo ano Mateus do Couto (pela data trata-se, sem dúvida, de Mateus do Couto "Tio") assinava uma declaração em como se obrigava a que seu cunhado, Domingos Vicente, fizesse os quatro arcos em pedraria do coro e da capela-mor. Em 1646 aparece-nos já o nome de Marcos de Magalhães na obra, que a deverá ter dirigido a partir desta data, e prepararam-se já as pinturas da capela: em 1644 e 1645 António Carvalho recebia pagamento por várias pinturas encomendadas pelo Bispo, nomeadamente um S. Pedro, e um Cristo na Cruz. Em 22 de Outubro de 1644 eram pagos a André Reinoso vinte mil réis por algumas pinturas e concertos (COELHO, 2018: 281, nota 244).

obra em que são também referidos outros nomes: *Neste presente anno de 1655, aós 30 de Julho, dia dos santos Addon, e Sennan, e vespera de santo Ignacio fundador da sagrada Companhia de Jesus, ás nove horas da manhã, andava hum pedreiro, e na companhia delle hum official de Marçenaria, aquelle chamado Manoel Mendes, e este João Henriquez, desmachando (sic) huã janella nas casas que forão de Miguel Quadros* (S. BENTO O.C.D., 1800: LºXII, Cap. XII, 511).

Arquitectos e outros artífices aparecem também citados noutros documentos. Sabemos que quando Frei Luís da Silva, Arcebispo de Évora, financiou a nova obra do Convento de São José das Carmelitas Descalças da mesma cidade, como afirma o seu anónimo cronista *mandou logo o Provincial dous Irmaãos, hu insigne architeto, e outro não menos, pedreiro hum, e carpinteiro outro, p.<sup>a</sup> q estes fizeçem a planta do Convento seg.<sup>do</sup> as leis da rellegiaõ, e juntos os materiais necessários, se deo principio á obra, e porq o Convento dos rellegiosos dos remedios fica algum tempo distante, e os M.<sup>es</sup> não faltacem na obra tempo algu, lhes mandava, por ordem do Arcebispo, todos os dias, o vedor da Caza em os dias de trabalho, de jantar com grandeza p.<sup>a</sup> os dous irmaãos<sup>49</sup> - o insigne arquitecto era, sem dúvida, o mestre pedreiro que, ao dar a traça para o convento, teria certamente de obedecer em tudo ao estipulado pela Ordem para a sua construção.*

Um *insigne carpinteiro* foi também Frei Manuel da Conceição (1690 - 1735), natural de Moreira da Maia que, tendo professado no convento do Porto em 1688, foi no ano seguinte para o convento de Nossa Senhora do Carmo em Viana com o objectivo de trabalhar no retábulo da capela-mor (LAMEIRA, LOUREIRO, VECHINA, 2015: 60, 208, 209).

E surgem-nos ainda os nomes de Frei Pedro da Encarnação que terá projectado o convento feminino de Santa Teresa em Coimbra<sup>50</sup>, e de Frei Luís de Santa Teresa a dar a traça para o convento do Desterro de Jesus Maria José, também feminino, em Viana do Castelo (então Viana do Lima)<sup>51</sup>.

No Brasil terá trabalhado Frei Martin de São José, mestre pedreiro presente na primeira construção de Olinda em 1686 (PONCE DE LÉON, 1997: 149). O autor refere

<sup>49</sup> *Memória da vida e morte do 10º Arcebispo de Évora D. Fr Luis da Silva Telles* (SARANTOPOULOS, 1986-97:145). Sublinhado nosso.

<sup>50</sup> Os estudos estariam já feitos em 1714, e só em 23 de Junho de 1744 entrariam as freiras no convento (DIAS, 1995: 87).

<sup>51</sup> Fundado por iniciativa do Cônego Correia Seixas, para o que D. Maria I dera a respectiva autorização em 1778, conforme documentação publicada que inclui, entre outros, a autorização do Arcebispo de Braga, D. Gaspar e de Frei João de S. Joaquim, como pareceres da Câmara e do Corregedor de Viana (COUTINHO, 1986: 24 a 35). Frei Luís de Santa Teresa trabalhou no convento entre 1780 e 1785 (D'ALPUIM, 1979:127; PINHO, 2008-2009:325).

ainda Frei Joseph, *leigo de Santa Teresa*, mestre de obra do cruzeiro do Convento do Carmo de Goiana em 1719, e autor da planta da cadeia da mesma vila em 1724, que Ponce de León considera poder tratar-se de Frei Joseph da Conceição “insigne na arquitectura civil” e “mestre de obra”, carmelita descalço que assinara um conjunto de plantas (ponte, casa da câmara e cadeia) - e, muito possivelmente, o mesmo que iremos encontrar também a fazer as “advertências” para o Convento de Olhalvo (PONCE DE LÉON, 1997: 156,157).

Mais curiosa é a referência ao irmão Frei José de Jesus Maria, carmelita descalço “leigo de capa branca” que fez o risco da Igreja de S. Martinho de Santarém em 1713, por se tratar de uma obra para uma igreja paroquial, e não para a Ordem<sup>52</sup>. Apesar de sabermos que os irmãos carmelitas *davam a traça* para obras de outros encomendadores (o caso mais notável será talvez o de Frei Alberto da Madre de Deus a trabalhar para o Duque de Lerma), obras nas quais podiam dar maior liberdade à sua imaginação, de acordo com a evolução da própria arquitectura (o que a sobriedade das regras impostas pela Ordem não lhes permitia executar para as suas obras ou, quando o faziam, geravam intensa polémica, como aconteceu com a intervenção de Frei Alonso de São José no convento de Ávila), entre nós são praticamente inexistentes as referências a este tipo de encomenda, que só voltaremos a encontrar com Frei Pedro da Conceição (1677-1745), segundo tracista da Ordem conhecido na Província Portuguesa depois de Frei Alberto da Virgem (act.1617-1651)<sup>53</sup>, cuja obra analisaremos em seguida.

À semelhança do que acontecia nas outras províncias, em Portugal também é conhecida a participação de arquitectos externos à Ordem a trabalhar em conventos e igrejas da mesma, sobretudo arquitectos reais para encomendas régias ou da esfera da Corte - o próprio Francisco de Mora (1556-1610) terá dado a traça para o

<sup>52</sup> Segundo o texto de Mário de Sousa Cardoso *Notas para a História Local. A Igreja de S. Martinho, Bispo*, escrito em 2002 para o *Correio do Ribatejo*, a igreja localizava-se onde se encontra hoje o edifício do Teatro Rosa Damasceno. Abertos os respectivos alicerces e colocada a primeira pedra em Maio de 1716, numa obra dirigida pelo mestre pedreiro Manuel Gomes, a frontaria da Igreja ficaria registada num desenho atribuído ao Cônego Joaquim Maria Duarte Dias antes da sua demolição em 1877. O autor cita para estes dados, as *Notas Avulsas* do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Santarém do Cônego Joaquim Maria Duarte Dias, e a obra de José Campos BRAZ (BRAZ, 2000), informações que agradecemos ao investigador António Monteiro e João Loureiro. Pelo que pudemos observar no referido desenho, a fachada era constituída por três panos verticais separados por pilastras de cantaria, o central sensivelmente duplo dos laterais, sendo estes dois rematados cada um deles por uma torre sineira, numa composição em que as alusões a uma tipologia carmelitana se expressam apenas no conjunto do portal - sobrepojado por um nicho com a imagem do orago, ladeado por dois janelões, e um óculo central num registo superior. Não sabemos se se trata do desenho original, pois a igreja poderá ter sofrido alterações posteriores. E embora a tipologia das igrejas da Ordem admita a existência de duas torres (MUÑOZ JIMÉNEZ, 1990a: 64-73; STURM, 2002: 82-83), a sua existência não foi pacífica, como veremos quando falarmos do convento e igreja de Olhalvo.

<sup>53</sup> Fica por apurar ainda se Frei José de Jesus Maria terá tido o cargo de tracista de Ordem.

Convento dos Remédios de Évora, fundado em finais do século XVI pelo Arcebispo de Évora D. Teotónio de Bragança.

E, para além de Marcos de Magalhães, de que já falámos, temos Pedro Nunes Tinoco a dar a traça para os túmulos de D. Brás Teles de Meneses e de Dona Catarina de Faro Henriques, sua mulher, pais de Fernão Teles de Meneses, situados no transepto (do lado da Epístola) do Convento dos Remédios em Lisboa<sup>54</sup>, o filho João Nunes Tinoco com obras documentadas em Olhalvo e Santa Teresa de Carnide (CARVALHO, 62: 84, 85; CARVALHO, 1971: 71, 101, 102), e o neto Luís Nunes Tinoco a quem é atribuído o túmulo da Infanta D. Maria (SERRÃO, 2003: 136). De João e Luís é também, muito possivelmente, a traça inicial do Convento de São João da Cruz de Carnide (COELHO, 2018: 279). De citar anda a intervenção de Teodósio de Frias na Igreja do Convento de *Corpus Christi* em Lisboa, iniciada em 1648 (SOROMENHO, 2004), a qual viria a ser reconstruída após o terramoto de 1755 pelo arquitecto do Senado Remígio Francisco de Abreu, bem como de Mateus Vicente de Oliveira (1706-1785) a traçar a *Real Basílica e Convento do Sagrado Coração de Jesus* em Lisboa, última grande construção dos Carmelitas Descalços em Portugal antes da extinção das ordens religiosas em 1834.

Estas referências confirmam o que dissemos anteriormente a propósito da dinâmica da prática da arquitectura na construção dos edifícios da Ordem, cujas traças poderiam ser elaboradas quer por arquitectos carmelitas (que por sua vez podiam ainda assinar projectos para o exterior, como veremos com Frei Pedro da Conceição), quer por arquitectos exteriores, quase sempre régios, em obras de iniciativa particular, por vontade expressa dos seus encomendadores, ou por relações familiares entre eles e os próprios carmelitas. É o caso do arquitecto régio João Nunes Tinoco (1616-1690) irmão do Carmelita Descalço Frei Pedro da Purificação, que desempenharia importantes cargos na hierarquia da Ordem (COELHO, 2018: 67,68)<sup>55</sup>.

Em qualquer dos casos vimos já também que toda a obra deveria obedecer aos princípios definidos dentro da Ordem, e escrupulosamente vigiada pelos

<sup>54</sup> Esta hipótese terá já sido colocada por Vítor Serrão. Veja-se LIMA, 2006: 323 nota 795; COELHO, 2018: 177.

<sup>55</sup> Professou no Convento dos Remédios em 13 de Maio de 1638, figurando no respectivo documento como filho do também arquitecto régio Pedro Nunes Tinoco (c.1580-1640) natural de Lisboa, e de Maria Ribeira de Lemos, natural de Proença-a-Nova, Priorado do Crato. Deverá ter nascido por volta de 1620, quando o pai andava a fazer o levantamento das igrejas do desse mesmo Priorado. Desempenhou os seguintes cargos relevantes dentro da Ordem: no 17º capítulo provincial, celebrado no Convento dos Remédios de Lisboa, no dia 17.4.1660, foi eleito Prior de Figueiró (superior que era de Lisboa); no 21º capítulo provincial, celebrado no colégio de S. José de Coimbra, no dia 7.5.1672, foi eleito Prior do Bussaco; no 22º capítulo provincial, celebrado no Convento dos Remédios de Lisboa, no dia 4.5.1675, foi eleito 2º Definidor e 2º Substituto; no 25º capítulo provincial, celebrado no colégio de S. José de Coimbra, no dia 22.4.1684, foi eleito 1º Sócio e Provincial. Está sepultado no Convento de Olhalvo.

seus tracistas, o que nos coloca uma questão já por nós abordada a propósito da intervenção de João Nunes Tinoco no Convento de Santa Teresa de Carnide - a do papel que terão tido os arquitectos exteriores à Ordem na construção de igrejas e conventos para a mesma. Como então afirmámos, *ao arquitecto caberia, para além de assegurar a construção de um edifício coerente com o modelo adotado pela mesma, a definição dos pormenores arquitectónicos, a gestão da obra e até mesmo, muito possivelmente, a escolha de artistas de renome para a elaboração de todo o programa decorativo, isto é, a definição da “obra total”, tarefa de primordial importância* (COELHO, 2016: 41).

Neste âmbito parece ter constituído excepção o projecto de Mateus Vicente de Oliveira para a já citada *Real Basílica e Convento do Sagrado Coração de Jesus em Lisboa*, obra da iniciativa de D. Maria I (1736-1816) - como salientou Sandra Costa Saldanha, a necessária *fiscalização do projecto* por um tracista da ordem terá sido substituída pela intervenção de Frei Inácio de S. Caetano (1719-1788), carmelita descalço confessor da *Rainha a quem, juntamente com o marquês de Angeja, é dada jurisdição para decidir casos duvidosos e que ambos entenderem ser de melhor accerto na execução desta obra no caso de dúvidas ou necessidade de alterações ao projecto (...)* Neste domínio em particular, *parece-nos que Frei Inácio terá desempenhado um papel bastante mais preciso. Ciente das rigorosas normas estabelecidas pela sua Ordem para a construção dos edifícios, o carmelita não terá sido alheio ao planeamento da parte conventual, cuja opinião seria fulcral no acerto dos naturais desajustes de um arquitecto que, pela primeira vez, traçava um edifício desta natureza* (COSTA, 2004: 51).

Doado o edifício às carmelitas descalças em Fevereiro de 1781, como salientou também Sandra Costa Saldanha, o patrocínio régio terá determinado imposições que modificaram não só as normas arquitectónicas usuais na construção dos conventos dos carmelitas descalços, mas também os próprios hábitos das religiosas, impedindo que se consumasse uma vida de clausura e pobreza - expressos, entre outros, na construção de um edifício enorme com inúmeras dependências e janelas abertas para a rua; a inobservância da regra terá levado mesmo a que a madre priora, ao entrar no convento, tenha tomado a iniciativa de alterar a funcionalidade atribuída a alguns espaços. Ainda que as normas carmelitas *tenham sido pontualmente observadas, foram na generalidade violadas, quebrando princípios elementares da clausura e pobreza, fundamentais para a sua definição tipológica (...)* afastando-se claramente, *não só na forma mas também na intenção dos princípios teresianos* (COSTA, 2002).



Não obstante os grandes desvios às normas que esta grande obra de patrocínio régio representava, sabemos que no *Ordinário* celebrado no Convento dos Remédios de Lisboa a 12 de Dezembro de 1785 houve necessidade de se proceder a um esclarecimento sobre o conteúdo da *Lei 2.p. Cap. 3.§.2.n.8: q. prohibe sem Liç.<sup>a</sup> por escrito do Defin.<sup>o</sup> G.<sup>al</sup> acrescentar, diminuir, ou mudar alguma couza nos Conv.<sup>tos</sup> q. se fundarem de novo: Que comprehende aos antigos, dando-se a mesma razão de não alterar arbitriam.<sup>te</sup> as plantas, e sem motivo grave<sup>56</sup>.*

Assegurava-se assim entre nós (à semelhança do que acontecia também nas outras províncias) a *sobrevivência de uma tipologia planimétrica e de fachada* a qual José Eduardo Horta Correia ao analisar a arquitectura portuguesa maneirista reconhecia já que, contrariando o que aconteceu com as outras ordens religiosas, os Carmelitas Descalços haviam definido desde muito cedo (CORREIA, 1984: 126,127).

Esta homogeneidade, resultante dos princípios de austeridade e das normas impostas pela Ordem mereceria mais tarde um interessante comentário a Gonzaga Pereira que, desconhecendo certamente a existência de uma tipologia definida para os seus conventos e igrejas, intui a semelhança entre todos eles: *Tudo o que diz respeito a plantas de templos, feitas no seculo decimo setimo, são quaze a mesma formatura; os alçados não percizão d'era; parece que os artistas herão uns imitadores* (PEREIRA, 1927: 95).

Outra pertinente questão prende-se com a formação que tinham os nossos carmelitas no âmbito da arquitectura. Apreendida e praticada (ao que parece, por uma maioria de *irmãos leigos*) no contacto com os Irmãos mais experientes, e até mesmo com os arquitectos exteriores à Ordem, não terá sido descurada também a formação teórica, como o provam as obras de Frei André de San Miguel, de Frei Juan del Santíssimo Sacramento e de Frei Joaquín del Niño Jesus. Apesar dos estudos que têm vindo a ser realizados sobre as livrarias das instituições religiosas em Portugal<sup>57</sup>, nos quais se incluem as dos Carmelitas Descalços, está ainda por fazer a análise pormenorizada dos livros que existiam nas suas bibliotecas relacionados

<sup>56</sup> Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa (AHPL), *Livro das Ordens e Decretos dos Capitulos Geraes, Deffinitorios, e de N. N. M.<sup>to</sup> RR. PP. Geraes, mandado fazer pelo Decreto seguinte fielm.<sup>te</sup> tresladado*, ms. 620, fls. 42-45 (agradecemos uma vez mais a João Loureiro a referência a este documento).

<sup>57</sup> Em especial a seguinte bibliografia: *Bibliotecas de História: aspectos da posse e uso dos livros em instituições religiosas de Lisboa nos finais do século XVIII* (CAMPOS, 2013) *Clavis Bibliothecarum: catálogos e inventários de livrarias de instituições religiosas em Portugal até 1834* (GIURGEVICH, LEITÃO, 2016). De referir também as seguintes comunicações apresentadas no Congresso *Os Carmelitas no Mundo Luso-Hispânico - História, Arte e Património* (Lisboa 2017): Fernanda Maria Guedes e Campos *Autores carmelitas na antiga livraria do Convento de Nossa Senhora dos Remédios de Lisboa (OCD)*; Rosa Maria Sánchez *Uma livraria ibérica? O espólio bibliográfico das Carmelitas Descalças de S.<sup>to</sup> Alberto*.





Fig. 7. Frei Luiz de Santa Tereza, folha de rosto do *Tratado de Geometria Prática e Portuguesa* (1761). BNP S.A. 2881 P. Foto de Teresa Campos Coelho.

com as artes e a prática da arquitectura, desconhecendo-se ainda também o impacto que estes tratadistas terão tido entre nós.

Desconhecida é também a obra que os Carmelitas Descalços portugueses poderão ter produzido de apoio à intensa actividade da Ordem na nossa província - até agora conhece-se apenas o *Tratado de Geometria Prática e Portuguesa* [Fig.7] da autoria de Frei Luís de Santa Teresa<sup>58</sup>, de quem já falámos a propósito da traça que deu para o convento feminino de Viana do Castelo. Citado por Figanière em 1841 na *Revista Universal Lisbonense*<sup>59</sup> e no *Diccionario e Bibliographico Portuguez* de Inocêncio<sup>60</sup>, é confundido por vezes com o seu homónimo, o também carmelita descalço D. Frei Luís de Santa Teresa, Bispo de Pernambuco. Embora

a grande *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* estabeleça já que estamos perante

<sup>58</sup> *TRATADO DE GEOMETRIA PRATICA, E PORTUGUEZA, No qual se trata da definição das linhas, do modo, e fôrma de traçar em o plano as Figuras Rectilineas, e Curvilineas, e de medir quaesquer Figuras tanto de corpos sólidos, como de superficies. Tudo por estilo moderno. Composto por Fr. Luiz DE SANTA TEREZA Carmelita Descalço.* Coimbra: Na offic. de Antonio Simoens Ferreira; Impressor da Universidade. Ano 1761. *Com todas as licenças necessarias.*

<sup>59</sup> *Revista Universal Lisbonense, Jornal dos interesses physicos, moraes e literários, por uma sociedade estudiosa*, nº1, 1841, "Lista de alguns Artistas Portuguezes, e de varios estrangeiros que trabalharam em Portugal, coligida de escriptos e documentos", p. 72 - J.C. de F [Jorge César de Figanière].

<sup>60</sup> (SILVA, ARANHA, 1858-1958: Tomo V, 332, Tomo XVI, 69). Ainda no século XIX aparece citado no *Catalogue of the Spanish Library and of the Portuguese Books Bequeathed by George Ticknor to the Boston Public Library: Together with the Collection of Spanish and Portuguese Literature in the General Library*. Boston, Publilibrary. Ticknor Collection, James Lyman Whitney, G. K. Hall, 1879, p. 520. Encontrámos também outras referências em: jornal *O Instituto* (vol. 53, 1909: 413), *Les mathématiques en Portugal* (GUIMARÃES, 1909: 214); *Subsídios para o estudo da flora camoniana: fruta da ilha dos amores* (VENTURA, 1936: 13); *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. XXVII, p. 27. Mais recentemente aparece citado também em duas teses de mestrado: na de Maria Helena Cunha de Freitas QUEIRÓS que o distingue do homónimo bispo Pernambucano (QUEIRÓS, 2007: 16 e 17), e na de Luís Miguel Martins GOMES que analisa sumariamente o seu tratado, referindo-se também aos autores nele citados, e o define como *trabalho extremamente consistente, de carácter prático, e bem referenciado nas suas influências, este manual surge como uma referência a ter em conta no panorama do conhecimento setecentista português* (GOMES, 2007: Anexo 1, 324 a 326, Figs. 242 a 246).

duas entidades diferentes<sup>61</sup>, este assunto viria a ser definitivamente esclarecido e perfeitamente fundamentado por Maria Helena Queirós (QUEIRÓS, 2007: 16 e 17).

Sabemos hoje que o Frei Luís de Santa Teresa arquitecto e tratadista, de seu nome Luís Lourenço Portela, nasceu em 16 de Outubro de 1726 na freguesia de Nossa Senhora de Monserrate em Viana do Castelo<sup>62</sup>, vindo a falecer no Porto em Novembro de 1792. No Porto faria também a primeira profissão nos Carmelitas Descalços, em 30 de Maio de 1745, e todos os outros votos num percurso que terminaria com a *Profissão Solene* em 1751<sup>63</sup>.

No *Prólogo* do seu *Tratado* (que dirige ao leitor) Frei Luís de Santa Teresa é explícito sobre a intenção e possível utilidade da sua obra: escrito obedecendo a um desejo antigo, nele apresenta *algumas definições de linhas, de superfícies, e de corpos explicadas com os mesmos vocabulos de que uzaõ os Pedreiros deste*

<sup>61</sup> Vol. XXVII, p. 271.

<sup>62</sup> Luis, filho de Andre Lourenço, e sua mulher Hyeronima Rodrigues. Meus fregueses, que moram no arrabalde da Portella, nasceo aos dezasseis dias do mes de Outubro de mil, e setecentos, e vinte, e seis anos, e hoje aos vinte, e nove dias do dito mes, e anno eu o Padre Antonio Joseph de Sancto Theodoro, vigario desta Parochial Igreja de Nossa Senhora de Monserrate nella o baptizei, e lhe pus os sanctos óleos: foram Padrinhos Sebastião Luis, que mora na rua de Sancta Catharina, e Saturninha Maria de Magalhaens, mulher de João Alvres Vieira, que mora na rua de Sam Sebastiam, de que tudo o fis este termo, que comigo assignaram Sebastiam Luis, Padrinho, e João Alvres Vieira: Viana, dia, mes, e anno, ut Supra (ADB - Livro dos assentos de baptismos, Paróquia de Monserrate - Viana do Castelo, 1718-1731, fl. 163).

<sup>63</sup> Aos 30 de Mayo de 1745 das 3<sup>ª</sup> as 4 horas da tarde no Oratorio do S.<sup>to</sup> Professado do Porto estando prez.<sup>to</sup> a Sta Communi.<sup>do</sup> dos Irmaons mais os PP Fr. An.<sup>to</sup> de S. Joaquim, o P. Fr. Antonio da Trin.<sup>do</sup> recebeu nosso S.<sup>to</sup> habito das maons do P.<sup>o</sup> M.<sup>o</sup> Fr. Ignacio de S. Jozé o Irmaõ Luis de S.<sup>to</sup> Th<sup>a</sup> que no seculo se chamava Luis Lourenco Portella filho legitimo de Andre Lourenco natural da Frg<sup>a</sup> de Ancora, e de Jeronyma Roiz natural de Frg<sup>a</sup> de Monserrate da V<sup>a</sup> de Vianna todos do Arcebispado de Braga, Comarca de Vianna, precedendo todos os requizitos e ceremonias q mandaõ nossas Constituicoens, e Ceremonial &<sup>a</sup>. Era G.<sup>o</sup> N. M.<sup>o</sup> R.<sup>do</sup> P. Fr. Diogo de S. Rafael, P.<sup>al</sup> desta Prov.<sup>cia</sup> N. P. Fr. M.<sup>el</sup> de Jhs M<sup>a</sup> Jozé, e P.<sup>or</sup> deste Conv.<sup>to</sup> N. P. Fr. An.<sup>to</sup> das Chagas. E por assim passar tudo na ver.<sup>de</sup> fis este termo que assigney com N. P. P.<sup>or</sup>, e mais PP. Abayxo assignados. Porto 6 de Junho de 1745. Tinha de i.<sup>do</sup> 19 annos. Aprovado sucessivamente nos seis meses, um ano, e cinco anos de Noviciado, a 15 de Fevereiro e a 12 de Abril de 1751 faria os segundos e os últimos votos p<sup>a</sup> a Profissão Solene, efectuada a 10 de Junho do mesmo ano: Aos des de Junho de 1751 das 9 p<sup>a</sup> as des horas da manha no choro deste N. Conv.<sup>to</sup> do Porto ao tempo da missa do dia fés a sua proficam Solene o Ir. Luis que no seculo se chamava Luis Lourenco Filho legitimo de Andre Lourenço e de sua Mulher Jeronima Roiz naturais da V<sup>a</sup> de Vianna Frg<sup>a</sup> de N. Senhora de Monserrate Arcebispado de Braga termo e Comarca de Mesma V<sup>a</sup> de Vianna precedendo todos os Requezitos e Ceremonias q mandam nossas Constituicoens leis e Breves Pontificios ordenam. Fes a sua proficam nas maos do P. Vigario Fr. Pedro da Vizitacam na forma seguinte / Eu o Ir. Fr. Luis de S.<sup>to</sup> Th<sup>a</sup> faco a m<sup>a</sup> profecam, e prometo obediência castid.<sup>e</sup> e pobreza a Ds e a Bem aventurada sempre Virgem M<sup>a</sup> do monte do Carmo, e a N. P. G.<sup>o</sup> Fr. Niculao de Jesus M<sup>a</sup> e a seus successores segundo a Regra premetiva da dita ordem isto he sem metigacam athe a morte: Era P.<sup>or</sup> deste Conv.<sup>to</sup> N. P. Fr. Joam de Sta Thereza, P.<sup>al</sup> desta provincia Fr. Fran.<sup>co</sup> da Purificaçam e G.<sup>o</sup> N. M. R. P. Fr. Niculao de Jesus M<sup>a</sup>, e declaro que este Ir. tinha tomado o S.<sup>to</sup> habito, p<sup>a</sup> Ir. de vida activa, e o dispensou o definitorio p<sup>a</sup> que fosse de capa branca, e por assim ser na verde fis este termo que assignou o mesmo P.<sup>o</sup> Vigario com os mais Clavarios e o mesmo Ir. e se lhe intimaraõ as condiçoens que tem determinado Nossos Capitulos Geraes. E o hir p<sup>a</sup> ultramar q.<sup>do</sup> a obediencia o mandar e a tudo Respondeo que aceitava; e se lhe deu a proficam dia mes e anno ut supra, Fr. Pedro da Vizitacaõ, Fr. Bento de S. Jozé Vigario M.<sup>o</sup> de Prof.<sup>os</sup>. O Irmaõ Fr. Luis de Sta Thr<sup>a</sup>. (agradecemos ao Frei José Carlos Vechina a cedência de todos os documentos referentes às diferentes profissões do Irmão Luís de Santa Teresa, das quais transcrevemos aqui apenas uma parte).

*nosso tempo: acharàs também alguns methodos de medir áreas, circumferencias, paredes, e superficies de abobedas, e de outras mediçoens necessarias aos Mestres de obras*<sup>64</sup>.

Aprovada a publicação pela Ordem em 30 de Setembro de 1758<sup>65</sup>, a sua utilidade é também realçada nas diferentes licenças que a acompanham: a 24 de Abril de 1756, Frei Manuel do Nascimento, Qualificador do Santo Ofício, salienta a sua grande importância *maiormente nestes tempos; em que por serem muitas as obras, e se esperarem muitas; he preciso não só saber formalas, mas também saber exactamente medilas*<sup>66</sup>, opinião que não era alheia, certamente, à urgente necessidade de reconstrução provocada pelo Terramoto havido uns meses antes; na licença do *Ordinario*, o Dr. Jozé Thomaz Borges refere a *utilidade dos que por officio se occupaõ em Obras de Architectura Civil, aos quaes magistralmente dirige para o bem regulado de semelhantes Obras*<sup>67</sup>; e, finalmente, na licença do Paço, o P. M. Theodoro de Almeida da Congregação do Oratório salienta a sua importância, não só por não serem abundantes obras semelhantes, mas também pela clareza da exposição<sup>68</sup>.

<sup>64</sup> *Benevolo, e amigo Leitor, agora vejo satisfeito o desejo, que sempre tive de apresentarte este breve Tratado de Geometria, que tenho composto ajudado da doutrina, e preceitos de alguns Autores dignos de todo o credito, que suas próprias obras publicão: não te disgostes pela piquenés da obra, que posto seja limitada, nella acharás algumas definiçoens de linhas, de superficies, e de corpos explicadas com os mesmos vocabulos de que uzaõ os Pedreiros deste nosso tempo: acharàs também alguns methodos de medir áreas, circumferencias, paredes, e superficies de abobedas, e de outras mediçoens necessarias aos Mestres de obras; e para que venhas no conhecimento dellas com menos difficultade, primeiro te dou as regras, e depois te explico o modo de executalas, assim em pratica, e demonstraçoens, como por algarismo, para que por este modo reconheças a certeza das obras, que intentares medir; e se elle não estiver conforme o teu desejo, peço-te que attendas ao fim, e à mente do Autor, que não he outra mais do que dár alguma luz aos modernos; e sem considerares o toscos do estilo, o honres benignamente; porque se assim o fizeres, sendo tu o honrador, e eu o que recebo a honra, pela tua parte se suprirão todos os defeitos, que nelle houverem, e eu agradecido rogarei a Deos, te guarde, &c.*

<sup>65</sup> Sendo Provincial João da Assunção no Colégio de Braga, e Secretário Fr. Manuel de S. João Evangelista.

<sup>66</sup> *Licença do Santo Oficio - Nelle ensina o seu Autor o modo de traçar em o plano as figuras rectilineas, e curvilineas, e a medir quaesquer figuras assim de corpos solidos, como de superficies com grande utilidade do publico: maiormente nestes tempos; em que por serem muitas as obras, e se esperarem muitas mais; he preciso não só saber formalas, mas também saber exactamente medilas, para se evitar todo o prejuizo de terceiro. Frei Manoel do Nascimento, Qualificador do Santo Oficio, S. Domingos aos 24 de Abril de 1756.*

<sup>67</sup> A 25 de Maio de 1759, após citar vários géometras e acabar com referências a Azevedo Fortes, Campos e Monteiro, escreve: *Dos três ultimos, que são Portuguezes, se fez benemerito discipulo o Autor, escrevendo esta Geometria Portugueza, que comprehendendo o mais util, que esta sciencia tem, como Pratica, igualmente contém, e com facil, e bem ordenada diggestão os fundamentos da Elementar, que são precisos para se reduzirem à praxe as regras theoricas, das quaes deduz Proposiçoens, Demonstraçoens, e preceitos methodicos fundados nos principios dos primeiros elementos, e accommodados à percepção, e utilidade dos que por officio se occupaõ em Obras de Architectura Civil, aos quaes magistralmente dirige para o bem regulado de semelhantes Obras: prescrevendo-lhes juntamente os methodos mais exactos de medir áreas, circumferencias, paredes, superficies de abobedas e quaesquer mediçoens, que sejaõ necessarias para completo dezempenho da sua profissaõ: O A he benemerito de todo o louvor, e a sua composiçõ Geometrica digna de luz publica.*

<sup>68</sup> *Antes do julgo, que na occsiaõ presente será muy conveniente, que se dê à Estampa; porque não tem os nossos muitos livros na língua materna por onde possaõ estudar esta importantissima sciencia. Tem*

Organizado em XIV capítulos, os primeiros são dedicados a noções de Geometria Elementar, e os seguintes a regras de medição (de superfícies e sólidos) e a problemas de condução de águas, terminando com um capítulo especial sobre a medição de paredes, abóbadas, telhados e azulejos, As explicações são complementadas com nove estampas com desenhos de Geometria, gravadas em cobre.

Muito interessantes são os comentários que vai tecendo ao longo de todo o Tratado, não só pelas obras dos autores que cita - como o Engenheiro-Mor Manuel de Azevedo Fortes (1660-1749)<sup>69</sup>, Valério Martins de Oliveira (1695-?)<sup>70</sup> e Frei Lorenzo de San Nicolás - demonstrando não só conhecimentos actualizados de engenharia e construção, mas revelando também aspectos relacionados com a sua própria prática profissional. O Tomo I do *Engenheiro Portuguez* de Manuel de Azevedo Fortes, dedicado à *Geometria Practica*, é citado logo no Capítulo V “Das medidas famozas, conforme o uso antigo”: *medidas e repartições, que agora vamos a descrever, são as que havemos de seguir, e observar, por ser methodo moderno, achado por Manoel de Azevedo Fortes, em contemplação da Aritmetica dizimal*. Este autor aparece também citado nos capítulos VII, VIII e XII, respectivamente a propósito da medição das áreas dos ovados, das superfícies côncavas das meias laranjas [Fig.8], e do método para calcular a altura de uma torre com o uso de um espelho [Fig.9] (SANTA TEREZA, O.C.D., 1761: 48, 82, 87, 125, 176, estampas 5 e 7). No Capítulo XIV, *no qual se trata da quantidade de materiaes, que leva uma braça de parede; a de abobeda, a do telhado e a de azulejo; e explicaõ-se algumas duvidas, que se podem offerecer, nas mediçoens das paredes, quando nellas há portas, janellas, ou arcos* refere ter-se valido da autoridade de Valério Martins de Oliveira *por ser de hum Architecto da Corte a quem se deve toda a atençaõ* (SANTA TEREZA, O.C.D., 1761: 197).

O terceiro autor citado, Frei Lorenzo de San Nicolás é, quanto a nós, da máxima importância pelo que ele representa no contexto da tratadística que mais influenciou a arquitectura dos Carmelitas Descalços: o seu Tratado *Arte y uso de la Architectura* publicado no século XVII constituiu uma obra teórica de referência no seu tempo para arquitectos, bem como para todas as ordens religiosas<sup>71</sup>. A par de

---

*boa digestão no methodo, clareza nas demonstraçoens; e ainda mayor facilidade da praxe deixada a especulaçaõ que muitas vezes he superflua.*

<sup>69</sup> O *Engenheiro Portuguez*. Tomo I Que comprehende a geometria practica sobre o papel, e sobre o terreno: o uso dos instrumentos mais necessarios aos Engenheiros: o modo de desenhar e dar aguadas nas plantas militares; e no Apendice a trigonometria rectilinea (FORTES, 1728).

<sup>70</sup> *Advertencias aos Modernos, que aprendem o Officio de Pedreiro e Carpinteiro* (OLIVEIRA, 1739).

<sup>71</sup> Veja-se *supra*, nota 31.

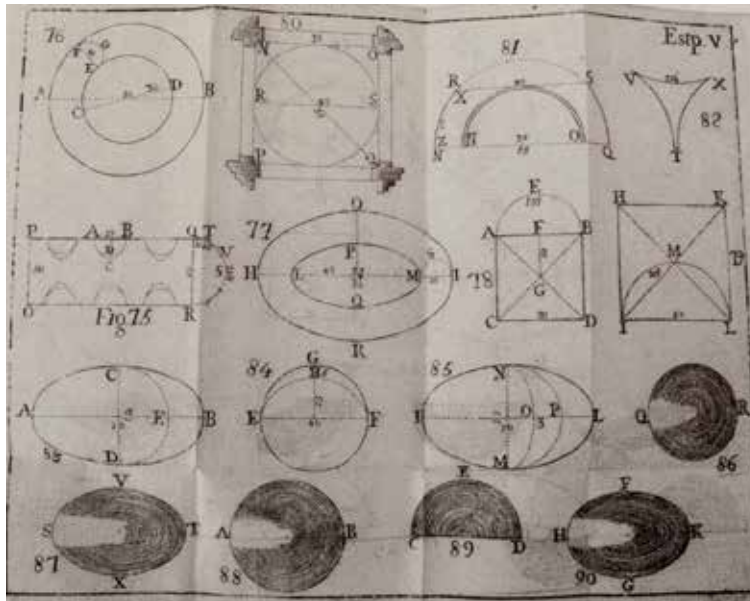


Fig. 8. Frei Luiz de Santa Tereza, *Tratado de Geometria Prática e Portuguesa* (1761), estampa 5. BNP S.A. 2881 P. Foto de Teresa Campos Coelho.

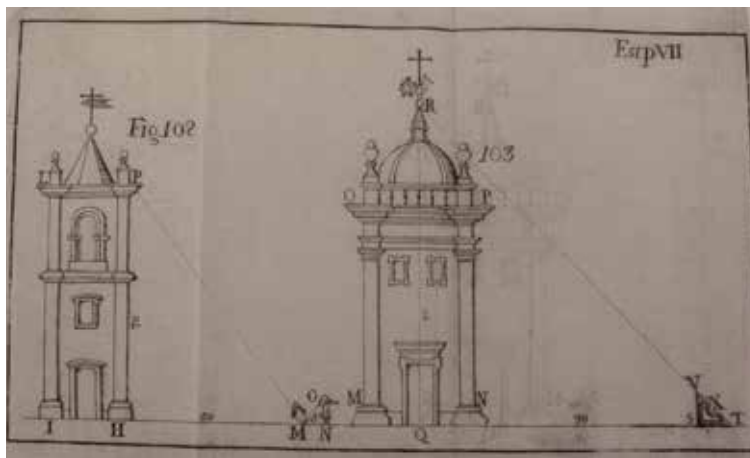


Fig. 9. Frei Luiz de Santa Tereza, *Tratado de Geometria Prática e Portuguesa* (1761), estampa 7. BNP S.A. 2881 P. Foto de Teresa Campos Coelho.

instruções sobre a construção de ovados e da medição de abóbadas, como fez com os outros autores, a principal citação da obra de Frei Lorenzo (referente à I Parte do seu Tratado) é feita por Frei Luís de Santa Teresa no Capítulo XIII, “No qual se trata de como se devem reconhecer as alturas dos montes, e elevação das aguas, quando estas se querem conduzir de hum lugar para outro, e também como se deve repartir a manilha da agua em partes iguaes”: *he este instrumento taõ certo como infalivel, e atrevo-me a confessar esta verdade, porque já a experimentei em hua obra de agua, a qual assisti na Cidade de Braga, a qual agua hia encanada 20 palmos por*



baixo do chaõ, e encaminhada para o meu Cõvento do Carmo, que temos naquella Cidade (SANTA TEREZA, O.C.D., 1761:180). Esta afirmação, para além de confirmar a influência que Frei Lorenzo continuava a exercer na arquitectura carmelitana em meados do século XVIII, revela-nos ainda a participação de Frei Luís de Santa Teresa a trabalhar em obras no Convento de Braga<sup>72</sup>.

Embora no *Dicionário de Inocência* o Tratado de Frei Luís de Santa Teresa venha descrito como *livro pouco vulgar, e ainda menos procurado* (SILVA, ARANHA, 1858-1958: Tomo V, 332; QUEIRÓS, 2007: 16) cremos que, em virtude da estrita regulamentação sobre as construções carmelitanas e da sua actividade como arquitecto<sup>73</sup>, ele terá tido a máxima importância dentro da própria Ordem - quanto mais não fosse, a importância que tem ainda hoje vem-lhe do facto de ser, até agora, o único tratado de arquitectura que se conhece escrito por um carmelita descalço português.

<sup>72</sup> Sabemos pelo Tomo IV das *Crónicas* que o abastecimento de água ao Convento do Carmo de Braga foi uma questão que preocupou os carmelitas desde a sua fundação em 1653, à semelhança do que terá acontecido com todos os outros conventos. Em 1672, o Arcebispo de Braga D. Veríssimo de Lencastre (1615-1692), concede-lhes a mercê de meio *anel de água*, sendo então construído o Chafariz dos Penedos: *Sem embargo da resposta do senado, mando se cumpra o nosso despacho: tendosse por certo, que não faltará á cidade a agoa necessaria com a que se dá aos religiosos, e sem milagre sucederá assim se se atalhar o de virtimento, que se faz della para outras pessoas; e não seja necessaria outra ordem nossa para se fazer este beneficio aos religiosos. Guimaraens 30 de Agosto de 1672 D. V. Arcebispo Primaz, Uma Provisão de 3 de Janeiro de 1725 (confirmada em 25 de Setembro de 1737), sendo Arcebispo de Braga D. Rodrigo de Moura Telles (1644-1728), autorizava o encanamento da água desde o chafariz até ao convento, para o que seria necessário vencer a resistência de alguns proprietários dos terrenos por onde passava, nomeadamente de António Francisco da Eyra: *Para o supprir se recorreo segunda vez á protecção do arcebispo, o qual ouvidos os pareceres do Senado, e do procurador geral da mitra, ordenou, como Senhor de Braga, se fizessem os aquedutos pelo casal da Eyra, obrigandosse o convento a pagar as perdas, e danos, que daqui se seguissem aó seu possuidor. Julgou elle mais conveniente vender a terra necessaria para os aquedutos; como effectivamente se concluiu.* Os problemas com o abastecimento de água persistiriam e novas dificuldades teriam que ser superadas já no tempo de D. José de Bragança (1703-1756), eleito Arcebispo de Braga em 1739 (e consagrado em 1741): *Coroou a obra sua alteza real, o serenissimo Senhor D. José, em favorecer o Carmo de Braga á nenhum segundo; porque comprando hum bom prior outro anel de agoa, que apparecera perto da igreja de S. Vicente, não só ordenou que o não tirassem com poços, e contraminas muytos que o pertendião fazer; mas permittio a conduzissimos pela rua dos Chãos de Sima, contra a vontade dos seus moradores; e muyto mais dos reverendos padres Augustinianos, os quais não obstante verem que os nossos aquedutos vinhão mais á flor da terra, do que os seus, se atreverão com escandalo da cidade a embargar a obra. Correo o pleito com bastante obstinação: não houve pedra que elles não movessem para atrahir os ministros a seu favor; mas por fim decahirão com vergonha sua, e contentamento de todos aquelles, que havião formado idêa da sua pouca, ou nenhuã justiça. Não se derão os padres do Carmo por offendidos deste procedimento bem alheio da verdadeira amisade: antes pelo contrario conservarão sempre / e conservão ainda hoje / aquella harmonia, que hé propria das corporações religiosas* (S. BENTO, O.C.D., 1800: Liv. XI Cap. XXII, 361 a 364). Tendo em atenção os seus dados biográficos, a intervenção de Frei Luís de Santa Teresa na condução das águas ao Convento do Carmo de Braga terá ocorrido na campanha de obras executada no tempo em que foi Arcebispo D. José de Bragança (1739/1741-1756).*

<sup>73</sup> Frei Luís de Santa Teresa terá sido certamente um dos tracistas da Província Portuguesa que sucedeu a Frei Pedro da Conceição (1677-1745), de que a seguir nos ocuparemos.

## Apontamentos para uma biografia do tracista Frei Pedro da Conceição (1677-1745), Carmelita Descalço

Embora escassos os elementos de que dispomos sobre a vida e obra de Frei Pedro da Conceição eles são, no entanto, de grande importância por se referirem a um dos poucos tracistas da Ordem, a par de Frei Alberto da Virgem (act.1617-1651), que conhecemos a trabalhar em território nacional. Com uma actividade documentada entre 1713 no convento masculino de N.ª Sr.ª do Carmo de Viana do Lima (actual Viana do Castelo) e 1745 (a dar um parecer para a Igreja dos Terceiros em Braga) conseguimos apurar na documentação dos Carmelitas Descalços dados que nos permitem deduzir alguns traços biográficos. Na realidade, nela conseguimos identificar quatro religiosos carmelitas descalços com o mesmo nome, dois de coro e dois leigos: Frei Pedro da Conceição, natural de Lisboa, que professou em 10 de Julho de 1585 e faleceu em Salamanca em 1628<sup>74</sup>; Frei Pedro da Conceição, natural de Vilarinho na Lousã, que professou a 27 de Dezembro de 1704 e faleceu em Évora em 1711<sup>75</sup>; Irmão Pedro da Conceição que nasceu em 1677 no Luso (Mealhada), professou nos Remédios em 1699, e morreu em 1745 em Braga<sup>76</sup> e, finalmente, Irmão Pedro da Conceição que nasceu em 1729 em Braga, professou nos Remédios em 1756 e morreu em Cascais em 1796<sup>77</sup>.

Cruzando estes dados com os que temos relativos à sua actividade, documentada entre 1713 e 1745, como vimos, Frei Pedro da Conceição de que aqui falamos foi, sem dúvida alguma, o que nasceu em 1677 no Luso (Mealhada)<sup>78</sup>, professou nos Remédios de Lisboa em 1699 e veio a falecer em Braga em 1745, uma vez que

<sup>74</sup> *Chronologia da Provincia De S Felippe de Carmelitas Descalços no Reyno de Portugal e suas Conquistas, Em que se faz memoria de N.N. P.P. Geraes, e Diffinidores Geraes Superiores à dita Provincia: dos Provinciaes, Vizitadores Ultramarinos, e Piores, e dos Capitulos Geraes, em que forão eleytos: dos Procuradores Geraes, Secretarios, Supriores, Mestres de Professos, e de Noviços co[m] seus Ajudantes: dos Leytores, Substitutos, e Passantes: dos Religiosos, que professarão; dos que entrarão em cada Curso d'Artes; dos que tem sido Conventuaes em Bussaco; dos Filhos da mesma Provincia, que fallecerão dentro, e fora della; das fundaçoens de seus Conventos; e finalmente dos Capitulos Provinciaes, e dos Deffinidores, Socios e Substitutos, que nelles se nomearam* Coimbra: 1748. Tomo I, Profissão nº 5. BNP, Secção de Reservados, Códice 8207.

<sup>75</sup> *Chronologia da Provincia De S Felippe...*, ob. cit., Tomo III, Profissão nº 998. BNP, Secção de Reservados Códice 8209.

<sup>76</sup> Irmão nº 1084, segundo a informação dada por Frei José Carlos Vechina (a quem agradecemos, uma vez mais), que a retirou do *Livro de defuntos de toda a Congregação de Espanha de Carmelitas Descalços*.

<sup>77</sup> Irmão nº 1792, *Livro de defuntos de toda a Congregação de Espanha de Carmelitas Descalços de N.ª S.ª de S. José*.

<sup>78</sup> Baptizado pelo padre Manuel Fernandes Esteves, no dia 10 de Outubro de 1677, na igreja paroquial de Luso, filho de Pedro Fernandes e de Ana Fernandes do Luso da Serra. Foram padrinhos Pedro Sueros de Cáceres e a mulher de António Fernandes Malícia. ADA - Livro dos assentos de baptismos, Paróquia de Luso, 1625-1765 (agradecemos a Miguel Portela a cedência deste documento).

nenhum dos outros se enquadra no espaço cronológico referido pelas obras que assinou. Infelizmente não dispomos também de outros elementos que possam juntar mais alguns esclarecimentos pois, na documentação até agora conhecida, dos *Livros de Profissão*, e nos quatro Tomos manuscritos da já citada *Chronologia da Provincia De S Felipe de Carmelitas Descalços no Reyno de Portugal e suas Conquistas...*, que fornecem dados apenas até 1748<sup>79</sup>, não localizámos a profissão dele.

Admitindo assim que o nosso *tracista* nasceu em 1677 e professou com 22 anos em 1699, a primeira obra que se lhe conhece (intervenção em 1713 no convento masculino de Viana do Castelo, fundado em 1617), ela terá sido efectuada quando contava 34 anos de idade e 14 de profissão - lembramos que Muñoz Jiménez refere que a partir dos casos que estudou em Espanha, sete anos e meio é o tempo que medeia entre a tomada do hábito regular (cerca dos vinte e um anos) e a execução de uma primeira traça conhecida, aos trinta e seis anos, média que depois de ponderada, pode baixar para os vinte e oito anos e meio (MUÑOZ JIMÉNEZ, 2014: 355). Pelo exposto, o trajecto de Frei Pedro da Conceição (1677-1745) enquadra-se perfeitamente nestes parâmetros, mesmo que seja detectada uma outra intervenção sua anterior a 1713.

A principal informação que dele nos chegou até hoje é-nos dada sobretudo pelos desenhos que traçou (todos eles aguarelados e a cores) quer para a Ordem (o que exigia um domínio da normativa e características da organização funcional da mesma), quer para entidades a ela exteriores, os quais nos revelam também conhecimentos profundos de arquitectura e engenharia, nomeadamente no que diz respeito a técnicas construtivas e materiais. As legendas e memórias descritivas constantes dos mesmos (alterações em conventos anteriormente traçados, ou até mesmo construção de raiz), permitem-nos contextualizar um pouco melhor a sua obra, a qual passaremos a analisar a partir desses mesmos desenhos e apontamentos, informados por outra documentação e também, sempre que o acharmos oportuno, pelo testemunho dos cronistas da Ordem - fontes deveras importantes pela descrição que fazem das diferentes etapas e respectivas campanhas de obras, bem como dos possíveis intervenientes, em especial artífices e encomendadores.

Em 1713 Frei Pedro da Conceição traçava as alterações do já citado convento masculino de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> do Carmo em Viana do Castelo: arco e cano para condução

<sup>79</sup> *Chronologia da Provincia De S Felipe de Carmelitas Descalços no Reyno de Portugal e suas Conquistas...*, ob.cit. BNP, Secção de Reservados, Códices 8207-8210.



de água ao convento junto do seleiro e acrescentamento da zona do refeitório, de acordo com os apontamentos constantes das plantas que repetiu em 1725, por se terem perdido as originais. Era então prior em Viana Frei Guilherme de Jesus Maria.

Para entendermos melhor o contexto da intervenção de Frei Pedro da Purificação teremos de recuar à fundação deste convento e analisar um pouco a sua evolução. Fundado em 1 de Julho de 1618 numas casas situadas na Rua da Bandeira, doadas por Francisco Jácome do Lago, assume especial interesse a notícia que nos deixou Frei Belchior de Santa Ana no Tomo I das *Crónicas* que, numa rara descrição, nos ajuda a entender como nos primeiros tempos as casas doadas aos Carmelitas Descalços poderiam ser adaptadas a convento<sup>80</sup>.

A exiguidade das instalações fez com que se pensasse fundar ali ou noutra local um novo convento e, já no tempo do Padre Fr. António das Chagas foi chamado Frei Alberto da Virgem, tracista da Ordem que, perante as possibilidades de escolha de outro espaço ali perto<sup>81</sup>, se decidiu pelas casas disponibilizadas pelos Mendonças, sendo lançada a primeira pedra do novo convento em 16 de Julho de 1621. Em 8 de Maio de 1625 encontravam-se já os Irmãos nas novas instalações e, em 20 de Julho de 1647, era por fim colocado o Santíssimo Sacramento na nova igreja<sup>82</sup>.

<sup>80</sup> ...constavam de uma casa sobradada em que se acomodou a igreja tirando as traves e o sobrado das duas partes dela e deixando a terceira como estava para servir de coro alto: de umas casas térreas que ficavam por detrás da outra fizeram-se o refeitório e a cozinha. Noutra casa do sobrado repartida em sala, câmara e cozinha acomodaram-se as celas nos altos e a despensa com repartimentos de tabuado: nos baixos ficaram a sacristia e outras oficinas: tudo tão estreito e pobre como pode entender o que considerar um convento formado, metido nos estreitos limites de umas casas (...). Para alívio do encerramento em lugar tão apertado tinham os religiosos um quintal que ao comprido seestendia uma boa distância; mas era tão estreito que não excedia a sua largura à das casas que tinham pouca (SANTA ANA, OCD, 1657: Cap. X, nº 647).

<sup>81</sup> De acordo com o mesmo cronista, os Carmelitas puderam escolher entre as casas oferecidas por Miguel da Rocha situadas na mesma Rua da Bandeira (casas com boa cerca, ou ainda por um campo pouco distante delas) e as casas oferecidas pelos Mendonça, tendo Frei Alberto da Virgem optado por estas últimas.

<sup>82</sup> Igualmente interessante é a descrição que Frei Belchior de SANTA ANA nos dá também da construção e evolução e que o novo convento foi sofrendo, num processo permanente de alteração dos espaços: *Continuou com a obra com tanto cuidado que quando acabou de ser prior em Junho de mil seiscentos e vinte e dois tinha levantado até à flor da terra os alicerces de sete celas do dormitório grande pela parte que cai para o rio e o de três celas do quarto do meio dia gastando na obra e na compra do sítio oitocentos mil reis, duzentos dos quais deu- lhe de esmola com beneplácito da sua comunidade e a licença do nosso padre geral o padre prior de Lisboa Fr. Agostinho do Santíssimo Sacramento; os outros grangeou de esmolas e de seis missas quotidianas que as casas da província lhe davam. Com as esmolas destas três missas e muitas outras que lhe fizeram a câmara e benfeitores particulares acabou o Padre Fr. Simão dos Anjos as sete celas começadas do dormitório grande e fez seis no do meio dia, três no de baixo e três no alto; fez mais a escada, a rouparia, a chaminé, a varanda do sol e outras oficinas necessárias com que a casa ficou capaz de receber os religiosos com mais comodidade que tinham onde estavam; e assim mudou-os para ela no dia da gloriosa Ascensão de Nosso Senhor Jesus Cristo 8 de Maio de mil seiscentos e vinte e cinco. Acomodou a igreja onde hoje é o refeitório e este pôs na casa que agora serve de despensa. Continuando com as obras levantou as paredes da parte do dormitório grande que estava por fazer até à altura das primeiras traves gastando em tudo três mil cento e setenta cruzados, soma que mostra bem a*

Alterações ditadas por variados factores, nomeadamente as relacionadas com a adaptação do espaço conventual às necessidades da vida da comunidade, determinariam uma nova campanha de obras no final do século XVII, já depois da descrição feita por Frei Belchior de Santa Ana<sup>83</sup>.

O abastecimento de água ao convento terá sido também uma preocupação que só viria a ser solucionada no início do século XVIII, na qual encontramos já documentada a intervenção de Frei Pedro da Conceição. Como testemunha Frei Manuel de S. Bento no Tomo IV das *Crónicas*, a 19 de Junho de 1659 o Prior Fr. António do Santíssimo Sacramento tomaria posse de uma fonte que Bernardo Velho Lobo possuía junto à sua quinta nas faldas do monte de Santa Luzia e doara ao convento. O Padre Prior começaria então, de imediato, uma obra que *consistio ella em formar canos, que levassem a dita agoa de hum lugar tão distante até o mais intimo do convento; sendo necessario atravessar quintas, campos, e estradas, e ainda mesmo desmontar e quebrar rochedos: e sobre tudo sendo necessario conseguir licenças da camara, e dos senhorios particulares, para se fazer licita, e validamente tal condução (...). Passados quasi cincoenta, e trez annos desde a posse da mesma fonte, começou a sentirse alguã diminuição nas suas correntes* (S. BENTO, O.C.D., 1800: Liv. XIII Cap. XII, 646 a 648). E prossegue o mesmo cronista esclarecendo como se solucionou o problema: em 1712, andando a caçar perto da capela de Santo André um religioso de S. Domingos *afeiçoado aos padres do Carmo*, encontrou uma mina de abundante água, o que logo comunicou ao convento carmelita, pelo que o Padre Prior pediu e obteve do Senado da Câmara licença para tomar posse da referida mina. O cronista dá-nos ainda outras importantes informações: *Feitas,*

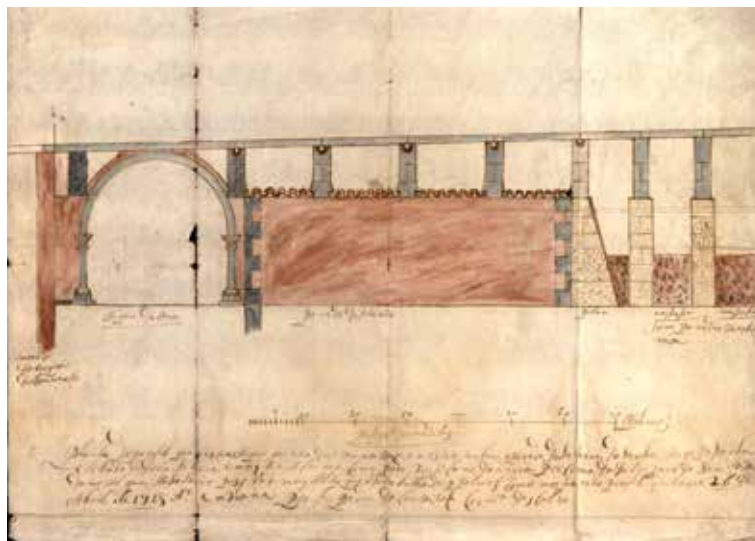
---

*grande caridade que usaram sempre connosco os moradores de Viana: é bem que nesta memória estampe também o agradecimento da religião. Fr. André da Anunciação acabou-lo de todo e acomodar melhor a casa com fazer o refeitório onde estava a igreja e pôr esta no que é hoje a sacristia e ante-sacristia e o lavatório. Causa estas mudanças nas casas dos pobres a falta das posses para fazerem tudo o que é necessário. Cada qual dos priores seguintes foi adiantando as obras com esmolas que nunca lhes faltaram (de tudo faremos adiante menção) até que o Padre Fr. Rodrigo da Encarnação com despesa de três mil e quinhentos cruzados pôs a igreja no estado de se colocar nela o Santíssimo Sacramento no dia do nosso padre e santo profeta Elias a 20 de Julho de 1647 como diremos no tal ano. Depois o padre prior Fr. José de Santa Teresa no sítio que occupava a igreja velha fez a sacristia, lavatório e ante-sacristia que são das melhores da província* (SANTA ANA, OCD, 1657: Cap. X, nº 647 e 648).

<sup>83</sup> Conhecemos as alterações efectuadas entre 1692 e 1694 que dizem respeito à construção do claustro (de 5 arcos por lanço, sendo o central aberto) e instalações à volta do mesmo, alterações essas aprovadas em Abril de 1694 por Frei Alberto da Madre de Deus, Geral da Ordem (homónimo do importante arquitecto da primeira metade do século XVII). Agradecemos a Frei José Carlos Vechina as informações e desenhos que nos disponibilizou há já algum tempo (integrados no conjunto de documentos deste convento que tem em organização) e ao investigador João Loureiro que os transmitiu, referentes a esta campanha de obras, bem como os referentes aos desenhos que Frei Pedro da Conceição, tracista da Ordem, elaborou em 1713, que a seguir analisaremos. A campanha de obras de finais do século XVII abordaremos num outro trabalho, e num outro contexto.

*e aperfeiçoadas as minas, cuidou logo o P. Fr. Guilherme de Jesus Maria, prior, que então era do convento, em mettela nos aquedutos da primeira, para que junta com esta, servisse aos mesmos fins. Em memoria deste beneffficio, que se attribuo ao grande patriarcha S. Domingos, e em correspondencia aó affecto com que seus illustres, e esclarecidos filhos, honrarão em todo o lugar, e tempo aos carmelitas descalços; principiarão estes a convidallos para as festas de nossa santissima matriarcha, e do nosso, grande protector S. Joze, e para jantar no mesmo refeitorio: convidação, que longe de dinuir (sic) a nossa obrigação, a augmenta cada vez mais, pois aquelles religiosissimos padres cordeamentos (sic) de Santa Theresa, nos convidão tambem para as suas festas do santo padre, e do doutor angelico dandonos no coro, e no refeitorio a preferencia a todos os seus hospedes (S. BENTO, O.C.D., 1800: Liv. XIII Cap. XII, 648 a 650).*

O texto de Frei Manuel de S. Bento ajuda-nos a contextualizar a intervenção de Frei Pedro da Conceição, contemporânea dos factos acima descritos, e a explicar os desenhos por ele elaborados - logo em 26 de Abril 1713 o tracista desenha um perfil do aqueduto que passando sobre o celeiro de Jorge Pessanha e do arco da rua conduziria a água à cerca do convento, nele determinando também a constituição dos respectivos muros **[Fig.10]**<sup>84</sup>. Este desenho seria completado por outro alçado



**Fig. 10.** Frei Pedro da Conceição (1677-1745), Perfil do Aqueduto. ADB, Convento de Nossa Senhora do Carmo de Viana do Castelo, PT/UM-ADB/MON/CNSCVCT/C49-1040. (Direitos da imagem: © Universidade do Minho/Arquivo Distrital de Braga).

<sup>84</sup> Legenda: Muro da cerca do Convento / Arco da Rua / parede do seleiro / pilar / em sossa / em sossa / sam paredes do extremo. Muro da cerca do Convento / Arco da Rua / parede do seleiro / pilar / em sossa / em sossa / sam paredes do extremo. O desenho tem escala (petipe das medidas) de 0 a 70 palmos. ADB, Convento de Nossa Senhora do Carmo de Viana do Castelo (PT/UM-ADB/MON/CNSCVCT/C49-1040).

do arco da rua (agora tomado do sentido oposto) [Fig.11]<sup>85</sup>, bem como pelo da fonte nova então construída [Fig.12]<sup>86</sup>. Este deverá ter sido feito para a fonte pública situada na Rua da Bandeira a pedido dos seus moradores, o que foi cedido pelo convento enquanto este assim o entendesse, como cita também Frei Manuel de S. Bento que não poupa elogios à arquitectura do aqueduto: *Quasi todos prelados que se, seguirão ao P. Fr. Guilherme de Jesus Maria gastarão muyto com esta agoa, já para defendella dos emulos, como para conduzilla com mais segurança. Entre todos levou a preferencia o P. Fr. Francisco da Purificação, o qual sendo prior do convento, a encanou em aquedutos de pedra vazados, com arcos de pedra de cantaria tão magnificos que mais parecem obra de hum principe, do que de huã comunidade religiosa. Pelos mesmos arcos entra na cerca por sima do*

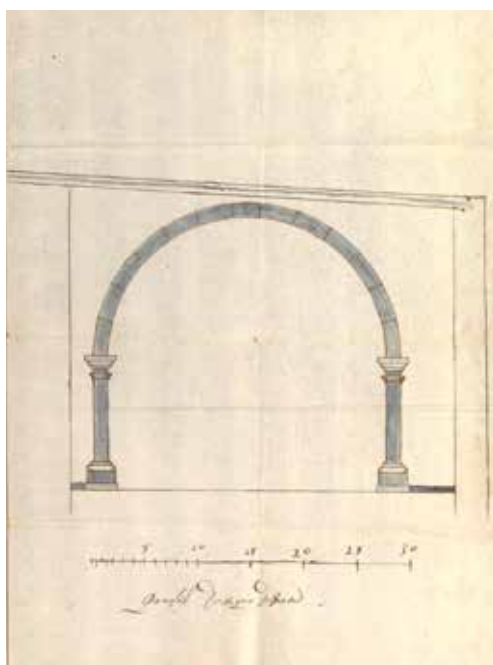


Fig. 11. Frei Pedro da Conceição (1677-1745), Arco da Rua. ADB, *Convento de Nossa Senhora do Carmo de Viana do Castelo*, PT/UM-ADB/MON/CNSCVCT/C49-1044. Legenda: Prefill do Arco da Rua. O desenho tem escala de 0 a 30 palmos. (Direitos da imagem: © Universidade do Minho/Arquivo Distrital de Braga).



Fig. 12. Frei Pedro da Conceição (1677-1745), Fonte Nova. ADB, *Convento de Nossa Senhora do Carmo de Viana do Castelo*, PT/UM-ADB/MON/CNSCVCT/C49-1043. Legenda: Planta do Arco da fonte /prefil p.<sup>a</sup> a fonte nova O desenho tem escala de 0 a 20 palmos. (Direitos da imagem: © Universidade do Minho/Arquivo Distrital de Braga).

<sup>85</sup> Legenda: *Prefill do Arco da Rua*. O desenho tem escala de 0 a 30 palmos. ADB, *Convento de Nossa Senhora do Carmo de Viana do Castelo* (PT/UM-ADB/MON/CNSCVCT/C49-1044).

<sup>86</sup> Legenda: *Planta do Arco da fonte /prefil p.<sup>a</sup> a fonte nova* O desenho tem escala de 0 a 20 palmos. ADB, *Convento de Nossa Senhora do Carmo de Viana do Castelo* (PT/UM-ADB/MON/CNSCVCT/C49-1043).

muro, no nivel das janellas das cellas, por onde corre em canos de chumbo athé a varanda. A qui esta huã magnifica fonte em huã columna, que medêa entre as muytas, que compõe a varanda, e della se reparte para hum soberbo xafariz, que está no claustro, e para todas as officinas, sem ficar alguã que não participe da mesma agoa. Ainda que já está muyto diminuta para o que foi aó principio, ella chega com tudo para o sima referido, e para huã fonte publica, que se dá para a Rua da Bandeira, para onde sahe da pia da sacristia. Esta fonte pedirão na os moradores da ditta rua, e se lhes concedeo somente em quanto os religiosos quizessem. Disto se fez escriptura publica em 23 de Dezembro de 1713 (S. BENTO, O.C.D., 1800: Liv. XIII Cap. XII, 651)<sup>87</sup>.

Da mesma campanha de obras traçada por Frei Pedro da Conceição para este convento em 1713 fazem ainda parte as plantas (primeiro e segundo pisos) referentes às alterações no sector onde se situava o refeitório e cozinhas, plantas estas novamente realizadas em 9 de Julho de 1725 por se terem perdido as originais, como refere o próprio tracista na legenda [Fig.13]<sup>88</sup>.

Na *Primeira Planta* [Fig.14]<sup>89</sup> estão traçados o aumento do

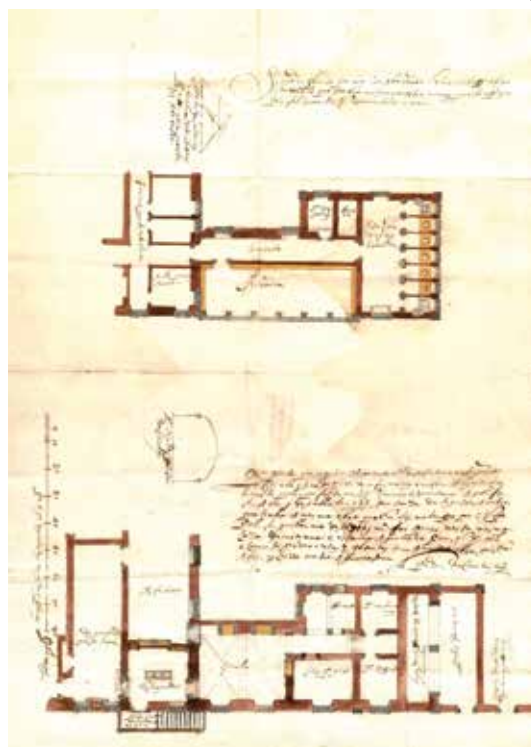


Fig. 13. Plantas do 1º e do 2º Pisos do sector do refeitório e cozinha. ADB, *Convento de Nossa Senhora do Carmo de Viana do Castelo*, PT/UM-ADB/MON/CNSCVCT/C49-1032-1 e 2. (Direitos da imagem: © Universidade do Minho/Arquivo Distrital de Bragal).

<sup>87</sup> Sublinhado nosso.

<sup>88</sup> *Primeira e Segunda* plantas, traçadas numa mesma folha. Apesar destas alterações estarem projectadas desde 1713 a própria legenda (que refere que *escuza outra aprovasam* por terem sido anteriormente aprovadas pelo Padre Geral) leva-nos a pensar que elas só seriam realizadas em 1725. ADB, *Convento de Nossa Senhora do Carmo de Viana do Castelo* (PT/UM-ADB/MON/CNSCVCT/C49-1032-1 e 2).

<sup>89</sup> Legenda; *Primeira planta que mostra o Acrecentam.<sup>10</sup> do refeitório e esfreguador e Cozinha e Caza de peixe e emfermarias e no fim As loges do officio homilde que he o que faltava a N. Convento de viAnna a qual fis eu a oje 9 de julho de 1725 por cauza de se perder A outra que tinha A mesma obra que eu fis no tempo que o N. P.º P.º fr. Guilherme de Jezus M.º foi prior nesta mesma caza de vianna e estava Aporvada por N. P.º g.º e como se perdeo estas 2 plantas tem A mesma obra pois eu a fis escuza outra Aprovasam (a) Fr. Pedro da Comceição. [Pormenor na margem esquerda] Para se medir Abobeda da Cozinha. Esta Primeira Planta foi já publicada por Miguel Portela (PORTELA, TEIXEIRA, 2017: 190, Fig.3). ADB, *Convento de Nossa Senhora do Carmo de Viana do Castelo* (PT/UM-ADB/MON/CNSCVCT/C49-1032-1) - (excerto).*



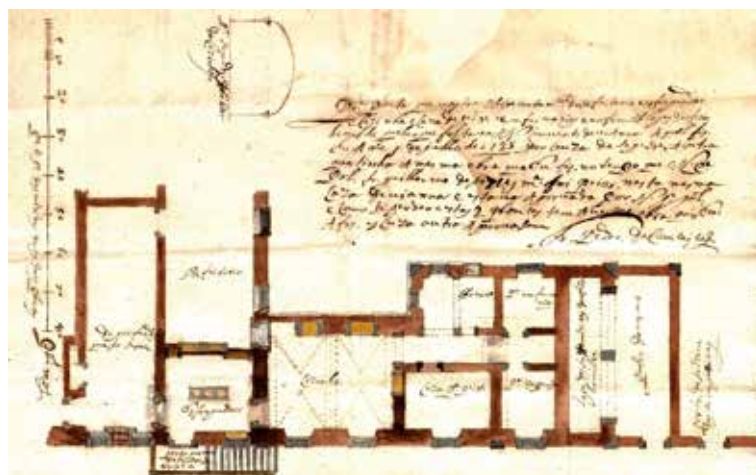


Fig. 14. Frei Pedro da Conceição (1677-1745), Primeira Planta. ADB, Convento de Nossa Senhora do Carmo de Viana do Castelo, PT/UM-ADB/MON/CNSC-VCT/C49-1032-1 (Excerto). (Direitos da imagem: © Universidade do Minho/Arquivo Distrital de Braga).

refeitório, cozinha e outros espaços de serviço a eles anexos (*esfreguador, casa de peixe*), enfermarias e *Oficio Homilde* (vulgo latrinas). Na margem, um pequeno apontamento desenhado em corte explica como deverá ser a abóbada da cozinha. Na *Segunda Planta* [Fig.15]<sup>90</sup> estão representados os espaços situados no piso superior, imediatamente acima dos anteriormente citados, nomeadamente a *varanda*. O desenho tem também na margem esquerda um pequeno apontamento para a construção das asnas da cobertura.

Como refere Frei Pedro da Conceição nas legendas, as obras contempladas nestes desenhos *era o que faltava ao Nosso Comvento de Viana*, vindo completar um ciclo de alterações iniciadas logo com a própria fundação, e ditadas pela evolução e necessidades da vida conventual.

Em 1719, seis anos depois da intervenção por si iniciada no convento de Viana, Frei Pedro da Conceição traçava as alterações ao convento masculino de *Nossa Senhora dos Remédios de Évora*, fundado ainda no século XVI, mas com um projecto posterior (início do século XVII) atribuído a Francisco de Mora (1553-1610).

A planta então traçada por Frei Pedro [Fig.16]<sup>91</sup> foi já publicada e analisada (MONTEIRO, 2011: Fig.3; TERENO, MONTEIRO, 2016: Fig.3 e 4)<sup>92</sup>. Nela está desenhado

<sup>90</sup> Legenda: *Segunda planta que mostra A baranda e o tranzito p.<sup>a</sup> o officio homilde que tonbem no fim o mostra e o mais que ella espliqua pois faltava ao N. Comvento de via<sup>a</sup>na.* [Na margem esquerda] *Medidas das madeira e como ham de ter As Asnas P.<sup>a</sup> esta obra quanto diz A baranda [espaços indicados nesta segunda planta]: tranzito que ja esta feito / salla que oje serve / Baranda / P.<sup>a</sup> despejos / chamine / Casa libre do officio homilde.* ADB, Convento de Nossa Senhora do Carmo de Viana do Castelo (PT/UM-ADB/MON/CNSC-VCT/C49-1032-2) - (excerto).

<sup>91</sup> Câmara Municipal de Évora (PT/AMEVR/CME/M/H/015).

<sup>92</sup> Estas autoras transcreveram (em ortografia actualizada) também as principais anotações constantes da planta. Optámos fazê-lo agora com a ortografia original: *Planta alta para o dormitório que se detremina*

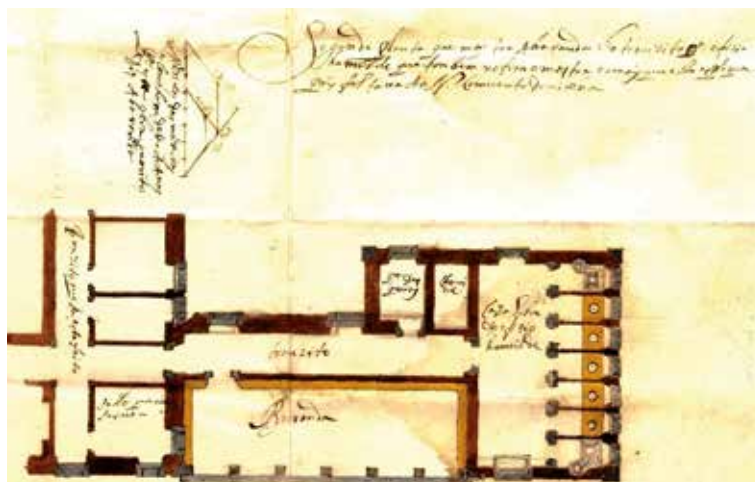


Fig. 15. Frei Pedro da Conceição (1677-1745), *Segunda Planta*. ADB, Convento de Nossa Senhora do Carmo de Viana do Castelo, PT/UM-ADB/MON/CNSC-VCT/C49-1032-2 (Excerto). (Direitos da imagem: © Universidade do Minho/Arquivo Distrital de Braga).

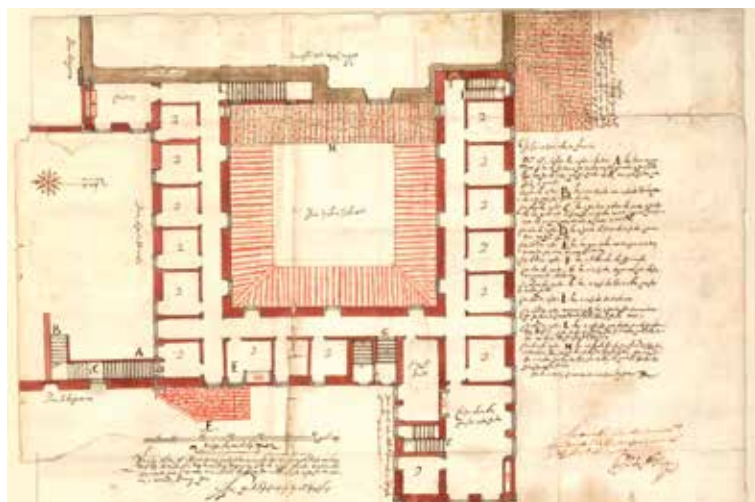


Fig. 16. Frei Pedro da Conceição (1677-1745), *Planta do Dormitório do 2º Piso do Convento dos Remédios de Évora* (C.M.E. - PT/AMEVR/CME/M/H/015). Foto: C.M.E.

o projecto de um dormitório no segundo piso correspondendo, certamente, às exigências ditadas pelo crescimento e dinâmica da vida no convento.

Uma parte da legenda, que agora transcrevemos<sup>93</sup>, confirma que o *quarto debaixo*

*fazer no Convento de Carmelitas descalços de Nossa Sr.ª dos Remedios de Evora Cidade, a qual planta mostra todo o Convento que caminha em o nível da Caza da aulla que já esta feita e serve ha muntos Annos. Por Fr. Pedro da Comceição Carm.ª Descalço; Aprovada com consentim.º dos coatro P.ªs Assistentes. Carnide, 9 de fev.º de 1719. Fr. An.º de S.º Eliseu G.ª Vam donde esta a igreja / Vam do claro do claustro / Vam do zaguam / Oratorio / Vam da hospedaria / Vam do pátio dos mossos / Vam do Tilhado do dormitório que vem por detrás da capela mor e comesa a porta da libreria e acaba no direito do de profundis do coro como este tilhado mostra. / vam donde esta o tilhado do lavatório e do esfregador / casa da fruta / casa da aulla que ja esta feita. Esta planta foi ainda publicada num desdobrável, respectivamente em inglês, espanhol e português, da autoria de Filomena Monteiro, José João Loureiro e Francisco Lameira. Évora: 2016.*

<sup>93</sup> *Tem escala pitipe das medidas de 0 a 60 palmos. Declarasam desta planta / pr.ªm.º A donde a letra A he hum arco que se hade fazer a porta dos mossos junto a parede da hospedaria que por cima dele vai a esada que sobe o quarto. / E a donde esta B he a emtrada na escada da hospedaria que ja esta feita / E a*

já estava construído, tal como a *aula* feita havia muito tempo. Contrariamente às plantas de Viana, em que a par da traça dos diferentes espaços se anotam também pormenores de construção, estes não são aqui explicitados.

Em 1733 Frei Pedro da Conceição traçava a reformulação da capela-mor da **Igreja de S. Domingos do Porto**. Esta encomenda por parte dos dominicanos ao tracista carmelita poderá ser explicada pela grande colaboração e amizade existente entre as duas ordens religiosas testemunhada, como já vimos, por Frei Manuel de S. Bento, a propósito da mina de água que iria abastecer o convento de Viana encontrada por um dominicano em 1712 (S. BENTO O.C.D., 1800: Liv. XIII Cap. XII, 650).

Esta capela-mor tinha sido doada pelos dominicanos a D. Inês de Menezes para sepultura sua e de seus descendentes. Em 1734 os religiosos obteriam dos seus administradores, D. Afonso de Magalhães e Menezes, Senhor de Ponte da Barca, e de sua mulher D. Ana Luiza de Barbosa, autorização para a reformulação da mesma, obrigando-se o Mosteiro a fazer as obras à sua custa com toda a segurança, conservando as sepulturas e suas inscrições (FREITAS, 1939: 6).

As alterações delineadas por Frei Pedro então realizadas<sup>94</sup> fazem parte de uma campanha de obras que, de acordo com o *Livro da Descrição do Convento*<sup>95</sup>, se iniciara ainda cerca de 1720. A velha igreja gótica seria agora reformulada, sobretudo na capela-mor e áreas adjacentes. O desenho mostra uma capela-mor profunda, ladeada por dois espaços praticamente simétricos, destinados à sacristia e à “casa para as couzas da Sacristia”, rematados cada um deles por um altar situado já no transepto: interessante é também a representação do espaço destinado ao trono e altar.

---

*donde esta C heo patim a donde esta a porta da hospedaria e comesa a escada nova que vai por cima do arco que tenho acima nomiado / E a donde esta D he a porta do cimo da escada que entra na pr.<sup>a</sup> sella / E a donde esta E he huma sella maior que as outras e nesta faram uma Chamine / E a donde esta F he o tilhado da Baranda / E a donde esta G he a escada Reg.<sup>arua</sup> que desce a o quarto debaixo / E a donde esta H he a escada da aulla que ja esta feita / E a donde esta I he a escada da trabuna / E a donde esta o numero:3 he a porta da serventia p.<sup>a</sup> se hir acima do tilhado da Capella mor / E a donde esta I he a escada da trabuna / E a donde esta L he a escada que desce a o de profundis do Coro que se fara por huma cazinha que oie esta no de profundis do Coro / E a donde esta M he o tilhado do de profundis do Coro e também vai riscado o tilhado do Claustro, porem fica ainda por baixo das janellas do quarto debaixo que ja esta feito / tudo o mais se nomeia em seu lugar.*

<sup>94</sup> O desenho tem uma escala em palmos (0 a 60) e a seguinte legenda, para além de outras anotações referentes aos espaços reformulados: *Planta Do emligim<sup>o</sup> Da Capella mor e trebuna da igr.<sup>a</sup> De S. Domingos Da Cidade do Porto e mostra tambem as 2 capellas colaterais e o mais que nella se ve feita oje 6 Dez.<sup>bro</sup> De 1733 Annos. Fr. Pedro Da Comceipção Carm.<sup>co</sup>*. In blog de Maria José e Rui Cunha (CUNHA, s/d), disponível em: <https://portoarc.blogspot.com/search?q=ordem+terceira> [Consulta de 27 de Abril de 2019]. Muito destruída pelo grande terramoto de 1755, seria reconstruída e novamente destruída por um incêndio em 1777.

<sup>95</sup> ANTT, *Mosteiro de São Domingos do Porto*, L.º 1º, doc. citado in (FREITAS, 1939: 6 e ss). A par das alterações aqui referidas, este documento é muito interessante pois descreve em pormenor a antiga igreja antes das alterações iniciadas no século XVIII, não só no que diz respeito à arquitectura, mas também em relação à pintura, escultura, retabulistica, azulejaria e outros elementos.



Descreve-nos o já citado *Livro do Convento: O arco da dita cap.ª mor antigo p.ª o cruzeiro era abatido de 36 palmos em alto e de volta aguda; e de largo 30 palmos, e sobre elle se achavaõ 30 frestas com suas vidraças hua no alto quazi junta ao tecto de 10 palmos toda de volta em redondo, e as outras 20 mais no baxo de 30 palmos de largo, e 8 de alto que fechavaõ assim no alto como no baxo de meia volta, as quaes metiaõ no corpo da Igr.ª bastante luz, e era a principal luz q a Igr.ª tinha. O arco da dita cap.ª mor p.ª o cruzeiro q se fez levantou muito mais ficando em alto de 55 palmos e de volta redonda 33 de largo deixandose sobre a cornija q corre sobre o dito arco todo o vaõ livre p.ª todo servir de nova fresta em meia laranja de oitavado como ali vem fechar o painellado do forro da Igr.ª formando 5 vidraças com a devizão de 4 pillares que ao feitio do forro ali vem cahir sobre a dita cornija. Os arcos antigos dos lados corriaõ na mesma altura e forma de volta de ponto agudo como os demais arcos da Igr.ª sem destinação, os quaes por ficar o cruzeiro mais vistoso se levantaraõ com o arco da capela mor de volta redonda, e de altura 52 palmos e meio<sup>96</sup>. A obra aqui descrita mostra importantes alterações no estilo e dimensões dos arcos as quais, por sua vez, implicam não menos importantes alterações estruturais e um grande conhecimento de técnicas construtivas para a sua execução.*

Em 1739 Frei Pedro da Conceição traçava as alterações ao **Convento de Olhalvo** cuja fundação terá sido iniciada só após a da respectiva igreja, na sequência de um voto do Bispo de Elvas e Capelão-Mor de D. João IV e de D. Afonso VI, D. Manuel da Cunha.

Dedicada a N.ª Sr.ª da Encarnação, a Igreja de Olhalvo seria mandada erigir após a Restauração, ao que parece como cumprimento de uma promessa que D. Manuel da Cunha fizera a Nossa Senhora quando se encontrava bastante enfermo, para na capela-mor fazer o panteão da sua família cujos restos mortais se encontravam, até então, em S. Francisco de Xabregas<sup>97</sup>.

As plantas que do Convento hoje se conhecem, publicadas já por Ayres de Carvalho (CARVALHO, 1962: 71)<sup>98</sup> terão sido delineadas em 1658, ano da morte de

<sup>96</sup> ANTT, *Mosteiro de São Domingos do Porto*, L.º 1.º, fl.1.

<sup>97</sup> Como já referimos noutra publicação nossa, a Igreja encontrava-se já em construção em 1643, nela tendo trabalhado Mateus do Couto Tio, Marcos de Magalhães (que já referimos também anteriormente neste texto a propósito dos arquitectos exteriores à Ordem que para ela trabalharam), o pedreiro Domingos Vicente e André Reinoso (COELHO, 2016: 281, 282). Veja-se também o texto do Padre Carlos Alberto da Silva Ferreira BRANCO (BRANCO, 1994: 6 e 7), que nos fornece uma cronologia da evolução da igreja e convento, a qual utilizámos também na nossa publicação atrás citada.

<sup>98</sup> Sobre estas plantas veja-se ainda PONCE DE LÉON, 1997: 150 a 154, e COELHO, 2016: 282 a 284. Não transcrevemos aqui as respectivas anotações pois, por algumas plantas se encontrarem ainda em restauro,

D. Manuel da Cunha, por João Nunes Tinoco de acordo com a data constante na *Planta Primeira*. No entanto, sabemos pelo testemunho de Frei Manuel de S. Bento, que a construção do Convento se iniciara em 1648, sendo lançada a primeira pedra só a 29 de Maio de 1656, oito annos depois da primeira escritura<sup>99</sup>: *a 21 de Junho de 1648 o Provincial Fr. Andre da Annuniação tomou posse da igreja, hospicio, e terras adjuntas, e ordenaria aos padres Fr. João da Apresentação, Fr. Sebastião do SS. Sacramento, Fr. Rodrigo da Conceição, e aos irmãos de vida activa Alberto da Virgem, e Thomé do SS. Sacramento de profissão simplez para que viessem ser fundadores daquelle novo, e santo convento* (S. BENTO, OCD, 1800: Liv. X Cap. XXIV, 183)<sup>100</sup>. E por este testemunho poderemos também inferir que a traça inicial do convento poderá ter sido feita pelo famoso tracista Frei Alberto da Virgem, ali enviado para a sua fundação - falecido este em 1651 em Coimbra, como atrás referimos, a obra deverá então ter sido entregue ao architecto régio João Nunes Tinoco.

Estas plantas foram traçadas e/ou completadas em dois momentos diferentes: o primeiro corresponde a intervenção de João Nunes Tinoco em 1658, e o segundo às alterações introduzidas por Frei Pedro da Conceição em 1739, ao que parece traçadas com anotações sobre as plantas já existentes, como a diferente coloração

---

não as pudemos consultar. Agradecemos à Directora da Academia Nacional de Belas Artes, Prof.<sup>a</sup> Doutora Natália Correia Guedes, ter-nos facultado o acesso às plantas que estavam já restauradas.

<sup>99</sup> Em 10 de Julho de 1646 fez-se a escritura de padroado para a fundação do convento para o que, em 1647, partiriam alguns carmelitas descalços que se hospedariam numas casas do lavrador Manuel Dias situadas na Malaqueira (onde, de acordo com Frei Manuel de S. Bento se encontrava uma pequena capela com as Armas da Ordem); além da fundação do convento, os carmelitas fundariam ainda um hospício (S. BENTO, OCD, 1800: Liv. X Cap. XXIV, 159, 160 e 192).

<sup>100</sup> Muito interessante é a questão que opôs D. Manuel da Cunha e os carmelitas, por causa da igreja de Olhalvo que ele lhes doara quando da fundação do convento, e que levou a grandes alterações na mesma. Esta, em cuja construção participaram Mateus do Couto Tio e Marques de Magalhães, por ter duas torres na fachada (modelo que se vinha impondo, e que tinha então a sua máxima expressão na nova Igreja de S. Vicente de Fora, recentemente construída) violava segundo os Irmãos as normas da Ordem, apesar de sabermos que a fachada com torres laterais, que deriva do modelo vignolesco, era também uma tipologia por eles adoptada, embora menos divulgada (MUÑOZ JIMÉNEZ, 1990a: 64-73; STURM, 2002: 82-83) - e certamente não usada entre nós. Vejamos o que nos relata Frei Manuel de S. Bento: *De parte a parte tinham desculpa os resentimentos. Da parte do Illustrissimo fundador havia o justo motivo, que o obrigava a dizer = Que posto elle estimasse, não havia obrigado aos carmelitas descalços a acceitar a offerta; e que se a da sua igreja era contra o instituto, a podião rejeitar; pois o seu intento era augmentar, e não destruir a religião (...) dizião os maldizentes ser improprio de carmelitas descalços ter em Adolhalvo duas torres; innadvertida, e miseravelmente cahio o vigario na cova que havia formado. Com deitar abaixo as torres, e fazer em seu lugar hum tosco campanario; deo motivo para dizer, que elle procedera como cego, e obrara hum destempero da mayor marca (...) He aquelle testamento hum monumento perpetuo da piedade do illustrissimo fundador; pois não obstante o seu justo resintimento por lhe demolirem as torres, abaterem o frontespicio, e variarem a capella mor, elle determinou no mesmo testamento, e em hum codecillo, que lhe anda apenço (sic), que supposto tinha gasto em Adolhalvo o melhor de sessenta mil cruzados, se dessem com tudo os cinco, que tinha prometido, caso que se chegasse a sagrar arcebispo de Lisboa* (S. BENTO, OCD, 1800: Liv. X Cap. XXX, 190 e 191).

nos desenhos parece indiciar. As alterações que então se fizeram, como se comprova nas respectivas anotações, correspondem a adaptações ditadas por necessidades funcionais. Temos assim, para além de novos espaços, outros que tendo o nome primitivo riscado, surgem com uma nova funcionalidade.

A *Planta Primeira*<sup>101</sup> [Figs.17 e 18], assinada por João Nunes Tinoco e datada de 1658, mostra claramente que o convento já se encontrava praticamente construído. Tem apenso um segundo desenho<sup>102</sup> [Fig.19], traçado já por Frei Pedro da Conceição com a indicação dos novos espaços então construídos num acrescentamento à planta inicial, certamente ditados pelas exigências de adaptação e evolução do espaço, dele constando a necessária aprovação de Frei António de Santo Eliseu.

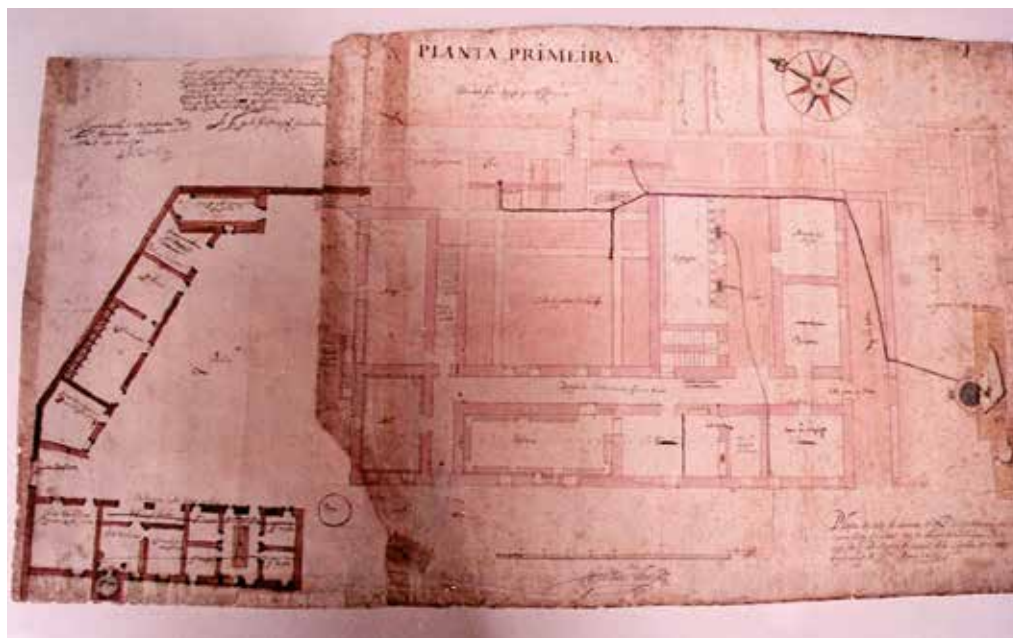


Fig. 17. João Nunes Tinoco (1616-1690) e Frei Pedro da Conceição (1677-1745), *Planta Primeira*. ANBA, nº de Inventário 875, e nº 876 (apensa), *Convento de Nossa Senhora da Encarnação de Olhalvo*, 1658/1739. Foto de Teresa Campos Coelho.

<sup>101</sup> *PLANTA PRIMEIRA / Planta do Sitio do Convento de N.ª Sr.ª da Encarnação de / carmellitas descalços. cito no Lugar de Dolhalvo. Padro/ado do S.º D. Manoel da Cunha. Bpo Cappellaõ Mór. Arçe-/bispo elleyto de Lx.ª. Anno 1658. Assinado: Joao Nunes Tinoco. Data: 1658. ANBA, nº de Inventário 875.*

<sup>102</sup> *Apenso à PLANTA PRIMEIRA / Tudo o que falta fazer nesta primeira /planta se fará conforme ella mesmo o mostra / A devir tudo tam-bem que as cazas dos mosos e amasado/ria e palheiro e estrumaria e as mais cazas que se / costumaõ fazer for a da clauzura se faraõ no ci/tio que esta planta as mostra acomodadas ao pre/ceito e conviniencia da Religiam. Assinada por Frei Pedro da Conceição Carmelita. Data: 15 de Maio 1739. À esquerda em cima "Aprovada de Frei António de Santo Eliseu". ANBA, nº de Inventário 876.*

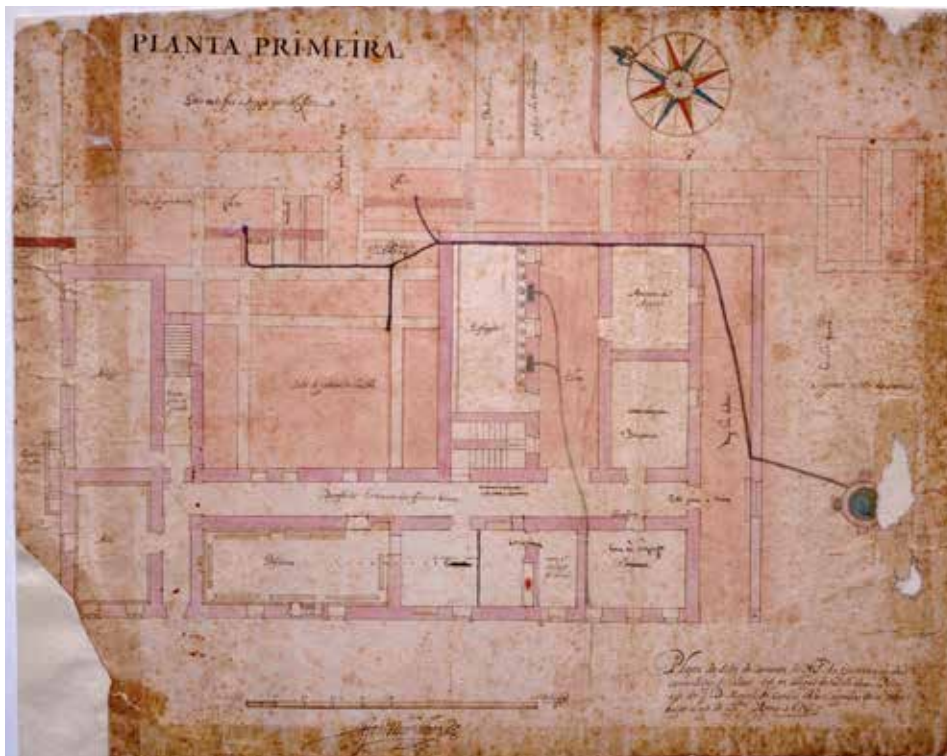


Fig. 18. ^ João Nunes Tinoco (1616-1690), *Planta Primeira*. ANBA, nº de Inventário 875, *Convento de Nossa Senhora da Encarnação de Olhalvo*, 1658. Foto ANBA.

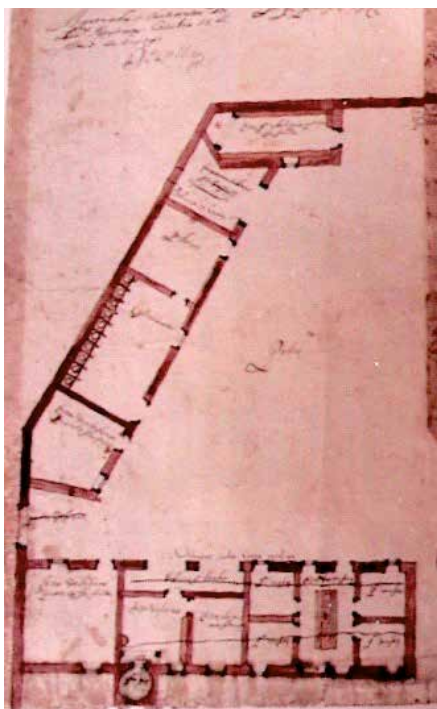


Fig. 19. < Frei Pedro da Conceição (1677-1745), *Planta Primeira*. ANBA, nº de Inventário 876, *Convento de Nossa Senhora da Encarnação de Olhalvo*, 1739. Foto de Teresa Campos Coelho.



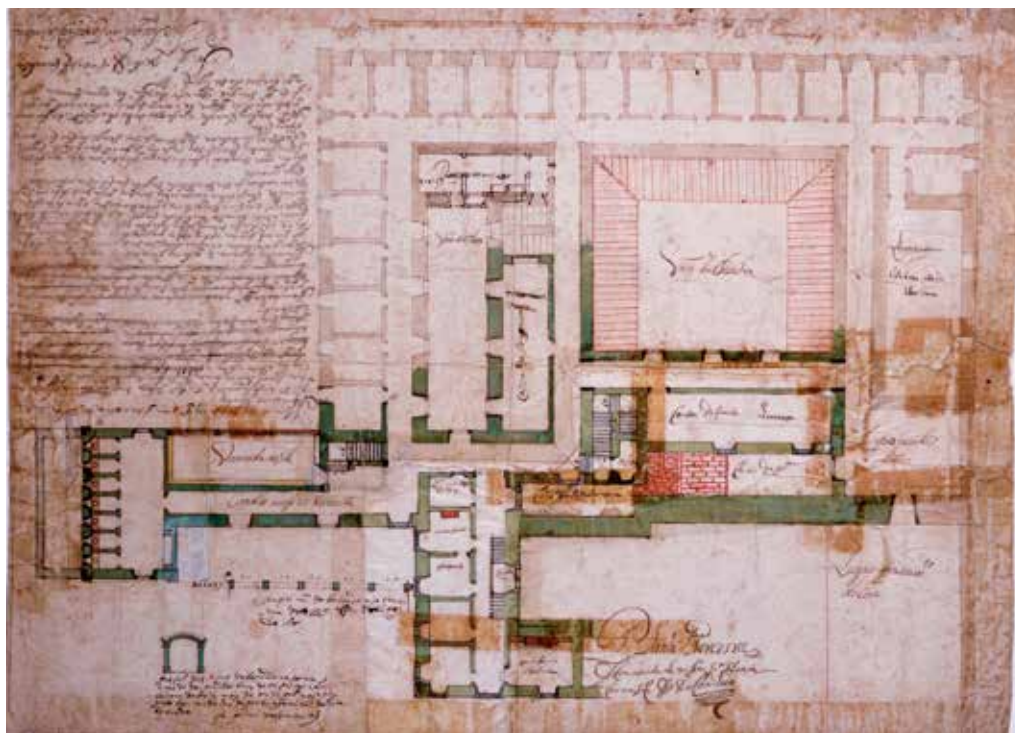


Fig. 20. João Nunes Tinoco (1616-1690) e Frei Pedro da Conceição (1677-1745), *Planta Terceira*. ANBA, nº de Inventário 878, *Convento de Nossa Senhora da Encarnação de Olhalvo*, 1658/1739. Foto ANBA.

Na *Planta Segunda*<sup>103</sup>, João Nunes Tinoco situa o pavimento do convento em relação com o da própria igreja. Quanto à *Planta Terceira*<sup>104</sup> [Fig.20] ela é sem dúvida a que mais nos esclarece sobre a intervenção de Frei Pedro da Conceição traçando os novos e/ou alterados espaços que completa com minuciosos apontamentos, quer sobre esses mesmos espaços, quer sobre as próprias técnicas construtivas - como já fizera, por exemplo, nos desenhos de alteração do convento masculino de Viana ou no Convento dos Remédios em Évora.

Muito arruinado com o terramoto de 1755, a venda do Convento ao Visconde da Arcada em hasta pública em 1841, iria marcar um novo ciclo de alterações, que o adaptariam às mais diversas situações.

<sup>103</sup> *PLANTA SEGUNDA / Do Convento de N.ª Sr.ª / da Encarnação de Dolhalvo/ Pavimento da Igr.ª*. Nela ressalta a organização do claustro - de forma quadrada, é composto por cinco tramos em cada lado, permitindo o central de cada um deles o acesso ao seu interior, dividido em quatro alegretes com o que parece ser uma fonte ao centro. Não apresentamos imagem desta planta, por se encontrar em restauro. ANBA, nº de Inventário 877.

<sup>104</sup> *PLANTA TERCEIRA / Do Convento de nossa Sr.ª Da em/carnasão Dolhalvo*. Assinada por Frei Pedro da Conceição e por Frei Joseph da Conceição, e aprovada por Frei Félix do Espírito Santo. ANBA, nº de Inventário 878.

Em Outubro de 1743 encontramos Frei Pedro da Conceição a dar a traça para a capela octogonal do **Senhor do Cruzeiro na Vacariça**, executada na sequência de um pedido para a sua construção feito ao Bispo de Coimbra em 26 de Março desse ano, de acordo com a verba de 400.000 réis disponibilizada por José Barreto em cumprimento de uma promessa feita ao dito Senhor do Cruzeiro (CARVALHO, 1995: 279)<sup>105</sup>.

A documentação deixada por Frei Pedro - desenhos datados de 21 e 24 de Outubro de 1743 (planta, alçado principal e dois alçados interiores) e memória descritiva datada de 29 do mesmo mês e ano (CARVALHO, 1995: 283 - 285, 293 e 294) elucida-nos bem sobre a natureza do projecto e dos procedimentos e materiais necessários para a sua execução revelando, uma vez mais, toda a sua perícia como arquitecto e conhecedor das técnicas construtivas. A planta **[Fig.21]**<sup>106</sup> é constituída por três espaços distintos - nave única de planta octogonal irregular, capela-mor profunda rectangular (definindo ambas um eixo longitudinal) tendo em anexo a esta última a sacristia, também de planta rectangular.

No exterior sobressai a fachada **[Fig.22]**<sup>107</sup> constituída por um pano único de alvenaria limitado por pilastras de cantaria, nela distinguindo-se o portal de verga rectangular encimado por um óculo polilobado traçado a partir de uma elipse. No mesmo desenho está represado ainda um alçado interior que mostra a capela-mor a que se acede por dois degraus e o altar onde se colocaria a imagem do Santo Cristo, bem como um corte da cobertura com as asnas que a suportam.

<sup>105</sup> Neste estudo de Catarina Domingues CARVALHO, a autora revela toda a documentação inédita que o suporta, desde os documentos para a fundação da Capela (originada pela existência de uma imagem do Senhor Crucificado existente num antigo cruzeiro fechado), bem como nos desenhos e apontamentos de Frei Pedro da Conceição, integrando-a e relacionando-a com outras capelas de planta centralizada no contexto da arquitectura portuguesa em Época Moderna, em especial com as da região de Aveiro

<sup>106</sup> Publicada com a respectiva legenda em (CARVALHO, 1995: 284, Fig. 3): *Petippe das medidas dos desta planta. Planta da Capella que se determina A fazer p.<sup>a</sup> o S.<sup>to</sup> Xp.<sup>to</sup> do Curzeiro da vacarissa esta o corpo della he oitavado e tem tonbem sua Capella mor e Samcherstia como A ditta planta mostra com os oitavos na pr.<sup>a</sup> leva. A porta da Capella e de fronte o Arquo cruzeiro da Capella mor e nos oitavos dous lados cada huaõ seu nicho e nos outros dous As frestas para darem luz A Capella. E nos outros dous as pias de Augua Benta o de mais As plantas tudo mostram m.<sup>to</sup> bem como nellas se ve que tonbem mostra As Abobedas Acim do Corpo da Capella como da Capella mor e Samcherstia que todas as mostram riscadas* (legenda novamente por nós transcrita). Agradecemos ao investigador João Loureiro que procurou os originais deste e dos outros desenhos desta Capela. AUC, III-1<sup>o</sup>D-6-3-22\_02.

<sup>107</sup> Publicado com a respectiva legenda em (CARVALHO, 1995: 283, Fig.1 e 2): *Planta de perfil que mostra o forontespicio da Capella que se determina A fazer Ao S.<sup>to</sup> Xp.<sup>to</sup> do Curzeiro da vacarissa. Mostra o portal e A forma em q ha de ficar depois de Acabado. Mostra tonbem hum ocollo p.<sup>a</sup> dar milhor luz A Capella. Mostra tonbem os coinhais e cimalha da forma que ha de ficar com o tilhado. Planta de perfil que mostra a frente dentro na Capella mor Adon.<sup>de</sup> ha de estar o S.<sup>to</sup> Xp.<sup>to</sup> pois mostra os dous degraus em baixo e o frontal do Altar e sua banquetta e o Arquo com o espaldar, e tonbem mostra As paredes da Capella e cimalthas e Abobeda e tonbem a forma do madeiramento e tilhado. Petippe das medidas dos dous perfizes. Oie 24 de 8.<sup>bro</sup> de 1743 Annos. Por Fr. Pedro da Comceipçaõ* (legenda novamente por nós transcrita). AUC, III-1<sup>o</sup>D-6-3-22\_01.



Fig. 21. Frei Pedro da Conceição (1677-1745), planta da Capela do Sr. do Cruzeiro da Vacariça. AUC, III-1ºD-6-3-22\_02, 1743. © Arquivo da Universidade de Coimbra.



Fig. 22. Frei Pedro da Conceição (1677-1745), Alçado e Corte da Capela do Sr. do Cruzeiro da Vacariça. AUC, III-1ºD-6-3-22\_01, 1743. © Arquivo da Universidade de Coimbra.



Fig. 23. Frei Pedro da Conceição (1677-1745), Corte da Capela do Sr. do Cruzeiro da Vacariça. AUC, III-1ºD-6-3-22\_03, 1743. © Arquivo da Universidade de Coimbra.

Um outro alçado tenta mostrar numa espécie de planificação o arco da capela-mor e os nichos dos altares e janelas que lhe estão imediatamente anexos [Fig.23]<sup>108</sup>.

E se a nave é constituída exteriormente por um octógono irregular que tem na fachada principal um lado de maiores dimensões, no interior ele apresenta uma forma que quase sugere uma elipse, criando uma tensão e dinamismo que ultrapassa a simples planta centralizada utilizada desde o período renascentista, denunciando o domínio de uma linguagem já assumidamente barroca. E demonstrando também que, à semelhança de exemplos conhecidos nas outras províncias da Península, os nossos tracistas carmelitas descalços executavam obras para alguns encomendadores que **acompanhavam a evolução da própria arquitectura, à margem daquilo que lhes era permitido fazer nos projectos da própria Ordem** (cuja normativa e orientação impunha sobretudo um estilo depurado e classicizante, como vimos anteriormente).

Por fim uma *memória descritiva*<sup>109</sup> a que chama *adevertências necesarias a quem fizer a Capella*, ainda que não prime pela correcção da expressão escrita, completa as legendas constantes dos desenhos e fornece uma descrição detalhada das dimensões, técnicas e materiais a utilizar - como, por exemplo, o uso de pedra de Ançã nas cantarias ou, até mesma, molduras dos nichos em alvenaria a imitar pedra. Falecido em 1745, Frei Pedro da Conceição já não terá assistido à construção da capela, a qual só seria iniciada mais tarde, de acordo com o contrato celebrado com Bernardo Luiz em 25 de Março de 1748 - nele se estabelece que *o Mestre se obrigava a fazer a dita obra na forma do risco e apontamentos que se acham feitos por mão e letra de Frei Pedro da Encarnação, digo, da Conceição, religioso carmelita descalço, que se acham por sua mão assignados* (CARVALHO, 1995: 295). Não deixa de ser curioso que no contrato se confunda inicialmente Pedro da Conceição com Pedro da Encarnação, outro carmelita descalço que, como vimos, terá projectado o convento feminino de Santa Teresa em Coimbra cujos estudos parece que se encontravam já feitos em 1714<sup>110</sup> - serão estes dois carmelitas a mesma pessoa? Só a continuação da nossa investigação o poderá vir a esclarecer.

<sup>108</sup> Publicado com a respectiva legenda em (CARVALHO, 1995: 285, Fig.4): *Petippe das medidas deste perfil. Planta derfilque mostra o Arquo Curzeiro da Capelinha mor e tonbem mostra A frente dos lados dele na Capella que se determina A fazer p.<sup>a</sup> o S.<sup>to</sup> Xp.<sup>to</sup> do Curzeiro da vacarissa mostra todas As Alturas dos Arquos mostra tombem As Abobedas e o firchal se emadeirar. Oie 21 de 8.<sup>to</sup> de 1743 Annos. Por Fr. Pedro da Comceipção* (legenda novamente por nós transcrita). AUC, III-1<sup>a</sup>D-6-3-22\_03.

<sup>109</sup> Apesar de publicada em (CARVALHO, 1995: 293, 294) decidimos transcrevê-la de novo e publicá-la aqui em anexo por constituir a única memória descritiva que até agora conhecemos da autoria de Frei Pedro da Conceição, a par dos apontamentos que descreve nos seus desenhos (anexo).

<sup>110</sup> DIAS, 1995: 87.



Encontramos ainda Frei Pedro da Conceição (1677-1745) a intervir noutros edifícios religiosos, embora até ao momento desconheçamos os documentos iconográficos que para eles terá elaborado.

Numa campanha de obras para a reconstrução da **Igreja de Santa Maria de Alcáçova em Santarém**, promovida entre **1715 e 1724** pelo 4º Conde de Unhão, D. Rodrigo Teles de Meneses, e custeada também pelas Ordens Militares (na qual participou o arquitecto João Baptista de Barros), Frei Pedro da Conceição terá desenhado uma planta de reconfiguração da nova capela-mor (SERRÃO, 2015).

Em **1725** traçaria a planta do mosteiro feminino de **Santa Rosa de Lima** em Guimarães<sup>111</sup>.

Perante a ameaça de ruína da abóbada da **Igreja dos Terceiros de S. Francisco em Braga**, o reconhecimento da sua perícia também no domínio das técnicas construtivas, faz com que seja chamado a dar um parecer sobre a mesma em Maio de **1745**<sup>112</sup>, pouco tempo antes da sua morte, ocorrida nesse mesmo ano, em Braga. E já depois desta, em 6 de Março de 1749, era celebrado um contrato com João Vieira oficial de canteiro, para a obra do **claustro das Carmelitas Descalças de Aveiro** para *dar inicio a obra do dito claustro na forma da planta da mesma obra do claustro feita por Frei Pedro da Conseissão religioso da mesma ordem*<sup>113</sup>.

## Considerações finais

A obra de **Frei Pedro da Conceição (1677-1745)** é, indubitavelmente, um dos mais notáveis testemunhos da arquitectura dos Carmelitas Descalços em território nacional, não só pelos inúmeros documentos iconográficos que nos deixou (que constituem a esmagadora maioria das plantas e alçados conhecidos para a Ordem em Portugal), mas também pela quantidade e diversidade dos trabalhos que elaborou.

Nascido em 1677 no Luso (Mealhada) e falecido em Braga em 1745, o seu percurso como *tracista* da Ordem (certamente iniciado com a sua profissão em 1699

<sup>111</sup> Fundado em 1630, a planta traçada em 1725 terá sido feita numa campanha de obras promovida pela priora Madre Catarina das Chagas (lançamento da primeira pedra em 31 de Março de 1727), tendo sido levantados então os muros da cêrca (CALDAS, 1996). Agradecemos a João Loureiro esta referência.

<sup>112</sup> Intervenção citada em *SIPA-Monumentos*, (agradecemos a Miguel Portela esta referência). Disponível em: [http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:UTSE\\_3pyvrgJ:www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx%3Fid%3D15585+&cd=17&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:UTSE_3pyvrgJ:www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx%3Fid%3D15585+&cd=17&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt)

<sup>113</sup> ADA, SN, liv. 271, f. 84, citado em AMORIM, 2006: 706, nota 55.

no Convento dos Remédios em Lisboa, apesar da primeira obra que lhe conhecemos ser a intervenção, em 1713, no convento masculino de Viana do Castelo) evidencia um domínio da Arquitectura que não se limita apenas ao *desenho*, mas que contempla também amplos conhecimentos de Engenharia, como o demonstram os inúmeros apontamentos e memórias descritivas que acompanham os seus desenhos. Habilitações indispensáveis para o cargo de *tracista*, profissão que terá aprendido certamente com o ainda desconhecido tracista que o antecedeu (talvez Frei José de Jesus Maria, carmelita descalço que encontrámos a executar, em 1713, uma encomenda para uma igreja exterior à Ordem).

Traçando alterações a conventos antigos, de acordo com as adaptações que novas necessidades exigiam, ou construindo outros de raiz, a sua actividade demonstra ainda que à semelhança de paralelos encontrados nas diferentes províncias, a sua obra contemplou encomendas de outras ordens religiosas e entidades, nas quais pôde exibir um conhecimento das características da arquitectura barroca que a sobriedade e rigorosa normativa carmelitanas não lhe permitiam exercer dentro da Ordem<sup>114</sup>.

O prestígio que atingiu como *tracista* e também como conhecedor das técnicas e materiais construtivos (patentes nos pareceres que foi chamado a dar neste domínio) estendeu-se mesmo após a sua morte em 1745, como demonstram alguns contratos de obra celebrados após esta data, os quais remetem para os projectos por si elaborados e, como tal, então ainda validados.

Com uma actividade documentada por mais de trinta anos, desde 1713 até à sua morte, Frei Pedro da Conceição (1677-1745) constituirá sempre, sem dúvida alguma, um notável e importante exemplo de *tracista* no contexto da arquitectura dos Carmelitas Descalços em Portugal, ainda insuficientemente estudada e com muito por desvendar<sup>115</sup>.

<sup>114</sup> Normativa que lhe impunha uma estreita obediência ao disposto nas então vigentes *ACTAS Y DECLARACIONES de Leyes de los Carmelitas Descalços de la Congregacion de España*, impressas em Madrid em 1700 (ver Fig.24 e caixa de texto em anexo).

<sup>115</sup> Para além daqueles que a quem agradecemos ao longo do texto, não podemos deixar de agradecer também à Biblioteca Nacional pelas imagens cuja a publicação autorizou, em especial à Dr.<sup>a</sup> Helena Patrícia e aos que, dentro da própria Ordem ou colaborando com ela, nos têm acolhido, incentivado e colaborado no nosso trabalho, em especial: ao Reverendo Padre Provincial Frei Pedro Ferreira, pela forma como nos tem recebido; ao Reverendo Padre Joaquim Teixeira, Delegado da *Comissão de Estudos Históricos e Património Cultural* pelo acolhimento e incentivo à investigação; a Frei José Carlos Vechina, por todos os documentos que nos tem disponibilizado; ao João Loureiro, pela disponibilidade, constante apoio e divulgação de documentos, e pelas muitas horas que passamos a trocar impressões referentes à produção artística da Ordem – como afirmámos no início deste trabalho, ele poderia ter sido assinado por ambos.

**Excerto das leis emanadas do Capítulo Geral celebrado no convento de Santo Hermenegildo de Madrid, no dia 1 de Maio de 1700, constantes das ACTAS Y DECLARACIONES de Leyes de los Carmelitas Descalços de la Congregacion de España impressas em Madrid em 1700**

**Sobre os irmãos leigos:**

*- Entende-se que as qualidades dos que sejam recebidos para o estado de Leigos, hão-de ser Artífices, e não de qualquer Arte, senão as que podem servir a Ordem, como as de Ensamblador, Entalhador, Escultor, Escultor, Carpinteiro, Pedreiro, Dourador, Pintor e Cirurgião, e que nas ditas Artes sejam destros e não principiantes: e para que não haja fraude nisto, não se diligencie a recepção de nenhum sem que seja examinado por um Mestre da Arte, e conste por testemunho assinado ser ele apto, com informação dos Padres Provincial e do Prior da Casa que pretende [p.18].*

*- Em cada Província o número de leigos, entre noviços e professos não deverá ultrapassar o número de 8, no máximo 10: e determina-se que estando cumprido este número, não se dê licença para que seja recebido mais nenhum, a não ser num caso raro e inevitável, em que a relevância das prendas do Pretendente, e demais circunstâncias de Nobreza, e coisas que possam concorrer prudente e moralmente, torne necessário recebê-lo [p.125].*

**Sobre a construção dos edifícios, e o papel dos tracistas:**

*- Não devem ser realizadas construções, alteradas ou modificadas as traças sem autorização do Padre Geral, e caso se realizem deverão ser repostas, ao que estão obrigados todos os Religiosos, Prelados e Súbditos, com pena de privação do ofício por 4 meses aos Prelados e Súbditos [p.74].*

*- Obrigação de todos os Religiosos, Prelados, Súbditos, de quem presidir a Casa ou do ofício de Clavário, ou executor de traças, ou de outra sorte possa de qualquer maneira ser responsável por isso, que tendo conhecimento deste Preceito o guardem, e cumpram na execução das obras o que estiver assente, ou declarado nas traças dos Tracistas, que para isto estejam apontados, sem alterar, mudar ou exceder no todo ou em parte, em matéria ou forma, não tendo expressa licença nossa por escrito, e ordem dos mesmos Tracistas, também escrita, ou por traça por si assinada: e que eles não a possam dar, nem a dêem de palavra, mesmo que seja apenas para abrir uma janela, ou porta no que está feito: e mando, sob o dito Preceito, aos ditos Tracistas, e a qualquer outro Religioso, a quem se*

*encomendar a delineação, ou execução de qualquer traça, que não tracem, não disponham, nem executem obra alguma em matéria forma ou medidas ao determinado nas nossas leis, e por quanto se reconhece excessos nesta matéria, mando, debaixo do dito Preceito, assim aos ditos Tracistas, como a qualquer Religioso, Prelado, ou Súbdito, a quem possa tocar, que não executem planta alguma, ainda que seja feita pelos que têm a Patente de Tracistas, sem que primeiro me seja remetida, e a assine em meu nome: e o mesmo se fará com qualquer Retábulo, para o Altar Mor, ou Capela, ou parte deles; e para os Tronos, que se fabricarem para a Imagem, que costuma haver nos nossos Coros; que antes de serem executados, me seja remetida a traça; e estando por mim assinada, se poderá pôr em execução. Tudo o que ordeno sob o dito Preceito. Item, foi aprovada a Acta que ordena que nos Retábulos não se ponham colunas Salomónicas, por serem contra o estilo comum, e espírito da Religião [pp. 75 e 76].*

#### **Sobre as dimensões de alguns espaços:**

*- Sobre as Livrarias que venham a ser fabricadas determina-se que tenham esta proporção: que a largura não exceda dez ou oito pés, e no máximo, vinte; e de altura, doze pés, e no máximo, catorze; e comprimento não tenham mais que duas vezes e meia a largura, para que sejam proporcionadas [p.77].*

*- Do mesmo modo, as Sacristias que de doravante se fabriquem, não tenham mais de dez e seis pés de largura, e no máximo dez e oito; e de altura dez, ou doze; e de comprimento, duas vezes e meia a largura, como proporção [p.77].*

*- Do mesmo modo, que nas Ermidas que doravante se fabriquem, para exercício dos Religiosos na Horta ou dentro das clausuras nos Colégios, ou Conventos comuns, não haja excesso, como se reconheceu ter havido em alguns, que de algum tempo a esta parte se fabricaram, não possam ter as que doravante se fizerem, mais de quarenta pés de comprimento, e trinta de largo, no sítio da fábrica; e se por razão de faltar algo à dita largura, e comprimento, o que faltar se possa compensar na outra dimensão, e no dito sítio se acomodar a Cella do Ermitão, que no máximo poderá ter um pé a mais do que a Lei permite às Celas comuns, um Oratório de doze pés quadrados, no qual não se fará meia laranja, nem lanterna, senão um tecto plano, ou de abóboda, que chamam esquifada, ou de Capela de aresta, com adorno pobre, e devoto, e uma câmara, com sua chaminé, de até dez pés, onde coma o Ermitão; e terá nela um armário para guardar o que precisar para o seu sustento; e na recepção, ou entrada de acesso a esses espaços, ou em outra parte do dito sitio, se*

*poderá pôr um espaço para as vestes sagradas e vestir-se o Sacerdote; e se for possível de acordo com a orientação da Ermida, fazer no Átrio um lugar para o Ermitão apanhar sol, faça-se ali ou noutro lugar, segundo a posição em que está a Ermida, a qual poderá ter uma cave para maior sanidade, se o sítio o permitir [pp. 78 e 79].*

*-Se algum dos ditos Tracistas reconhecer que algo não está bem na Fábrica, a mande parar e me avise, e acudindo a um qualquer Religioso, o obrigue a que notifique este Preceito a quem o quiser impedir, para que assim a obra não avance, até eu ser informado. Tudo o que mando, sob o dito Preceito: e especialmente encarrego os Padres Provinciais, que tendo feito escrutínio deste ponto em matéria de Fábricas, e Edifícios, se das suas Visitas resultar algum excesso contra o sobredito, me avisem para o remediar [p.79].*

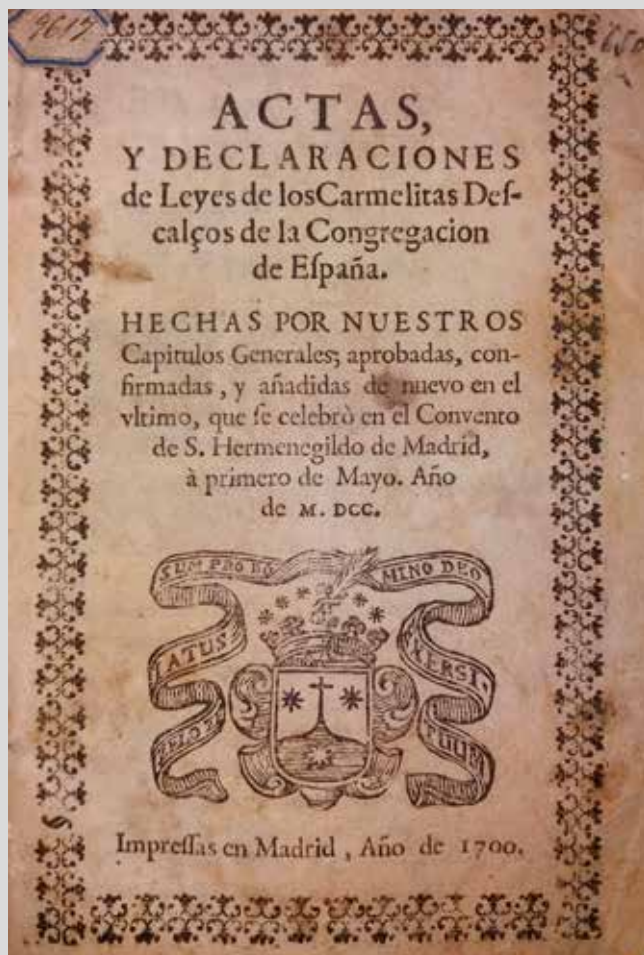


Fig. 24. Folha de rosto das ACTAS, y DECLARACIONES de Leyes de los Carmelitas Descalços de la Congregacion de España. HECHAS POR NUESTROS Capítulos Generales; aprobadas, confirmadas y añadidas de nuevo em el vltimo, que se celebrò en el Convento de S. Hermenegildo de Madrid, à primero de Mayo. Año de MDCC. Impresso em Madrid, Año de 1700. AOCDP. Foto de João Loureiro

## FREI PEDRO DA CONCEIÇÃO (1677-1745) - BREVE CRONOLOGIA

1677 - Nasce no Luso (Mealhada).

1699 - Professa no Convento dos Remédios de Lisboa.

1713 - Traça as alterações do convento masculino de Viana do Castelo.

1715 - Participa na campanha de obras iniciada nesta data e terminada em 1725 de renovação da Igreja de Santa Maria de Alcáçova em Santarém, para a qual terá desenhado uma planta de reconfiguração da nova capela-mor (em data ainda desconhecida).

1719 - Traça as alterações do convento masculino dos Remédios de Évora.

1725 - Traça a planta do convento feminino de Santa Rosa de Lima, da Ordem de São Domingos, em Guimarães. Neste mesmo ano refaz as plantas do convento masculino de Viana, por se terem perdido as que fez em 1713, como indica nas mesmas.

1733 - Traça as alterações da capela-mor da Igreja de S. Domingos no Porto

1739 - Traça as alterações ao Convento de Olhalvo.

1743 - Desenha a Capela do Senhor do Cruzeiro na Vacariça e a respectiva memória descritiva.

**1745 - É chamado a dar um parecer sobre a Igreja dos Terceiros de S. Francisco em Braga, em virtude a ameaça de ruína da abóbada. Neste mesmo ano falece em Braga.**

1748 - É celebrado o contrato para a construção da Capela do Senhor do Cruzeiro na Vacariça.

1749 - É celebrado o contrato para a construção do claustro do convento das Carmelitas Descalças de Aveiro segundo a traça que dera para o mesmo.

**ANEXO: MEMÓRIA DESCRITIVA FEITA POR FREI PEDRO DA CONCEIÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DA CAPELLA DO SENHOR DO CRUZEIRO DA VACARIÇA - 29 DE OUTUBRO DE 1743**

*Adevertencias necesarias A quem fizer A Capella que se determina A fazer para o S.<sup>to</sup> Xp.<sup>to</sup> do Curzeiro da vacarissa.*

*Pr.<sup>a</sup> M.<sup>te</sup> se abrião os Alicerces das medidas que As plantas Mostram no modo e dirasam de sinquo palmos e m.<sup>a</sup> de largo como A dita planta mostra e se fundaraõ em thé se achar o solido e Achando ser firme se Alaguaraõ m.<sup>to</sup> bem molisados de pedra e cal deitandolhe boas pedras compridas para que fiquem bem tornadas e seguras e nesta largura iraõ em thé dous palmos e m.<sup>a</sup> de pavim.<sup>to</sup> da rua p.<sup>a</sup> cima restando todas neste nivel ugalhadas. Será emlegida toda A capella com A mor e samcherastia cortando as paredes pella parte de fora huaõ palmo escaço que ficará de sapata em roda da Capella fiquando As paredes de quatro palmos e m.<sup>a</sup> de largo como A planta as mostra iseto as da samcherastia que só teraõ 4 palmos e Antre A Capella Mor e A dita samcherastia só terá 3 como a planta mostra.*

*As paredes caminharão nesta largura Asentadolhe os vazamentos dos coinhais assim de dentro como de fora em seus luguares como A planta os mostra e As ditas pilastras da parte de dentro e os coinhais da parte de fora caminharão m.<sup>to</sup> bem tornados com Alvenaria em the da porta de dentro quatorze palmos e huaõ quarto que nesta Altura se asentaraõ As emportas e os Arquos em cima como A planta de perfil os mostra. Da parte de dentro os da parte de fora caminharão em the vinte e huaõ palmos e três quartos Adonde se asentara a cimalha do Aljaros como A planta de perfil da porta de fora os mostra. Os nichos e frestas se asentaraõ em Altura e largura que as plantas de perfil os mostram Adevertindo que os nichos Asentandolhe A pr.<sup>a</sup> pedra em baixo que seraõ laboradas na forma que mostram os perfis se poderaõ fazer de Alvenaria e depois fingidos que paresam de pedra e o mesmo se poderaõ os coinhais da parte de fora. Iceto os 2 do foronte espicio que estes seraõ de pedra m.<sup>to</sup> bem laborados com os seus vazamentos no feitio e forma que As plantas de perfil os mostra. Como tam bem A cimalha que e tam bem o portal da Capella com o seu degrau em baixo e cimalthas em cima e o oculo sera tudo m.<sup>to</sup> bem acabado do feitio e medidas que A dita planta de perfil As mostra.*

*[fl.2]*

*O Arquo cruzeiro da Capella M sera m.<sup>to</sup> bem laborado com seu degrau em baixo e seus vazamentos e capiteis tudo da forma e feitio que A planta de perfil a mostra.*

*O degrau e pianha do Altar que torneiam toda A Capella Mor e todo o Arquo do Altar com capiteis e fecho sera tudo m.<sup>to</sup> bem laborado de pedra na forma e feitio que A planta de perfil mostra. Todas As impostas de todos os Arquos Assim da Capella Mor como da samcherestia seraõ de pedr e m.<sup>to</sup> bem laboradas na forma e feitio que As plantas de perfil mostram.*



*As abobedas serão m.<sup>to</sup> bem feitas na forma que estão riscadas na planta As da Capella Mor e samcherestia de aresta ou luneta e em camadas empostas de verço como A planta mostra e mais o perfil de dentro e as outavas iraõ de aresta todos os oitavos espirar o meio com huaõ roza grande que A guornisam seram taõ bem fingida a cal ou Ataraõ de pedra e se Asentara o fichar da Abobeda que A mesma planta mostra este feitio e o perfil de dentro mostra.*

*As lunetas de tigollo e A forma como se hade fazer A cimalha do aljaros da parte de fora se fara e sera toda feita na forma que A planta de perfil A mostra e correrá toda em roda de toda a Capella e taõ bem A Mor A qual se quiserem A poderaõ fazer de tiguollo e depois fingida que parrassa pedra, e o tilhado da samcherestia espirara de três augoas por baixo della.*

*Os madeiramentos da capela pirincipal serão de oitavo espirar o m.<sup>to</sup> com os seus oitavos espiguonis escorados na mesma Abobeda p.<sup>a</sup> mais seguranssa = e A Capella Mor sera emmadeirada na forma que mostra A planta de perfil. Adevertindo q a parte da asna que se ve he p.<sup>a</sup> nella perguar os dous espiguons cõi haros porque ha de ter três auguas e os espiguam deste tilhado ha de Acomedarce com os oitavos da pirincipal*

*[fl.3]*

*O tilhado sera m.<sup>to</sup> bem feito e emsopado levando nas cobirtouras os tres pedaços de cal e se for cuberto com canudo melhor sera iseto os espiguonis os quais A Capella principal ha de levar 8 e A samcherestia 2 e A Capella mor 2 e três com o do m.<sup>o</sup>*

*A cal para As Alvenarias sera tersada de duas de Areia e huã boa de cal e sera logo emguarlada com Augua que antes de Aguastar na obra a menos estara Acim emguarlada quinze dias*

*A cal para As guornisonis e tilhado sera tersada de duas de cal e tres de areia e Areia joiada e mais A cal logo emguarlada com Augua e estara Acim compondece o menos huaõ mes Antes que Aponham na obra.*

*E p.<sup>a</sup> Asentar As pedrarias se deve tonbem peneirar Areia e p.<sup>a</sup> de pedra e cal joiada torsada de 2 de cal e tres de Areia e p.<sup>a</sup> e tonbem emguarlada e composta p.<sup>a</sup> se hir guastando quando se Asentarem As pedrarias que com ella ficaraõ liguadas e seguras.*

*O pavim.<sup>to</sup> da Capella digo da emtrada e de redor della ficara mais Alto que o pavim.<sup>to</sup> da rua tres palmos e se Asentaraõ os degraos p.<sup>a</sup> e da forma que A planta os mostra Acim os da frente como os de tras da Capella mor e poderaõ ser de pedra mais tosqua.*

*As pedrarias para os Arquos cruzeiro e do S.<sup>to</sup> Xp.<sup>to</sup> e para o portal principal e p.<sup>a</sup> o ocollo e os pes dos nichos toda esta pedraria deve A ser de emsam e tombem os degraus Adonde ellas assentam.*

*Oie 29 de 8.<sup>bro</sup> de 1743 Annos*

*Fr. Pedro da Comceipçaõ*

Documento publicado in CARVALHO, 1994: 293, 294 e novamente por nós transcrito.



## ACRÓNIMOS

ADA	Aquivo Distrital de Aveiro
ADB	Arquivo Distrital de Braga
ADC	Arquivo Distrital de Coimbra
AHPL	Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa
ANBA	Academia Nacional de Belas Artes
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
AOCDP	Arquivo da Ordem dos Carmelitas Descalços de Portugal
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal
C.M.E.	Câmara Municipal de Évora
O.C.D.	Ordem dos Carmelitas Descalços

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### MANUSCRITOS

*Chronologia da Provincia De S Felippe de Carmelitas Descalços no Reyno de Portugal e suas Conquistas, : Em que se faz memoria de N.N. P.P. Geraes, e Diffinidores Geraes Superiores à dita Provincia: dos Provinciaes, Vizitadores Ultramarinos, e Priores, e dos Capitulos Geraes, em que forão eleytos: dos Procuradores Geraes, Secretarios, Supriores, Mestres de Professos, e de Noviços co[m] seus Ajudantes: dos Leytores, Substitutos, e Passantes: dos Religiosos, que professarão; dos que entrarão em cada Curso d'Artes; dos que tem sido Conventuaes em Bussaco; dos Filhos da mesma Provincia, que fallecerão dentro, e fora della; das fundaçoens de seus Conventos; e finalmente dos Capitulos Provinciaes, e dos Deffinidores, Socios e Substitutos, que nelles se nomearam Coimbra: 1748. BNP, Secção de Reservados, Códices 8207-8210.*

*Descrição do convento, Mosteiro de São Domingos do Porto. ANTT- Ordem dos Pregadores, Mosteiro de São Domingos do Porto, liv. 1.*

*Livro das Ordens e Decretos dos Capitulos Geraes, Deffinitorios, e de N. N. M.<sup>to</sup> RR. P.P. Geraes, mandado fazer pelo Decreto seguinte fielm.<sup>te</sup> tresladado. AHPL - ms. 620, fls. 42-45.*

Livro dos assentos de baptismos, Paróquia de Luso, 1625-1765. ADA - PT/ADAVR/PMLD04/1/1.

Livro dos assentos de baptismos, Paróquia de Monserrate - Viana do Castelo, 1718-1731. ADB - PT/ADVCT/PROQ/PVCT19/001/00006, fl. 163.

S. BENTO, O.C.D., Frei Manuel de (1800) - *Chronica de Carmelitas Descalços, particular da Provincia de S. Filippe dos Reynos de Portugal*, Tomo IV. Arquivo da Ordem dos Carmelitas Descalços de Portugal.

## FONTES IMPRESSAS

*ACTAS, y DECLARACIONES de Leyes de los Carmelitas Descalços de la Congregacion de España. HECHAS POR NUESTROS Capítulos Generales; aprobadas, confirmadas y añadidas de nuevo em el vltimo, que se celebrò en el Convento de S. Hermenegildo de Madrid, à primero de Mayo. Año de MDCC. Impresso em Madrid, Año de 1700* (AOCDP).

ANUNCIACION, Frei Juan de la (1698) - Avisos religiosos que a los descalzos de N.ª Sr.ª del Carmen escribe en Carta Pastoral su General, Madrid.

*CONSTITUTIONES FRATRUM DISCALCEATORUM BEATISSIMAE VIRGINIS MARIAE DE MONTE CARMELO. Primitiuae Obsrvantiae. CONGREGATIONIS HISPANIAE, á SS.D.N. Alex. Pp.VII Confirmatae Die III. Iulij Anno MDCLVIII. Pontificatus sui Anno Quarto. VLISIPONAE Cum Superiorum permissii. Anno 1665. Apud Henricum Valentem Olivieriam Typographum Regium.*

FORTES, Manoel de Azevedo (1728) - *O Engenheiro Portuguez. Tomo I Que comprehende a geometria pratica sobre o papel, e sobre o terreno: o uso dos instrumentos mais necessarios aos Engenheiros: o modo de desenhar e dar aguadas nas plantas militares; e no Apendice a trigonometria rectilinea*. Lisboa Occidental: na Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio.

MARIA O.C.D., Frei Joseph de Jesus (1753) - *Chronica de Carmelitas Descalços Particular da Provincia de S. Filippe dos Reinos de Portugal, Algarve & suas Conquistas*, Tomo III, Lisboa: Na Officina de Bernardo Antonio de Oliveira.

OLIVEIRA, Valério Martins de (1739) - *Advertencias aos Modernos, que aprendem o Officio de Pedreiro e Carpinteiro. OFFERECIDAS AO SENHOR S. JOSEPH, PATRONO DO MESMO OFFICIO, Venerado na sua Paroquial Igreja desta Cidade*

de Lisboa, POR VALERIO MARTINS DE OLIVEIRA Mestre Pedreiro na mesma Cidade. Lisboa: na Officina Regia Sylviana, e da Academia Real.

*Omnes morimvr: et quasi aque dilabimur in Terram que non revertūr*, nº 22 e nº 188 (BNP E.A. 100 V.).

*Primeira Parte das Constituições dos Carmelitas Descalços da Congregação de Portugal com a Regra Primitiva da Ordem, e com o Capítulo ultimo das mesmas Constituições, em que se contém as Leis Geraes da Congregação. Traduzida na Língua Portuguesa para uso dos Irmãos Leigos. Lisboa 1817. Na Off. De Simão Thaddeo Ferreira, Com licença da Mesa do Desembargo do Paço.*

*Regla y constituciones de las religiosas primitivas descalças de la Orden de la gloriosissima Virgen Maria del Monte Carmelo.* Lisboa: Officina Craesbeeckiana, 1653.

*Regra Primitiva e Constituições das Religiosas Descalças da Ordem da Gloriosissima Virgem Maria do Monte do Carmo, Traduzidas em Portuguez para a Congregação do Reino de Portugal: Adicionadas com as Declarações, e Actas, que pelo Decurso do tempo se lhes ajustaraõ para sua maior clareza, e perfeita observancia: Approvadas, e confirmadas pelo Santissimo Padre PIO VI, a 1 de Agosto de 1790, no Anno XVI do seu Pontificado: E Roboradas com o Beneplacito, Autoridade, e Protecção Regia da RAINHA FIDELISSIMA NOSSA SENHORA DONA MARIA I a 3 de Outubro do dito Anno de 1790.* Lisboa: Na Regia Officina Typografica, Anno 1791; Com licença da Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame, e Censura dos Livros.

SACRAMENTO O.C.D., Frei João do (1721) - *Cronica de Carmelitas Descalços, Particular da Provincia de S. Filipe do Reino de Portugal e as suas conquistas*, Tomo II, Lisboa Occidental: Na Oficina Ferreyrenciana.

SANTA ANNA O.C.D., Frei Belchior de (1657) - *Chronica de Carmelitas Descalços Particular do Reyno de Portugal, e Provincia de Sam Felipe*, Tomo I, Lisboa: Na Oficina de Henrique Valente de Oliveira.

SANTA TERESA O.C.D., Frei José de (1683) - *Reforma de los Descalzos de Nuestra Señora del Carmen*, Tomo Tercero, Madrid: Julián de Paredes.

SANTA TEREZA O.C.D., Frei Luís de (1761) - *TRATADO DE GEOMETRIA PRATICA, E PORTUGUEZA, No qual se trata da definição das linhas, do modo, e fórma de traçar em o plano as Figuras Rectilineas, e Curvilineas, e de medir quaesquer Figuras tanto de corpos sólidos, como de superficies. Tudo por estilo moderno. Composto por Fr. Luiz DE SANTA TEREZA Carmelita Descalço.* Coimbra : Na

Pffic. de Antonio Simoens Ferreira; Impressor da Universidade. *Com todas as licenças necessárias.*

## OUTRAS FONTES E OBRAS DE CONSULTA

- AAVV, BORGES, Augusto Moutinho, coord, (2016) - *Convento de Santa Teresa de Jesus de Carnide: o Falar das Pedras*, Lisboa: Confraria de São Vicente de Paulo: Palavras Tácteis.
- AAVV, TEIXEIRA O.C.D., Padre Joaquim, coord. (2017) - *Actas do Congresso Internacional "A Reforma Teresiana em Portugal"*, Fatima, Domus Carmeli 2015, Marco de Canaveses: Edições Carmelo.
- AAVV, VIEIRA, Irmã Ana Maria, coord, RAPOSO, Teresa, coord. (2003) - *O Convento dos Cardaes : veios da memória*, Lisboa: Quetzal.
- ALONSO, Marina Alvarez, José Miguel Barbero SÁNCHEZ (2011) - " La Arquitectura del Carmen Descalzo", in *Revista de Espiritualidad*, Burgos: Carmelitas Descalzos, Grupo Editorial Fonte, 70, pp.189-208.
- AMORIM, Inês (2006) - "Património e crédito: Misericórdia e Carmelitas de Aveiro (séculos XVII e XVIII)", in *Análise Social*, Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, vol. XLI (180), pp. 693-729.
- ANTONIO SÁENZ, Trinidad de (1987) - "Nuevos datos para el estudio del Monasterio de la Encarnación", in *Anales del Instituto de Estudios Madrileños*, pp. 53-59.
- BERGANZA, Leticia Verdun (1996) - *La arquitectura carmelitana y sus principales ejemplos en Madrid (S.XVII)*, Tese de Doutoramento apresentada à Universidade Complutense de Madrid, Faculdade de Geografia e História, Departamento de História da Arte II (Moderno).
- BLASCO ESQUIVIAS, Beatriz (2004) - "Utilidad y belleza en la arquitectura carmelitana: las iglesias de San José y La Encarnación", in *Anales de Historia del Arte* 14, Universidad Complutense de Madrid, pp. 146-148.
- BRANCO, Padre Carlos Alberto da Silva Ferreira (1994) - *Igreja de N<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Encarnação, Viagem no tempo. Convento dos Carmelitas Descalços*, Olhalvo: Paróquia de Olhalvo, pp. 6 e 7.
- BRAZ, José Campos (2000) - *Santarém raízes e memórias - páginas da minha agenda*, Santarém, Santa Casa da Misericórdia de Santarém.

- BUSTAMANTE GARCÍA, Agustín (1975) - “Los artífices del Real Convento de la Encarnación de Madrid”, in *Boletín del Seminario de Arte y Arqueología*, 40-41, pp. 369-388.
- CALDAS, Padre António José Ferreira (1996) - *Guimarães: Apontamentos para a sua História*, 2.a Edição, Guimarães: CMG/SMS, parte II, pp. 333-336.
- CALVO, M.<sup>a</sup> Celia Fontana (2011) - “El desaparecido Colegio de San Alberto de Huesca y la Arquitectura carmelitana”, in *Argensola*, Huesca: Instituto de Estudos Altoaragoneses, 121, pp.207-272.
- CAMPOS, Fernanda Maria Alves da Silva Guedes de (2013) - *Bibliotecas de História: aspectos da posse e uso dos livros em instituições religiosas de Lisboa nos finais do século XVIII*. Tese de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- CARRUSCA, Suzana Andreia do Carmo (2015) - *A azulejaria barroca nos Conventos da Ordem do Carmo e da Ordem dos Carmelitas Descalços em Portugal*, Tese doutoramento em História da Arte apresentada à Universidade de Évora em 2015.
- CARVALHO, Ayres de (1960-62) - *D. João V e a Arte do seu Tempo* (2 Vols.), Lisboa: ed. Autor.
- CARVALHO, Ayres de (1971) - *As Obras de Santa Engrácia e os Seus Artistas*, Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes.
- CARVALHO, Catarina Isabel Soares Domingues (1995) - “A Capela do Senhor do Cruzeiro na Vacariça (Mealhada). Sua autoria e integração na arquitectura centrada portuguesa do século XVIII”, in *Revista de Ciências Históricas*, Porto: Universidade Portucalense, Vol. X, pp. 275-297.
- CASTILLA, María Josefa Tarifa (2016) - “Arquitectura para un carisma: carmelitas descalzos y tracistas de la Orden en España”, in *Hipogrifo*, Revista de Literatura y Cultura del Siglo de Oro , Vol 4.nº 2, 2016, pp. 67-87], Instituto de Estudos Auriseculares, Disponível em <https://www.revistahipogrifo.com/index.php/hipogrifo/article/view/214>.
- CERVERA VERA, L. (1982) - *Complejo Arquitectónico del monasterio de San José en Avila*, Valencia.
- COELHO, Teresa de Campos (2016) - “Os arquitetos João (1616-1690) e Luís Nunes Tinoco (1642/3-1719) e o mecenato da Infanta D. Maria (1644-1693)”/“Honrar os mortos. Tumulária Régia no Convento”, in MOUTINHO, Augusto (coord.), *Convento de Santa Teresa de Jesus de Carnide: o Falar das Pedras*, Lisboa: Confraria de São Vicente de Paulo, Palavras Tácteis, pp. 36 a 47, 83 a 85.

- COELHO, Teresa de Campos (2018) - *Os Nunes Tinoco, uma dinastia de arquitectos régios dos séculos XVII e XVIII*, Lisboa: Fundação da Casa de Bragança/ DOCUMENTA, 2018, pp. 263-284. Tese de doutoramento em História da Arte, especialidade História Moderna apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em 2014.
- CORREIA, José Eduardo Horta (1984) - “A arquitectura maneirista e o estilo-chão”, in SERRÃO, Vítor (coord.) *História da Arte em Portugal. O Maneirismo*, Vol. VII, Lisboa: Edições Alfa.
- COSTA, Sandra Ferreira (2002) - “O Convento do Santíssimo Coração de Jesus. Observância e desvios à regra”, in *Monumentos*, Lisboa: Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, n.º 16, pp. 21 a 27.
- COSTA, Sandra Patrícia Antunes Ferreira da (2004) - *Real Fábrica do Santíssimo Coração de Jesus à Estrela*, Tese de Mestrado em História da Arte apresentada à Universidade Lusíada.
- COUTINHO, Artur (1986) - *A Cidade de Viana no Presente e no Passado: da Bandeira à Abelheira, Viana do Castelo: Paróquia N. Senhora de Fátima*.
- CUNHA, Maria José e CUNHA, Rui (s/d) - “Ordens Terceiras, Irmandades e Confrarias, III”, in Porto de Agostinho Rebelo da Costa aos nossos dias, disponível em <https://portoarc.blogspot.com/search?q=ordem+terceira> [Consulta de 27 de Abril de 2019].
- DAGGE, Guilherme de la Poer, VARNHAGEN, F. Adolfo de (1872) - *Convento de Nossa Senhora dos Remedios dos frades carmelitas descalços, Marianos em Lisboa: precedido de um estudo biographico ácerca de Salvador de Sá e Benevides e seu jazigo*, Lisboa: Typ. de Castro Irmão.
- D’ALPUIM, Maria Augusta (1979) - “Carmelitas em Viana”, in *Cadernos Vianenses*, Tomo II, Viana do Castelo, pp. 124-132.
- DIAS, Pedro (1995) - *Coimbra Arte e História*, 1ª edição, Coimbra: Livraria Minerva.
- DUARTE, Eduardo (2003) - “A Arquitectura do Convento dos Cardaes: uma caixa oferecida a Deus”, in VIEIRA, Irmã Ana Maria, e RAPOSO, Teresa (coord.), *O Convento dos Cardaes: veios da memória*, Lisboa: Quetzal.
- ECHEVERRIA GONI, Pedro y FERNANDÉZ GRACIA, Ricardo Fernández (1982) - “Aportación de los Carmelitas Descalzos a la historia del arte navarro: Tracistas y arquitectos de la Orden”, in *Santa Teresa en Navarra. IV Centenario de su muerte*, Pamplona, Grafinsa, pp. 183-230.
- FIGANIÈRE, Jorge César de (1841) - “Lista de alguns Artistas Portuguezes, e de varios estrangeiros que trabalharam em Portugal, coligida de escriptos e

- documentos”, in *Revista Universal Lisbonense, Jornal dos interesses physicos, moraes e literários, por uma sociedade estudiosa*, nº1, J.C. de F., p. 72.
- FIGUEIREDO, Leopoldo de (1943) - *O convento de N. S. dos Remédios*, Lisboa: Império.
- FREITAS, Eugénio de Andrea Cunha e (1939) - “As Capelas de S. Domingos do Porto”, in Separata do *Bol. Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Porto: Ed. Maranus.
- GIURGEVICH, Luana, LEITÃO, Henrique (2016) - *Clavis Bibliothecarum: catálogos e inventários de livrarias de instituições religiosas em Portugal até 1834* (Fontes para o Estudo dos Bens Culturais da Igreja, Nº 1), Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja.
- GOMES, Luís Miguel Martins (2007) - *Geometria dos traçados urbanos de fundação portuguesa: o Tratado da Ruação de José Figueiredo Seixas*, Dissertação de Mestrado em Desenho Urbano apresentada ao ISCTE-IUL.
- GOMES, Paulo Varela (2004) - “O Deserto Carmelita do Buçaco: Hum Breve Mapa da Cidade Santa de Jerusalém”, in *Monumentos*, n.º 20, Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, pp. 36-41.
- GOMES, Paulo Varela (2005) - *Buçaco - O Deserto dos Carmelitas Descalços*. Coimbra: Ed. X.M.
- GOMES, Paulo Varela (2007) - “As igrejas conventuais de freiras carmelitas descalças em Portugal e algumas notas sobre a arquitectura de igrejas de freiras”, in *14,5 Ensaio de História e Arquitectura, Livraria*, Lisboa: Almedina, pp. 263 a 276.
- GRAS, M. Mercè (2018) - “Joan de Sant Josep, Blanc Mur (1642-1718), i les històries provincials de l’orde: Catalunya i Portugal”, *Castell Interior*, Disponível em <https://castellinterior.com/2018/12/03/joan-de-sant-josep-blanc-mur-1642-1718-i-les-histories-provincials-de-lorde-catalunya-i-portugal/> [Consulta de 18 de Maio de 2019].
- GUIMARÃES, Rodolpho (1909) - *Les mathématiques en Portugal*, deuxième édition, Coimbra: Imprimerie de l’Université.
- O Instituto, jornal científico e literário*, Vol. 53, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1906.
- JESÚS, Frei David do Coração de (1962) - *A reforma teresiana em Portugal*, Lisboa: Tip. Esc. Prof. Salesianos.
- LAMEIRA, Francisco; LOUREIRO, José João e VECHINA, Frei José Carlos (2015) - *Retábulos da Ordem dos Carmelitas Descalços* (Promontoria Monográfica | História da Arte 11), Faro.



- LIMA, Carlos Manuel Ruão da Costa (2006) - *O Eupalinos Moderno: teoria e prática da arquitectura religiosa em Portugal: (1550-1640)*. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- LOPEZ GAYARRE, P. A. (1989) - *Arquitectura Religiosa en Talavera de la Reina (Fray Lorenzo de San Nicolás y su influencia)*, Talavera.
- LOUREIRO, José João - “Cronologia da Ordem dos Carmelitas Descalços em Portugal (1581 - 2016)”, in TEIXEIRA O.C.D., coord. (2017) - *Actas do Congresso Internacional “A Reforma Teresiana em Portugal” 2015*, Marco de Canaveses: Edições Carmelo, pp. 23 - 29.
- LUCAS, Margarida Herdade (2012) - *O Convento de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> do Carmo de Figueiró dos Vinhos no contexto da Província Portuguesa de S. Filipe de Portugal*. Dissertação de Mestrado em História da Arte, Património e Turismo Cultural, na área de especialização em História da Arte - apresentada ao Departamento de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 2012.
- MARINHO, Lúcia Maria Rodrigues (2018) - *Santa Teresa de Jesus na azulejaria e pintura do século XVIII*, Tese de Doutoramento no ramo de História, especialidade de História da Arte, apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa em 2018.
- MARQUES, Alexandra Bastos Rodrigues Sá (2009) - *Descalços e de Burel Vestidos - Convento de Nossa Senhora do Carmo em Figueiró dos Vinhos*, Figueiró dos Vinhos: Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos.
- MONTEIRO, Filomena (2011) - “Convento de Nossa Senhora dos Remédios - interpretação dos antigos espaços cenobitas através de cartografia e iconografia Histórica”, in *Atas do IV Simpósio Luso-brasileiro de cartografia histórica*, Porto.
- MOREIRA, Rafael (1989) - “Marcos de Magalhães”, PEREIRA, José Fernandes (dir.), PEREIRA, Paulo (coord.), in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa: Ed. Presença, pp. 276 e 277.
- MUÑOZ JIMÉNEZ, José Miguel (1985) - “Nueva documentación sobre la polémica del convento de Santa Teresa de Ávila (1652-1665): la arquitectura carmelitana en la disyuntiva Manierismo versus Barroco”, in *Monte Carmelo*, 93, pp. 15-95.
- MUÑOZ JIMÉNEZ, José Miguel (1986) - “El Padre Fray Alonso de San José (1600-1654), arquitecto carmelita”, in *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*, 52, pp. 429-434.
- MUÑOZ JIMÉNEZ, José Miguel (1989a) - “La arquitectura de Santa Teresa”, in *Monte Carmelo*, 97, pp. 127-157.



- MUÑOZ JIMÉNEZ, José Miguel (1989b) - “Sobre la formación y significación del arquitecto montañés fray Alberto de la Madre de Dios (1575-1635)”, in *Altamira: Revista del Centro de Estudios Montañeses*, 48, pp. 65-90.
- MUÑOZ JIMÉNEZ, José Miguel (1989c) - “Fray Alberto de la Madre de Dios y la arquitectura cortesana: urbanismo en la villa de Lerma”, in *Goya: Revista de Arte*, 211-212, pp. 52-59.
- MUÑOZ JIMÉNEZ, José Miguel (1990a) - *La arquitectura carmelitana (1562-1800): arquitectura de los Carmelitas Descalzos en España, México y Portugal durante los siglos XVI a XVIII*, Ávila: Institución Gran Duque de Alba.
- MUÑOZ JIMÉNEZ, José Miguel (1990b) - *Fray Alberto de la Madre de dios, arquitecto (1575-1635)*, Santander: Tantin.
- MUÑOZ JIMÉNEZ, José Miguel (1992) - “Diccionario de artífices del Carmelo teresiano”, in *Monte Carmelo*, 100, pp. 49-78.
- MUÑOZ JIMÉNEZ, José Miguel (1998) - “La arquitectura de S. Juan de la Cruz: la capilla natal de Fontiveros como maqueta del estilo carmelitano”, in *Monte Carmelo*, Revista de Estudios Carmelitanos 106, pp. 109-128
- MUÑOZ JIMÉNEZ, José Miguel (2001) - “Addenda al diccionario de artífices del Carmelo Descalzo. Arquitectos, Maestros de obras y Ensambladores”, in *Monte Carmelo*, 109, pp. 479-489.
- MUÑOZ JIMÉNEZ, J. M (2013) - “Segunda Adenda al Diccionario de artífices del Carmelo Descalzo. Arquitectos y Maestros de Obras”, in *Monte Carmelo*, Burgos, 121, pp. 269-304.
- MUÑOZ JIMÉNEZ, José Miguel (2014) - “El estilo carmelitano de arquitectura: las vías de formación de los artífices en la descalcez española”, in *Monte Carmelo*, 122, pp. 341-361.
- MUÑOZ JIMÉNEZ, J. M (2017) - “Tercera Adenda al Diccionario de artífices del Carmelo Descalzo. Arquitectos y Maestros de Obras”, in *Monte Carmelo*, Burgos, pp. 479-506.
- NARVÁEZ i CASES, Carme (1995) - “La gestación de l’estil arquitectònic carmelità; les primeres disposicions dels descalços respecte a la construcció dels seus convents”, in *LOCVS AMENVS* 1, Universitat Autònoma de Barcelona. Departament d’Art 1, pp. 139-144.
- NARVÁEZ I CASES, Carme (2003) - *La arquitectura en la congregación de los carmelitas descalzos*, Burgos: Monte Carmelo, 2003.
- NARVÁEZ i CASES, Carme (2004), *El tracista fra Josep de la Concepció i l’arquitectura*

- carmelitana a Catalunya*, Barcelona: Publicacions de l'Abadia de Montserrat. Tese de doutoramento apresentada Universitat Autònoma de Barcelona, 2002.
- NARVÁEZ i CASES, Carme (2015) - “«Todo tosco y sin labrar»: el model conventual de Santa Teresa i el seu reflex en la normativa arquitectònica de l'orde carmelità descalç”, in *Scripta: revista internacional de literatura i cultura medieval i moderna*, 6, pp. 176-189.
- PEREIRA, Luiz Gonzaga (1927) - *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*. Prefácio de Augusto Vieira da Silva. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- PINHO, Isabel Maria Ribeiro Tavares de (2008-2009) - “As Carmelitas do Desterro de Viana do Castelo”, in *Revista da Faculdade de Letras - Ciências e Técnicas do Património*, Vol. VII-VIII, Universidade do Porto: Porto, pp. 319-338.
- PONCE DE LÉON, Fernando (1995) - *Carmelitas Descalços - Teresios - em Pernambuco. Padroado e vida conventual*. Tese de Doutoramento em História, apresentada à Universidade Federal de Pernambuco em 1995.
- PONCE DE LÉON, Fernando (1997) - “O Convento do Desterro - Santa Teresa de Olinda e a Arquitectura Carmelitana”, in *Actas do III Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte*, Évora, pp. 111-128.
- PORTELA, Miguel (2017) - “Uma Arquitectura para a oração, os claustros dos conventos dos Carmelitas Descalços em Portugal (séculos XVI-XVII)”, in TEIXEIRA O.C.D., Padre Joaquim, coord., *Actas do Congresso Internacional “A Reforma Teresiana em Portugal”*, Fatima, Domus Carmeli 2015, Marco de Canaveses: Edições Carmelo, pp.183 a 199.
- QUEIRÓS, Maria Helena Cunha de Freitas (2007) - *D. Fr. Luís de Santa Teresa (O. C. D.), Director Espiritual e Biógrafo. A inacabada vida de Josefa Maria da Trindade (O. S. B.)*, Dissertação de Mestrado em Culturas Ibéricas, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- RITA, Mário, BEJA, Hugo, colab., KLÜLL, fot. (1992) - *Retábulos e painéis no Convento dos Cardaes*, Lisboa: Convento dos Cardaes.
- SAGRADA FAMÍLIA O.C.D., Frei Emigdio (1948) - “Reseña histórica de los principales ejemplares”, in *Monte Carmelo*, Revista de Estudos Carmelitanos, XLIX, Abril-Setembro, Burgos, pp. 129 e seguintes.
- SAN JOSÉ, Félix Mateo de (1948) - “Canon arquitectónico en la legislación carmelitana”, in *Monte Carmelo*, 52, pp. 117-122.
- SANTA TERESA O.C.D., Frei Silverio de (1937) - *Historia del Carmen Descalzo en España, Portugal y América*, Tomo VIII, Burgos, El Monte Carmelo.

- SARANTOPOULOS, Panagiotis (transcrição), (1986-1997) - *Memória da vida e morte do 10º Arcebispo de Évora D. Fr Luis da Siiva Telles* (Arquivo Distrital de Évora, Códice CVI/1-27, fl. 17), in *A cidade de Évora*, XLIII-XLIV, n° 69-70, pp.125 a 181.
- SERRÃO, Vítor (1983) - “ Marcos de Magalhães. Arquitecto e entalhador do ciclo da Restauração (1647-1664)”, in *Separata do Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, III Série, N° 89, I Tomo.
- SERRÃO, Vítor (2003) - *História da Arte em Portugal - O Barroco*, Lisboa: Editorial Presença.
- SERRÃO, Vítor (2015) - “A fantasiosa decoração de *Grotesche* de Santa Maria de Alcáçova em Santarém”, in *Jornal Correio do Ribatejo*, de 6 de Novembro.
- SILVA, Sara Manuela Correia Rodrigues da (2014) *Os carmelitas descalços em Braga e a real irmandade de Nossa Senhora do Carmo (1758-1834)*. Dissertação de Mestrado em História apresentada à Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais.
- SILVA, Innocencio Francisco da, ARANHA, Pedro Wenceslau de Brito (1858-1958) - *Diccionario Bibliographico Portuguez: Estudos Applicaveis a Portugal e ao Brazil*, Imprensa Nacional.
- SOROMENHO, Miguel (2004) - “O Convento de Corpus Christi: um caso de estudo”, in *Monumentos*, Lisboa: Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, n.º 21, pp. 116-123.
- STURM, Saverio (2002) - *L'architettura dei Carmelitani Scalzi in età barocca*, Roma: Gangemi.
- TERENO, Maria do Céu Simões (2013) - “Conventos Carmelitas em Évora (Portugal) e Salvador (Brasil)”, in *Atas do Ciclo de Conferências sobre “Convento de Nossa Senhora dos Remédios e a Ordem do Carmo em Portugal e no Brasil*, associado à exposição “Convento de Nossa Senhora dos Remédios. Évora 2012/2013”. Évora.
- TERENO, Maria do Céu Simões, MONTEIRO, Maria Filomena Mourato (2016) - “Evolução diacrónico-funcional num antigo espaço religioso do século XVII em Évora - Portugal”, in *Revista ART ISON* edição especial, n° 3 de 2016. Lisboa.
- VECHINA O.C.D., Padre Jeremias (2019) - “Reforma Teresiana em Portugal: História”, in *Studia Carmelita*, N.º 1, Fátima, CEHPC-OCD (publicação póstuma).
- VENTURA, Augusta Faria Gersão (1936) - *Subsídios para o estudo da flora camoniana: fruta da ilha dos amores*, Coimbra: Coimbra Editora, L.<sup>da</sup>.
- VIEIRA, S.J., (1938) - *O Convento de Nossa Senhora dos Remédios: Convento dos Marianos*, Lisboa: Portugália.



*"QUANDO VEMOS UMA BELA IMAGEM,  
NÃO DEIXAMOS DE A ESTIMAR":* REPRESENTAÇÕES TERESIANAS *IN SITU* EM  
PROGRAMAS ICONOGRÁFICOS DISTINTOS  
DO CONTEXTO CARMELITA DESCALÇO

**Lúcia Marinho**  
luciadavinci@gmail.com

Az – Rede de Investigação em Azulejo | ARTIS – Instituto de História da Arte  
Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

## RESUMO BIOGRÁFICO

**Lúcia Marinho** é investigadora do Az – Rede de Investigação em Azulejo, núcleo de investigação do ARTIS – Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Doutorada em História da Arte com a dissertação intitulada *Santa Teresa de Jesus na Azulejaria e Pintura do século XVIII*, sob a orientação do Professor Doutor Vítor Serrão e coorientação do Doutor Alexandre Pais.

Da produção científica até à data, destaque para a edição de dois textos sobre o revestimento azulejar da Capela das Almas, no Porto e, do ciclo teresiano em azulejo do Convento de Nossa Senhora dos Cardais, em Lisboa, *In* CARVALHO, Rosário S.; SILVA, Libório M. eds. – **Azulejos. Maravilhas de Portugal / Wonders of Portugal**. Vila Nova de Famalicão: Centro Atlântico, 2017. Para publicação no número 6 da Revista ARTIS – Revista de História da Arte e Ciências do Património, encontra-se no prelo o seguinte artigo: *O Azulejo e o Tempo: os painéis cerâmicos que marcaram as horas*.

## **QUANDO VEMOS UMA BELA IMAGEM, NÃO DEIXAMOS DE A ESTIMAR<sup>1</sup>: REPRESENTAÇÕES TERESIANAS *IN SITU* EM PROGRAMAS ICONOGRÁFICOS DISTINTOS DO CONTEXTO CARMELITA DESCALÇO \***

*WHEN WE SEE A VERY FINE PICTURE, WE SHOULD NOT UNDERVALUE IT: TERESIAN REPRESENTATIONS *IN SITU* IN ICONOGRAPHIC PROGRAMS, DISTINCT FROM THE BAREFOOT CARMELITE CONTEXT*

### **RESUMO**

É incontornável falar de Santa Teresa de Jesus sem ter em mente as diretrizes colocadas pelo Concílio de Trento sobre o papel pedagógico imposto à Arte, sobre o modo como deviam ser as representações do sagrado a par da importância do culto dos santos contrarreformistas e das ações de reforma e fundação que alteraram o paradigma religioso a partir do final do século XVI. O presente artigo, que advém da nossa tese de doutoramento intitulada *Santa Teresa de Jesus na Azulejaria e Pintura do século XVIII*, tem como objetivo tentar compreender o uso simbólico das imagens sobre Santa Teresa de Jesus em situações externas ao universo da Ordem dos Carmelitas Descalços. Compreendendo pintura e azulejo, tentar-se-á problematizar a questão de integração ao nível artístico que envolve a santa carmelita, mas que tem sido pouco estudada, tendo presente os casos dos antigos conventos de Santa Marta em Lisboa, São Paulo da Serra de Ossa, no Redondo, e da Igreja da Misericórdia em Aveiro, entre outros.

### **ABSTRACT**

It's imperative to speak of St. Teresa of Jesus without having in mind the directives laid down by the Council of Trent on the pedagogical role imposed on Art, how the representations of the sacred should be, along with the importance of the counter-reformist saints' cult and the actions and foundations that altered the religious paradigm from the end of the 16<sup>th</sup>-century.

This article, which comes from our PhD dissertation – *Santa Teresa de Jesus na Azulejaria e Pintura do século XVIII*, aims to try to understand the symbolic use of the images on St. Teresa of Jesus in situations outside the universe of the Order of the Discalced Carmelites. Apprehending both painting and *azulejo* (tile), we will try to problematize the integration at the artistic level that involves the Carmelite Saint, bearing in mind the cases of the former convents of Santa Marta in Lisbon, São Paulo de Serra de Ossa, in Redondo, and of the Church of Misericordia of Aveiro, among others.

\*A autora escreve de acordo com a antiga ortografia.

<sup>1</sup> SANTA TERESA DE JESUS, 2000: 739, cap. 8, 3.

## Introdução

Considerado o acontecimento de maior relevância do século XVI o Concílio de Trento teve uma importância notável, assistindo-se, neste período, a um renascimento católico há muito desejado, ainda que tenha demorado cerca de um século a implantar-se nos vários países europeus. Foi este o contexto de profundas mudanças políticas, sociais e religiosas que marcou a vida de Teresa Sánchez Cepeda y Ahumada, responsável pela reforma da Ordem do Carmo e pela fundação da Ordem dos Carmelitas Descalços, sob a égide contrarreformista.

Beatificada em 1614 e canonizada em 1622, a vida de Teresa de Jesus<sup>2</sup> caracterizou-se por uma sucessão de sucessos e contratempos nos quais se destacam os últimos anos da sua vida, período de escrita prolífica e de várias fundações conventuais, num momento em que a doença e a forte oposição não cessavam. De carácter decidido e evidenciando um sólido bom senso tudo superou graças ao seu temperamento e ao modo como se comportava perante a adversidade, assumindo-se como mulher corajosa, líder e apaixonada, onde os diferentes aspectos da sua personalidade surgiam em aparente oposição: mística/prática, palavra/obra, silêncio/ação, aventura/recolhimento.

É o seu temperamento dual e as suas ações físicas, literárias e espirituais que se encontram plasmadas na Arte e que, com o retrato que lhe pintou Fr. Juan de la Miseria e com as múltiplas gravuras que lhe foram dedicadas a partir das primeiras décadas do século XVII, deram início ao *corpus* iconográfico teresiano, reproduzido e renovado ao longo de mais de dois séculos. Este *corpus* assumiu o papel de exaltação e exemplo de Teresa de Jesus no contexto pós-tridentino de popularização e representação da vida dos santos, sobretudo marcado por uma índole didática e devocional, gerando um enorme consumo das suas imagens, galvanizado pelas estampas que podiam ser reproduzidas *ad infinitum* e, de forma rápida e eficaz, distribuídas nos principais circuitos comerciais e religiosos da época.

Consequentemente muitos dos cenóbios Carmelitas Descalços em Portugal, fundados entre a década de 1580 e o século XIX, foram alvo de diversas campanhas decorativas que as dotaram de pinturas, azulejos, esculturas e talha, uma decoração rica por vezes constituída por grandes ciclos iconográficos que se delimitam entre as

<sup>2</sup> Nome que Teresa Sánchez Cepeda y Ahumada escolheu e pelo qual ficou conhecida, principalmente, a partir de 24 de agosto de 1562 altura em que fundou o primeiro carmelito da nova Ordem: o convento da primitiva regra de São José, em Ávila, que combinava a vida eremítica com a vida em comunidade.



figurações teresianas e as representações do orago do templo, ou que se conjugam entre si para criar uma extensa representação dedicada a Santa Teresa de Jesus. No entanto, o papel que assumiu no período pós Concílio de Trento refletiu-se também na assimilação da sua pessoa e das suas ações por outras ordens religiosas, surgindo em programas iconográficos distintos fora do contexto Carmelita Descalço, como são os casos do antigo convento de Santa Marta e do antigo convento de São Pedro de Alcântara, em Lisboa, do antigo convento dos Eremitas de São Paulo da Serra de Ossa, no Redondo e da Igreja da Misericórdia, em Aveiro. Encontramos também Santa Teresa de Jesus no antigo convento da Caloura em Água de Pau, Lagoa - Ilha de São Miguel, Açores, hoje conhecida como Igreja de Nossa Senhora das Dores, na Capela de Nossa Senhora do Monte do Carmo, na Venda do Pinheiro e na Igreja Matriz de São Pedro de Santar, em Viseu, exemplos que aqui referimos para investigação futura e aprofundamento do papel da santa carmelita no presente contexto.

### **Concílio de Trento: a importância da representação artística do sagrado e dos santos**

A única sessão tridentina dedicada às artes, a XXV<sup>a</sup> de 3 de Dezembro de 1563, cujo decreto intitulado *Da invocação, veneração e relíquias dos Santos e das Sagradas imagens*, abriu uma nova fase no curso das diversas representações artísticas adaptando-as em benefício do “*decorum*” contrarreformista e do combate aos seus excessos e caprichos iniciais, adotando um papel didático e propagandista através da imagem (SERRÃO, 2002: 169)<sup>3</sup>. As mudanças de paradigma impostas à arte, fundamental para a Igreja (seu principal mecenas) porque possibilitava a compreensão da sua doutrina por todos de forma ilustrativa, levaram a alterações ao gosto estético vigente. Estas refletiram-se em adaptações em obras já existentes e na produção de objetos artísticos de utilidade religiosa que surgiram após a promulgação do decreto. Em suma, o Concílio de Trento teve impacto na forma de representação do sagrado com implicações nas expressões artísticas dessa mesma figuração.

<sup>3</sup> *El decreto se encarga tanto del problema dogmático que planteaba la cuestión de los santos, fijando, o mejor dicho, reafirmando la doctrina de la Iglesia sobre los santos frente a los protestantes, como de sus imágenes y de las formas “legítimas” de culto, reaccionando frente a la tendencia iconoclasta de la Reforma,* (BERGANZA, 2002: 37-38).

Do que ficou estipulado sobressai a reafirmação do uso legítimo das imagens sagradas, em particular as imagens de Cristo, da Virgem Maria e dos santos (personagens intermediárias que faziam a ligação entre a vida terrestre e a vida divina). A elas devia ser-lhes tributada honra e veneração, (...) *naõ porque se creia, que ha nellas alguma divindade, ou virtude, pela qual se hajaõ de venerar, ou se lhes deva pedir alguma cousa, ou se deva pôr a confiança nas Imagens, como antigamente os Gentios punhaõ a sua confiança nos Idolos; mas por que a honra, que se lhes dá, se refere aos originaes, que ellas representaõ (...)* (REYCEND, 1781: 351). E, paralelamente, a nova função pedagógica e catequética dos bispos através das histórias dos mistérios e das imagens que (...) *constituíam, assim, uma espécie de Bíblia dos rústicos, um veículo de difusão de mensagens mais facilmente entendível por quem não dominava a escrita e, conseqüentemente, tinha mais dificuldade em aceder à doutrina através do livro e da palavra. Além de que a imagem transmitia, igualmente, e de forma mais evidente, uma carga de emotividade que se adaptava melhor aos códigos de compreensão de populações com graus mais reduzidos de alfabetização* (PAIVA, 2013: 24-25). Para cumprir estes requisitos a arte religiosa assumiu um papel de clareza, entendimento e realismo para que fosse melhor compreendida por todos, ao mesmo tempo que devia apelar à piedade e aos sentimentos de quem a contemplasse e formular o desejo de orar e amar a Deus. Para tal, foi necessário evitar qualquer erro dogmático ou elemento profano que distraísse a atenção dos fiéis.

O objetivo das imagens religiosas pós Trento era assim, o de guiar os fiéis para o que era verdadeiramente importante: a interpretação da doutrina pelo que devia ser eliminado tudo o que fosse disso impeditivo. O decreto impôs também que as imagens não fossem pintadas com *formusura dissoluta*, criando uma divisão entre imagens censuradas e imagens autorizadas e impôs, ainda, o controlo por parte dos bispos dos locais onde estas deviam ou não ser colocadas.<sup>4</sup> Foi desta forma que, *A Igreja apoderou-se nesse período do comando da arte religiosa, a fim de expurgar das notas tidas por censuráveis e de promover uma iconografia de combate, de testemunho e de catequese* (GONÇALVES, 1973: 13), acrescentando o autor que as diretrizes de Trento foram de imediato assimiladas no mercado das artes, por enco-

<sup>4</sup> De assinalar que o que ficou postulado decorreu da defesa do valor das imagens contra as campanhas originárias do mundo protestante, pelo que este não deve ser lido unicamente à luz de uma lógica que procuraria, em exclusivo, alcançar o decoro das imagens sagradas que iriam revestir os templos e servir para a instrução, mas também como uma das formas de combate contra as campanhas oriundas do Protestantismo.

mentantes ou artistas envolvidos na produção de obras com destino ao culto, ambos dependentes de uma complexa e vasta estrutura de vigilância a que as Constituições Sinodais dos bispados deram corpo de lei e os visitantes episcopais deram prática de censura, por vezes, repressiva (Cf. GONÇALVES, 1990: 111-127).

Contudo, e não obstante esta nova situação restringir a liberdade criativa, foi, paralelamente, um incentivo para o surgir de um novo espírito de imponência e de eficácia artística, destacando-se uma melhoria significativa dos estatutos dos pintores e outros tantos artistas que trabalharam para o mercado religioso (Cf. SERRÃO, 1983), procurando estes chegar ao espectador, mover a sua vontade e comover o seu sentido religioso através dos recursos que tinham, sendo este o fim primordial do espírito de Trento (BERGANZA, 2002: 42).

Com o Concílio de Trento procurou-se adequar a representação das imagens sacras para o combate contra a heresia iconoclasta do calvinismo e para a reafirmação do sentido tradicional do culto de intenção catequética. Defendeu-se o seu papel como intermediárias de fé e a multiplicação nos locais de culto a Cristo, à Virgem Maria e aos santos, numa clara ação face a qualquer espécie de idolatria. Abriu-se uma frente de combate contra as *imagens de falso dogma* e de *formusura dissoluta*, em muitos casos alvo de alterações impostas ou de destruição. Por fim, afirmou-se a intenção de ensinar que a divindade não é perceptível pelos sentidos nem através de cores ou formas, mas que estas são demasiado importantes pois concorrem para abrir os olhos da alma (Cf. SERRÃO, 2013: 104). Colocava-se, assim, a imagem ao serviço duma pedagogia da fé procurando fazer-se passar a sua mensagem através da arte, numa descodificação que fosse compreensível e de maneira a apelar à emotividade. A sua função passou a ser de natureza essencialmente pedagógica, devendo instruir os crentes na invocação e intercessão dos santos, na veneração das relíquias e no seu uso legítimo, numa prioridade total sobre argumentos de ordem estética.

A imagem, tal como a obra escrita, foi um instrumento que possibilitou a perpetuação no tempo e a reprodução ilimitada da mensagem enunciada através dela, ao mesmo tempo que exprimia conceitos, representava atitudes e estados da alma e servia para mover os sentimentos dos espectadores. Estas funções fizeram da imagem um veículo idóneo para comover os espíritos e convencer os entendimentos alargando, deste modo, as possibilidades de utilização das formas visuais na propaganda religiosa. Contudo, requeriam um certo cuidado no modo de articulação da

linguagem figurativa, de maneira a garantir uma leitura adequada da mensagem que se queria passar.

Neste sentido, o Concílio de Trento desempenhou um papel fundamental: *Não se limitou apenas a justificar o uso da imagem enquanto instrumento para a doutrinação e a devoção dos fiéis. Fixou igualmente toda uma série de normas em relação à representação das personagens e das histórias sagradas, que foram determinantes na definição dos modelos iconográficos contrarreformistas. Face às controvérsias que tiveram lugar no século XVI, a assembleia tridentina defendeu a ideia medieval da função que as imagens desempenhavam enquanto *biblia rusticorum* e, neste sentido, colocou os princípios de decoro e de clareza como critérios fundamentais da formulação visual das temáticas religiosas. Em função destes dois princípios, o tratamento das figuras e dos episódios sacros devia ser, por um lado, adequado, conveniente e honesto, e, por outro, inteligível e ortodoxo.* (PALOMO, 2006: 64).

No entanto, esta atividade fiscalizadora sobre a produção artística teve os seus limites e, apesar do empenho da Igreja na fixação de normas de representação e na implantação de dispositivos de controlo e de censura sobre as imagens, esta ação não significou um entrave ao desenvolvimento artístico em Portugal. Este desenvolvimento traduziu-se, particularmente, no papel que as instituições religiosas e eclesiásticas da época assumiram como as principais patrocinadoras do trabalho realizado por ladrilhadores, pintores, escultores, arquitetos, etc., incentivando fortemente a produção artística e favorecendo a introdução de novas soluções, tanto ao nível do tratamento dos modelos iconográficos como da organização dos espaços sagrados.

Privilegiaram-se as representações da Virgem Maria, da vida de Jesus e dos episódios da Paixão, segundo o programa devocional pós-tridentino, destacando-se a relevância que adquiriram as imagens da Imaculada Conceição (mais concretamente após 1640), as representações académicas e não eruditas do tema das almas do Purgatório e as narrativas em torno da vida de alguns santos da hagiografia portuguesa, como Santo António e a Rainha Santa Isabel e dos santos contrarreformistas, como Inácio de Loyola, Francisco Xavier e Teresa de Jesus. Modelos de santidade e de perfeição religiosa articularam-se com a Arte através de uma vasta literatura de cariz hagiográfico, biográfico, autobiográfico e de ensinamento ascético e moral que, com o recurso a determinados temas e sínteses narrativas, se traduziram em histórias visuais. A estas recorreram os encomendantes das obras de arte, quer fosse para deleite próprio ou direcionado à instrução das comunidades religiosas e dos

fiéis que a elas tinham acesso. Canonizada em 1622, Teresa de Jesus foi um destes modelos de santidade e perfeição<sup>5</sup>.

### Repertório iconográfico teresiano

Teresa de Jesus escreveu na sua autobiografia, *Livro da Vida*, que era *amiga de fazer pintar a imagem de Deus em muitas partes e de ter oratório e fazer com que nele houvesse coisas que fizesse devoção* (SANTA TERESA DE JESUS, 2000: 60, cap. 7, 2). Escreveu também que ela *Tinha tão pouca habilidade para representar coisas com o entendimento que, se não era o que via, não me aproveitava nada da minha imaginação, como fazem outras pessoas que se podem servir dela a fim de se recolherem. Eu só podia pensar em Cristo como homem; assim, jamais O pude representar em mim por mais que lesse da Sua formosura e visse imagens. Eu era como quem está cego ou às escuras que, embora falando com uma pessoa e sentindo que está com ela - porque sabe de certeza que está ali, digo que percebe e crê que está ali - não a vê. Desta maneira me acontecia a mim quando pensava em Nosso Senhor. Por esta razão, eu era tão amiga de imagens. Desventurados os que, por sua culpa, perdem este bem! Até parece que não amam o Senhor, porque se O amassem, folgariam de ver Seu retrato, tal como nos dá contentamento ver o de uma pessoa a quem se quer bem.* (SANTA TERESA DE JESUS, 2000: 79, cap. 9, 6)<sup>6</sup>.

Neste sentido, não é de estranhar que a primeira representação da santa carmelita seja um retrato pintado ainda em vida, tinha Teresa 61 anos, da autoria de Fr. Juan de la Miseria e datado de 1576<sup>7</sup>. Obra de grande valor por retratar a *vera-efígie* da madre e santa reformadora e fundadora dos Carmelitas Descalços, a intenção foi *tratar de hacer caso de su persona, como se hace de los que se retratan, que parece*

<sup>5</sup> Numa época em que após várias décadas de polémicas Roma voltou a realizar canonizações, a personagem do santo contrarreformista foi objeto de uma certa despersonalização, por forma a incutir-lhe de uma integridade exemplar que todos os fiéis pudessem identificar e imitar. Como tal, a característica comum da santidade pós Concílio de Trento foi a heroicidade dos seus protagonistas que, ao praticarem as virtudes cristãs, o faziam num grau e com uma frequência e intensidade que ultrapassavam o exercício comum das mesmas. Esse grau superior na expressão das suas virtudes tornava o santo credor dos dons que recebia de Deus, quer fossem nos dotes para a profecia e para a clarividência, quer na capacidade de realizar milagres ou ter experiências de cariz prodigioso.

<sup>6</sup> Teresa fez referência noutras passagens ao facto de ser *amiga das imagens*, nomeadamente no capítulo 30 da obra *Contas de Consciência*, no capítulo 26, 9 e 34, 11 do *Caminho de Perfeição* e no capítulo 8, 3 da obra *Fundações*.

<sup>7</sup> O retrato original conserva-se no Convento de São José do Carmo de Sevilha, tendo dele derivado numerosas cópias em gravura e em pintura, muitas em posse dos conventos da Ordem.

que es señal de que quede memoria de ellos en el mundo, o hablar en su nobleza de linaje, era lo que [Teresa de Jesús] más sentía (MADRE DE DIOS, 1982: 324).

A óleo sobre tela, é um retrato a três quartos no qual a figura de Madre Teresa ocupa a maior parte do plano, recortada contra um fundo negro. Ela está levemente inclinada sobre a sua direita de cujo ângulo superior surge uma pomba entre resplendores, sendo que um halo dourado aparece em torno do seu rosto e dele sai uma filacteria na qual se pode ler: *Misericordias Domini in aeternum cantabo*<sup>8</sup>. Existem diferenças de tratamento entre o rosto enquanto o hábito e as mãos são mais sintéticos e a representação da pomba pode classificar-se como algo ingénua. Estas diferenças explicam-se pelos momentos distintos em que se incorporaram os vários elementos e que alteraram a representação feita em junho de 1576. A fidelidade do retrato com respeito ao verdadeiro rosto da santa carmelita foi atestada por Madre Maria de São José que, ao descrever a figura de Madre Teresa terminou-a da seguinte forma: *era en todo perfecta como se ve en un retrato que al natural le sacó fray Juan de la Miseria* (SAN JOSÉ, 1979: 189). Após a sua morte, em 1582, este retrato foi pintado e estampado repetidamente, difundindo largamente a sua imagem, e multiplicando-se em outros tantos retratos e imagens feitos à sua semelhança. A partir daqui surgiram, entre os últimos anos do século XVI e as primeiras décadas do século XVII, outros modelos de representação artística da santa carmelita, essencialmente em gravura<sup>9</sup>, que deram início ao *corpus* iconográfico teresiano.

<sup>8</sup> Existem mais três inscrições do lado direito de Madre Teresa de Jesus: na primeira, colocada directamente sobre o fundo, lê-se: *B V Teresa de Jesús*, na segunda, sobre um pedaço de papel fingido lê-se: *Anno suae aetatis 61. Anno salutis 1576, die secundo mesis junii*, na terceira, por baixo da anterior e menos visível, pode-se ler: *Este retrato fue sacado de la Madre Teresa de Jhesus, fundadora de las descalzas carmelitas, pintolo fray Juan de la Miseria, religiosos de la dicha Orden*.

<sup>9</sup> Seguindo as diretrizes tridentinas e a pensar na sua beatificação (24 de Abril de 1614), surgiu em gravura em 1613, em Amberes, a primeira vida gráfica de Madre Teresa de Jesus, sob a direcção de Adriaen Collaert e Cornelis Galle intitulada *Vita B. Virginis Teresiae a Iesu Ordinis Carmelitarum Excalceatorum piae restauratricis*. Motivada pela sua canonização (22 de Março de 1622), surgiu em Roma a *série Sanctissime Matris Dei Marie de Monte Carmelo Beatae. Teresiae humilis filiae ac devota famvla effigies*, editada por Giovanni Giacomo Rossi. Ao mesmo tempo apareceram gravuras avulsas, por exemplo, da autoria de membros da família Wierix e, a partir de 1670 duas obras literárias: *Vita effigiata et essercizi affettivi di S. Teresa di Giesù, Maestra di Celeste Dottrina*, impressa em Roma, e *La Vie de la seraphique Mere Sainte Terese de Jesus, fondatrice des Carmes Déchaussez & des Carmelites Déchaussées*, com gravuras da autoria Claudine Brunand (Lyon). Em 1716, também em Roma, Arnold van Westerhout gravou uma reinterpretção das gravuras precedentes, na sua obra *Vita effigiata della Serafica Vergine S. Teresa di Gesù fondatrice dell'Ordine Carmelitano Scalzo*. Paralelamente surgiram outras obras de cariz mais alegórico e místico: *Representaciones de la verdad vestida, místicas, morales y alegóricas sobre las siete moradas de Santa Teresa de Iesus* de Fr. Juan de Rojas y Ausa, *Idea Vitae Teresianae iconibus symbolicis expressa* do século XVII, e o livro português de 1710-1716, *A Estrella Dalva Santa Theresa de Jesus* de Fr. António da Expectação. De 1752 são as oito pranchas de Juan Bernabé Palomino que ilustram duas edições das: *Obras de la Gloriosa Madre Santa Teresa de Jesus, Fundadora de la Reforma de la Orden de Nuestra Señora del Carmen, de la Primitiva Observancia* e *Cartas de Santa Teresa de Jesus, Madre, y Fundadora de la Reforma de la Orden de Nuestra Señora del Carmen, de la primitiva Observancia*.

É no contexto de divulgação desta obra, da disseminação das obras literárias e místicas de Madre Teresa de Jesus e da sua literatura biográfica, bem como das informações que constavam dos processos de beatificação e de canonização, que surgiram representações a ela dedicadas que permitiram estabelecer o referido *corpus*. Utilizado por artistas desde o século XVII, numa conjugação entre a palavra escrita e testemunhada e a imagem reproduzida, a ele foi acrescentado, entre os séculos XVII e XVIII, várias representações em álbuns, séries e livros com estampas variadas, e também nos vários suportes artísticos, nos quais foram aplicadas materialmente as disposições tridentinas estabelecidas, tanto na temática escolhida como na forma como era retratada, que se refletiu nos esplendores da mentalidade maneirista e barroca e nas obras de gravadores, de pintores, de escultores e de ladrilhadores que a retrataram a olhar para o céu, ensimesmada, transverberada pelo anjo, tendo “visões” e ouvindo “locuções”, numa seleção de temas ao gosto da Contra Reforma.

Em Portugal, e concretamente no contexto Carmelita Descalço, foram várias as fundações da Ordem que receberam uma rica decoração em pintura e em azulejo, e que primou por seguir os preceitos tridentinos dedicados à Arte. Por vezes constituída por grandes ciclos iconográficos que, iniciados no século XVII complementaram-se na centúria seguinte, foi nestes espaços, em particular nos cenóbios femininos<sup>10</sup>, que se construíram ciclos narrativos sobre a vida de Santa Teresa de Jesus, por vezes conjugando mais do que um suporte artístico no propósito de enfatizar a sua personalidade. Neste sentido, e favorecendo a introdução de novas soluções ao nível do tratamento dos modelos iconográficos e da organização dos espaços sagrados, pintores, escultores, ladrilhadores, entre outros, dedicaram-se à representação da vida e da santa reformadora e fundadora da Ordem Carmelita Descalça. Em narrativas amplas ou em episódios específicos, foi retratada com os seus atributos mais conhecidos (hábito religioso, nimbo, livro, pena, tinteiro), com os elementos que caracterizam alguns dos seus episódios mais emblemáticos (anjo com a seta ou dardo flamejante, pomba do Espírito Santo, colar e manto) e associada a seus contemporâneos (ex.: São Pedro de Alcântara e São João da Cruz), não esquecendo as figurações da Virgem e, em concreto, da Imaculada Conceição, de São José e de Cristo.

<sup>10</sup> O antigo convento de Santa Teresa de Jesus de Carnide, o antigo convento de Santo Alberto e o antigo convento do Santíssimo Coração de Jesus à Estrela, por exemplo.



## Santa Teresa de Jesus em programas iconográficos *in situ* em azulejo e pintura, exteriores ao contexto carmelita descalço

Apesar dos espaços em que se encontram terem perdido o significado que justificava a sua existência primordial, subsistem *in situ* diversas representações artísticas dedicadas a Santa Teresa de Jesus e à importância que exerceu no período pós-tridentino. A grande maioria destes são cenóbios fundados pela Ordem dos Carmelitas Descalços, contudo, a presença da santa carmelita fez-se sentir noutros exteriores ao universo edificado carmelita como o são disso exemplo o antigo convento de São Pedro de Alcântara<sup>11</sup> e o antigo convento de Santa Marta, ambos em Lisboa, e o antigo convento de São Paulo da Serra de Ossa, no Redondo.

O primeiro integra no revestimento cerâmico da nave, composto por painéis recortados a azul e branco que retratam a vida terrena e espiritual do orago, um no qual está representada Santa Teresa de Jesus. Seu confessor e conselheiro sobre o seu modo de oração, êxtases e visões divinas e sobre a fundação do Convento de São José, em Ávila, que marcou o início da reforma do Carmelo, a importância das relações entre os dois santos foi determinante para o estabelecimento da iconografia de ambos<sup>12</sup>: Santa Teresa aparece com o hábito das Carmelitas Descalças e com o rosto estereotipado a partir do retrato da autoria de Fr. Juan de la Miseria; do mesmo modo, São Pedro de Alcântara é retratado como uma figura delgada, calvo, sem barba e descaço ou com sandálias e com o hábito dos franciscanos descalços, mas muito remendado. Concretamente ao painel cerâmico da nave, este retrata *São Pedro de Alcântara dá a comunhão a Santa Teresa, ajudado por São Francisco e Santo António* [Fig. 1]. Tendo como fonte a biografia da autoria de Fr. Juan de San Bernardo<sup>13</sup>, o rigor da composição azulejar relativamente ao texto é quase total, encontrando-se desenhados boa parte dos pormenores descritos, nomeadamente na representação das vestes de São Pedro de Alcântara, São Francisco e Santo António e

<sup>11</sup> Franciscano descalço espanhol, uma das figuras mais marcantes da Contra-Reforma, São Pedro de Alcântara, canonizado em 1669, é hoje considerado pela hagiografia como um *mestre da mística, reformador da Ordem Seráfica* ou *fundador dos franciscanos descalços* (ORDAX, (1982): 301).

<sup>12</sup> Feita através de diversas fontes como as obras literárias de Santa Teresa, as biografias escritas sobre ambos, bem como os processos das respetivas beatificações e canonizações. De assinalar a grande importância dada pelos franciscanos aos temas da confissão e da comunhão administradas a Santa Teresa por São Pedro de Alcântara, encontrando-se referências aos mesmos nas crónicas franciscanas do século XVI, em preparação para a beatificação, e do século XVII nas biografias e crónicas que se escreveram sobre a vida do santo alcantarino, em preparação para a sua canonização.

<sup>13</sup> SAN BERNARDO, Frei Juan de (1667), - *Chronica dela vida admirable y milagrosas haçañas del Glorioso y S. Padre Pedro de Alcantara, reformador de la Orden Serafica (...) Padre espiritual de S. Teresa de Iesus y su coadjutor*. Nápoles: Emprenta de Geronimo Fasulo.





Fig. 1. Autor desconhecido, *São Pedro de Alcântara dá a comunhão a Santa Teresa, ajudado por São Francisco e Santo António*, 3.º quartel do século XVIII, nave da igreja do Convento de São Pedro de Alcântara (lado do Evangelho), Lisboa. Foto: Lúcia Marinho, 2014.

de Santa Teresa que surge com o hábito das carmelitas descalças. Serve como fundo arquitetônico um espaço de igreja no qual terá decorrido a missa (assinalado pelo altar com crucifixo e velas localizado atrás dos três santos franciscanos), o momento representado é o da comunhão que São Pedro de Alcântara se prepara para dar a Santa Teresa de Jesus que, à sua frente e de joelhos, entreabre os lábios para receber a hóstia. Respetivamente, à direita e à esquerda de São Pedro de Alcântara, São Francisco e Santo António assistem-no. De forma a acentuar a dimensão mística do momento, o pintor colocou as quatro figuras sobre um manto de nuvens do qual saem anjos e serafins.

De gosto acentuadamente rococó, este e os restantes painéis da nave apresentam molduras recortadas, onde predominam os elementos concheados, que se destacam tanto no entablamento como no embasamento, nomeadamente nas cartelas que ambos apresentam ladeados por anjos e coroada por três serafins no entablamento. A ladear esta última cartela foi colocado de cada lado um festão com flor de várias pétalas, enquanto o motivo central da cartela do embasamento é um cilício. O embasamento apresenta ainda decoração de óvulos e diversos motivos vegetalistas, que se prolongam pelo entablamento. Este assenta em duplas pilastras com decoração de duplas volutas ornamentadas por motivos vegetalistas, sendo que na pilastra inferior surge um anjo que segura uma cartela, também concheada, com a representação de instrumentos de martírio. A coroar as duplas pilastras está um vaso de cada lado.

Santa Teresa de Jesus surge ainda, neste cenóbio, numa das três pinturas de André Gonçalves que se encontram na capela-mor (perto do retábulo, no lado da Epístola), e que revelam visualmente o cariz místico do santo franciscano espanhol. A pintura em questão, *Visão de Nossa Senhora por São Pedro de Alcântara e Santa Teresa de Jesus* (ou *Aparição de São Pedro de Alcântara a Santa Teresa*) retrata os dois santos sobre nuvens e com o respetivo hábito religioso, a olhar para o centro da composição onde está Nossa Senhora da Conceição em glória, coroada com as doze estrelas e com o quarto crescente sob os pés, sentada sobre nuvens e rodeada de anjos. Uma luz dourada ilumina-a por trás em sinal da sua divindade. Abaixo de Nossa Senhora foi representado um anjo de panejamento rosa que olha diretamente para o observador, segurando com a mão direita um ramo de açucenas ou lírios enquanto com a mão esquerda aponta para a área superior da pintura. Aos pés deste uma caveira sobre a qual está um crucifixo, atributos de São Pedro de Alcântara. Santa Teresa está ajoelhada e em oração perante a visão divina; São Pedro idoso, igualmente ajoelhado e de braços abertos entrega-se à glória mariana

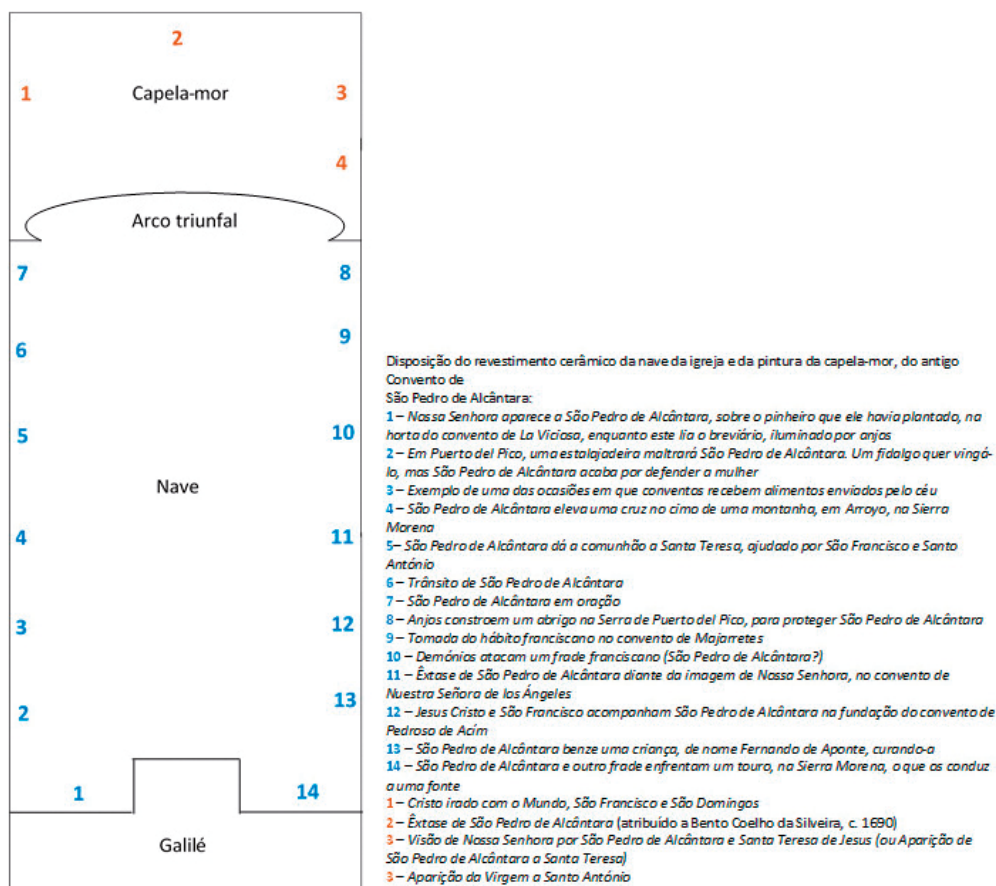
que vislumbra. Em plano recuado vê-se uma janela do lado esquerdo, indicativa da estrutura arquitetónica que serve de cenário ao acontecimento [Fig. 2]. Apesar da disposição das figuras perante Nossa Senhora, a opinião geral é a de que se trata de uma das muitas aparições de São Pedro a Santa Teresa de Jesus após a fundação do Convento de São José, em Ávila, o que vai ao encontro do que ela escreveu na sua autobiografia<sup>14</sup> [Esq. 1].



Fig. 2. André Gonçalves, *Visão de Nossa Senhora por São Pedro de Alcântara e Santa Teresa de Jesus (ou Aparição de São Pedro de Alcântara a Santa Teresa)*, c. 1740, Convento de São Pedro de Alcântara, capela-mor (lado da Epístola), óleo sobre tela. Foto: Lúcia Marinho, 2014.

<sup>14</sup> *Na mesma noite apareceu-me, o santo Frei Pedro de Alcântara, que já tinha morrido. Antes de morrer, ao saber da grande contradição e perseguição que tínhamos, escreveu-me a dizer que se alegrava de que a fundação fosse com tão grande contradição. Era sinal de que se havia de servir muito o Senhor neste mosteiro, pois que o demónio tanto se empenhava em que não se fizesse, e que de nenhum modo viéssemos a ter renda. Mais duas ou três vezes me persuadia ainda disto na carta, dizendo que, se isto se fizesse, tudo se viria a fazer como eu queria. Já eu o tinha visto outras duas vezes depois de morto e a grande glória que usufruía, e assim não me fez temor, antes me alegrei muito. E sempre me aparecia como corpo glorificado, cheio de muita glória e dava-me também grandíssima ao vê-lo. Recordo-me que, da primeira vez que o vi, falando-me do muito que gozava, me disse, entre outras coisas: ditosa penitência tinha sido a que fizera, pois tão grande prêmio lhe alcançara.* (SANTA TERESA DE JESUS, 2000: 308-309, cap. 36, 20).





Esq. 1. Disposição do revestimento cerâmico da nave da igreja e da pintura da capela-mor, do antigo Convento de São Pedro de Alcântara (Lúcia Marinho).

Por sua vez, no antigo convento de Santa Marta, Santa Teresa de Jesus aparece representada no tímpano da antiga Sala do Capítulo (atual auditório do Hospital de Santa Marta), em três painéis de azulejo. Integrado num complexo programa decorativo, a datação do revestimento cerâmico situa-se entre o século XVII (azulejo de padrão) e o segundo quartel do século XVIII (azulejo de figura avulsa, albarradas e azulejo figurativo), período artístico conhecido como Grande Produção Joanina.

Desta época de produção e da oficina de Valentim de Almeida (MECO, 2003: 170) são os painéis a azul e branco (c. 1730-1750) que cobrem as paredes da antiga Sala do Capítulo (espaço de planta retangular, situado na ala norte do claustro e perpendicular à igreja), organizados em vários níveis de leitura e com um programa iconográfico centrado na vida de Santa Clara, de São Francisco de Assis (com emolduramento recortado internamente com motivos concheados e arquitetónicos, estes

em perspetiva) e de Santa Teresa de Jesus<sup>15</sup>. Completam o revestimento azulejos de figura avulsa, uma série de treze secções com figurações da obra *Pia Desideria Emblematis, elegiis & affectibus SS. Patrum illustrata* da autoria de Hugo Hermann e ilustrada com gravuras de Boetius Van Blomswert na primeira edição de Antuérpia em 1624 (MONTEIRO, (1995-1999): 61), uma secção de grandes dimensões alusiva a São João Baptista na prisão e, na parede fundeira, os azulejos do tímpano que exibem as três representações sobre a santa carmelita. A ladear a porta de acesso ao claustro duas secções com imagens de anjos, um pouco ao jeito de figuras de convite.

Os três painéis com Santa Teresa de Jesus representam: *Santa Teresa orando diante do Ecce Homo*, *Transverberação de Santa Teresa* e *Casamento místico de Santa Teresa*. Todos denotam forte semelhança em relação às gravuras, das quais são “cópias” quase perfeitas [Fig. 3]. Do conjunto destaca-se a maior força dramática e teatralidade plásticas

Fig. 3. Adriaen Collaert e Cornelis Galle, *Santa Teresa orando diante do Ecce Homo* (grv.6), *Transverberação de Santa Teresa* (grv.8) e *Casamento místico de Santa Teresa* (grv. 13). Vita S. Virginis Teresiae a Iesu Ordinis Carmelitarum..., Antuérpia: 1630. Foto: Biblioteca Nacional de Portugal.

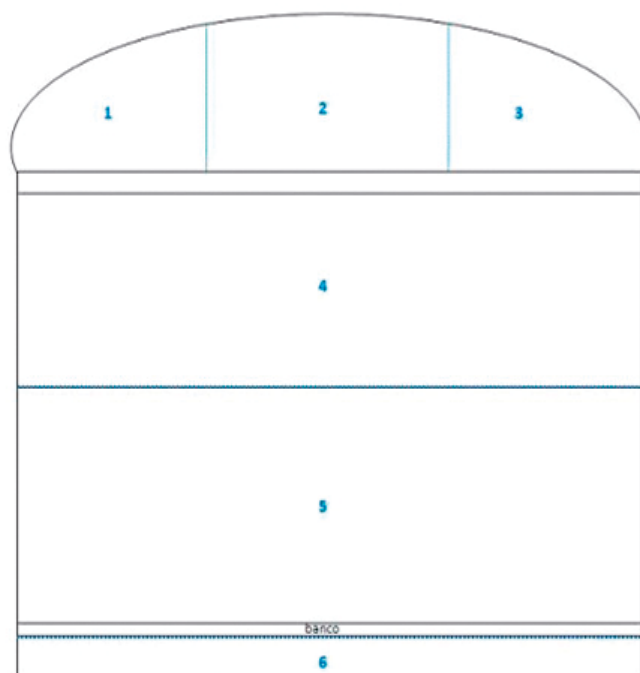


<sup>15</sup> Fernando Ponce de León considerou a hipótese de a aplicação do revestimento cerâmico do tímpano na antiga Sala do Capítulo ter sido realizada entre 1758 e 1759, apesar da documentação que consultou não identificar os ladrilhadores que foram responsáveis por esta aplicação e quais os restantes espaços do convento intervencionados nesta data (LÉON, 1993: 164-167).

do painel central, o da *Transverberação*. A disposição deste revestimento cerâmico apresenta várias questões, entre as quais a incerteza sobre a integridade da aplicação dos painéis, como hoje se encontram. Coloca-se a hipótese desta aplicação não ser resultado de uma campanha coerente e contínua, mas antes de uma adição de painéis em diferentes períodos (após análise do traço, da tonalidade e dos motivos decorativos dos emolduramentos). Certamente concebidos para este espaço são os painéis que correspondem à vida de Santa Clara e de São Francisco e aos que integram imagens da obra *Pia Desideria*, uma vez que os emolduramentos se articulam com a arquitetura da sala. Pelo mesmo motivo, o tríptico de Santa Teresa de Jesus, aparentemente, não se adequa ao espaço.

Sob este tríptico, separado do resto do revestimento por uma cornija saliente, observam-se cinco secções com figurações da obra *Pia Desideria*, não apresentando uma solução integradora em relação ao ciclo de Santa Clara do qual e sob as figurações desta obra, podem observar-se dois episódios à esquerda, e também dois episódios da vida de São Francisco, à direita. Os episódios da hagiografia de Santa Clara remetem, primeiro, para o *Milagre da Multiplicação do pão* e, segundo, para os seus sentimentos de caridade e dedicação aos mais necessitados. Por sua vez, os episódios da vida de São Francisco retratam, primeiro, o momento da sua morte e, segundo, a *Estigmatização de São Francisco*. Os restantes episódios referem-se, em relação a Santa Clara, à renúncia da vida terrena e à entrada no Convento de Santa Maria da Porciúncula, a cenas de milagres (*Milagre Eucarístico*) e de humildade perante as outras irmãs e, orientada por São Francisco, à aceitação da sua Ordem à Regra beneditina. As cenas da vida de São Francisco aludem à fundação da Ordem e deferimento da Regra pelo Papa Inocêncio III, à decisão de Francisco de se tornar religioso, renunciando a todos os seus bens, a um seu sonho ou visão de um palácio flutuando e ao que, possivelmente, será o *Batismo do Santo* [Esq. 2].

Integrados num convento de clarissas e num espaço com um programa iconográfico específico, descontextualizado da realidade dos carmelitas descalços, os três painéis sobre Santa Teresa de Jesus têm suscitado algum debate entre os investigadores, que se questionam sobre a razão que poderá ter presidido à sua inclusão neste local. Tendo em conta as cenas representadas sobre a santa carmelita e o discurso dos ciclos de Santa Clara e de São Francisco, deixamos como hipótese de ligação entre os três o episódio de *Santa Teresa orando diante do Ecce Homo*. Tema mais importante e o mais difundido sobre a segunda ou conversão “definitiva” (MARTÍN, 2015: 252) de Santa Teresa, este pode ser um contraponto aos painéis de azulejo que, para os outros dois santos, se refe-



Disposição do revestimento cerâmico da parede do tampo da antiga sala do Capítulo:

- 1 – *Santa Teresa orando diante do Ecce Homo*
- 2 – *Transverberação de Santa Teresa*
- 3 – *Casamento místico de Santa Teresa*
- 4 – *Pia Desideria*
- 5 – episódios da vida de Santa Clara e São Francisco
- 6 – azulejos de figura avulsa

Esq. 2. Disposição do revestimento cerâmico da parede do tampo da antiga sala do Capítulo (Lúcia Marinho).

rem ao momento em que renunciam à vida terrena, trocada pela vida contemplativa e religiosa. Por sua vez, a *Transverberação* aqui representada foi a primeira de Teresa de Jesus, dando início a um período de comunhão com a Santíssima Trindade que culminou com o *Casamento místico de Santa Teresa*, representado no painel à direita do tríptico.

Paralelamente, é conhecida a devoção que algumas das abadessas deste convento tiveram à santa carmelita, desde a segunda metade do século XVII até ao final do século XVIII. Foram disso exemplo as madres Teresa de Jesus, Teresa Micaela de Jesus, Josefa Teresa do Amor Divino e Dionísia de Santa Teresa. Por este motivo, Fernando Ponce de León coloca a hipótese de terem sido as madres Josefa do Amor Divino e a escritã madre Teresa Inácia Micaela as responsáveis pela encomenda do tríptico em azulejo, aquando das obras no convento, no triénio de 1757-1759<sup>16</sup>.

<sup>16</sup> Esta conclusão baseia-se na identidade entre o tema daquele programa iconográfico. *Cenas da vida de Santa Teresa de Jesus, simbolizando as vias da Teologia Mística (busca do Amor Divino) e que referem-se ao onomástico daquelas duas religiosas citadas.* (LÉON, 1993: 180).

Contudo, alguns investigadores situam, dentro do período cronológico estabelecido, entre 1730 e 1750, a execução destes azulejos durante a campanha de cerca de 1740, tendo sido realizados pela oficina do pintor Valentim de Almeida.<sup>17</sup>

Fernando Ponce de León acrescenta uma outra justificação, assente na religiosidade disciplinadora e militante que uniu franciscanos e carmelitas e que se desenvolveu no período contra-reformista. Trata-se do facto de, durante seis anos, o franciscano São Pedro de Alcântara, como seu confessor, ter assistido religiosamente Teresa de Jesus no seu método de oração. Ao acompanhar a santa carmelita como consultor sobre o modo e a forma de realizar a reforma que queria fazer no seio da Ordem do Carmo, esta proximidade, paralelamente ao ideal franciscano de observância da pobreza e associado a uma “visão” que Teresa de Jesus tivera de Santa Clara, relacionada com a reforma dos carmelitas e com a aprovação da mesma por parte de Santa Clara (SANTA TERESA DE JESUS, 2000: 277-278, cap. 33, 11-13)<sup>18</sup> e de São Francisco poderiam ser fatores justificativos desta presença.

Certo é que, após a sua canonização em 1622, Santa Teresa de Jesus era entendida e retratada na arte ao mesmo nível que as grandes fundadoras das mais importantes ordens mendicantes: Santa Clara de Assis e Santa Catarina de Siena. Este facto poderá ser uma hipótese que explique a invulgar presença de Santa Teresa neste convento de clarissas, sem esquecer a devoção a que era votada por algumas das freiras que aqui viveram. Fernando Ponce de León explica ainda a presença da santa carmelita pelo culto teresiano que houve neste convento, atestado não só pela realização dos painéis, mas também pela existência de obras em pintura retratando a santa carmelita (LÉON, 1993: 180).

No planalto alentejano, perto do Redondo, situa-se a Serra de Ossa, local escolhido pela Congregação dos Monges de Jesus Cristo da Pobre Vida para fundação do cenóbio da sua Ordem: o Convento dos Eremitas de São Paulo. Durante a construção do convento e ao longo dos séculos XV e XVI, conflitos graves com outras casas religiosas, mas não só, deram origem a novas e renovadas medidas de proteção real e/ou papal. Em 1578, com a bula do papa Gregório XIII, foi aprovada a Congregação, com privilégios iguais aos das Ordens Mendicantes. Na mesma altura o mosteiro foi

<sup>17</sup> Cf. SERRÃO, (2017), p. 1-29. (...) *terá havido duas campanhas muito próximas, correspondendo à primeira a fiada inferior, que vai até à base das janelas, e à segunda a fiada superior (...), os painéis que preenchem vãos de janelas e os três painéis com cenas da iconografia de Santa Teresa. (...) o que aqui domina é a campanha de cerca de 1740 (...)* (SERRÃO, (2017): 23-24).

<sup>18</sup> Santa Teresa de Jesus, a partir desta visão, foi tomada por uma enorme devoção a Santa Clara, atribuindo-lhe a ajuda que as monjas daquela Ordem deram ao seu convento descalço de São José de Ávila (LÉON, 1993: 180-181).



ampliado, dando origem à quarta fundação que sofreria, por sua vez, importantes remodelações nos finais do século XVII e todo o século XVIII, das quais resultariam o edifício que hoje se pode observar. Muito protegida pela Casa de Bragança (a Vila do Redondo terá pertencido aos Duques até 1512), essa mesma proteção seria alargada após a Restauração, reforçada pelo facto de ser invocação do mosteiro N.ª S.ª da Conceição. (ARRUDA; COELHO, 2004: 18).

Edifício conventual de planta irregular, com igreja e dependências desenvolvidas em torno do claustro, durante as campanhas de obras do século XVIII e apesar de o exterior do mosteiro não ter sofrido grande alteração, tanto a igreja, a sacristia e a antessacristia, tal como muitas das restantes dependências, foram revestidas a azulejo azul e branco, denotando autorias e programas iconográficos diferenciados. Constituindo um conjunto monumental de azulejaria das oficinas de Lisboa ainda *in situ*, o revestimento cerâmico deste convento data dos reinados de D. Pedro II e de D. João V, chegando mesmo ao reinado de D. José I (entre 1700 e 1750). Inserindo-se neste conjunto foi aplicado, na antessacristia, um silhar com cenas da vida de Santa Teresa de Jesus, sendo que as secções mais extensas integram vários episódios e as mais reduzidas apenas um. De planta quadrangular, a antessacristia estabelece a articulação entre a sacristia, a igreja, os claustros e a escadaria, revelando a forma de circulação e de organização interna dos espaços. As paredes estão revestidas pelo referido silhar de azulejos em tons de azul e branco, delimitado por barras com enrolamentos de acanto (folhagem), *ferronneries*, festões de flores, querubins e leões. Segundo Luísa Arruda e Teresa de Campos Coelho, a trasladação da lápide tumular de Fr. João de Santa Maria para a antessacristia a 22 de outubro de 1710, ajuda a datar este espaço, atribuindo a autoria do revestimento ao Mestre P.M.P. (ARRUDA; COELHO, 2004: 65).

A escolha dos momentos da vida de Santa Teresa nestes painéis terá sido selecionada pelo encomendador, podendo ser observados exercícios de penitência, milagres, visões e/ou êxtases. Luísa Arruda e Teresa Campos Coelho colocam a hipótese deste encomendador ter sido o Padre Mestre Doutor Fr. João de Santa Teresa, nos dois triénios em que foi Reitor do convento (ARRUDA; COELHO, 2004: 67). De acordo com as autoras, a opção por este tema contra-reformista (Santa Teresa de Jesus, reformadora da Ordem do Carmo), com alguns episódios pouco conhecidos, revela uma pessoa culta que, em conjunto com o Mestre P.M.P., terá concebido estes temas sentindo-se, na grande maioria, uma “liberdade” de representação dos diferentes assuntos religiosos que só poderia radicar numa personalidade de encomendador

*muito culto e também muito defendido do ponto de vista de hipotéticas heresias ou desvios na medida em que se tratava de um qualificador do Santo Ofício.* (ARRUDA; COELHO, 2004: 67-68). As cenas tiveram por base os textos relativos à vida da santa carmelita e não as gravuras mais conhecidas que circulavam à época, como aconteceu, por exemplo, no convento do Sagrado Coração de Jesus à Estrela e no convento de Santa Marta de Jesus, em Lisboa.

A partir da porta de acesso à igreja e entrando no espaço da antessacristia o primeiro painel, localizado do lado esquerdo, retrata três momentos da vida de Teresa de Jesus: *Santa Teresa e o irmão caminham para a terra dos mouros* numa composição bastante diferente das que se encontram em outros cenóbios, seguido do *Milagre das péras* (ARRUDA; COELHO, 2004: 67)<sup>19</sup> com as quais ela sacia a fome das suas companheiras, e de *Santa Teresa em penitência*, carregando alforjes com sacos de pedras (dois episódios que ainda não foram encontrados noutros espaços religiosos). O painel seguinte, perpendicular a este, retrata a *Coroação de Santa Teresa*, com o pintor a dispor de pouco espaço e limitando-se a representar Cristo e Santa Teresa sobre nuvens, estando esta ajoelhada, de mãos cruzadas sobre o peito e prestes a receber a coroa das mãos de Cristo. À cena assistem unicamente anjos, omitindo-se a presença de Nossa Senhora encontrada nas gravuras conhecidas. Segue-se a *Subida ao céu de Santa Teresa* numa composição formal semelhante ao painel anterior, com Santa Teresa sobre nuvens, em glória e com um crucifixo nas mãos. O último painel, de dimensões e composição idêntica ao primeiro, retrata a *Imposição do colar e do manto e Santa Teresa desloca-se para a fundação dos conventos da Ordem reformada* (designação nossa), episódio representado no transepto da igreja do convento de Carnide, mas diferente deste pelo facto de a santa e as freiras que a acompanham se encontrarem num carro puxado por duas parelhas de cavalos. A última cena deste painel retrata, com toda a probabilidade, a construção do Convento de São José em Ávila, ainda que a figura feminina (Santa Teresa?) não tenha sido retratada com o hábito da Ordem, uma vez que já tinha professado aquando do início da sua reforma e conseqüente fundação [Esq. 3].

Espaço de circulação entre diversas zonas do convento este silhar de azulejos foi colocado na antessacristia como suporte de uma figuração narrativa *essencial para a criação de efeitos de uma certa pompa, necessária ao sentido festivo dos séculos XVII e XVIII.* (ARRUDA; COELHO, 2004: 63-64). Paralelamente, a intenção de colocar

<sup>19</sup> Fr. Diego de Yepes descreve este episódio na biografia de sua autoria sobre Santa Teresa de Jesus (YEPES, 1776: 415-416).

### Porta de acesso à Igreja



- Disposição do revestimento cerâmico da antessacristia:
- 1 – anjo porta-círio
  - 2 – anjo porta-círio
  - 3 – Santa Teresa e o irmão caminham para a terra dos mouros
  - 4 – Milagre das péras
  - 5 – Santa Teresa em penitência
  - 6 – Subida de Santa Teresa ao céu (designação nossa)
  - 7 – Coroação de Santa Teresa
  - 8 – Imposição do colar e do manto
  - 9 – Santa Teresa e a sua deslocação para a fundação dos conventos da Ordem reformada (designação nossa)
  - 10 – Construção do Convento de S. José de Ávila (?)

Nota: esta planta foi feita em concordância com a que existe na página 39, anexo B da Dissertação de Doutoramento de Rosário Salema de Carvalho, *A pintura do azulejo em Portugal [1675-1725]. Autorias e biografias – um novo paradigma*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012.

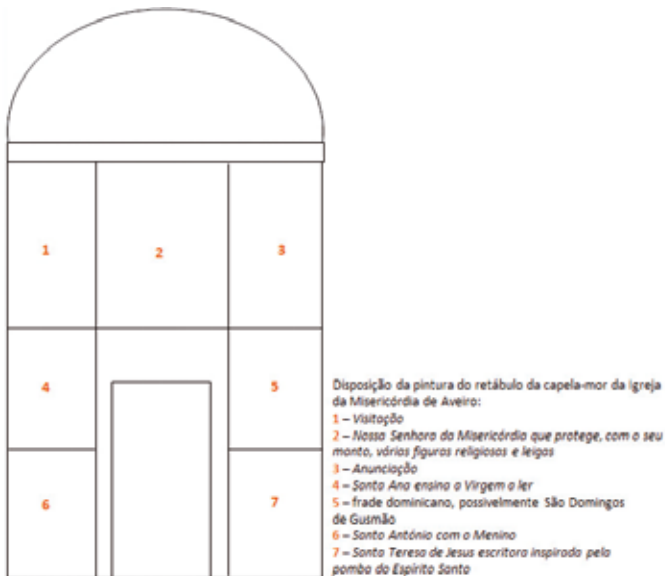
Esq. 3. Disposição do revestimento cerâmico da antessacristia (Lúcia Marinho).

neste espaço episódios de penitência, de milagres, de visões e/ou êxtases de Santa Teresa de Jesus numa altura em que se sentiam ainda as consequências da reforma da Igreja Católica pós Concílio de Trento, é reveladora de um encomendador erudito e muito conhecedor da vida, da mensagem e da obra reformadora da santa carmelita, fixando em suporte cerâmico este tema popular da Contra-Reforma. Luísa Arruda e Teresa de Campos Coelho colocam a hipótese de ter sido Fr. João de Santa Teresa (ARRUDA; COELHO, 2004: 67), não só pelo nome que escolheu, mas também pela datação provável da encomenda (primeiro quartel do século XVIII), e pelo carácter eremítico reforçado à Ordem Carmelita por Santa Teresa aquando da sua reforma, cariz que a comunidade de Eremitas de São Paulo da Serra de Ossa partilhava. Compreende-se, desta forma, a inclusão de Santa Teresa de Jesus neste cenóbio que, só por si, apresenta uma heterogenia iconográfica azulejar nos restantes espaços. Sendo um local de circulação, a antessacristia foi a escolhida para apresentar à comunidade religiosa (e aos membros da Corte) quem foi Santa Teresa de Jesus.

Para os religiosos que habitavam São Paulo da Serra de Ossa a importância de residirem num eremitério ou em lugar semelhante (como o era a Serra onde se situa o convento) era fundamental. Por sua vez, ao regressar à Regra primitiva do Carmelo, a importância do ermo e/ou ermida preconizada pelo profeta Elias ressur-

giu e Santa Teresa de Jesus reafirmou o seu valor intrínseco à vida contemplativa, recomendando a sua construção na sua reflexão acerca do modo como deveriam ser os conventos da Ordem dos Carmelitas Descalços. Essa partilha de ideias sobre como deveria ser seguida a vida religiosa e espiritual, torna compreensível, fora do contexto carmelita descalço, a presença de iconografia relacionada com Santa Teresa neste espaço. Espaço intercomunicante, a opção pela antessacristia pareceu a solução lógica para que a mensagem da santa carmelita chegasse a todos os membros da comunidade religiosa, sendo a escolha dos episódios apresentados reveladora do espírito sabedor de quem os selecionou, uma vez que, nem todos derivam das obras escritas de Santa Teresa e, sim, de biografias escritas por um dos seus confessores.

Santa Teresa de Jesus foi também representada no retábulo de talha dourada maneirista da capela-mor da Igreja da Misericórdia, em Aveiro. Desenvolvendo-se em dois andares, o retábulo apresenta no inferior quatro colunas coríntias (duas de cada lado), enquadrando um crucifixo e o sacrário encimado pelo pelicano a alimentar as crias com o seu próprio sangue, símbolo eucarístico do sacrifício e da doação. As colunas suportam entablamento ornado com volutas e rostos angelicais com pares de asas repetindo-se, no andar superior, o mesmo esquema organizativo. Em ambos os pisos e entre as colunas encerram-se três pinturas versando o tema de Nossa Senhora (em cima), e quatro de assuntos variados (em baixo). A grande tela ao



Esq. 4. Disposição da pintura do retábulo da capela-mor da igreja da Misericórdia de Aveiro (Lúcia Marinho).

centro retrata *Nossa Senhora da Misericórdia* que protege, com o seu manto, várias figuras religiosas e leigas. Ladeiam-na a *Visitação* (à esquerda) e a *Anunciação* (à direita). No registo inferior e à esquerda do sacrário foram retratadas *Santa Ana ensina a Virgem a ler* e, sob esta, um frade dominicano, possivelmente São Domingos de Gusmão. No lado oposto e sob *Santo António com o Menino*, encontra-se a representação de *Santa Teresa de Jesus escritora inspirada pela pomba do Espírito Santo* [Fig. 4], [Esq. 4].

Divergindo das representações mais usuais sobre o mesmo tema, Teresa de Jesus foi retratada na sua cela conventual, de pé com a pena na mão enquanto sobre a mesa encontra-se o livro aberto sobre o qual escreveria e, sobre outros dois livros, uma caveira e um crucifixo, ao lado dos quais está um tinteiro. Atrás da sua figura foi reproduzido um banco e sobre este, uma estante com outros livros e disciplinas penduradas. Da janela aberta observa-se a pomba do Espírito Santo para quem Teresa olha diretamente. A áurea de santidade da sua pessoa está simbolicamente representada pelo aro dourado ao redor da cabeça. O seu autor ter-se-á inspirado na gravura de Cornelis Galle, de cerca de 1632 [Fig. 5], anos depois deste ter colaborado com Adriaen Collaert no primeiro álbum de gravuras dedicado à santa carmelita,



Fig. 4. Autor desconhecido, *Santa Teresa de Jesus escritora inspirada pela pomba do Espírito Santo*, século XVII-XVIII. Aveiro, retábulo da capela-mor da Igreja da Misericórdia, óleo sobre tela. Foto: Lúcia Marinho, 2014.

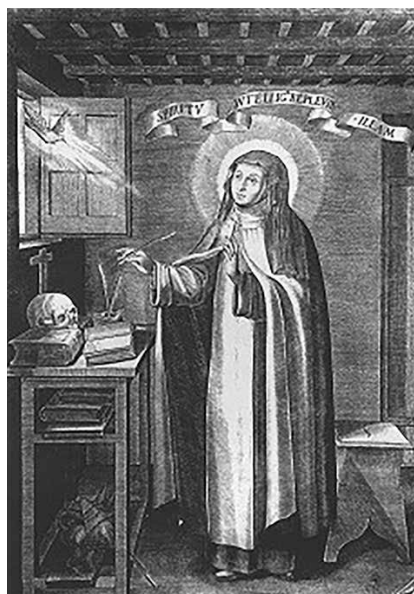


Fig. 5. Cornelis Galle, *Santa Teresa de Jesus escritora inspirada pela pomba do Espírito Santo (Teresa na sua cela)*, c. 1632. Países Baixos. Foto: MARTÍN, María José Pinilla, 2013, p. 132.

em 1613, o que demonstra o profundo conhecimento que o(s) encomendante(s) e/ou o pintor desta obra tinham sobre o *corpus* visual teresiano existente à época.

Algumas dissemelhanças da pintura em relação à gravura que poderão ou não ter acontecido intencionalmente, nomeadamente a ausência na primeira da filacteria sobre a cabeça de Teresa que diz em latim: *Spiritu intelligentiae replevit illam* (*Ele preenche o espírito de compreensão*<sup>20</sup>), e os livros que na pintura estão numa estante e na gravura estão sob a mesa. Trata-se de um tema inúmeras vezes representado que surge aqui fora do contexto Carmelita Descalço. A sua integração neste retábulo poderá estar associada, mais uma vez, com o papel relevante de Santa Teresa de Jesus no período tridentino, pela sua faceta mística associando-se por este prisma aos outros dois santos retratados no retábulo, e/ou à devoção carmelita a Nossa Senhora partilhada pela Confraria, acentuada com a representação de *Nossa Senhora da Misericórdia* que os Carmelitas Descalços adaptaram nas múltiplas representações de *Nossa Senhora do Carmo, com o seu manto, protege a Ordem Carmelita Descalça*.

### Considerações finais

Com o Concílio de Trento estabeleceram-se as normas para as representações artísticas no sentido de cumprirem o seu papel didático e propagandístico contra a heresia e o Protestantismo, e proibindo-se a exposição de imagens que retratassem um falso dogma. Intermediárias da Fé em claro confronto com qualquer espécie de idolatria, foi definida a qualidade necessária para a eficácia das obras de arte, tornando-as credíveis e aptas a ensinar. Santa Teresa de Jesus que, viveu e experienciou a realidade contra-reformista, foi, igualmente, sujeita aos seus preceitos sobre a verdadeira intenção das imagens sagradas quando, ainda em vida, foi retratada por Fr. Juan de la Miseria. Com a sua morte, a carência de terem presente a Madre e Santa fundadora, e respondendo também às necessidades que os processos de beatificação e canonização suscitaram para a criação de suportes visuais que ajudassem à causa, levaram à composição do *corpus* iconográfico teresiano que foi crescendo ao longo do tempo. Em Portugal, a proliferação de representações da

---

<sup>20</sup> Tradução livre. Coloca-se aqui a hipótese de Cornelis Galle ter-se inspirado na gravura que Matthaeus Greuter fez, em 1622, para a canonização de Teresa de Jesus uma vez que a posição em que Galle a colocou na sua gravura é muito semelhante à de Matthaeus Greuter que a retratou no momento da *Transverberação*.

santa carmelita comprova a aceitação que ela e o seu empreendimento tiveram por parte da sociedade da época.

Graças à rápida definição e difusão dos modelos através da gravura (integral ou parcialmente copiada, ou articulando diversas estampas, como modelo ou fonte de inspiração), foi possível a realização de extensos ciclos azulejares e em pintura, mas também da realização de renovadas iconografias, como é o caso da antessacristia do convento de São Paulo da Serra de Ossa, no Redondo, da sua integração no programa iconográfico do retábulo da Misericórdia de Aveiro e do convento de São Pedro de Alcântara, ou da reafirmação das primeiras gravuras dedicadas à santa, como se pode observar no tímpano da antiga Sala do Capítulo do convento de Santa Marta, em Lisboa.

Estas são apenas quatro situações exteriores ao universo carmelita descalço onde encontramos Santa Teresa de Jesus como influência fundamental no contexto pó-tridentino e que permitiram dar a conhecer a santa carmelita a outras realidades no seio da espiritualidade cristã colocando, ao mesmo tempo, a questão de quem foi ou foram os seus responsáveis, assim como de tentar aprofundar os motivos que levaram à sua escolha. Apesar da relevância destas interrogações e que devem ser investigadas a fundo, estas são, contudo, representações artísticas significativas que comunicavam com o observador que frequentava os referidos espaços, transmitindo as ideias e a vida de Santa Teresa de Jesus num período de grandes mudanças espirituais e religiosas, a par do seu contributo para a sua disseminação. Certo é que, após a sua canonização em 1622, Santa Teresa de Jesus era entendida e retratada na arte ao mesmo nível que as grandes fundadoras das mais importantes ordens mendicantes: Santa Clara de Assis e Santa Catarina de Siena.



## BIBLIOGRAFIA

- ARRUDA, Luísa; COELHO, Teresa de Campos (2004), - Convento de S. Paulo de Serra de Ossa. Lisboa: Edições Inapa.
- BERGANZA, Leticia Verdú (2002), - *La arquitectura carmelitana y sus principales ejemplos en Madrid (S. XVII)* [texto policopiado], Tomo I. Madrid: [s.n.]. Dissertação de Doutoramento em História da Arte - apresentada à Faculdade de Geografia e História da Universidad Complutense de Madrid.
- COLLAERT, Adriaen; GALLE, Cornelis (1630), - *Vita S. Virginis Teresiae a Iesu Ordinis Carmelitarum Excalceatorum piaie restauratricis*. 3.a ed. Antuérpia: Apud Ioannem Galleum, 1630. BNP, Secção de Iconografia, E. A. 14//6 P., fls 138-162.
- GONÇALVES, Flávio (1973), - Breve Ensaio sobre a Iconografia da Pintura Religiosa em Portugal. Lisboa: [s. n.].
- GONÇALVES, Flávio (1990), - História da Arte: Iconografia e Crítica. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- LÉON, Fernando Ponce de (1993), - “Os painéis de azulejo sobre Santa Teresa de Jesus no Convento de Santa Marta de Lisboa”. In *Museu: Revista de Arte, Arqueologia, Tradições*. IV série, n. °1. Porto: Publicação do Círculo do Dr. José Figueiredo, pp.161-181.
- MADRE DE DIOS Jerónimo Gracían de la (1982), - Escolias de la Vida de Santa Teresa compuesta por el Padre Ribera, Roma: Instituto Histórico Teresiano, p. 324. In MARTÍN, María José Pinilla (2015), *Imagen e Imágenes de Santa Teresa de Jesús entre 1576 y 1700: origen, evolución y clasificación de su iconografía*. Ávila: Institución Gran Duque de Alba, p. 32.
- MARTÍN, María José Pinilla (2013), - *Iconografía de Santa Teresa de Jesús* [texto policopiado]. Valladolid: [s.n.]. Dissertação de Doutoramento em História da Arte - apresentada à Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Valladolid. URL: <http://uvadoc.uva.es/handle/10324/4249> (2018.09.12).
- MARTÍN, María José Pinilla (2015), - *Imagen e Imágenes de Santa Teresa de Jesús entre 1576 y 1700: origen, evolución y clasificación de su iconografía*. Ávila: Institución Gran Duque de Alba.
- MECO, José (2003), - “A Divina Cintilação. Talha, Azulejos, Mármore, Chinoiseries”. In
- VIEIRA, Irmã Ana Maria; RAPOSO, Teresa (coord.), *O Convento dos Cardaes - Veios da Memória*. Lisboa: Quetzal Editores, pp. 109-184.



- MONTEIRO, João Pedro (1995-1999), - “Os «Pia Desideria», uma fonte iconográfica da Azulejaria Portuguesa do século XVIII”. In *Revista Azulejo*. 3-7. Lisboa: [s.n.], pp. 61-70.
- ORDAX, Salvador Andrés (1982), - “Iconografia Teresiano-Alcantarina”. In *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*, Tomo 48. Valladolid: Universidade de Valladolid.
- PAIVA, José Pedro (2013), - “A Recepção e aplicação do Concílio de Trento em Portugal: Novos Problemas, Novas Perspectivas”. In CAMÕES, António Gouveia; BARBOSA, David Sampaio; PAIVA, José Pedro (coord.), *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: Olhares novos*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica, pp. 13-40.
- PALOMO, Frederico (2006), - A Contra-Reforma em Portugal 1540-1700. Lisboa: Coleção Temas de História de Portugal, Livros Horizonte.
- REYCEND, João Baptista (1781), - O Sacrosanto e Ecuménico Concilio de Trento em latim e portuguez, dedica & consagra aos excell., e rev. senhores arcebispos e bispos da Igreja Lusitana, Tomo II. Lisboa: Oficina de Francisco Luiz Ameno.
- SAN BERNARDO, Frei Juan de (1667), - *Chronica dela vida admirable y milagrosas haçañas del Glorioso y S. Padre Pedro de Alcantara, reformador de la Orden Serafica (...) Padre espiritual de S. Teresa de Iesus y su coadjutor*. Nápoles: Empreenta de Geronimo Fasulo.
- SAN JOSÉ, María de (1979), - Escritos espirituales, Roma, Postulación General de la Orden Carmelita Descalza, p. 189. In MARTÍN, María José Pinilla (2015), *Imagen e Imágenes de Santa Teresa de Jesús entre 1576 y 1700: origen, evolución y clasificación de su iconografía*. Ávila: Institución Gran Duque de Alba, p. 37.
- SANTA TERESA DE JESUS; ÁLVAREZ, Tomás (introd. e notas); RIBEIRO, Vasco Dias (trad.) (2000), - *Obras Completas*. Paço de Arcos: Edições Carmelo.
- SERRÃO, Vítor (1983), - *O Maneirismo e o Estatuto Social dos Pintores Portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- SERRÃO, Vítor (2002), - *História da Arte em Portugal: o Renascimento e o Maneirismo*. Lisboa: Editorial Presença.
- SERRÃO, Vítor (2013), - “Impactos do Concílio de Trento na Arte Portuguesa entre o Maneirismo e o Barroco (1563-1750)”. In CAMÕES, António Gouveia; BARBOSA, David Sampaio; PAIVA, José Pedro (coord.), *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: Olhares novos*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica, 2013, pp. 103-132.

SERRÃO, Vítor (2017), - A Igreja e Mosteiro de Santa Marta. Perspectiva histórico-artística. **No prelo**. Lisboa: [s.n.], pp. 1-29.

YEPES, Frei Diego de (1776), - Vida, Virtudes, y Milagros, de la Bienaventurada Virgen Teresa de Jesus, Madre y Fundadora de la Nueva Reformation de la Orden de los Descalços, y Descalças de Nuestra Señora del Carmen. Madrid: D. Manuel Martin. URL: [https://books.google.pt/books?id=k7DDo0Qln0AC&printsec=front-cover&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=thumbnail&q&f=false](https://books.google.pt/books?id=k7DDo0Qln0AC&printsec=front-cover&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=thumbnail&q&f=false) (2018.09.15).





INTERPRETAÇÕES CARTO-ICONOGRÁFICAS DO ESPAÇO DE SAÚDE NO CONVENTO DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS DE ÉVORA – PORTUGAL

**Maria Filomena Mourato Monteiro**

monteiro.m.filomena@gmail.com

Câmara Municipal de Évora

**Maria do Céu Simões Tereno**

ceuteren@gmail.com

Universidade de Évora

**Marízia Clara de Menezes Dias Pereira**

mariziacmdp3@gmail.com

Universidade de Évora

## RESUMOS BIOGRÁFICOS

**Maria Filomena Mourato Monteiro** é arquiteta na Câmara Municipal de Évora onde chefiou o Gabinete de Projetos e a Divisão de Iniciativas Urbanísticas Municipais. Doutorada em Arquitetura e mestre em Recuperação do Património Arquitetónico e Paisagístico, atualmente o seu trabalho desenvolve-se essencialmente na área do Património. Tem realizado conferências e publicado artigos em Portugal, Espanha, Itália e Brasil.

**Maria do Céu Simões Tereno** é Professora Auxiliar do Departamento de Arquitetura, Escola de Artes na Universidade de Évora. Doutorada em Conservação do Património Arquitetónico. Tem trabalhos publicados nas áreas do Património, Salvaguarda, Morfologia Urbana, e Arquitetura religiosa e militar. Tem proferido conferências em território nacional, em Espanha, Itália e Brasil. Organizou cursos breves, conferências e exposições.

**Marízia Clara de Menezes Dias Pereira** é Professora Auxiliar do Departamento de Paisagem, Ambiente e Ordenamento na Escola de Ciências e Tecnologia da Universidade de Évora. Doutorada em Ciências do Ambiente. Tem trabalhos publicados em várias revistas da especialidade nas áreas de engenharia biofísica, espaços verdes, fitogeografia e fitossociologia. Estágio pós-doutoral no Ceará, Brasil, em curso.

## INTERPRETAÇÕES CARTO-ICONOGRÁFICAS DO ESPAÇO DE SAÚDE NO CONVENTO DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS DE ÉVORA - PORTUGAL\*

CARTO-ICONOGRAPHIC INTERPRETATIONS OF THE HEALTH SPACE IN THE CONVENT OF NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS IN ÉVORA - PORTUGAL

### RESUMO

O objeto de estudo do presente trabalho centra-se no convento masculino de Nossa Senhora dos Remédios em Évora (1594), de carmelitas descalços, localizado a sul do Tejo e cuja igreja foi sacralizada em 1614. Procurou identificar-se o que nele seriam os “espaços” de saúde, onde, como, e de que meios dispunham no apoio, não só às comunidades religiosas, mas também aos peregrinos e população local que a eles recorressem. A interligação entre as casas religiosas, quer através da Ordem, quer pelo intercâmbio de frades entre conventos, poderá ter potencializado, na área da saúde, a transferência de conhecimentos e as práticas decorrentes. Como ferramentas de estudo recorreu-se a documentos cartográficos, iconográficos, manuscritos e bibliográficos, os quais, através da análise e respetiva interpretação, permitam facultar uma aproximação ao tema.

### ABSTRACT

The research object of the present paper seeks to approach the male convent of the Nossa Senhora dos Remédios in Évora (1594), of discalced Carmelites, situated south of Tagus with its church being established in 1614. The aim was to identify what in the convent would be the “areas” of health, as well as to know, where, how, and what resources were allocated in the aid, not only, to the religious communities, but also, to the peregrines and locals that might seek their support. The connection between the religious houses, either through the Order or by the exchange of friars in between convents, might have ignited, in the health department, the exchange of knowledge and reoccurring practices. Regarding the methodologies used in this research, they were achieved through the consultation of documents that were in nature cartographic, iconographic, manuscripts and bibliographic. It was through their analysis and interpretation that and approach to this subject was possible.

## Introdução

A Ordem dos Carmelitas Descalços (OCD) foi fundada por Santa Teresa de Ávila (1515-1582), coadjuvada posteriormente por São João da Cruz (1542-1591), a partir do carisma da Ordem do Carmo. Em 1562 ocorreu em Ávila (Espanha) a fundação do mosteiro de São José, primeira casa feminina da Ordem. Posteriormente, em 1568, foi fundado em *Duruelo, Mancera de Abajo* (Espanha), a primeira casa masculina.

No território português, as casas religiosas masculinas foram instituídas sequencialmente em Lisboa (1581), Cascais (1594), Évora (1594) [Fig. 1], Alter do Chão (1595), Figueiró dos Vinhos (1600), Coimbra (1603), Santos-o-Velho (1611), Aveiro (1613), Porto (1617), Viana do Castelo (1618), Goa (1620), Buçaco (1628), Santarém (1646), Olhalvo (1648), Braga (1653), Luanda (1659), Setúbal (1660), Lisboa (1661), Salvador da Bahia (1665)<sup>1</sup>..., (LOUREIRO, 2017: 21-29).

A regra primitiva, definida por Santa Teresa de Ávila, e as constituições aprovadas pelos capítulos da Ordem, criaram um conjunto de determinações que abrangiam os diversos aspetos da vida espiritual e quotidiana das comunidades de carmelitas descalços. Nestas, são de relevância para o trabalho em curso as que respeitam aos edifícios (S.A., 1791:126) e, particularmente aos espaços consignados à saúde (S.A., 1791:130), adaptadas aos conventos masculinos.

## Breve nota histórica

Em 1560, na rua do Raimundo, junto à respetiva porta (S. ANNA, 1657: 340), existia uma ermida<sup>2</sup> evocativa de Nossa Senhora dos Remédios de grande devoção popular, cujo sacristão era o franciscano Frei Aleixo<sup>3</sup>, mais tarde substituído por Frei Domingos (S. ANNA, 1657: 341)<sup>4</sup>, também franciscano que fundou, anexa a esta ermida, uma casa e hospital para enfermos. Em 1579 (S. ANNA, 1657: 338) foi

<sup>1</sup> Houve outras fundações posteriores, sendo que a listagem apresentada neste trabalho termina no convento da Bahia, por este ter sido fundado por Fr. Joze do Espirito Santo, Padre Prior neste convento de Évora. Para tal, renunciou o seu *officio* em Évora, pouco antes da Pascoa de 1665, para ir fundar na Bahia o convento que aí existe (SÃO BENTO, 1800: liv. XV, cap. V, 913).

<sup>2</sup> Esta ermida de origem muito remota era de grande devoção da população coeva, por nela se venerar uma "santa imagem".

<sup>3</sup> A crónica refere que Frei Aleixo era um ermitão idoso do convento de S. Francisco, situado em área adjacente.

<sup>4</sup> De acordo com a crónica, Frei Domingos, com as esmolas recolhidas na ermida, construiu em espaço anexo a esta, umas casas onde curava enfermos.



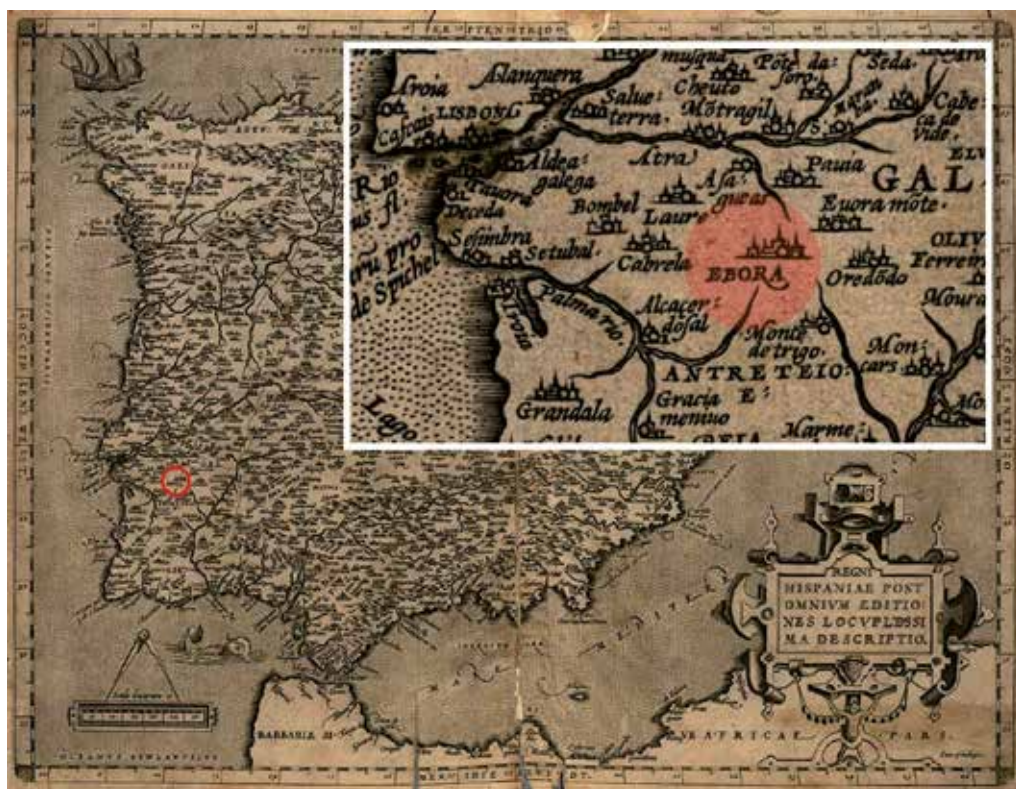


Fig. 1. Ortelius, *Regni Hispaniae post omnium editiones locupleitissima descriptio*, 1527-1598. Escala [ca. 1:3300000]. Fonte: BNP/cc-491-v.

concedida por carta de Madre Teresa de Jesus ao arcebispo de Évora D. Teotónio de Bragança, autorização para a criação de convento da Ordem dos Carmelitas Descalços<sup>5</sup>. Posteriormente, em 9 de dezembro de 1594, iniciou-se em Évora a nova comunidade religiosa, com a invocação de Nossa Senhora dos Remédios (S. ANNA, 1657: 341), estando nessa época, a cidade circunscrita ao recinto amuralhado fernandino. O local para instalação da comunidade foi o do conjunto edificado, anteriormente mencionado situado na rua do Raimundo, que estava à data sob a alçada da Igreja e do qual fazia parte a ermida de Nossa Senhora dos Remédios (S. ANNA, 1657: 338)<sup>6</sup>.

Quando os religiosos foram pressionados pela Casa da Câmara para abandonarem a cidade, por instância de algumas instituições religiosas que consideravam não haver esmolas e doações suficientes na cidade para a instalação de uma nova

<sup>5</sup> Outro documento concedendo a licença para erigir o convento de Évora é a *L<sup>ca</sup> do Sor Arcebispo p<sup>a</sup> fundar em Evora* datado de 1594.

<sup>6</sup> Como consta na Crónica da Ordem, onde é referido que para fundar o convento o Senhor Arcebispo disponibilizou casa e cinco mil cruzados para pagamento da respetiva renda.

ordem religiosa, a população opôs-se (S. ANNA, 1657: 342)<sup>7</sup>. Foi através de um parecer jurídico devidamente fundamentado, que o rei Filipe I tomou posição sobre a divergência, declarando que os padres carmelitas eram (...) *muito necessários à cidade* (...) (S. ANNA, 1657: 342) garantindo nesta a sua permanência.

Com o crescimento da comunidade foi necessário ampliar as instalações. Sendo que o espaço de que dispunham à porta do Raimundo era insuficiente para a sua expansão, foi essencial a procura de um sítio adequado. Este fato é confirmado pelo volume I da Crónica (1657), quando refere: (...) *por não ser o sítio em que se situa o nosso mosteiro em Évora à porta de Raimundo, capaz de fazer nele a obra que convinha e ter cerca em que se plantasse hortaliça para o sustento dos religiosos e em que estes pelas festas pudessem aliviar-se com a vida do campo da moléstia que causa à natureza o encerramento da cela, tratou o padre prior Frei José de São João de buscar outro. E ponderadas as qualidades de alguns se veio a afeiçoar de uma horta e ferragial que era senhorio direto D. Violante de Noronha; e que ficava de fora da porta de Alconchel, vizinho a ela. Propôs à comunidade a compra daquele sítio e por voto de todos assentou o Capítulo que se comprasse a 12 de abril de 1601* (...) (S. ANNA, 1657: 446). Em 1606, estavam terminados no novo local dois dormitórios, considerados suficientes para a comunidade à data existente (S. ANNA, 1657: 446). A mudança para o novo convento também não foi pacífica, dada a oposição dos moradores da área envolvente à primitiva casa, em os deixar partir com a imagem de Nossa Senhora dos Remédios existente na antiga ermida (S. ANNA, 1657: 447). Em 25 de novembro de 1606, concretizou-se a mudança dos frades (o padre prior e mais doze religiosos) para o espaço exterior às muralhas<sup>8</sup> às portas de Alconchel, com procissão solene. A autorização da transferência da comunidade lê-se num extrato da crónica da Ordem: (...) *q os padres carmelitas descalços de Nossa Snora dos Remedios se que com passar do sitio em q hora vivem pera outro mais acomodado extra muros da cidade de Evora junto da porta dalcunchel e querem levar pera o dito novo mosteiro huã Imagê de Nosa Snora (...). No altar môr do em q hora vivem, por entendermos q a dita imagem com mais deçençia e veneração será la tratada e venerada, (...) e damos liçoença para a levareme porem em o Altar môr do q hora vivem, por entendermos q a dita imagem com mais deçençia e veneração*

<sup>7</sup> Esta afirmação sustenta-se numa transcrição da Crónica, que relata a oposição da população a este facto, na Casa da Câmara: *Que de nenhum modo haviam de consentir saíssem os nossos religiosos da cidade, que se fossem muito embora dela os que lhe parecesse que com eles se não podiam sustentar.*

<sup>8</sup> Arquivo da Ordem dos Carmelitas Descalços (AOCD). *L<sup>ca</sup> do Arcebispo p<sup>a</sup> a Imagem de N. Sn<sup>ra</sup>.* 1606.

*será la tratada e venerada, (...) e damos lioçença para a levarem e porem em o Altar môr de novo mosteiro, e se necessario he pera isso e a damos, e mandamos sob pena de obediência e de excomunhão maior q (...) de qualquer qualidade e condição e joia (...).* Na época, era prior deste convento Frei Tomás de S. Cirilo e Pedro da Silva, promotor fiscal do Santo Ofício e posteriormente Bispo do Brasil, que participaram na transferência da imagem de Nossa Senhora dos Remédios.

A igreja deste convento, sacralizada em 1614 (S. ANNA, 1657: 447-448)<sup>9</sup>, assim como o restante complexo edificado apresentam arquitetura muito depurada, cumprindo as diretrizes da Ordem e do Concílio de Trento. O projeto é da autoria do arquiteto Francisco de Mora, com as normativas tridentinas aplicadas às igrejas, de linhas austeras e de uma só nave.

Para comprovar a importância que este convento teve, para a cidade e para a Ordem, salienta-se esta passagem da Crónica: *(...) a seis de março de mil seiscentos e dezassete acabando o nosso padre geral, Fr. José de Jesus Maria de visitar este convento deu-lhe a relíquia da carne da nossa Madre Santa Teresa que nele se venera hoje (...)* (S. ANNA, 1657: 448) [Fig. 2].

Em 1628 foi eleito o primeiro superior português da província portuguesa de São Filipe, todavia a separação definitiva da congregação espanhola só se verificou em 1773, com a nomeação do primeiro Prior Geral da Congregação da Beatíssima Virgem Maria do Monte Carmelo do Reino de Portugal.

Posteriormente, durante a Guerra da Restauração e devido à localização estratégica do convento, este foi palco de combates entre castelhanos e portugueses. Quando das invasões francesas, e pela vulnerabilidade da sua implantação, foi saqueado e ocupado. Com a extinção das Ordens Religiosas no território português, seria entregue à autarquia em 1834, *(...) nomeadamente Igreja e Cêrca (...)*<sup>10</sup> para aí vir a ser instalado o cemitério municipal, mantendo-se contudo a mesma imagem do conjunto edificado até à atualidade [Fig. 3].

<sup>9</sup> Por esta ocasião surge na Crónica da Ordem, tomo I, a seguinte referência: *(...) Fr. Lourenço da Madre de Deus que no ano de 1614, segundo do seu triénio, teve a ventura de acabar e mudar para ela o Santíssimo Sacramento com grandíssima solenidade, benzendo-a antes o senhor arcebispo e assistindo nela à missa da Nossa Madre Santa Teresa, beatificada naquele ano (...)*, n.º 532.

<sup>10</sup> Carta de Lei datada de 30 julho 1839.

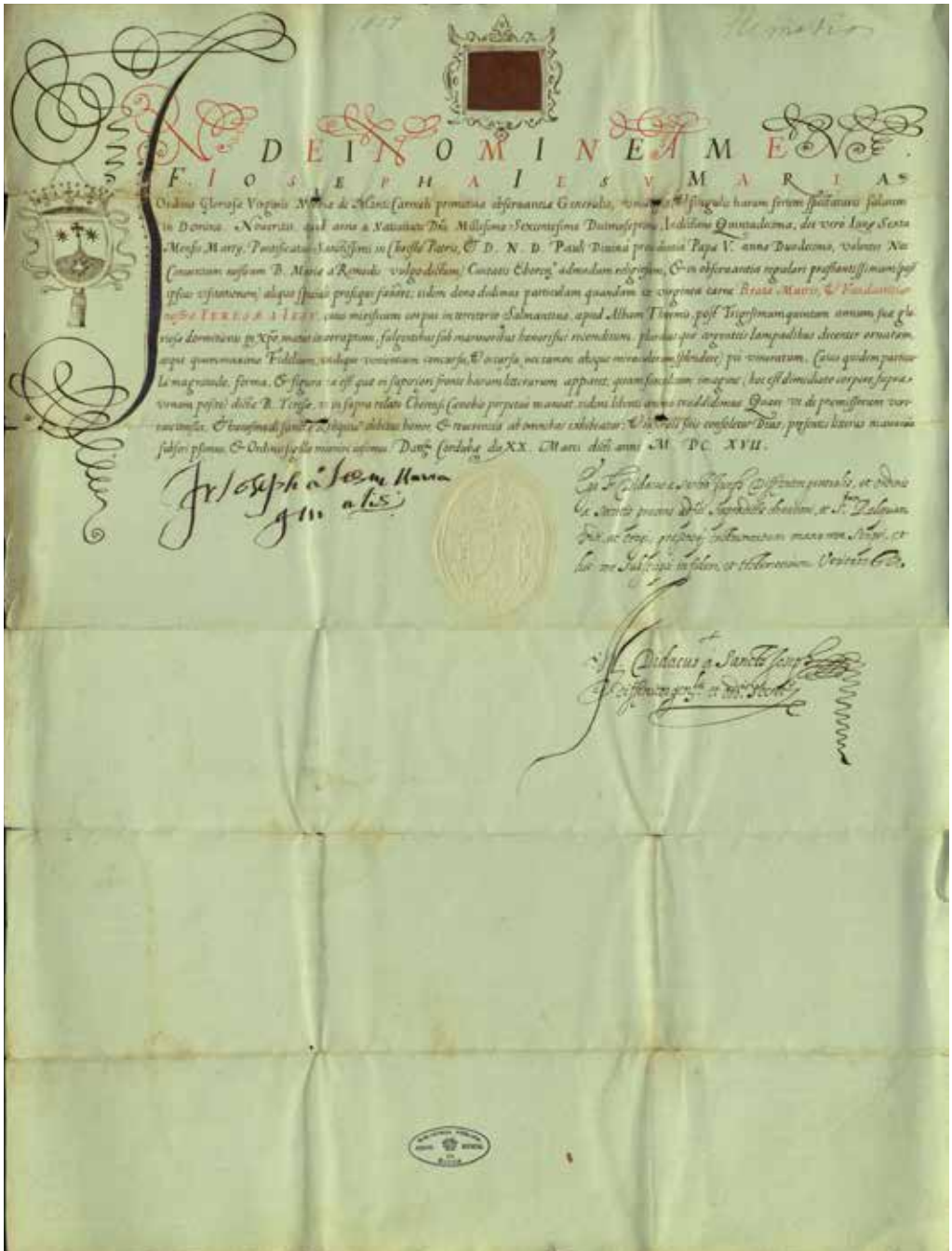


Fig. 2. Documento comprovativo da atribuição de relíquia da carne de Santa Teresa ao convento de Nossa Senhora dos Remédios de Évora, 1618. Fonte: BPE, cod. CLXIX 1-28 N2\_001\_. Identificado por José João Loureiro.





Fig. 3. Vista global do conjunto do convento de Nossa Senhora dos Remédios, 2018, Évora. Fonte: Celestino Manuel.

## Crono-morfologia cartográfica e iconográfica da implantação do convento de Évora

Para uma melhor perceção da cidade e da sua imagem urbana, nomeadamente do espaço envolvente à urbe, vegetação e construções, é essencial a ilustração que consta na contracapa do Foral concedido por D. Manuel I à cidade de Évora. Nela é possível ver a cerca amuralhada fernandina e, num espaço adjacente à torre de menagem das portas de Alconchel, o local onde seria posteriormente implantado o convento dos Remédios [Fig. 4].



Fig. 4. Extrato da iluminura existente na contracapa do segundo foral da cidade com o local onde viria a ser edificado o convento de Nossa Senhora dos Remédios, 1501, Évora. Fonte: CME/ADE.

Numa planta da cidade de Évora, da autoria de Possi, de 1668, observa-se a implantação do convento dos Remédios [Fig. 5].



Fig. 5. Possi, *Planta da cidade de Évora* in "Pianta d'Estremadura e di Catalogna", 1687: 31. No pormenor apresentado a área do convento é designada pela letra i. Fonte: Museu Galileo.

Na Crónica da Ordem, tomo IV, verifica-se que o convento foi substancialmente arruinado pela Guerra da Independência e que o P<sup>e</sup>. *Consiliario* Fr. Manoel da Conceição, vigário nos períodos 1663-1664 e 1677-1679 e sucessor do Padre Fr. Jozé do Espirito Santo, procedeu à realização de um conjunto de obras significativas: (...) com as esmolos que recebo, pode não só alimentar a sua comunidade, mas também reparar huã grande parte das ruinas, a que não pode acodir o seu Antecessor. Tornou a por o relógio no seu lugar, e com mayor reparo que o antigo: renovou os sinos, que a violencia das ballas havia quebrado: reparou o tamque, a nora, as ruas, as arvores, tanto, quanto permitião as novas fortificações, desenhadas na mesma aria. Reformou a casa do capitulo e deu nova forma as sepulturas, visto as ter estragado a cavallaria castelhana. E finalmente forão tantas as obras que fez

*no pouco tempo do seu governo, que todos dizião lhe lançado (sic) Deos o dinheiro pelos telhados (...)* (SÃO BENTO, 1800: liv. XV, cap. V, 915).

Noutra planta, de autor desconhecido (1750-90?) [Fig. 6], falta a ala poente do convento, assim como a respetiva vedação da cerca que não tinha sido reconstruída. O espaço interior da cerca encontra-se representado, em algumas zonas, com árvores, canteiros e uma pequena ermida enquadrada por um percurso pedonal, provavelmente pavimentado e com acesso para o espaço público<sup>11</sup>.

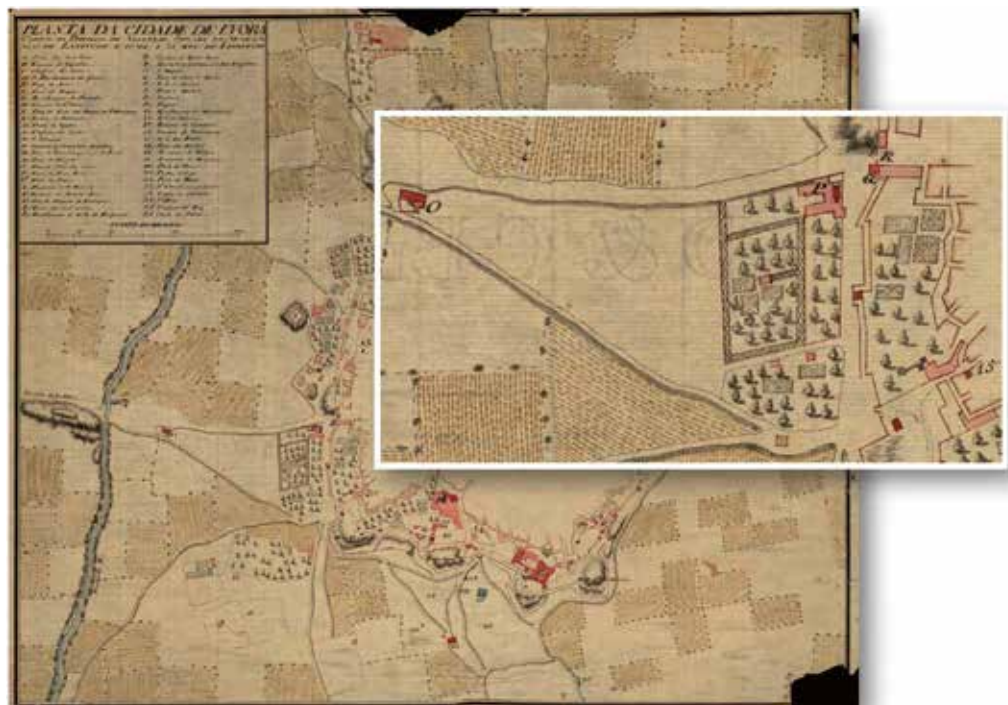


Fig. 6. *Planta da Cidade de Évora*, 1750 e 1790?, Autor desconhecido. No pormenor apresentado o convento é designado pela letra P. Fonte: BNP/d-343-a.

### O “espaço” de saúde no Convento de Nossa Senhora dos Remédios

Os espaços onde as (os) religiosas (os) deveriam viver em comunidade foram definidos na Regra Primitiva, instituída por Santa Teresa de Ávila, devendo ser de dimensões reduzidas, de características singelas e evitando toda a ostentação (S.A.,

<sup>11</sup> Atual avenida de S. Sebastião.

1791: cap. XII, 126-130). Numa transcrição da Regra Primitiva encontra-se: (...) os conventos das nossas Religiosas não se edificarao curiosamente, excepto a Igreja, conforme as plantas approvadas pelos Architectos da nossa Ordem, e não de outra maneira. Nos edifícios se attenderá somente ao necessario, evitando toda a superfluidade. As paredes serão as mais fortes que for possível, e os muros da cerca terão ao menos dezanove, ou vinte pés de altura desde a superficie da terra. As cercas terão capacidade para nellas se edificarem Ermidas, onde as Religiosas possam retirar-se a ter oração, a exemplo dos Santos Padres, as quaes Ermidas não se edificarão junto dos um da mesma cerca. Não haverá nos Conventos janella alguma para a rua; mas todas serão abertas para o interior da Clausura; e as que cahirem para a cerca, terão grade (S.A., 1791: cap. XII, 129).

No que respeita ao tratamento a dar às (aos) enfermas (os), existem também determinações precisas relatadas no mesmo documento (S.A., 1791: cap. XIII, 130).

Na planta do piso superior do convento [Fig. 7], datada de 1719 e da autoria de Frei Pedro da Conceição, comprova-se a proposta de construção de um lance de escada ligando o piso intermédio onde se encontrava a hospedaria, ao piso superior, a abertura de uma porta de acesso e a construção de um lume de chão (lareira) numa cela de maior dimensão, sendo este, provavelmente, um dos primeiros espaços de

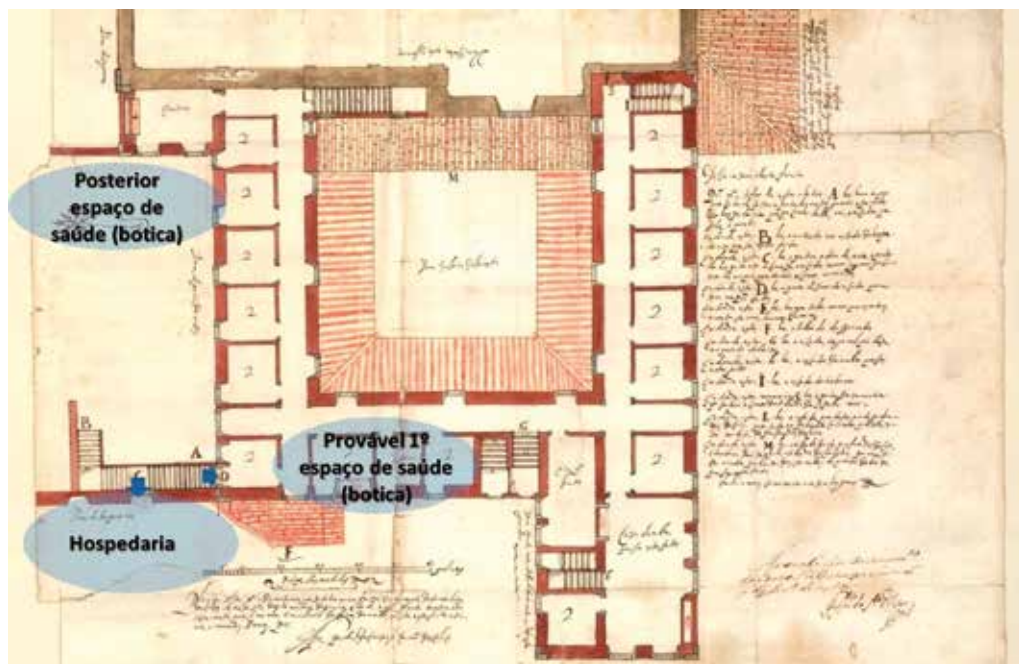
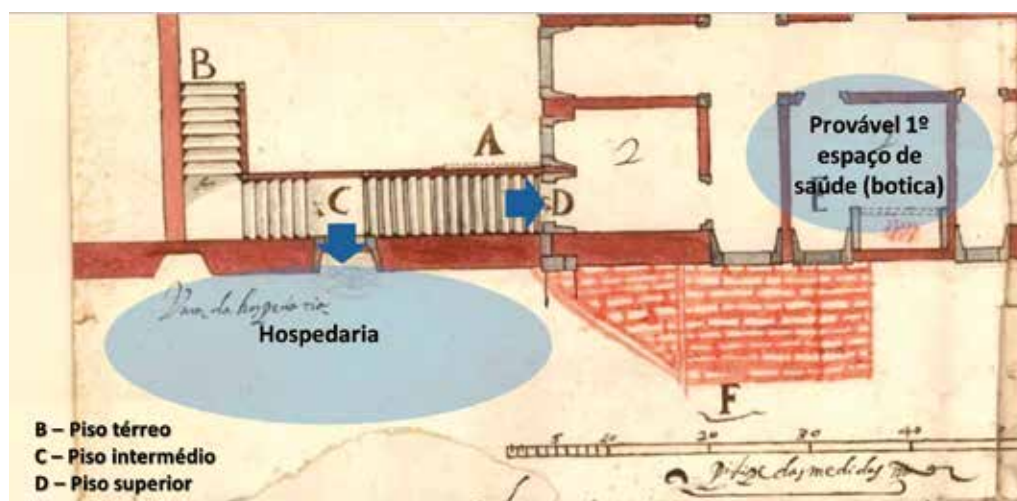


Fig. 7. Conceição, planta (proposta) do piso superior do convento de Nossa Senhora dos Remédios, 1719, Évora. Fonte: CME.





- Letra A** – Arco que se há-de fazer à porta dos moços, junto da Hospedaria que por cima dela vai à escada que sobe ao quarto.
- Letra B** – Entrada da escada da hospedaria que já está feita.
- Letra C** – Patim donde está a porta da hospedaria e começo da escada nova que vai por cima do arco nomeado.
- Letra E** – Cela maior que as outras, e nela se fará uma chaminé.

Fig. 8. Conceição, pormenor da planta (proposta) do piso superior do convento de Nossa Senhora dos Remédios, 1719, Évora. Fonte: CME.

saúde a funcionar no convento. Posteriormente foi edificado um corpo a norte do pátio e paralelo à igreja, que ainda não constava na planta [Fig. 8].

Sabe-se que a botica do convento dos Remédios foi utilizada como local de abastecimento de mezinhas e remédios a outras comunidades, civis e religiosas, sendo exemplo notas existentes no Livro da Feitoria do Mosteiro de S. Bento de Cástris (1735-1739), referindo-se ao fornecimento de produtos medicinais<sup>12</sup>.

No Livro de Obras do convento dos Remédios datado de 1745<sup>13</sup> e referente a este convento, existem diversas alusões à existência de uma botica e ao tratamento a ministrar aos enfermos<sup>14</sup>. A mais explícita, era a de um acolhimento de enfermos em que Frei Rodrigo de J. Maria providenciou a construção da *casinha da enfermaria*<sup>15</sup>. Com Frei Manuel de S. Lourenço, existe uma referência a um pagamento no valor de 400 000 reis, em dívida pela fundação da botica<sup>16</sup>. O Padre Francisco da Visi-

<sup>12</sup> Códice XXXII/1-6 - Livro da Feitoria do Mosteiro de S. Bento de Cástris, BPE, fls. 6, 26 v., 28, 37 v. e 40 v..

<sup>13</sup> Anexo nº. 1, esta tabela foi elaborada com base nos elementos considerados mais relevantes que faziam referência à saúde, espaços e meios relacionados, ao longo o período a que se refere este manuscrito.

<sup>14</sup> *Idem*, fl. 8.

<sup>15</sup> *Idem*, fl. 13.

<sup>16</sup> *Idem*, fl. 14.

tação, também efetuou obras significativas: (...) fez de novo os aquedutos de frente deste convento e coberto de suas Lages e calçada e pedra até defronte da botica por arcos a canos de barro até descer ao repucho por onde entra na m<sup>a</sup> botica e passa ao claustro para todas as oficinas (...) fez mais a casa para a fábrica da botica(...)17. Posteriormente Frei Joaquim de São José pagou mais uma dívida referente à botica: (...) destratou da botica 800 000 reis que ainda se estava devendo da obra principal a botica com todos os juros vencidos até a real entrega (...)18. Ainda em relação às dívidas contraídas pela botica, mas de produtos medicinais: (...) pagou ao letrado 17 586 que lhe ficou devendo o seu antecessor de remédios da botica (...)19. Frei Duarte de S. João da Cruz procedeu a obras de manutenção e restauro do convento nomeadamente: (...) madeirar e retelhar todo corpo da igreja o mesmo na casa da rouparia na casa da botic (...)20. Após a primeira invasão francesa21, o Padre Frei Joaquim de S. Matias mandou proceder às necessárias reparações no convento: (...) reparou-se a botica, que tinha sido destruída pelos franceses, e com esmolas e o seu rendimento de alguns meses se pôs no estado presente, e se comprou grande parte dos trastos necessários para o seu labo (...)22.

De interesse mencionar, as referências incluídas no inventário da extinção do convento de Nossa Senhora dos Remédios, quanto aos objetos que poderiam ter pertencido à botica e à enfermaria. Neste, realizado em 30 de maio 1835, pelo escrivão João Centeno Mexia Lobo e pelo prior Frei Francisco da Conceição, consta a listagem dos bens pertencentes ao convento23, numa ordem definida: (...) Primeiro - vasos sagrados e paramentos; segundo - objetos sagrados não preciosos digo, objetos preciosos não sagrados; terceiro - objetos de refeitório, cozinha, enfermaria, e mais mobília do comum; quarto - livraria e manuscritos; quinto - casco, cerca, prédios rústicos e urbanos, foros, (...) títulos de juro, dinheiro, e outros quaisquer objetos de valor, a fim de se verificar a disposição do decreto de 30 de maio último, e do régio aviso do tesouro público de quatro do corrente com suas instruções, e sendo por ele

<sup>17</sup> *Idem*, fl. 15.

<sup>18</sup> *Idem*, fls. 16 e 16 r.

<sup>19</sup> *Idem*, fl. 17 r.

<sup>20</sup> *Idem*, fl. 20 r.

<sup>21</sup> Primeira invasão francesa (1807-1808).

<sup>22</sup> *Idem*, fl. 24.

<sup>23</sup> *Inventário de extinção do Convento de Nossa Senhora dos Remédios em Évora*, fl. 15 v.

*aceito o juramento (...)*<sup>24</sup>. Especificamente referente à botica<sup>25</sup> (REIS, 1779: 332-352) encontra-se a notícia da compra do seu acervo, por António José da Rocha, no valor de 24.100 réis, montante muito significativo na época se comparado com a de peça de ourivesaria proveniente do mesmo convento descrita como *um grilhão e ouro com dois (...) de ouro cravados de diamantes, cujo valor foi estimado em 20 mil réis e vendido por sete mil duzentos e vinte reis*<sup>26</sup>.

Na descrição dos objetos dos diferentes compartimentos do convento consta a indicação de rouparia por duas vezes, sendo que num dos casos, os objetos descritos são, no nosso entender, mais adequados a um espaço de saúde (enfermaria/botica), do que a uma rouparia: *Rouparia - Dois armários grandes, um maior e outro mais pequeno, com diferentes vasos de louça branca irmãos dos do refeitório, e 25 garrafas de vidro preto. Uma mesa de pinho de 10 palmos de comprimento. Uma estante e duas arcas pequenas e 3 bancos de pinho, tudo usado*<sup>27</sup> (...). *Um canapé e três cadeiras de pinho pintadas de amarelo com assento de tábuas e uma esteira de esparto*<sup>28</sup>.

Do século XX, quando das obras iniciais de adaptação e recuperação do antigo convento, ficaram-nos elementos de realce sendo de referir o levantamento topográfico do edifício<sup>29</sup> assim como documentação fotográfica diversificada que atesta, à época, a natural evolução construtiva do edifício [Figs. 9, 10 e 11].

A água sendo um elemento imprescindível ao funcionamento de qualquer comunidade religiosa, era-o ainda mais no que dizia respeito à existência, nessas comunidades, de botica e enfermaria, locais onde teria um papel essencial. Através de documentos fotográficos da época pode-se observar a ligação entre o corpo do espaço de saúde e a ala sul do claustro, antes e durante as intervenções de conservação e restauro [Figs. 12, 13 e 14]. Na parte inferior de outra fotografia está nítido o acesso ao local por onde passava o cano de abastecimento de água [Fig. 15]. Tal canalização estava assinalada na parede, através de um painel de azulejo truncado, onde existia a seguinte frase: (...) *este canno tem a boca defronte da torre de Alconchel e porelle* (...). Pormenor de tal conjunto foi fotografado à data por Túlio Espanca [Fig. 16]. Em

<sup>24</sup> *Idem*, fl. 15 v.

<sup>25</sup> Apesar de na botica já não constar o seu espólio, a obra referida, sendo da autoria de um frade farmacêutico carmelita descalço, permite-nos ter uma noção aproximada da diversidade de matérias-primas utilizadas nos tratamentos das diversas doenças inerentes à época.

<sup>26</sup> *Inventário de extinção do Convento de Nossa Senhora dos Remédios em Évora*, fl. 19 v.

<sup>27</sup> *Idem*, fl. 21.

<sup>28</sup> *Idem*, fl. 21 v.

<sup>29</sup> O qual serviu de base para a elaboração do estudo prévio, da autoria do arquiteto Vitor Figueiredo, para uma parte deste antigo convento.

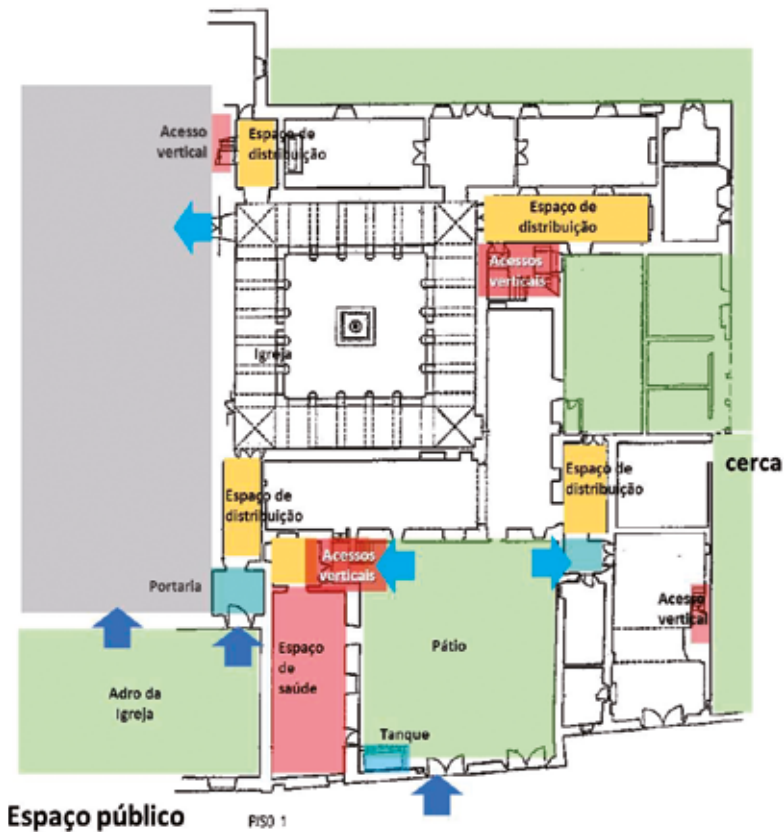


Fig. 9. Distribuição de espaços (proposta) sobre planta do piso térreo do convento de Nossa Senhora dos Remédios, anos 80/séc. XX, Évora. Fonte: base CME.



Fig. 10. Convento de Nossa Senhora dos Remédios, 1954. Évora. Fonte: SIPA.



Fig. 11. Pormenor do alçado principal do convento, s.d., Évora. Fonte: CME.



Fig. 12. Vista do alçado sul da antiga botica e ligação ao corpo principal do convento, s.d., Évora. Fonte: CME.



Fig. 13. Pormenor do antigo acesso à botica, s.d., Évora. Fonte: CME.



Fig. 14. Pormenor da ligação entre o corpo do espaço de saúde e a ala sul do claustro, s.d., Évora. Fonte: CME.





Fig. 15. < Pormenor da ligação entre o corpo do espaço de saúde e a ala sul do claustro, s.d., Évora. Fonte: CME.

Fig. 16. ^ Espanca, painel de azulejos (truncado) que assinalava o final do cano que dava para a Torre de Alconchel, s.d., Évora. Fonte: Espanca.



Fig. 17. ^ Portão de acesso ao pátio dos moços, porta de acesso ao espaço de saúde e tanque, s.d., Évora. Fonte: CME.

Fig. 18. > Pormenor do tanque, cujos silhares foram reutilizados na atual zona cemiterial situada na antiga cerca, s.d., Évora. Fonte: CME.



outros documentos fotográficos da mesma época, vê-se com nitidez o portão que permitia a ligação entre o espaço público<sup>30</sup> e o pátio dos moços, assim como a porta de entrada para o espaço de saúde e o tanque situado no pátio [Figs. 17 e 18].

Por ocasião das obras de intervenção no piso térreo, na edificação situada entre o adro da igreja e o pátio, quando da remoção do sobrado do compartimento, foram descobertas algumas pinturas murais que estavam localizadas num espaço, em sótão, adaptado a arrecadação. Atualmente tais conjuntos pictóricos, já inexistentes, foram identificados com a temática do Evangelho de S. Mateus, capítulo 9, versículo 12, confirmado pela frase inserida num deles: (...) *Não são os que têm saúde que precisam de médico, mas sim os doentes (...)*<sup>31</sup> [Figs. 19 e 20].



Fig. 19. Palma, troço da abóbada do espaço de saúde onde, sob a camada de cal, existiram frescos com a temática do Capítulo IX, do Evangelho de S. Mateus, 1987, Évora. Fonte: CME.



Fig. 20. Palma, pormenor do fresco com a temática da saúde do Capítulo IX, do Evangelho de S. Mateus, 1987, Évora. Fonte: CME.

## Considerações Finais

O primeiro local de instalação da comunidade de religiosos carmelitas descalços foi em 1594, no conjunto edificado situado na rua do Raimundo, que à data se encontrava sob a alçada da Igreja, e do qual fazia parte a ermida evocativa de Nossa Senhora dos Remédios, de grande devoção popular.

<sup>30</sup> Atual avenida de S. Sebastião.

<sup>31</sup> A existência de tais pinturas foi testemunhada *in loco*, quando já em fragmentos, por Túlio Espanca e Rui Arimateia. Posteriormente foi identificado por Débora Fortunato o seu teor temático, através de duas fotografias realizadas em data anterior à da picagem dos rebocos das paredes e abobadilhas.

Posteriormente, com o crescimento da comunidade foi necessário ampliar o espaço, sendo essencial a procura de um local adequado para a construção de um convento com uma ampla cerca.

A mudança dos frades para o novo local, às portas de Alconchel, exterior às muralhas, realizou-se em 25 de novembro de 1606.

A cartografia disponível foi um valioso contributo para a perceção da evolução morfológica do convento, atestada através de vários documentos, de que se ressaltam o Foral concedido por D. Manuel I à cidade de Évora (1501); uma planta da cidade de Évora datada de 1668 e outra de 1750-90?.

O objetivo deste trabalho consistiu em identificar o(s) espaço(s) de saúde. Na diversificada pesquisa documental, verificou-se que havia menção à existência de botica e enfermaria. Todavia, devido à escassez de documentação disponível sobre esta matéria, só foi possível encontrar referência à venda de produtos farmacêuticos para a botica do convento de S. Bento de Cástris.

Numa planta do convento (1719) encontra-se a proposta de construção de um lume de chão (lareira) numa cela de maior dimensão. É possível que este tivesse sido um dos primeiros espaços de saúde a funcionar no convento. A sua existência, pode ser demonstrada no Livro de Obras (1775) do convento, nas Crónicas da Ordem, no Inventário de Extinção e em fotografias de antigos vestígios de pinturas murais, alusivas à saúde.

Sabe-se, pelo inventário de extinção do convento, que o remanescente da antiga botica foi arrematado por António José da Rocha, pelo valor de 24.100 réis. É provável que neste acervo estivesse incluído todo o espólio vegetal, animal e mineral que existia na altura, assim como os utensílios necessários à preparação, confeção e armazenamento de remédios.

Para a realização deste estudo foi imprescindível a consulta de diversificada documentação relativa a este antigo cenóbio, sendo que agradecemos ao saudoso Sr. P<sup>o</sup>. Jeremias C. Vechina (OCD), ao arqueólogo *Panagiotis Sarantampoulos*, ao engenheiro Carvalho Chaves e aos drs. Debora Fortunato e Rui Arimateia pela disponibilidade de, em datas distintas, nos terem transmitido e facultado elementos essenciais para o presente estudo.



## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### FONTES MANUSCRITAS

Câmara Municipal de Évora (CME), Processo de Obra do *Convento dos Remédios*, pasta nº 1. Arquivo CME.

Biblioteca Pública de Évora (BPE), documento referente à atribuição de relíquia da carne de Santa Teresa ao convento de Nossa Senhora dos Remédios de Évora, 1618, cod. CLXIX 1-28 N2\_001\_.

(BPE), *Livro da Feitoria do Mosteiro de S. Bento de Cástris*, Códice XXXII/1-6.

Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), *Inventário da extinção do Convento de Nossa Senhora dos Remédios - Évora*. Cota: ca-PT-TT-MF-EVORA-CX2214\_c0001 a c0012.

Arquivo da Ordem dos Carmelitas Descalços (AOCD), *L<sup>ca</sup> do Sor Arcebispo p<sup>a</sup> fundar em Evora*. (1594).

(AOCD), *L<sup>ca</sup> do Arcebispo p<sup>a</sup> a Imagem de N. Snr<sup>a</sup>*. (1606).

(AOCD), *Livros das Obras deste Convento de N Sr<sup>a</sup> dos Remédios da Cide de Évora. Anno de 1745*.

(AOCD), São Bento, Manuel de (1800) - *Crónica de Carmelitas Descalços particular da Província de São Filipe dos Reinos de Portugal, Tomo IV*, inédito.

### FONTES ICONOGRÁFICAS

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), ORTELIUS, Abraham, 1527-1598 - Regni Hispaniae post omnium editiones locupleitissima descriptio - Escala [ca. 1:3300000]. - [En Anvers: Ivan Baptista Urintio, 1602]. Cota do exemplar digitalizado: cc-491-v. (BNP), Planta da cidade de Evora, [1750-1790?]. Cota: <http://purl.pt/26078>, exepclar digital d-343-a.

Camara Municipal de Évora (CME/AD), (1501) - 2º foral da cidade de Évora, ilustração. (CME), CONCEIÇÃO, Pedro da, (1719) - Planta Alta p<sup>a</sup> o dormitório que se determina fazer no convento de carmelitas descalços de nossa Sr<sup>a</sup> dos Remédios de évora-cidade a qual planta mostra todo o convento que caminha em o nível da caza da outra que ja esta feita e serve a muitos annos.

## BIBLIOGRAFIA GERAL

- LOUREIRO, João (2017) - "Cronologia da Ordem dos Carmelitas Descalços em Portugal (1581-2016)". In TEIXEIRA, Joaquim (Coord.) - *A Reforma Teresiana em Portugal*. Fátima: Edições Carmelo, pp. 21-29.
- REIS, Christovão dos (1779) - *Reflexões experimentaes muito uteis, e necessárias, para os Professores de Medicina, e Enfermos divididas em duas partes: seu author o Irm. Frei Christovão dos Reis, Carmelita Descalço, Fharnaceutico-Botânico, e Administrador da Botica de N. Senhora do Carmo de Braga*. Lisboa: Universidade de Coimbra-Jardim Botânico (UC-JB).
- S. A. (1791) - *Regra Primitiva, Constituições das Religiosas Descalças da Ordem da Gloriosíssima Virgem Maria do Monte do Carmo, traduzidas em Portuguez para a Congregação do Reino de Portugal*. Lisboa: Oficina Régia Tipográfica.
- S. ANNA, Belchior de (1657) - *Chronica de Carmelitas Descalços Particular do Reyno de Portugal e a Província de Sam Filippe*, Tomo I. Lisboa Ocidental: Oficina de Henrique Valente de Oliveira.
- TEIXEIRA, Joaquim, (2017), (coord.) - *A Reforma Teresiana em Portugal*. Fátima: Edições Carmelo.

ANEXO 1: TABELA DE ALGUMAS DAS OBRAS REALIZADAS NO CONVENTO DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS DE ÉVORA, RELACIONADAS COM O ESPAÇO DE SAÚDE. FONTE: ADAPTADO DE *LIVROS DAS OBRAS DESTE CONVENTO DE N SRª dos Remédios da Cidª DE ÉVORA (1745)*.

Data	Mandatário	Obra	Fólio
1736	Frei José de Santa Eufrozina	Fez 4 selas de novo, fez a janela do coro, porta do carro e outra porta na cerca, abriu uma janela de novo no dormitório grande, comprou <b>4 camas novas para enfermos</b> .	Fl. 5 (1736-39)
	Frei Custodio de Santa Teresa	Emadeirou e assoalhou de novo o dormitório que corre da Aula até à escada da sacristia. Renovou o oratório de cima.	Fl. 7
	Frei José de São Joaquim	<b>Comprou uma burra e uma cabra para leite para os enfermos</b> , uma canoa do brasil para banhos, lajeou o claustro e a portaria da parte de fora, fez de novo o cano que vai da cozinha até a saída da cerca mais obras na sacristia e oficinas.	Fl. 8
	Frei Rodrigo de Jesus Maria	Fez os lajeados da sacristia e do trânsito da sacristia, a casa do lavatório da capela da conceição da portaria.	Fl. 10
	Frei Rodrigo de J. Maria	Fez a <b>casinha da enfermaria</b> e principiou a obra dos canos de água e fez 3 janelas novas dos dormitórios.	Fl. 13

	<p><b>Frei Manuel de S. Lourenço</b></p>	<p>Distratou ao nosso hospício de Faro 79 180 reis, destratou mais do capital que de juros se deviam a José Faria Lobo por causa da <b>fundação da botica</b> - 400 000 reis (antes de 1763).</p>	<p>Fl. 14</p>
	<p><b>Padre Francisco da Visitação</b></p>	<p>Fez de novo os aquedutos de frente deste convento e coberto de suas Lages e calçada e pedra até defronte da botica por arcos a canos de barro até descer ao repucho por onde entra na mª botica e passa ao claustro para todas as oficinas [...] <b>fez mais a casa para a fábrica da botica.</b></p>	<p>Fl. 15</p>
	<p><b>Frei Joaquim de São José</b></p>	<p>Obras que se fizeram pertencentes a outras oficinas do convento. Seis portas para o officio humilde, mandou fazer as janelas da ministra do refeitório e mandou abrir uma janela na cela que está debaixo da aula.</p> <p><b>Destratou da botica</b> destratou da botica 800 000 reis que ainda se estava devendo da obra principal, a botica, com todos os juros vencidos até a real entrega. Distratou mais 192 000 reis, que se ficaram a devendo a António Ferreira da obra da casa da estilação que se fez o triénio passado que fez a quantia de um conto vinte e cinco e novecentos reis e <b>assim fica a botica totalmente do que pertence as suas obras (antes de 1769).</b></p>	<p>Fls. 16 e 16 r.</p>

	<b>Frei José de São Bernardo</b>	Emadeirou o claustro e parte do dormitório do Norte e <i>de profundis</i> do coro.	Fl. 17
	<b>Frei Bartolomeu da Assunção</b>	Pagou ao letrado 17 586 que lhe ficou devendo o seu antecessor de <b>remédios da botica</b> [...] dormitório, refeitório, <i>de profundis</i> , sfregador, escada regral e celas fez uma roda nova para a nora...	Fl.17 r.
	<b>Frei José de Nossa Senhora</b>	Fez a aula quase de novo foi emadeirada retelhada e forra [...] mudou a rouparia e da velha fez cinco celas novas. Abriu as janelas dos beliches <i>de profundis</i> .	Fol. 19
	<b>Cónego António Landin e Sande</b>	Mandou pintar a aula, compôs a portaria e faz a porta que da para o claustro.	Fl. 19 r.
(anterior 1789)	<b>Frei Duarte de S. João da Cruz</b>	Madeirar e retelhar todo corpo da igreja o mesmo na casa da rouparia, na <b>casa da botica</b> na casa imediata a que serve da casa da sacristia parte das casas últimas e do dormitório que vai para elas, comprou 60 mantas novas.	Fl. 20 r.

<p>(8 de maio de 1796)</p>	<p><b>Frei Inácio de Jesus Maria</b></p>	<p>Levantou a escada regral esticou-a e abriu um óculo pôs-lhe grades de ferro e vidraça, rasgou a escada da sacristia e fê-la de novo do modo que agora está, fez degrau que vão para as casas ultimamente e ladrilhou o supedâneo ao pé. Pôs vidraça na janela do púlpito do refeitório, na janela que deita do dormitório para a <b>botica</b>, solhou o couro, fez porta nova na mãe de água e limpou os canos.</p>	<p>Fl. 21</p>
<p>(triénio 1796-1799)</p>	<p><b>Frei Bernardo de J.M.J</b></p>	<p>Retelhou o telheiro da porta do carro e da <b>botica</b> [...], duas escadas novas e acabou as duas celas de ao pé da varanda.</p>	<p>Fl. 21 r.</p>
	<p><b>Padre Frei Joaquim de S. Matias</b></p>	<p>Reparou-se a <b>botica</b>, que tinha sido destruída pelos franceses, e com esmolos e o seu rendimento de alguns meses se pôs no estado presente, e se comprou grande parte dos trastos necessários para o seu labor. Rouparia, celeiro e razzoura [...] zagão e antessacristia.</p>	<p>Fol. 24</p>
	<p><b>Padre Frei Patrício de Santa Maria</b></p>	<p>Compuseram-se todos os telhados do convento, igreja e casas adjacentes, e dormitório da livraria e foi todo emadeirado de novo, as casas de despejos das sacristias levantaram-se as paredes foram emadeirados de novo e reparada de madeira a igreja junto ao campanário dos sinos.</p>	<p>Fls. 25 e 25 r.</p>







*LA VIDA Y MILAGROS DEL GLORIOSO  
PADRE SAN ALBERTO DE LA SAGRADA  
RELIGIÓN DE NUESTRA SEÑORA DEL  
CARMEN (ÉVORA, 1582): O TEXTO E O  
SEU CONTEXTO*

**Paula Almeida Mendes**

paula\_almeida@sapo.pt

Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (CITCEM)  
Universidade do Porto

## RESUMO BIOGRÁFICO

**Paula Almeida Mendes** é doutorada em Línguas e Literaturas Românicas, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2013), com uma tese sobre a escrita e edição de *Vidas* de santos e de *Vidas* devotas em Portugal (sécs. XVI-XVIII). É investigadora integrada do CITCEM. Tem centrado os seus estudos na área da história e da literatura de espiritualidade e da história do livro e da leitura.

## **LA VIDA Y MILAGROS DEL GLORIOSO PADRE SAN ALBERTO DE LA SAGRADA RELIGIÓN DE NUESTRA SEÑORA DEL CARMEN (ÉVORA, 1582): O TEXTO E O SEU CONTEXTO<sup>1</sup>**

LA VIDA Y MILAGROS DEL GLORIOSO PADRE SAN ALBERTO DE LA SAGRADA RELIGIÓN DE NUESTRA SEÑORA DEL CARMEN (ÉVORA, 1582): THE TEXT AND ITS CONTEXT

### RESUMO

*La vida y milagros del glorioso padre San Alberto de la sagrada religión de Nuestra Señora del Carmen* (1582) foi uma das muito poucas hagiografias avulsas editadas em Portugal no século XVI, declinando a *Vida* de um religioso carmelita por quem Santa Teresa de Jesus nutria uma forte e acesa devoção. Tendo como pano de fundo esta moldura, este artigo procura chamar a atenção para esta *Vida*, no sentido de perceber a importância de que se reveste a preservação da memória hagiográfica por meio do registo escrito, cristalizando exemplos modelares de virtude e de santidade.

### ABSTRACT

*La vida y milagros del glorioso padre San Alberto de la sagrada religión de Nuestra Señora del Carmen* (1582) was one of the very few single hagiographies published in Portugal in the XVI<sup>th</sup> century, declining the *Life* of a Carmelite for whom Saint Teresa of Avila had a strong devotion. Against the background of this framework, this article seeks to draw attention to this “Life” in order to understand the importance of preserving hagiographic memory through written record, crystallizing model examples of virtue and holiness.

<sup>1</sup> Agradeço ao Colega e Amigo José João Loureiro e ao Reverendo Padre Fr. Joaquim Teixeira, O.C.D., o desafio para a elaboração deste estudo.

O aparecimento da imprensa de caracteres móveis, graças ao importantíssimo contributo de Johannes Gutenberg, provocou alterações profundas no âmbito da produção do livro - que, paulatinamente, vai mostrando uma crescente autonomização em relação aos padrões gráficos característicos do códice medieval (texto disposto em colunas, caracteres góticos, inclusão do colofon e de xilogravuras, entre outros aspetos) -, promovendo uma múltipla difusão de textos de tipologia diversa e contribuindo, em larga medida, para que se operasse uma evolução cultural na Europa ocidental, ainda que, como é bem sabido, o manuscrito não tenha perdido o seu estatuto, legitimado por uma ancestral lógica de prestígio e ostentação (sobretudo de natureza régia ou nobiliárquica)<sup>2</sup>. No caso português, os alvares da imprensa, de acordo com os estudos de Artur Anselmo, ancoram-se, seguramente, nos últimos anos da década de 80 do século XV, mais concretamente em 1487, ano da edição do primeiro incunábulo, o *Pentateuco*, saído de uma oficina hebraica, localizada em Faro e pertencente a Samuel Gacon<sup>3</sup>. Ainda antes do final do séc. XV, seriam impressos o *Tratado de Confissom*, dado à estampa em Chaves, em 1489, e o *Sacramental*, de Clemente Sanchez de Vercial, que terá visto a luz do prelo, segundo alguns autores, em 1488, que constituem dois exemplos de obras, em português, que se inscrevem na moldura da literatura religiosa e de espiritualidade<sup>4</sup>. Com efeito, as obras que se inscrevem no filão da literatura religiosa ou de espiritualidade foram aquelas que, desde os primórdios da imprensa e durante largo tempo, mereceram, muito especialmente, a atenção por parte dos prelos, levando-nos, assim, a subscrever as palavras de Ugo Rozzo, segundo as quais o livro impresso, quando nasce, é religioso<sup>5</sup>. Neste enquadramento, destacam-se, muito significativamente, as *Vidas* de santos, beatos, veneráveis e *varões e mulheres ilustres em virtude*, cujos propósitos imediatos residiam na glorificação da personagem em questão, na edificação espiritual e na promoção do seu culto - e, em muitos casos, servir de estímulo à beatificação ou canonização desses *cristãos excecionais*<sup>6</sup>. Efetivamente, os textos que se inscrevem

<sup>2</sup> Anthony GRAFTON (2000) - «The importance of being printed», *Journal of Interdisciplinary History*, XI, 2 (1980), p. 265-283; Lodovica BRAIDA, *Stampa e cultura in Europa*, Roma-Bari, Editori Laterza; Frédéric BARBIER (2006) - *L'Europe de Gutenberg. Le livre et l'invention de la modernité occidentale*, Paris, Belin.

<sup>3</sup> Artur ANSELMO (1981) - *Origens da Imprensa em Portugal*, Lisboa, IN-CM, p. 87-116.

<sup>4</sup> Artur ANSELMO (1981) - *Origens da Imprensa em Portugal*, Lisboa, IN-CM, p. 100.

<sup>5</sup> Ugo ROZZO (1994) - «Editoria e storia religiosa (1465-1600)», in *Storia dell'Italia Religiosa. 2. L'Età Moderna* (a cura di G. De Rosa, T. Gregory; A. Vauchez), Roma-Bari, Editori Laterza, p. 137.

<sup>6</sup> René AIGRAIN (2000) - *L'hagiographie. Ses sources, ses méthodes, son histoire* (reproduction inchangée de l'édition originale de 1953), Bruxelles, Société des Bollandistes; Peter BROWN (1984) - *Le culte des saints. Son essor et sa fonction dans la chrétienté latine* (traduction de Aline Rousselle), Paris, Les Éditions du Cerf; Réginald GRÉGOIRE (1996) - *Manuale di Agiologia. Introduzione alla letteratura agiografica* (2ª ed.), Fabriano, Monastero San Silvestro Abate; Sofia Boesch GAJANO (1999) - *La Santità*, Roma-Bari, Laterza &

neste filão constituem, a par das obras relacionadas com a liturgia, missais, manuais de confissão, sumas de casos de consciência, constituições sinodais ou traduções de místicos medievais, como Henrique Herp ou João Tauler, uma das tipologias literárias que conheceram um muito significativo sucesso<sup>7</sup>. Em todo o caso, não será despidiendo realçar que, pese embora o facto de, no século XVI, a imprensa não estar ainda plenamente «solidificada» em Portugal, na medida em que eram ainda escassas as oficinas tipográficas e os custos que envolviam a edição de um texto serem ainda bastante significativos - não perdendo de vista que os impressores procuravam, naturalmente, obter lucros -, algumas obras parecem, efetivamente, ter sido uma espécie de «best-sellers», a avaliar pelo número de reedições que conheceram: a título de exemplo, lembremos a *Imagem da Vida Christã* (1ª ed.: 1563) de Fr. Heitor Pinto<sup>8</sup>.

Por outro lado, importa não perder de vista a larga fortuna que a hagiografia vinha conhecendo. A literatura hagiográfica, cujas raízes se ancoram na Antiguidade, mais concretamente nos primórdios do cristianismo, em que se começaram a produzir e divulgar os *Acta Martyrum*, que relatavam o processo, condenação, prisão e execução dos mártires cristãos<sup>9</sup>, constitui um dos subgéneros da literatura religiosa e de espiritualidade de muito significativo sucesso, deixando um lastro até à atualidade, que, de resto, é bem ilustrativo da importância de que se reveste o registo escrito para a fixação da memória em clave de santidade. De facto, as várias e diversas potencialidades que a hagiografia disponibilizava não deixaram de ser aproveitadas e valorizadas pelos autores, que, naturalmente, adaptaram os seus textos à moldura histórica e cultural dos tempos em que os produziram.

---

Figli; Paula Almeida MENDES (2017) - *Paradigmas de Papel: a edição de «Vidas» de santos e de «Vidas» devotas em Portugal (séculos XVI-XVIII)*, Porto, CITCEM.

<sup>7</sup> Maria de Lurdes Correia FERNANDES (2000) - «Espiritualidade (Época Moderna)», in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. II (dir. de Carlos Moreira de Azevedo), Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 187-193; Zulmira C. SANTOS (2002) - «Hagiografia. A prosa religiosa e mística nos séculos XVII-XVIII», in *História da Literatura Portuguesa*, volume 3: *Da Época Barroca ao Pré-Romantismo*, Lisboa, Alfa, p. 165-169; Paula Almeida MENDES (2013) - «"Vidas", "Histórias", "Crónicas", "Tratados". Sobre a escrita e a edição de hagiografias e de biografias devotas em Portugal (séculos XVI-XVIII)», *Lusitania Sacra*, 2ª série, tomo XXVIII (Julho-Dezembro), pp. 173-214.

<sup>8</sup> Francisco Leite FARIA (1987) - «O maior sucesso editorial do século XVI: a Imagem da Vida Cristã de Frei Heitor Pinto», *Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, série 2, vol. 2, (Julho-Dezemb), p. 83-110.

<sup>9</sup> Francesco Scorza BARCELLONA (1994) - «Dal Modello ai modelli», in Giulia Barone; Marina Caffiero; Francesco Scorza Barcellona (a cura di) - *Modelli di santità e modelli di comportamento. Contrasti, intersezioni, complementarità*, Torino: Rosenberg & Sellier, pp. 9-18; Francesco Scorza BARCELLONA (2005) - «Le origini», in *Storia della santità nel cristianesimo occidentale*, Roma: Viella, pp. 19-89.

Ao longo da Idade Média, a escrita de «Vidas» de santos será largamente cultivada<sup>10</sup>, privilegiando, sobretudo, o modelo monástico de santidade, que, de certo modo, acabou por ser «institucionalizado» pelo género hagiográfico e se manteve predominante durante largo tempo (mesmo para personagens dificilmente canonizáveis), parecendo, em alguma medida, comprovar que a santidade era uma prerrogativa dos religiosos, pesem embora os diferentes matizes e recomposições que esta conceção sofreu, sobretudo na esfera dos leigos<sup>11</sup>, de que é exemplo a problemática em torno da *santificação dos casados*, estudada por Maria de Lurdes Correia Fernandes<sup>12</sup>.

Do mesmo modo, será importante sublinhar que o progressivo avanço da Reforma Protestante em vários territórios europeus, a partir de 1517, provocou uma fratura na Cristandade ocidental<sup>13</sup>. Como é sabido, a Reforma, desencadeada por Martinho Lutero, causou profundas mudanças ao nível do culto litúrgico, da leitura da Bíblia, dos sacramentos e da devoção cultural aos santos e à Virgem Maria, assim como impôs a abolição das ordens religiosas. Ora, ainda que o reino português se tenha mostrado muito pouco permeável às *correntes reformistas*, parece-nos que a crescente produção e edição de *Vidas* de santos não poderá, naturalmente, ser dissociada de um contexto epocal que, nas áreas de matriz católica, tendeu a privilegiar e a revalorizar os aspetos que as diferenciavam e singularizavam em relação aos territórios reformados: disso é exemplo, como é bem sabido, a reafirmação do culto dos santos e da Virgem Maria.

Por outro lado, como é bem sabido, os renovados caminhos da espiritualidade dos tempos pós-Trento foram-se configurando na esteira da herança do movimento europeu de reforma espiritual que ficou conhecido como *Devotio*

<sup>10</sup> Jean LECLERCQ (1990) - *L'Amour des Lettres et le Désir de Dieu. Initiation aux auteurs monastiques du Moyen Âge*, Paris: Cerf; Alain BOUREAU (1993) - *L'événement sans fin. Récit et christianisme au Moyen Âge*, Paris: Les Belles Lettres.

<sup>11</sup> André VAUCHEZ (1989) - «La sainteté du laïc dans l'Occident medieval: naissance et évolution d'un modele hagiographique (XII<sup>e</sup>-début XIII<sup>e</sup> siècle)», in *Sainteté et martyre dans les religions du livre* (ed. Jacques Marx), Éditions de L'Université de Bruxelles, p. 57-66.

<sup>12</sup> Maria de Lurdes Correia FERNANDES (1995) - *Espelhos, Cartas e Guias. Casamento e Espiritualidade na Península Ibérica. 1450-1700*, Porto: Instituto de Cultura Portuguesa/ Faculdade de Letras do Porto.

<sup>13</sup> José Sebastião da Silva DIAS (1960) - *Correntes de sentimento religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)*, tomo I, Universidade de Coimbra; Álvaro HUERGA (1969) - «La vida cristiana a los siglos XV-XVI», in *Historia de la Espiritualidad. Vol. II: Espiritualidades del Renacimiento, barroca e ilustrada, romântica y contemporânea*, Barcelona, Juan Flors, p. 15-139; Francis RAPP (1971) - *L'église et la vie religieuse en Occident à la fin du Moyen Âge*, Paris, PUF; Jean DELUMEAU (1973) - *Naissance et affirmation de la Reforme*, Paris, PUF; Jean DELUMEAU, Monique COTTRET (1996) - *Le Catholicisme entre Luther et Voltaire*, Paris, PUF; Maria de Lurdes Correia FERNANDES (2000) - «Da reforma da Igreja à reforma dos cristãos: reformas, pastoral e espiritualidade», in *História Religiosa de Portugal* (dir. de Carlos Moreira de Azevedo), Vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 15-38.

*moderna*, surgido na segunda metade do século XIV, graças a acção de Gerard Groot e Florent Radewijnd, que se foi afirmando como uma dimensão de peso incontornável, no sentido da afirmação de uma espiritualidade mais prática e de contornos afetivos e sensíveis. Neste sentido, os livros religiosos e de espiritualidade, que, neste enquadramento, poderão ser considerados uma espécie de «objetos de devoção», assumem um papel importante na moldura das práticas, sobretudo no domínio privado, potenciando a crescente inculcação de modalidades de leitura silenciosa, em larga medida favorecidas pela variedade de formatos de livros impressos; lembremos, a título de exemplo, a crescente expansão dos livros de bolso<sup>14</sup>.

Por outro lado, haverá que ter em conta que a ofensiva acentuada na Contrarreforma, que visava a orientação e a reconfiguração dos comportamentos dos fiéis, na moldura de uma estratégia de disciplinamento social<sup>15</sup>, havia começado com a tentativa de reorganização do culto dos santos: lembremos que entre 1523 e 1588 não houve nenhuma nova canonização sancionada pela Santa Sé e que só em 1588 foi criada a Congregação dos Ritos Sacros e das Cerimónias, a qual contribuiu para a reafirmação da autoridade papal no reconhecimento da santidade. De resto, a tentativa de reorganização do culto dos santos - lembremos que havia um «santo» (São Guinefort), que era um cão<sup>16</sup>, que houve um longo período de sessenta e cinco anos, entre 1523 e 1588, durante o qual não se registou qualquer canonização, e que será o franciscano Fr. Diego de Alcalá (falecido em 1463) o primeiro santo a subir aos altares após esta «interrupção» no que ao sancionamento oficial da santidade diz respeito - conduziu a uma distinção «formal» entre as «Vidas» de personagens canonizadas ou beatificadas e as de varões e mulheres «ilustres em virtude», na medida em que, ainda que tivessem sido percecionados como exemplos paradigmáticos de «santidade», pelo menos «vivida», o seu culto não tinha sido ainda reconhecido oficialmente pela Cúria romana, coagulando, assim, a proliferação de textos

<sup>14</sup> José Adriano de Freitas CARVALHO (2013) - «Espiritualidade portátil. Um mundo a reconhecer?», *Via Spiritus*, 20, p. 135-161.

<sup>15</sup> Marina CAFFIERO (1994) - «Tra modelli di disciplinamento e autonomia suggestiva», in *Modelli di santità e modelli di comportamento. Contrasti, intersezioni, complementarità* (a cura di Giulia Barone, Marina Caffiero, Francesco Scorza Barcellona), Torino, Rosenberg & Sellier, p. 265-278.

<sup>16</sup> Jean-Claude SCHMITT (2004) - *Le Saint Lévrier. Guinefort, guérisseur d'enfants depuis de XIII<sup>ème</sup> siècle*, Paris, Flammarion.



que denominamos «biografias devotas», subscrevendo assim a definição proposta por Maria de Lurdes Correia Fernandes<sup>17</sup>.

De resto, como é sabido, o género hagiográfico vinha recebendo, desde o século XVI, «sopros de renovação», potenciados pela redescoberta da biografia clássica, no contexto do Humanismo, pela crescente preocupação filológica, arqueológica e historiográfica, direcionada para uma investigação rigorosa das fontes, no sentido de conferir aos relatos uma maior historicidade, para a qual já havia chamado a atenção Erasmo<sup>18</sup>, de que é claro exemplo o contributo dado, posteriormente, por Rosweyde, pelos bolandistas e os beneditinos de Saint-Maur, num movimento de erudição eclesiástica - não esquecendo, naturalmente, os contributos de Georg Witzel, Lippomano<sup>19</sup> e Surius<sup>20</sup> -, e que se vinha impondo como uma espécie de «literatura alternativa» face ao filão constituído pela literatura de ficção, considerada perigosa sobretudo para mulheres e jovens.

Deste modo, o contexto da Contrarreforma, visando uma estratégia que privilegiava o disciplinamento, conduziu à (re)atualização e à recuperação de certos modelos de santidade, propostos como pautas comportamentais, na medida em que corporizavam o exercício das virtudes, ou seja, como paradigmas para imitação por parte dos leitores e dos fiéis, tais como: o mártir, que continuou, durante a Época Moderna, a constituir «o Modelo» por excelência, na medida em que este, sofrendo até à morte, imita Cristo e confessa a sua fé, e que foi largamente potenciado pelas circunstâncias históricas e religiosas da época; o bispo, na linha das diretrizes do Concílio de Trento, que veio favorecer a revalorização do espírito evangélico e do zelo pastoral<sup>21</sup>; o sacerdote, cuja figura foi sofrendo uma evolução em sintonia com os novos tempos pós-Trento; o(a) religioso(a); o missionário, cujo paradigma, foi, sobretudo, veiculado e divulgado pelas hagiografias e biografias devotas de jesuí-

<sup>17</sup> Maria de Lurdes Correia FERNANDES (1993) - «Entre a família e a religião: a *Vida* de João Cardim (1585-1615)», separata da revista *Lusitania Sacra*, 2ª série, tomo V, pp. 93-120.

<sup>18</sup> Serena SPANÒ (2018) - «"Bien qu'il n'existe pas une hagiographie humanistique". Spunti diversi, da Boccaccio a Erasmo», *Scritture, Carismi, Istituzioni. Percorsi di vita religiosa in Età Moderna. Studi per Gabriella Zarri* (a cura di Concetta Bianca e Anna Scatigno), Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, p. 123-137.

<sup>19</sup> Sofia Boesch GAJANO (1990) - «La raccolta di vite di santi di Luigi Lippomano. Storia, struttura, finalità di una costruzione agiografica», in *Raccolte di vite di santi dal XIII al XVIII secolo. Strutture, messaggi, fruizioni* (a cura di Sofia Boesch Gajano), Fasano di Brindisi, Schena Editore, p. 111-130.

<sup>20</sup> Serena Spanò MARTINELLI (1990) - «Cultura umanistica, polemica antiprotestante, erudizione sacra nel *De probatis Sanctorum historiis* de Lorenzo Surio», in *Raccolte di vite di santi dal XIII al XVIII secolo. Strutture, messaggi, fruizioni* (a cura di Sofia Boesch Gajano), Fasano de Brindisi, Schena Editore, 1990, p. 445-464.

<sup>21</sup> Raul Almeida ROLO (1965) - *L'évêque de la Réforme tridentine. Sa mission pastorale d'après le vénérable Barthélémy des Martyrs*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos; Hubert JEDIN, Giuseppe ALBERIGO (1985) - *Il tipo ideale di vescovo secondo la riforma cattolica*, Brescia, Morcelliana.

tas; o(a) penitentes; o (a) eremita; e os vários e diversos exemplos de leigos, em que «pontificavam» os casos de santidade régia ou nobiliárquica.

É, portanto, nesta moldura histórica, cultural e literária que se enquadra a edição de *La vida y milagros del glorioso padre San Alberto de la sagrada religión de Nuestra Señora del Carmen*, editada em Évora, pela viúva de André de Burgos, em 1582 [fig. 1].

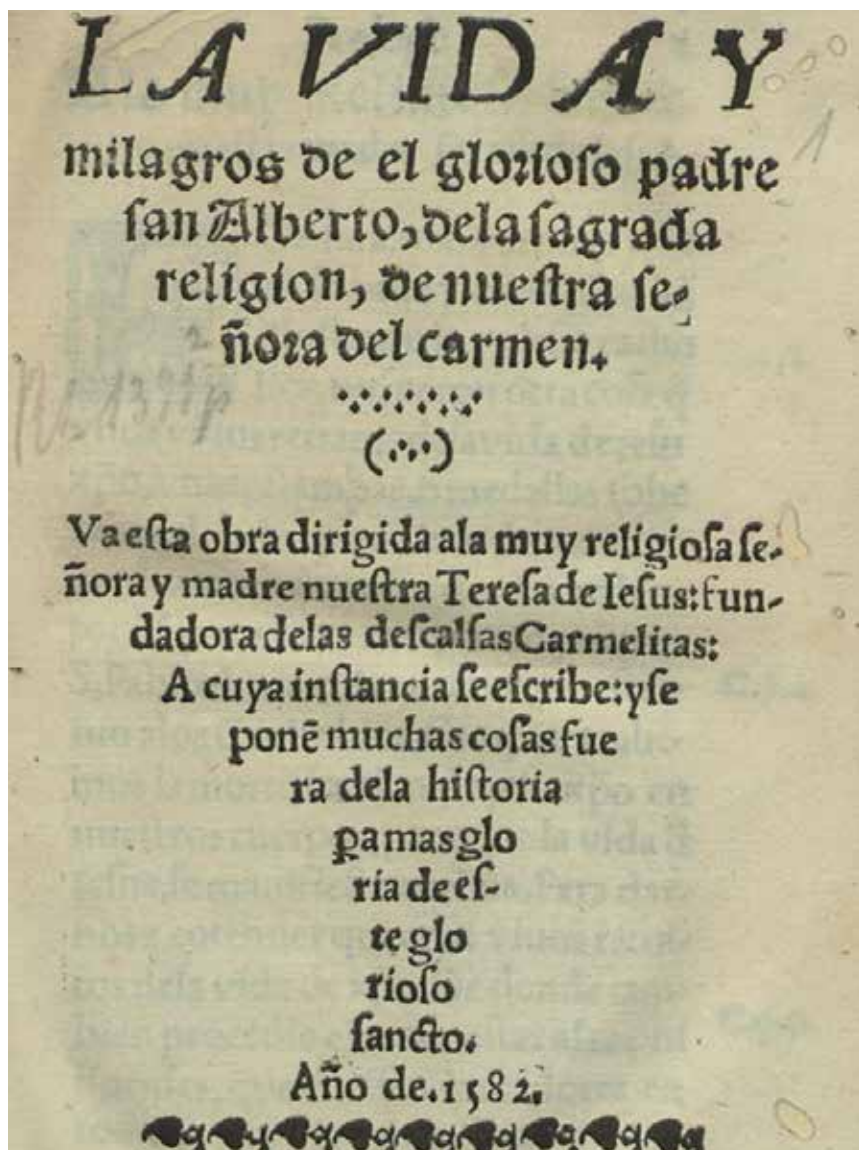


Fig. 1. Rosto de *La vida y milagros de el glorioso padre San Alberto* (1582)  
[Biblioteca Nacional de Portugal, cota RES-1391//2 P].

J. Pinharanda Gomes já chamou a atenção para alguns aspetos relacionados com os moldes em que se inscreve a publicação desta hagiografia no panorama editorial português<sup>22</sup>. De facto, haverá que destacar, como o fez J. Pinharanda Gomes, a centralidade de que se reveste a proximidade entre Santa Teresa de Jesus [fig. 2 e 3] e D. Teotónio de Bragança, arcebispo de Évora, no contexto do patrocínio para a impressão da obra. Disso é testemunho a carta escrita por Teresa de Jesus, em Valhadolid, datada de 22 de Julho de 1579, endereçada ao arcebispo de Évora – que, como é sabido, custearia a edição do *Tratado que escrivio la madre Teresa de Jesus a las hermanas religiosas dela orden de nuestra señora del Carmen del monasterio del señor sanct Joseph de Avila de donde a la sazón era priora y fundadora*, impresso em Évora, pela viúva de André de Burgos, em 1583, pouco tempo depois do falecimento da reformadora carmelita, declinando, assim, a fortuna que o patrocínio, no quadro da publicação de obras, conheceu entre os membros da Casa de Bragança<sup>23</sup>:



Fig. 2. Gravura de Santa Teresa de Jesus [P. Francisco de RIBERA, *La vida de la Madre Teresa de Jesus, fundadora de las Descalças y Descalços Carmelitas*, Salamanca, en casa de Pedro Lasso, 1590] [Disponível em Google Books].



Fig. 3. Santa Teresa de Jesus [*Vita effigiata et essercizi affettivi di S. Teresa di Giesu*, Roma: per il success. al Mascardi, 1670] [Disponível em Google Books].

<sup>22</sup> J. Pinharanda GOMES (1983) – «Bibliografia portuguesa de Santa Teresa de Jesus», *Revista da Biblioteca Nacional*, vol. 3, n° 1-2 (Janeiro-Dezembro), pp. 249-252.

<sup>23</sup> Luís de MATOS (1956) – *A corte literária dos Duques de Bragança no Renascimento*, Fundação Casa de Bragança, p. 25.

*Na semana passada escrevi longamente a V. Senhoria e envie-lhe o livrito [Caminho de Perfeição]; não o serei tanto nesta, porque é só por me ter esquecido de pedir a V. Senhoria que a vida do nosso padre Santo Alberto, que vai num cadernito no mesmo livro, a mandasse V. Senhoria imprimir com ele: será grande consolo para todas nós, porque não o há senão em latim, de onde o tirou, para me contentar, um padre da Ordem de S. Domingos, um dos bons letrados que há por aqui, e muito servo de Deus, embora não pensasse que se haveria de imprimir, porque não tem licença do seu Provincial, nem a pediu mas, mandando-o V. Senhoria e contentando-o, pouco deve importar isso<sup>24</sup>.*

Efetivamente, circulava, desde a Idade Média, uma *Vita* de Santo Alberto em latim<sup>25</sup>. Mas o facto de esse texto estar escrito em latim condicionaria e restringiria o leque de potenciais leitores, na medida em que a obra estaria apenas acessível ao que poderíamos designar como um «público especializado», que dominava aquela língua.

Terá sido, muito provavelmente, a devoção que Teresa de Jesus nutria por Santo Alberto – o qual lhe surgiu mesmo em uma visão<sup>26</sup> – e o desejo de que o seu alto exemplo modelar pudesse conhecer uma divulgação mais ampla, especialmente nos conventos carmelitas femininos, que a terão conduzido a almejar a existência de uma tradução do texto em vernáculo. Nesse sentido, o dominicano Fr. Diego de Yanguas tomará a seu cargo a tarefa de traduzir a *Vita* latina.

Em todo o caso, importa não perder de vista que a memória hagiográfica de Santo Alberto havia já sido valorizada, ainda que muito brevemente, por Fr. Simão Coelho, na *Primeira parte do compêndio das chronicas da ordem da muito bemaventurada sempre virgem Maria do Monte do Carmo ou: de nossa Senhora do Carmo* (Lisboa, António Gonçalves, 1572), dedicada à infanta D. Maria.

<sup>24</sup> Carta a D. Teotónio de Bragança (Valhadolid, 22 de Julho de 1579), in SANTA TERESA DE JESUS, *Obras Completas* (trad. de Vasco Dias Ribeiro, OCD), Paço de Arcos: Edições Carmelo, s/a, p. 1208.

<sup>25</sup> «Vita S. Alberti confessoris ordinis carmelitanus», Carolus de SMEDT, *et. al.* (1898) - *Analecta Bollandiana*, Tomo XVII, Bruxelles, pp. 317-336.

<sup>26</sup> *llegandose a comulgar dia de san Alberto, santo de su ordem, a siete de Agosto de mil y quinientos y setenta y tres, vio a Christo nuestro Redentor a su mano derecha, y a San Alberto a la izquierda; y diziendole Nuestro Señor Jesu Christo, Huelgate com el, se desaparecio, y quedó la Madre con su Padre san Alberto, encomendandole los negócios de sus conventos de Descalços, y Descalças: el santo le dixo ciertas palabras: la sustãcia dellas era, que para el buen sucesso y aumento de la nueua reformacion, era necessãrio que los Descalços y Descalças, se apartassen delos padres dela mitigaciõ, y tuuiessen Prelados propios de su mesma Orden y reformacion: y desde entonces la Madre puso los ojos en esta separacion, y fue disponiendo las cosas desuerte, que acabo de pocos años, aunque con muchas dificultades y trabajo [...] vio cumplido su deseo, y lo que san Alberto le auia profetizado* (cf. Fr. Diego de YEPES (O.S.H.) (1615) - *Vida, virtudes y milagros de la B. Virgen Teresa de Jesus, madre y fundadora de la nueua Reformacion de la orden de los Descalços y Descalças de N. Señora del Carmen*, Madrid, 173v.

De resto, talvez não seja despendendo valorizar que o próprio D. Teotónio de Bragança seria o objeto de escrita de uma *Vida* devota - *Relaçam summaria da vida do illustrissimo, et reverendissimo Senhor Dom Theotonio de Bragãça, quarto Arcebispo de Euora*<sup>27</sup>, de Nicolau Agostinho, editada em 1614 [fig. 4] - , que declina o modelo do «perfeito bispo», na linha das diretrizes tridentinas, que veio favorecer a revalorização do espírito evangélico e do zelo pastoral, assumindo como referência os decretos conciliares, embora, na prática, certos aspetos que equacionavam esta problemática, como, por exemplo, os provimentos dos prelados, vinham continuando a ser pautados por moldes anteriores, refletindo, deste modo, a confluência de poderes e influências diversos, como contraponto às críticas de que a Igreja vinha sendo alvo e a que várias reformas, anteriores à rutura despoletada por Lutero, tentaram dar resposta<sup>28</sup>. Lembremos que, para além da sua ascendência nobre - era filho de Jaime I de Bragança, IV duque de Bragança, e de sua segunda mulher, D. Joana de Mendonça -, D. Teotónio de Bragança era um alto dignitário da Igreja, factos que, naturalmente, justificavam a sua condição económico-social: no entanto, este prelado «ilustríssimo em virtude» vivia como se fosse de condição inferior. Assim, conta-nos o biógrafo que:

*Ordenouse Sacerdote, permanecendo neste estado, com muyto exemplo de castidade, & pureza della, & com menos renda do que a sua pessoa conuinha. Porque não tinha mais, que o Thezourado da igreja Collegiada da Villa de Barcellos, que rendia quatro centos Cruzados, & mil & duzentos mais, que tinha de pensão em Castella, donde lhos auia dado el Rey Phelippe segundo, seu segundo primo, & huma igreja nas serras de Tralos montes, da apresentação do Duque seu Irmão: a qual seruiu alguns annos, como próprio Cura, administrando os Sacramentos per si a seus fregueses, dando-lhe muita doctrina, & exemplo de grande Christandade, & viuendo naquela igreja em casas quasi palhiças, por não auer outras naquelas terra, como bom Pastor entre suas ovelhas*<sup>29</sup>.

Como nos conta o biógrafo, *Foy tanta a modéstia, & honestidade deste Prelado, que em todas as partes era louuado seu exemplo. E assi aconteceu, que mostrando-se*

<sup>27</sup> A propósito desta *Vida*, escreve Pero Novais, censor do Conselho Geral da Santa Inquisição, que esta é *pia, exemplar a Prelados, & vtil pera se stampar* (cf. ob. cit., «Licenças»).

<sup>28</sup> José Adriano de Freitas CARVALHO (2016) - *Antes de Lutero: a Igreja e as reformas religiosas em Portugal no século XV. Anseios e limites*, Porto, CITCEM/Afrontamento.

<sup>29</sup> Nicolau AGOSTINHO, *Relaçam summaria da vida do illustrissimo, et reverendissimo Senhor Dom Theotonio de Bragãça, quarto Arcebispo de Euora*, ob. cit., fol. 11 r.-11 v.





Fig. 4. Rosto de *Relaçam summaria da Vida do Illustrissimo, et Reverendissimo Senhor Dom Theotonio de Bragança, quarto arcebispo de Euora* (1614) de Nicolau Agostinho [Biblioteca Nacional de Portugal, cota HG 15475 P]

a sua Sanctidade o Papa Clemente octauo, em Roma huma peça de Mescla de còr alegre, & apraziuel para vestir de campo, gabandoa, dix: não estivera daqui mal hum vestido ao Papa, mas que dixerá sabendoo Dom Theotonio Arcebispo de Euora<sup>30</sup>.

*La vida y milagros del glorioso padre San Alberto de la sagrada religión de Nustra Señora del Carmen*, editada sem o nome do tradutor, é acompanhada por um «Prologo» dirigido à *la muy religiosa señora y nuestra madre Teresa de Jesus*, onde se sublinha a devoção que a reformadora carmelita nutria por Santo Alberto, a quem *tiene por padre y por abogado, cuya vida não parece ao tradutor menos que Apostolica, y digna de toda memoria y imitaciõ*<sup>31</sup>.

Desde logo, no «Prologo», realça-se a edificação espiritual que a leitura desta *Vida* trará aos fiéis, na medida em que Santo Alberto corporiza um *uiuo retrato de todala perfection euangelica y dela vida de Xpo*<sup>32</sup>. Neste sentido, este trecho declina, claramente, a centralidade polarizadora da figura de Cristo, emulado em «Modelo» de santidade por excelência. Neste sentido, esta moldura poderá ser tanto ou mais sintomática se não perdermos de vista que a espiritualidade dos séculos XVI e XVII, na linha da herança deixada pela *Devotio moderna*, valorizou amplamente a dimensão da humanidade de Cristo, bem ilustrada no domínio da literatura e da iconografia, sendo esta uma representação já distante da do Cristo *Pantocrator* dos primeiros séculos. Como é bem sabido, a obra que melhor sistematiza as práticas e os princípios da *Devotio moderna* é a *De Imitatione Christi*, de Thomas de Kempis, cuja influência se fez sentir aos mais diversos níveis<sup>33</sup>: com efeito, é possível respirar em alguns documentos produzidos durante os séculos XVII e XVIII dados que comprovam que esta foi uma das leituras que conheceu maior sucesso nos meios monásticos e conventuais.

Foi Santa Teresa quem «encomendou» a tarefa ao tradutor, como podemos depreender das suas palavras: *no pudiendo menos que obedecer a lo que V. R.*

<sup>30</sup> Nicolau AGOSTINHO (2005) - *Relaçam summaria da vida do illustrissimo, et reverendissimo Senhor Dom Theotonio de Bragãa, quarto Arcebispo de Euora*, ob. cit., fols. 15 v-17 r. Veja-se também Vítor SERRÃO, *Arte, religião e imagens em Évora no tempo do arcebispo D. Teotónio de Bragança (1578-1602)*, Óbidos.

<sup>31</sup> *La vida y milagros del glorioso padre San Alberto de la sagrada religión de Nuestra Señora del Carmen*, ob. cit., «Prologo».

<sup>32</sup> *La vida y milagros del glorioso padre San Alberto de la sagrada religión de Nuestra Señora del Carmen*, ob. cit., «Prologo».

<sup>33</sup> A obra de Kempis, que também era conhecida como *De Contemptus Mundi*, exerceu uma muita significativa influência na espiritualidade portuguesa dos séculos XVI e XVII, que pode ser comprovada pelas várias edições que conheceu, depois que Fr. João Álvares traduziu o seu primeiro livro, antes de 1468. Cf. Isabel Vilares CEPEDA (1962) - *A linguagem da «Imitação de Christo» Versão Portuguesa de Fr. João Álvares*, Lisboa.

*me manda para el servicio de su magestad y para el cõsuelo delas hermanas que dessean ler esta vida, como verdaderas hijas imitadoras deste sancto*<sup>34</sup>.

Nos seus contornos imediatos, esta *Vida* de Santo Alberto não se afasta do modelo monástico de raiz medieval, escorado em *topoi* desde há muito institucionalizados pelo género hagiográfico.

O autor remonta a primeira etapa da narrativa da vida de Santo Alberto ao tempo anterior ao seu nascimento, identificando os pais, *un Caballero llamado Don Benito e Doña Ioana: los quales habitauan en Trapana*, no reino de Sicília, e descrevendo-os como pessoas conhecidas pela fama das suas virtudes, destacando a sua ascendência nobre, aspetos que parecem, assim, afirmar-se como condições fundamentais para a futura virtude e «santidade» do filho, ao mesmo tempo que promove o exemplo destes pais como um ideal de *bem casados*, assumindo uma posição favorável em relação ao estado do casamento, ajustada à era pós-Trento<sup>35</sup>: *eran estos caualleros muy bien casados y de vna vida muy concertada y agradable a Nuestro Señor*<sup>36</sup>.

O tema da esterilidade do casal - que teve também uma grande fortuna na literatura profana -, de raiz bíblica<sup>37</sup>, encontrou, entre os hagiógrafos e os biógrafos, imensos cultores, acabando mesmo por se tornar num *topos* da literatura hagiográfica. Com efeito, a fortuna deste *topos* declina-se nesta *Vida* de Santo Alberto, como o testemunha a passagem em que o autor nos conta que, apesar de estarem casados havia vinte e seis anos, D. Benito e D. Joana não tinham conseguido ter filhos: pelo que, *los buenos caualleros con desseo sancto de vn hijo que fuesse heredero del estado y buenas costumbres de tales padres, de comum consentimiento hizieron voto cõ mucha deuociõ a nuestra señora, que si ella como piadosissima madre de misericordia, les alcançaba de su vnigenito hijo nuestro señor, vn hijo varon, ellos le*

<sup>34</sup> *La vida y milagros del glorioso padre San Alberto de la sagrada religión de Nustra Señora del Carmen*, ob. cit., «Prologo».

<sup>35</sup> Nesta época, a discussão em torno da questão do matrimónio já não se centrava na polémica entre virgindade / celibato religioso e casamento, mas sim na possibilidade de se alcançar a perfeição neste segundo estado. Deste modo, a confirmação da sacramentalidade do matrimónio levou a que se fosse desenvolvendo «uma espiritualidade do casamento resultante do apelo ao cumprimento dos deveres sociais, morais e religiosos dos casados - em especial aqueles que os autores deste período consideravam e queriam fazer «bem casados» (cf. Maria de Lurdes Correia FERNANDES, *Espelhos, Cartas e Guias*, ob. cit., p. 65). Sobre este assunto, veja-se também Gabriella ZARRI, «Il matrimonio tridentino», in PRODI, Paolo; REINHARD (1996) - Wolfgang (a cura di), *Il Concilio di Trento e il moderno*, Bologna, Il Mulino, pp. 437-483 e IDEM (2000) - *Recinti. Donne, clausura e matrimonio nella prima età moderna*, Bologna, Il Mulino.

<sup>36</sup> *La vida y milagros del glorioso padre San Alberto de la sagrada religión de Nustra Señora del Carmen*, ob. cit., f. 5 r.

<sup>37</sup> O tópico da longa esterilidade da mulher que termina, por intervenção divina, com o nascimento de uma personagem extraordinária, encontra os seus precedentes nos exemplos veterotestamentários de Abraão e Sara, pais de Isaac, e de Ana, mãe de Samuel, e, nos evangelhos apócrifos, de Ana e Joaquim, pais de Maria. Este tópico surge, recorrentemente, no conto maravilhoso.



darian a su orden por fraile y perpetuo Capellã suyo. Pidiendo en ellas al señor les otorgasse esta merced que para su seruicio y de su sanctissima madre le pedian<sup>38</sup>.

O sonho profético, que prognostica o nascimento de uma personagem extraordinária, é um outro tópico, de tradição hebraica e clássico-pagã, que acompanha, em alguns casos, a narração sobre a concepção do futuro *santo*. Como nos é relatado na *Vida*, *No passaron muchos dias y a deshora la Doña Ioana se sintio preñada, otorgandole el señor lo que deseaua por intercession dela gloriosa virgen Maria: enel qual tiempo ambos vieron una señalada vision en sueños, con que seles representaua que del vientre de Doña Ioana salia vna atorchã encendida que daua muy grande luz de si. Y dezia la madre algunas vezes que si el señor lleuaua a delante lo que les auia mostrado y tenia prospero successo, el niño seria grande en los ojos del señor*<sup>39</sup>.

Com efeito, a predestinação divina assume, na hagiografia, uma função importantíssima, na medida em que o excepcional percurso do biografado é apresentado como a concretização de um *plano de santidade* gizado por Deus: em quase todos os casos, a predestinação divina manifesta-se, desde logo, através das circunstâncias *extraordinárias* que enquadram o nascimento do futuro *santo*: *Llegado el tiempo del parto, la Doña Ioana pario vn hijo y a su tiempo le Baptizaron cõ mucha solemnidad y grande regozijo dela ciudad y pusieron le por nombre Alberto. Y no sin grande admiracion de todos, y al parecer sin inspiracion diuina; porque apenas en toda Sicilia auia persona quese llamase Alberto en aquellos tempos enlos passados.*

*Adiuertan aqui como el señor daua a entender lo mucho que tenia guardado para dar a este sancto: en quien al principio de su vida puso tantas señales de singularíssima sanctidad: porque si tenemos en mucho que Rebecca tantos dias estéril alcançasse hijos de bendicion por las oraciones de Isaac. Y si es argumento dela sanctidad de Samuel auer ke alcançado Anna su madre por oraciones, y lagrimas y por voto particular de ofrecerle al señor para perpetuo capellan en su templo, no es menos el sancto niño Alberto, hijo de oraciones y de lagrimas, y engendrado mas por la misericordia del señor que oir la virtud de la naturaleza y auido por voto hecho ala sanctissima virgen, aquien le ofrecierõ para perpetuo Capellan y sieruo suyo: el qual con razon fue pronosticado por la figura de vna hacha que ardía y daua mucha luz, pues de verdade auia de ser verdadeiro discípulo y imitador dela*

<sup>38</sup> *La vida y milagros del glorioso padre San Alberto de la sagrada religión de Nustra Señora del Carmen*, ob. cit., f. 5 v.

<sup>39</sup> *La vida y milagros del glorioso padre San Alberto de la sagrada religión de Nustra Señora del Carmen*, ob. cit., f. 5 v.

*innocencia y vida y doctrina de aquel sancto varon S. Ioan Baptista, que tambien fue hijo dela oraciõ de zacharias*<sup>40</sup>.

A *Vida* de Santo Alberto, na linha das anteriores hagiografias de «santos» religiosos, equaciona e enfatiza temáticas que só poderão ser bem compreendidas se relacionadas com os valores emblemáticos do monaquismo, a saber, a castidade, as penitências, as mortificações, a prática da oração, ou seja, as práticas ascéticas, mas também com a valorização do exercício das virtudes, em sintonia com os tempos pós-Trento.

A prática da oração configura-se como uma dimensão polarizadora no relato da *Vida* de Santo Alberto. Como é sabido, a busca de uma relação mais afetiva com Deus e de vias de comunicação mais *eficazes* com o Divino, na esteira da *Devotio moderna*, assumiu uma ampla variedade de representações e modalidades, tentando, cada uma a seu modo, explorar as suas diversas potencialidades. Deste modo, estreitamente ligada a este desejo de reforma interior<sup>41</sup>, encontra-se a procura de novas ou renovadas formas de experiência espiritual, sobretudo nos caminhos de aprofundamento da oração<sup>42</sup>.

Ora, tendo em conta esta moldura, e *corporizando* Santo Alberto um caso paradigmático no domínio da oração, declinando a importância de que esta se reveste, nas suas múltiplas modalidades, não nos deve causar estranheza que este seja emulado enquanto exemplo no programa espiritual gizado por Santa Teresa de Jesus. Como nos conta o tradutor, *el sancto sacerdote Alberto casi todala noche occupaua en oracion, lagrimas y disciplinas y otros sanctos exercicios hasta que venida el alua con essa disposiçião iua a ofrecer sacrificio al padre eterno de su hijo vnigenito y nuestro redēptor jesu christo*<sup>43</sup>.

<sup>40</sup> *La vida y milagros del glorioso padre San Alberto de la sagrada religión de Nuestra Señora del Carmen*, ob. cit., f. 6 r.-6 v.

<sup>41</sup> Sobre esta emergência de emancipação espiritual dos leigos, nos séculos XII e XIII, os quais procuravam formas de vida que lhes permitissem conciliar as exigências de uma existência consagrada ao serviço de Deus e as da sua condição de cristãos no mundo, veja-se André VAUCHEZ (1975) - *La spiritualité du moyen âge occidental (VIII<sup>e</sup> - XII<sup>e</sup> siècles)*, Paris, PUF, esp. p. 105-145; IDEM (1987) - «Homebon de Crémone (+ 1197), marchand et saint» e «Deux laïcs en quête de perfection: Elzéar de Sabran (+ 1323) et Delphine de Puimichel (+ 1360)», in *Les laïcs au Moyen Âge. Pratiques et expériences religieuses*, Paris, Cerf, p. 77-82 e 83-92, respectivamente.

<sup>42</sup> Para o caso português, veja-se Maria de Lourdes BELCHIOR; José Adriano de CARVALHO (1985) - «Portugal (16<sup>e</sup> - 18<sup>e</sup> siècles)», in *Dictionnaire de spiritualité ascétique et mystique*. Fascicules LXXX-LXXXI-LXXXII, Paris, Beauchesne, cols. 1958-1973; IDEM (1975) - «Génese e linhas de rumo da espiritualidade portuguesa», in *Antologia de espirituais portugueses*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 11-23.

<sup>43</sup> *La vida y milagros del glorioso padre San Alberto de la sagrada religión de Nuestra Señora del Carmen*, ob. cit., f. 12 r.

Esta *Vida* não poderia, naturalmente, fugir a uma técnica de construção de santidade que se escorava, em larga medida, na valorização das virtudes<sup>44</sup>: como sublinha o autor, *Parece me que en su manera me puedo atreuer a dezir de sua alma y lo que dize sant Chrisostomo dela de Sant Pablo en las homilias de sus loores: que no errara quien llamare ala anima de S. Alberto vn prado hermosissimo lleno de diversas flores y vn paraíso de ricas plantas, porque tales fueron las diuersidades de virtudes y dones soberanos que el espiritu sancto planto en este bendictissimo sancto para hermohear y adornar con ellas su yglesia y vna tan sancta religion.*

Deste modo, Santo Alberto é pródigo nas várias e diversas virtudes, como o mostra a exaltação da sua Humildade<sup>45</sup>, Obediência<sup>46</sup>, Paciência<sup>47</sup>; Pobreza<sup>48</sup>, Castidade<sup>49</sup> e, muito especialmente, da Penitência: *Pero la virtude n que parece quiso el señor resplandeciese particularmente este su sancto fue, la aspereza de vida, y su penitencia, que casi podria dezir, que es exemplo mas para admirar que para imitar. Su vestido era muy grueso y vil siempre y muy áspero, mas especialmente en lo interior: Y todos los Lunes, Miercoles y Viernes del año se cubria de vn silício muy*

<sup>44</sup> De acordo com Romeo DE MAIO (1992) - «L'ideale eroico nei processi di canonizzazione della «controriforma», in *Riforme e miti nella chiesa del Cinquecento*, Napoli, Guida Editori, pp. 253-274, até 1602, a figura do (candidato a) santo apresentada no âmbito dos processos de canonização era a de uma *excellentia virtutum*: é o pedido de canonização de Teresa de Ávila, solicitado a Clemente VIII nesse ano, que inaugura o uso da expressão «virtude heroica». A partir desta data, os procedimentos processuais exigirão a comprovação da prática das «virtudes heroicas», tentando, assim, pôr cobro a certos «abusos» concernentes ao carácter excepcional de alguns santos. Contrariamente a estas posições, André VAUCHEZ (1998) - *La sainteté en Occident aux derniers siècles du Moyen Âge. D'après les procès de canonisation et les documents hagiographiques*, École Française de Rome, pp. 606-607, defende que a noção de «virtude heroica» não teve origem na época do Renascimento ou da Contrarreforma: ainda que o seu uso se tenha tornado mais corrente por essa altura, aquela inspirava já os procedimentos da Santa Sé nas últimas décadas do século XIII, na medida em que o adjectivo «heroico» surge num documento pontifício de 1347, promulgado aquando da canonização de Santo Ivo.

<sup>45</sup> *Era este sancto varon por extremo muy humilde y con ser tan generoso en su linage y tan ilustre en la sanctidad de su vida, era en sus ojos el menor de todos sus hermanos, de manera que con perfeccion cumplia el auiso de Salamõ, quanto mayor fueres, humillate en todas las cosas (La vida y milagros del glorioso padre San Alberto de la sagrada religion de Nuestra Señora del Carmen, ob. cit, f. 14v).*

<sup>46</sup> *Su obediencia era cosa maravillosa como de vn hombre que no tenia voluntad en cosa alguna, y que podia dezir a Dios con Daud, señor como vn jumento soy yo delante de vos (La vida y milagros del glorioso padre San Alberto de la sagrada religion de Nuestra Señora del Carmen, ob. cit., f. 14v-15r).*

<sup>47</sup> *Era su paciencia en los trabajos, y ocupaciones que sele ofrecieron grandes, maravillosa (f. 15r).*

<sup>48</sup> *su pobreza fue sobre manera auentajada y todo su patrimonio que era muy copioso le repartio con los pobres y cõ sus hermanos que eran pobres verdadeiros de Christo (La vida y milagros del glorioso padre San Alberto de la sagrada religion de Nuestra Señora del Carmen, ob. cit., f. 15r).*

<sup>49</sup> *se le aparecio en forma de vna hermosissima donzela que con amargas lagrimas y dulces palabras le persuadia dexasse la aspreza començada, y voluiesse al mundo donde en estado de matrimonio ambos passassen felice vida, como quien no les faltaua nada en linage, hazienda y generoso estado. Mas el sancto nouicio enseñado dela diuina luz, conociendo ser aquellas blandas razones vnas durissimas saetas del demõnio, las dio de mano con grande esfuërço y quedando el mui sereno y entero, la vana vision del demõnio desaparecio al punto y el quedo no con menos gloria y corona de castidade que el castissimo Ioseph, que con tanta perfeccion v cio en su mocedad outro tranze del enemigo semejante a aqueste (La vida y milagros del glorioso padre San Alberto de la sagrada religion de Nuestra Señora del Carmen, ob. cit, f. 10v-11r).*

*áspero y ayunaua mas áspera y rigorosamente. Su cama era de vnos manojos de sarmientos a donde para mayor penitencia se hechaua desnudo y se cubria con vn pano de xerga, o sayal grosseiro y muy áspero. Pero los días de viernes era esto cõ mucho mayor rigor: porque el silicio y los vestidos interiores eran muy mas ásperos, el tomar disciplina era cõ mas Dolores y derramiento de su sangre. Y no contento con ayunar con solo pan y agua comia aquel dia sempre con el pan vn manajo de vnos muy amargos asensios, con los quales si algun regalo, o algun gusto le podia causar el pan, quedaua bien templado, y aun acabado*<sup>50</sup>.

Esta *Vida* comporta, em larga medida, a valorização das práticas ascéticas, que vão insistindo cada vez mais na necessidade dos exercícios de mortificação e penitência, concretizando, deste modo, uma espécie de «programa espiritual» que, na esteira das místicas medievais, se centrava e escorava nas diferentes «ramificações» da Paixão de Cristo<sup>51</sup>, que se foi afirmando e definindo no início da Época Moderna em torno de uma ideia fundamental que defendia a necessidade de sofrer por Cristo o que Cristo sofreu pelos homens. Este programa de espiritualidade assentava numa especialização da ascética, na medida em que se considerava que a participação no sofrimento passava por um martírio físico pautado pela mortificação do corpo, dos sentidos e dos afetos:

*Tambien por ser esta comida de asensios en viernes pensaua algunas vezes eneste glorioso sancto yo, vna singular manera de conformar se cõ la passion y amargura que Christo nuestro señor passo aquel dia por ventura tenia el sancto Presêtes en su alma esta dia aquellas palabras de Ieremias en los thronos que se dizen en persona de Christo puesto nela cruz: acuerdate de mi pobreza y de mis asensios y hiel: deuia tener grande sentimiento de los Dolores de Christo y por esso se vestia de áspero silicio y se mal trataua com rezias disciplinas, acordauase de christo tan amargo enla passion, que no le dieron para sus ed outra cosa que vna muy amarga hiel con vinagre azedo. Y abrasado en amor de su señor y desseoso de imitar sus dolores y participar de sus amarguras, hechaua mano de vnos amarguíssimos asensios, y aquellos con vn pan áspero y vn vaso de agua era su regalo de aquel dia: bien sabia el sancto que mandaua el señor, no se comiesse el cordero sin yerbas amargas y por tanto quiẽ gustaua tanto aquel*

<sup>50</sup> *La vida y milagros del glorioso padre San Alberto de la sagrada religión de Nuestra Señora del Carmen*, ob. cit., f. 15v-16r.

<sup>51</sup> José Adriano de Freitas CARVALHO (1970) - «Evolução na evocação de Cristo sofrente na Península Ibérica (1538-1630)», in *Homenaje a Elías Serra Ráfols, II*, La Laguna, Universidad de La Laguna, pp. 47-70.

*dia del cordero sin manzilla muerto y guisado en la cruz, era menester no le faltassen yerbas amargas, que templassen algo la suauidad que se trayria cõsigo el cordero. Y no ay que dudar sino que seria grande el gusto que el sancto recibiria en esta comida amarga, viendo que imitaua en algo las amarguras de su señor*<sup>52</sup>.

Os milagres operados por intercessão de Santo Alberto ocupam um lugar de significativo destaque na economia narrativa, declinando a perenidade desta *estratégia hagiográfica* que contribuía, em larga medida, para a cristalização da *fama sanctitatis* do biografado.

Na *Vida*, lemos que Santo Alberto cura um religioso que tinha uma apostema na garganta<sup>53</sup> e uma rapariga *endemoninhada*<sup>54</sup> e faz aparecer água num vaso<sup>55</sup>.

Pouco tempo antes de morrer, aumentou a sua ânsia em se desapegar dos laços mundanos: *se partio hazia la parte de Mecina, adõde hallo en vn desierto apartado vna cueua ochoza desamparada de todo concurso de gẽte, a donde se entro. Y solo se occupaua en continua oracion, nunca menos solo que en aquella soledad sancta*<sup>56</sup>.

A narração da morte deste varão «ilustre em virtude» constitui a etapa culminante da sua *santa vida*<sup>57</sup>. Na sequência de um itinerário marcado pelo rigor da vida ascética, pela prática das virtudes e pelo fervor da vida espiritual, em suma, pelo aperfeiçoamento progressivo, o episódio da *santa morte* encerra a existência terrena do biografado e a narrativa do autor, fazendo com que os propósitos edificantes e exemplares desta hagiografia atinjam o seu ponto culminante.

<sup>52</sup> *La vida y milagros del glorioso padre San Alberto de la sagrada religión de Nuestra Señora del Carmen*, ob. cit., f. 18r-18v.

<sup>53</sup> *La vida y milagros del glorioso padre San Alberto de la sagrada religión de Nuestra Señora del Carmen*, ob. cit., f. 24 r.

<sup>54</sup> *La vida y milagros del glorioso padre San Alberto de la sagrada religión de Nuestra Señora del Carmen*, ob. cit., f. 25 r.

<sup>55</sup> *La vida y milagros del glorioso padre San Alberto de la sagrada religión de Nuestra Señora del Carmen*, ob. cit., f. 27v.

<sup>56</sup> *La vida y milagros del glorioso padre San Alberto de la sagrada religión de Nuestra Señora del Carmen*, ob. cit., f. 29 r. Célia Maia BORGES (2011) «Os Eremitas e o Ideal de Santidade no Imaginário Português: o Deserto dos Carmelitas Descalços no século XVII», *Lusitania Sacra*, 23 (Janeiro-Junho), pp. 189-206., chamou já a atenção para o facto de, a partir da segunda metade do século XVI, se ter assistido, um pouco por toda a Europa, à proliferação de eremitérios ou «desertos» de matriz carmelitana. Por outro lado, como mostrou Daniel RUSSO (1987) - *Saint Jérôme en Italie. Étude d'iconographie et de spiritualité (XIII<sup>e</sup>-XVI<sup>e</sup> siècles)*, Paris/Rome, Éditions La Découverte/École Française de Rome, a iconografia daqueles séculos foi também divulgando e cristalizando a imagem de São Jerónimo como um anacoreta penitente, que deixou largo lastro nas artes plásticas e na literatura.

<sup>57</sup> Vejam-se os estudos reunidos por Patricia EICHEL-LOJKINE (2006) (sous la direction de; avec la collaboration de MARTIN-ULRICH, Claudie) - *De bonne vie s'ensuit bonne mort. Récits de mort, récits de vie en Europe (XV<sup>e</sup>-XVII<sup>e</sup> siècle)*, Paris, Honoré Champion.

Um dos objetivos deste núcleo narrativo parece ser o de converter os derradeiros momentos de Santo Alberto em um quadro de gestos, atitudes e comportamentos semelhantes aos prescritos nas *artes bene moriendi*, disponibilizando um paradigma ideal de «boa morte» que consiga despertar nos leitores o desejo e a esperança de chegar a um final idêntico e alcançar a salvação se imitarem o biografado<sup>58</sup>.

A narração de *extraordinários prodígios* que ocorrem após a morte dos «santos» religiosos, institucionalizados, desde há muito, pelo género hagiográfico, é, efetivamente, mais um *topos* que conheceu uma larga fortuna por esta época, alimentando, assim, o gosto dos leitores por estes aspetos que se inscreviam no domínio do *maravilhoso*. Conta-nos o autor que na sua agonia final, *leuãto la voz vn poco en alto y dixo in man tuas: eis en acabando estas palabras luego todos los religiosos que alli estauan vieron como su anima sanctissima a modo de vna cãdidissima paloma desde su boca salio a los cielos que dando el cuerpo sancto tendido en la tierra, embuelto en vn aspero silicio: luego en espirando el sancto la campana del monesterio començo a sonar sin que nadie la tocasse. Y salio del sanctissimo cuerpo vn olor tan estraño que a todos puso en admiracion: en tanto grado que no solamente los christianos mas aun los judios tãbien yuan con grande frecuencia a ver vna cosa tan maravillosa como aquella*<sup>59</sup>.

A notícia da morte de Santo Alberto rapidamente se espalhou: *Vino la nueua dela muerte de san Alberto al illustrissimo Duque don Fadrique hermano del Rey don Iaime de Aragon que por su hermano tenia la gouernacion de Sicilia y despues fue coronado por Rey de ella: el qual era estrañamente deuoto al sancto, y acompañado de muchos caualleros vino al monesterio cõ mucho sentimiento y deuociõ toucañ las sãctas reliquias, o rõpian le los vestidos el que mas podia llevar, pareciẽdo les que por ellas auia el señor de hazerles muchas mercedes*<sup>60</sup>.

<sup>58</sup> André VAUCHEZ (1988) - *La sainteté en Occident aux derniers siècles du Moyen Âge. D'après les procès de canonisation et les documents hagiographiques*, École Française de Rome, pp. 598-599, afirma que em meados do século XIII se registou uma mudança do papel desempenhado pelo episódio da «boa morte» na construção dos relatos hagiográficos que orientam os processos de canonização.

<sup>59</sup> *La vida y milagros del glorioso padre San Alberto de la sagrada religión de Nuestra Señora del Carmen*, ob. cit., f. 30v.

<sup>60</sup> *La vida y milagros del glorioso padre San Alberto de la sagrada religión de Nuestra Señora del Carmen*, ob. cit., f. 31v-f.32r.

Efetivamente, esta passagem ilustra de forma claríssima como os corpos dos santos<sup>61</sup> eram objeto de grande veneração<sup>62</sup>, sendo os seus *espólios* considerados testemunhos palpáveis da presença do sagrado que, por seu intermédio, operava milagres e, como tal, a eles atraía um grande número de fiéis<sup>63</sup>. Mas importa notar que, neste contexto de veneração do «corpo santo», os extraordinários fenómenos manifestados pelos cadáveres assumem uma importância fundamental no quadro da perceção pública da *santidade*, continuando a seduzir e a atrair muitos fiéis, como muitos relatos o testemunham. De resto, não será despiciendo sublinhar que o saque dos cadáveres dos santos é uma repercussão do saque de que os corpos dos papas eram objeto.

Mas os fenómenos extraordinários continuaram a ocorrer no contexto do sepultamento de Santo Alberto. Durante a missa das exéquias, *salio de aquella cuerpo sanctissimo vn olor tan marauilloso que puso a todos espãto y a muchos enfermos dio entera sanidade, assi como la sõbra de S. Pedro sanaua los doliêtes*<sup>64</sup>, e *aparecieron enel ayre dos hermosissimos niños los quales venian ricamente vestidos de ropas blancas, y muy sēbradas de oro*<sup>65</sup>.

Ao sepulcro de Santo Alberto começaram, logo após a sua morte, a acorrer enfermos: *Y era de suerte que en estando tres o quatro días a su sepulchro ayunãdo y haziendo oracion y velando vian venir ala media noche vna grandíssima luz que los rodeaua y en medio de ella aparecia el sancto confessor Alberto vestido de vna ropa blanca y a todos los enfermos sanaua de tal suerte que de lexos tierras venian enfermos de graues y diversas enfermedades a su sepulchro y todos cobrauan entera*

<sup>61</sup> Luigi CANETTI (2002) - *Frammenti di eternità. Corpi e reliquie tra Antichità e Medioevo*, Roma, Viella, (Sacro/Santo; 6), esp. cap. I: "Corpi insepolti e corpi gloriosi", pp. 23-75, e cap. II: "La città dei vivi e la città dei morti", pp. 77-104.

<sup>62</sup> Como afirma Sofia Boesch GAJANO, «Reliques et pouvoirs», in BOZÓKY, Edina, e HELVÉTIUS, Anne-Marie (ed.) (1999) - *Les reliques. Objets, cultes, symboles (Actes du colloque international de l'Université du Littoral-Côte d'Opale (Boulogne-sur-Mer), Turnhout, Brepols Publishers, p. 260, la construction de la sainteté - par le protagoniste lui-même et par la communauté à laquelle il appartient (monastère ou ville) - passe par la communication qui s'établit entre naturel et surnaturel, communication qu'on estime destinée à durer dans le temps. Le corps d'un saint vivant est déjà un corps saint, et ne peut que le rester après sa mort. Si chaque saint continue à vivre dans sa dépouille mortelle, celle-ci garde inaltérés les pouvoirs thaumaturgiques acquis pendant sa vie. Il faut prêter une attention nouvelle à la relation qui s'établit entre le saint vivant et son corps dans l'acquisition de pouvoirs thaumaturgiques, à celle qui se perpétue dans sa dépouille mortelle, à la transformation du corps en relique, au rapport entre l'ensemble du corps et ses parties, afin de saisir le lien constant entre théorie et pratique.*

<sup>63</sup> A articulação da memória, tanto da vida, como também da morte, e do valor do corpo é importantíssima para que se compreenda toda a complexidade do fenómeno da santidade. Veja-se, a propósito, a importante síntese de Sofia Boesch GAJANO (1999) - *La Santità*, Roma-Bari, Laterza & Figli, esp. pp. 19-24.

<sup>64</sup> *La vida y milagros del glorioso padre San Alberto de la sagrada religión de Nuestra Señora del Carmen*, ob. cit., f. 32r

<sup>65</sup> *La vida y milagros del glorioso padre San Alberto de la sagrada religión de Nuestra Señora del Carmen*, ob. cit., f. 32v.



*sanidad*<sup>66</sup>. Neste enquadramento, os milagres *post mortem* operados por intercessão de Santo Alberto multiplicar-se-ão - como o comprova o rol de milagres<sup>67</sup> incluído na *Vida* - fazendo, compreensivelmente, coagular a sua *fama sanctitatis*, que será reconhecida oficialmente pela Cúria romana e por Sisto IV, em 1476.

A 19 de Janeiro de 1585, era fundado em Lisboa o primeiro convento de religiosas carmelitas descalças em Portugal, sob a invocação de Santo Alberto, graças aos esforços encetados por soror María de San José, que havia sido discípula de Santa Teresa de Jesus<sup>68</sup>. Como relata Fr. Belchior de Santa Ana, no primeiro tomo da *Chronica de Carmelitas Descalços Particular do Reyno de Portugal* (1657), escolheo a *Madre Maria de Saõ Joseph para Orago do Mosteiro, o glorioso S. Alberto, insigne Confessor de nossa Sagrada Religião, assi, por ser muito deuota delle, como por ficar no nome do Santo hum despertador, que incitasse as Religiosas a encomendar a Deos o Eminentissimo Cardeal Alberto, que tinha sido muita parte para se fundar o Conuento, & dado para isso huma boa esmolla de dinheiro, de çedas para ornamentos, & de hum Calix de muito preço: manifestando o grãde amor que tinha à Ordem, de que foi ainda maior proua, dar despois àquelle conuêto, para nelle se criar, hũa minina, filha do Emperador Mathias seu irmão, aqual em tendo idade, tomou o habito com nome de Michaela de S. Anna*<sup>69</sup>.

Deste modo, parece-nos que soror María de San José terá pretendido perenizar a devoção que a sua mestra Teresa de Jesus nutria por Santo Alberto, que seria, muito provavelmente, solidificada e cristalizada, no seio da comunidade, com a leitura da sua exemplar e modelar *Vida*.

No entanto, a receção que a invocação deste convento encontrou entre as carmelitas não foi, necessariamente, pacífica... Como nos relata o cronista,

*Tanto que souberam desta invocação as [...] Religiosas de San Joseph de Auila, primeiro Conuento que nossa Santa Madre fundou, escreuerão à Madre Maria de Sam Joseph, que*

<sup>66</sup> *La vida y milagros del glorioso padre San Alberto de la sagrada religión de Nuestra Señora del Carmen*, ob. cit., f. 33r.

<sup>67</sup> *La vida y milagros del glorioso padre San Alberto de la sagrada religión de Nustra Señora del Carmen*, ob. cit., f. 33v-43r.

<sup>68</sup> Sobre soror María de San José, cf. Isabel MORUJÃO (2003) - «Entre duas memórias: María de San José (Salazar) O.C.D. fundadora do primeiro Carmelo descalço feminino em Portugal», *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, nº 0, pp. 241-260. Veja-se também: J. Pinharanda GOMES (2000) - *Imagens do Carmelo Lusitano. Estudos sobre história e espiritualidade carmelita*, Lisboa, Paulinas.

<sup>69</sup> Fr. Belchior de SANTA ANA (1957) - *Chronica de Carmelitas Descalços Particular do Reyno de Portugal*, tomo I, Lisboa, na Officina de Henrique Valente de Oliveira, p. 132.

*estranhauão não pôr aquelle primeiro Mosteiro de Carmelitas Descalças em Portugal o nome de S. Joseph, que teue o primeiro Mosteiro da Ordem. Ao que ella respõdeo en sinco quintetos. Os quaes para aliuiar a historia, com a variedade, & se ver a prudẽte sahida que deu à queixa em louuor de Sam Joseph, & honra deste Reyno, quero referir aqui.*

*Ioseph, Patron general  
Del Carmen, no es marauilla,  
Que juzgue por desigual  
Ser segundo en Portugal,  
Siendo primero en Castilla.*

*Por general communica  
A los dos igual fauor,  
Mas por singular amor  
Al Lusitano le aplica  
Outro segundo Pastor.*

*Que en vno, y outro Carmelo  
Doblado espiritu, y zelo  
A vn no sufre en vna ley,  
Ni la tierra vn solo Rey,  
Ni vn Patron solo en el Cielo.*

*De todos es Patron lozè,  
Pero aqui se le vne Alberto  
Gran defensor de la Fè:  
Que de sus disignios vè  
Franco en Portugal el puerto.*

*Que del martyrio la empresa  
Que Alberto mostrò a Thereza  
La execucion se diffiere  
Y dezempeñar se quiere / En la sangre Portuguesa<sup>70</sup>.*

<sup>70</sup> Fr. Belchior de SANTA ANA, *Chronica de Carmelitas Descalços Particular do Reyno de Portugal*, tomo I, ob. cit., p. 132-133.

Ao maravilhoso Santo Alberto Confessor, especialíssimo Advogado contra as febres - de quem Santa Maria Madalena de Pazzi era também particularmente devota<sup>71</sup> - foi dedicada uma capela no convento do Carmo, em Lisboa. Como nos conta Fr. José Pereira de Santana, a capela estava:

*no meyo de hum finíssimo painel, onde muito ao natural se representa aquella nunca até alli ouvida maravilha, que aconteceu no terceiro dia depois do seu felice transito. Vem a ser, que havendo de se lhe fazer as Exequias na forma, que costuma a Igreja; e juntando-se para esse effeito os moradores da Cidade de Messina dentro de sua Cathedral, entendeo ElRey Federico com approvação dos Grandes da sua Corte, que se lhe devia cantar Missa de Santo Confessor, porque já para isso os seus muitos prodígios lhe havião qualificado o merecimento. O Arcebispo Guidoto com o parecer de outros Bispos, que se achavão presentes, contradisse esta pertença, sem outra razão mais, que por ser contraria ao que a Igreja dispunha. Recorrendo nesta duvida todos ao Ceo, e esperando, que o Senhor por algum modo a resolvesse; apparecerão dous Anjos em figura humana, ricamente vestidos com túnicas brancas, e estolas bordadas de ouro, os quais visivelmente entoarão em alta voz o Introito da Missa dos Santos Confessores: Os justi meditabitur, etc. O que ouvido com admiração, e alegria, proseguio o Clero a Missa, e o Povo as aclamações, que lhe dava de Santo, então mais que antes devidas, porque o Ceo claramente o canonizava.*

*Preside no Altar huma devota Imagem do mesmo Santo, em cuja protecção tem os moradores desta Cidade grande fé. Da parte do Evangelho está a do nosso egregio Doutor, Inquisidor Geral, e Patriarca de Constantinopla S. Pedro Thomás, chamado por antonomásia o Santo Legado [...]. Na parte da Epistola a do nosso Santo André Corsino, Bispo Fesulano. [...] Sem embargo de não ter Irmandade, he o Santo [Alberto] servido, e festejado por alguns devotos, que com esmolos próprias, e subsídios alhejos supprem a todas as despesas necessárias. Nas funções, em que se preparão Andores, poem estes devotos em publico hum do mesmo Santo preciosamente vestido. No dia da sua festa, que he a 7 de Agosto, se benzem, com grande solemnidade, muitas vasilhas de agua, que se distribue com o Povo. Ha para este ministerio huma Reliquia do Santo, que toca na agua, e Benção particular approvada pela Igreja<sup>72</sup>.*

<sup>71</sup> Frei Luís de MÉRTOLA (O.C.) (1926) - *Vida de la bienaventurada Madre Soror Maria Magdalena de Pazzi*, Lisboa, por Pedro Craesbeeck, f. 13r.

<sup>72</sup> Fr. José Pereira de SANTANA (1745) - *Chronica dos Carmelitas da Antiga, e Regular Observancia nestes Reynos de Portugal, Algarves, e seus Dominios*, tomo I, Lisboa, na Officina dos Herdeiros de Antonio Pedrozo Galvão, pp. 676-677. Em 1629, seria impresso em Lisboa, por Pedro Craesbeeck, o *Tratado da vida*,

Chegados a este ponto, parece-nos que valerá a pena tecer algumas reflexões. *La vida y milagros del glorioso padre San Alberto de la sagrada religión de Nuestra Señora del Carmen* foi uma das muito poucas hagiografias avulsas editadas em Portugal no século XVI, declinando a *Vida* de um religioso carmelita por quem Santa Teresa de Jesus - que seria, após a sua morte, emulada na hagiografia enquanto paradigma de «Mulher Apóstolo e Doutora» - nutria uma forte e acesa devoção. Por outro lado, parece-nos que a sua edição, na moldura do panorama português, se reveste de um significado não isento de consequências, na medida em que se concretiza graças à proximidade e amizade existente entre D. Teotónio de Bragança e Santa Teresa de Jesus. Mas, naturalmente, a investigação polarizada em torno do culto e devoção a Santo Alberto poderá ser enriquecida se for cruzada com outra documentação ainda inédita e com obras editadas nos séculos posteriores, até mesmo no estrangeiro - de que é exemplo a *Orazione Panegirica per S. Alberto Carmelitano Cittadino di Trapani* (Palermo, 1763) de Fr. Santi da Gesu Maria -, no sentido de perceber a importância de que se reveste a preservação da memória hagiográfica por meio do registo escrito, cristalizando altos exemplos modelares de virtude e de santidade, que muito contribuem para a glorificação da Igreja Católica.

---

*excelencias e morte do bemaventurado Santo André Curcino, bispo de Fesula, religioso da sagrada ordem de Nossa Senhora do Carmo*, escrito por Fr. Manuel das Chagas e dedicado a D. Catarina de Meneses. D. Catarina de Meneses era filha de D. Manuel de Meneses (filho este de D. Jorge de Meneses, VI senhor de Cantanhede, e de D. Leonor Manuel) e de D. Brites de Vilhena (filha esta de João de Melo da Silva e de D. Leonor Fogaça). Casou, em primeiras núpcias, com Brás Afonso de Albuquerque, s.g., e em segundas núpcias com D. João Coutinho, alcaide-mor de Santarém e Almeirim e senhor de Alvaiázere, c.g.. Foi mãe de D. Luísa Coutinho, condessa do Sabugal, dedicatária da *Vida e morte do Padre Fr. Estêvão da Purificação, religioso da Ordem de Nossa Senhora do Carmo da província de Portugal* (1621), de Fr. Luís de Mértola (O.C.) e da tradução do *Epítome da vida apostólica e milagres de S. Thomas de Villa Nova arcebispo de Valença, exemplo de Prelados, & pay de pobres, da Ordem nosso Padre Santo Agostinho. Com um tratado da vida do veneravel P. Fr. Luis de Montoya, Mestre que foy dos noviços em Salamanca, sendo o glorioso S. Prior delle; & assi mais de algũs servos de Deos que deu à Igreja assi lá, como nesta Prouincia sendo Prelado della* (1629), por Fr. Duarte Pacheco (O.E.S.A.) (Cf. D. António Caetano de SOUSA - *História Genealógica da Casa Real Portuguesa, ob. cit.*, tomo XI, p. 479). Veja-se também Maria de Lurdes Correia FERNANDES (1994) - «Recordar os "santos vivos": Leituras e práticas devotas nas primeiras décadas do século XVII português», *Via Spiritus*, 1, pp. 133-155.





PERCURSOS ESPIRITUAIS: O "DESERTO"  
DO BUÇACO NA OBRA *SOLEDADES DE  
BUÇACO* DE D. BERNARDA DE LACERDA

**Natália Maria Lopes Nunes**

[nlunes@hotmail.com](mailto:nlunes@hotmail.com)

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa



## RESUMO BIOGRÁFICO

**Natália Maria Lopes Nunes** é professora, doutorada em Literatura Portuguesa Medieval. Pós-Doutoramento na área da Literatura Profana e Mística do Gharb al-Andalus. Autora de vários artigos, no âmbito da literatura medieval e do al-Andalus e tradicional/oral, assim como do legado árabe e islâmico e da misticismo comparado cristão e islâmico.

Na FCSH-UNL, docente dos cursos "A Poesia do Gharb al-Andalus", "O Legado Islâmico do al-Andalus", "Introdução à Literatura do al-Andalus" e "História e Cultura do al-Andalus". Investigadora integrada do IELT (Instituto de Estudos de Literatura Tradicional – patrimónios, artes e culturas) e colaboradora do IEM (Instituto de Estudos Medievais) e do CH-FLUL (Centro de História da Faculdade de Letras de Lisboa).

## PERCURSOS ESPIRITUAIS: O "DESERTO" DO BUÇACO NA OBRA *SOLEDADES DE BUÇACO* DE D. BERNARDA DE LACERDA \*

SPIRITUAL PATHWAYS: THE "DESERT" OF BUÇACO IN THE WORK *SOLEDADES DE BUÇACO* OF D. BERNARDA DE LACERDA

### RESUMO

As montanhas exerceram desde sempre um fascínio, quer pela beleza, quer pela tranquilidade. Ao longo dos séculos, as diversas religiões, incluindo as religiões monoteístas, escolheram as montanhas para a vida espiritual.

A Serra do Buçaco respondeu perfeitamente à espiritualidade da Ordem do Carmo Descalço, após as reformas de Santa Teresa, no sentido de se tornar um "deserto", espaço de purificação e de união com Deus. Porém, as maravilhas deste local sagrado foram descritas por Bernarda de Lacerda que, em 1634, escreveu uma obra magnífica em verso sobre a vida dos Carmelitas Descalços.

### ABSTRACT

The mountains have always been a fascination, both for beauty and tranquility. Over the centuries, various religions, including monotheistic religions, have chosen mountains for spiritual life. The Serra do Buçaco responded perfectly to the spirituality of the Order of Discalced Carmelites, after the reforms of Saint Teresa, in the sense of becoming a "desert", a space of purification and union with God. However, the wonders of this sacred site were described by Bernarda de Lacerda, who in 1634 wrote a magnificent work in verse about the life of the Discalced Carmelites.

\*A autora escreve de acordo com a antiga ortografia.

Nas religiões politeístas, as montanhas são lugares onde habitam os deuses e as deusas. Dioniso, Apolo, Hermes, Pan, Artémis e Cíbele, entre outros, têm em comum os espaços montanhosos, onde se praticavam os rituais em sua honra. As montanhas são, assim, os espaços de epifanias de algumas divindades e onde se estabelecem relações estreitas entre o homem e a divindade. Por outro lado, as grutas, as árvores, as fontes e os rochedos das montanhas são também elementos e espaços ligados a algumas divindades. Para além disso, nas civilizações mais arcaicas, a montanha, ou serra, era local iniciático nos rituais de passagem, onde o neófito teria de efectuar uma série de provas para ascender à idade adulta. Nas diversas religiões, a montanha tem sido igualmente um espaço importante e nela se operam fenómenos sobrenaturais considerados milagres. A altitude estabelece as relações entre um mundo superior e um mundo inferior, entre o Alto (Céu) e o Baixo (Terra). Esta relação remete igualmente para as Religiões de Mistérios, sobretudo para os cultos de Cíbele (a Grande Mãe) e de Dioniso. Ambos os cultos estão associados ao espaço sagrado da montanha: *l'altitude, avec le symbolisme vertical, met directement en contact avec la divinité*. (BOZONNET, 1979 : 58)

Mais tarde, as religiões monoteístas seguiram o rasto das religiões mais antigas e arcaicas, escolhendo as montanhas como espaços sagrados para os seus cultos. A invocação de Nossa Senhora do Carmo deve-se à devoção mariana no monte Carmelo, local onde o profeta Elias venceu os sacerdotes de um dos deuses do paganismo, Baal. Segundo o relato bíblico (I Reis 18: 20,41) Elias teve uma visão da Virgem do Carmo sob a forma de uma nuvem que se dirigia para o monte Carmelo. Este acontecimento deu origem à fundação da ordem mais antiga - a Ordem do Carmelo - com devoção a Nossa Senhora por parte de alguns cruzados que se refugiaram no respectivo monte, para aí viverem a sua união com Deus. Todavia, já no ano 93, alguns cristãos gnósticos tinham construído uma capela no local, onde já se cultuava a Virgem.

No século XVI, Teresa de Ávila reforma a Ordem do Carmelo, apelidando-a de Ordem da Virgem. Esta denominação é bastante enfatizada por Teresa de Ávila ao considerar a Virgem como patrona dos Carmelitas: *Marie est la souveraine et Patronne du Carmel; se montrer bienveillant pour les carmélites, c'est "rendre service à Marie"*. (NATIVITÉ, 1952: 854) Para além disso, o ideal de santidade estava presente na Ordem e os Carmelitas Descalços procuraram retomar a vivência dos Padres do Deserto. As reformas de Santa Teresa, também ela inspirada pelos primeiros anacoretas, através das suas leituras sobre esses percursos da espiritualidade, trouxeram esse desejo de criar alguns "desertos", daí o surgimento do "deserto" do

Buçaco. Através deles, o homem afastava-se da sociedade, reprimia os seus desejos e vontades, mortificava-se até atingir Deus na sua plenitude. Como afirma Célia Borges:

*O desprezo pelo mundo, pelas riquezas e pelas honras, a opção por uma vida de pobreza e penitência austera, atraiu, como se viu, muitos religiosos e leigos em busca da santidade. Mortificar a vontade, humilhar-se e obedecer compunham um extenso rol de virtudes apreciadas por aqueles que queriam alcançar uma vida interior iluminada pela graça divina. Os religiosos do deserto do Bussaco, seguidores dos místicos da Ordem, Santa Teresa e S. João da Cruz, aplicavam-se nos exercícios oracionais em busca da contemplação. O caminho para a mística implicava o despojamento da razão, dos sentidos e dos apetites – a chamada «noite dos sentidos», nas palavras de S. João da Cruz. Um indício da orientação espiritual é o acervo encontrado na biblioteca deste eremitério. A rigor, não sabemos o que se lia nos mosteiros, seja como for, existe um inventário da biblioteca de Santa Cruz do Bussaco, onde consta uma longa lista de livros de religiosos da Ordem, com obras de Teresa de Jesus e de S. João da Cruz, bem como uma literatura dedicada à alta espiritualidade e nela aparecem autores como Henrique Harphius, S. Boaventura, Serafino de Fermo; e a completar esta variedade havia também os livros da vida dos santos (BORGES, 2011: 200-201).*

Além disso, Teresa de Ávila vem propor também um modelo mais austero, onde os eremitérios e “desertos” passam a ter um papel fundamental no caminho espiritual da Ordem. Como afirma Luciano Patetta:

*Los Santos Desiertos eran complejos monásticos nacidos en España al final del Siglo XVI, fruto de aquel ferviente misticismo de la Contrarreforma que caracterizó el periodo de Felipe II. También los Carmelitanos, que para la regla primitiva (1210) contemplaban el aislamiento eremitaño (el Carmelo, comenzando por el de Tierra Santa, era destinado para quienes “qui contemplationi totam vitam deputant”, estableciendo que “singuli singulas habeant cellulas separatas”) se habían transformado, con el transcurso de los siglos, en orden mendicante, y alejándose de las normas se habían transferido a las ciudades y frecuentaban escuelas y universidades.*

*Como reacción, en la segunda mitad del Siglo XVI, Santa Teresa de Ávila (asistida por San Juan de la Cruz) introdujo la reforma de la Orden, promoviendo el retorno a la austeridad y el retiro en sedes eremíticas. Santa Teresa misma fundó en 1562, en las*

*afuera de Ávila, el primer convento de los Carmelitanos Descalzos, como un verdadero "locus conclusus" (PATETTA, 2001: 1126).*

Então, as serras e montanhas foram espaços convertidos em “desertos”, onde se construíam igrejas, pequenos oratórios, caminhos de cruz, ou mesmo conventos, como se pode comprovar na Serra do Buçaco. No espaço sagrado da serra, procurou-se uma vida eremítica e as bençãos ou os milagres contra doenças, epidemias, secas ou outras bençãos. Os vestígios existentes e os monumentos da Serra do Buçaco demonstram que a serra foi lugar privilegiado. À sua importância, junta-se ainda a localização geográfica, onde o homem pode estar em comunhão com uma natureza de extrema beleza. Este aspecto é muito importante, fazendo justiça a Platão que, na sua obra *Leis* (677 b-c), considera que a humanidade deve a sua sobrevivência às montanhas.

Além disso, a montanha substituiu o deserto oriental. Se nos séculos III e IV os homens e as mulheres procuravam o deserto para levarem uma vida de solidão, longe dos prazeres do mundo profano, a montanha/serra (ou os espaços elevados em geral) passou a ser um local de refúgio, onde os eremitas procuravam o Paraíso na paisagem serrana e onde o ascetismo era a forma de estar também perto de Deus. O ascetismo era vivido como uma experiência de salvação, era então normal que o eremita se sentisse já num lugar sagrado, próximo das esferas celestes, um lugar superior pela sua sacralidade face à realidade quotidiana, um lugar que lhe permitisse efectivar esta ascensão espiritual que a montanha simbolizava já na paisagem. (DELAPLACE, 2005: 224)

A Serra do Buçaco, pelas suas características e vestígios, foi espaço eleito para espiritualidade, ou seja, um lugar ideal para o combate espiritual, interior, feito através de vários exercícios, nomeadamente a devoção, o jejum, as recitações, as vigílias e os cânticos. Neste sentido, a serra era o lugar do êxtase e da união com Deus, a última etapa da via ascética ou mística.

O amor místico é fundamental na experiência do místico. Contudo, esse sentimento é um amor puro que abrasa e conduz ao êxtase e, conseqüentemente, à união com Deus. No entanto, a ideologia da união amorosa com Deus sofreu também a influência de S. Gregório de Nissa. Neste sentido, foi importante o monaquismo cristão dos primeiros séculos do Cristianismo baseado na vida ascética, na oração e no jejum, com destaque para os testemunhos de João Cassiano, para a doutrina de Evágrio e de S. Gregório Magno e para o Pseudo-Dionísio. Em suma, os grandes

representantes do monaquismo egípcio e sírio, entre os séculos IV e VI, exerceram uma grande influência na vivência espiritual dos séculos XII e XIII. Mas se o deserto em si era espaço de eleição para os primeiros místicos, nos séculos XII e XIII, o deserto podia ser também numa montanha ou serra, pois o fundamental era estar afastado do mundo profano. Esse espaço, considerado um deserto, seria, pois, local de refúgio, de penitência e de aproximação a Deus.

Inspirados no exemplo de Jesus Cristo, fundaram-se ordens religiosas baseadas na pobreza como um valor evangélico, segundo o qual o homem devia de abandonar, voluntariamente, todas as riquezas e bens materiais, mas também devia de fazer votos de castidade e de obediência, como forma de encontrar Deus. Exemplo disso foram as ordens mendicantes, nomeadamente a dos Carmelitas. As várias etapas de purificação do místico consistiam na mortificação corporal, jejum, ascetismo, silêncio, recitação e oração, contemplação, paciência, sofrimento e gratidão.

Dentro deste contexto ligado à espiritualidade, a Serra do Buçaco foi também motivo de alguns poemas místicos, como por exemplo, a obra *Soledades de Buçaco*, obra escrita por uma mulher, D. Bernarda Ferreira de Lacerda [Fig.1], escrita no convento feminino de S. Alberto de Lisboa, em 1634. D. Bernarda Ferreira de Lacerda (1595-1644), era portuense e tinha grande prestígio em Portugal e Espanha. A obra *Soledade de Buçaco* é escrita em castelhano, pois a sua autora considera que é uma língua clara e comum (aspectos que refere no prefácio da obra e cuja opção reflecte os acontecimentos históricos e políticos da sua época). Como afirma Óscar Lopes e António José Saraiva:

*Uma das consequências deste academismo é a falta de cunho nacional. A Restauração não se reflecte imediata e visivelmente no plano literário, porque, como grupo social, que eram, destacado da massa, os literatos portugueses da segunda metade do século XVII, segundo a tradição, continuavam a procurar os seus modelos na poesia da corte filipina (...). Mantém-se inclusivamente em moda o uso da língua castelhana, principalmente nos géneros mais nobres ou então mais retintamente espanhóis, como os romances de rima única e assonante (LOPES; SARAIVA, 2000: 442).*

O castelhano era a língua usada na época na Península Ibérica. O facto de usar essa língua revela também os conhecimentos e sabedoria de D. Bernarda Ferreira de Lacerda. *Soledades de Buçaco* é uma obra dividida em vinte partes. Algumas páginas (poucas) são em língua portuguesa, existindo ainda alguns excertos em latim

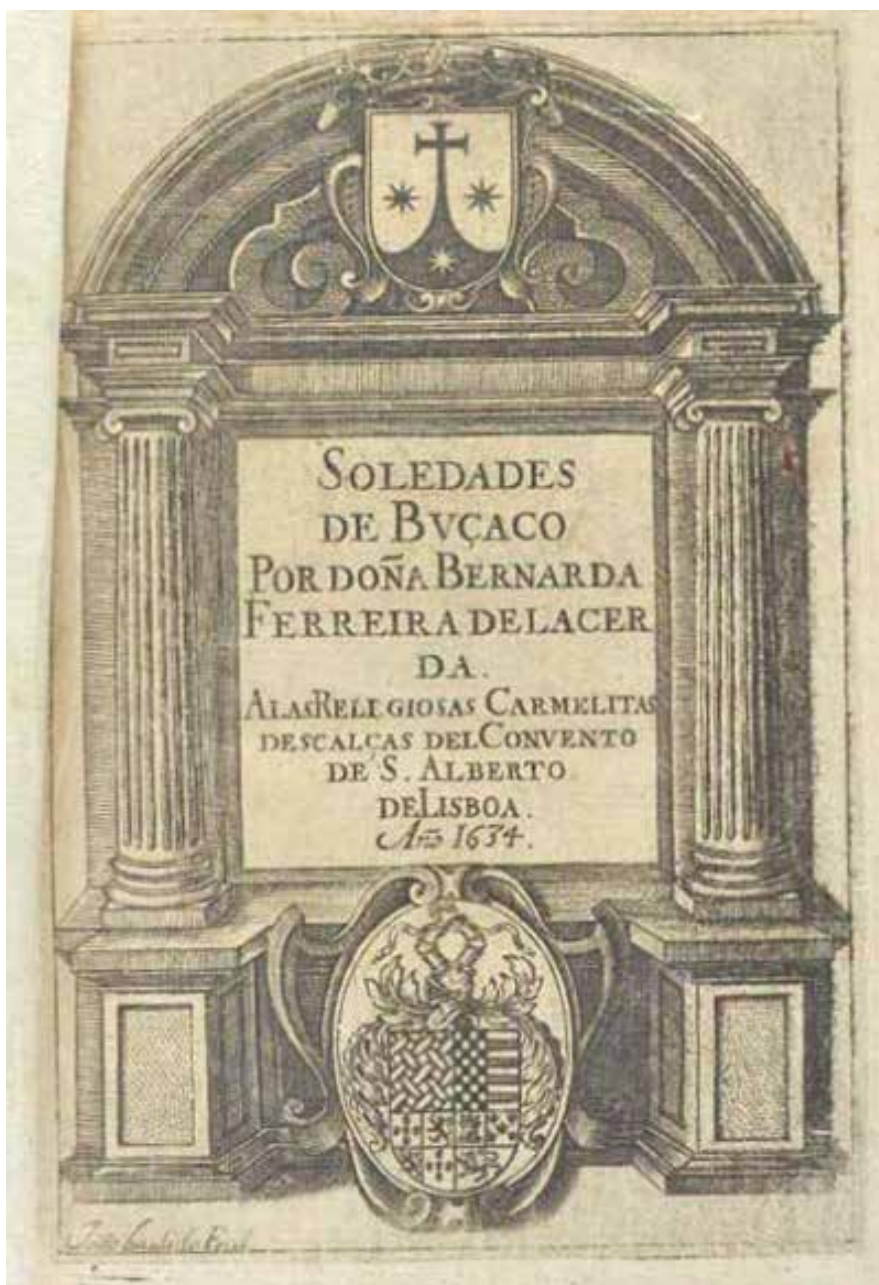


Fig. 1. Capa da obra *Soledades de Buçaco* de Bernarda Ferreira de Lacerda (foto do exemplar trabalhado neste artigo).

e italiano. Curiosamente, a obra encerra com uma carta anónima, onde se louva a sua autora e se procura demonstrar o carácter verídico de tudo o que é descrito e mencionado sobre o “deserto” do Buçaco, sendo, assim, aprovado tudo o que foi escrito em verso.

Foi ainda considerada uma obra de grande erudição, onde a autora retrata a vida contemplativa dos que viveram nesse “deserto”. D. Bernarda Ferreira de Lacerda confere uma ancestralidade ao lugar, referindo a presença dos lusitanos e dos romanos nas terras do Buçaco, *La primera habitación/De los Lusitanos Martes (...)/ Assombro de los Romanos/Fue su valor indonmable* (LACERDA, 1634: 9).

A Serra do Buçaco teve sempre um papel importante e essa importância e ancestralidade atravessaram diversas épocas, estando também presentes no período muçulmano. Como refere Paulo Simões:

*O termo “Buçaco” será uma derivação da designação latina de “Boscum sacrum”, ou seja Bosque Sagrado ou ainda de “Sublaco”, nome que teria sido dado pelos religiosos beneditinos da região, recordando a gruta de Sulaco, perto de Roma. De qualquer forma este ficou conhecido como Buçaco até aos dias de hoje no qual o papel dos monges foi preponderante. (...) As origens do Buçaco remontam ao século VI d.C., quando os sarracenos, depois da Batalha de Guadalete em 711, entraram na Península Ibérica com a destruição e ocupação de muitos conventos. O rei mouro Alboacem, um dos primeiros reis muçulmanos a governar na Península, com um domínio territorial que se estendia desde os rios Alva e Mondego até Águeda (Santos, 1993), além de permitir a permanência dos monges no mosteiro de Lorvão, em Penacova, também os isentou ao pagamento de tributo. O Buçaco ficou, desde então, conhecido pelos antigos como a serra da Alcoba, termo de origem árabe (SIMÕES, 2010: 49).*

O espaço foi concedido por D. Juan Manuel aos Carmelitas Descalços, para aí fundarem um deserto, *Porque Portugal gozasse/De cielo dentro en su suelo* (LACERDA, op., cit., 13). Assim, a serra do Buçaco, como afirma a autora, foi transformada no Carmelo:



*Mas luego que las ermitas  
Y choças del sacro yerno  
De Buçaco enriquecidas  
De descalços estuvieron  
Como fueron secretarias  
De sus altos sentimientos,  
Y soberanos impulsos,  
Tuvo vida el gran Carmelo (IDEM, 106).*

Ao longo da obra, a autora descreve a paisagem magnífica da serra do Buçaco, uma natureza luxuriante (muitas das vezes, personificada) com todas as suas plantas: muitas árvores e bosques com plátanos, álamos, loureiros, musgo, diversas flores, violetas, espargos, urtigas, manjerona, jasmim, lírios, narcisos, tapetes floridos de várias cores, etc [Figs. 2 e 3]. Grande destaque para as árvores pela sua diversidade e pelos frutos e aromas que exalam em toda a serra:

*Los arboles incognitas  
Índios Persas, Arabigos  
Te ofrezcan ricas davidas,  
Y centos aromaticas (IDEM, 113).*



Fig. 2. < O arvoredo do Buçaco (foto de Natália Nunes).

Fig. 3. ^ Algumas das espécies de plantas no Buçaco (foto de Natália Nunes).

Para além disso, destaque ainda para as rochas, cavernas, rios, ribeiros, fontes cristalinas e nascentes [Fig. 4]. Na descrição de toda esta paisagem, verifica-se que a autora domina bem a mitologia greco-latina, nomeadamente algumas figuras, como Apolo, Minerva, Diana, etc., assim como os autores clássicos. Muitos dos deuses pagãos comungam e partilham da paisagem paradisíaca do Buçaco. Através destas referências, a obra deixa transparecer a grande formosura da Serra do Buçaco, não existindo outra igual, superando mesmo as montanhas, ou outros espaços da mitologia greco-romana. Os animais também são diversos, de entre eles, javalis, cervos, corças, lobos, lebres, coelhos, várias aves que quebram o silêncio do espaço do Buçaco, garças, perdizes, etc.



Fig. 4. A água, fonte de vida, numa das fontes do Buçaco (foto de Natália Nunes).

Nesse espaço sacralizado da Serra do Buçaco, os místicos *buscavam refúgio para os seus males, abrasados no amor divino. As celas eram pequenas e demonstravam grande pobreza e a vida desses homens era vivida com pouca comida, sendo o jejum contínuo e uma obrigação; Que comer no se permite* (IDEM, 33). Faziam sete meses seguidos de jejum (sem fruta, excepto nos dias festivos), não comiam comida cozinhada, alimentavam-se de ervas ou de frutos campestres. O “deserto” do Buçaco era ainda considerado a árvore da vida, onde existiam diversas ermidas:

*Aquel divino desierto  
Que Buçaco denomina,  
Y es también denominado  
Del árbol de nuestra vida.  
Se muestra sembrado a trechos  
De solitarias Ermitas* (IDEM, 34).

A pobreza desses homens era visível, pois não desejavam bens materiais, apenas os bens celestes, sendo os ermitãos comparados, metaforicamente, aos anjos. Eles ocupavam o tempo com a contemplação, exercitando também o conhecimento. A via espiritual preconizada por Santa Teresa de Ávila, baseada na contemplação e na união com Deus, veio revolucionar a vivência dos Carmelitas Descalços, desencadeando em alguns países, nomeadamente em Portugal, um grande interesse pela via mística e pela ascese. Durante os séculos XVI, XVII, e também XVIII, vai desenvolver-se, na Península Ibérica, um ideal de santidade motivado, em parte, pela ideologia da Contra-Reforma. A espiritualidade mística adquiriu um valor importante e muitos foram os homens e as mulheres que aderiram à ascensão espiritual, baseando-se nos ideais preconizados por Santa Teresa de Ávila, São João da Cruz, São Pedro de Alcântara, entre outros, também eles influenciados pelos seus antecessores. Para isso, contribuiu a leitura das suas obras que circularam entre religiosos e leigos, despertando o interesse pela vivência mística e por determinadas práticas religiosas:

*Es su ocupación, y trato  
La contemplación divina,  
Y el propio conocimiento  
En que humildes se ejercitan (IDEM, 36).*

Além disso, as suas paixões e desejos carnis eram crucificados com mil mortificações. Porém, também se dedicavam a alguns ofícios, para combaterem o ócio:

*Cestos e espuertas texidas  
De las hojas de las palmas  
Que allí crecen sin medida.  
(...)  
También de corcho hacen vasos,  
Cuentas, Cruces, y baxillas  
Cuyo modo artificioso  
El oro, y la plata embidian.  
Este los cilicios texe,  
Aquel haga disciplinas,  
El otro las calaveras  
En tosco palo esculpidas (IDEM, 36-37).*

Mas os livros sagrados também eram objecto de estudo, de interpretação para além do seu sentido literal, uma forma de ocupação do tempo, a fim de atingirem o conhecimento:

*Uno a sombra del aliso  
Con la escritura divina  
Místicos sentidos saca  
De sus literales minas.  
Otro junto de la fuente  
Mira en los libros las obras  
De los Santos Eremitas (IDEM, 37).*

Sendo o êxtase uma das características ligadas à contemplação, muitas das vezes, estavam nesse estado e o seu amor tirava-lhes o sono e o repouso, deixando-os em vigília constante, procurando no céu o alento para as suas vidas. A noite era uma companheira e faziam dela o dia, através da qual contemplavam as estrelas, ouviam o silêncio da noite e todas as manifestações divinas na terra. Tinham como companhia apenas as aves nocturnas e o som das fontes e nascentes sobre as rochas. Sobre a vida contemplativa, P. Jean de Jésus-Hostie refere o seguinte :

*La vie contemplative comporte un ensemble de conditions extérieures, de règles de conduite, de pratiques de piété, toutes destinées à placer l'âme dans les dispositions les plus favorables pour arriver à la contemplation. Mais pour utiles qu'elles soient, ces conditions ne suffisent pas à faire des contemplatifs. Il y faut de plus l'attitude intérieure, préconisée par saint Jean de la Croix, et cette attitude est possible partout, avec la grâce de Dieu et le recours à Marie. Elle doit même être conservée partout et en toute occasion. On ne devient contemplatif qu'en y mettant le prix, et ce serait une grosse illusion de prétendre contempler pendant le temps de l'oraison, sans s'y appliquer le reste du temps. Il faut prier sans cesse et ne jamais cesser (JÉSUS-HOSTIE, 1951: 79).*

O “deserto” do Buçaco era, assim, um desterro rigoroso onde os anacoretas viviam livres das paixões mundanas, felizes no amor divino, gostando ainda de enterrarem-se vivos, uma forma simbólica de “morrer” para as coisas deste mundo, para renascerem espiritualmente.

*Es aquel santo desierto  
De rigor, y amor prodigio,  
Que allí por amor se sufren  
Rigores mas que excesivos.  
Libres del amor humano,  
Y presos de amor divino  
Sus felices moradores  
Gustan de enterrarse vivos (LACERDA, op. cit., 39).*

Nove horas do dia eram dedicadas à Igreja e oração e entoavam hinos. A vida, no “deserto” do Buçaco, era apelativa para os que seguiam o caminho espiritual e o amor divino. Os carmelitas eram comparados, metaforicamente, às flores que vivem no jardim do Buçaco, sendo ainda soldados que lutavam naquele local sagrado tão próximo do céu, ou seja, de Deus. A exortação dessa vida expressa-se, por exemplo, nos seguintes versos:

*Vivei, vivei venturosos  
Divinos habitadores  
Que deste jardín sois flores  
Deste Ceo sois luminosos  
Soldados que valerosos  
De pelear não cansais,  
Vivei por merecer mais  
Neste sagrado deserto  
Donde o Ceo tendes tão perto  
Que longe da terra estais (IDEM, 96).*

O “deserto” do Buçaco tinha também cavernas onde permaneciam felizes os anacoretas, longe dos olhares e do convívio humanos:

*En tus cavernas concavas  
Les das dulce habitáculo  
Con mas preciosas cámaras  
Que de aposentos áulicos  
De sus felices animas*



*Eres divino tálamo  
De gozan sacros ósculos  
Libres de humano trafago (IDEM, 112-113).*

Em suma, a serra do Buçaco e as construções realizadas pela Ordem dos Carmelitas Descalços reflectem a ideologia espiritual, sobretudo dos séculos XVI-XVII. O “deserto” do Buçaco, através da sua Via-Sacra [Fig. 5], lembrava ainda o martírio de Cristo, uma metáfora do percurso espiritual dos frades que aí consagraram a sua vida à contemplação. Segundo Paulo Simões:

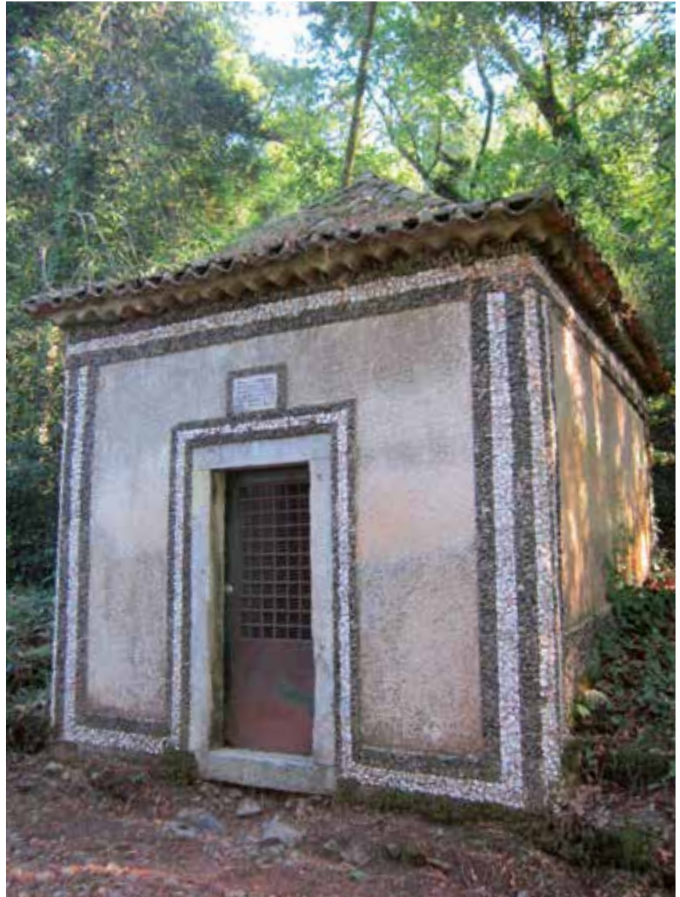


Fig. 5. Pequena capela da Via Sacra inserida na luxuriante paisagem do Buçaco (foto de Natália Nunes).

*O Convento dos Carmelitas Descalços é fruto de uma religiosidade de clausura e penitência longe das comodidades e das solicitações mundanas, com ele inicia-se, uma presença de dois séculos que marcou decisivamente este lugar. Abriam-se caminhos e ermidas, cujo património diverso é composto por vários cruzeiros, capelas e fontes, bem como a reconstituição da Paixão de Cristo, com a construção no Sacromonte, construído por uma Via-Sacra de 20 passos (SIMÕES, 2010: 58).*

Em conclusão, a obra *Soledades de Buçaco*, através da monja carmelita descalça, D. Bernarda de Lacerda, exalta a beleza da criação, inspirada na serra, como uma

manifestação de Deus. Metaforicamente, a Serra do Buçaco tornou-se o *axis mundi*, um lugar de transcendência entre o céu e a terra, um espaço puro, o Monte Carmelo, que permite a ascensão espiritual dos homens, aproximando-os de Deus. Os místicos, em harmonia com a natureza continuaram a orar e, hoje, são ainda visíveis os vestígios de um passado religioso do qual a Serra do Buçaco guarda os segredos das manifestações da mística cristã ligadas à Ordem dos Carmelitas Descalços.

Nesse espaço sacralizado através dos tempos, o homem encontrou repouso e a absolvição dos seus pecados. O Buçaco, foi, assim, um espaço de purificação onde os Carmelitas Descalços, através das suas vivências e da contemplação, atingiram o êxtase, aproximando-os de Deus. Nas palavras de José Saramago, não há palavras para descrever esse espaço, apenas podemos compreender o Buçaco, vivenciando-o, pois ele é, na verdade, uma das manifestações da beleza divina:

*A mata do Buçaco absolve os pecados conjuntos de Manini e do viajante (...). Aqui é serva a água, servo os animais que se escondem na espessura ou por ela passeiam. O viajante passeia, entregando-se sem condições, e não sabe exprimir mais do que um silencioso pasmo diante da explosão de troncos, folhas várias, hastes, musgos esponjosos, que se agarram às pedras ou sobem pelos troncos acima e quando os segue com os olhos dá com o emaranhado das ramagens altas tão densas que é difícil saber onde acaba esta e começa a aquela. A mata do Buçaco requer as palavras todas e estando ditas elas, mostra como ficou tudo por dizer. Não se descreve a mata do Buçaco. O melhor ainda é perder-nos nela (...)* (SARAMAGO, 1995, in SIMÕES, 2010: 71).

## BIBLIOGRAFIA

- BORGES, Célia Maia (2011), “Os Eremitas e o Ideal de Santidade no Imaginário Português: o *Deserto* dos Carmelitas Descalços no séc. XVII”, in *Lusitania Sacra*. 23 (Janeiro-Junho 2011), pp. 189-206.
- BOZONNET, Jean-Paul (1979), «La montagne Initiatique», in MAFFESOLI, Michel; FREUND, Jean- Paul et alii, *Espaces et Imaginaires*, col. «Bibliothèque de l’Imaginaire», Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble.
- DELAPLACE, Christine (2005), «Aux Origines du «désert» en Occident. Érémitisme et premières fondations monastiques en Gaule et en Italie aux Ve-VIe siècles après Jésus Christ», in BRUNET, Serge et alii, *Montagnes sacrées d’Europe*, Actes du colloque « Religion et montagnes», Tarbes, 30 mai-2 juin, Paris, Publications de la Sorbonne, pp. 217-226.
- JÉSUS-HOSTIE, P. Jean, o.c.d. (1951), *Notre-Dame de la Montée du Carmel*, Tarascon (B.-du Rh.), Éditions du Carmel, Imprimerie Paillart.
- LACERDA, Bernarda Ferreira de (1634), *Soledades de Buçaco*, das Alas Religiosas Carmelitas Descalças del Convento de S. Alberto de Lisboa, impresso em Lisboa por Mathias Rodrigues.
- NATIVITÉ, R. P. Élisée de (1952), «La vie mariale au Carmel», in MANOIR, S. J. Hubert (dir.), *Maria - études sur la Sainte Vierge*, Tome II, Chap.IX, Paris, Beauchesne et ses Fils, pp. 833-861.
- PATETTA, Luciano (2001), “De los sacro montes a los santos desiertos”, *Actas III Congreso Internacional del Barroco americano*, Sevilla, Universidad Pablo de Olavide, pp. 1121-1133.
- SARAIVA, António José; LOPES Óscar (2000), *História da Literatura Portuguesa*, 17. ed. Porto, Porto Editora.
- SARAMAGO, J. (1995), *Viagem a Portugal*, Lisboa, Editorial Caminho.
- SIMÕES, Paulo Fernando Pereira Fabião (2010), *Paisagem Cultural do Buçaco. A Singularidade de um Território Turístico e de Lazer*, Dissertação de Mestrado em Lazer, Património e Desenvolvimento, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.





# FONTES

---



*SAUDOZA SUCINTA, E SANTA MEMORIA  
DO EX.<sup>MO</sup> E R.<sup>MO</sup> S.<sup>R</sup> D. FR. LUIZ DE SANTA  
THEREZA RELIG<sup>O</sup> CARM.<sup>TA</sup> DESCALÇO BP.<sup>O</sup>  
DE PERNAMBUCO DO CONS.<sup>O</sup> DE S. MAG.<sup>DE</sup>*

Transcrição de

**Frei José Carlos Vechina**

Ordem dos Carmelitas Descalços

*A Saudoza sucinta, e santa memoria do Ex.<sup>mo</sup> e R.<sup>mo</sup> S.r D.  
Fr. Luiz de Santa Thereza Relig<sup>o</sup> Carm.<sup>ta</sup> Descalço Bp.<sup>o</sup> de  
Pernambuco do Cons.<sup>o</sup> de S. Mag.<sup>de</sup>: apresentação, leitura  
e notas de Helena Queirós*

**A SAUDOZA SUCINTA, E SANTA MEMORIA DO EX.<sup>MO</sup> E R.<sup>MO</sup> S.R D. FR. LUIZ DE SANTA THEREZA RELIG<sup>O</sup> CARM.<sup>TA</sup> DESCALÇO BP.<sup>O</sup> DE PERNAMBUCO DO CONS.<sup>O</sup> DE S. MAG.<sup>DE</sup>: APRESENTAÇÃO, LEITURA E NOTAS**

Helena Queirós<sup>1</sup>

A *Memória* que a seguir se apresenta constitui uma publicação inédita<sup>2</sup> importante não só para o conhecimento da ação e da personalidade do carmelita descalço e bispo de Pernambuco, D. Fr. Luís de Santa Teresa, mas também para a própria história da Ordem dos Carmelitas Descalços em Portugal. Trata-se de um documento manuscrito da segunda metade do século XVIII, de dez fólios, que faz parte do capítulo intitulado *Memória dos Relig.os q morreram em este Conv.to de N. S. P.*, inserto no *Livro da Fundação do Real Convento de Carnide de Carmelitas Descalços...*<sup>3</sup>, da invocação de São João da Cruz (único convento da Ordem em Portugal dedicado ao seu santo fundador) [Fig. 1]. É graças ao labor não só paciente mas ainda ciente das potencialidades que por aqui poderiam resultar do P. Fr. José Carlos Vechina que podemos hoje oferecer a sua edição diplomática a todos aqueles, meros curiosos, amantes da História ou investigadores, que desejem a ela aceder sem as contingências de uma deslocação *in loco* aos arquivos nacionais. É nosso entender que a edição diplomática poderá satisfazer as necessidades de todos, sem dificuldades de maior, embora com um certo estranhamento que textos de outras épocas inevitavelmente produzem no leitor menos familiarizado.

A *Memória dos Relig.os q morreram em este Conv.to de N. S. P.*, do convento de S. João da Cruz de Carnide, é um capítulo que visa principal-

<sup>1</sup> Université Sorbonne Nouvelle Paris 3 | Universidade do Porto (helena.queiros.mail@gmail.com)

<sup>2</sup> Embora este texto da *Memoria* já tenha sido utilizado por alguns historiadores como Francisco D'Oliveira MARTINS (1977), "O Convento de São João da Cruz, de Carmelitas Descalços, de Carnide, na Historiografia Portuguesa", *A Historiografia Portuguesa anterior a Herculano (actas do colóquio)*, Lisboa: APH, pp. 358-363; José Pedro PAIVA (2008) - ob. cit. à frente, e eu própria, o mesmo nunca foi publicado na íntegra.

<sup>3</sup> ANTT - *Livro da Fundação do Real Convento de Carnide de Carmelitas Descalços...*, ("Memória dos Relig.os q morreram em este Conv.to de N. S. P."), 1681. Convento de São João da Cruz de Carnide, liv. 1, fls. 360-394.

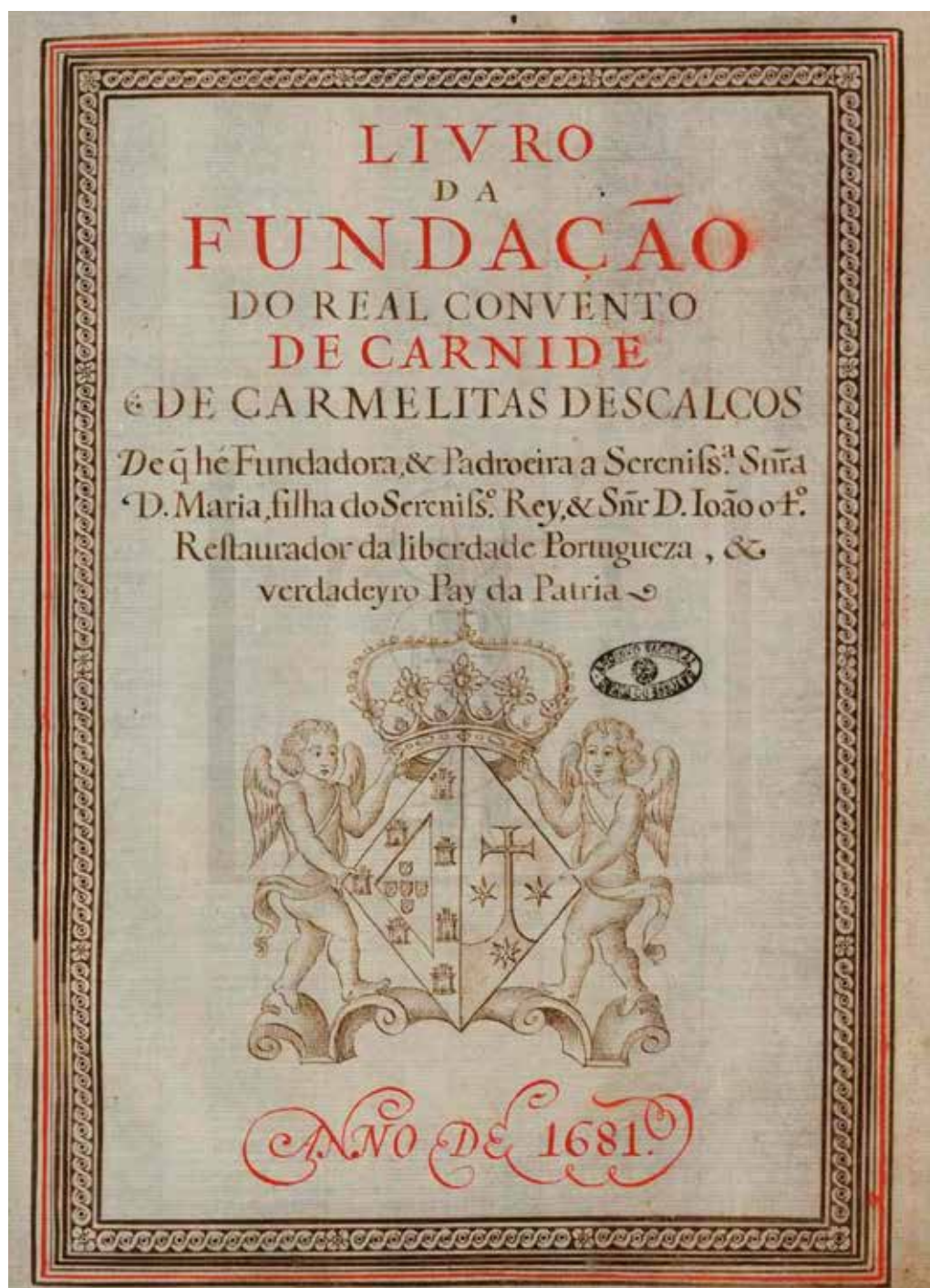


Fig. 1. Frontispício do Livro da Fundação do Real Convento de Carnide de Carmelitas Descalços..., 1681. ANTT - Ordem dos Carmelitas Descalços, Convento de São João da Cruz de Carnide, liv. 1. "Imagem cedida pelo ANTT".

mente registrar o falecimento e uma súmula biográfica de cada um dos religiosos da Ordem ali falecidos e/ou sepultados, avançando cronologicamente. Cada uma das entradas começa pela data de óbito do religioso em causa, apresentando em seguida alguns dados mais relevantes da sua vida, como os cargos ocupados, naturalidade, circunstâncias da morte, virtudes religiosas, entre outros. Este tipo de documentos responde a uma estratégia de construção identitária e a uma vontade de construir a memória da Ordem. A preocupação memorialística foi muito marcante no processo de institucionalização das Ordens religiosas e na sua coesão como tal.

No entanto, Fr. Luís de Santa Teresa teve não só a sua entrada biográfica e óbito, como os demais irmãos de hábito, mas ainda, depois desse resumo biográfico, um texto panegírico e memorialístico, escrito por uma mão segura e de caligrafia primorosa que não é a mesma das entradas referentes aos óbitos [Fig. 2]. Não sabemos se o texto foi ditado, se é da lavra do punho que a escreve ou se quem a escreveu é um mero ‘copista’; em todo o caso a pouca presença de rasuras parece indicar que se tratava de uma versão acabada e limpa<sup>4</sup>. Foi intitulado *Saudoza sucinta, e santa memoria do Ex.mo e R.mo S.r D. Fr. Luiz de Santa Thereza Relig<sup>o</sup> Carm. ta Descalço Bp.<sup>o</sup> de Pernambuco do Cons.<sup>o</sup> de S. Mag.de* e tem o subtítulo de *Cujas cinzas esperão a immortalidade na sepultura q esta na capella mor deste Convento com as suas armas na parte inferior do escudo, e na superior com as da Ordem* (fls. 369v-374v). A intenção de escrita desta memória (e até mesmo o texto em si) talvez fosse já do conhecimento do assentador dos óbitos pois o mesmo chega a escrever a palavra «Nasceo» que será a primeira da *Memória* que se segue. Este detalhe permite, por outro lado, perceber que se entendeu que o que haveria a dizer da vida e ações de Fr. Luís de Santa Teresa seria demasiado importante e que mereceria assim um destaque especial, a que o título e o subtítulo também

<sup>4</sup> Na verdade, alguns aspetos materiais parecem apontar que o seu autor teria copiado neste suporte um texto já redigido. Por exemplo, no fólho 370v, o autor rasura «e do S. Pe», sequência que no original vem duas linhas antes, o que parece indicar ter-se tratado de um erro de translineação. No fólho 373v, o autor repete uma após outra a sequência «não sabemos», o que parece mais de acordo com um ato de cópia a partir de outro suporte, do que de um ato de ditado ou de escrita direta. No fólho 370v, o autor não rasura a palavra, mas parece dar-se conta de que a copiou mal: *as suas tontices q p.<sup>a</sup> huns erão materia de compunção, digo, de compaxão*. Efetivamente, do ponto de vista semântico nada aproxima as duas palavras; só a forma pode explicar a leitura equivocada.

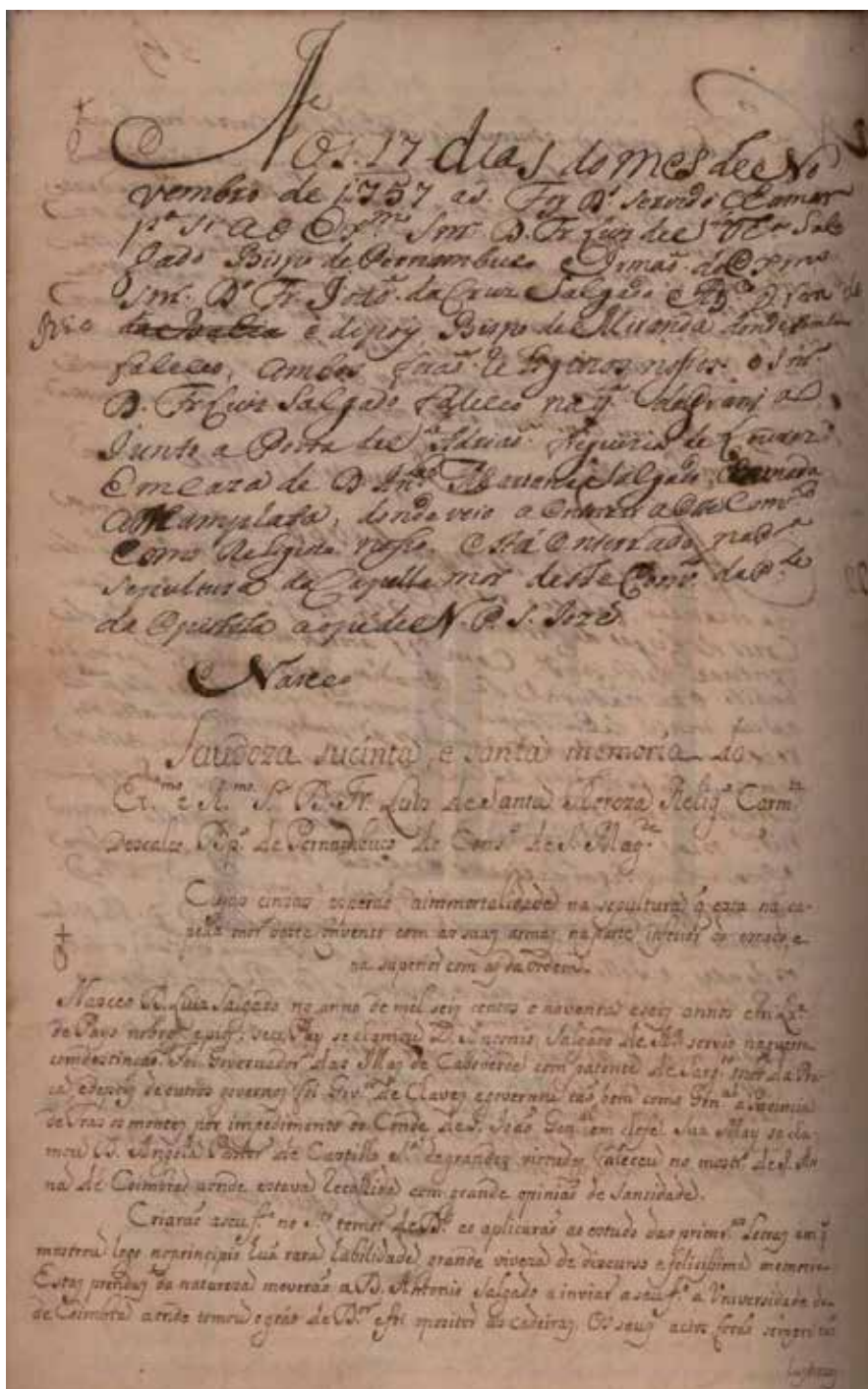


Fig. 2. Folha inicial da Saudoza sucinta e santa memoria. ANTT - Ordem dos Carmelitas Descalços, Convento de São João da Cruz de Carnide, liv. 1. "Imagem cedida pelo ANTT".



fazem jus. Este texto edificante pode pois considerar-se uma memória individual dentro de uma memória coletiva e a sua leitura atenta coloca em evidência o desígnio do seu autor (e da Ordem) de render homenagem e, sobretudo, de fazer justiça ao malgrado (no governo da diocese de Pernambuco<sup>5</sup>) Luís de Santa Teresa.

Não obstante tratar-se de um texto de carácter panegírico, não deve porém pensar-se que se trata de uma *acumulatio* gratuita de *tópoi* virtuosos ou uma mera construção retórica. O facto de o seu autor recorrer ao discurso indirecto livre (reportando falas de personalidades conhecidas, que aparecem claramente nomeadas, entre as quais as do próprio D. João V ou, na primeira pessoa, do noviço Luís) ou directo (por uma vez, sublinhando as falas) e mesmo a presença da primeira pessoa do singular constituem estratégias para dar fidedignidade à narração por via do valor testemunhal e, portanto, autorizá-lo (no sentido de *auctoritas*). Por outro lado, a riqueza de detalhes tornam o texto de sabor quase pitoresco e palpitante, se não de verdade, pelo menos de uma verosimilhança a toda a prova, e visual, como é o caso da passagem em que o autor se dirige no imperativo ao leitor para acompanhar em imaginação a dignidade do bispo na entrada que fez na sua nova morada pernambucana<sup>6</sup>...

As informações foram provavelmente colhidas por/em fontes/informadores diversa/os. Temos os dados de nascimento e estado social, a formação académica e intelectual, as qualidades pessoais, as circunstâncias de nomeação para a diocese de Olinda e o seu difícil bispado, a vida de religioso em todo o seu concretismo, a sua obra literária, a descrição da sua morte. A realização desta *Memória* necessitou talvez de alguma forma do concurso de várias vozes que com ele privaram ou de muito perto. Uma parte destas informações foram tratadas por mim no artigo que publico neste mesmo volume<sup>7</sup>. Para além do que tive ocasião de destacar, gostaria de chamar a atenção para alguns pontos. Na *Memória*,

<sup>5</sup> Um assunto que pode ler-se resumido na própria *Memória* e também estudado por José Pedro PAIVA (2008), "Reforma religiosa, conflito, mudança política e cisão: o governo da diocese de Olinda (Pernambuco) por D. Frei Luís de Santa Teresa (1738-1754)", *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, no 8, p. 161-210.

<sup>6</sup> deixemos este ponto p.<sup>a</sup> o seu tempo e vamos acompanhar ao seu palacio o S.r B.º, fl. 372v.

<sup>7</sup> E também em Helena QUEIRÓS (2017), "D. Fr. Luís de Santa Teresa: de modelo de religioso jacobeu às vicissitudes de um reformador rigorista em Olinda (Pernambuco)", *Congresso internacional: A Reforma Teresiana em Portugal*. Marco de Canaveses: Edições Carmelo, pp. 397-408.

Fr. Luís de Santa Teresa surge como um dos principais atores diretos da fundação do convento de carmelitas descalças de Coimbra<sup>8</sup>, um dado muito importante para a História do Carmelo Descalço em Portugal. Por outro lado, gostaria de retomar a minha afirmação sobre as intenções deste texto em fazer justiça a Luís de Santa Teresa. O autor da *Memória* conhece com bastante pormenor as vicissitudes que sofreu D. Fr. Luís de Santa Teresa em Pernambuco, devido à oposição do governador do Estado e do juiz de fora. O documento deixa pairar a ideia de que uma biografia completa do carmelita descalço estaria a ser pensada<sup>9</sup>, o que nos leva a depreender que esta *Memória* não teria mais pretensões do que deixar constância do mais relevante<sup>10</sup>, e daí o qualificativo de «sucinta», que é portanto mais do que um artifício retórico de modéstia. O qualificativo «santa» do título da *Memória*, por seu turno encontra eco quando o memorialista emprega a expressão «heroyca paciencia<sup>11</sup>», que nos remete para a questão das virtudes heróicas, indispensáveis à consideração de santidade depois do Concílio de Trento. Mas voltemos ao infausto bispo. Com efeito, para além do que sofreu em Olinda, ele que fora nomeado para a diocese também pelas suas ligações a D. Gaspar da Encarnação, via-se chamado a Lisboa para se defender de acusações. Aliás, segundo o autor da *Memória*, aquando da sua volta à metrópole, D. Fr. Luís não foi sequer recebido em audiência, tratamento indigno da sua condição. Do manifesto que o carmelita escreveu em sua defesa não se sabe se chegou a mãos reais. Neste sentido, esta *Memória* é também um escrito de repúdio dos conselheiros áulicos e redes de influências ao mais alto nível do tempo de D. José I e, provavelmente, do próprio Sebastião José

<sup>8</sup> Creio que o primeiro investigador a indicar este facto foi José Pedro PAIVA (2008), “Reforma religiosa, conflito, mudança política e cisão: o governo da diocese de Olinda (Pernambuco) por D. Frei Luis de Santa Teresa (1738-1754)”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, no 8, p. 170.

<sup>9</sup> *Não se pode explicar facilmt.te o m.to q trabalhou e o m.to q padeceu na vizita do bispado e so sahindo a luz a sua vida se podera isto comprehender*, fl. 373v.

<sup>10</sup> Aliás, para que não haja dúvidas se diz: *porq não escrevo a sua vida e so faço memoria do q he precizo se escreva neste livro*, fl. 372v.

<sup>11</sup> Fl. 371v.

de Carvalho e Melo<sup>12</sup>. Este aspeto é tanto mais saliente quanto o autor não se priva do comentário de subjacente louvor ao reinado de D. João V<sup>13</sup>.

Por tudo isto e apesar de alguns pontos menos exatos<sup>14</sup>, esta *Memória* é uma fonte importante para compreendermos a personalidade e ação do carmelita descalço e o peso que uma nova conjuntura política pode ter num percurso exemplar.

<sup>12</sup> *aq.le petulante e dezobediente ministro como este tinha em Lx.ª padrinhos de mais alta esfera informando os a seu modo se capacitarão q o B.º era impertinente e q tinha obrado mal contra o Juiz de fora*, fl. 373v.

<sup>13</sup> *mas foy mais poderosa a falcid.e q a verdade e menos bem informado El Rey D. Joze 1º q D.s guarde mandou chamar pelo secretr.º de Estado a S. Ex.ca p.ª q viesse a Corte de Lx.ª pessoalm.te p.ª ser ouvido de muy diferente modo se ouve em semelhante cauza o S.r Rey D. João 5º q D.s tem*, fl. 373v.

<sup>14</sup> Há lapso na data de nascimento do biografado que é de 1693 e não 1696. Há também lapsos na transcrição do epitáfio latino, que foram já detectados à época de redação e que levaram a que uma outra mão apontasse à margem direita do documento que o epitáfio *Foi mal copiado, e por isso está aqui m.to errado*. Por último, o documento indica que Fr. Luís foi sagrado bispo pelo núncio apostólico, o que difere de outras fontes. Aliás, a palavra «arcebispo» vem rasurada. Este último ponto carece de melhor investigação.

**SAUDOZA SUCINTA, E SANTA MEMORIA DO EX.<sup>MO</sup> E R.<sup>MO</sup> S. R D. FR. LUIZ DE SANTA THEREZA RELIGO CARM.<sup>TA</sup> DESCALÇO BP.<sup>O</sup> DE PERNAMBUCO DO CONS.<sup>O</sup> DE S. MAG.<sup>DE</sup>**

Transcrição de Frei José Carlos Vechina<sup>1</sup>

*Memória dos Relig.<sup>os</sup> q morreram em este Conv.<sup>to</sup> de N. S. P. [fl. 360]*

**[fl. 369v]**

*Aos 17 dias do mes de Novembro de 1757 ás. Foy D.<sup>s</sup> servido chamar p<sup>a</sup> si ao Ex<sup>mo</sup> Snr. D. Fr. Luiz de S<sup>ta</sup> Th<sup>a</sup> Salgado Bispo de Pernambuco, Irmão do Exmo Snr. D. Fr. João da Cruz Salgado Ar<sup>o</sup> q fora ~~da~~ Bahia [à margem: do Rio] e depois Bispo de Miranda donde tambem faleceo, ambos forão religiosos nossos. O Snr. D. Fr. Luiz Salgado faleceo na q.<sup>ta</sup> da Granja junto a Povia de S<sup>to</sup> Adrião freguezia de Lourez em caza de D. An.<sup>to</sup> Mariana Salgado chamada a Mamplata, donde veio a enterrar a este Conv.<sup>to</sup> como Religiozo nosso, está enterrado na pr.<sup>a</sup> sepultura da Capella mor deste Conv.<sup>to</sup> da P.<sup>te</sup> da epistola ao pé de N. P. S. Jozé.*

*Nasceo*

***Saudoza sucinta, e santa memoria do  
Ex.<sup>mo</sup> e R.<sup>mo</sup> S.<sup>r</sup> D. Fr. Luiz de Santa Thereza Relig.<sup>o</sup> Carm.<sup>ta</sup>  
Descalço Bp.<sup>o</sup> de Pernambuco do Cons.<sup>o</sup> de S. Mag.<sup>de</sup>***

***Cujas cinzas esperão a imortalidade na sepultura q esta na capella  
mor deste Convento com as suas armas na parte inferior do escudo, e  
na superior com as da Ordem.***

*Nasceo D. Luiz Salgado no anno de mil seis centos e noventa e seis annos em Lx.<sup>a</sup> de Pays nobres e pios: seu Pay se chamou D. Antonio Salgado de A.<sup>o</sup> servio na guerra com destinação. Foi Governador das Ilhas de Caboverde com patente de Sarg.<sup>to</sup> mor da Praça, e depois de outros governos foy Gov.<sup>or</sup> de Chaves e governou tão bem como Gen.<sup>al</sup>*

<sup>1</sup> Ordem dos Carmelitas Descalços (josecarlos@carmelitas.pt).

a Provincia de Tras os montes por impedimento do Conde de S. João Gen.<sup>al</sup> em chefe. Sua May se chamou D. Angela Pastor de Castilho S.<sup>a</sup> de grandes virtudes, faleceu no mostr.<sup>o</sup> de S. Anna de Coimbra aonde estava recolhida com grande opinião de santidade.

Criarão o seu f.<sup>o</sup> no S.<sup>to</sup> temor de D.<sup>s</sup> e o applicarão ao estudo das primr.<sup>as</sup> letras em q mostrou logo no principio huã rara habilidade, grande viveza de discurso e felicissima memoria. Estas prendas da natureza moverão a D. Antonio Salgado a inviar a seu f.<sup>o</sup> a Universidade de de Coimbra aonde tomou o grão de D.<sup>or</sup> e foi opozitor as cadeiras. Os seus actos forão sempre tão lustrosos **[fl. 370]** Lustrosos q era fama constante entre os Academicos não tivera havia m.<sup>tos</sup> annos a Universidade de Coimbra sug.<sup>to</sup> de igool engenho, e literatura. O S.<sup>r</sup> Nuno da Sylva Telles Reytor da Universid.<sup>e</sup> na quella terra Louvando a erudição e engenho de D. Luiz Salgado (q.<sup>do</sup> teve a not.<sup>ca</sup> da sua entrada na Relig.<sup>am</sup>) disse q o estimava m.<sup>to</sup>; porem q sentia igoalm.<sup>te</sup> a falta q fazia na republica hum sug.<sup>to</sup> benemerito dos mayores e mais altos empregos della. Foi universal em todas as sciencias q comprehendeo perfeitam.<sup>te</sup> e algumas sem magisterio como foi a Philozophia. Alem de tão raras e relevantes prendas era D. Luiz engraçadissimo e discretozissimo quazi toda a Universid.<sup>e</sup> o buscava atrahida da sua bella e dezenfastiada conversação estando assim introduzido nos corações de todos deixou (não sei com q.<sup>le</sup> destino) a Universid.<sup>e</sup> e veyo p.<sup>a</sup> a Corte aonde El Rey D. João V de Portugal querendo servir-se delle em mayores empregos lhe deu de primeyra enrança nos Lugares o de Corregedor de Coimbra por decreto real. Pouco tempo servio aquelle lugar; porq o seu espirito o conduzia p.<sup>a</sup> outro em q podesse segurar melhor a sua salvação eterna, e assim despedindo-se de Coimbra voltou a Lx.<sup>a</sup> falou a El Rey, e grateficando lhe as m.<sup>tos</sup> recebidas lhe pedio Lic.<sup>a</sup> p.<sup>a</sup> largar a vara de ministro, e tomar o habito da Relig.<sup>o</sup> (dizem q o Rey ficara como susppenso q.<sup>do</sup> ouvio a proposta, e depois lhe dissera estimo a vossa rezolução e sinto não vos poder acompanhar na vocação. Despedido do Paço e do mundo com tudo o q elle mais estima e adora foi buscar a N. P. P.<sup>al</sup> q então era Fr. Luiz de S. Thereza a pedirlhe o S.<sup>to</sup> Hab.<sup>a</sup> q tomou da mão do P. Fr. Antonio da Assumpção P.<sup>or</sup> actual do Conv.<sup>to</sup> dos Rem.<sup>os</sup> sendo M.<sup>e</sup> de Novicos o P. Fr. Theotonio da Conc.<sup>am</sup>, entrou no noviciado com animo e firme rezolução de praticar toda a doutrina de N. Serafica M. S. Thr.<sup>a</sup> e do N. Místico D.<sup>or</sup> S. João da Cruz e ajustar em tudo a sua vida á de tão gr.<sup>de</sup> May, e de tão insigne Pay, e derigindo todas as suas accoens atão gloriozo e alto fim forão admiraveis os seus progressos no exercicio de todas as virtudes e como a humild.<sup>e</sup> he pedra fundamental de todas tomou a consecusão desta virtude por empreza asentando firme m.<sup>te</sup> com sigo q elle era hum gr.<sup>de</sup> e pessimo peccador e q todos os Novicos erão huns Anjos e reputandosse indigno de viver entre elles dava continuam.<sup>te</sup> graças a D.<sup>s</sup> porq lhe sofria o viver entre tais Anjos

*merecendo estar padecendo as pennas do inferno entre os demonios e exercitava-se em todo o genero de humilhações com gosto particular e parece q D.<sup>s</sup> concoreo alli com especial providencia p.<sup>a</sup> o seu abatimento porq tendo Fr. Luiz huma memoria felicissima herão os seus esquecimentos no noviciado tão profundos q pouco ou nada lhe lembrava do q tinham dito o M.<sup>e</sup> e o zelador e assim qdo officiava no coro ou fora dele poucas vezes acertava no q dizia e fazia, e erão tantas e taes as suas tontices q p.<sup>a</sup> huns erão materia de compunção, digo, de compaxão e p.<sup>a</sup> outros de rizo. Alem da propria confuzão e vergonha natural q padecia vendo a sua ineptidão sofria as continuas mortificaçoens q lhe davão o Perlado e o M.<sup>e</sup> em castigo dos seus dezacertos, porem tolerava tudo com gosto pondo-se na prezença de Xp.<sup>to</sup> crucificado e se elevava de tal sorte na contemplação daq.<sup>ta</sup> Divina Mag.<sup>de</sup> assim atormantada, abatida, e desprezada por amor dos homens q se não lembrava mais das suas humilhações e abatimentos.*

*Hindo na solemnissima procição do Corpo de D.<sup>s</sup> q se faz em Lx.<sup>a</sup> em q vay a nossa Comunidade por insinuação de El Rey D. João V q D.<sup>s</sup> haja, o tentou o demonio com hum affecto de vergonha parecendo-lhe q os seculares estranharião m.<sup>to</sup> ve-lo com os pes descalços andando pelas mesmas ruas por onde o tinham visto rodar em excelentes carruagens e p.<sup>a</sup> rabater este dezordenado affecto levãtou no restante da procição o habito (q.<sup>to</sup> o permitia a modestia) p.<sup>a</sup> q todos lhe vissem os pes descalços e talvez enlameados [fl. 370v] enlameados. com esta victoria de si mesmo se fortificou tanto na humildade e tambem na caridade q se compadecia entranhavelm.<sup>te</sup> dos Noviços q via mais mortificados e pedia ao M.<sup>e</sup> lhe fizesse a graça de transferir p.<sup>a</sup> elle aq.<sup>las</sup> mortificações e o alcançou varias vezes com gr.<sup>de</sup> utilidade espiritual sua e edificação do M.<sup>e</sup>, e dos Noviços. Assim continuou Fr. Luiz o seu noviciado com tão grande exemplo em todo o genero de virtudes q mereceu todas as aprovações da Communid.<sup>e</sup> e professou a vida Religioza com gr.<sup>de</sup> jubilo e consolação da sua alma e com igoal prazer de toda a Communid.<sup>e</sup> Veyo-lhe assistir e pregar na profissão o P. Fr. João da Cruz Passante q antão era no nosso Collegio de Coimbra e depoes foi Bispo do Rio de Janeyro donde veyo depois de estar alli annos promovido p.<sup>a</sup> o Bispado de Miranda do Douro neste Reyno. Depoes de professo como aguia do monte Carmelo renovou os seus primeyros intentos de seguir e praticar a doutrina da S. M.<sup>e</sup> e do S. P.<sup>e</sup> e aqui tomou hũ voo tão alto e tão firme q sempre voou, e nunca desfaleceu no caminho da perfeição. Como a oração mental tão recomendada pella S. M.<sup>e</sup> e do S. P.<sup>e</sup> he toda a alma da perfeição relig.<sup>a</sup> se deu m.<sup>to</sup> a este S. exercicio e continuou por toda a vida não faltando nunca ao recolhim.<sup>to</sup> nas horas determinadas, senão por causas urgentissimas porem se pode dizer com verdade q em todo o lugar e em todo o tempo orava por q sempre andava na prezença de D.<sup>s</sup> empregando nelle todos*

os seus pensamentos e affectos como verdadr.<sup>o</sup> f.<sup>o</sup> de S. Thereza; Ao S. P.<sup>e</sup> procurou imitar a penit.<sup>ca</sup> e austerid.<sup>e</sup> da vida dormia muy pouco e jejuava m.<sup>to</sup> a sua abstinencia foi tão rara, q não se satisfazendo com os continuos jejuns da ordem quazi sempre jejuava, regular.<sup>te</sup> comia o peixe sem azeite, nem vinagre, nem outro condimêto algum; outras vezes p.<sup>lo</sup> contrario, deixava de comer o peixe e comia so o pão molhado no vinagre e azeite e este era omayor q admitia o seu rigor não bebia vinho e se alguã vez o obrigava a obediencia a bebelo era misturado com agoa e tão pouco, q mais servia a abstinencia q a necessidade. O pouco tempo q dormia era só em duas mantas huã de baxo, e outra de cima e q.<sup>do</sup> o dispensavão os Perlados atendendo a sua necessidade, p.<sup>a</sup> não hir ao coro a meya noute a matinas ainda q para não faltar a obed.<sup>ca</sup> não hia ao coro hia p.<sup>a</sup> a Igr.<sup>a</sup> aonde posto de joelhos em lugar oculto, aonde não podesse ser visto, nem ouvido rezava devotissimam.<sup>te</sup> as matinas. Todos estes trabalhos lhe parecião poucos e pequenos, e aspirando a outros mayores pedio q o fizessem enfermeyro; officio muy custozo naquella communed.<sup>e</sup> dos Rem.<sup>os</sup> aonde regularmente ha m.<sup>tos</sup> enfermos e alguns delles de cama entrevados a todos assistia com promptidão rara e os regalava com caridade summa não só com o q permite a nossa pobreza, senão tambem com o q lhe vinha de fora e lhe mandava sua May p.<sup>a</sup> regalo dos seus enfermos, não som.<sup>te</sup> os servia em tudo o de q nevestitavão nas cellas; senão tambem na cozinha guizandolhes a comida com gr.<sup>de</sup> perfeição e limpeza; mas q.<sup>m</sup> podera contar as gloriozissimas victorias q no exercicio de cozinheiro alcançou Fr. Luiz de si mesmo? sendo secular foi o sumo do aceyo assim na sua pessoa como em tudo o de q uzava e vendo-se agora cozinheiro lavando tachos, e panellas acarretando lenha acendendo, e atiçando o fogo dizia m.<sup>tas</sup> vezes com sigo mesmo, aonde esta agora a m.<sup>a</sup> bizarria e a m.<sup>a</sup> vaidade, o meu aceyo e o meu milindre e os meus vestidos e os meus criados e as m.<sup>as</sup> estimaçoens e adulaçoens, bemdito seja D.<sup>s</sup> q me deu luz p.<sup>a</sup> conhecer os meus enganos, a m.<sup>a</sup> vaidade, e a m.<sup>a</sup> cegueira.

Achava-se tambem o seu espirito no exercicio de enfermeiro q nunca o deixaria se a natureza delicada e mimoza senão fora aruinando vezivelm.<sup>te</sup> com o excessivo pezo daquelle trabalho e vendo o Perlado e o M.<sup>e</sup> o perigo evidente de huma vida tão precioza tirarão a Fr. Luiz da enfermaria com sentim.<sup>to</sup> g.<sup>al</sup> dos enfermos q não esperavão semelhante nem [fl. 371] nem igual ao q se despedia como N. S.<sup>r</sup> criou a este sugeito p.<sup>a</sup> empregos mais altos e mais sublimes querendo a Religiam aproveitar-se de hũ sugeito tão raro e singular depois de convalescido do duro trabalho da enfermaria o inviarão ao nosso Collegio de Coimbra não tanto p.<sup>a</sup> estudar as duas Theologias escolastyca, e mystica, como p.<sup>a</sup> se actuar na doutrina Thomista q seguimos. Alli foy pouco mais de hum anno discipulo o q antes era M.<sup>e</sup> insigne e por não perder tempo lhe deu o Perlado

*Sup.<sup>or</sup> a patente de leytor de Theologia. Vendo-se neste emprego se empenhou em criar discipulos capazes de servirem a Relig.<sup>am</sup> e a toda a Igr.<sup>a</sup> assim com as suas Letras como com as suas virtudes procurou q fosse o seu curso hum exercito ou esquadrão de soldados de Xp.<sup>to</sup> armados contra os trez inimigos dalma, e os exortava a esta guerra, não somente com o exemplo pessoal, senão tambem com ponderações tão eficazes q m.<sup>tos</sup> se união e dezafiavão aos exercicios de grandes penitencias, e mortificações extraordinarias. Quando nos dias de sueto se juntavão p.<sup>a</sup> falar todos as suas praticas erão espirituaes e se reputava por culpa o falar em outra couza mais q em D.<sup>s</sup> ou nas materias q apostilavão. Em fim não parecia aquele tempo o Coll.<sup>o</sup> de Coimbra mais q hum noviciado reformado. Nascia tudo do q vião e ouvião ao M.<sup>e</sup> tão exemplar e mortificado q nenhum cuidado tinha do corpo e dando- lhe N. S.<sup>r</sup> naquele tempo huã praga extraordinaria daqueles bichinhos q nascem e se sustentão no corpo humano não os matava. Chegarão a fazer- lhe huã grande chaga em hum hombro e não fazia algum mal aos q o estavão comendo vivo sofrendo tudo com heroyca paciencia. Se na paciencia, e na mortificação dava grandes exemplos não forão menores os q deu na pobreza relig.<sup>a</sup> nunca pedio habito novo ainda q necessitasse m.<sup>to</sup> delle não uzava de meyas nem colete ainda nos mayores frios as alpercatas q calçava erão comum.<sup>te</sup> as q outros deixavão porq já lhes não servião. a sua cella era tão pobre q senão via nella alem dos seus Livros, e postilas mais q o breviario e as disciplinas nunca teve depozito na arca comuã do Convento, quazi sempre fazia a pé as suas jornadas ainda que fossem muy longe ao q he mais p.<sup>a</sup> louvar se sustentava nos caminhos do q pedia pellas portas e dando- lhe huã vez certo Perlado hum cruzado novo p.<sup>a</sup> gastar em huã jornada não o gastou e o deu outra vez ao Perlado q.<sup>do</sup> se recolheu ao Convento. Estas virtudes como outras m.<sup>tas</sup> praticava Fr. Luiz no Coll.<sup>o</sup> de Coimbra aonde leo Theologia quatro annos com gr.<sup>de</sup> credito e utilidade da Relig.<sup>am</sup>; porem como alli padecia o seu espirito alguma inquietação por ser procurado com frequencia de quazi toda a Universid.<sup>e</sup> se retirou com li.<sup>ca</sup> dos Prelados p.<sup>a</sup> o nosso Dezerto de Bussaco renunciando a leitoria p.<sup>a</sup> aprender na soledade aq.<sup>ia</sup> logica q não tem as consequencias da morte dizendo com outro eremita insigne: Ad logicam pergo qua mortis non timet ergo. Sempre seu espirito appetecio a vida eremitica e tanto as vezes q estando Leitor em Coimbra lhe davão lugar as vacancias Literarias, se retirava ao dezerto, e q.<sup>do</sup> se via nelle ja conventual cheyo de incrivel gozo e alegria dizia com sigo mesmo aquilo do Ps. hac requies mea in saeculum saeculi: hic habitabo quoniam elegi eam. não pode conseguir o q dezejava tanto porq lhe faltarão as forças corporaes consumidas ja com rigorosas penitencias vendo os Perlados q Fr. Luiz não podia substituir naquele lugar nem sustentar o rigor da vida q alli se professava o mandarão com seu Irmão o P.*



Fr. João da Cruz q acabava de P.<sup>or</sup> em Bussaco e era promovido na mesma occupação p.<sup>a</sup> o nosso Conv.<sup>to</sup> de Braga. Sahirão de Bussaco os dois Irmãos como dois Apostolos a pe e pedindo esmolos pellos caminhos e assim fizerão a sua jornada athe Braga. Convalecido Fr. Luiz das molestias q padeceo no dezerto, e dos desconmodos q teve em huã laborioza jornada entrou aponderar a estreita conta q D.<sup>s</sup> lhe havia de pedir dos gr.<sup>des</sup> e multiplicados talentos q lhe dera, e q não devia enterralos se empregou no bem das almas e lucrou quazi infinitas p.<sup>a</sup> D.<sup>s</sup> assim no confessorario como no pulpito dentro e fora da Cid.<sup>e</sup> foi hum dos mais insignes oradores q teve Portugal, e soube unir tão bem a elegancia com a doutrina q ouvindo-o pregar [fl. 371v] Pregar em Lx.<sup>a</sup> de S. Vicente de Paulo no seu dia o Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>r</sup> D. Joze Dantas Arcebispo da Lacedemonia disse ao Em.<sup>a</sup> S.<sup>r</sup> Cardeal Patriarcha de Lx.<sup>a</sup> q tinha visto e ouvido em D. Fr. Luiz de S. Thr.<sup>a</sup> reproduzido o espirito de S. Paulo, e junta com a rectorica a doutrina daquellas gr.<sup>des</sup> luzes da Igr.<sup>a</sup> S. Jeronimo, S. Ambrozio, S. João Chrisostomo, e S. Agost.<sup>o</sup> todos os seus sermones (ainda os panegiricos) erão doutrinaes, pregava m.<sup>tas</sup> vezes de missão de q tirava frutos innumeraveis, de conversões de peccadores inveterados nas culpas m.<sup>tas</sup> dos quaes o buscavão depois de ouvirem no pulpito p.<sup>a</sup> os ouvir no confessorario trabalho a q elle nunca se poupava, aqui me lembra q chegando a pregar a certo Conv.<sup>to</sup> de Relig.<sup>as</sup> deste Reyno q não era dos mais observantes o mandou chamar huã Relig.<sup>a</sup> a q.<sup>m</sup> tinha ja chegado a noticia das gr.<sup>des</sup> virtudes e letras de Fr. Luiz e lhe disse assim R.<sup>do</sup> P.<sup>e</sup> eu e m.<sup>tas</sup> Relig.<sup>as</sup> deste mostr.<sup>a</sup> dezejamos m.<sup>to</sup> confessar nos com V. P. e não nos atrevemos porq ouvimos dizer q V. P. he S.<sup>to</sup> e nos miseraveis peccadoras. Respondeu-lhe Fr. Luiz com a sua graça costumada: pois S.<sup>a</sup> se isso assim he façamos huma troca eu serei o penitente e VV.<sup>ces</sup> as confessoras eu direi e confessarei a cada huã de VV.<sup>rias</sup> os meus peccados primeiro e depois me confessarão os seus esta graça cheia de m.<sup>tas</sup> veras facilitou de sorte as Relig.<sup>as</sup> a confessarem-se com o P.<sup>e</sup> q quazi todas o fizerão e se aproveitarão tambem da sua doutrina q todo o Conv.<sup>to</sup> se reformou assim no interior como no exterior, e servindo athequelle tempo de escandalo servio e serve ainda hoje de exemplo. Em alguns conventos mais lhe succedeo o mesmo. Como era insigne na Theologia mistica se inclinou m.<sup>to</sup> a direcção das almas q seguem a vida espiritual em q fez m.<sup>to</sup> fruto como tambem nas q padecião vexacoens do Demonio porq alem da sciencia adquirida parece q a teve tambem infuza p.<sup>a</sup> conhecer as astucias, e ardis dos Demonios como se vio em m.<sup>tas</sup> occazioens em huma veyo a seus pes huã pessoa q tinha feito não som.<sup>te</sup> pacto com o demonio senão tambem se lhe tinha entregue por escrito firmado do seu nome e sobre esta disgraca tinha mais a desconfiança do seu remedio. Ouvia com gr.<sup>de</sup> caridade consolava-a m.<sup>to</sup> e a persuadio a esperança na misericordia de D.<sup>s</sup> e applicou-lhe os remedios conducentes a sua enfermidade e se aproveitou

delles tambem q se entregou de toda a D.<sup>s</sup> fez penitencia dos seus peccados e huma vida exemplarissima em q.<sup>to</sup> viveo neste mundo. Distinguia maravilhozam.<sup>te</sup> as vexações q são puramente permissoens de D.<sup>s</sup> e as q são ordenadas pela sua providencia p.<sup>a</sup> purificar as almas e p.<sup>a</sup> com estas não uzava de exorcismos porq sabia não aproveitarião em q.<sup>to</sup> a alma necessitava daq.<sup>le</sup> exercicio seg.<sup>do</sup> a ordem da providencia divina pela mesma cauza a outras pessoas q padecião gr.<sup>des</sup> enfermidades corporaes lhes aconselhava q não uzassem de medicinas nem consultassem medicos porq lhe não aproveitarião e assim era porq as q se curavão não tinham saude senão q.<sup>do</sup> D.<sup>s</sup> era servido. Huã pessoa grave e cazada muy temente a D.<sup>s</sup> padecia huã chaga gr.<sup>de</sup> em hum hombro e não achando em m.<sup>tos</sup> q lhe applicarão da botica buscou os da Igr.<sup>a</sup> nos exorcismos q lhe fizerão repetidas vezes sem fruto desconfiada a pobre enferma e toda a sua caza de recobrar a saude. Sucedeu neste tempo chegar o P. Fr. Luiz aquella terra pedirão-lhe q fosse ver aquella enferma foi a sua caza ouvio-a e entendeu q a chaga q tinha no hombro não era n.<sup>al</sup> senão vexação do demonio ordenada por D.<sup>s</sup> p.<sup>a</sup> purificar aquella alma e assim o conheceo ella tambem dizendo q todos os dias lhe entrava na mesma chaga hũ êxame de bespas as quaes lhe davão tão gr.<sup>des</sup> picadas q mal podia suportar as dores e q bem parecião ser os demonios com figuras de bespas os q assim a atromentavão exortou-a apaciencia e q senão queixasse do q padecia assim o fez dali por diante de tal sorte q julgavão os de Caza estar ja livre de todo daq.<sup>la</sup> molestia e com esta paciencia e outras mais virtudes em q se exercitou subio aq.<sup>la</sup> alma a hũ alto grao de perfeição. No Real mosteyro de Lorrão estava huma Relig.<sup>a</sup> de cama como tolhida e tão debilitada de forças q se não levantava e com isto padecia huma fome [fl. 372] canina e lhe parecia q morria se lhe não estavão dando de comer a cada hora tendo noticia disto Fr. Luiz entendeu q assim a debelidade como a fome naquella Relig.<sup>a</sup> erão vexações do demonio mandou chamar a d.<sup>a</sup> freira a grade e q senão podesse vir q a trouxessem como podessem trazerão-na em braços e fazendo-lhe o P.<sup>e</sup> hum exorcismo ficou saã e teve forças p.<sup>a</sup> andar dezembracadam.<sup>te</sup> porem com a fome extraordinaria esta curou o P.<sup>e</sup> por outro modo mandou vir alli hum pão de q partio e benzeo 5 bocadinhos muy pequenos e mandando dellas a Relig.<sup>a</sup> faminta lhe disse q aquella havia de ser sua cea, e q havia de comer outra couza afligiosse m.<sup>to</sup> a Relig.<sup>a</sup> parecendo-lhe infalivelm.<sup>te</sup> morria senão comesse o q costumava dantes porem o P.<sup>e</sup> lhe falou de sorte q obrigou a fazer o q lhe mandava foi cazo maravilhozo porq dalli por diante não comeu a d.<sup>a</sup> freira mais q as horas costumadas muy parcam.<sup>te</sup> e não tendo jejuado havia m.<sup>tos</sup> annos jejuou dalli por diante e seguio pontualm.<sup>te</sup> a Comunid.<sup>e</sup> com todas as suas observancias. Destes cazos lhe socederão m.<sup>tos</sup> q não refiro porq não escrevo a sua vida e so faço memoria do q he preciso se escreva

neste livro. Tendo feito o P. Fr. Luiz em Braga tantos e tão grandes serviços a D.<sup>s</sup> e a sua Igr.<sup>a</sup> assim no confessorio como no pulpito, se tratou de fũdar hum Conv.<sup>to</sup> de Relig.<sup>as</sup> nossas na Cid.<sup>e</sup> de Coimbra pareceu ao Perlado Supo.<sup>r</sup> q ninguem podia facilitar huã couza tão deficultoza como o P. Fr. Luiz de S. Thr.<sup>a</sup> pelo gr.<sup>de</sup> respeito e autoridade da sua pessoa naq.<sup>la</sup> Cid.<sup>e</sup> assim p.<sup>a</sup> com o povo de q.<sup>m</sup> fora Ministro e governador como p.<sup>a</sup> com a Universid.<sup>e</sup> de q tinha sido o mayor esplendor. Como a cauza era de D.<sup>s</sup> e p.<sup>a</sup> tanta gloria sua em cujo zelo elle ardia e se abrazava deixou Braga e partio logo p.<sup>a</sup> Coimbra a pé e sem alforge como Xp.<sup>a</sup> mandou aos seus Apostolos e pedindo esmolla pelas portas p.<sup>a</sup> sustêtar-se pello caminho e chagando a porta de huã pobre molher a pedir esmola não tendo ella outra couza p.<sup>a</sup> lhe dar de esmola mais q huã muy pequena melancia aceitou-a com acção de graças e não tendo faca com q a partir a despedaçou na quina de huã pedra p.<sup>a</sup> comela e com aquele tenue sustento foi prosseguindo caminho em q padecceu algumas fomes por lhe faltar m.<sup>tas</sup> vezes o sustento. Chegado a Coimbra principiou logo a tratar da fundação com tão gr.<sup>de</sup> fervor q havidas as Li.<sup>cas</sup> ordinarias fez dar principio a obra em q trabalhou mais que nimguem procurando officiaes e pedindo na Cid.<sup>e</sup> esmollas p.<sup>a</sup> os sustentar as quaes elle mesmo trazia p.<sup>a</sup> o Conv.<sup>to</sup> padecendo por isso m.<sup>tas</sup> e grandes mortific.<sup>es</sup> porq o Perlado local daq.<sup>le</sup> tempo não podia levar a paciencia q hum Relig.<sup>a</sup> de tão gr.<sup>de</sup> esfera como Fr. Luiz de S. Thr.<sup>a</sup> andasse pedindo e accretando comeres de fora p.<sup>a</sup> os officiaes a tudo calava o servo de D.<sup>s</sup> e tudo soffria porem como tinha Lic.<sup>a</sup> do Perlado Sup.<sup>or</sup> p.<sup>a</sup> tudo o q obrava hia continuando na sua empreza athe por a obra em gr.<sup>de</sup> augm.<sup>to</sup> porem faltava a lic.<sup>a</sup> de El Rey p.<sup>a</sup> se fundar o Conv.<sup>to</sup> como esta custuma ser nas fundações a mayor dificultd.<sup>e</sup> intendendo N. P. P.<sup>al</sup> Fr. M.<sup>el</sup> de Jezus M.<sup>a</sup> J.<sup>e</sup> (q D.<sup>s</sup> tem) q hindo Fr. Luiz a Lx.<sup>a</sup> e falando a El Rey conseguiria facilm.<sup>te</sup> a lic.<sup>a</sup> dezejada e mandou a Corte p.<sup>a</sup> este fim aqui se vio como são inscrutaveis e incomprehensiveis os juizos de D.<sup>s</sup> Cuidava Fr. Luiz q vinha a Lx.<sup>a</sup> so a alcancar a lic.<sup>a</sup> p.<sup>a</sup> a fundação de Coimbra e veyo p.<sup>a</sup> outra couza mayor e de mais serviço de D.<sup>s</sup> e da sua Igr.<sup>a</sup>. Alem da noticia q o Rey tinha das gr.<sup>des</sup> letras de Fr. Luiz em q.<sup>to</sup> secular teve a mesma das suas virtudes depois de Relig.<sup>a</sup> e assim se determinou anomealo B.<sup>a</sup> de Pernambuco mandou ao Cardeal Motta q lhe falasse e o persuadissem a aceitar aq.<sup>le</sup> Bispado falou-lhe o Cardeal e apertou fortem.<sup>te</sup> por espaço de 3 horas p.<sup>a</sup> q aceitasse não o pode vencer; tornou a mandar o Rey ao Cardeal q juntam.<sup>te</sup> com seu Irmão e secretario de estado P.<sup>a</sup> da Motta comquistassem e rendessem aq.<sup>la</sup> fortaleza; porem ainda q o proloquio dos antigos diz que: Nec Hercules contra duos. Sendo dois e muy fortes os contendores contra Fr. Luiz não o poderão render durando a forte bateria o tempo de 3 horas como a 1.<sup>a</sup> dise-lhe ultimam.<sup>te</sup> o Cardeal q se lembrasse [fl. 372v] lembrasse da conta q havia de

dar a D.<sup>s</sup> não querendo empregar os gr.<sup>des</sup> talentos q elle lhe dera no serviço da sua Igr.<sup>a</sup> esta palavra foi huã seta q lhe ferio o coração e respondeu q lhe dessem tempo p.<sup>a</sup> encomendar a D.<sup>s</sup> este negocio e p.<sup>a</sup> consulta-lo com pessoa de bom conselho e com isto se despedio dizendo q daria resposta tomada a resolução. Consultou a hũ Relig.<sup>a</sup> nosso de q.<sup>m</sup> fazia bom conceito e este persuadio com fortes rezones a q não rezistisse mais a vontade de D.<sup>s</sup> e a do Principe e assim se rezolveu a aceitar a mitra dizendo ao d.<sup>o</sup> P.<sup>e</sup> V. R. me faz B.<sup>o</sup> deu p.<sup>e</sup> ao Cardeal da sua resolução e elle lhe mandou logo a carta da nomeação. Vierão as bullas de Roma e foi sagrado B.<sup>o</sup> na S.<sup>ta</sup> Sé Patriarchal p.<sup>lo</sup> Exc.<sup>mo</sup> Arcebispo S.<sup>r</sup> Nuncio Apostolico tendo por assistentes o S.<sup>r</sup> Arcebispo de Lacedemonia D. Joze Dantas e o S.<sup>r</sup> D. Fr. Valerio B.<sup>o</sup> de Angra El Rey, a Rainha e os Principes assistirão tambem a sagração estando nas tribunas hindo a beijar a mão a El Rey lhe disse Sua Mag.<sup>de</sup> q se preparase p.<sup>a</sup> hir na frota de Pernambuco q estava p.<sup>a</sup> fazer viagem não estava tão preparado o S.<sup>r</sup> B.<sup>o</sup> como necessitava; mas partio logo e são incriveis os trabalhos q padeceu na viagem desta escreveu elle huã relação larga q não cabe no resumido desta memoria e so digo o q o mesmo S.<sup>r</sup> disse q só o não verse sumergido entre as ondas lhe faltava q padecer porem todo levava com alegria lembrado da empreza q tomou no noviciado de imitar a Xp.<sup>o</sup> coma cruz as costas e praticar a doutrina de N. P. S. João da Cruz. Chegou a Pernambuco mais morto q vivo foi hospedarse ao N. Conv.<sup>to</sup> do Desterro, e mal convalecido foi a Sé de Olinda tornar posse do Bispado o recebimento q teve na Cid.<sup>e</sup> foi muy plauzivel, porem muy semelhante a outro q Xp.<sup>o</sup> S.<sup>r</sup> N. teve dia de Ramos na Cid.<sup>e</sup> de Jerusalem porq passado pouco tempo se lhe mudarão e converterão as estimaciones em despezos as honrras em vituperios e as aclamações em injurias e afrontas não de todo o povo senão de q.<sup>m</sup> o governava e de hũ ministro contra toda a rezão e justiça o perseguio athe a morte deixemos este ponto p.<sup>a</sup> o seu tempo e vamos acompanhar ao seu palacio o S.<sup>r</sup> B.<sup>o</sup> entrando nelle cuidou logo em por em boa ordem toda a sua familia q mais parecia comunide relig.<sup>a</sup> q gente secular havia horas determinadas p.<sup>a</sup> a oração mental (a q senão faltava) havia tambem horas p.<sup>a</sup> o estudo e p.<sup>a</sup> a lição espiritual guardavasse o possivel recolhim.<sup>to</sup> em caza e ninguem sahia fora sem cauza e sem comp.<sup>a</sup> todos comião juntos no tinello aonde se ouvia sempre em q.<sup>to</sup> durava a comida lição de livros espirituaes e depois de comer tinhão como nos nossos conventos huã hora de recreação honesta q juntamente servia a recreação do animo e do espirito no q mais cuidava S. Ex.<sup>ca</sup> na paz e união da sua familia e a consequio com sua delig.<sup>ca</sup> e com a graça divina. Asentada esta boa economia na sua caza entrou a estabelecer a de sua Igr.<sup>a</sup> e a vigiar como bom Pastor sobre o seu rebanho disperso por mais de coatro centas legoas pelo interior do sertão; e quinhentas p.<sup>la</sup> p.<sup>te</sup> da marinha, convocou operarios q

ajudassem nos confessionarios e nos pulpitos dos quaes era elle sempre o primr.<sup>o</sup> não se poupando nunca ao trabalho e q.<sup>do</sup> algumas pessoas de autorid.<sup>e</sup> lhe dizião q cuidasse mais no seu alivio e descanso, porq os S.<sup>res</sup> B.<sup>os</sup> não costumavão nem no Reyno nem nas conquistas pregar e confessar como elle fazia respondia com a sua graça nativa os S.<sup>res</sup> B.<sup>os</sup> do Reyno são Perlados da Igr.<sup>a</sup> triunfante e por isso lhes he permittido o descanso porem nos os B.<sup>os</sup> das conquistas de Portug.<sup>l</sup> somos Perlados da Igr.<sup>a</sup> militante e por isso nos não devemos poupar ao trabalho.

Nem elle se poupava ao trabalho nem D.<sup>s</sup> permitia q passase sem trabalhos e aqui tiverão o seu principio os mayores da sua vida porq intentando reformar os costumes nos seus subditos e querendo dispolos p.<sup>a</sup> isso com huma vizita geral que principiou na Cid.<sup>e</sup> de Olinda se lhe opos a tão S.<sup>tos</sup> intentos o Governador do Estado, q então era; decretou o S.<sup>r</sup> B.<sup>o</sup> dias determinados p.<sup>a</sup> a sua vizita e nesses mesmos dias mandava o Governador botar bando [fl. 373] bando asim de cazas p.<sup>a</sup> q toda a milicia concorresse ao campo do exercicio militar q se fazia por sua ordem e com esta impedia o povo p.<sup>a</sup> acodir a vizita q fazia o B.<sup>o</sup> ainda forão mayores em outras dezatenções e principiou a meterse na jurisdicção eccleziastica e a dezobedecer formalmt.<sup>e</sup> as ordens do Perlado esquecido da sugeição q tem e deve ter a ovelha ao seu pastor e chegou a tanto a sua audacia q mandando prender e encarcerar o Perlado por justas cauzas a dois delinquentes elle os mandou soltar vendo o S.<sup>r</sup> B.<sup>o</sup> assim ultrajada a sua pessoa banida a jurisdicção eccleziastica e atadas as mãos p.<sup>a</sup> não poder continuar a vizita na Cid.<sup>e</sup> de Olinda se rezolveu a sahir della e a continuar a vizita nas outras Igr.<sup>os</sup> do seu bispado em q.<sup>to</sup> D.<sup>s</sup> não acodia a remediar a sua vexação. Não se pode explicar facilm.<sup>te</sup> o m.<sup>to</sup> q trabalhou e o m.<sup>to</sup> q padeceu na vizita do bispado e so sahindo a luz a sua vida se podera isto comprehender mas he notorio o fruto das almas q correspondeo ao seu trabalho assim do pulpito como do confessionario, forão inumeraveis as conversones de peccadores enveterados nas culpas de feiticarias e trato com os demonios q athe aquelle tempo se não tinhamo descuberto sendo tantas q lhe foi necessr.<sup>o</sup> deputar dous sacerdotes so p.<sup>a</sup> lhe desfazerem e queimarem feiticos. M.<sup>tas</sup> noutes passava sem dormir p.<sup>a</sup> ouvir de confissão a m.<sup>tas</sup> pessoas pobres, e tão miseraveis q não tinhamo com q se cobrir p.<sup>a</sup> virem a buscar decentem.<sup>te</sup> vestidas de dia o seu pastor remedeava a q.<sup>tas</sup> podia assim no q toca ao espirito como ao corpo dando m.<sup>tas</sup> esmollas e consolando a todos. Foi lhe precizo depois de largo tempo voltar p.<sup>a</sup> a Cid.<sup>e</sup> Olinda aonde parece q os demonios enfurecidos contra elle pellas innumeraveis almas q lhes havia tirado do seu dominio nos sertones de Pernambuco lhe moverão novas guerras e m.<sup>to</sup> mayores q a primr.<sup>o</sup> porq alem da que lhe fez o governador do estado continuando as mesmas dezatenções e afrontas dezobedecendo formalmt.<sup>te</sup> as suas ordens fazendo

q se lhe não repiquassem os sinos nas Ig.<sup>ras</sup> por onde passava como se uza com os S.<sup>res</sup> Bispos. O Juiz de fora daquela Cid.<sup>e</sup> ou por adular ao governador ou por se vingar do S.<sup>r</sup> B.<sup>o</sup> q se tinha oposto vigorozam.<sup>te</sup> am algumas empresas q intentou contras as Leys divinas e humanas principiou a perseguilo por diferentes modos dezobedecendo as suas ordens e atropellando a jurisdicção episcopal intentou o S.<sup>r</sup> B.<sup>o</sup> primeyro reduzir a rezão aq.<sup>le</sup> ministro e lhe falou p.<sup>lo</sup> seu Vigr.<sup>o</sup> G.<sup>o</sup>l dizendolhe q visse sua m.<sup>a</sup> e reparasse no q fazia q era contra todo o direito e contra toda a rezão não fez cazo algum o Juiz de fora do q lhe mandava dizer o B.<sup>o</sup>, nem de huã carta q este lhe escreveo ao mesmo intento e assim se vio obrigado a puxar da espada da Igr.<sup>a</sup> e ferio com a cençura de excomunhão mayor Lata sententiae aq.<sup>le</sup> petulante e dezobediente ministro como este tinha em Lx.<sup>a</sup> padrinhos de mais alta esfera informando os a seu modo se capacitarão q o B.<sup>o</sup> era impertinente e q tinha obrado mal contra o Juiz de fora ainda q o contr.<sup>o</sup> disto se mostrava claram.<sup>te</sup> em duas sentenças conformes q se derão nesta Cauza a favor do S.<sup>r</sup> B.<sup>o</sup> huã no juizo eccleziastico de Olinda e outra na relação da B.<sup>a</sup> mas foy mais poderosa a falcid.<sup>e</sup> q a verdade e menos bem informado El Rey D. Joze 1.<sup>o</sup> q D.<sup>s</sup> guarde mandou chamar pelo secretr.<sup>o</sup> de Estado a S. Ex.<sup>ca</sup> p.<sup>a</sup> q viesse a Corte de Lx.<sup>a</sup> pessoalm.<sup>te</sup> p.<sup>a</sup> ser ouvido de muy diferente modo se ouve em semelhante cauza o S.<sup>r</sup> Rey D. João 5.<sup>o</sup> q D.<sup>s</sup> tem porq informado das dezatenç.<sup>es</sup> q o Gov.<sup>or</sup> de Pernambuco fizera ao B.<sup>o</sup> o privou do governo e mandou vir p.<sup>a</sup> Portugl a dar rezão de si e agora o mesmo Perlado cujo procedimento tinha sido muy louvado he chamado a Lx.<sup>a</sup> acuzado como criminozo e culpado.

Não se intresticeo com a carta vocatoria q.<sup>do</sup> a leo antes se alegrou tanto q julgarão os seus familiares tivera alguma nova de grande prazer e q fosse sincera e verdadr.<sup>a</sup> esta alegria e contentam.<sup>to</sup> se vio bem nos efeitos q lhe cauzou porq estando o d.<sup>o</sup> S.<sup>r</sup> enfermo e sem comer nem dormir havia m.<sup>tos</sup> dias assim q recebeo a d.<sup>a</sup> carta principiou logo a comer e dormir. Dispostas as suas couzas se embarcou p.<sup>a</sup> Lx.<sup>a</sup> [fl. 373v] Lx.<sup>a</sup> aonde chegou com vida por milagre p.<sup>lo</sup> m.<sup>to</sup> q padeceu no mar e q.<sup>do</sup> necessitava de algum alivio lhe derão antes de sahir a terra huma carta do Secr.<sup>o</sup> de Estado p.<sup>la</sup> q.<sup>o</sup>l ordenava S. Mag.<sup>de</sup> q Sua Ex.<sup>ca</sup> não entrasse em Palacio not.<sup>a</sup> era esta poderosa p.<sup>a</sup> contrastar e render a mayor constançia porem benhum aballo lhe fez. Como S. Ex.<sup>ca</sup> estava tão oprimido de achaques particularmte da gota q o impossibilitava a dar hum passo se retirou da Corte p.<sup>a</sup> a quinta da sua sobr.<sup>a</sup> situada em huã solidão proprio lugar do seu espirito tendo deixado na mão do Confessor de El Rey hum manifesto doutissimo em q mostrava com evidencia q tudo o q obrara em Pern.<sup>co</sup> em defeza da jurisdicção episcopal era fundado em ambos os direitos canonico e civil não sabemos não sabemos se o d.<sup>o</sup> manifesto chegou a prez.<sup>ca</sup> de El Rey mas he certo q não rezultou delle efeito algum quiz o S.<sup>r</sup> B.<sup>o</sup> renun-

ciar o bispado e de boa vontade o deixaria q.<sup>m</sup> o aceitou com tanta repugnancia porem tomando conselho nesta matr.<sup>a</sup> lhe disserão q na conjuntura prez.<sup>te</sup> não convinha. Foi continuando a assistencia na sua soledade fazendo huã vida relig.<sup>a</sup> com oração mental, exame de consciência e com as mortificações q lhe permitião as suas queixas celebrava todos os dias podendo e se não ouvia sempre missa forão tão fortes as dores a padecia de gota q lhe dezencaxarão o osso do joelho chamado rodella e com tudo isso se punha de joelhos padecendo dores excessivas. Com todas estas queixas pregou m.<sup>tas</sup> vezes semoens de missão em Lx.<sup>a</sup> e fora della com o seu costumado fervor de espirito em q fez gr.<sup>de</sup> fruto nas almas. Entre outras virtudes grandes parece q foi a mayor a caridade p.<sup>a</sup> com os seus inimigos ninguem os teve mayores e ninguem amou os seus com igoal amor. Na consideração dos grandes q tinham feito a sua alma os q mais o perseguirão se elevava de sorte (q como elle mesmo disse a pessoa de confiança) q.do na missa ou na oração mental se não podia recolher ao interior se lembrava de seus inimigos e rogava a D.<sup>s</sup> por elles e logo se achava devoto e recolhido. Lograva huã quietação interior e paz da Alma q o fazia sup.<sup>or</sup> a todos os trabalhos do mundo. Pedio a D.<sup>s</sup> com m.<sup>ta</sup> instancia q opozesse em estado em q livre das obrigações de B.<sup>a</sup> podesse tratar so da sua alma e q lhe desse q.<sup>tos</sup> trabalhos fosse servido por este favor parece q D.<sup>s</sup> ouviu e despachou a sua petição p.<sup>los</sup> m.<sup>tos</sup> e excessivos trabalhos q lhe deu no fim da vida q acabou sem os encargos de B.<sup>a</sup>. *Honestavit illum in laboribus, et complevit labores illius.* A sua morte sendo apressada não foi improviza porq os accidentes e ataques continuos da gota e pedra com outras m.<sup>tas</sup> dores q padecia lhe pronosticarão a pouca duração da sua vida e assim se preparava p.<sup>a</sup> bem morrer. Huã noite das onze p.<sup>a</sup> a meya noute principiou a ançiar e conhecendo q morria se pegou com a imagem de hũ S.<sup>to</sup> crucifixo q beijou e abraçou e levantando os olhos ao ceo os tornou a baxar e espirou placidissimam.<sup>te</sup> tendo dito missa ou comungado no dia antecedente. Sendo secular escreveu a vida de D. João da Castro Vice-Rey da India em verso heroico obra elegantissima, e q.<sup>do</sup> veyo p.<sup>a</sup> a Relig.<sup>am</sup> a mandou queimar por não deixar no mundo aq.<sup>ta</sup> memoria do seu raro engenho. Tinha principiado huã obra sobre a Instituta obra importantissima e utilissima p.<sup>a</sup> a Republica Literaria se sahisse a luz porq com ella abria caminho plano a facil inteligencia de todas as Leis do direito civil mas ficou imperfeita. Tinha principado outro livro sobre a Theologia mistica intitulado *Theatrum mysticum* em q trazia todas as doutrinas dos DD. mysticos e as suas opiniones e canonizava com excelentes provas e textos as q na praxe se devião seguir, tambem esta obra egregia ficou imperfeita o q nos restou so das suas admiraveis obras são os seus sermones q poderão formar 9 ou dez tomos destes ficarão so dois ou tres em limpo p.<sup>a</sup> se imprimirem porem como a sua letra he muy clara e tem poucas emendas

se poderão dar todos a imprenta e será huã das melhores obras q andão impressas. As suas virtudes e prendas rezumio hũ grande ingenho [fl. 374] ingenho as breves clauzulas de hum epitafio q esta na sua sepultura.

**Hic Loduivicus erat Carmeli gloria montis.**

**Nam Doctor factis Jure qui Pastor erat.**

**Ac mortem quae aufugit onus rejecit Olinde  
ut soli Christo posset esse levis.**

**Spiritus inde volans aeterna pace quiescit**

**Corpus ab hoc tumulo ut vivum aliquando  
ferat.**

Foi mal copiado, e por isso  
está aqui m.to errado. [à margem]





CONTRATO DE VENDA DA CAPELA DO  
SANTO CRISTO NA IGREJA DO COLÉGIO  
DE S. JOSÉ DOS MARIANOS EM COIMBRA  
NO ANO DE 1616

Transcrição de

**Miguel Portela**

magelo2001@gmail.com

Investigador



## CONTRATO DE VENDA DA CAPELA DO SANTO CRISTO NA IGREJA DO COLÉGIO DE S. JOSÉ DOS MARIANOS EM COIMBRA NO ANO DE 1616

Em 7 de julho de 1616, foi celebrado o contrato e obrigação de venda da Capela do Santo Cristo da igreja do Colégio de S. José dos Marianos em Coimbra pelos religiosos desse Convento a Luís de Lemos da Costa como testamenteiro do Padre António de Lemos pela quantia de 140 000 réis.

Este contrato com cláusulas específicas para cada uma das partes, insere-se no contexto dos demais celebrados pela Ordem dos Carmelitas Descalços nos seus diversos conventos tendo como principal objectivo fazer face às despesas das obras de edificação das suas igrejas conventuais, desde que fossem observadas e cumpridas as premissas da própria Ordem.

### Documento<sup>1</sup>

**1616, julho, 7, Coimbra** - Traslado do contrato e obrigação de venda da Capela do Santo Cristo da igreja do Colégio de S. José dos Marianos em Coimbra a Luís de Lemos da Costa como testamenteiro do Padre António de Lemos pela quantia de 140 000 réis.

<sup>1</sup> Transcrição e fixação dos documentos por Miguel Portela.  
Optamos na transcrição dos documentos por um critério de esclarecimento geral e de facilidade de leitura, acessíveis e legíveis para qualquer leitor, de modo a simplificar a leitura e entendimento dos mesmos, sem que percam o rigor científico que devem possuir para a comunidade científica.  
Os critérios de transcrição adoptados seguidos foram os seguintes:  
1) Transcrição do documento em linha contínua;  
2) Respeito pela ortografia do texto original, mas normalizando o emprego de maiúsculas e minúsculas, pontuação original, etc., separando as palavras indevidamente unidas no original e reunindo as sílabas ou letras duma mesma palavra que se encontrassem separadas;  
3) Desenvolvem-se as abreviaturas de acordo com as soluções ortográficas particulares de cada escrivão, sem assinalar as letras restituídas, mantendo-se a forma dos numerais;  
4) Acentuam-se as palavras com acentos agudos, graves e circunflexos para que se tornem compreensíveis;  
5) Desenvolvem-se as abreviaturas constituídas por letras diferentes da forma desenvolvida para a forma mais usada na época. Ex: Xpo para Christo.  
6) Colocam-se entre < > palavras ou linhas sobrescritas ou entrelinhadas;  
7) Remetem-se para nota de rodapé todas as indicações pertinentes que ajudem à leitura do documento;  
8) As dúvidas de leitura assinalam-se por (?);  
9) As assinaturas assinalam-se por (a);  
10) Colocam-se entre parênteses retos tudo o que se tenha interpretado ou acrescentado ao texto original, e da palavra [sic] a seguir a erros do próprio texto;  
11) Assinalam-se as partes ilegíveis do original por [...];  
12) A mudança de fôlio assinala-se entre parênteses retos, ou seja, // [fl. (n.º do fôlio)].  
Quanto aos critérios de edição dos documentos, estes são antecedidos por sumários concisos dos teores documentais, introduzidos por data crónica (ano, mês e dia) e tópica (local), indicando-se por último a cota documental e/ou a publicação anterior do documento.

Arquivo da Universidade de Coimbra, Fundo Monástico - Conventuais - Colégio de São José dos Marianos de Coimbra, Dep. 2.ªE-2-6-6, Caixa n.º 5, fls. 1-5.

*Escritura da Capela de Jhezus.*

*S. José.*

*Contracto da venda da Capella do Santo Christo que esta na igreja que comprou o Padre Antonio de Lemos pella qual deu cento e quarenta mil reis. Hera este Prior de Lavãos e não se cumprio o mais que determinava de missas para a dita capella e sua fabrica - ano de 1616 - aos 7 de julho - como consta dos autos de desistência da capella que esta juncto ao testamento do instituidor em hum libro enquadernado em pasta com pregos de latam - esta capella foy ao depois vendida a Anna dos Sanctos.*

*Feita nesta cidade nas notas de Thome Borges.*

*Saibão quantos este publlico estromento de contrato e obrigrasão ou como melhor em Direito dizer se possa virem que no ano do Nasimento de Nosso Senhor Jhezus Christo de mil e seissentos e dezaseis annos aos sete dias do mes de julho do dito anno de fora da porta do Castello da cidade de Coimbra extramuros della no Collegio de Sam Josse da Ordem dos Carmellitas Descallsos no capitollo do dito Collegio aonde ahi estavam presentes juntos em cabido e cabido fazemdo e semdo a elle chamados por som de campa tangida como hé de seu bom e antigo costume especiallmente pera ho cazo que ao diante se segue e os Muito Reverendos Padres Frei Pedro de Jhezus Reitor do dito Collegio, Frei Simão dos Anjos Vice Reitor, Frei Allberto de Jhezus, Frei Sebastião dos Martires, Frei Sebastião da Resoreissão, Cllavarios do dito Collegio he hos mais Padres rezidentes nelle ao diante nesta nota asy // [fl. 1v] nados e bem assim estando presente Luis de Lemos da Costa morador na dita cidade de Coimbra pessoa a quem eu Taballião bem conheço testamenteiro do Llecenceado António de Lemos que Deus tem Prior que ffoi da Igreja do Couto de Lavãos deste bispado administrador da Capella que por seu testamenteiro instituio no dito Collegio de Sam Josse o dito António de Lemos. Loguo por ho dito Luis de Lemos da Costa e pellos ditos Padres Reitor e mais Padres do dito Collegio que prezen-tes estavam foi dito parante mim Taballião e das testemunhas deste estromento ao diante nomeadas que elles estavam contratados na forma do testamento do dito deffunto comvem a saber que elles Padres lhe davão a Capella collatrall da dita sua Igreja que está de fora das grades quamdo entrão pella porta prencipall a mão esquerda pera nella estar sepulltado o corpo do dito deffunto que por ora // [fl. 2] estava depositado no claustro do dito Mosteiro com as decllarasões e comdisões seguintes, comvem a saber*

que pella obra da dita Capella que elles Padres ffizerão a sua custa se lhe avião [sic] de dar da ffazemda do dito deffunto noventa mill reis e pello sitio della sinquoenta mill reis que tudo faz soma de cento e corenta mill reis, os quães o dito Padre Reitor e mais Padres do dito Collegio commffesarão porante mim Taballião e das testemunhas deste estromento que tem já em si recebidos do dito Luis de Lemos testamenteiro e que outrosi se lhe avia de pagar o feitio do Christo que está na dita Capella que são vinte e dous mill reis, e juntamente as grades que nella estão que são de pao naquilo que forem avalliadadas, e allem disso sera elle administrador obrigado a ornamentar loguo ha dita Capella de quatro vestimentas e quatro frontais das cores e feitio que ho Reitor e mais Padres do dito Collegio ordenarem na forma que hos ditos Padres // [fl. 2v] tem as vestimentas do seu Collegio e as cores das ditas vestimentas e frontais hãode ser convem a saber: huma vestimenta de damasquo branquo borcatell com seu frontal do mesmo, outra vestimenta e frontal vermelho do mesmo damasquo, outra vestimenta e frontal de chamalote roxo, he outra vestimenta e frontal de chamalote verde, e toalhas he cortinas e calles e missal e as quais cortinas hãode ser de canisquim e por detras do Christo que está na dita Capella porã hum retabollo com seu resplandor dourado e elles ditos padres serão obriguados de dizerem tres missas em cada somana na dita Capella convem a saber: huma de Nossa Senhora outra das Chaguas, outra de Santo António pella allma do dito deffunto em perpetum pera sempre entretanto ho mundo durar pellas quaes missas elle administrador e seus subcessores serão obriguados pagar do dito Collegio e Padres delle // [fl. 3] em cada hum anno quinze mill reis que vem a ser a tostão por cada huma e allem disso em cada hum anno quatro mill reis pera a fabrica da dita Capella que vem a montar dezanove mill reis em cada hum anno e os quaes elle administrador e os mais que forem da dita Capella hãode pagar em cada hum anno ao dito Collegio e posto nelle pella fazemda que tem comprada pera o mesmo effeito conforme ao testamento do deffunto sem que ho dito Collegio e Padres delle tenham obrigação de fazer demamda allguma sobre arecadassão dos ditos dezanove mill reis porquanto elle administrador e seus subcessores hãode ser obriguados de lhe paguarem ho dito dinheiro no dito Collegio a custa e risco dos ditos administradores o qual lhe hãode pagar em tres terças comsando ho anno por dia de Todos os Santos que vem deste prezente anno de mill e seiscentos he dezaseis e elles ditos Padres não serão obriguados de di // [fl. 3v] zerem as missas se se [sic] lhe não pagar a esmolla dellas e em cazo que compridas estas obrigações e as comtheudas no testamento do deffunto e guastos delle sobejar allguma fazemda se applicara ou comprara em juro ou fazemda pera dos remdimentos della se applicar tambem em missas pera a dita Capella que se pagarão pello mesmo preço de

tostão como as mais e o Juiz do testamento ordenara o sobredito das missas que crescerem na forma que se hãode dizer e a quantidade dellas conforme a fazemda que sobejar e por ho dito testamenteiro foi dito que se avia de por huma campã na dita capella sobre a sepultura do deffunto e huma pedra na parede em que se declare ha hobriguasão das missas he de quem a Capella he e as obriguasões que tem e a fabriquã que tem e o dinheiro que se lhe deixa conforme ao contrato e pellos ditos Padre Reitor e mais // [fl. 4] Padres do dito Collegio que presentes estavam foi dito que elles em seus nomes e do dito seu Collegio e Relligião por vertude de huma licenssa que tem do Padre Frei Miguel da Virgem Provinciall de sua Ordem que pera isto especiallmente lha deu por estar assim ordenado nesta Provincia a quall mostrou ho dito Padre Reitor que dizia ser feito em vinte e seis dias de julho do anno de seiscentos e treze que eu Taballião vi que estava asinada pello dito Padre Provinsiall e asellada com o sello da Provinsia a quall llicenssa ficou em mão e poder do dito Padre Reitor e por vertude della davão com effeito a dita Capella ao dito deffunto e se obriguavão a cumprir com o encargo das ditas tres missas em cada somana pera sempre conforme a este contrato as quais missas serão com seu responso na forma do costume da Igreja, e se obriguavão de fabricar e ornamentar a dita Capella doje pera // [fl. 4v] sempre he contados des cruzados que lhe hãode ficar de fabricua em cada hum anno e elle administrador e os mais que forem da dita Capella se poderão nella enterrar e gozar dos mais privilegios e costumes de que gozão os administradores de semelhantes Capellas a que tudo elles partes prometerão e se obrigarão de cumprir e manter como neste estromento se comthem e de nunca irem contra ho comtheudo nelle em parte ou em todo e pera tudo assim comprirem obrigou elle Luis de Lemos os bens da dita Capella he por esta maneira se ouverão elles partes por contratados e em feé e testemunho de verdade assim ho outorguarão elles partes presentes e de tudo mandarão fazer este estromento de contrato e obriguasão neste meu Livro de Notas em que asinarão e de que outorgarão e comcederão os estromentos que desta nota comprirem que // [fl. 5] elles partes presentes aceitarão he eu Taballião o estepullei he aceitei em nome dos abzentes ha quem toquão e pode toquar como pessoa publicua estepulante e acceitante tanto quanto com Direito posso e devo a que forão testemunhas presentes ho Lecemceado Miguell Nunes d'Abreu Vigario Gerral da dita cidade e António Monteiro Prior da Igreja de Sam João d'Allmedida [sic] da dita cidade eu Thome Borges Taballião que o escrevy // Frei Pedro de Jhezus, Frei Simão dos Anjos, Frei Allberto de Jhezus, Frei Dioguo da Cruz, Frei Sebastião de Sam Josse, Frei João de Santa Maria, Frei Dioguo de Sam Paullo, Frei Domingos das Chuvas, Frei Pedro da Purifficassão, Frei Andre da Encarnasão, Frei António de Christo, Frei Miguell dos Anjos, Frei João Baptista, Frei

*Manoell de Santa Maria, Frei. Felliciano de Sam Josse, Frei Pedro de Jhezus Maria, Frei Sebastião dos Martires, Frei Martinho de Santo Angello // [fl. 5v] Frei Andre de Jhezus Maria, Luis de Llemos, Miguell Nunes d'Abreu, Antônio Monteiro / O qual estromento de contrato e obrigação eu sobredito Thome Borges Taballião Publico de Notas por ElRey Nosso Senhor nesta cidade de Coimbra e seu termo em meu Livro de Notas tomei donde o fis tresladar bem e fielmente e com a própria nota a que me reporto o consertei e aqui asinei de meu publico sinal que tal hé com riscado que desia / dimentos / e mal escrito que dise / rendimento // que neste fes na verdade Thome Borges Taballião que o escrevi.*

*(sinal publico)*

*A paga deste vai ao dito testamenteiro que a pagou.*





A INTERVENÇÃO DO PINTOR ANTÓNIO  
JOSÉ DE MORAIS NO CONVENTO DE  
SANTA TERESA DE JESUS DE COIMBRA  
EM 1769

Transcrição de

**Miguel Portela**

magelo2001@gmail.com

Investigador



## A INTERVENÇÃO DO PINTOR ANTÓNIO JOSÉ DE MORAIS NO CONVENTO DE SANTA TERESA DE JESUS DE COIMBRA EM 1769

Em 1 de junho de 1769, Frei Manuel de Jesus, conventual no Colégio de S. José dos Marianos, em Coimbra, como procurador da Madre Priora Vitória de São José e mais religiosas do Convento de Santa Teresa de Jesus desta cidade contratualizou com o pintor António José de Morais desta cidade a pintura e douramento de dois retábulos colaterais da igreja desse convento, assim como a moldura de um painel que se havia de colocar por cima da grade do coro.

Esta empreitada artística foi ajustada com todos os pormenores pela quantia de 180 000 réis pagos de uma só vez, sendo apresentado como fiador Bartolomeu de Morais, pai do referido pintor, tendo testemunhado este ato, os praticantes da botica do Colégio de S. José dos Marianos, João de Morais de Mesquita e Castro natural de Vilarinho da Castenheira e Manuel Antunes Teixeira natural de Gaia então termo do Porto.

### Documento<sup>1</sup>

**1769, junho, 1, Coimbra** - Contrato de obrigação e fiança que fez o pintor António José de Morais da Arregaça da cidade de Coimbra com as religiosas do Convento de

<sup>1</sup> Transcrição e fixação do documento por Miguel Portela.  
Optamos na transcrição dos documentos por um critério de esclarecimento geral e de facilidade de leitura, acessíveis e legíveis para qualquer leitor, de modo a simplificar a leitura e entendimento dos mesmos, sem que percam o rigor científico que devem possuir para a comunidade científica.  
Os critérios de transcrição adoptados seguidos foram os seguintes:  
1) Transcrição do documento em linha contínua;  
2) Respeito pela ortografia do texto original, mas normalizando o emprego de maiúsculas e minúsculas, pontuação original, etc., separando as palavras indevidamente unidas no original e reunindo as sílabas ou letras duma mesma palavra que se encontrassem separadas;  
3) Desenvolvem-se as abreviaturas de acordo com as soluções ortográficas particulares de cada escrivão, sem assinalar as letras restituídas, mantendo-se a forma dos numerais;  
4) Acentuam-se as palavras com acentos agudos, graves e circunflexos para que se tornem compreensíveis;  
5) Desenvolvem-se as abreviaturas constituídas por letras diferentes da forma desenvolvida para a forma mais usada na época. Ex: Xpo para Christo.  
6) Colocam-se entre < > palavras ou linhas sobrescritas ou entrelinhadas;  
7) Remetem-se para nota de rodapé todas as indicações pertinentes que ajudem à leitura do documento;  
8) As dúvidas de leitura assinalam-se por (?);  
9) As assinaturas assinalam-se por (a);  
10) Colocam-se entre parênteses retos tudo o que se tenha interpretado ou acrescentado ao texto original, e da palavra [sic] a seguir a erros do próprio texto;  
11) Assinalam-se as partes ilegíveis do original por [...];  
12) A mudança de fólio assinala-se entre parênteses retos, ou seja, // [fl. (n.º do fólio)].  
Quanto aos critérios de edição dos documentos, estes são antecedidos por sumários concisos dos teores documentais, introduzidos por data crónica (ano, mês e dia) e tópica (local), indicando-se por último a cota documental e/ou a publicação anterior do documento.

Santa Teresa de Jesus da mesma cidade para pintura e douramento de dois retábulos colaterais do dito convento e da moldura de um painel que se havia de colocar por cima da grade do coro.

Arquivo da Universidade de Coimbra, Cartório Notarial de Coimbra, Livro de Notas n.º 19 [1768-1769], do notário Bento Nogueira, Dep. V-1.ªE-9-6-149, fls. 112-113v.

*Obrigaçõ e fiança que fas Antõnio Jozé de Morais do citio da Aregasaans desta cidade as Rellegiozas de Santa Thereza de Jezus extramuros da mesma cidade.*

*Em nome de Deus Amem. Saybão quantos este publico instrumento de obrigaçõ e fiansa aseitaçõ della, ou como em Direito melhor lugar haja virem que sendo no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil e setecentos e sessenta e nove annos ao primeiro dia do mes de junho do dito anno, neste Colegio de Sam Jozé dos Mariannos extramuros // [fl. 112v] desta cidade de Coimbra ahonde eu Taballião vim, para o cazo deste instrumento por bilhete do destreuidor de cujo o theor hé o seguinte: § A. Nogueira. Obrigaçõ que faz Antõnio Jozé de Morais do citio da Aregasa as Rellegiozas de Santa Theresa extramuros desta cidade, em outo de mayo de mil setecentos e sessenta e nove, distribuida no Livro a folhas duzentas e outenta e huma // De Jezus // E não dezia mais a dita destreuiçõ. E logo sendo no claustro do dito Colegio perante mim Taballião e das testemunhas deste instrumento apareseo presente o Munto Reverendo Frei Manoel de Jezus, Conventual do dito Colegio como Procurador que me mostrou ser da Madre Priora e mais Rellegiozas do Convento de Santa Thereza de Jezus extramuros da mesma cidade, de que me fes certo por huma procuraçõ por ellas asinada, e sellada com o sello do dito Convento que no fim deste instrumento vay copiada cujas letras dos signais reconheço por semelhantes que lhe tenho visto: como tãobem esteve presente Antõnio Jozé de Morais, Pintor, e morador no citio da Aregasaans da mesma cidade pessoas que reconheço e as mesmas testemunhas pellos próprios de que dou feé. Em presenças das quais por elle Munto Reverendo Frei Manoel de Jezus me foi dito que elle em nome das ditas suas constihintes a Madre Priora e mais Rellegiozas clavarías do dito Convento estava justo e contratado com o dito Antõnio Jozé de Morais de lhe pintar e dourar dous retabollos que as ditas suas consthetuhintes tem na Igreja de seo Convento conrespondentes hum do outro, e juntamente a moldura de hum painel que se hade por por cima da grade do coro, e o lizo que gornese a moldura em roda e volta por preso [sic] de cento e outenta mil reis por huma so vez dados, tudo na forma dos apontamentos seguintes =*

*Que seja aparelhada toda a obra a custo delle Impreiteiro com gessos gradres, e mate retalho de fora do milhor e mais limpo, sendo tudo depois desaparilhada munto bem limpa, e aberta a ferros toda a talha, molduras, e lizos bem purificados, e as juntas bem reparadas sendo dourada toda a talha, filetes, e meias cannas, anjos e capiteis, vasos das colunas e plintos, e todos os sarafins, como tãobem toda a talha da moldura do painel, em todos os filetes que se acharem em todo o lizo que gornese a mesma moldura, tudo a ouro burnido e bem pulido, com os vasos da talha de fozco. Item Serão todos os lizos da obra fingidos de pedra de varias qualidades, de sorte e que se não confundão humas com outras. Item Serão pasados todos os pedrestais e urnas a vernis, como tãobem todo o lizo o nessecario a custo delle Impreiteiro António Jozé de Moraes, sendo vista e enxaminada por dous Mestres peritos que não sejam contrarios, aprovandoa, e sem nota de imperfeição se obrigão a entregarlhe os ditos cento e outenta mil reis, com obrigação, porém que pasados tres annos depois de acabada a dita obra a pedirão suas consthetuhintes outra ves mandar ver e enxaminar, e achando o ouro ou pintura rezaltada, será obrigado o mesmo Impreiteiro a sua custa de a reformar sem que por isso suas consthetuhintes fiquem obrigadas a mais satisfação alguma. E logo pelo // [fl. 113] sobredito Impreiteiro António Jozé de Moraes me foi dito perante as mesmas testemunhas que elle na sobredita forma retro declarada se obrigava a dourar e pintar os ditos dous retabollos a sua própria custa e despeza com toda a perfeição pello dito preso [sic] de cento e outenta mil reis pagos em moedas correntes neste Reino feita e concluída a dita obra dispois de vista e aprovada por Mestres peritos na forma que declarado fica ficando responsável a toda a nota ou imperfeição que se lhe descobrir porque tudo fará e refará a sua própria custa e despeza, athé de todo ficar na sua inteira perfeição, ainda dispois de serem pasados os tres annos por este instramento acuzados, porque ainda neste caso se obriga a pintura e douramento do retablo que haja, sem que as ditas Relegiozas sejam obrigadas a despeza alguma porque toda ella hade fazer por custa delle Impreiteiro para o que disse a tudo cumprir obrigava sua pessoa e todos os seus bens moveis e de rais havidos e por haver ahonde quer que os tivese lhe forem achados pella Justiça, e que renonsiava o Juis de seo foro que ora tem e ao diante posa vir a ter que seja por privilegio ou por divida se obrigava a responder pello contheudo neste instramento suas duvidas e dependências para ante os Doutores Corregedor ou Juis de Fora desta cidade de Coimbra sem puder declinar para outro algum Juizo e que renonsiava ferias gerais e expeçiais e todos os mais privilegios, leis, direitos, ordenaçois que por si em seo favor alegar poça [sic] que elle não as queria usar nem gozar mas antes em tudo ter e cumprir este instramento em Juizo e fora delle e que querendo mover alguma duvida ou vir a este com*

alguma couza que impida seo plenario feito disse que não queria ser servido em Juizo nem fora delle sem primeiro depositar na mam das Rellegiozas todos os ditos cento e outenta mil reis, por penna convensional esta clauzolla depositaria a escrevi eu aqui Taballião de requerimento e consentimento destas partes em prezença das mesmas testemunhas para haver de se cumprir na forma da ley novíssima, e que emquanto não fizera o dito deposito era contente lhe fosse denegado outro o mais remedio de Direito que se obrigava mais a dar e pagar duzentos reis por dia para a pessoa que andar na execução de alguma sentença que lhe serão em todos do dia da primeira notificação em diante the a Real entrega. E logo appareserão com presença Bartulomeo de Moraes pay do dito Impreiteiro morador no dito citiio da Aregasa a quem reconheço, e dise na presença das ditas testemunhas que autorizava este contrato feito pello dito seo filho quanto em Direito se requiere para sua calidade, com expreso consentimento que a elle prestava, e que alem deste ficava tãobem seo fiador e principal pagador do predito seo filho a toda a dita obra e preso della, e sua concluzão como se fosse // [fl. 113v] o mesmo Impreiteiro para o que disse obrigava sua pessoa e todos os seus bens moveis e de rais havidos e por haver ahonde quer que os tiver e lhe forem achados pella Justiça e que para tudo mais haver de comprir disse que se submetia debaixo de todas as clauzullas, comdições, pennas, e obrigações deste instrumento asim e da maneira que o Impreiteiro estava obrigado e o treslado da procuração de que se fas menção o theor della he o seguinte: § A Madre Maria Vitoria de Sam Jozé Piora de Carmelitas Descalças do Convento de Santa Thereza extramuros desta cidade de Coimbra, com as mais Relligiozas do governo do dito Convento abaixo assignadas. Pella prezente fazemos nosso bastante Procurador ao Padre Frei Manoel de Jezus Relligiozo Conventual no Colegio de Sam Jozé desta mesma cidade, para que possa obrar tudo o que for a bem de nossa Justiça em todas as nossas dependências movidas e por mover, e poderá assignar quaisquer escripturas que sejam de aforamentos e vendas e nossas fazendas, hainda de dinheiro que dermos a juro, ou de outro qualquer contrato que for a bem deste Convento, com especialidade na que se fizer de contrato sobre douramento e pintura de dous retabollos colaterais da nossa Igreja com o Pintor António Jozé de Moraes, e com seo fiador e principal pagador de todos os danos Bartulomeu de Moraes moradores na sua Quinta da Aregasaans desta cidade e que pudera o dito nosso procurador assignar a referida escriptura, sendo feita em as clauzollas e condições declaradas na escriptura, e na forma de Direito, não so esta expicial, mas tãobem todas as mais que forem a bem deste convento, em feé do que mandamos fazer esta em que nos assignamos, e sellamos com o sello do mesmo Convento de Santa Thereza de Coimbra, hoje de abril dezasete de mil setecentos e sessenta e nove annos // Maria

*Vitoria de Sam Jozé Piora // Maria Ignacia do Santissimo Sacramento Clavaria // Marianna Thereza de Jezus Clavaria // Francisca Maria do Coração de Jezus Clavaria // Lugar do sello // E não se dezia mais a dita procuração que aqui tresladei na verdade da própria a que me reporto. E por esta maneira houverão suas partes este instrumento por bom e bem feito, firme e valliozo e o mandarão ser feito neste meo Livro de Notas em que assignarão de que pedirão e outorgarão hum deste theor e os mais que deste comprirem que aseitarão, e eu Taballião como pessoa publica estipulante e aseitante o estipulei e aseitei tanto quanto em Direito devo e posso ao que tudo forão testemunhas prezentes // João de Moraes de Mesquita e Castro Praticante da Botica do Colegio, e natural da villa de Vilarinho da Castanheira // Manoel Antunes Teixeira tãobem Praticante na mesma Botica e natural do lugar de Gaia termo do Porto que todos aqui assignarão dispois que este lhe foi lido por mim Bento Nogueira Taballião que o escrevi.*

*(a) António Jozé de Moraes*

*(a) João de Moraes*

*(a) Fr. Manoel de Jezus*

*(a) João de Moraes Mesquita e Castro*

*(a) Manoel António Teixeira*





CONTRATO DA FUNDAÇÃO DO CONVENTO  
DE CARMELITAS DESCALÇAS DE VIANA  
DO CASTELO EM 1780

Transcrição de

**Miguel Portela**

magelo2001@gmail.com

Investigador



## CONTRATO DA FUNDAÇÃO DO CONVENTO DE CARMELITAS DESCALÇAS DE VIANA DO CASTELO EM 1780

Em 1 de abril de 1780, foi celebrado o contrato de obrigação de fundação do novo Convento de Jesus Maria José de Carmelitas Descalças em Viana do Castelo entre o Doutor Caetano Correia de Seixas e o Reverendo Padre Reitor do Colégio de São José dos Carmelitas Descalços de Coimbra Frei Manuel de Santa Ana enquanto procurador do Definitório da mesma Ordem. Em 14 de novembro de 1788 foi solicitado pela comunidade do dito Convento um traslado desse contrato, o qual aqui se exhibe a sua transcrição.

Inclui este traslado uma provisão da rainha D. Maria I, datada de 13 de agosto de 1779, concedendo licença para se fundar o dito convento com um número máximo de 21 religiosas, uma licença do definitório celebrado no Convento de S. João da Cruz de Carnide, em 8 de março de 1780, e uma procuração lavrada em 11 de março de 1780 determinada pelo Prior Geral de Carmelitas Frei João de São Joaquim a Frei Manuel de Santa Ana para poder celebrar o contrato de fundação do novo convento com o Doutor Caetano Correia de Seixas.

### Documento<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Transcrição e fixação dos documentos por Miguel Portela.  
Optamos na transcrição dos documentos por um critério de esclarecimento geral e de facilidade de leitura, acessíveis e legíveis para qualquer leitor, de modo a simplificar a leitura e entendimento dos mesmos, sem que percam o rigor científico que devem possuir para a comunidade científica.  
Os critérios de transcrição adoptados seguidos foram os seguintes:  
1) Transcrição do documento em linha contínua;  
2) Respeito pela ortografia do texto original, mas normalizando o emprego de maiúsculas e minúsculas, pontuação original, etc., separando as palavras indevidamente unidas no original e reunindo as sílabas ou letras duma mesma palavra que se encontrassem separadas;  
3) Desenvolvem-se as abreviaturas de acordo com as soluções ortográficas particulares de cada escrivão, sem assinalar as letras restituídas, mantendo-se a forma dos numerais;  
4) Acentuam-se as palavras com acentos agudos, graves e circunflexos para que se tornem compreensíveis;  
5) Desenvolvem-se as abreviaturas constituídas por letras diferentes da forma desenvolvida para a forma mais usada na época. Ex: Xpo para Christo.  
6) Colocam-se entre < > palavras ou linhas sobrescritas ou entrelinhadas;  
7) Remetem-se para nota de rodapé todas as indicações pertinentes que ajudem à leitura do documento;  
8) As dúvidas de leitura assinalam-se por (?);  
9) As assinaturas assinalam-se por (a);  
10) Colocam-se entre parênteses retos tudo o que se tenha interpretado ou acrescentado ao texto original, e da palavra [sic] a seguir a erros do próprio texto;  
11) Assinalam-se as partes ilegíveis do original por [...];  
12) A mudança de fólio assinala-se entre parênteses retos, ou seja, // [fl. (n.º do fólio)].  
Quanto aos critérios de edição dos documentos, estes são antecedidos por sumários concisos dos teores documentais, introduzidos por data crónica (ano, mês e dia) e tópica (local), indicando-se por último a cota documental e/ou a publicação anterior do documento.

**1788, novembro, 14, Coimbra** - Traslado do dote da nova fundação do novo Convento de Jesus Maria José de Carmelitas Descalças em Viana do Castelo celebrado em 1 de abril de 1780, entre o Doutor Caetano Correia de Seixas Lente Jubilado em Cânones e Cónego Doutoral da Santa Sé de Coimbra e natural da Bahia e o Reverendo Padre Reitor do Colégio de São José dos Carmelitas Descalços de Coimbra Frei Manuel de Santa Ana.

Arquivo da Universidade de Coimbra, Fundo Monástico - Conventuais - Colégio de São José dos Marianos de Coimbra, Dep. 2.ªE-2-6-6, Caixa n.º 5, fls. 1-15v.

*Dizem a Madre Priora e mais Religiozas do Convento de Jezus Maria Joze de Carmelitas Descalças da Villa de Vianna do Lima, que para requerimentos que tem se lhes faz preciso o treslado da escritura da Fundação, que fez o Doutor Caetano Correia Seyxas, aonde se achão as ditas Relegiozas e como se não pode passar sem despacho de Vossa Senhoria portanto,*

*Pedem a Vossa Senhora seja servido mandar se lhe passe em publica forma.*

*E.R.M.ª*

*Passe em publica.*

*(a) Silva*

*Em cumprimento do despacho supra que hé do Doutor Bento Jozé da Sylva do Dezembarg // [fl. 1v] Do Dezembargo de Sua Magestade Fidillissima que Deos guarde e seu Juis de Fora do Crime e Orfphaos com alçada com predicamente de Correição Ordinaria e que de presente serve do Civel em esta cidade de Coimbra e termo etecetra. Faço certo eu Joaquim Alexandre de Oliveira Publico Taballiam de Nottas pella mesma Senhora em esta cidade de Coimbra, e todo seu termo que para effeito de fazer passar a presente possui hum Livro de Nottas de meu cartorio que teve seu principio em os trinta dias do mes de mayo de mil settecentos setenta e nove annos e findou em os dezasete dias do mes de abril de mil setecentos e outenta annos e nelle a folhas cento e honze versso thé folhas cento e quinze está o instrumento de que a petiçam retro fás mensam do qual o seu theor verbo ad verbum hé o seguinte:*

*Esriptura de dote de fundação que fás o Reverendo Doutor Cae // [fl. 2] O Reverendo Doutor Caetano Correa Seyxas Conego na Santa Sé de Coimbra e Lente Jubillado em Canones na mesma para fundação do novo Convento de Relligiozas Carmellitas Descalças na villa de Vianna.*

*Em nome de Deos Amem, Saybam quantos este publico instrumento de dote, e fundação e obrigação ou como em Direito melhor dizer se possa, e mais firme e valiozo ho virem que sendo no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil setecentos e outenta annos ao primeiro dia do mes de abril do dito anno nesta cidade de Coimbra em moradas do Reverendo Doutor Caetano Correa Seixas Lente Jubilado em Canones e Conego Doutoral da Santa Sé desta cidade, e natural da villa de Vianna [sic] aonde eu Taballiam ao diante nomeado vim chamado pera o cazo // [fl. 2v] Para o cazo deste instrumento por virtude da destrebuisam seguinte // A. Oliveira // Dotte e Fundação de hum Convento que fás o Reverendo Conego Caetano Correa Seyxas Lente desta Univer-ssidade ás Relligiozas Carmelitas Descalças de Santa Thereza deste Reyno pera fundar Convento da mesma Ordem na villa de Vianna em trinta de março de mil setecentos e outenta Destrebuida a folhas sincoenta e huma // Silva // E nam se continha mais em o dito bilhete que eu Taballiam aqui copiei na verdade; E logo por se acharem prezen-tes o Reverendo Doutor Caetano Correa Seixas Lente Jubillado em Canones nesta Univer-ssidade de Coimbra em a mesma Conego Doutoral na Santa Sé, e bem asim o Munto Reverendo Padre Reytor do Collegio de Sam Jozé dos Carmellitas Descalços da mesma Frei Manoel // [fl. 3] Frei Manoel da Santa Anna como Procurador que mostrou ser do Veneravel Definitorio, e seu Geral da mesma Ordem como me fes certo pella procuraçam que ao diante vay copiada pessoas reconhecidas de mim Taballiam e das testemunhas deste instrumento ao diante nomeadas e assignadas, e estas de mim Taballiam de que dou fé certificaremme serem os próprios e pello dito Reverendo Doutor Caetano Correa Seixas me foi dito a mim Taballiam na prezença das mesmas testemunhas que elle de sua livre vontade sem constrangimento de pesoa alguma hera sua vontade dotar e fundar hum Convento de Relligiozas da Ordem dos Carmellitas Descalços de Santa Thereza de Jezus na villa de Vianna do Minho para o que já havia impetrado de sua Magestade Fidillissima Provisão Regia ouvidas as pessoas a quem tocava // [fl. 3v] A quem tocava como tambem Licença do Veneravel Definitorio da mesma Ordem, cuja licença e provizam ao diante vay copiada para effeito do que dice elle outorgante se obrigava a dotar e fundar o dito Convento com as obrigaçõins seguintes // Primeira que elle outorgante como fundador e padroeiro se obriga por este publico instrumento a dar treze mil cruza-dos tanto para hum Cappellam que tenha obrigassam de dizer quotidianamente missa ás Relligiozas e de aplicar pella alma de seu pay e pella delle fundador o qual Capellam será nomeado pella Piora que actualmente for do dito Convento de Viana como tambem para que junta esta quantia aos dotes das Relligiozas sirva para mais comudo sustenta-ção sua, com condiçam porem que tenha elle fundador as prerrogativas que conçede o*

di // [fl. 4] Concede o direito a de Padroeiros, e que as primeiras quatro novissas que elle designar para entrarem no principio desta fundação as quais terão as quallidades que nellas se requerem pellas leis da Relligiam, e seram aprovadas como com qualquer outras se costuma praticas pella communitade; entrarão sem dote, e sem outra alguma despeza, mais do que aquella que se costuma fazer para o inxual e comudoria do anno do Noviciado por nam poder o novo Convento de Viana suprir esta e munto mais ao principio quando ainda se acha sem renda de que se possa valler para isso; Segunda que dos quatro lugares occupados pellas sobreditas quatro novissas ficarão dispois dois perpetuamente reservados ao Padroeiro para que em faltando qualquer das duas primeiras que os occupavam possa elle // [fl. 4v] Possa elle Fundador, e Padroeiro nomear as duas novissas que lhe hajam de succeder no lugar as quais seram tambem aseites sem dote como as primeiras tendo as mesmas quallidades, requezitos e aprovação da communitade e nunca este dous lugares poderão ser providos senam em pessoas por elle Padroeiro nomeadas, ficando elle digo nomeadas ficandolhe livre o poder elle outorgante dispor deste Padroado a favor de quem lhe parecer para que da mesma sorte que elle possa prover os ditos dois llugares quando vagarem de pessoas capazes que nomiara, ficando sempre as Relligiozas deste Convento alem disto obrigadas a emcomhida[r sic] a Deos a elle fundador e Padroeiro em todos os actos de communitade // Terceira que se apovoe o dito Convento quanto mais breve possa ser de // [fl. 5] Possa ser de Relligiozas entrando as quatro que reservou o Padroeiro, e na sua entrada principiarão a correr os juros dos treze mil cruzados ou parte delles emquanto o Padroeiro nam entregar a dita quantia ou parte della // Quarta que dará elle Padroeiro e Fundador para o edificio do Convento quarenta mil cruzados por parcellas os quais se obrigava a satisfazer dentro de quatro annos tempo que hé munto bastante para elle se completar nam excidendo a grandeza do Convento de Santa Thereza desta cidade porem este termo e dinheiro nam hé tam percixo que se por algum inçidente nam for bastante para se acabar a obra se nam possa suprir como necessario para se completar, comtanto que nam haja discuido, ou negligencia em se trabalhar nella, e o cuidado da obra pertença á Relligião e o Pa // [fl. 5v] A Relligião, e o Padroeiro não tenha outro tab digo outro trabalho senão o de apromptar o dinheiro, e a Relligião para evitar quanto hé posivel todo o descuido e negligencia se obrigue a designar Relligiozas que ella julgar mais edoneas, e para que tratem da Fundaçam com maior cuidado e economia, e fação trabalhar na obra com toda a deligencia que hé tudo o que está da sua parte ficando da delle Padroeiro concorrer para o gasto de todo o edificio com todo o dinheiro que for necessario athé se concluir de todo o Convento, e poderem as Relligiozas entrar, e assistir nelle quando alias para

isso nam bastem os quarenta mil cruzados que offreçe dar o Padroeiro dentro dos primeiros quatro annos e que por esta forma se obrigava a ter, e cumprir este instrumento em Juizo e fora delle por sua pessoa e bens prezentes e futuros // [fl. 6] Prezentes e Futuros havidos e por haver aonde quer que os tiver, e lhe forem achados, e se obrigava a responder pello contheudo nelle e todas as suas duvidas e de pendençias perante o Juiz ou Juizes que por direito o conhecimento deste pertencer para o que disse que renunciava o Juiz ou Juizes do seu foro que agora tem, e pello tempo ao diante possa vir a ther quer seja por privilegio ou por direito porque tudo renunciava ferias gerais e espeçiais, e todos os mais privilegios, leis, direitos, e ordenaçõins que por sy, e em seu favor alegar possa porque de nada poderia usar nem gozar, mas antes em tudo ther e cumprir este instrumento em Juizo e fora delle asim da maneira que nelle se conthem, e declara; E logo pello dito Reverendo Padre Mestre Reytor Frei Manoel de Santa Anna me foi dito a mim Taballiam // [fl. 6v] Taballiam na prezença das mesmas testemunhas que elle em nome de seu Veneravel Definitorio por virtude da procuração ao diante aseitava o prezente contracto asim, e da maneira que nelle se continha com todas as clauzullas, e obrigaçõins no mesmo declaradas; E o theor da Provizão licençia do Definitorio e Procuraçam de que retro se fás menção o seu theor hé o seguinte < Provizam > // Dona Maria por Graça de Deos Raynha de Portugal e dos Algarves daquém, e dalém Mar em África Senhora de Guiné; Faço saber que Caetano Correa Seixas Lente Jubillado em Canones, e Conego Doutoral na Santa Sé de Coimbra me reprezentou por sua petição que o cordeal effeito e especial devoção que o supplicante tinha á Glorioza Santa Thereza de Jezus a Santa vida que professavam, e observãõ suas filhas // [fl. 7] Suas filhas as Carmellitas Descalças com notável exemplo e edificação de todas aquelles povos em cujos lugares exzistião os eficazes dezejos em que muntas pessoas de distinctas quallidades abrassar o mesmo instituto, e a grande dificuldade que encontravão para o conseguir por serem poucos e só sete os Conventos que em todo este Reino tinhão, e de tam piqueno numero cada hum que nam podiam exceder o de vinte huma Relligioza por cuja razam se tinhão não poucas vezes que com grande trabalho e nam menor despendio tinhão vindo algumas da Provinçia do Minho, e tras de Montes receber o Santo habito a Lisboa e ainda a Evora, por nam terem em sua pátrias outro algum Convento desta Ordem senam unicamente o do Porto ficando privadas do bem que dezejavam, e que tudo isto e o exemplo // [fl. 7v] E o exemplo no novo Convento que eu para estas Relligiozas fazia agora instituir nesta Corte, movia o supplicante o querer edeficarlhe outro a sua custa na villa de Vianna para o que lhe era necessario liçença minha; Pelo que me pedia para Glória de Deos, e honrra de Santa Thereza de Jezus, e bem comum conceder ao supplicante a



dita licença para fundar a sua custa na referida villa de Vianna hum Convento de Carmellitas Descalças sujeitas aos Prellados da Sua Ordem do mesmo modo que estavam em todos os mais Conventos deste Reino; E visto seu requerimento, e informação que houve do Corregedor da Comarca de Vianna ouvindo os officiais da Camera que não tiveram duvidas, como tambem o não teve o Procurador da minha Real Coroa a quem se deu vista, e atendendo a exemplar ideficante observança da vida Relligioza que // [fl. 8] Que fazem as Relligiozas de cada Convento do dito Instituto que nam pasavam, nem podiam passar de vinte huma e ao pouco número de Conventos da dita Ordem que há nesta Reino e a seçam [sic] das mais atendíveis rasõins politicas, econõmicas que costumão instar as novas fundaçõins de Conventos por consistirem ellas normas, consequências da amortização dos bens de rais a qual se nam verificava nos Conventos de Santa Thereza cujos dotes se costumavam estaballeçer em dinheiro dado a juro, e tendo a tudo concideração e ao mais que me foi prezente na Consulta da Meza do meu Dezembargo do Paço: Hey por bem conçeder ao supplicante a licença que pede e as mais neçessarias facultades para na villa de Viana poder fundar a sua custa hum Convento Regullar de Relligiozas Carmellitas Descalças da Ordem de Santa Thereza com o numero de vinte hum // [fl. 8v] De vinte huma Relligioza que seram reguladas pello instituto das mais Relligiozas da mesma Ordem sujeitas porem aos Prelados desta Relligião, e estaballeçerá o mesmo supplicante o dote neçessario e competente para o dito Convento e os capitais consistentes em dinheiro celebrandoçe escriptura publica do estaballeçimento do dito dote, e mando a todas as Justiças a quem o conhecimento desta Provizam pertencer e lhe for aprezentada a cumprãõ e guardem, e façãõ muito inteiramente cumprir e guardar como nella se conthem, e declara sem embargo de qualquer ordenação ou ley em contraria e que seu efeito haja de durar mais de hum e muntos annos nam obstante a ordenação Livro sigundo titulo quarenta em contrario, e se registrarã nas partes donde for neçessario, e na escreptura do dito estaballeçimento de que pagou de novos direitos quinhentos, e qua // [fl. 9] quinhentos e quarenta reis que se carregarãõ ao Thezoureiro delles a folhas duzentas e outenta e quatro do Livro quinto de sua receita e se registou o conhecimento em forma no Livro trinta e sinco do Registo Geral a folhas outo; A Raynha Nossa Senhora o mandou por sua espeçial mandada pellos Ministros abaixo nomeados digo abaixo asignados de seu Concelho e seu Dezembargadores do Paço. André António de Almeida a fes em Lisboa a treze de agosto de mil setecentos setenta e nove desta mil e duzentos reis, e de assignar tres mil e duzentos reis Jozé Federico Ludovici a fes escrever Joam Pereira Ramos de Azevedo Coutinho // Manoel Gomes Ferreira // Jozé Joaquim Emãos // Pagou quinhentos e quarenta reis, e aos officiais mil e trezentos e vinte outo

Lisboa dezanove de agosto de mil setecentos setenta e nove // Dom Sebastiam Maldonado // Registada na Chancellaria Mor // [fl. 9v] Na Chancellaria Mor da Corte e Reino no Livro dos Offícios e Merçês a folhas duzentas e trinta e seis verso Lisboa vinte de agosto de mil setecentos setenta e nove // Matheus Rodrigues Vianna // Por rezolução de Sua Magestade de sete de julho de setecentos e setenta e nove tomada em Consulta da Meza do Dezembargo do Paço // Fica asentada esta Provizão no Livro das Merçês a paginas mil duzentas // Pedro Caetano Pinto de Moraes Sarmento // Registada a folhas noventa e quatro verso do Livro vinte e seis do Registo Geral do Senado da Camera Viana vinte de Novembro de mil setecentos setenta e nove a Francisco Manoel Rita de Alpuim // Segueçe a Liçença do Definitório < Liçença do Definitório > // Jezus Maria Jozé // Frey António de Santa Thereza Definidor Secretario do Nosso Definitório Geral de Carmellitas Descalços desta Congregação de Portugal Certefico, e dou fé que em Junta ex // [fl. 10] Que em Junta extraordinaria, celebrada em o Nosso Convento de Sam João da Crus do lugar de Carnide a outo do mes de março de mil e setecentos e outenta; se apresentou em Meza huma Carta do Senhor Caetano Correa Seyxas Lente Jubillado em Canones e Conego Doutoral da Santa Sé de Coimbra em que elle expunha o dezejo que â muntos annos tinha de fundar hum Convento de Relligiozas Carmellitas Descalças com o ttitulo // de JEZÚS MARIA JOZÉ // na villa de Vianna sugeitas aos Prellados da mesma Religião; para o que já tinha conseguido licença de Sua Magestade com clauzulla de terminado de o dotar, e do Serrenissimo Senhor Arcebispo de Braga, e depois de se haver lido a dita Carta e ponderadas todas as condiçõins com que elle offreçe fazer esta obra, de tanta Gloria para Deos, e augmento da Nossa Su // [fl. 10v] Da Nossa Sagrada Relligiam, querendo o Definitório em reconhessimento de tam grande beneficio dar gasto em tudo quanto lhe foçe possivel a este antigo e verdadeiro amigo e especial bemfeitor da mesma Religião por votos secretos aprovou a fundaçam do novo Convento de Jezus Maria Jozê em Viana com as mesma condiçõins que propõem o dito fundador expressadas nos seguintes termos // Primeiramente que dará o dito fundador treze mil cruzados tanto para huma Cappellaão que tenha obrigaçam de dizer quotidianamente missa ás Relligiozas e de aplicar pella alma de seu pay, e pella delle fundador o qual Cappellaão será nomiado pella Piora que actualmente for do dito Convento de Viana como tambem para que junta esta quantia aos dotes das Relligiozas sirva para mais comuda sustentação sua; Com a condi // [fl. 11] Com a condição porém, que tenha elle Fundador as porrogativas que conçede o Direito aos Padroeiros; E que ás primeiras quatro noviças que elle designar para entrarem no principio desta Fundação / que terão as quallidades que nellas se requerem pellas Leis da Religião; e seram apro-

vadas como qualquer outra se costuma e deve fazer pella comunidade / Entraram sem dote, e sem outra alguma despeza mais do que aquella que se costuma fazer para o inxual e commodaria do anno do Noviciado; por não poder suprir esta o novo Convento de Viana; E ao princípio quando ainda se ache sem renda alguma de que se possa valler para isso; Segunda que destes quatro lugares ficava dipois dois perpetuamente reservados ao Padroeiro para que em faltando qualquer das duas primeiras que as ocuparem possa elle nomiar as duas novissas que lhes hajam de succeder // [fl. 11v] De suçeder no lugar sem dotte como as primeiras; E tudo as mesmas quallidades, requezitos e aprovação da comunidade, e nunca estes dois lugares se poderam prover senão em pessoa por elle Padroeiro nomeadas ficandohe livre o poder elle dispor deste Padroado a favor de quem lhe parecer para que da mesma sorte que elle possa prover os ditos dous lugares quando vagarem de sujeitos capazes que nomeara ficando sempre as Relligiozas deste Convento alem disto obrigadas a recomendar a Deos o dito Fundador em todos os actos de comunidade; Terceira que se povoe o dito Convento quanto mais breve possa ser de Religiozas, entrando as quatros que reserva o Padroeiro; E na sua entrada principiãrão a correr os juros dos treze mil cruzados, ou parte delles emquanto o Padroeiro nam entregar a dita quantia ou parte della // Quarta que dará o Padroeiro pera o edefiçio do Convento quarenta mil // [fl. 12] Quarenta mil cruzados por parçellas; os quais satisfará dentro de quatro annos tempo que hé munto bastante para elle se completar nam excedendo a grandeza do Convento de Santa Thereza de Coimbra, porém este termo, e dinheiro nam hé tam persixo que se por algum incidente nam for bastante para se acabar a obra senão possa suprir como necessario para se completar, comtanto que nam haja descuido ou negligença em se trabalhar nella. E o cuidado da obra pertence a Relligião e ao Padroeiro não tenha outro se nam o de apromptar o dinheiro; há Relligião para evitar quanto hé posivel todo o descuido e negligência se obriga a designar Relligiozas as que ella julgar mais edoneas; E para que tratem da Fundação com maior cuidado e economia, e fassam trabalhar na obra // [fl. 12v] Trabalhar na obra com toda a deligençia que hé tudo o que está de sua parte ficando da do Padroeiro concorrer para o gasto de todo o edifiçio com todo o dinheiro que for necessario athé de todo se concluir o Convento e poderem as Relligiozas entrar e assistir nelle quando alias nam bastem para isso os quarenta mil cruzados que offrece dar o Padroeiro dentro dos primeiros quatro annos; Com estas mutuas condiçõins sendo aseites asim da parte da Relligião como da do Padroeiro se fará escriptura publica; e deu o Definitorio ao nosso Munto Reverendo Padre Geral Comissão, e todos os poderes que necesarios foram para por sy ou por outro com procuração sua asista a dita escriptura; E com o dito Padroeiro, ou com o Procurador que

este para isso estaballecer a firme ex // [fl. 13] A firme expressandoçe nella todas as condiçõins que asima ficam referidas, e tambem pera que designe os Relligiozos que julgar mais edoneas para asitir as obras do novo Convento e tratarem dellas com maior zello e disvello, e podendo trocar se necessario for huns por outros; E ultimamente pera mandar para a dita Fundação as Relligiozas de quaisquer conventos que sejam que forem persizas pera plantarem, e com seu exemplo instrohirem nesta serventia a disciplina monástica as que de novo quizerem abraçar o mesmo instituto // Tudo consta do Livro do Definitorio a que me reporto em fé do que fis este firmado de meu nome neste nosso dito Convento de Sam Joam da Crus de Carnide em outo do mes de marsso de mil e setecentos e outenta // Frei Antônio de Santa Thereza Definidor Se // [fl. 13v] Definidor Secretario // Seguese a Procuração seguintes // de que retro se fás menção < Procuraçam > // Jezus Maria Jozé // Frey Joam de Sam Joaquim Prior Geral de Carmellitas de Nossa May Santissima e Senhora do Carmo deste Reino de Portugal, e seus Dominios; com consentimento do nosso Definitorio celebrado neste nosso Convento de Sam Joam da Crus de Carnide aos nove de março de mil setecentos e outenta. Faço meu bastante Procurador com o poder de sobedelegar em hum e mais Procuradores ao Padre Frei Manoel de Santa Anna Reitor do Nosso Collegio de Sam Jozé de Coimbra para que em nome possa asignar a escriptura que o Munto Reverendo Doutor Caetano Correya Seyxas pretende fazer a favor de hum Convento de Relligiozas que dezeja fundar na villa de // [fl. 14] Na villa de Vianna do Lima conforme as condiçõins que elle mesmo estaballeceo e lhe forão aprovadas no referido Defenitório pera o que para tudo o que se julgar indispensavel pera o bem da mesma Fundação lhe conçedeo todos os poderes que em Direito lhe posso conceder com plena authoridade de fazer, e outorgar escripturas, dar juramentos necessarios, e obrigar a seu cumprimento e ordem o que tudo feito por elle em ordem ao referido desde logo aprovo, e dou por bem feito como se vê prezente estivera em fé do que mandei passar os presentes firmados do meu nome e de meu Secretario e sellada com o sello de meu offiço neste Convento de Sam Joam da Crus de Carnide. Aos honze de março de mil setecentos e outenta // Frey Joam de Sam Joa // [fl. 14v] De Sam Joaquim Geral // E não se continha mais em a dita Provizão, e liçença do Definitório, e procuração que eu Taballião aqui copiei na verdade das próprias cujos signais reconheço por verdadeiros cuja Provizam fis entrega ao Padroeiro asim como a liçença do Definitório e Procuraçam ao referido Procurador e de como os receberão asignaram. E por esta forma houverão elles Padroeiro e Procurador este instrumento por bem feito, firme e valliozo pera todo o sempre e o mandaram escrever neste meu Livro de Notas donde conçedeo hum deste theor, e os mais que delle cumprirem e aseitara eu Taballiam

*como pessoa publica estipullante e aseitante estipulley e aseitei em nome de quem tocar possa tanto quanto em Direito devo, e posso ao que foram testemunhas prezentes Frey // [fl. 15] Testemunhas prezentes Frey Manoel de Deos Relligiozo de Sam Jozé natural da Povia do Loureiro termo desta cidade, e António Nunes da Costa Famalliar delle Fundador e natural desta cidade que todos asignaram depois que esta lhe foi lida por mim Taballião Joaquim Alexandre de Oliveira que o escrevi // < Declaração > E declaro que o Fundador nam he natural da villa de Vianna mas sim da cidade da Bahia dito declarei // Frey Manoel de Deos // Caetano Correya Seyxas // António Nunes da Costa. // E não se continha mais em o dito instrumento que eu dito Taballiam aqui fis escrever bem e na verdade de meu Livro de Notas que fica em meu poder e cartorio a que me reporto em fé do que esta sobescrevy, e asigney // [fl. 15v] E asigney, conferi e concertey com outro Official de Justissa comigo abayxo asignado e nesta cidade de Coimbra, aos quatorze dias do mes de novembro de mil setecentos outenta e outo annos e eu Joaquim Alexandre Oliveira Publico Tabalião que o sobescrevi.*

*(a) Joaquim Alexandre de Oliveira*

*Concedida por mim Taballião*

*(a) Joaquim Alexandre de Oliveira*

*E comigo*





NOTE DE D. MARIA PERPÉTUA ARNAO DE  
GAMBOA PARA ENTRAR E PROFESSAR NO  
CONVENTO DE SANTA TERESA DE JESUS  
DE COIMBRA EM 1798

Transcrição de

**Miguel Portela**

magelo2001@gmail.com

Investigador





## **NOTE DE D. MARIA PERPÉUA ARNAO DE GAMBOA PARA ENTRAR E PROFESSAR NO CONVENTO DE SANTA TERESA DE JESUS DE COIMBRA EM 1798**

Em 3 de julho de 1798, foi lavrada na cidade de Coimbra uma escritura de dote que fez D. Francisca Xavier de Gamboa às religiosas do Convento de Santa Teresa de Jesus, da mesma cidade, para que estas admitissem sua filha D. Maria Perpétua Arnao de Gamboa no seu convento.

O valor do dote ascendeu a 3 000 cruzados a que acresceu 200 000 réis para as despesas de comedoria, enxoval e propinas de entrada ficando a cargo da dotante a festa, sermão ou outra despesa que desejasse fazer no dia em que professar.

### **Documento<sup>1</sup>**

**1798, julho, 3, Coimbra** - Escritura de dote que fez D. Francisca Xavier de Gamboa às religiosas do Convento de Santa Teresa de Jesus da cidade de Coimbra para que estas admitissem sua filha D. Maria Perpétua Arnao de Gamboa no seu convento.

<sup>1</sup> Transcrição e fixação do documento por Miguel Portela.  
Optamos na transcrição dos documentos por um critério de esclarecimento geral e de facilidade de leitura, acessíveis e legíveis para qualquer leitor, de modo a simplificar a leitura e entendimento dos mesmos, sem que percam o rigor científico que devem possuir para a comunidade científica.  
Os critérios de transcrição adotados seguidos foram os seguintes:

- 1) Transcrição do documento em linha contínua;
- 2) Respeito pela ortografia do texto original, mas normalizando o emprego de maiúsculas e minúsculas, pontuação original, etc., separando as palavras indevidamente unidas no original e reunindo as sílabas ou letras duma mesma palavra que se encontrassem separadas;
- 3) Desenvolvem-se as abreviaturas de acordo com as soluções ortográficas particulares de cada escrivão, sem assinalar as letras restituídas, mantendo-se a forma dos numerais;
- 4) Acentuam-se as palavras com acentos agudos, graves e circunflexos para que se tornem compreensíveis;
- 5) Desenvolvem-se as abreviaturas constituídas por letras diferentes da forma desenvolvida para a forma mais usada na época. Ex: Xpo para Christo.
- 6) Colocam-se entre < > palavras ou linhas sobrescritas ou entrelinhadas;
- 7) Remetem-se para nota de rodapé todas as indicações pertinentes que ajudem à leitura do documento;
- 8) As dúvidas de leitura assinalam-se por (?);
- 9) As assinaturas assinalam-se por (a);
- 10) Colocam-se entre parênteses retos tudo o que se tenha interpretado ou acrescentado ao texto original, e da palavra [sic] a seguir a erros do próprio texto;
- 11) Assinalam-se as partes ilegíveis do original por [...];
- 12) A mudança de fôlio assinala-se entre parênteses retos, ou seja, // [fl. (n.º do fôlio)].

Quanto aos critérios de edição dos documentos, estes são antecedidos por sumários concisos dos teores documentais, introduzidos por data crónica (ano, mês e dia) e tópica (local), indicando-se por último a cota documental e/ou a publicação anterior do documento.

Arquivo da Universidade de Coimbra, Cartório Notarial de Coimbra, Livro de Notas n.º 8 [1798-1799], do notário João António de Carvalho, Dep. V-1.ªE-9-4-103, fls. 33-34v.

*Esriptura de dote que fas D. Francisca Xavier de Gamboa às Rellegiozas do Convento de Santa Thereza, extramuros desta cidade para que estas hajam de receber e professar no seu Convento huma filha chamada Donna Maria Perpétua Arnao de Gamboa asistente na sua Quinta de Valmeão junto a Cellas subúrbio desta cidade pello dote de 3 mil cruzados.*

*Em nome de Deus Amem. Saybam quantos este // [fl. 33v] este publico instrumento de dote de Relegioza de veo preto e de coro, obrigaçam e aseitaçam ou como em Direito melhor lugar haja e mais firme e valiozo for virem que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil setecentos noventa e oito aos tres de julho do dito anno neste Convento de Santa Thereza, extramuros da cidade de Coimbra ahonde eu Taballiam ao diante nomiado vim para o cazo deste instrumento ahy em o locutório do mesmo lugar destinado para semelhantes contratos estavam da parte de dentro presentes as Reverendas Madre Priora e mais Rellegiozas do Governo do mesmo Convento todas no fim desta notta asignadas e da parte de fora também estava presente Donna Francisca Xavier Gamboa moradora e assistente na sua Quinta de Valmiam junto a Sellas desta dita cidade digo a Sellas subúrbio da dita cidade pessoas reconhecidas das testemunhas deste instrumento ao diante nomiadadas e no fim desta nota asignadas e estas de mim reconhecidas que me certificaram serem as próprias ahy nomiadadas de que dou minha fé ahy me foi apresentado o Bilhete de destrebuissam cujo theor hé o seguinte = < Bilhete > Esriptura de dote que faz Donna Francisca Xavier de Gamboa às Rellegiozas do Convento de Santa Thereza, extramuros desta cidade para que estas hajam de receber, e professar no seu Convento huma filha chamada Donna Maria Perpétua Arnao Gamboa assistente na sua Quinta de Valmeam junto a Cellas subúrbio desta cidade pello dote de tres mil cruzados. Destrebuvida a folhas sincoenta e seis verço em tres de julho de mil setecentos noventa e oito = A. Lone Contador Rocha = Destrebuhidor Carvalho = E nam se continha mais em o dito Bilhete da Destrebuissam que fica em meu poder e cartório a que me reporto = E logo pellas ditas Madre Priora e mais Rellegiozas Clavarias do Governo do mesmo Convento foi dito a mim Taballiam na presença das mesmas testemunhas que ellas estavam justas e contratadas com a dita Donna Francisca Xavier Gamboa para haverem de lhe aseitar huma filha chamada Donna Maria Perpétua Arnao para freyra*

*professa no mesmo seu Convento de veo preto e coro e asim e da mesma forma // [fl. 34] forma e maneira que ellas ditas Relegiozas o sam gozando de todas as pernuncias, prorogativas e privilégios de que ellas gozam, e histo por dote de tres mil cruzados em dinheiro corrente para ellas ditas Relegiozas e seu Convento e mais duzentos mil reis para a sua comedoria, emxoval e proprinas tanto da entrada, como da profissam, sem mais proprinas algumas, cujos duzentos mil reis pella novicia havia ella doante de pagar ao assignar e fazer deste instramento e os ditos tres mil cruzados haviam também ser entregues às mesmas Relegiozas e seu Convento depois de findos des mezes deste Noveciado e aprovaçam da dita novicia e satisfazendo ella dotante no dito tempo este dote se obrigavam ellas Reverendas Relegiozas a professar a dita novicia no fim do anno do seu Noveciado e comcorrelhes com tudo o que se costuma às mais Relegiozas, a excepçam, da festa, sermam, ou outra qualquer despeza que ella dotante queira fazer no dia da profiçam, e perguntas, porque tudo histo será a custa della doante, e sendo cazo que ella nam chegue a professar por defeito de vontade ou por outro qualquer impedimento, o que Deos nam permita, ficaram sempre para o dito seo Convento os ditos duzentos mil reis, e só ellas ditas Relegiozas serem obrigadas a enteregar o respectivo dote: E logo pella sobredita dotante foi dito a mim Taballiam na prezença das mesmas testemunhas que ella pello grande dezejo que tinha de que a dita sua filha Donna Maria fosse Relegioza no dito Convento para milhor servir a Deus Nosso Senhor aseitava este contratado com todas as clauzullas, condições neste instramento declaradas e no fim dos des mezes a por os tres mil cruzados de dote, além dos duzentos mil reis reis [sic] para sua comedoria, emxoval e propinas tanto de entrada como de profissam, a excepçam da festa, sermam ou outra qualquer despeza e proguntas no dia da profissam porque tudo histo seria a custa della dotante: E logo ao ler e assignar deste contrato na minha prezença e das mesmas testemunhas pella referida dotadora foram dados, contados e entregues a ellas ditas Reverendas Madres Relle- // [fl. 34v] Rellegiozas todos os referidos duzentos mil reis em boas moedas de ouro e prata das correntes neste Reyno que ellas recontaram e receberam em si por inteiro dizendo e confessando que nas ditas moedas que haviam contado e recebido estava toda a sobredita quanthia de duzentos mil reis de que se davam por entregues e satisfeitas de que dou minha fé asim o dizeram confessaram perante as mesmas testemunhas e nesta forma asim se ajustaram e em fé e testemunho de verdade asim o outurgaram e rogaram a mim Taballiam lhe fizesse este instramento publico em que assignaram de que concederam hum deste theor e os mais que delle se comprirem que aseitaram e eu como pessoa publica estepullante e aseitante o estipulei e aseitei em nome de quem tocar possa quanto em Direito devo e posso ao que foram*

*testemunhas presentes o Reverendo António Bernardes Gomes do lugar do Moronho e agora assistente nesta cidade, Bernardo da Crus, Ortellam das mesmas Relligiozas e assistente ao pé do dito Convento que todos aqui assignaram depois que este lhe foi lido por mim Taballiam que o escrevy.*

*(a) D. Francisca Xavier Gamboa*

*(a) Agueda Maria de Jezus Pereira, Clavaria*

*(a) Joana Dorotea do C. P. (?), Clavaria*

*(a) Maria Victoria de S. Joze, Clavaria*

*(a) Jacinta Jozefha de Santa Maria, Clavaria*

*(a) O Padre António Bernardo Gomes*

*(a) De Bernardo + da Crus*





# RECENSÕES

---





RECENSÃO DA OBRA *MARÍA DE SAN JOSÉ (SALAZAR)* DE JOSÉ VICENTE RODRÍGUEZ, PUBLICADA EM 2018

**Frei Renato Pereira**

renato@carmelitas.pt

Ordem dos Carmelitas Descalços



## RECENSÃO DA OBRA *MARÍA DE SAN JOSÉ (SALAZAR)* DE JOSÉ VICENTE RODRÍGUEZ, PUBLICADA EM 2018

Nos ambientes carmelitas, é bem conhecida a obra do padre José Vicente Rodríguez. Este salmantino (natural de Monleras) nascido em 1926, ingressou na Ordem dos Carmelitas Descalços em 1937, estudando posteriormente Teologia em Salamanca e Sagrada Escritura em Roma. Ao serviço da Ordem, foi secretário de um dos mais emblemáticos Gerais dos Carmelitas Descalços, Anastasio Alberto Ballestrero, formador dos jovens religiosos, Director do CITEs (Centro Internacional Teresiano-Sanjunista) em Ávila, provincial e superior de diversas comunidades da já extinta província de Castela, postulador de várias causas de beatificação e canonização. Paralelamente, mesmo antes de se dedicar à docência em 1986, desenvolveu um pródigo e variado trabalho de investigação, estudo e publicação, do qual são fruto as dezenas de livros e as centenas de artigos publicados. O seu trabalho focou-se na biografia e obra de São João da Cruz, sendo responsável por uma das edições críticas dos seus escritos. No entanto, como homem inquieto e dialogante, estudou a vida e obra de nomes da cultura, como Miguel de Unamuno, de religiosos de várias congregações, mas, sobretudo, de diversos carmelitas, dando a conhecer a sua existência e doutrina ora com publicações de grande aparato crítico ora em obras de divulgação. É nesta esteira que ofereceu aos leitores, em 2018, *María de San José (Salazar)*, publicado pela San Pablo, em Madrid, que recenseamos [Fig.1].

Na introdução, cordialmente intitulada *Al amigo lector*, o autor apresenta duas importantes chaves de leitura para a vida da fundadora do Carmelo femi-



Fig. 1. Capa do livro do livro de José Vicente Rodríguez.

\*O autor escreve de acordo com a antiga ortografia.

nino português e para a obra em recensão. José Vicente destaca a sua indissociabilidade de outra grande figura como é Teresa de Jesus e o “branqueamento” da vida e legado de Maria de São José na historiografia espanhola e memória colectiva da Ordem, constituindo-se a historiografia carmelitana portuguesa, pela mão de Frei Belchior de Santa Ana, no primeiro tomo da *Chronica de Carmelitas Descalços, Particular do Reyno de Portugal, e Provincia de Sam Filippe* de 1656, uma excepção na valorização desta figura, antecipando o interesse contemporâneo. A bibliografia disponível corrobora a asseveração do autor. Conhecemos três publicações dos escritos desta filha de Santa Teresa: a primeira, realizada pelo ilustríssimo padre Silverio de S. Teresa em 1913, levava como título *Libro de Recreaciones, Ramillete de mirra, Avisos, Máximas y Poesías, por la Madre María de San José, C.D.*; em 1966 os seus escritos, inseridos no volume *Humor y espiritualidad*, foram editados pelo padre Simeón de la S. Familia; finalmente, o mesmo religioso carmelita, então Postulador Geral da Ordem, editou o volume *Escritos Espirituais* em 1979. Coincide com a publicação deste último volume o início de uma nova etapa nos estudos desta figura, desenvolvidos desde diferentes âmbitos, ultimamente com um acento na perspectiva literária e feminista. Além do “romance histórico” *La hija predilecta de Teresa de Jesús* de Carlos Ros, editado em Sevilha em 2008, só dispomos de duas obras verdadeiramente abrangentes sobre esta carmelita: no campo biográfico, *María de San José, la humanista colaboradora de santa Teresa, perseguida* de María de la Cruz Pérez García, que coloca nas mãos dos leitores um considerável conjunto de dados, por vezes não rigorosamente tratados e citados; na área da espiritualidade, Rafael Pascual Elías publicou *María de San José Salazar: heredera y transmisora del carisma teresiano*, um texto que apresenta uma interessante sistematização da espiritualidade desta religiosa. As duas obras foram editadas pela editora Monte Carmelo, a primeira em 2009, a segunda em 2014. A segunda chave de leitura que encontramos na introdução refere-se ao estilo da obra: será a *pluma* de Maria de São José a guiar a obra: “He puesto un gran empeño en lo que llamo *la pluma de María de San José*, y en lo posible he presentado bastante ampliamente sus escritos, no conformándome con pocas noticias, sino señalando la sucesión y los contenidos de cada libro” (RODRÍGUEZ, 2018: 9). E, de facto, assim acontece ao longo destas páginas dedicadas a Maria de São José, que se tornam, assim, páginas de Maria de São José.

O primeiro capítulo, parte substancial do livro (pp. 15-89), designada *Autobiografía de María San José*, é composto por excertos da sua obra *Libro de las Recreaciones* (1585) e *Ramillete de mirra* (1595) mediante os quais, com pequenas

notas, esclarecimentos e confronto com outras fontes, o autor narra a biografia da fundadora do Carmelo português servindo-se das narrações autobiográficas que nos legou nas suas obras. As notas, esclarecimento e fontes que José Vicente Rodríguez convoca para enquadrar os excertos autobiográficos demonstram o seu domínio da história, historiografia e espiritualidade da Ordem. Unido à sua cativante capacidade narrativa, tal domínio não torna o texto pesado: sem dívida alguma ao rigor, a leitura da biografia de Maria de São José torna-se atractiva e irresistível. Começando pela educação de Maria Salazar (1548) no palácio toledano de Luisa de la Cerda, onde encontra Teresa de Jesus, a narrativa prossegue pelas motivações espirituais, discernimento vocacional e primeiros anos de vida religiosa da agora carmelita em Malagón (1571). O autor centra as suas atenções nas duas grandes jornadas de Maria de São José: a etapa de Sevilha (1575-1584) e a etapa de Lisboa (1584-1600). Nas duas etapas, a nossa protagonista assume o cargo de responsabilidade máxima no convento, com todos os encargos inerentes. Concomitantemente, é vítima de calúnias e de difamação pública, em processos que levaram os superiores a optar pela (tentativa de) remoção desse ofício. Não obstante a reabilitação de Maria de São José nos dois casos supracitados, os avatares da história da Ordem conduziram a um fim ignominioso em Cuerva, a 19 de Outubro de 1603. Este capítulo é uma oportunidade única para conhecer, com concisão e precisão, a vida desta mulher que está na charneira das principais questões e discussões da Ordem e do seu carisma: espírito teresiano ou observância regular, colaboração dos religiosos com as religiosas ou subordinação das religiosas aos religiosos, apreço ou subalternização da acção missionária. O leitor é sabiamente guiado pelo autor àqueles lugares em que Maria de São José nos desvela o seu interior, a sua visão do mundo, da vida e da Ordem, a sua posição diante das adversidades e contradições, tendo acesso a um esboço de espiritualidade narrativa, onde a espiritualidade não se constrói à margem do devir dos dias, mas emerge como *modus vivendi* desses dias.

O título *La pluma de María de San José*, segundo capítulo da obra (pp. 91-140), introduz o leitor numa aproximação às obras desta religiosa carmelita. Em primeiro lugar, José Vicente dedica a sua atenção ao *Libro de Recreaciones* (1585), transcrevendo diversos excertos desta obra em que é abordada a figura de Santa Teresa e a temática da oração. Segue-se uma breve apresentação de *Ramillete de mirra* (1595), a compilação de sentenças sobre o governo intitulada *Consejos que da una priora* (1590-1592), o *Tratado de los tres votos* (1599) e a *Declaración en el proceso de S. Teresa* (1595). Longa consideração é dispensada à *Instrucción de Novicias* (1602),

rica em indicações acerca do discernimento vocacional e pedagogia da oração. Das 23 poesias da fundadora do Carmelo português, o autor transcreve 9, às quais se segue o elenco das 20 cartas que conservamos da autora.

As cartas que Santa Teresa de Jesus escreveu a Maria de São José são uma importante fonte para o estudo da fundadora do Carmelo feminino em Portugal. Chegaram até nós 63 cartas a partir das quais, no terceiro capítulo (pp. 141-151), intitulado *María de San José vista por santa Teresa*, José Vicente propõe-nos uma aproximação à relação destas duas figuras ímpares da história carmelita. Embora pequeno, este capítulo é fundamental porque dá a palavra à fundadora da Ordem dos Carmelitas Descalços e, nesse sentido, oferece uma perspectiva autorizado para ver uma figura tão controversa na história e historiografia subsequente como é Maria de São José. Em primeiro lugar, sobressai a estima de Teresa de Jesus por esta carmelita e a confiança ilimitada que nela deposita. Uma das concretizações dessa estima é a constante preocupação pela saúde de Maria de São José, chegando ao ponto de endereçar os mais variados conselhos médicos e recomendações farmacêuticas. A confiança ilimitada faz com que Teresa confie à carmelita toledana diversas missões complexas e lhe permita a leitura em primeira mão da grande obra teresiana *Castelo Interior*. Percorrendo o epistolário teresiano, vamos percebendo que qualidades detectou Teresa na fundadora do Carmelo feminino português. Através de variados casos, são assinaladas as suas capacidades intelectuais e vasta cultura, às quais se aliavam engenhosas habilidades que a levam a projectar e construir um forno ou a pintar um quadro. Sobretudo, a santa abulense assinala as qualidades de Maria de São José para o governo. Em vida de Santa Teresa, tais capacidades foram submetidas a dura prova na terrível situação na comunidade de Sevilha. Nas cartas deste período, abundam os conselhos para uma gestão adequada e astuta dos problemas. O sucesso de Maria de São José nesse caso veio a confirmar a intuição teresiana. Mas, a pérola dos elogios teresianos chegaria já perto da morte de Santa Teresa. Em carta sua de 17 de Março de 1582, registam-se estas palavras que falam por si: *Vuestra reverencia lo dice tan bien todo que, si mi parecer se hubiera de tomar, después de muerta la eligieran por fundadora, y aun en vida muy de buena gana, que harto más sabe que yo, y es mejor; esto es decir verdad* (JESUS, 1981: 747). Na sequência destas palavras, não parecerá descabida a seguinte apreciação conclusiva de José Vicente: *Para María de San José a Madre Teresa era una grandíssima santa. Santa Teresa, a su vez y por su cuenta, nos dejó «canonizada» a María de São José* (RODRÍGUEZ, 2018: 150).

O último apartado da obra é uma brevíssima antologia de seis textos da autora (pp. 151-169). Em primeiro lugar, o retrato que faz de Santa Teresa na oitava *Recreación*. Segue-se uma pequena pérola: na *Instrucción de novicias*, inspirada pela contemplação da paisagem envolvente do Convento das Albertas, Maria de São José faz elevadas meditações sobre a vida espiritual. Dois excertos do *Ramillete* e uma poesia compõe a secção da antologia dedicada ao protótipo da carmelita. Finalmente, o autor brinda o leitor com uma importante carta de Maria de São José, que José Vicente considera como resposta a um pedido de informações feito por João da Cruz, a quem tinha sido encomendado ajuizar a causa do padre Jerónimo Gracián.

A presente obra não dá a conhecer nenhum dado novo sobre Maria de São José. O seu mérito, na nossa opinião, é outro. Como obra de divulgação, aproxima o leitor, com concisão e rigor, desta figura ainda tão desconhecida. De tal desconhecimento é responsável a sua própria família religiosa que ainda não apostou no estudo da sua vida e obra com vista não só a uma divulgação mais sustentada da sua espiritualidade, mas, particularmente, a uma constante e necessária revisão da história e historiografia do carisma carmelita. Quiçá, de tal desconhecimento deverá fazer-se encargo a Ordem em Portugal, uma vez que Maria de São José foi a fundadora do Carmelo feminino português e a quase totalidade da sua obra foi escrita em Lisboa. Naquela Lisboa de finais do século XVI, Maria de São José entrelaçou o carisma e espiritualidade teresiano com a cultura e sociedade portuguesa, o olhar sobre a sua vivência espiritual com a paisagem e avatares da história lisboeta de então, a história da Ordem nascente com a história da presença carmelita emergente em Portugal. E o trabalho parece não se reduzir a uma análise e estudo das fontes disponíveis. Será descabido rastrear por terras lusas os autógrafos de obras compostas em Lisboa por aquela que foi a fundadora do Carmelo feminino em Lisboa e em Portugal? Com o aliciente de finalmente conhecer-se o texto em falta no *Libro de Recreaciones*, correspondente ao final da quarta parte e à totalidade da quinta parte. Além deste trabalho, abre-se um campo de hermenêutica das fontes e da historiografia. No final de um artigo publicado em 2003, Isabel Morujão, depois de expor a diferença, em termos quantitativos e qualitativos, entre as abordagens da figura de Maria de São José feitas pela historiografia carmelita espanhola (a *Reforma de los Descalzos* de Francisco de Santa Maria, tomo editado em Madrid no ano de 1644) e pela portuguesa (a já citada *Chronica*, tomo editado em Lisboa no ano de 1657, fruto do trabalho de Belchior de Santa Ana, que parece conhecer o texto de Francisco de Santa Maria) deixava uma sugestiva pista: não será o primeiro tomo da *Chronica* portuguesa uma



resposta àquela publicação espanhola (MORUJÃO, 2003: 260)? Seguindo a pista de Isabel Morujão, atrevemo-nos a deixar no ar duas perguntas: se o primeiro tomo da *Chronica* for uma resposta, que convicções tem Belchior de Santa Ana acerca do papel de Maria de São José na história e que reivindica com tal resposta?

Dado o desconhecimento de Maria de São José entre os estudiosos portugueses, quisemos, além de recensear a obra em consideração, apresentar a figura e avaliar o *status quaestionis* do seu estudo. O nosso objectivo foi o mesmo que moveu José Vicente a elaborar esta obra, que vivamente recomendamos: divulgar e estimular o estudo da vida e obra de Maria de São José.

## BIBLIOGRAFIA

RODRÍGUEZ, José Vicente (2018) - *María de San José (Salazar)*. Madrid: San Pablo, 2018.

JESUS, Teresa de (1981) - *Cartas*. Burgos: Editorial Monte Carmelo.

MORUJÃO, Isabel (2003) - “Entre duas memórias: María de San José (Salazar) O.C.D., fundadora do primeiro Carmelo descalço feminino em Portugal”. *Península. Revista de Estudos Ibéricos*. Porto: I.E.I.F.L.U.P. N.º 0 (2003), pp. 241-260.



**VÁRIA**

---

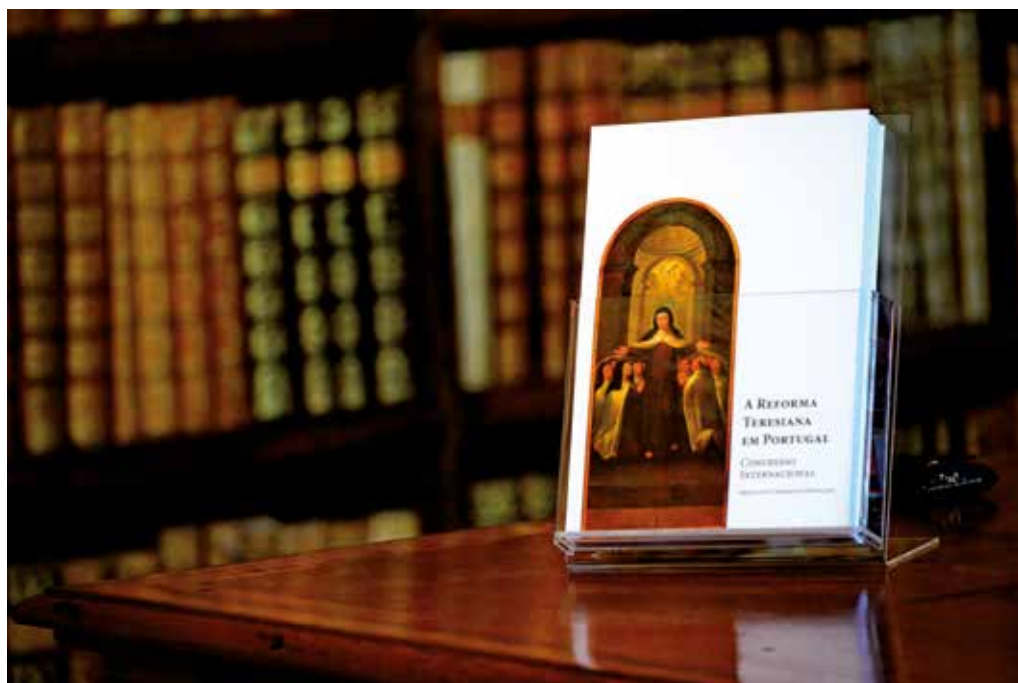






## APRESENTAÇÃO DAS ATAS DO CONGRESSO INTERNACIONAL: A REFORMA TERESIANA EM PORTUGAL

No dia 28 de março de 2017, dia do nascimento de Santa Teresa de Jesus, foi apresentado na Sala de São Pedro da Universidade de Coimbra, o livro de Atas do Congresso Internacional: *A Reforma Teresiana em Portugal*, realizado em 2015, ano das celebrações do V Centenário do nascimento da fundadora da Ordem dos Carmelitas Descalços. Esta publicação reúne as cerca de 30 intervenções apresentadas no referido congresso e alguns contributos atinentes à presença da Ordem em Portugal. O volume contou ainda com o apoio do departamento de filatelia da empresa CTT - Correios de Portugal S.A., que autorizou a reprodução da pagela da emissão filatélica dedicada a Santa Teresa de Jesus (que circulou no dia 11 de setembro de 2015), tendo sido todos os volumes enriquecidos com os respectivos selos e aposição do carimbo comemorativo do congresso.



A Sala de São Pedro da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra foi disponibilizada pelo seu Diretor para acolher esta apresentação. Afluiu ao evento numeroso público que encheu a sala, enriquecida, nos seus expositores laterais, com as obras



e estudos de referência, portugueses e estrangeiros, sobre Santa Teresa de Jesus e os Santos do Carmelo, existentes nos fundos da Biblioteca Geral.

A sessão foi presidida pela professora Doutora Nair Castro Soares, estando a apresentação das Atas a cargo do professor Doutor José Pedro Paiva. A sessão contou ainda com uma comunicação do Provincial da Ordem, Padre Joaquim Teixeira, que procurou em contexto universitário dar a conhecer a ligação entre Santa Teresa e as Letras.

De tarde visitou-se o antigo Colégio de São José dos Carmelitas Descalços, fundado no século XVII, e que foi anexado ao património do estado, ao serem extintas as Ordens Religiosas, em 1834. Ainda hoje perdura, na grandeza da sua construção e na memória das suas origens, como património material e espiritual, impondo-se, pela sua posição privilegiada na paisagem de Coimbra como marca de uma época e da perenidade dos seus ideais.



CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS: Pedro Tavares





CRÓNICA DO DIA 28 DE ABRIL DE 2018:  
APRESENTAÇÃO DA CEHPC – OCD E  
INAUGURAÇÃO DA SUA BIBLIOTECA E  
ARQUIVO

**Frei Francisco Maria de São José**

[franciscombragues@hotmail.com](mailto:franciscombragues@hotmail.com)

Ordem dos Carmelitas Descalços



## CRÓNICA DO DIA 28 DE ABRIL DE 2018:

### APRESENTAÇÃO DA CEHPC-OCD E INAUGURAÇÃO DA SUA BIBLIOTECA E ARQUIVO\*

No decurso dos dias que marcam a nossa vida, acontecimentos e pessoas tornam-se referência para a longevidade. Por outras palavras, tornam-se História porque iluminam o presente distinguindo o passado.

A História tem a nobre e dura função de preencher de sentido o passado para que o *hoje* seja vivido de uma forma nova e real. Se assim não fosse, o passado seria vazio e sem significado. Ora, tal afirmação seria condenadora do presente pois sem passado não poderá haver nem presente nem futuro. Assim é para cada um de nós, individualmente, mas também comunitariamente. A nossa Ordem dos Carmelitas Descalços conta já com vários séculos de História.

Toda a tinta gasta a escrever as memórias do passado desta Ordem percorre muitas páginas repletas de pessoas e acontecimentos. Fala de uma fundação conturbada com imensas dificuldades, mas que foram superadas pela enorme ousadia e esperança de Teresa de Jesus. Falam ainda do estabelecimento em todo o mundo da vida e do carisma Carmelita e da influência de tantas irmãs e de tantos irmãos nos mais variados espaços eclesiais e sociais.

Com este espírito, foi vivido o dia 28 de Abril de 2018. Este dia - que ficou e ficará gravado na nossa História - foi uma data importantíssima para a Ordem dos Carmelitas Descalços, especialmente em Portugal: deu-se a apresentação da Comissão de Estudos Históricos e Património Cultural (CEHPC-OCD) e a inauguração da Biblioteca e Arquivo Histórico da mesma Comissão.

Todo este dia se desenrolou na *Domus Carmeli*, convento masculino da Ordem dos Carmelitas Descalços em Fátima. Reuniram-se variados nomes relacionados não só com a História, mas com outras ciências, sérios no seu trabalho e no seu profundo interesse pela Ordem.

A Biblioteca e Arquivo Históricos são um tesouro verdadeiramente admirável que acolhe espólio antigo e moderno, sendo o mais antigo recolhido de conventos masculinos da Ordem. O espólio moderno enquadra toda a produção sobre a Ordem dos Carmelitas Descalços e demais temas relacionados ao longo do século XX.

O espólio antigo é quem dá a tonalidade de toda a sala. Foi possível reunir em apenas uma sala um património insubstituível ligado à Ordem há vários séculos.

\*O autor escreve de acordo com a antiga ortografia.

Após a expulsão das Ordens Religiosas de Portugal por decreto de Joaquim António de Aguiar em 1834, grande parte do património destas Ordens dispersou-se. Porém, muitos foram aqueles que procuraram, a muito custo, tentar reunir, mais uma vez, o esplêndido tesouro guardado religiosamente nos conventos em Portugal.

No caso da nossa Ordem, essa ousadia esteve a cargo do Carmelita Descalço P. Fr. David do Sagrado Coração de Jesus, autor da obra *A Reforma Teresiana em Portugal*, publicada em 1962. Servirá esta crónica, indubitavelmente, como justa homenagem a este religioso que procurou, no século XX, recuperar algum do antigo património dos conventos Carmelitas, nomeadamente os livros que pertenceram às suas livrarias, os quais apareciam à venda em alfarrabistas e leilões.

Foi desta forma e graças a este homem que se pôde compor notavelmente a Biblioteca e o Arquivo Históricas da Ordem. A origem das dezenas de livros que ocupam esse espaço preenche verdadeiramente um mapa.

Constituída por variados assuntos, o núcleo mais antigo desta biblioteca, com uma baliza cronológica que vai do século XVI ao século XX, reúne importantes colecções de autores portugueses e estrangeiros, sobre: Teologia; Sagrada Escritura; Direito Canónico; Moral; Sacramentos; Liturgia; Espiritualidade; Parenética; História da Igreja; Medicina; Economia, etc. Dentro destas temáticas, destacam-se, particularmente, as que dizem respeito à Ordem dos Carmelitas Descalços - da autoria de membros da Ordem -, com as obras dos seus fundadores: Santa Teresa de Jesus e São João da Cruz; Espiritualidade; Liturgia; Legislativos; História, etc.

Servirá esta sala para se arrumar o passado numa prateleira? Esperemos que não. A Biblioteca e o Arquivo Históricas devem ser o local de referência dos estudos e investigações que as irmãs e irmãos Carmelitas Descalços e demais investigadores ligados à Ordem desenvolvam, sob o espírito de Teresa de Jesus que reclamou sempre para junto de si a presença de letrados que aprofundem as diversas dimensões que nos constituem, interiormente e exteriormente.

No seu livro das *Fundações*, declara a Santa Madre Teresa de Jesus: *Oigo algunas veces de los principios de las órdenes decir que, como eran los cimientos, hacía el Señor mayores mercedes a aquellos santos nuestros pasados. Y es así. Mas siempre habíamos de mirar que son cimientos de los que están por venir*<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> JESUS, Teresa de (2014) - *Obras Completas*. Burgos: Monte Carmelo, p. 1018.

Neste caso, Teresa de Jesus referia-se aos eremitas do Monte Carmelo que fundaram a Ordem dos Carmelitas. Contudo, na situação tão privilegiada que tenho neste momento, adequo esta passagem aos nossos dias.

Realmente, todos os nossos antepassados são os alicerces que vão sustentando a casa em que vivemos, rezamos, por conseguinte, nos unimos a Deus. O Carmelo Descalço é verdadeiramente um templo agraciado por Deus de pedras vivas. Que nós, habitantes do presente, aprendamos a reconhecer o chão que pisamos através do nosso rico património e, assim, caminhemos confiantes em direcção ao futuro sobre as asas de tão bons pais e de tão boas mães.



CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS: Pedro Tavares e *Studia Carmelita*









## NOVIDADE EDITORIAL

### *NO RASTO DE UMA HISTÓRIA - OS CARMELITAS DESCALÇOS EM BRAGA*

Da autoria dos padres Frei Marco Caldas e Frei João Costa, esta obra nasce herdeira de uma secular tradição da salvaguarda da memória comum produzida no contexto do claustro do Carmelo Teresiano.

Membros da comunidade conventual de Nossa Senhora do Carmo de Braga, os autores dão-nos aqui um exemplo recentíssimo dessa tradição da sua Ordem, inspirada nas próprias determinações da fundadora Santa Teresa de Ávila, de conservar a memória histórica das casas conventuais e das suas comunidades.

O Carmelo Teresiano, como aliás outras famílias religiosas de vida comunitária, entende este cultivo da memória como um modo de ligar o passado ao presente e ao futuro, num entendimento ontológico do que é uma comunidade conventual, que se compreende como instituição perene e que espera atravessar os corredores do tempo de uma forma duradoura.

Assim entendida, a memória tem um caráter de transmissão geracional, unindo as comunidades ao longo dos anos, conferindo-lhes um sentido profundo de pertença e uma unicidade a despeito da passagem dos tempos, dos contextos históricos vividos e das sucessivas gerações de frades e de freiras que se sucederam nas casas conventuais.

Prosseguindo o que tem sido a produção de memória histórica por parte de alguns percursos recentes do Carmelo Teresiano português restaurado (já não tomando em conta os exemplos anteriores à exclausuração de 1834), Frei Marco Caldas e Frei João Costa dão ao prelo *No rasto de uma História - Os Carmelitas Descalços em Braga*, obra que conduz o leitor através dos passos mais significativos da comunidade Teresiana bracarense.

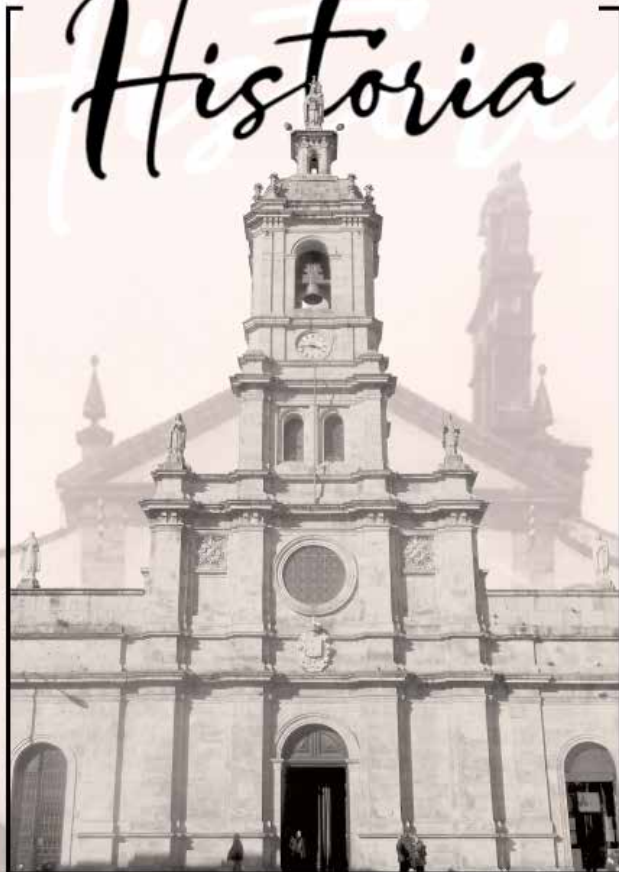
Este feliz intento, elaborado em cinco capítulos, segue a linha que a historiografia tem definido para o estudo de uma comunidade religiosa: carisma, espiritualidade, estrutura material e estrutura humana, tudo pensado numa linha temporal que medeia entre as datas fundacionais (a da Ordem e a do Convento de Braga) e um presente que, felizmente, mantém viva a presença dos Carmelitas Descalços na cidade Primaz.

*in* «Apresentação» - por Nuno de Pinho Falcão

OS CARMELITAS DESCALÇOS EM BRAGA

NO RASTO DE UMA

*Historia*



FREI MARCO CALDAS  
FREI JOÃO COSTA

**Autores:** Frei Marco Caldas OCD e Frei João Costa OCD

Edições Carmelo, 2019

**Desc. Física:** 135 p.; II.; 21 x 15 cm

**Depósito Legal:** 462384|19

**ISBN:** 978-972640172-8











## **II CONGRESSO INTERNACIONAL:**

### *A REFORMA TERESIANA EM PORTUGAL – NOVAS ABORDAGENS DE PESQUISA*

3 a 5 de dezembro de 2020

Domus Carmeli – Fátima  
Museu Nacional de Machado de Castro – Coimbra

A Comissão de Estudos Históricos e Património Cultural da Ordem dos Carmelitas Descalços (CEHPC-OCD), tem a honra de anunciar a realização do II Congresso Internacional «A Reforma Teresiana em Portugal – novas abordagens de pesquisa», nos dias 3 a 5 de dezembro de 2020, na Domus Carmeli, em Fátima.

Depois do sucesso do I Congresso realizado em 2015, aquando das celebrações do V Centenário do Nascimento de Santa Teresa, gerou-se um movimento que foi congregando vários investigadores, de diferentes áreas de estudo, com trabalhos realizados sobre variados temas relacionados com a Ordem dos Carmelitas Descalços em Portugal, desembocando na criação da CEHPC. Este espírito de mútua colaboração e partilha de conhecimentos gerou a confiança e maturidade para, volvidos 5 anos, pensarmos neste novo Congresso que pretende aprofundar os temas já então abordados e alargar o leque de novas linhas de investigação. Tal como o primeiro, este congresso abordará as grandes temáticas do carisma teresiano, história institucional, arte e património, missionação, ciência e cultura.

Este II Congresso Internacional contará ainda com a co-organização do Museu Nacional de Machado de Castro que ciente da importância e presença da Ordem na cidade do Mondego preparará uma iniciativa de carácter cultural.

Esperamos com este Congresso, não só reunir novos investigadores e partilhar novos trabalhos que evidenciem o legado histórico que esta Ordem Religiosa deixou no nosso país, mas também reconhecer a história viva que continua a escrever no presente e a rasgar novas perspetivas de futuro.

#### **TEMAS**

Carisma Teresiano  
História Institucional  
Cultura e Ensino  
Missionação  
Arte e Património

## COMISSÃO DE HONRA

Prepósito Geral da Ordem dos Carmelitas Descalços  
Provincial da Ordem dos Carmelitas Descalços de Portugal  
Diretora do Museu Nacional de Machado de Castro  
Presidente da Academia Portuguesa da História  
Presidente da Fundação Mata do Bussaco  
Presidente da Câmara Municipal de Évora

## COMISSÃO CIENTÍFICA

Pe. Armindo Vaz – OCD  
Carlos Margaça Veiga – Univ. Lisboa/CEHPC-OCD  
Isabel Morujão – Univ. Porto  
Joaquim Oliveira Caetano – MNAA  
Pe. José Carlos Vechina – OCD  
Pe. Luís Frontela – OCD  
Pe. Manuel dos Reis – OCD  
Marízia Pereira – Univ. Évora  
Nair Castro Soares – Univ. Coimbra/CEHPC-OCD  
Nuno de Pinho Falcão – UNILAB/CITCEM/CEHPC-OCD  
Nuno Vassalo e Silva – Fundação Calouste Gulbenkian  
Pe. Óscar Aparício – OCD  
Paula Almeida Mendes – CITCEM/CEHPC-OCD  
Sandra Molina – UNAERP/IPPCIC/CITCEM  
Virgolino Ferreira Jorge – Univ. Évora/CEHPC-OCD

## COMISSÃO EXECUTIVA

Filomena Monteiro – C.M.Évora / CEHPC-OCD  
José João Loureiro – CEHPC-OCD  
Pe. Joaquim Teixeira – OCD  
Miguel Portela – CEHPC-OCD  
Fr. Renato Pereira – OCD

## SUBMISSÃO DE RESUMOS

São aceites propostas de comunicações acerca dos temas do presente congresso ou sobre assuntos atinentes com os mesmos.

Os interessados deverão submeter uma proposta com as seguintes informações: título, indicação do tema da comunicação, resumo com um máximo de 300 palavras, 5 palavras-chave e uma breve nota curricular (máximo de 200 palavras).

As propostas devem ser enviadas até 1 de março de 2020 para:  
[historia-patrimonio@carmelitas.pt](mailto:historia-patrimonio@carmelitas.pt)

## CALENDÁRIO

Submissão de resumos (comunicação): até 1 de março de 2020

Notificação de aceitação: 15 de abril de 2020

Entrega dos textos para publicação: 1 de março de 2021

## CONTATOS

[www.historia.carmelitas.pt](http://www.historia.carmelitas.pt)

[historia-patrimonio@carmelitas.pt](mailto:historia-patrimonio@carmelitas.pt)

II CONGRESSO INTERNACIONAL

# A REFORMA TERESIANA EM PORTUGAL

## NOVAS ABORDAGENS DE PESQUISA

3 - 5 DEZEMBRO 2020

FÁTIMA - COIMBRA  
PORTUGAL

SUBMISSÃO DE RESUMOS  
1 OUTUBRO 2019 - 1 MARÇO 2020

### TEMAS

- ✦ O CARISMA TERESIANO
- ✦ HISTÓRIA INSTITUCIONAL
- ✦ CULTURA E ENSINO
- ✦ MISSIONAÇÃO
- ✦ ARTE E PATRIMÓNIO

### MAIS INFORMAÇÕES

[www.historia.carmelitas.pt](http://www.historia.carmelitas.pt)  
[historia-patrimonio@carmelitas.pt](mailto:historia-patrimonio@carmelitas.pt)



Tabua das obrigações do Convento de Nossa Senhora dos Remédios de Évora, séc. XVIII. Câmara Municipal de Évora. Foto: António Severo

ORGANIZAÇÃO

CO-ORGANIZAÇÃO

APOIOS



PATRIMÓNIO CULTURAL



mata do bussaco  
fundação







**STUDIA  
CARMELITA**

REVISTA DA COMISSÃO DE ESTUDOS HISTÓRICOS E PATRIMÔNIO  
CULTURAL DA ORDEM DOS CARMELITAS DESCALÇOS